

Antonio Paim

O LIBERALISMO CONTEMPORÂNEO

3ª edição revista

Edições Humanidades

2007

SUMÁRIO

Apresentação da 3ª edição	
Apresentação da 2ª edição	
Apresentação da 1ª edição	

Capítulo Primeiro – A Democratização do Sufrágio

I – A questão teórica da democratização da idéia liberal	
ANEXO- William Pitt e a independência do Parlamento.....	
II – A consagração do modelo inglês: a experiência americana	
III – Os novos sistemas eleitorais e a estabilidade política americana	
1. O papel dos sistemas eleitorais	
2. Os novos sistemas eleitorais	
3. A experiência francesa	
4. A experiência alemã	
5. A experiência italiana.....	
6. A experiência espanhola	
IV – Conclusões	
V – Nota bibliográfica sobre sistemas eleitorais	
Notas	

Capítulo Segundo – Conservadorismo e Neoconservadorismo

I – Significado do neoconservadorismo em nosso tempo	
II – As propostas ultrapassadas de Von Mises e Hayek	
III – O neoconservadorismo americano na proposta de Irving Kristol	
IV- Conservadorismo solidário.....	
Notas	

Capítulo Terceiro – A Doutrina Liberal da Representação e do Partido Político

I -Idéia geral do problema	
II -Primórdios da doutrina da representação	
III – A opção do liberalismo doutrinário	
IV – Apesar dos franceses, firma-se a proposta de Benjamin Constant.....	
V - A doutrina liberal do partido político.....	
VI – Nota bibliográfica sobre Partidos Políticos	

Notas

Capítulo Quarto – O Processo Democrático e as Chances da Democracia

I- Um precursor dos estudos sobre a democracia: Hans Kelsen

II- O processo democrático segundo Dahl

III- As chances da democracia segundo Huntington

Capítulo Quinto – A Educação Liberal

I – O problema da educação para a cidadania

1. Como se formou a educação popular

2. Missão atribuída ao ensino fundamental

3. A singularidade da tradição brasileira

4. O imperativo de tentar vencer o atraso

II – Preservação e difusão da cultura humanista

III – A questão do ensino profissional

IV – Agenda contemporânea da educação liberal

V – Nota bibliográfica sobre o confronto entre ensino público e
privado nos EE.UU

Anexo I – O Programa de Leituras do St. John’s College

Anexo II – Pesquisa Básica e Pesquisa Aplicada

Notas

Capítulo Sexto – Momentos destacados do debate da questão social

entre os liberais

I – O caráter relativo da pobreza, segundo Tocqueville

II – O enfrentamento pelos liberais da questão social

1. The Poor Law Report (1834)

2. O debate da pobreza na Inglaterra Vitoriana

3. O lançamento das bases teóricas do *Welfare*

4. Questões emergentes ao longo do século XX

III– O tema da igualdade.....

1.O posicionamento liberal: igualdade de oportunidades.....

2. Crítica adicional do igualitarismo de Rawls

Anexo I – O fracasso da experiência comunista

Anexo II- A recaída brasileira no assistencialismo.....	
Capítulo Sétimo- Dois modelos de seguridade social	
I.A paulatina construção do <i>Welfare</i> e a diferenciação	
entre os modelos europeu e norte-americano.....	
1.O <i>social security</i>	
2.A celeuma teórica em torno do <i>social security</i>	
3.Desempenho e papel dos Fundos de Pensões.....	
II-O modelo europeu.....	
1.Reconhecimento da crise do Estado Providência	
e adoção do Modelo Juppé.....	
a)o alerta de Rosanvallon (1981).....	
b) O modelo Juppé.....	
c) Reformas recentes.....	
2. O imperativo de abordar topicamente a crise do modelo europeu.....	
3. O novo modelo alemão de financiamento das aposentadorias.....	
4.Desemprego e políticas bem sucedidas para enfrentá-lo.....	
a) Situação atual do desemprego.....	
b) A experiência inglesa.....	
c) A experiência holandesa.....	
d) O caso espanhol.....	
5.De que dependeria a relativa estabilização do emprego.....	
a)Uma ponderação.....	
b)Conclusões admissíveis da análise precedente.....	
6. Como a Europa lida com a remanescente pobreza extrema.....	
7. Em busca de uma forma duradoura de organização	
da assistência médico-hospitalar.....	
a)Delimitação do objeto.....	
b)Assegurar a sobrevivência preservada a universalidade.....	
8.Alguns aspectos teóricos relevantes.....	
9. Indicações complementares sobre a Alemanha.....	
10. Referências bibliográficas.....	

Notas.....

Capítulo Oitavo- Vitalidade e perspectivas do liberalismo

I.Avanços teóricos destacáveis no século

XX.....

1. John Maynard Keynes (1883/1946).....
2. Raymond Aron 1905/1983).....
3. Karl Popper (1902/1994).....
- II. O Partido Popular Europeu e as perspectivas do liberalismo.....
 1. A dependência que o liberalismo registra em face do curso histórico.....
 - 2.Linhas gerais da construção europeia.....**
 - a)A inconclusa formulação do projeto europeu.....
 - b) Os percalços da integração política.....
 - c) O começo da integração econômica e a Política Agrícola Comum (PAC).....**
 - d) Obstáculos à desestatização.....**
 - e)A integração dos serviços.....
 - f)O provável futuro da integração política.....
 3. A questão teórica (e prática) da constituição de partidos transnacionais.....
 - a)Singularidade do processo de formação dos partidos europeus
 - b)A difícil harmonização entre socialistas e sociais democratas
 - c)Na integração europeia, os Partidos Liberais expõem suas fraquezas.....
 - d)Balanço da situação dos Partidos Liberais na Europa.....
 4. O declínio dos Partidos Liberais afeta a doutrina liberal?.....
 - a)A tentação social-democrata como matriz da decadência.....
 - b) A crítica liberal à social democracia.....
 - c) A que se reduz o chamado neoliberalismo.....
 - d)Onde reside a vitalidade do liberalismo.....
 - 5.Evolução doutrinária das agremiações católicas.....
 - a)A novidade representada pela democracia cristã.....
 - b)Prováveis razões da denominação “economia social de mercado”.....
 - c)Os fundamentos teóricos da economia social de mercado, segundo Ludwig Erhard.....
 - 6.. O Partido Popular Europeu (PPE).....
 - a)Indicações de ordem geral e princípios doutrinários básicos.....
 - b)A questão do humanismo.....
 - c)A questão do Estado.....
 - d)O tema da família.....
 - e)Confronto entre liberalismo econômico e economia social de mercado.....
 - e)A Europa e os destinos da Comunidade Atlântica.....
 7. As perspectivas do liberalismo

DO MESMO AUTOR

Filosofia geral

Problemática do Culturalismo. Apresentação de Celina Junqueira. Rio de Janeiro, Graficon, 1977, 69 p.; 2ª edição, Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995, 196p;

Modelos Éticos: introdução ao estudo da moral. São Paulo, Ibrasa-Champagnat, 1992, 113 p.;

Fundamentos da Moral Moderna. Curitiba, Ed. Champagnat, 1994, 244 p.;

Tratado de ética. Londrina, Edições Humanidades, 2003, 424 p.

Marxismo e descendência: uma avaliação. (a ser editado em Portugal)

Filosofia brasileira

História das idéias Filosóficas no Brasil. São Paulo, Grijalbo/Edusp. 1967,276p. (prêmio Instituto Nacional do Livro de Estudos Brasileiros - 1968): 2ª edição, São Paulo, Grijalbo/Edusp, 1974, 431 p.: 3ª edição, São Paulo, Convívio/INL. 1984, 615 p. (Prêmio Jabuti-85 de Ciências Humanas, concedido pela Câmara Brasileira do Livro); 4ª edição, São Paulo, Convívio, 1987, X - 615 p.; 5ª edição, Londrina, Ed. da UEL - Universidade Estadual de Londrina, 1997, 760 p.;

Estudos complementares à História das Idéias Filosóficas no Brasil.

Vol. I - *Os intérpretes* (3ª edição revista de *O estudo do pensamento filosófico brasileiro*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1979, 157 p.; 2ª edição, São Paulo, Convívio -, 1985, 188 p.). Londrina, Editora da UEL, 1999, 236 p.

Vol. II - *As filosofias nacionais*. Apresentação de Antonio Braz Teixeira (inclui parte do opúsculo *Das filosofias nacionais*, Lisboa, Universidade Nova Lisboa, 1991, 83 p.) - Londrina, Editora UEL, 1997, 172 p.

Vol. III- *Etapas iniciais da filosofia brasileira* (inclui o livro *Cairu e o liberalismo econômico*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1968, 118 p.). Londrina, Editora da UEL, 1998, 272 p.

Vol. IV - *A Escola Eclética*. (Londrina, Editora da UEL, 1996, 415 p.). 2ª edição, Londrina, Editora da UEL,1999, 386 p.

Vol. V - *A Escola do Recife* (3ª edição revista e ampliada de *A filosofia da Escola do Recife*, 1ª edição, Rio de Janeiro, Saga, 1966, 217 p.; 2ª edição, São Paulo, Convívio, 1981, 211 p.). Londrina, Editora da UEL, 1999, 252 p.

Vol. VI – *A Escola Cientificista Brasileira*. Londrina, Edições CEFIL, 2002, 168 p.

Vol. VII- *A Filosofia Brasileira Contemporânea*. Londrina,Edições CEFIL, 2000, 313 p.

Tobias Barreto na Cultura Brasileira: uma reavaliação. São Paulo, Grijalbo/Edusp, 1972, 201 p. (em colaboração com Paulo Mercadante);

Pombal na Cultura Brasileira. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, Fundação Cultural Brasil - Portugal, 1982, 137 p. (organizador);

Bibliografia Filosófica Brasileira - 1808/1930. Salvador, CDPB, 1983, 96 p.; *Período Contemporâneo - 1931/1977.* São Paulo, GRD-INL, 1979, 246p.; 2ª edição ampliada 1931/1980, Salvador CDPB, 1987, 124p.; 1981/1985, Salvador, CDPB, 1988, 31 p.;

A Filosofia Brasileira. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, 212 p. (Biblioteca Breve, vol. 123);

Roteiro para estudo e pesquisa da problemática moral na cultura brasileira. Londrina, Editora UEL. 1996, 115 p.;

O krausismo brasileiro. Londrina, Edições CEFIL, 1998, 28 p.; 2ª ed. ampliada, Londrina, CEFIL, 1999, 43 p.

Filosofia política

A querela do estatismo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1978, 161p.; 2ª edição, revista: *A querela do estatismo. A natureza dos sistemas econômicos: o caso brasileiro.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1994, 212p.(incluído na *Biblioteca Básica Brasileira*, do Senado Federal);

Liberdade acadêmica e opção totalitária; um debate memorável. São Paulo, Artenova, 1979, 172 p.

A questão do socialismo, hoje. São Paulo, Convívio, 1981, 145 p.;

Curso de Introdução ao Pensamento Político Brasileiro. Brasília, Ed. da UnB, 1982, coordenação juntamente com Vicente Barretto e autoria das seguintes unidades: III - *A discussão do Poder Moderador no Segundo Império*, 65 p.; IV - *Liberalismo, Autoritarismo e Conservadorismo na República Velha*, 50 p. (em colaboração com Vicente Barretto); IX - *O socialismo*, 57 p.; XI - *A opção totalitária*, 80 p.; XII - *Correntes e Temas Políticos e Contemporâneos*, 69 p. (em colaboração com Reynaldo Barros); *Estudo de caso - III - Partidos políticos e eleições após a Revolução de 30*, 63 p.; versão em 13 vols., em forma de curso à distância. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1995;

Evolução Histórica do Liberalismo. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987, 99p.; edição ampliada em forma de Curso à Distância, Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1977, 5 v. (em colaboração com Francisco Martins de Souza; Ricardo Vélez Rodríguez e Ubiratan Borges de Macedo);

Evolução do Pensamento Político Brasileiro. Belo Horizonte, Itatiaia-EDUSP, 1989, 463 p. (organizador em colaboração com Vicente Barretto);

Oliveira Viana de Corpo Inteiro. Londrina. CEFIL. 1989, 31 p.;

O liberalismo contemporâneo. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995, 238 p; 2ª. Edição revista e aumentada. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000, 272 p.;

A agenda teórica dos liberais brasileiros. São Paulo, Massao Ohno Editora/ Instituto Tancredo Neves, 1997, 85 p. (Cadernos Liberais, 1)

História do liberalismo brasileiro. São Paulo, Mardarim, 1998, 305 p.

O liberalismo social: uma visão histórica. São Palo, Massao Ohno/Instituto Tancredo Neves, 1998, 76 p. (Cadernos Liberais, 8; em colaboração com José Guilherme Merquior e Gilberto de Melo Kujawski)

Do socialismo à social democracia. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2002, 126 p.

Para entender o PT. Londrina, Edições humanidades, 2002, 71 p.

Curso de ciência política (em colaboração com Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodríguez). 15 cadernos. Londrina, Ed. Humanidades, 1446 p.

Filosofia da educação

A Ciência na Universidade do Rio de Janeiro (1931/1945). Rio de Janeiro, IUPERJ, 1977, 161 p.; reedição revista: *A UDF e a Idéia de Universidade.* Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1981, 144 p.;

Os novos caminhos da Universidade. Fortaleza, UFC, 1981, 75 p.;

O modelo de desenvolvimento tecnológico implantado pela Aeronáutica. Rio de Janeiro, Instituto Histórico Cultural da Aeronáutica, 1987, 22 p.;

Leituras relacionadas á cultura geral. As diversas proposições relativas às humanidades. Rio de Janeiro, Editora Exopressão e Cultura, 1999, 21 p.

Curso de Humanidades - História da Cultura; Política; Mora; Religião;Filosofia. Diversas edições.. (Em colaboração com Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodríguez);

Bases e características da cultura ocidental. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1999, 175 p. (idem)

As grandes obras da política em seu contexto histórico. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1999, 197 p (idem)

Educação para a cidadania. Rio de Janeiro, Ed. Exopressão e Cultura, Rio de Janeiro,1999, 235 p. (idem)

Cidadania: o que todo cidadão precisa saber. Rio de Janeiro, Ed. Expressão e Cultura, 1999, 175 p. (idem)

Curso de Humanidades. Programa. Londrina, Edições Humanidades, 2004,136 p. (idem)

APRESENTAÇÃO DA 3ª EDIÇÃO

O fato de que tenha decidido efetivar uma nova edição de *O liberalismo contemporâneo* prende-se à necessidade de introduzir correções que seriam imprescindíveis. Dizem respeito, sobretudo, a mudanças na vida política contemporânea que têm obrigado os liberais a propor uma nova agenda. Mas não se trata apenas disto. Algumas questões estavam mal formuladas.

Antes de mais nada, o tema dos sistemas eleitorais. Nas edições anteriores, não fui bem sucedido na explicitação do essencial. Ao enfatizar o fato de que o sistema proporcional, vigente na Europa Continental, não foi capaz de facultar estabilidade política, ao longo de grande parte do século XX¹, deixei de destacar que permitiram a organização de partidos políticos, que a experiência sugere serem essenciais para a vigência do sistema democrático representativo. E, mais importante: que esse resultado decorria da adoção generalizada do voto numa lista pré-ordenada. Como esse tipo de votação é considerada aberrante no Brasil, o livro revestia-se de defeito grave. Para saná-lo, introduzi as correções requeridas, no primeiro capítulo, inclusive fazendo constar o correspondente modelo adotado na eleição européia. Meu propósito consiste em deixar bem claro ser indevida a denominação, do modelo brasileiro, de sistema proporcional. Como o Parlamento não se dispõe a alterá-lo, preservando o voto em nome isolado, conviria que se introduzisse na Constituição a necessária correção. Neste caso, competiria designá-lo diretamente como *sistema eleitoral brasileiro*, já que se trata de excentricidade nacional.

Também o capítulo terceiro exigiu correções de idêntica índole. Na apresentação do liberalismo doutrinário deixei de destacar que, ao eliminar as restrições ao Estado, presentes na tradição inglesa (e na norte-americana, que se iniciava), essa vertente marcou em definitivo o liberalismo francês. Decorre daí a incapacidade da França de reformar o Estado Social, influndo de modo negativo sobre a Comunidade, no seio da qual dispõe de grande peso. Sem dar esse passo, a Europa não completará a eliminação das conseqüências da estatização da economia após a Segunda Guerra, a exemplo do que logrou a Inglaterra sob Margareth Thatcher, patrimônio que o renovado Partido Trabalhista soube preservar. Um único exemplo: a Inglaterra eliminou o desemprego, enquanto a Europa Continental não tem sido capaz enfrentar o problema. Registrando a presença de 20 milhões de desempregados, cresce permanentemente o número dos que se dispõem a reconhecer que a região encontra-se em franca decadência.

As demais alterações decorreram da simples exigência de atualização. As mais relevantes são destacadas adiante.

Alterei radicalmente a estrutura dos capítulos sexto e sétimo, devido ao fato de que a Europa tenha não só reconhecido a profunda crise que afetava o seu modelo de seguridade social, como venha sendo demonstrado, claramente, o fracasso das providências corretivas então encetadas. Assim, pareceu-me mais adequado, num capítulo caracterizar o que denominei de *Momentos destacados do debate da questão social entre os liberais*, e, no subsequente apresentar de maneira mais precisa os dois modelos de seguridade social vigentes no Ocidente, um nos Estados Unidos e outro na Europa. Tornou-se patente a superioridade do

¹ A França e a Alemanha tiveram que abandoná-lo. Em países menos populosos, seus efeitos devastadores têm se reduzido após a estruturação da Comunidade. Talvez porque questões antes mobilizadoras.—a exemplo do déficit público e das taxas de inflação — passaram a obedecer a regras obrigatórias para todos.

modelo norte-americano, o que nem todos os países europeus reconhecem. Entretanto, aqueles que se dispuseram a valer-se daquela experiência, começam a colher benefícios. A reformulação indicada exigiu ainda que déssemos especial atenção ao tema do desemprego, sobretudo para destacar as iniciativas bem sucedidas na sua redução.

Conforme registrei na segunda edição, a consideração da questão social servia para precisar melhor a diferenciação entre liberais e conservadores. Essas duas vertentes atuaram em conjunto para dar nascedouro ao governo representativo, sendo da iniciativa de ambas a sua criação. Acontece que ainda não eram designadas dessa forma. Como o novo sistema passou à história com o nome de Estado Liberal de Direito e, na Inglaterra, os antigos *whigs* apropriaram-se da designação de Partido Liberal, tornou-se recorrente indicar precisamente em que se distinguiam, na maioria dos países em que a representação política liberal estava presente.

Ocorreu a José Guilherme Merquior sugerir que se estabeleceria de pronto a pretendida distinção ao designar a doutrina dos liberais como sendo *liberalismo social*. Com efeito, em matéria de seguridade social surgiram profundas diferenças entre as duas vertentes. Contudo, a condição de sua permanência residia na capacidade dos liberais de distinguir-se claramente dos sociais democratas. Oriundos do socialismo, ao longo da segunda metade do século XX os sociais democratas empreenderam uma aproximação cada vez maior aos postulados liberais. Primeiro renunciaram à sociedade sem classes e aderiram à economia de mercado. Na atualidade, o maior teórico da terceira via inglesa, Anthony Giddens, diz que seu objetivo é alcançar igualdade de oportunidades, omitindo o fato de que os socialistas sempre reclamaram igualdade de resultados sendo a consigna, que agora adotam, uma insofismável criação liberal.

O elemento diferenciador passou a residir no entendimento do papel do Estado. Os sociais democratas preservaram a crença socialista de que poderia agir como uma instituição acima dos interesses. Na verdade, entretanto, a burocracia que, concretamente, corresponde à encarnação do Estado impreterivelmente tenderá a aumentar seus benefícios (os recursos colocados à disposição das atividades-meio). Assim, não passa de uma ilusão, supor que estaria apta a pautar sua ação com base em pressupostos morais.

Acontece que, em 1988, o tradicional Partido Liberal inglês, que tantos serviços prestou à consolidação do governo representativo e à correlata estruturação da doutrina liberal, resolveu fundir-se ao Partido Social Democrata dando origem ao Partido Liberal Democrata, desinteressando-se de preservar a referida distinção. Os liberais democratas ingleses tornaram-se sociais democratas. Os destinos do liberalismo, naquele país, encontra-se em mãos do Partido Conservador.

A situação não é muito diferente na Europa Continental. Com poucas exceções, os Partidos Liberais, por suas dimensões, não têm a possibilidade de exercer maior influência. A única possibilidade dos Partidos Liberais do continente exercerem alguma liderança consiste numa aproximação ao Partido Popular Europeu.

Do que precede pareceu imprescindível examinar-se o desempenho e as perspectivas do Partido Popular Europeu porquanto dele pode vir a depender o futuro da doutrina liberal.

Brasília, agosto de 2007.

A. P.

APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO

As principais modificações introduzidas nesta segunda edição consistem na eliminação do capítulo nono – dedicado ao que então denominei de “tentação social democrata” – e a significativa ampliação dos capítulos segundo e sétimo. No capítulo segundo, estendi a Hayek a crítica que havia feito a Von Mises. Considero – e procuro justificar essa convicção – ultrapassadas as suas propostas em matéria política, em que pese a *notável contribuição que proporcionaram à economia, no tocante ao funcionamento do mercado*. Procurei também apresentar especificamente o neoconservadorismo, cujas contribuições muito aprecio.

O capítulo sétimo, tanto na primeira como nesta edição, ocupa-se do liberalismo social. Levando em conta que os liberais conservadores, que são relativamente ativos em nosso meio, defendem a tese de que tratar-se-ia de uma qualificação sem qualquer sentido, procurei aprofundar a caracterização do processo histórico de sua constituição. Essa análise mostra que as políticas sociais bem sucedidas são todas de origem liberal, que em sua formulação tiveram que derrotar os socialistas, naquelas circunstâncias movidos pela suposição de que o sistema capitalista não era passível de reformas. Além disto acrescentei, à análise precedente do tema da igualdade, uma crítica ao igualitarismo de John Rawls.

Quanto à supressão do capítulo dedicado à social democracia, corresponde a uma imposição do curso histórico recente. Com efeito, o principal resultado do desmoronamento do sistema soviético tem consistido no extremo fortalecimento da social democracia. Presentemente, apenas o Partido Socialista Francês, dentre as grandes agremiações desse campo, mantém-se fiel à bandeira socialista. Todos os demais não só optaram francamente pela social democracia como têm procurado aproximá-la cada vez mais da tradição liberal. Cito apenas o exemplo de Tony Blair. Afora ter conseguido eliminar no programa do Partido Trabalhista a famosa cláusula IV, que identificava socialismo com estatização da economia, vem aderindo sucessivamente aos postulados liberais. Assim, é de sua lavra a afirmativa de que a velha esquerda aspirava a igualdade de resultados, enquanto a direita privilégios para uns poucos. Quanto à nova esquerda, que pretende encarnar, afirmar recusar privilégios a quem quer que seja, empenhando-se na busca da *igualdade de oportunidades*. Ora, historicamente, esta distinção em matéria de igualdade correspondia precisamente àquilo que diferenciava a nós liberais dos socialistas (socialistas democráticos, existentes no Ocidente,

que nada tinham a ver com os comunistas do Leste, em que pese buscassem apresentar-se como socialistas). Além desse passo, Blair manteve intactas as reformas liberais do Partido Conservador e empenha-se em desenvolver a previdência privada, iniciativa em relação à qual ainda relutam, no continente europeu, os socialistas recém convertidos à social democracia, para não mencionar Jospin e o PS Francês. Blair fala ainda em *terceira via*, movimento para o qual quer atrair o Partido Democrata dos Estados Unidos, ao que suponho com a intenção de livrar-se da velha Internacional Socialista, cujo núcleo fundamental não parece entender o que se passa no mundo.

A reviravolta nos Partidos Socialistas europeus trouxe-lhes expressivos dividendos eleitorais. Dos 16 países que integram a Comunidade Européia, 14 estão sendo governados por sociais democratas (o PS Francês resiste a fazer profissão de fé neste sentido mas acaba seguindo a orientação dos demais, acobertado pela ressalva de tratar-se de políticas européias comuns).

Num quadro destes, o empenho de diferenciar social democracia de liberalismo social requer exame detido, o que iria sobrecarregar em demasia este livro. A par disto, o Círculo de Estudos do Liberalismo, que se mantém em funcionamento há mais de três lustros, sob a competente coordenação de Ubiratan Macedo, decidiu que o grande debate de nosso tempo não mais se dá entre liberais e socialistas mas entre liberais e sociais democratas. Para atender à circunstância, no ano de 1996 examinamos a obra dos chamados “comunitaristas” norte-americanos, notadamente dos que são nitidamente sociais-democratas; no ano de 1997 e em parte de 98, procedemos à avaliação da social democracia francesa e, presentemente, estamos concluindo a análise do tema da democracia participativa, que se tornou a bandeira de alguns teóricos da social democracia. O Círculo de Estudos do Liberalismo tem editado a documentação resultante dessas discussões. De modo que, a exclusão deste livro do mencionado capítulo não corresponde a uma omissão mas ao empenho de examinar o tema de maneira adequada.

Nos demais capítulos, procurei naturalmente introduzir as atualizações que se mostraram imprescindíveis.

Rio de Janeiro, junho de 1999

A.P.

APRESENTAÇÃO DA 1ª EDIÇÃO

A tarefa mais importante com a qual se defronta a liderança brasileira consiste em retomar os laços com o pensamento liberal dos principais países. Desde o seu nascedouro até mais ou menos os anos trinta, mantivemos estreito contato com a temática e os autores liberais destacados. A partir de então o ideário patrimonialista tradicional assumiu feição socialista e ocupou todos os espaços e os postos relevantes da cultura. De seu largo domínio, durante cerca de meio século, resultou a virtual esterilização das mentalidades, cujo patrimônio intelectual reduz-se hoje a meia dúzia de lugares comuns. Apanhados de surpresa com o fim da experiência socialista européia, teimam em desconhecer a obsolescência do marxismo. Assim, a linha de frente de nossa intelectualidade está completamente perdida, voltada e devotada ao passado e às suas propostas ultrapassadas. Somente o liberalismo tem algo a dizer à nossa juventude e às gerações do futuro.

Entretanto, para que essa possibilidade venha a concretizar-se, é necessário recompor aqueles laços desfeitos. E contrapor-se à tendência, que já se insinua abertamente, de alardear que o liberalismo é uma espécie de liberdade interior, em franca disponibilidade, quando se trata de uma doutrina sólida, com autores reconhecidos e temática própria.

Como uma contribuição no sentido de colocar as coisas no seu devido lugar, os fundadores da Sociedade Tocqueville, entre os quais me incluo, publicamos *Evolução histórica do liberalismo* (Itatiaia, 1987), livro no qual estão estudados os principais autores liberais, desde Locke e Kant, bem como os grandes ciclos do movimento liberal. Naquela oportunidade, assumimos o compromisso de dar continuidade à investigação, caracterizando devidamente as duas vertentes em que se divide: o liberalismo social e o liberalismo conservador, bem como as questões atuais básicas. Ao publicar *O liberalismo contemporâneo* procuro dar conta daquele compromisso.

Neste livro, passo em revista a obra dos principais autores liberais de nosso tempo, agrupando-os segundo as questões que me parecem mais relevantes. Embora considere que o assunto deva merecer tratamento específico, cumprindo elaborar uma agenda liberal na se estabeleça o nosso posicionamento claro em face das questões candentes da atualidade brasileira, procurei orientar o debate na direção que permita desembocar naquela *agenda*. Assim, ao tratar dos sistemas eleitorais, cuidei de desvendar o seu papel quando as tradições culturais não favorecem as instituições do sistema representativo, como parecer ser o caso brasileiro. No que se refere à educação, empenhei-me no sentido de fixar a singularidade do modelo luso-brasileiro em face daqueles países que conseguiram constituir um sistema de

ensino dedicado à formação da cidadania. E também no que se refere à pobreza e às políticas sociais de um modo geral.

Levando em conta que tem sido dada preferência à difusão no país, como representativos do liberalismo, autores como Von Mises ou Hayek, trato de ressaltar que, embora hajam contribuído para a compreensão da complexidade do mercado, evidenciando ser ilusórias as pretensões de “aprimorá-lo” com ingerências burocráticas, a questão não se reduz a proclamar as vantagens do capitalismo. Precedendo-a e condicionando-a, esbarramos com os que os estudiosos de língua inglesa chamam de “cultura política” e prefiro denominar de tradição cultural. Sem favorecer o pleno desabrochar de tradições mais afeiçoadas liberalismo, o capitalismo não terá a sua vez no Brasil como não a encontrou até o presente. É óbvio que devemos dar preferência a esse sistema que se revelou capaz de assegurar a igualdade de oportunidades e invejável distribuição de renda, como demonstramos no texto. mas, para chegar lá, é necessário deter-se no funcionamento das instituições do sistema representativo, sistematicamente desfiguradas ao longo da República, e da chamada *questão social*. Em vão buscar-se-á em Von Mises ou Hayek respostas a tais indagações. O primeiro simplesmente condena os interesses, que constituem o cerne da representação política, enquanto o segundo recusa frontalmente o sistema representativo. Parece-me mesmo que, em matéria política, estariam mais próximos do tradicionalismo que do conservadorismo liberal. Este, como vimos pela atuação de Margareth Thatcher ou Ronald Reagan, é autenticamente revolucionário. O que Reagan fez para restaurar a eficácia dos principais programas do Welfare americano (tema examinado no livro) revela com propriedade o sentido profundo do conservadorismo liberal, do mesmo modo que os programas de democratização do capitalismo patrocinados por Thatcher, ao enterrar a estatização da economia que só traz benefícios a pequeno contingente enquistado na burocracia.

Atribuo, portanto, maior relevância ao neoconservadorismo. Embora preserve a denominação de liberalismo social - recusada por meu dileto amigo Embaixador Meira Penna, do mesmo modo que por Roberto Campos, pessoas pelas quais guardo grande respeito intelectual -, trato de distingui-lo da social-democracia. Reconheço, naturalmente, os riscos do liberalismo social capitular diante do que Fourcade chamou de “tentação social-democrata” e aponto mesmo alguns exemplos dessa capitulação. Contudo, a juventude brasileira - que devemos conquistar para as nossas idéias, proclamando abertamente o nosso constrangimento ao constatar, em pleno final de século, a hegemonia de correntes totalitárias no movimento universitário - precisa ser informada do papel dos liberais no adequado equacionamento da

chamada questão social, graças à circunstância de que o capitalismo se tenha revelado capaz de propiciar bem-estar material à maioria, ali onde teve condições de florescer, o que não é evidentemente o nosso caso. A exemplo do que ocorreu em diversas partes do mundo, o desafio diante do qual nos encontramos é o de transformar o liberalismo num movimento pujante, apto a enterrar de vez a secular tradição contra-reformista, justamente o que nutre hoje os remanescentes socialistas. O ódio ao lucro, ostentado por expressivos segmentos de nossa intelectualidade, é muito anterior ao capitalismo. Em nossa cultura, é um fenômeno cujo apogeu encontra-se no século XVIII, conforme procuro demonstrar nas reedições que promovi. De sorte que a questão é eminentemente moral e não economicista.

Quero agradecer a alguns amigos que muito contribuíram no sentido de que pudesse ter acesso à bibliografia contemporânea do liberalismo. Em primeiro lugar, Ubiratan Macedo, que tendo permanecido vários anos nos Estados Unidos, em fins dos anos setenta e começos da década de oitenta, conseguiu mapear as várias escolas. Em seu regresso, organizou um círculo de estudos em sua casa onde, durante largo período, lemos e discutimos as principais daquelas obras. Para manter-me atualizado, em seguida ao regresso de Ubiratan ao Brasil, contei com a valiosa ajuda de Arthur Gerhardt Santos, personalidade destacada do mundo cultural e político capixaba. Tendo que viajar com frequência, ao exterior, por sua atividade empresarial, organizou o contato com livreiros e instituições, graças ao que evitamos o isolamento a que a política cambial dos sucessivos governos nos condenava, ao tratar simples leitores como autênticos importadores.

E, finalmente, no período em que residi em Vitória, pude beneficiar-me da grande familiaridade com que desfruta Francisco Albernaz - jovem e promissor docente universitário - do debate acadêmico das idéias liberais na Europa de nosso dias.

Agradeço, também, aos membros do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio, que tenho a honra de integrar, a oportunidade que me proporcionaram de discutir muitos dos temas aflorados neste livro. A divulgação, na *Carta Mensal* - que obedece à competente orientação de Paulo C. Godoy - das conferências que ali pronunciei, permitiram-me ouvir críticas e sugestões de muitos colegas e amigos - decisivas na feição final que vieram a assumir neste livro - que deixo de mencionar expressamente, receando omissões injustas.

Outubro de 1994

A. P.

CAPÍTULO PRIMEIRO A DEMOCRATIZAÇÃO DO SUFRÁGIO

A democratização do sufrágio representou o grande desafio enfrentado pela doutrina liberal ao longo do século XX e ainda corresponde a questão nuclear para países como o Brasil, onde não se conseguiu consolidar as instituições do sistema representativo.

A generalização do sufrágio permitiu que chegassem ao poder, pelo voto, inimigos declarados do sistema representativo, valendo-se da oportunidade para destruí-lo. O Partido Nacional Socialista, da Alemanha, tornou-se o exemplo paradigmático. Semelhante resultado não poderia deixar de enfraquecer as convicções dos próprios liberais, surgindo em seu seio uma tendência nítida, representada pelos austríacos, de encontrar uma alternativa para o sistema representativo.

Por outro lado, os socialistas popularizavam a crença de que a riqueza provinha exclusivamente do trabalho realizado pelos operários, sendo a propriedade capitalista um roubo, como diria Proudhon. Análises aparentemente sofisticadas seriam produzidas pelos marxistas, em favor da mesma simplificação. Bastaria eliminar a figura do capitalismo e a prosperidade passaria a ser fenômeno geral. Tratava-se evidentemente de uma balela mas alguns contextos culturais revelaram-se extremamente receptivos a esse tipo de promessa irresponsável. Na Rússia foram necessários sete decênios para que a elite comunista dirigente reconhecesse a falência daquele princípio diante da evidência empírica de que, ao invés da prosperidade geral prometida, de sua aplicação resultava que o país estivesse cada vez mais pobre. ⁽¹⁾

Contudo, ao longo do século, no Ocidente, a bandeira simplificadoria dos socialistas revelou-se capaz de atrair votos. Em conseqüência, no seio das hostes liberais surgiu o fenômeno que Pierre Fourcade denominaria de “tentação social-democrata”, isto é, a disposição de chegar a um acordo com os socialistas como forma de manter-se no poder.

A experiência do século XX serviu para evidenciar que os liberais não podem renunciar às instituições do sistema representativo. Em matéria de gestão econômica, as doutrinas liberais passaram por grandes transformações desde Adam Smith. O *laissez-faire* foi abandonado pelo keynesianismo, que conseguiu eliminar as crises cíclicas, justamente o seu objetivo maior. Contudo, o intervencionismo keynesiano favoreceu a emergência de práticas tipicamente socialistas, como o Estado produtor e o excesso de regulamentação da vida econômica. Sua reformulação é fenômeno de nossos dias, havendo, na visão de Henri Lepage duas grandes correntes - denominada a primeira de “antecipações racionais” e a segunda de

“freio fiscal”-, ambas louvando-se deste princípio: “O problema não consiste em duvidar que as fórmulas keynesianas possam ser, em certas circunstâncias, particularmente eficazes, mas em esclarecer que o emprego e o desenvolvimento das técnicas keynesianas têm modificado progressivamente o universo econômico, em relação ao qual elas tinham sido concebidas, ao ponto de que o que antes era eficaz, hoje é fator gerador de efeitos perversos cada vez mais acentuados, e dos quais só podemos nos liberar mediante uma substituição completa de instrumentos”.⁽²⁾

Ainda assim, as instituições do sistema representativo revelam maior continuidade. É certo que os partidos políticos deixaram de ser simples blocos parlamentares para se transformarem em organizações permanentes, estruturadas em torno de um núcleo programático. Ainda assim, não substituem o próprio eleitorado, mantêm a característica de instância representativa, cujo mandato deve ser periodicamente confirmado ou revogado.

Os Parlamentos evoluíram grandemente, dispondo, nos principais países do Ocidente e no Japão, de assessorias e procedimentos consagrados para que exerçam de fato suas atribuições de pautar a ação do Executivo segundo as grandes linhas consagradas nas eleições gerais. Apesar disso, precisam de delegação expressa do eleitorado para introduzir alterações substanciais na vida das pessoas. A chamada questão dos direitos civis nos Estados Unidos - isto é, a eliminação das discriminações contra os negros - é bem um exemplo da circunstância que se quer destacar. Mais expressamente: o sistema representativo pressupõe que o Parlamento não se transforme numa instância moral. As mudanças desse caráter são estabelecidas por consenso, de que a sociedade não abdica.

De sorte que esses dois instrumentos - Partidos Políticos e Parlamentos - saíram incólumes da grande prova a que foram submetidos com a democratização do sufrágio. Trata-se de uma experiência fundamental para o liberalismo contemporâneo, razão pela qual cumpre-nos examiná-la, ainda que nos detendo apenas nos principais países.

I – A questão teórica da democratização da idéia liberal

Em seus primórdios, a doutrina liberal não guardava compromissos com o ideal democrático. Seu propósito era criar freios e limites ao poder absoluto do monarca. A experiência inglesa comprovou que a reação monárquica assumia formas de extrema violência. Somente a elite proprietária tinha condições de levar essa luta a bom termo. John Locke (1632/1704) viveu parte dessa experiência e cuidaria sobretudo de sistematizar os seus

ensinamentos no livro *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*. Antes de ser editado, em 1690, circulou entre a elite, notadamente aquela que sofreu sucessivos exílios no continente.

Deste modo, o governo representativo como a maneira de pôr fim à monarquia absoluta corresponde, historicamente, a uma questão muito concreta. Durante o século XVII a Inglaterra vivenciará outras alternativas inclusive a própria eliminação da monarquia e um governo ditatorial (a ditadura de Cromwel, 1599/1658). O sistema concebido por Locke refletia o consenso de parcela significativa da elite. A prática do século XVIII configurou-o como modelo.

Os eleitores foram agrupados em circunscrições limitadas, que tomavam por base as divisões administrativas consagradas. Cada shire (condado ou distrito) elegia dois representantes. Existindo 300 dessas divisões, o Parlamento se constituía de 600 deputados. Os eleitores tinham que possuir bens de raiz e determinados níveis de renda. A delimitação de funções entre Legislativo e Executivo resultou de longa experimentação, terminando por se constituir o chamado Governo de Gabinete, sustentado por maioria parlamentar, desaparecendo o poder pessoal do monarca.⁽³⁾

Aproximadamente entre 1760 e 1830, a Revolução Industrial introduziu grandes modificações na distribuição populacional do país. Surgiram cidades e novos centros econômicos. Ainda assim, a elite proprietária urbana achava-se escassamente representada. A Reforma Eleitoral de 1832 cuidou de permitir-lhe o acesso à Câmara, transição que esteve longe de ser tranqüila, configurando, ao contrário, uma disputa profunda.

A representação das circunscrições com menos de 2 mil habitantes foi eliminada, reduzindo-se para um único deputado a dos condados que não passavam de 4 mil habitantes.

Nada menos que 43 cidades adquirem o direito de representação no Parlamento. A exigência de renda é mantida, de modo que o sistema continua circunscrito à classe proprietária. Ainda assim, correspondeu a uma alteração substancial, tornando o Parlamento mais aberto às reformas econômicas levadas a cabo nos decênios seguintes e que fizeram da Inglaterra o país mais poderoso do mundo. O eleitorado expandiu-se de 220 mil para 670 mil. Nos meados do século o país registrava 27,5 milhões de habitantes. O direito de representação limitava-se a apenas 2,5% do total.

A Constituição Monárquica de 1791, resultante da Revolução Francesa, manteve as restrições ao sufrágio, limitado o direito de voto aos *cidadão ativos* (assim chamados aqueles que pagavam impostos ou taxas). Tal princípio seria combatido ferozmente pelos jacobinos

que imaginavam uma alternativa na pessoa de alguns iluminados, supostamente capazes de interpretar o sentimento popular. A prática dessa doutrina demonstrou que não passava de disfarce para ditaduras pessoais. Mas como essa proposta se autodenominava de “democracia”, trouxe como conseqüência a desmoralização do ideal democrático. Ao longo de toda a primeira metade do século XIX a avaliação que se fazia da Revolução Francesa era eminentemente negativa, à vista dos grandes sofrimentos que trouxe para o povo francês nas sucessivas e ininterruptas guerras que provocou, além de ter instaurado a instabilidade política, de que França não conseguiu livrar-se.

Na Inglaterra, a oportunidade para discutir-se o problema com uma certa amplitude ocorreria durante o movimento cartista. Desencadeado em contraposição ao caráter limitado da Reforma Eleitoral de 1832, durou aproximadamente até fins da década de quarenta. A denominação deve-se ao documento em que consubstanciam as suas reivindicações, intitulado *Carta das Liberdades do Povo*, onde preconizavam estas regras: 1) sufrágio universal; 2) voto secreto; 3) eleições anuais; 4) supressão da exigência de renda e 5) remuneração dos deputados. O movimento alcançou grande popularidade, declinando após as reformas que introduziram o livre-cambismo, iniciadas naquele último decênio.

Os cartistas colocavam em discussão novas premissas que, de certa forma, tangenciavam a experiência inglesa. O governo representativo propunha-se impedir que o monarca governasse autocraticamente. De início, a sua principal atribuição era aprovar os impostos que tinham caráter anual, para obrigá-lo a reunir o Parlamento pelo menos uma vez por ano. Subseqüentemente é que ampliou os seus poderes até alcançar a fórmula “o Rei reina mas não governa”.

Quanto à representação, era entendida como sendo de interesses. Apenas os interesses da elite proprietária rural eram aceitos como plenamente diferenciados daqueles tradicionalmente expressos pela Monarquia. Quem não tinha renda não podia a esta contrapor-se. E a renda provinha basicamente da exploração da terra. Somente a Revolução Industrial iria evidenciar a emergência de nova classe de interesses, vinculados às cidades e à indústria.

Em confronto com as tradições culturais inglesas, valorativas da experimentação e da prática, o cartismo revestia-se de conotação nitidamente “metafísica”. A Carta tomava por base simples abstrações como esse homem universal ao qual devesse ser atribuído acesso ao sufrágio.

Entretanto, na medida em que se organiza a dispõe de uma pauta concreta de reivindicações, o movimento sindical aparece como correspondendo a interesses também perfeitamente diferenciados. Não acarretam nenhum risco de servir de pretexto para restaurar o poder pessoal do monarca. Certamente, a Inglaterra vitoriana não mais configurava esse risco mas não havia também nenhuma razão para alterar-se a natureza da representação.

Seria, pois, recusado toda espécie de argumentação “metafísica” acerca da natureza humana. Mas para assegurar a representatividade dos sistema, no que toca aos interesses presentes à sociedade, o Parlamento inglês empreendeu o caminho da reforma eleitoral, batizado com propriedade de *processo de democratização da idéia liberal*. Liderado por William Gladstone (1809/1898) compreende, inicialmente, a introdução do voto secreto (1872) e a divisão do país em distritos eleitorais de importância análoga, elegendo cada um deles um deputado (1884). Até o fim do século o eleitorado passa a 4 milhões de pessoas.

O movimento cartista teve entretanto o grande mérito de suscitar o aparecimento, no continente, dos Partidos Radicais, que muito iriam contribuir para que os socialistas, afeiçoados exclusivamente às soluções revolucionárias, aceitassem as regras do sistema representativo. Aparecem inclusive agremiações denominadas de Radicais-Socialistas, para enfatizar o seu compromisso com os princípios do liberalismo político e do Estado Liberal de Direito. Aliados aos socialistas, os liberais, autodenominados de *radicais*, fizeram alianças com os socialistas, ali onde organizaram seus primeiros gabinetes. O presidente francês François Mitterrand eleito pelos socialistas, pertencia originalmente ao Partido Radical. O fato merece ser destacado porquanto foi decisivo para as instituições do sistema representativo, assegurando a sua sobrevivência na grave crise com que se defrontou ao longo do século, na medida em que permitiu o isolamento dos comunistas, defensores abertos do sistema totalitário.

A democratização do sufrágio teve prosseguimento depois da Primeira Guerra. Em 1918, a lei assegurou o direito de voto a todos os ingleses maiores de 21 anos e a todas as mulheres com mais de 30 anos. A igualdade entre homens e mulheres é aprovada em 1928.

No primeiro Censo realizado após a Segunda Guerra, em 1952, a Inglaterra contava com 50,7 milhões de habitantes. O eleitorado correspondia a cerca de 29 milhões de habitantes, equivalentes a 57% da população.

O sistema eleitoral inglês permitiu que os socialistas, representado pelo Partido Trabalhista, chegassem ao Poder no último pós-guerra e introduzissem profundas alterações na economia do país, caracterizadas por sua ampla estatização.

A partir de 1979, o Partido Conservador ganha sucessivamente as eleições gerais, com base numa plataforma tendo como eixo a prevalência da economia de mercado. Somente nas eleições de maio de 1997 os trabalhistas voltam ao poder, após ter renunciado à reestatização da economia e aceito manter as principais reformas conservadoras.

Deste modo, a democratização do sufrágio, empreendia em caráter pioneiro pela Inglaterra, em nenhum momento ameaçou a existência do sistema representativo. Tal entretanto não ocorreria no continente. Antes de abordar especificamente esse aspecto, vamos nos deter na análise da experiência americana, consagrada do modelo inglês.

ANEXO- William Pitt e a independência do Parlamento

William Pitt (1759/1806) era filho do Conde de Chatman, conhecido político que tinha o mesmo nome. Concluiu sua formação humanista em Cambridge, aos 17 anos. Revelou desde cedo grande interesse pela vida política do país e achava-se presente à sessão da Câmara dos Lordes em que seu pai faleceu, na própria tribuna, enquanto discursava (1778). Tinha 22 anos quando se elegeu para a Câmara dos Comuns. Seu primeiro discurso no Parlamento revelou que se tratava de um jovem extremamente bem preparado para a vida pública, a ponto de que o Primeiro Ministro da época (Lord North) haver registrado que fora o melhor a que presenciara em sua atividade parlamentar. O jovem parlamentar teria oportunidade de participar dos debates relacionados à Independência dos Estados Unidos, propugnando pelo fim da beligerância.

Em março de 1782 iniciou sua primeira participação no governo *whig*, formado em decorrência da vitória eleitoral alcançada naquele ano. Na primeira reforma ministerial seria nomeado Ministro do Exterior. Tinha então apenas 23 anos. Permaneceu no posto um ano.

A experiência parlamentar de Pitt convenceu-o de que a forma de escolha dos membros da Câmara dos Comuns proporcionava ao país uma falsa estabilidade. O sistema em vigor, que dava excessivo poder a alguns de seus membros – pelo direito de eleger representante em localidades sem qualquer representatividade –, segundo seu entendimento, carecia de uma profunda reforma. Tão logo saiu do governo, submeterá à Câmara um projeto que incluía: 1º) verificação e punição de suborno a eleitores; 2º) eliminar a representação das localidades que, pelas reduzidas dimensões do eleitorado, facilitava a corrupção; e, 3º) ampliar o número de componentes da Câmara dos Lordes. A proposta foi derrotada por 293 a 149 votos. Embora desfavorável, tal resultado permitiu-lhe verificar que suas idéias eram apoiadas por expressivo grupo de deputados. Desde então passou a exercer incontestemente liderança do que se poderia denominar de elemento renovador.

Em fins daquele ano (1783), tendo o gabinete renunciado, o Rei Jorge III indica-o para o cargo de Primeiro Ministro. A maioria receberia a indicação com uma grande gargalhada o que não impediu a sua eleição mas praticamente paralisou o seu governo. As

sucessivas derrotas na Câmara não o levaram a renunciar. Ao contrário, aproveitou a circunstância para popularizar suas idéias no país. Confiante nessa estratégia, convocou eleições gerais para março de 1784. Estas eleições asseguraram-lhe maioria. Elegeu-se representante de Cambridge, que se considerava como posto dos mais destacados.

William Pitt ganhou sucessivas eleições e permaneceu no poder até 1801, isto é, dezessete anos.

Em sua longa permanência no poder, Pitt privilegiou as seguintes linhas de atuação: 1ª) Aperfeiçoar os mecanismos governamentais destinados a transformar a Inglaterra na maior potência comercial do mundo, introduzidos por Elisabete I e que, embora negligenciados sob os Stuart, lograram ampla continuidade nos dois séculos desde então transcorridos. Conseguiu muita coisa neste sentido, inclusive a eliminação do contrabando; e, 2ª) Aperfeiçoar o arranjo institucional do Império a fim de evitar fraturas, a exemplo daquele que resultou da independência dos Estados Unidos. Nesse mister não seria bem sucedido. Concebeu um mecanismo de convivência com a maioria católica da Irlanda, atribuindo-lhe a prerrogativa de fazer-se representar no Parlamento inglês, respeitados os direitos da minoria protestante. Esse arranjo encontrou uma formulação acabada em 1801 mas encontrou grande resistência, a começar do próprio rei George III, levando à renúncia de Pitt.

O seu grande feito, entretanto, consistiu em tornar o Parlamento uma instituição independente perante a Coroa e respeitada pela opinião pública. O desfecho dessa conquista seria o surgimento de uma variante do governo representativo: o denominado sistema parlamentar ou parlamentarismo. Na Inglaterra preservou-se a monarquia, porém as funções executivas passaram a ser exercidas por um governo não só constituído como aprovado pelo Parlamento, e por este controlado. Nessa modalidade de monarquia constitucional, "o Rei reina mas não governa".

O curioso é que esse fato notável foi alcançado em que pese a Câmara dos Comuns não haja acolhido o seu projeto de reforma, transformando-o em lei. Além do projeto de 1783, antes referido, voltaria à carga, animado pelos resultados eleitorais alcançados em março de 1784. Gozando de incontestável prestígio nos mais amplos círculos do país, acreditava que venceria a resistência, na Câmara, dos que seriam diretamente afetados. A nova proposição consistia em extinguir a representação de 37 localidades que não tinham qualquer representatividade e ampliar a base territorial de outras, de modo a dispor de mais 34 lugares. As 71 cadeiras daí resultantes seriam distribuídas naquelas regiões em que a população registrava crescimento.

Apesar de advertido de que, se não fechasse a questão – fazendo com que a votação equivalesse a um voto de confiança –, Pitt recusou o alvitre e foi derrotado. A proposição obteve 174 votos enquanto 248 representantes votaram contra. Grande número deixou de comparecer à votação, quase um terço, porquanto a Câmara era integrada por 600 deputados, enquanto votaram apenas 422.

Mesmo derrotado, Pitt conseguiu implantar padrão de austeridade no exercício da função. Rompendo com a praxe, nenhum de seus ministros poderia obter emprego nas Companhias de Comércio, que era a forma pela qual o governo organizava o intercâmbio comercial.² A compra de votos passou a merecer tal repulsa que virtualmente cessou. Os

² Vigorava a doutrina chamada **mercantilismo**, segundo a qual os ganhos do país advinham do comércio, razão pela qual deveria ser controlado de perto pelo Estado.

recalcitrantes eram denunciados e execrados. Os líderes políticos tiveram que se preocupar em preservar a reputação. O exemplo do próprio Pitt tornou-se edificante: ao sair do governo acumulou uma dívida tão grande que, embora ajudado pelos amigos, teve que se desfazer do patrimônio da família, inclusive a casa em que residia.

Assim, ainda que a reforma preconizada por Pitt acabasse sendo postergada até 1832, nos decênios posteriores à sua saída do governo a interferência dos reis no governo é efetivamente reduzida.

Os rumos seguidos pela Revolução Francesa tiveram um grande impacto nos destinos das reformas capitaneadas por Pitt, desde que, progressivamente, as relações com a França tornaram-se o tema fundamental.

De início, pareceu ao governante inglês que se tratava de assunto doméstico daquele país. Entretanto, o fato de ter-se tornado patente a existência na Inglaterra de grupos favoráveis àquele movimento, contando inclusive com o apoio de parlamentares,³ levou-o a condenar publicamente tal posicionamento. Diante da execução de Luís XVI em janeiro de 1793, retirou de Paris o embaixador inglês. A primeiro de fevereiro seguinte, a França declarou guerra à Inglaterra.

Desde então, Pitt passa a atribuir prioridade à luta contra a França. Entre março e outubro desse mesmo ano (1793), consegue promover coalizão militar integrada pela Rússia, Prússia, Áustria, Espanha, Portugal e diversos principados germânicos. A coalizão sofreu diversas derrotas em 1794 e a Inglaterra preparou-se para o prolongado conflito que de fato ocorreria. Os impostos elevaram-se brutalmente mas ainda assim o país enfrentava déficits sucessivos.

Afastando-se do governo, em 1801, por motivo da desaprovação pelo monarca de sua política em relação à Irlanda - batizada de "emancipação católica" -, Pitt voltaria ao poder em 1804 para fazer face à ostensiva preparação da Armada Francesa para invadir a Inglaterra. Atenderia de modo satisfatório a esse chamado, mas logo dar-se-ia conta de que a tomada do poder por Napoleão, em 1799, iria postergar por muitos anos a resolução do conflito. Os ingleses conseguiram destroçar a Armada Francesa na Batalha de Trafalgar, a 21 de outubro de 1805. Porém, quase de imediato, Napoleão obteve uma grande vitória sobre a coalizão, em Austerlitz, em dezembro do mesmo ano. Deprimido pelos rumos da guerra, Pitt adoece seriamente, vindo a falecer a 16 de janeiro de 1806.

A consolidação do governo representativo na Inglaterra, no século XVIII, teve profundas conseqüências nos destinos do Ocidente.

O caminho apontado pela Revolução Francesa não conduziu à concretização de nenhuma de suas promessas. A **liberté** que era o centro de sua bandeira, direcionada precisamente contra a monarquia absoluta - ideário que se supunha seria melhor efetivado pela República, proclamada em 1792 - viu-se espezinhada, tanto pelo Terror dos republicanos como pela revogação do princípio constitucional, sob Napoleão, ao proclamar-se Imperador e dispensar a existência do Parlamento. O ideal de **égalité** seria apropriado pela nova vertente, socialista, surgida no século XIX, que pretendia a igualdade social imposta pela força, exigente da abolição dos ricos, que o marxismo tão bem saberia encarnar. E, quanto à

³ Justamente essa circunstância é que levaria Edmund Burke (1729/1797) a escrever *Reflexões sobre a revolução na França* (1790), texto que viria a tomar-se clássico.

fraternité, seria simplesmente esquecida, tamanho o ódio que a Revolução acabou inoculando na convivência entre as nações da Europa continental.

Num quadro destes, a alternativa do governo representativo deixava de ser um simples ideário vazio, a exemplo do que se tornara a experiência da França. Pelo caminho da reforma, daria corpo ao projeto moral que as consignas da Revolução Francesa pretendiam expressar, reduzindo-o à escala humana, única capaz de levá-lo à progressiva implantação e sucessivo aperfeiçoamento.

II – A consagração do modelo inglês: a experiência americana

Quando proclamou a sua independência, os Estados Unidos eram constituídos de treze estados, compreendendo uma população da ordem de 4 milhões, distribuída numa pequena faixa próxima do Atlântico. Firmada a paz, o território tinha 1,4 milhões de km².

O processo de ocupação e povoamento estendeu-se por todo o século XIX. A União constituía uma unidade administrativa denominada *território*, que governava diretamente. A sua transformação em estado era complexa e foi perturbada pela divisão que acabou levando à guerra civil. Contudo, os estados do extremo setentrional estão constituídos, na costa do Pacífico, respectivamente em 1859 (Oregon) e 1889 (Washington), e os da fronteira setentrional nesse último ano (Idaho, Montana e Dakota). No continente, os últimos estados estruturam-se em 1912, na fronteira com o México (Arizona e Novo México).

Com a compra de Luisiana, a incorporação do Texas e a conquista do Novo México e da Califórnia, chegam aos meados do século com um território contínuo, abrangendo desde o Atlântico ao Pacífico, pouco inferior a 5 milhões de km². Em 1859 a população correspondia a 23 milhões e o número de estados ascendia a 33.

O núcleo fundamental dos que conceberam e implantaram as instituições norte-americanas era constituído de protestantes dissidentes (não-anglicanos), que nutriam grandes desconfianças em relação ao Estado. A monarquia inglesa lhes reservara surpresas desagradáveis. A Constituição da Carolina, de 1669, que se acredita tenha sido redigida por Locke, serviria como ponto de referência. A Constituição de 1787 assegura aos estados plena autonomia na administração de seus próprios assuntos, e à Câmara dos Representantes federal grande soma de poderes. A União tem atribuições muito específicas no que respeita à defesa, relações com outros países e política de imigração.

Visitando o país nos anos de 1831 e 1832, de que se valeu para escrever o clássico *A democracia na América* (1835-1840), Alexis de Tocqueville (1805-1859) observa a inexistência de grandes disparidades sociais. A parcela dominante da população era

constituída de pequenos e médios proprietários e empreendedores. De sorte que, mesmo adotando o censo eleitoral, o país era governado democraticamente.

Antes de mais nada, vigorava significativa descentralização, participando as comunidades da gestão da coisa pública e da escolha direta dos principais responsáveis. Os distritos eleitorais tinham uma base territorial limitada, garantida a proximidade entre representante e representado. Além disto, as eleições tinham lugar a cada dois anos.

O problema capaz de ferir de morte esse sistema, como bem entrevira Tocqueville, era a escravidão. Assim, embora fizesse questão de enfatizar a temeridade das prospecções quanto ao futuro, avançaria a seguinte advertência: “... sejam quais forem os esforços dos sulinos para conservar a escravidão, não o conseguirão para sempre. A escravidão, encerrada num só ponto do globo, atacada como injusta pelo cristianismo, como funesta pela economia política: a escravidão, em meio à liberdade democrática e às luzes da nossa época, não é de forma alguma uma instituição que possa durar. Em ambos os casos necessário se faz esperar grandes infortúnios. Se a liberdade for recusada aos negros do Sul, eles acabarão por tomá-la violentamente pelos seus próprios esforços; se lhes for concedida, não tardarão a abusar dela”.

O compromisso de 1820, quando do estabelecimento do estado de Missouri, proibia a escravidão ao Norte e nos novos estados que se constituíssem, resultando a nítida divisão do país quanto à matéria. Em 1860, quinze estados com cerca de 10 milhões de habitantes tinham 3,5 milhões de escravos, enquanto os 18 estados restantes (com população de 20 milhões) eram abolicionistas. Com a eleição de Abraham Lincoln (1809-1865) para a Presidência, em 1860, que se propunha abolir essa situação de compromisso, o estado da Carolina retira-se da União, logrando a adesão de outras onze unidades federadas. Começa em seguida a guerra civil, que dura de 1861 a 1865, ocasionando um milhão e meio de mortes. Vitoriosa, a União impõe o término da escravatura.

A abolição representou um duro teste para o sistema eleitoral. No Sul, toda sorte de manobra seria mobilizada a fim de impedir o exercício do direito de voto pelos negros. A alegação é de que constituiriam, por todo o Sul, câmaras e governos exclusivos. A realidade do período da reconstrução mostrou que os receios eram infundados. Os negros não ganharam eleições para os executivos estaduais; elegeram dois senadores e alguns deputados para o Congresso federal, vindo a obter maioria numa única assembleia estadual. Muitos emigraram para o Norte e trataram de conquistar espaços da mesma forma como o comum dos empreendedores americanos. A prosperidade geral incumbiu-se de sanar as feridas da guerra.

Até o fim do século, os Estados Unidos conquistariam uma posição de vanguarda no que respeita à democratização do sufrágio. Em 1900, o Censo registra a presença de 75.994 mil habitantes, dos quais 18.974 mil maiores de 21 anos (25% do total). Nas eleições presidenciais desse ano votaram 13.965 mil (18,4% do total). Levando-se em conta que o voto não era (nem nunca foi tornado) obrigatório, o percentual de votantes é muito expressivo. Na mesma época, o eleitorado da Itália era inferior a 10% da população.

Desde o fim da guerra civil, os Estados Unidos recebem enormes contingentes de emigrantes, em torno de dez milhões em cada decênio, movimento que continua, com maior ou menor intensidade, até os anos cinquenta. De aproximadamente 76 milhões em 1900, a população passa a 105,7 milhões, em 1920; 131,7 milhões em 1940 e 150,7 milhões em 1950. Em 1980 alcançava 226 milhões (crescimento de 50% em relação a 1950), estimando-se 260 milhões para 1990.

Nos primeiros decênios do século, o número de votantes acompanha o crescimento populacional, chegando a 26,8 milhões em 1920, crescendo com maior intensidade no ciclo seguinte. Assim, entre 1920 e 1958, a população expande-se em cerca de 60% (de 105,7 milhões para 168,2 milhões), enquanto o número de votantes incrementa-se em 130%, elevando-se para 62 milhões naquele último ano. Em termos percentuais, tais resultados são inferiores aos observados na Europa, correspondendo a aproximadamente 40% da população (contra 60% na Inglaterra e 65% na França). Nas oito eleições presidenciais ocorridas entre 1960 e 1988, não se altera substancialmente o percentual de votantes em relação à população.

Estudiosos consideram que, nesse último período, teria aumentado a diferença entre os que dispõem do direito de voto e os que o exerciam. Nas eleições de 1960, 1964 e 1968, os votantes correspondiam entre 61 a 63% do eleitorado potencial, percentual que passa a oscilar de 55 a 53% nas eleições de 1972, 1976, 1980 e 1984. Outros entendem que esse tipo de especulação não refletiria a realidade da vida americana, levando-se em conta que, concluído o ciclo de imigração intensiva e de assimilação cultural das novas gerações de emigrantes (através sobretudo do ensino básico obrigatório, que atinge virtualmente o total da população na idade correspondente), o coeficiente dos que exercem o direito de voto, nas eleições presidenciais, mantém-se equilibrado em torno de 40% da população.

Costuma-se dizer que, sendo a escolha do representante um direito, participar dessa escolha é um privilégio que deve ser exercido conscientemente. Além disto, a administração interfere pouco na vida das pessoas. A implementação de políticas públicas pressupõe intensa discussão e significativa participação popular. As questões de ordem moral são extremamente

mobilizadores, achando-se toda a população engajada em alguma forma de associação, havendo uma infinidade de entidades religiosas, culturais ou cívicas.

O certo é que a representatividade do sistema tem se revelado incontestável. Ao longo de duzentos anos, nenhuma das crises experimentadas pela sociedade foi capaz de abalar a estabilidade de suas instituições.

Os Estados Unidos optaram por manter inalterado o número de deputados eleitos para Câmara dos Representantes (435 cadeiras), redesenhando a base territorial do distrito a cada Censo. O país experimentou grandes movimentos populacionais, mesmo ao longo deste século, compreendendo não só a incorporação de imigrantes mas também o maior incremento de determinadas regiões. Ainda neste pós-guerra verificou-se esvaziamento populacional do Nordeste e migração de contingentes expressivos para o Oeste e Sudoeste. Conservou-se igualmente inalterada a praxe de eleger-se um deputado em cada distrito, escolhendo-se o que alcance maioria absoluta.

A exemplo do que se verificou na Inglaterra, sistema distrital levou à formação de apenas duas poderosas agremiações partidárias. Durante todo este século, nas eleições para Câmara dos Deputados, os dois maiores partidos têm obtido mais de 94% dos votos, conforme se pode ver dos dados adiante transcritos:

(votação obtida para a Câmara dos Representantes, em %)

ANO	P. REPUBLICANO	P. DEMOCRATA	TOTAL
1920	58,8	35,6	94,4
1922	51,5	44,7	96,4
1924	56,5	40,4	95,9
1926	56,1	40,2	96,7

1928	52,6	42,0	98,1
1930	41,4	44,6	97,2
1932	41,7	54,5	95,9
1934	39,6	53,4	95,1
1936	47,7	55,8	95,4
1938	39,6	48,6	95,6
1940	47,0	51,3	95,9
1942	45,6	46,6	96,7
1944	50,6	50,6	96,8
1946	47,2	4,3	97,8
1948	53,5	51,6	97,9
1950	45,3	48,9	96,8
1952	48,9	49,2	97,5
1954	47,0	52,1	98,1
1956	48,7	50,7	99,4
1958	43,5	55,6	99,1

FONTE: Statistical Abstract of the United States - 1960

Os Estados Unidos nunca estiveram ameaçados pela presença de facções totalitárias que aspirassem subverter o Estado Liberal de Direito. Nas eleições a que concorrem à Presidência (1924, 1928, 1932, 1936 e 1940), os comunistas obtiveram, respectivamente, 38 mil, 40 mil, 103 mil, 80 mil e 49 mil votos. O desenvolvimento industrial se fez acompanhar de um potente movimento sindical que entretanto observou o cumprimento dos estatutos legais, por ele mesmo conquistados. As disputas entre patrões e empregados foram entendidas como fazendo parte do direito privado. Somente depois dos anos trinta, em decorrência sobretudo dos efeitos da crise de 1929, cuida-se das leis sociais. Conforme teremos oportunidade de examinar mais detidamente no Capítulo Sexto, a chamada “seguridade social” obrigatória abrange o patamar mínimo. Aposentadoria complementar e desemprego são atendidos por seguro, gerido por empresas privadas. É certo que desde o *New Deal* daquele mesmo período (anos trinta) o orçamento federal destinou verbas crescentes para atender situações de pobreza ou indigência. As administrações republicanas, na década de oitenta, introduziram alterações substanciais nessa política, com o propósito de eliminar as burocracias que surgiram à sua sombra, processo que tem prosseguido mesmo sob os democratas.

Desde 1896, os socialistas tentaram sucessivamente formar uma agremiação partidária expressiva. As maiores votações que chegaram a alcançar, nas eleições

presidenciais de 1912, 1920 e 1932, oscilaram pouco acima de 900 mil votos, anos eleitorais em que os Partidos Republicano e Democrata obtiveram, respectivamente 3,5 e 6,3 milhões; 16,1 e 9,1 milhões; e 15,8 e 22,8 ,milhões. Os socialistas não conseguiram, pois firmar-se como força autônoma. Desde os anos trinta, entretanto, considera-se que venham conquistando ascendência crescente no Partido Democrata, a ponto de que o termo *liberal*, com que se designavam (por oposição a *conservative*, como se dá na Inglaterra), haja passado a se constituir numa espécie de sinônimo de socialista. O mais adequado seria traduzi-lo por social-democrata. As administrações democratas, desde aquela década, trataram de interferir na vida econômica do país, introduzindo sucessivos regulamentos, ao arripio da tradição nacional. Os republicanos desmontaram peça por peça esse sistema, notadamente nos anos oitenta.

III – Os novos sistemas eleitorais e a estabilidade política na Europa

1. O papel dos sistemas eleitorais

O trânsito do absolutismo para o sistema representativo, no continente europeu, foi extremamente traumático. Mais das vezes seria impulsionado pelo *democratismo*, isto é, sob a inspiração de lideranças apressadas que tudo queriam alcançar de uma vez, terminando por predispor os conservadores contra o sistema representativo tomado em bloco. A partir dos meados do século XIX emerge o socialismo revolucionário. Na medida em que avança a Revolução Industrial, os problemas de ordem econômica e social tornam-se desafiantes para os governantes. Como fazer face a essa problemática inaugurando, ao mesmo tempo, formas de convivência democrática?

O sistema inglês e norte-americano tinha notoriamente a vantagem de vir sendo constituído paulatinamente. Afora isto, desde que se instaurou a tolerância religiosa, as questões morais foram sendo decididas por consenso. A escravidão, nos Estados Unidos, é um caso-limite. Mesmo tendo sido imposta à minoria pela violência, não se configuraram as hipóteses de que se tornaria uma questão tão dramática a ponto de levar o país ao abismo. O Censo de 1990 encontrou 10% de negros (26 milhões para população, na mesma data, de 260 milhões), em grande medida disputando as oportunidades em igualdade de condições em que pese a sobrevivência de expressões do racismo. Enfim, não se transformou num *affaire* superior às forças do sistema representativo.

A idéia imperial foi cultuada na Inglaterra sem reacender ambições territoriais no continente, a exemplo do que ocorreria em relação à França, à Alemanha e à própria Itália. O

caráter impostergável do fim do império colonial seria assimilado de forma relativamente serena. Essa espécie de política não turbou a visão dos norte-americanos nem se tornou exclusiva, coexistindo com os partidários do isolacionismo e, também, com os que se empenharam em distinguir o papel da liderança americana, no Ocidente, conquistado pelos Estados Unidos, do propósito de transformá-los numa “república imperial”, para usar a feliz expressão de Raymond Aron. O nacionalismo nunca se revestiu da feição exacerbada assumida no continente europeu.

Mas, além dessas tradições culturais favorecedoras dos sistema representativo, o sistema eleitoral vigente não teria contribuído decisivamente para tal desfecho? A singularidade do processo eleitoral inglês, adotado pelos americanos, consiste em que, de um lado, aproxima representante de representado e, de outro, obriga ao afunilamento dos interesses, levando à estruturação de agremiações políticas sólidas, com feição perfeitamente diferenciada diante do eleitorado. No seu livro famoso, Tocqueville manifestara expressamente grande temor da onipotência e da tirania da maioria. A fim de balancear a situação dos país, 150 anos depois do aparecimento de *A democracia na América*, o ensaísta americano Paul Gray passou em revista todas as suas avaliações e temores. Quanto ao que se mencionou, Gray expressou a convicção de que, se Tocqueville revisitasse o país ficaria muito surpreso ao deparar-se com a grande capacidade de fazer ruído e impressionar a opinião que muitas minorias vieram a conquistar.

No entendimento anglo-americano, os sistema eleitoral não tinha por atribuição auscultar a maior gama possível de opiniões mas forçá-las a impor-se uma hierarquia, colocando frente ao governo questões tangíveis.

No continente europeu, o problema da representação das minorias parece haver obscurecido a lucidez mesmo de mentes privilegiadas, razão talvez pela qual os sistemas eleitorais que foram experimentados tangenciaram o essencial, isto é, a aproximação permanente entre representante e representado e não apenas na oportunidade do evento eleitoral. Muitos estudiosos afirmam que os novos sistemas exerceram suas funções nos países pequenos. mas naqueles dotados de maior população, causaram estragos consideráveis.

Essa conclusão se impõe à luz da experiência verificada na França, Alemanha, Itália e Espanha, que eram as maiores desde os fins do século.⁽⁴⁾ Em nenhuma dessas nações os sistemas eleitorais adotados permitiram fosse alcançada estabilidade política. Ainda que não se possa afirmar que teriam papel decisivo no desfecho (autoritário ou totalitário) que acabaram abatendo-se sobre eles (sendo a França a única exceção, tendo porém a vontade

nacional quebrada pela ocupação alemã na Segunda Guerra), pelo menos não atuaram no sentido de contrapor-se às tradições culturais que se revelam desfavoráveis à coexistência democrática. É sintomático que dois desses países (França e Alemanha) hajam mudado o curso de sua história em seguida à introdução do sistema distrital, que certamente não atuou sozinho mas eliminou o foco da instabilidade que por sua vez atuava como exacerbadora das circunstâncias desfavoráveis ao sistema inglês como do norte-americano. Ainda assim os sistemas eleitorais deste pós-guerra, alemão e francês, preservam o caráter daqueles no que se refere à aproximação permanente entre representante e representado, bem como no que respeita ao afunilamento dos interesses.

Antes de nos determos na análise da experiência daquelas nações que eram, no período considerado, as mais representativas do ponto de vista populacional (França, Alemanha, Itália e Espanha), cabe caracterizar os principais dentre os novos sistemas eleitorais.

2. Os novos sistemas eleitorais

A Constituição Francesa de 1791, que introduziu no país a monarquia constitucional, manteve o princípio censitário consagrado pela experiência inglesa (direito de voto condicionado à posse de renda), mas determinou que a eleição se processasse em duas etapas. Primeiro seriam escolhidos os eleitores, vale dizer, as pessoas que indicariam os representantes, e finalmente, o segundo escrutínio em que apenas estes últimos votavam. A Constituição republicana de 1795 manteve o sistema.

O procedimento eleitoral indireto seria popularizado pela Constituição de Cádiz, na abalizada opinião de Walter Costa Porto, que é, sem favor, o mais importante especialista brasileiro nessa matéria. Diz-nos Walter Costa Porto: “Curiosa Constituição, a de Cádiz. Ela resultou da reação do povo espanhol contra os cinco anos de domínio napoleônico. As Cortes de Cádiz votaram, em 1812, a nova Constituição, uma cópia do texto francês de 1791. Portugueses, italianos, romenos, noruegueses, belgas, russos e brasileiros - lembrará Otacílio Alecrim – *Idéias e instituições do Império* (Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Políticos, 1953) – receberam seu influxo. Em Nápoles, lhe apelidarão de “La Pepa”. O Brasil, por um dia, verá em vigor essa Constituição, jurada por D. João V, em abril de 1821. Portugal a terá em 1820; motins populares em Lisboa fazem que “La Pepa” seja jurada para aqueles país; em razão de outro motim, ela foi revogada, menos, entre outros pontos, quanto aos sistema de eleições.

Volta, então, a Constituição de Cádiz a influir em nosso quadro legal nas eleições para os Deputados às Cortes de Lisboa, com o complexo processo eleitoral, em quatro graus, ali previstos para designação dos “Deputados de Cortes”, celebrar-se-iam segundo seus capítulos II e III, “juntas electorales de parroquia, de partido e de província”, as primeiras se comporiam “de todos os cidadão avizinados e residentes no território da paróquia respectiva, entre os que se compreendem os eclesiásticos seculares”; a junta paroquial elegeria “a pluralidade de votos, onze compromissários, para que estes nomeassem o eleitor paroquial”; as “juntas eleitorais de partidos” se comporiam dos eleitores paroquiais que nomeariam “o eleitor ou eleitores” que concorreriam à capital de província para eleger os deputados de Cortes.

Na tradução portuguesa, no artigo 34 das Instruções que acompanha o Decreto de 7 de março de 1821, as juntas eleitorais de “paróquia” se transformam em “de freguesia”, as de partido em “de comarcas”.

Mas a cópia, depois, é fiel ao texto espanhol...”⁽⁵⁾

Mais tarde, o sistema seria simplificado, preservado o caráter indireto mas reduzindo-o a dois graus. Presumivelmente esta é a origem do denominado “escrutínio de lista” que aparece na Constituição francesa de 1848. Os eleitores de segundo grau, isto é, os que efetivavam a escolha do representante, esbarraram com o problema de compor as listas. É ainda Walter Costa Porto quem nos ensina que essa composição assumiu formas variadas - adotando, acrescento, denominações verdadeiramente cabalísticas - segundo fosse a faculdade do eleitor de votar em um único candidato ou em mais de um, as formas de apuração, etc. Essa questão (da lista) seria herdada pelo sistema eleitoral que passou a vigorar no Continente, denominado de **proporcional**.

O modelo que se consolidou na maioria dos países europeus –com a adoção de sistema diferente daquele em vigor nas ilhas britânicas – seria o da **lista pré-ordenada**. Ao concorrer às eleições, a agremiação partidária registra, na instância judicial correspondente, a lista com a qual concorrerá às eleições. Aquela instância diplomará as pessoas, que irão representar o Partido, na ordem que lhes tenha sido atribuída.

Levando em conta a importância do tema em nosso país, vou transcrever esse modelo de cédula eleitoral. Ao introduzir o sistema proporcional, nos anos trinta do século passado, optou-se por deixar ao eleitor a liberdade de escolher entre os nomes com os quais a agremiação concorre ao pleito. A rigor, esse sistema somente foi experimentado após a queda

do Estado Novo, a partir das eleições de 1945. Logo tornou-se patente que era impeditivo da formação de partidos políticos. Apesar disto, as lideranças resolveram insistir, levando o país à Revolução de março de 64 e à permanência dos militares no poder por vinte anos. Em certas circunstâncias, como se indicará, o sistema proporcional gera instabilidade política, ao dificultar a formação de maiorias estáveis. Contudo, tal desfecho não se dá de forma absoluta, conforme a experiência o comprova. Em contrapartida, sem partidos políticos estáveis o país tornar-se-á ingovernável, de forma inelutável.

O último governo militar tentou alterar o sistema eleitoral vigente. Essa tentativa fracassou graças à forma obtusa como foi apresentada a alternativa. A idéia seria copiar o **sistema eleitoral misto**, existente na Alemanha. Foi entretanto denominado de **sistema distrital misto**, revelando-se de impossível regulamentação. O mais conhecido jornalista desse período (Carlos Castelo Branco) teria oportunidade de batizá-lo de “distrito da confusão”.

A Constituição de 88 manteve o sistema indevidamente denominado de “proporcional”. Durante as três últimas Legislaturas o problema foi considerado pelo Congresso, encontrando-se na Câmara dos Deputados (para ser votada), disposição, já aprovada pelo Senado, que institucionaliza a lista pré-ordenada, isto é, procede à imprescindível adequação, do modelo brasileiro, ao exemplo consagrado. Como será referido logo adiante, este provocou instabilidade generalizada na Europa do século XX. Mas não se revelou impeditivo da formação de partidos políticos, sem os quais, conforme ensina a experiência, não pode funcionar sistema democrático-representativo.

Segue-se o modelo de cédula eleitoral adotado nas eleições européias, nos países onde vigora o sistema proporcional.

Partido Popular Monárquico	RPM		<input type="checkbox"/>
Partido Operário de Unidade Socialista	POUS		<input type="checkbox"/>
Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses	PCTP/MRPP		<input type="checkbox"/>
Movimento o Partido da Terra	MPT		<input type="checkbox"/>
Partido Socialista	PS		<input type="checkbox"/>
CDU – Coligação Democrática Nacional	PSN		<input type="checkbox"/>
Partido de Solidariedade Nacional	PSN		<input type="checkbox"/>
Partido Social Democrata	PPD/PSD		<input type="checkbox"/>
Partido Popular	CDS/PP		<input type="checkbox"/>
Bloco de Esquerda	BE		<input type="checkbox"/>
Partido Democrático do Atlântico	PDA		<input type="checkbox"/>

Segundo Walter Costa Porto, a introdução do sistema proporcional deu-se, em caráter pioneiro, na Dinamarca (1855). Sua generalização não ocorreria de modo imediato. A Bélgica, por exemplo, somente o adota em 1899. O problema inicial que suscitou foi o da distribuição dos votos que excedessem ao montante requerido por cada representante (o denominado coeficiente eleitoral), tendo sido encontrada uma fórmula tornada consensual, que passaria a história com a denominação do nome de seu autor (Hondt).

Costuma-se associar a recusa do modelo inglês (sistema distrital) à preocupação com a representação das minorias. Este modo de apresentação do problema dissocia-o da natureza da representação. Seguindo a lição de Benjamin Constant, que a considerava como sendo de interesses –a ser caracterizada no capítulo correspondente –, os liberais ingleses, sob a liderança de Gladstone, antes de ampliar o direito de voto aguardaram pacientemente que o operariado, congregado nas Trade Unions, explicitassem em que consistia as suas reivindicações (não se deve perder de vista que aquelas organizações, originariamente, haviam sido criadas para “quebrar máquinas”, isto é, impedir a substituição das manufaturas

por fábricas industriais). Vale dizer: que comprovassem ter noção clara do seu interesse próprio e não se tratava de segmento disponível para manipulação por terceiros.

Se levarmos em conta que, na Europa continental, teve precedência a questão do sufrágio universal (como era entendido na época, sem incluir as mulheres), ver-se-á que a motivação é bem diversa da suposição antes referida. A Constituição francesa de 1848 introduziu tal disposição, graças à qual o eleitorado passou a corresponder entre 35 e 40% da população maior de 21 anos. Na Inglaterra, tal caminho seria percorrido progressivamente. As reformas dos anos sessenta e setenta elevam esse contingente para 16,4% (nas eleições de 1868) e 18% nas de 1883. A divisão do país em distritos eleitorais de importância análoga, elegendo cada um deles um deputado, aprovada em 1884, significava a abolição da exigência de renda e irá refletir-se nas eleições de 1886, quando o direito de voto é atribuído a 28,5% dos maiores de idade. Equivalendo a 30% no pleito de 1914, mostra que o processo, iniciado em 1832, exigiu nada menos que oitenta anos.

Qual foi ao resultado da introdução do sufrágio universal, na França, de modo abrupto e sem etapas prévias?. Nas eleições de dezembro do mesmo ano (1848), elegeu-se Presidente da República a Luís Bonaparte. Logo adiante, em 1852, através de dois sucessivos plebiscitos, convocados depois de haver dissolvido a Assembléia, Bonaparte conseguiu apoio popular para proclamar-se Consul (personagem dotado de poderes absolutos, denominação surgida durante a Revolução Francesa, inspirada na Roma Antiga) e depois Imperador, fazendo com que o país regressasse à monarquia absoluta. Vê-se, pois, que a inspiração continental, tomando-se o exemplo da França, nada tinha de democrática (assegurar a representação das minorias). E, ao mesmo tempo dava razão aos ingleses que durante muito tempo alegaram que a expansão do direito de voto –sem associá-la a grupos sociais concretos, com vistas a ampliar a faixa dos interesses com acesso à representação política-- poderia estimular o Monarca à busca da reconquista dos poderes de que o Parlamento o havia privado.

3.. A experiência francesa

O encontro de mecanismos capazes de permitir que o processo eleitoral não se constitua em fonte permanente de instabilidade política - mas seja, ao contrário, o instrumento adequado para assegurar as reformas favorecedoras do progresso material - foi extremamente dilatado na França. A rigor, somente ocorreria no último pós-guerra, em decorrência da implantação da chamada V República, ocorrida em 1958. A III República, embora haja conseguido exorcizar os fantasmas do golpe de Estado e da restauração monárquica, não logrou a estabilidade política, já que o sistema eleitoral não permitia a formação de maiorias sólidas. Durou de 1870 a julho de 1940, quando o país foi derrotado pelos alemães durante a

Segunda Guerra, organizando-se o regime de Vichy (julho de 1940 a abril de 1945), cuja autoridade estava limitada a uma parte do território francês, desde que grande parcela, abrangendo Paris, achava-se sob ocupação alemã. A IV República, organizada em 1945 com a vitória final sobre a Alemanha, retoma o ciclo anterior de instabilidade, ensejando o desfecho de 1958.

Durante o século de continuidade republicana, a partir de 1870, isto é, da III República, emergiram na França algumas tradições culturais que se contrapunham frontalmente ao sistema representativo. A nação lograra completar a Revolução Industrial durante o século XIX, mas os êxitos econômicos foram maiores durante os surtos autoritários.

Depois da Revolução de 1789, a França parecia condenada à instabilidade política, caracterizada, antes de mais nada, pela fragilidade das instituições. Na primeira metade do século, em seguida ao afastamento de Napoleão (1815), os chamados ultras tentaram restaurar o Antigo Regime, vale dizer, a monarquia absoluta, tentativa frustrada pela Revolução Liberal de 1830. Esta, contudo, não logrou consolidar a monarquia constitucional, derrubada pela revolução de 1848, que proclamou a República (denominada de Segunda, tendo em vista que a Primeira correspondia a um dos ciclos da Revolução Francesa, aquele que vigorou entre 1792 e 1799, quando ocorre o golpe de Estado de Napoleão, que restauraria a monarquia).

A Segunda República durou apenas quatro anos. Em 1852, Luís Bonaparte obteve o apoio da população, através de plebiscito, para introduzir o sistema monárquico. Nos primeiros oito anos de seu novo governo, perseguiu ferozmente os liberais, restaurando virtualmente o absolutismo. Ao longo da década de sessenta, restabelece sucessivamente as franquias democráticas, o que permitiu a vitória liberal nas eleições de 1869 e a volta do regime parlamentar. Mas a isto logo se seguiria um novo começo, justamente o da III República, tornada possível graças à derrota de Luís Bonaparte na guerra franco-prussiana, ocorrida em 1870.

A Assembléia Nacional então eleita era de maioria monarquista que se apresentava, entretanto, muito dividida quanto à restauração a proceder, já que não mais existia uma única casa monárquica. As leis que institucionalizaram a República foram aprovadas com maioria de um único voto, em 1875, o que prenunciava a fragilidade das instituições. Adicionalmente, criou-se uma República parlamentar, Presidente e gabinete eleitos indiretamente.

Na época, ainda não existiam os partidos políticos – na forma como vieram e estruturar-se –, que se tornaram um dos pilares do sistema representativo. A praxe era a da

formação de blocos parlamentares. Na França a situação se complicava pela presença de múltiplas divisões entre os grupos sociais mais influentes.

Os conservadores ainda não se haviam decidido em peso pelas instituições do sistema representativo. Parte deles era francamente favorável às formas autoritárias de governo, nutrida sobretudo pela atuante presença do *democratismo*. A par disto, dividiam-se em monarquistas e republicanos. Os liberais tampouco conseguiam dispor de uma plataforma aglutinadora. Os socialistas, que faziam sua aparição no cenário político, inclinavam-se majoritariamente pelas soluções revolucionárias. A formação do grupo partidário do governo parlamentar seria fenômeno tardio na III República.

Vigorava o sistema eleitoral proporcional, segundo o modelo sucessivamente consagrado em que o eleitor votava na lista hierarquizada, com a qual cada partido concorria ao pleito. Com base na reconstituição efetivada pela editora Illustration, no livro *Histoire d'un siècle - 1843-1944* (Paris, 1985), é possível fazer-se uma idéia dos reflexos das divisões da opinião sobre os resultados eleitorais. Em 1898, havia 10,7 milhões de eleitores inscritos, para uma população de 38,5 milhões (Recenseamento de 1896), correspondendo a pouco menos de 30% da população. O contingente eleitoral era, portanto muito expressivo, considerando-se que inexistia o sufrágio feminino. Nas eleições daquele ano (1898), votaram 7,5 milhões, tendo os liberais alcançado aproximadamente 3,3 milhões, 43 % dos votos apurados, mas divididos em conservadores (2,6 milhões) e radicais (708 mil). Os monarquistas obtiveram cerca de 1,3 milhão de votos (17%). Os vários agrupamentos de esquerda ficaram com os 40% restantes, mas também subdivididos em “Esquerda Progressista” (1,5 milhão de votos, 20%); radicais socialistas (900 mil 12%) e socialistas revolucionários (600 mil, 8%).

Três seqüelas deixadas pela Revolução Francesa dificultavam a polarização espontânea do eleitorado, capaz de levar a maiorias sólidas, que era a esperança dos partidários dos sistema proporcional. A primeira consistia no *democratismo*; a segunda no ressurgimento da idéia imperial, que tornou extremamente aguda a questão do militarismo; e, finalmente, o anticlericalismo.

O fulcro central da instabilidade seria o *democratismo*, na medida em que nutria os remanescentes ultras e as novas formas de autoritarismo. Corresponde ao uso demagógico do ideal democrático. Enquanto o liberalismo propugnava trabalho paciente de organização dos interesses, para permitir que estes chegassem a definições programáticas, estabelecendo por esse meio a base da negociação entre os vários interesses, o *democratismo* tinha por missão permitir que um grupo radical chegasse ao poder, circunstância de que se valeria para impor

sua vontade aos demais, esmagando toda oposição pela violência. Nutria-se da tese, posta em circulação por Rousseau, da existência de uma “vontade geral”, o que pressupunha a emergência de um grupo de “puros”, habilitados a interpretá-la. Não se tratava, portanto, de instaurar uma verdadeira vida democrática.

O democratismo mantinha mobilizados os conservadores, permanentemente à cata de pretextos para impor formas autoritárias de governo, já que a experiência comprovava ser a “democracia” sinônimo de anarquia. O curso histórico iria, entretanto, sugerir que as lideranças carismáticas poderiam colocar a vontade popular a serviço do autoritarismo. Luís Bonaparte derrotou a República mediante a realização de plebiscitos, nos quais obteve esmagador apoio dos votantes. A questão militar, pela forma que indicaremos, também criou a possibilidade para barrar o caminho do sistema representativo.

As táticas do democratismo foram apropriadas pelo socialismo, o que introduziu elemento adicional de instabilidade. Encontraria em Auguste Blanqui (1805/1881) sua grande expressão, ao indicar que a única forma de se chegar à revolução socialista seria mediante a organização de um grupo limitado de dirigentes, que tivesse capacidade de aproveitar circunstâncias favoráveis para promover a insurreição violenta. O blanquismo não afetou apenas a história francesa, havendo autores, mesmo socialistas, que enxergam no leninismo seu desenvolvimento coerente. Na França, levou ao movimento denominado “Comuna de Paris”, que se aproveitou da guerra franco-prussiana para assumir o poder na Capital, em 1871. Derrotados, foram ferozmente perseguidos. Mas tiveram continuidade nos chamados “socialistas revolucionários” e no movimento operário que assumiu durante algumas décadas, feição revolucionária, considerando sua missão promover a greve geral para derrocar o poder instituído. A CGT foi organizada em 1895, reunindo cerca de 420 mil associados. Em 1893, as greves acarretaram perdas equivalentes a 3 milhões de homem/dia de trabalho.

A Revolução Francesa introduziu, adicionalmente, um outro elemento de instabilidade ao revigorar a idéia de *império*. A tendência principal da época moderna consistia em levar à consolidação dos Estados nacionais que, embora mantendo possessões noutras partes do mundo, aspiravam à vigência de fronteiras estáveis na Europa. Napoleão violou abertamente a regra. Luís Bonaparte restaurou as aspirações imperiais européias da França, o que levou à guerra com a Prússia e à sua própria derrocada, em 1870. Em decorrência dessa derrota, a França perdeu parte de seu território, anexado à Alemanha que, nessa ocasião, por fim se unificava. A reconquista desse território passou a constituir a

bandeira do que passou á história com o nome **revanchismo**, em torno da qual dar-se-ia a polarização dos segmentos autoritários.

A liderança do revanchismo viria a ser assumida pelo general Georges Boulanger (1837/1891). Ministro da Guerra em 1886, alcança grande popularidade a partir do momento em que Bismarck aponta-o como o principal obstáculo ao bom relacionamento entre a França e a Alemanha. O “boulangismo” torna-se sinônimo de revanchismo. Ao mesmo tempo, Boulanger reclama uma reforma constitucional que estabeleça um Executivo forte. Sob sua liderança, está em marcha, abertamente, um golpe de Estado. O momento aprazado para desencadeá-lo parece ser o escândalo que leva à renúncia do Presidente e do Gabinete, em 1889. O novo primeiro-ministro, Pierre Tirard enfrenta os golpistas e os desarticula. Boulanger refugia-se na Bélgica, onde acabaria cometendo suicídio.

Com a derrota dos autoritários e a desesperança dos monarquistas de encontrar uma figura capaz de reuni-los sob uma única bandeira, estariam criadas as condições para o fortalecimento da República. Nos começos do século acredita-se mesmo estar sendo realizado o sonho da estabilidade. Ao ciclo de crises sucessivas e ininterruptas, segue-se um decênio, de 1899 a 1909, quando, dos seis gabinetes que passaram pelo poder, um durou três anos, outro dois e meio e o terceiro mais de dois. Mas, depois da queda de Clemenceau, em julho de 1909, até o início da Primeira Guerra, em 1914, sucedem-se nada menos que nove ministérios e apenas um duraria mais de um ano.

O anticlericalismo representava outro fenômeno que contribuía para promover polarizações desfavoráveis à manutenção do sistema representativo. Subsistia a vinculação entre o Estado e a Igreja Católica, mas os católicos relutavam em aceitar a República, enquanto os republicanos retribuía cultivando, em relação a eles, grandes desconfianças. A maçonaria era uma instituição forte na III República e seus integrantes continuavam insistindo na separação, que afinal se consuma em 1905. Pela nova legislação aprovada, reafirma-se a liberdade de culto, mas cessava toda espécie de doações e contribuições oficiais. Além disto, os fundos e as rendas da Igreja deveriam reverter em favor de associações culturais, reconhecidas oficialmente, que poderiam manter serviços religiosos. A hierarquia romana recusou-se aceitar esse dispositivo, em represália do que o Estado confiscou suas propriedades e bens, doando-os a instituições de caridade. Ainda que a separação favorecesse a Igreja Católica ao libertá-la da ingerência oficial, a legislação republicana do começo do século serviu para reacender velhas disputas. O Estado procurou favorecer o ensino laico, o que se constituiu em favor adicional de atrito.

O chamado “*affaire Dreyfus*” acentuou divisões artificiais no país, colocando de novo em primeiro plano sentimentos anti-republicanos, embora em seu auge a III República já contasse com mais de dois decênios de existência.

Em 1894, o Capitão do Exército Alfred Dreyfus, de ascendência judia, foi acusado de ter vendido segredos militares à Alemanha. Condenado e expulso do Exército, foi encarcerado no presídio de triste fama que os franceses mantinham na Ilha do Diabo, na Guiana Francesa. Em 1897, os esforços da família para provar sua inocência receberam reforço inesperado com a revelação do Cel. Georges Picquart, do serviço secreto, de que o documento que serviu de base para a condenação havia sido forjado pelo oficial de artilharia Esterhazy. Por instâncias do Senado, este último foi submetido a uma Corte Militar e absolvido, transformando-se num herói popular. Anti-semitismo, nacionalismo e revanchismo voltavam à tona. No ano seguinte, contudo, o Cel. Picquart reúne novas provas da falsificação e o oficial que o substituíra no serviço secreto comete suicídio. Esterhazy foge para a Inglaterra.

O “*affaire*” arrasta-se ainda durante anos e somente em 1906 Dreyfus foi reabilitado por uma decisão da Câmara dos Deputados. O envolvimento de intelectuais de renome, como Émile Zola, em sua defesa, determinou que toda a Nação se posicionasse. Católicos, monarquistas e nacionalistas tomaram partido contra o oficial injustamente condenado. Considerando que a República estava em perigo constituiu-se a denominada “União da Esquerda”, como bloco eleitoral, ao qual agregam-se os radicais (liberais).

O problema maior de toda essa situação consistia no fato de que, dadas as condições vigentes na Europa, por mais que o militarismo estivesse associado às correntes autoritárias, o imperativo da defesa não podia ser contestado. Tendo ascendido ao trono em 1888, Guilherme II prescindiu dos serviços de Bismarck, mas deu continuidade à política de assegurar a hegemonia alemã mediante a chamada Tríplice Aliança, que reunia Alemanha, Áustria-Hungria e Itália. Seus exércitos expandiam-se sem cessar. A França perdera para a Alemanha com a derrota de 1870, o território da Alsácia-Lorena, compreendendo as cidades de Estrasburgo e Metz, além de ter pago pesadas indenizações. O clima não favorecia a que problemas desse tipo fossem solucionados mediante negociações. A Alemanha desejava também obter colônias na África e em outras partes do mundo, ameaçando os interesses ingleses. Formou-se então a Tríplice Entente, integrada pela Rússia, França e Inglaterra. A paz armada estava destinada a corresponder à ante-sala do conflito.

Do que precede, é fácil verificar o quadro desfavorável em que atuavam os liberais. Além disto, estavam profundamente divididos entre conservadores e radicais. Estes nunca distinguiram claramente o processo de democratização da idéia liberal na Inglaterra, capitaneando por Gladstone, e a pregação do benthanismo e do movimento cartista. Enfatizavam, portanto, a questão democrática e não a organização dos interesses, que exigiria uma profunda reforma eleitoral. Queriam também trazer para primeiro plano os temas relacionados à reforma social, seguindo ao programa que os liberais ingleses começaram a aplicar a partir de 1906. Embora não tivessem logrado sucesso na sua implementação, pela oposição dos conservadores e dos próprios “socialistas revolucionários”, com essa abertura deram surgimento aos chamados “radicais socialistas”, isto é, socialistas que acreditavam pudesse ser alcançada a melhoria dos padrões de vida da massa trabalhadora no quadro das instituições do sistema representativo. Assim desempenharam papel dos mais relevantes, na França, na medida em que esse posicionamento permitiu o isolamento posterior dos socialistas totalitários que, com o passar do tempo, transformaram-se na grande ameaça à República Democrática.

A guerra estabeleceu uma trégua política, concentrando-se o poder em mãos do Executivo, com respaldo do Parlamento. Findo o conflito, entretanto, a Câmara tratou de recuperar suas atribuições. Para as eleições de 1919, na esperança de minorar os efeitos resultantes da prática do sistema proporcional, estabeleceu-se que o voto dado às legendas que não alcançassem o quociente eleitoral, deveria ser apurado em favor das maiores agremiações. Ainda assim, o fracionamento não foi superado, razão pela qual os conservadores criaram o Bloco Nacional que conseguiu obter maioria parlamentar, com o apoio dos radicais (facção liberal).

O expediente de formar grandes coalizões, na década de vinte, deu a ilusão de que poderia ser alcançada a estabilidade sem modificar radicalmente o sistema eleitoral, ilusão que se desvanece no fim do decênio.

O Bloco Nacional identificou-se com a política que exigia da Alemanha “restituições, reparações e garantias”. As restituições diziam respeito à devolução dos territórios perdidos em 1870, o que foi alcançado. No que respeita às reparações, reivindicava-se que a França fosse indenizada pelo conjunto de perdas decorrentes da guerra. Os Estados Unidos e a Inglaterra limitaram-nas às despesas resultantes da recuperação de áreas civis destruídas. E quanto às garantias, o propósito era obstar a recuperação da indústria

bélica alemã localizada no Ruhr. Sem o apoio inglês para tal iniciativa e diante da relutância dos alemães em pagar as indenizações em 1923 a França ocupou militarmente o Ruhr.

Para opor-se a essa linha belicista, formou-se o denominado *Cartel das Esquerdas*, que, entre outras coisas, preconizava o apoio à República Alemã (a chamada República de Weimar). O *Cartel* alcançou expressiva votação nas eleições de 1924, mas só conseguiu formar o Gabinete com o apoio dos radicais. Em 1926, estes retiram-lhes a sustentação, voltando ao poder os conservadores. A coalizão conservadora alcança maioria nas eleições de 1928, mas só se mantém no poder até o ano seguinte. Entre a queda dos conservadores, em 1929, e a formação do governo da Frente Popular, em junho de 1936 - chefiado por Léon Blum (1872/1959), líder do Partido Socialista -, isto é, no período de sete anos, a França teve nada menos que vinte gabinetes, média de três por ano.

A instabilidade política nutria os inimigos do sistema representativo. A Ação Francesa, as Juventudes Patrióticas e a Cruz de Ferro mantinham abertamente organizações paramilitares e garantiam suas demonstrações de rua com efetivos próprios. O Partido Comunista, formado após a Revolução Russa, promovia contrademonstrações com o propósito de convencer seus partidários de que o “governo burguês não tinha condições de manter a ordem”. A par disto, o perigo de guerra aumentara grandemente com a vitória eleitoral do Partido Nazista, na Alemanha, em 1932. Em 1935, o Sarre aprova em plebiscito a sua incorporação à Alemanha. Em março de 1936 a Alemanha denuncia os tratados que a obrigavam a desmobilizar-se. É sob esse clima que se forma a Frente Popular, liderada pelo Partido Radical e apoiada pelos Partidos Socialista e Comunistas, para concorrer às eleições de maio de 1936. Vitoriosa essa coalizão, consegue manter-se no poder até abril de 1938, quando se forma o governo chefiado por Daladier, líder do Partido Radical. Daladier tentou externamente apaziguar os nazistas, fazendo-lhes concessões, e internamente combater os extremistas, inclusive os comunistas, cujo apoio a políticas antifascistas desapareceu com a assinatura do Tratado de não-Agressão entre Stalin e Hitler, em agosto de 1939. Dirigiu a guerra até às vésperas da derrota, em maio de 1940. O armistício e a capitulação francesas foram assinados em junho daquele ano.

Em setembro de 1944, organizou-se um governo provisório, abolindo-se a República de Vichy. As primeiras eleições tiveram lugar a 21 de outubro de 1945 com o propósito de recompor a Câmara e decidir sobre a manutenção da Constituição de III República. O eleitorado, na proporção de 95%, preferiu uma nova Constituição. O primeiro projeto, de maio de 1946, foi rejeitado em plebiscito, sendo aprovada a nova versão em outubro.

Basicamente restaurava-se o regime da III República, isto é, governo parlamentar e Presidente sem funções executivas. A Câmara dos Deputados denomina-se Assembléia Nacional e, a segunda Câmara, Conselho da República. O mandato dos deputados passa de quatro para cinco anos. Mantém-se o sistema proporcional.

Assegurado o direito de voto às mulheres, o corpo eleitoral ascendia a 22,7 milhões de pessoas. O Recenseamento de 1946 registrara pouco menos de 40 milhões de habitantes. O eleitorado alcançava, portanto, 57% da população.

A exemplo do ciclo precedente, o sistema eleitoral revelou-se incapaz de levar as maiorias sólidas. Nas eleições de 1946, surgiram três grandes agremiações: o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Movimento Republicano Popular, afora outros agrupamentos menores. No pleito de 1951, as agremiações com igualdade de forças passam a seis, além dos indicados, o Partido Radical, o Partido Republicano e o gaulista RPF (*Rassemblement du Peuple Français*). Os dois últimos grupos tinham aliados entre os pequenos partidos. As eleições parlamentares de 1957 acentuaram esse fracionamento.

Desde a eleição de Léon Blum para formar o gabinete em dezembro de 1946, após o novo ordenamento institucional, até a crise de maio de 1958, quando a Assembléia entrega o poder ao General De Gaulle, passam pelo poder nada menos que 22 gabinetes (média de dois por ano). As dificuldades para superar as crises ministeriais acentuavam-se. Ao governo que durou de junho a setembro de 1957, seguiram-se 36 dias com o poder vago. O gabinete que subiu em dezembro daquele ano caiu em abril do ano seguinte. O substituto agüentou 15 dias. Como nos ciclos anteriores, os inimigos do sistema representativo ocupavam a cena. O movimento de extrema-direita, denominado “poujadismo”, cuja bandeira principal era a denúncia do parlamentarismo e a adoção de “regime forte”, obteve 2,5 milhões de votos em 1957.

Charles De Gaulle (1890/1970) era militar de carreira, tendo sido promovido a general em maio de 1940, sendo designado subsecretário da Defesa. Recusou o armistício com os alemães, refugiando-se na Inglaterra. Foi o grande artífice da Resistência. Chefiou o governo provisório, mas afastou-se em janeiro de 1958, criando o partido antes mencionado (RPF). Com a crise de 1958, anunciou achar-se pronto para assumir o poder, aceitando o convite do Presidente para organizar o novo Gabinete. De Gaulle obteve da Assembléia uma delegação para propor uma reforma constitucional que, submetida a plebiscito em setembro daquele ano, obteve 17,7 milhões de votos, de um total de 22,6 milhões de votantes (78,3%).

A reforma constitucional introduzida por De Gaulle, com o que se iniciava a V República, empreendeu a mudança do sistema eleitoral, passo diante do qual haviam recuado todas as reformas anteriores.

Desde o colapso da restauração monárquica efetivada por Luís Bonaparte, a República achava-se prestes a completar 90 anos, com um acervo notável de serviços prestados à Nação. O fantasma monárquico fora afastado definitivamente. O país tornara-se uma potência industrial e acabou vencendo a guerra, apesar da derrota de 1940, da ocupação alemã e da República colaboracionista de Vichy. No segundo pós-guerra inicia-se uma política radicalmente diversa no tratamento dos vencidos, levando em conta que a experiência anterior nutria revanchismo e mantinha o perigo de guerra. Agora, a Alemanha é ajudada a reconstruir-se. Permanência a ameaça totalitária no Leste Europeu. Mas, desta vez, o que se encontrava em jogo era a capacidade do sistema capitalista de promover o bem-estar social. No embate com o socialismo, tornara-se inevitável a prevalência desse aspecto. Muito provavelmente, o grupo derrotado nesse confronto teria que renunciar à solução de força, tanto pela perspectiva de derrota como pela ameaça de hecatombe nuclear, da qual não resultariam vencedores.

A instabilidade política era, notoriamente o ponto fraco. Além disto, na medida em que o país não era capaz de estruturar governos fortes e estáveis, dilatava-se a solução do chamado “problema colonial”. Os impérios formados nos séculos anteriores desmoronavam a olhos vistos. O caminho da negociação, empreendido pela Inglaterra, evidenciava-se como o menos traumático. Mas faltava à França condições institucionais para conceder independência à Argélia, como se tornaria evidente sob o próprio De Gaulle, que enfrentou uma revolta do Exército ali aquartelado. O tema assumia tais contornos dramáticos, sobretudo em decorrência da instabilidade política, nutrida pelo sistema proporcional.

A V República introduziu o sistema distrital, com uma peculiaridade: a admissão de um segundo escrutínio em todas as circunscrições em que não surgisse detentor de maioria absoluta. No sistema consagrado (inglês e norte-americano), a lei estabelece, universalmente, a maioria absoluta, o que obriga os partidos a assegurar previamente a esse desfecho. Com a eleição em dois escrutínios, a legislação francesa permitia que, preliminarmente, se auscultasse a tendência do eleitorado, o que de certa forma facilitou a sobrevivência de muitos partidos (dezessete ao todo) mas que se reagrupam em dois grandes blocos. A prática sugeriu que, no segundo escrutínio, formam-se maiores estáveis.

Alterou-se também a forma de governo. A Presidência da República deixou de ser função decorativa, responsabilizando-se por aquelas funções permanentes do Estado (diplomacia, defesa e funcionalismo). O Primeiro Ministro dirige as políticas sociais, devendo merecer a confiança do Parlamento. Subsidiariamente, os votos de confiança ou de desconfiança exigem maioria absoluta. O mandato do Presidente é fixado em sete anos, permitida reeleição. Mas a sua escolha ainda tem lugar por procedimento indireto.

As primeiras eleições distritais em dois escrutínios tiveram lugar em novembro de 1958 (respectivamente a 23 e 30). Contando o país com 465 distritos (número correspondente de deputados) - sem computar a representação das áreas não-metropolitanas, que então detinham 17 cadeiras - os gaulistas obtêm 188 lugares e os conservadores independentes 132, perfazendo cerca de 70% do total. Em 1962, De Gaulle promoveu um plebiscito para decidir sobre sua proposta de promover-se eleição direta para escolha do Presidente da República. Apesar da grande abstenção (6,5 milhões de eleitores, num total de 27,6 milhões, equivalentes a 23,6%), o “sim” carrou 13,2 milhões (pouco menos de 50%). Como a Assembléia se havia oposto ao plebiscito, o governo a dissolve e convocam-se eleições parlamentares, nas quais (novembro de 1962) os gaulistas detêm 230 cadeiras isoladamente e mais 20 dos aliados (maioria de 54%).

As primeiras eleições diretas para Presidente verificam-se em dezembro de 1965. Os mais votados, no primeiro turno, são: De Gaulle (10,4 milhões), Mitterrand (7,7 milhões) e Lacaunet (democrata-cristão, 3,7 milhões). No segundo turno vence De Gaulle com 12,7 milhões de votos.

A V República enfrentou uma séria crise com a revolta estudantil de maio de 1968, que contou com a adesão das organizações sindicais de trabalhadores. Choques armados tiveram lugar ao longo do mês, chegando o Governo a um acordo com os sindicatos no dia 27. Isolados, os estudantes renunciaram aos seus propósitos. A Nação supunha estivesse eliminada a hipótese de tomada do poder pela força, resultando a revolta da pregação de ultra-esquerda, capitaneada por intelectuais sem consciência de suas responsabilidades sociais. Os comunistas procuraram eximir-se do seu patrocínio. Mas a população não parece ter acreditado nessa afirmativa, seguindo-se, desde então, o declínio eleitoral do Partido Comunista, que despontara no pós-guerra como a grande facção do futuro.

Para auscultar o sentimento da Nação, convocam-se eleições no próprio mês de junho de 1968 (dias 23 e 30). De Gaulle convoca os franceses a operem-se à ameaça

totalitária, obtendo 292 cadeiras (63% do total). Os comunistas elegem 34 deputados (7,3% da Assembléia).

De Gaulle resignou à Presidência em abril de 1969, em seguida a mais uma consulta plebiscitária em que não obteve maioria expressiva. Faleceria em novembro de 1970.

Além da reforma eleitoral, que demonstraria ter eliminado a fonte da instabilidade política, De Gaulle iniciou uma decidida aproximação com a Alemanha, pondo termo às rivalidades tradicionais que haviam gerado os anteriores conflitos bélicos. Impulsionou também a formação da Comunidade Econômica Européia, embora se opusesse ao ingresso da Inglaterra, restrição que posteriormente seria abolida. Revelou-se, portanto, uma personalidade decisiva para os destinos do Ocidente.

Eleições presidenciais tiveram lugar em junho de 1969, elegendo-se o candidato gaulista Georges Pompidou. Por essa época, a população francesa ascendia a cerca de 50 milhões de habitantes e o eleitorado a 32,5 milhões (65% da população).

Novas eleições presidenciais ocorreram em 1974, ganhando mais uma vez os gaulistas (Giscard D'Estaing). Em 1981, elege-se Presidente François Mitterrand, numa coligação liderada pelo Partido Socialista. O sistema por eleição em dois escrutínios assegurou-lhe maioria absoluta na Assembléia. O programa socialista de nacionalizações (denominação dada à estatização de atividades econômicas) criou para o país sérias dificuldades econômicas de que decorreu, nas eleições de 1987, maioria liberal na Assembléia, coexistindo durante um certo período Presidência socialista e Gabinete liberal. Entretanto, Mitterrand recua das nacionalizações e pratica uma política econômica consensual, o que lhe assegura um segundo mandato. Revigorado por tais resultados, dissolve a Assembléia e o Partido Socialista obtém maioria parlamentar.

Desde as eleições de 1995 a França enfrenta um impasse crescente que não encontra solução nos marcos do Estado de Direito. Embora envolva questões que serão abordadas especificamente – em especial a crise do chamado “modelo social”, isto é, do sistema de seguridade social – trata-se do seguinte: decisões da maioria parlamentar não conseguem ser implementadas. Na prática, os socialistas somente reconhecem legitimidade à sua própria maioria. É uma situação que não tem sido enfrentada como tal embora prenuncie uma crise semelhante à da década de cinquenta, quando a entrega do poder a De Gaulle extravasou nitidamente os marcos constitucionais.

As eleições de 1995 foram ganhas pelos liberais (Jacques Chirac). Nomeado Primeiro Ministro, Alain Juppé consegue aprovar na Assembléia uma reforma da seguridade social que consistia em aumentar a idade da aposentadoria; reduzir e circunscrever as prerrogativas dos desempregados, do lado da despesa, e do lado da receita, aumentar o valor das contribuições. O país foi então arrastado a uma convulsão tremenda. As greves bateram um recorde histórico: seis milhões de jornadas de trabalho perdidas, sendo 60% no setor público. Chirac afastou o Primeiro Ministro. Antecipou as eleições parlamentares para 1997 e conseguiu aprovar na Assembléia a redução do mandato presidencial, de sete para cinco anos, a partir de 2002.

As eleições parlamentares de 1997 foram ganhas pelo Partido Socialista, passando a Presidencia liberal a conviver com governo socialista (Leonel Jospin). Este teve que introduzir algumas das medidas preconizadas na reforma da seguridade social pelo que desde então chamou-se de “modelo Juppé”. Este, aliás, viria a ser adotado por diversos países europeus, embora se tenha comprovado tratar-se de simples paliativos, exigindo-se outras providências, como teremos oportunidade de referir quando o tema for considerado.

As eleições de 2002 produziram um resultado inusitado: ganhas sem maioria por Chirac, o segundo lugar foi atribuído a Jean-Marie Le Pen, da Frente Nacional, agremiação classificada como sendo de extrema-direita. Os socialistas sofrem fragorosa derrota (Jospin era o candidato). Todas as forças políticas reúnem-se em torno de Jacques Chirac, eleito no segundo turno com 82% dos votos. Mas a experiência iria demonstrar que os socialistas, na prática, não reconhecem a legitimidade de tal desfecho. Em 2006, repete-se a crise de 1995. Alteração nas regras de contratação do trabalho, aprovadas pela Assembléia, não conseguem ser implementadas por manifestações de rua que praticamente paralizam o país.

Trata-se de uma questão que não será resolvida nos marcos do sistema eleitoral. As reformas introduzidas por De Gaulle têm permitido a formação de maiorias aptas a governar, pondo fim às crises do longo ciclo de vigência do sistema proporcional. O problema é que, na prática, os socialistas não aceitam alternância no poder. Neste particular, as eleições de 2007 servirão de teste, já que a coalizão liberal derrotou fragorosamente o Partido Socialista.

Realizaram-se a seis de maio. Os socialista apresentaram como candidata a uma mulher, Segolene Royal, muito bem apessoada mas sem um projeto claro, além de que enfrentou uma grande rejeição, em seu próprio partido, da parte da velha guarda, liderada por Laurent Fabius, que se tornou ferrenho defensor da ortodoxia, responsável pela cisão do PS de que resultou a rejeição do projeto de Constituição.

Nicolas Sarkozy, candidato da coalizão liberal, ganhou as eleições, no segundo turno, com 53% dos votos, vitória espetacular considerado o comparecimento recorde (superior a 80%). Corresponde a uma verdadeira reviravolta já que se opôs claramente à liderança de Chirac e conseguiu impor-se contra a sua vontade. Além de representar os valores tradicionais, dispõe-se a empreender as reformas de que a França carece. As eleições para a Assembléia tiveram lugar pouco mais de um mês após as presidenciais, confirmando-se a nova liderança. A União por um Movimento Popular (UMP), que reúne os liberais, obteve 345 cadeiras, equivalentes a 60% do total (577 representantes).

4. A experiência alemã

A principal tradição alemã consistia na ausência de Estado central forte e vigência de acentuada descentralização, sendo os pequenos principados a nota dominante. O Sacro Império Germano-Romano, que sobreviveu à Idade Média, não lançou as bases de Estado central. Em decorrência da reforma e das guerras religiosas, surgiram duas grandes Confederações, sem que isto se traduzisse numa unificação efetiva. Esta seria decorrência do surgimento de um autêntico Estado moderno na Prússia (antiga Brandenburgo). Desde o século XVIII os prussianos assumem sucessivamente a liderança, consumado-se a unificação sob Otto von Bismarck (1815/1898), em 1871. Chefe do governo prussiano, manteve o posto no Império até 1890.

A Constituição imperial de 1871 consistiu, na verdade, na generalização dos sistema existente na Prússia. Mantinha-se o Parlamento (*Reichstag*), eleito por sufrágio universal - que não se efetivava na prática desde que as mulheres só votaram em 1919. O sistema era proporcional.

O *Reichstag* não tinha a atribuição de escolher ou destituir o Chanceler (chefe do governo), nomeado pelo Kaiser. A prerrogativa de votar o orçamento vinha sendo ignorada por Bismarck, na Prússia, sem provocar maior reação. O Kaiser tinha o poder de dissolvê-lo e convocar novas eleições. De modo que a instituição não teve maior significado durante o Império.

O Imperador governava através do chanceler, apoiando-se na Dieta (Bundesrath), que era o órgão da representação dos estados e dos principados. A Dieta tinha uma larga tradição. Nas confederações de que participaram, os principados dispunham da prerrogativa de escolher o Imperador. Por isto mesmo, os príncipes alemães também eram chamados de *eleitores*.

Nos estados e territórios correspondentes a menores agregações, os órgãos da representação preservaram configurações diferenciadas. Em consequência das guerras religiosas, tendo os súditos que seguir a religião dos governantes, verificaram-se significativos deslocamentos populacionais, acentuados por outras conflagrações, formando-se minorias étnicas por toda parte. A representação devia dar conta dessa singularidade. Nalgumas áreas consagrou-se ainda a representação profissional.

A Alemanha realizou tardiamente a sua Revolução Industrial. Mas, na época de Bismarck, já empreendera esse caminho, emergindo expressivas regiões industriais. Temeroso do sindicalismo revolucionário - de que vivenciara amostra com a Comuna de Paris, pois esta se dera em meio à guerra franco-prussiana - Bismarck tratou de promover legislação protecionista do trabalho e de fazê-la observar pela indústria, ao mesmo tempo em que, pela Lei de Proibição dos Socialistas, promulgada em 1878, obstava a ação dos socialistas-democratas.

Com o afastamento de Bismarck e a revogação da legislação discriminatória, o Partido Social Democrata participa das eleições de 1890, obtendo 20% da votação. Esse resultado expressivo fortaleceu a facção que se contraponha ao socialismo revolucionário. Figuras representativas desse partido - como Karl Kautsky (1854/1938) ou Edward Bernstein (1850/1932) - iriam elaborar a doutrina do socialismo democrático, que repercutiria enormemente em outros países da Europa, já que obtiveram a liderança na II Internacional Socialista (1904-1914). Paradoxalmente, resolveram proclamar-se marxistas, embora seu ideário fosse a mais cabal refutação de Marx, de que se valeriam os comunistas, mais tarde, para denominá-los de revisionistas. Desse modo, não foi por consistência teórica que se preservou a obra de Marx, porém graças a essa circunstância histórica fortuita. Na Internacional, (1866-1876) o marxismo não conquistou qualquer hegemonia, sendo mais influentes outras facções, a exemplo do blanquismo, do anarquismo ou do socialismo de Proudhon.

O Império mobilizou em seu favor a idéia nacional e fundiu-a com a ambição de tornar a Alemanha a nação mais poderosa, apta a ditar regras à Europa, política que levaria inexoravelmente à Primeira Guerra Mundial.

O nacionalismo revelou-se uma força extremamente mobilizadora, acabando a intelectualidade por ser atraída para sua órbita. Mesmo os liberais trataram de afeiçoar-se à idéia da “Grande Alemanha”.

Na condição de minoria, os católicos cuidaram de organizar-se politicamente.

A rigor, todos procuram adaptar-se às circunstância do Estado Autoritário. Não apareceu uma plataforma liberal nitidamente diferenciadora. O movimento pacifista era tênue. E, quando eclodiu a guerra, desapareceu toda oposição.

Com reduzidíssimas exceções, os intelectuais foram para a frente de batalha ou dedicar-se a tarefas vinculadas à guerra.

Com a derrota militar, a monarquia é derrubada em fins de 1918. A circunstância seria aproveitada pelos socialistas revolucionários (ainda não existia o Partido Comunista) para tentar conduzir o movimento até a implantação de uma República soviética, segundo o modelo russo, apoiada em conselhos de soldados e marinheiros. Para se contrapor à ameaça, formou-se uma coalizão de sociais-democratas, liberais e católicos, organizando-se governo provisório que conseguiu esmagar os insurretos e dar curso às providências para instaurar regime constitucional.

Instalou-se em fevereiro de 1919 a Assembléia Nacional Constituinte, eleita com grande participação popular. Votaram 36,8 milhões, pouco mais de 60% da população. Os trabalhos constituintes encerraram-se em agosto, sendo a nova Carta promulgada no dia 11. Tendo a Assembléia se reunido em Weimar, esta seria a denominação da nova República.

O sistema adotado era presidencialista, mas com algumas distinções entre as atribuições do Presidente e do Chefe do Governo. O Presidente era eleito por voto direto com mandato de sete anos, podendo ser reeleito. Exercia a suprema chefia das Forças Armadas e lidava diretamente com os seus assuntos (promoções, nomeações, etc.). Incumbia-lhe firmar tratados e selar alianças externas. Tinha ainda a prerrogativa de dissolver a Assembléia (*Reichstag*) e de suspender as garantias constitucionais.

Quando a Assembléia se reuniu, o país mal saíra da guerra civil. E ainda que a maioria esmagadora da população tivesse feito uma opção clara pela convivência democrática, os comunistas não se tinham desmobilizado e continuavam pregando soluções de força, se bem que participando das eleições. Mas o dispositivo acabaria beneficiando os nazistas, facilitando o seu trânsito para o totalitarismo.

A Assembléia Nacional também seria eleita por voto direto, sendo de quatro anos o mandato de seus membros, distribuídas as cadeiras pelo sistema proporcional. Essa preferência seria desastrosa para a República de Weimar, desde que impediu o estabelecimento de linhas nítidas. Para manter-se no poder os governos eram levados a fazer

concessões que terminavam por impedir que correspondessem a opções claras. As questões eram muito candentes – reparações e revanchismo francês nutrindo os nacionalistas extremados, de um lado, e, de outro, a ameaça permanente de insurreições comunistas, fazendo com que os nazistas ganhassem força entre os nacionalistas – mas havia condições de fazer valer opções liberais, consoante a experiência evidenciaria e indicaremos, se o sistema eleitoral favorecesse o afunilamento dos interesses.

Constituído por indicação do Presidente, o governo tinha, entretanto, que alcançar a confiança do *Reichstag*. O voto de desconfiança da Assembléia derrubava o governo.

Finalmente, a Constituição mantinha a Dieta, com nova denominação (*Reichsret*), composta por representantes dos estados. Suas atribuições estavam, entretanto, limitadas às questões diretamente vinculadas à Federação.

As eleições de junho de 1920 registraram comparecimento inferior ao observado no ano anterior (28,4 milhões de votantes), apurando-se os seguintes resultados:

Agremiações	nº dos votos
Comunistas	2
Socialistas independentes	18
Sociais-democratas	22
Centro	14
Partido Popular da Bavária	4
Democratas	8
Partido Popular	14
Nacionalistas	15
Outros	3
Total	100

Os socialistas independentes desapareceram em dezembro de 1920, juntando-se a ala esquerda aos que haviam fundado o Partido Comunista, no início daquele ano; e, a parcela restante, aos sociais democratas. Coerente com a doutrina estalinista de que o golpe principal devia ser dirigido não contra o inimigo principal, mas contra aquela força com a qual

estivesse em disputa pela liderança do movimento operário, o Partido Comunista combateu sem trégua tanto o Partido Social Democrata como a República de Weimar. Com a sua atuação golpista, muito contribuiu para a ascensão dos nazistas, favorecendo-os abertamente em pleitos eleitorais decisivos, como indicaremos. E, quando Stalin firmou com Hitler o Pacto de não-Agressão, em 1939, estava selada a sorte dos comunistas alemães, que não mais se recuperaram perante a opinião pública.

Eram dois os partidos católicos: o Centro (*Zentrum*) e o Partido Popular da Bavária. A hierarquia católica mantinha grandes reservas em relação à República, inclinando-se francamente por formas autoritárias de governo. Porém, essa postura achava-se mais presente apenas no Partido Popular da Bavária. O Centro sustentou a República.

O Partido Democrata Alemão representava a agremiação liberal mais nítida. Fora o grande artífice da Constituição, que assegurou ao país uma opção nitidamente capitalista no plano econômico. Max Weber (1864/1920) tivera presença marcante em sua estruturação.

O Partido Popular contava com uma ala devotada à organização liberal do Estado e ao capitalismo no plano econômico, embora em seu seio convivessem facções sem maiores compromissos com a República e suas instituições.

Os nacionalistas, que se congregavam majoritariamente no *Deutsche-nationale* (DNPV), eram sustentados por grupos econômicos influentes e não tinham efetivamente qualquer interesse na sobrevivência da República. Sua liderança acabou afinda com os pontos de vista do Partido Nacional Socialista (nazista).

A República enfrentou uma grave crise em 1923, quando esteve a ponto de sucumbir.

A Assembléia Nacional elegera para a Presidência da república a Friedrich Ebert (1871/1925), social-democrata. Como a Presidência da República estava armada de certos poderes, tornou-se um ponto de referência em meio à instabilidade geral, sobretudo permitindo certa continuidade na política exterior, já que entre as suas atribuições encontrava-se a de promover alianças externas. Outra providência que se revelou de grande relevância foi a transformação do Banco Central (*Reichbank*) em instituição independente do governo (agosto de 1924), em meio à hiperinflação, o que facilitou a efetivação de medidas coerentes em prol da estabilização monetária. A política ortodoxa, que deu certo em 1924/25, revelou-se totalmente inadequada para fazer face aos efeitos da crise de 1929. A Escola Austríaca de Economia, que era então a maior influência, aferrou-se de tal forma à ortodoxia que até hoje

nega qualquer validade ao keynesianismo, embora seja opinião consensual que salvou então o capitalismo e preservou eficácia até os anos setenta.

Essa retaguarda institucional (Presidência e Banco Central) permitiu minorar as conseqüências da instabilidade dos governos, que dependiam, consoante se referiu, da maioria parlamentar, que o sistema eleitoral adotado não propiciava. Até a promulgação da Carta e as eleições de junho de 1920, funcionou uma coalizão integrada pelos sociais-democratas, democratas (liberais) e Centro (católico). Embora dispusessem de franca maioria, a implementação de políticas específicas determinou que se alternassem três governos, até as primeiras eleições (Philipp Scheidemann, fevereiro a junho de 1919; Bauer, junho, 1919-março, 1920, e Hermann Müller, março-junho, 1920). Depois das eleições de junho de 1920, formou-se uma nova coalizão (Centro (católico), democratas (liberais) e Partido Popular), dispondo de pouco mais de um terço da assembléia, contando com o apoio dos sociais-democratas, ainda que não entrassem no governo. Alternaram-se estes gabinetes: Konstantin Fehrenbach (junho, 1920-maio, 1921); Wirth (maio, 1921-novembro, 1922); Wilhelm Cuno (novembro, 1922-agosto, 1923); Gustav Stresemann (agosto-novembro, 1923) e Wilhelm Marx (novembro, 1923-dezembro, 1924).

A cobrança de reparações de guerra criava para o país uma situação insustentável, mas a liderança francesa mantinha intransigentemente essa política, embora fossem crescentes no país as forças que advogavam o apoio à consolidação do governo republicano alemão. O Tratado de Versalhes previa um plebiscito na Silésia, levado a cabo em março de 1921. Se bem que a maioria tivesse votado a sua incorporação à Alemanha, por instâncias da França, a Liga das Nações permite seja anexada à Polônia um terço da área, justamente a mais industrializada e com considerável minoria germânica. Em começos de 1923, a França ocupa o Ruhr, criando abertamente uma situação de guerra não declarada. Tudo isto levava ao paradoxismo os nacionalistas e deixava os partidários da República numa situação de grande desconforto.

O fenômeno da hiperinflação alemã de 1923 tornou-se proverbial. Entre janeiro de 1921 e julho de 1922, a cotação do marco passou de 76,7 por dólar para 493,2 por dólar. Em janeiro de 1923, já alcançava 17.742 marcos; em julho, 353 mil; em setembro, 98,9 milhões; em outubro, 25,2 bilhões e, em novembro, 4,3 trilhões. O Banco Central introduziu o curso forçado de uma nova moeda (*rentermark*), valendo cada unidade um trilhão de marcos antigos. Com a vitória do cartel das Esquerdas na França, em 1924, foi possível reformular a política de reparações. Através do chamado Plano Dawes (vice-presidente americano), a

Alemanha faria pagamento simbólico no biênio 1924/1925, recebendo adicionalmente empréstimo internacional compensatório. No período subsequente, progrediria de forma suportável, estabilizando-se a partir de 1929. Seguiu-se o Tratado de Lucarno (outubro, 1925), pelo qual a Alemanha reafirmava a renúncia à Alsácia-Lorena, em favor da França, e o compromisso de manter inalterada as demais fronteiras. Em troca, terminaria a ocupação francesa no Ruhr. Em setembro de 1926, a Alemanha é admitida na Liga das Nações. Criam-se condições para o país ingressar num ciclo de prosperidade econômica.

Valendo-se das dificuldades crescentes (hiperinflação, ocupação estrangeira, etc.), em 1923 os comunistas promovem insurreições armadas na Saxônia, na Turíngia e em Hamburgo, a que se segue o putsch nazista de Munique. Com o apoio do Parlamento, a Presidência suspende as garantias constitucionais e mobiliza as Forças Armadas, logrando esmagar os insurretos.

De sorte que, por volta de 1925, a república havia superado as principais dificuldades.

Em meio à crise, o Chanceler Wilhelm Cuno decide cumprir a Constituição e realizar eleições, revogando a suspensão das garantias constitucionais. Têm lugar, em maio de 1924, mas como não conseguem maioria nem a chamada “coalizão de Weimar”, isto é, os defensores das instituições republicanas, nem os seus oponentes autoritários e totalitários, novas eleições são convocadas em dezembro. Neste ano, os nacionais-socialistas (nazistas) comparecem às eleições em faixa própria, pela primeira vez.

Foram os seguintes os resultados eleitorais:

	1924 Maio	(em %) Dezembro
<i>Coalizão de Weimar</i>	49	56
Sociais-Democratas	21	26
Centro (católico)	13	14
Democratas	6	6
Partido Popular	9	10
<i>Autoritários e Totalitários</i>	42	37
Partido Popular da Bavária	3	4
Nacionalistas	20	21
Nacional-socialistas	7	3

Comunistas	12	9
<i>Outros</i>	9	7
<i>Total</i>	100	100

Embora os partidários da manutenção do regime constitucional tivessem alcançado maioria, esta era extremamente precária. Àquele tempo, os sociais-democratas não haviam rompido publicamente com o marxismo. Apoiando sem reservas o regime constitucional e contando para isto com o respaldo do movimento sindical, seu programa mantinha a crença no socialismo e na sociedade sem classe. O Centro Católico não podia fazer abertamente uma profissão de fé capitalista. Os liberais dispersavam-se no Partido Democrata, no Partido Popular e em outras agremiações de menor expressão. Fosse outro o sistema eleitoral e talvez tivesse chegado a predominar alguma dessas tendências.

O Presidente Ebert faleceu em 1925, convocando-se eleições presidenciais em fevereiro. As forças conservadoras agruparam-se em torno do marechal Paul Hindenburg (1847-1934), que se elegeu com 48,3% dos sufrágios (14,6 milhões). A chamada “coalizão de Weimar” teve como candidato a Wilhelm Marx, que alcançou 43% (13,8 milhões). Parecendo desejosos de levar ao poder a direita nacionalista, os comunistas apresentaram candidato próprio (6,3%, pouco menos de 2 milhões de votos). Entretanto, Hindenburg procurou ser fiel à República.

Nas eleições parlamentares de maio de 1928, a “coalizão de Weimar” manteve a mesma maioria, fortalecendo-se o Partido Social Democrata, em detrimento das demais agremiações, o que se explica pelo fato de que o movimento operário adquiria expressão numérica crescente e a legislação social protecionista do trabalho aprimorava-se de modo ininterrupto. Mas, em compensação, proliferaram os pequenos partidos, em que pese as organizações abertamente autoritárias e totalitárias hajam reduzido sua representação. São estes os resultados de que se trata:

Maior, 1928
(em %)

<i>Coalizão de Weimar</i>	56
Sociais-democratas	30
Centro	12
Democratas	5
Partido Popular	9

<i>Autoritários e Totalitários</i>	30
Partido Popular da Bavária	3
Nacionalistas	14
Nacional-socialistas	3
Comunistas	10
<i>Outros</i>	14
<i>Total</i>	100

A partir da crise econômica de fins de 1929, a situação deteriorou-se francamente. Dependendo em grande medida do comércio exterior, a prosperidade alemã entrou em bancarrota. Em decorrência da falência de bancos e fechamento de indústrias, o número de desempregados chega a 4,3 milhões em setembro de 1931. Nos começos de 1932, essa cifra já ultrapassava 6 milhões. O pensamento econômico predominante, da chamada Escola Austríaca, da mais rígida ortodoxia, tendo ignorado solenemente as doutrinas keynesianas, não tinha propostas que dessem conta do quadro. Seguindo a Keynes, nos Estados Unidos, em circunstâncias econômicas talvez ainda mais desfavoráveis, o Partido Democrata consegue ganhar as eleições de 1932, implementando logo a seguir o New Deal.

Liderado pelo Centro (católico), o governo tentou fazer passar cortes no orçamento, em prol do equilíbrio, às custas do seguro-desemprego – que assumira vulto significativo – seguindo assim a ortodoxia. Como não podia deixar de ser, os sociais-democratas opõem-se vigorosamente e derrubam o gabinete (Müller; março de 1930). Hindenburg indica para formar o novo governo outro líder do Centro (Heinrich Brüning), que, entretanto, não se revelou afinado com o ponto nevrálgico da coalizão, que era a manutenção do sistema democrático. Brüning recorreu aos poderes de emergência de que o Presidente dispunha e promulgou o orçamento por decreto, ignorando o Parlamento (julho). Em setembro dissolveu a Assembléia, realizando eleições nesse mesmo mês. A bandeira da intervenção econômica para debelar a crise, tratando expressamente de minorar e eliminar o desemprego, preservadas as instituições do sistema representativo, que era o cerne da proposta keynesiana, não apareceu no cenário político. O intervencionismo tornou-se sinônimo de governo autoritário, de que souberam beneficiar-se os inimigos da República.

Nas eleições indicadas (setembro, 1930), a “coalizão de Weimar” obtém apenas 46% das cadeiras. Os agrupamentos totalitários e autoritários conseguem 41% dos votos, sendo de

destacar que os nacional-socialistas já correspondem a 18% e caminham francamente para tornar-se o maior partido.

Em 1932, terminava o mandato de Hindenburg, que se candidatou à reeleição. Tiveram que ser realizados dois escrutínios, porquanto apenas no segundo obteve a maioria exigida. Desta vez o velho marechal (tinha então 85 anos) seria apoiado pela “coalizão de Weimar”, desde que o seu oponente era o próprio Adolf Hitler. Mais uma vez os comunistas tiveram candidato próprio, obtendo em torno de 10% da votação. Segundo estudos e análises divulgados naquela época,⁽⁷⁾ desesperançados de eleger seu candidato no segundo turno, setecentos mil eleitores comunistas votaram diretamente em Hitler, a tal ponto se tornara evidente o parentesco totalitário de comunistas e nazistas.

Antes de desabar a noite totalitária sobre a Alemanha, realizaram-se eleições em 1932 (julho e novembro) e 1933 (março). Os nacional-socialistas obtêm respectivamente 37%, 33% e 44% dos votos. Hitler é feito Chanceler e começa a desmontar as várias peças do sistema representativo.

No livro publicado em 1941 com o título *Democracia ou Anarquia? Estudo sobre o sistema proporcional* – que ganharia certa nomeada, tendo sido reeditado pela Johnson Reprint Corporation, de Nova Iorque, em 1972 –, Ferdinand A. Hermens responsabiliza o sistema eleitoral vigente pelo fracasso da república de Weimar e a ascensão de Hitler, afirmando expressamente: “A representação proporcional foi um fator essencial no naufrágio da democracia alemã”.⁽⁸⁾ A liderança que emerge neste pós-guerra soube aprender com a lição.

Derrotada militarmente, a Alemanha teria revistas as suas fronteiras,⁽⁹⁾ sendo o país dividido em quatro zonas de ocupação. Em 1949, França, Inglaterra e Estados Unidos concordaram em que se formasse um governo abrangendo a parte ocidental, o que deu surgimento à República Federal Alemã. Em sua zona de ocupação, os soviéticos organizaram a República Democrática Alemã, consagrando-se a divisão do país que só terminaria em 1990, como decorrência da virtual dissolução do Pacto de Varsóvia e o abandono por Gorbachov da “doutrina Brejnev”, que permitia à União Soviética intervir militarmente em seus satélites.

A consolidação da República Federal Alemã seria resultado de muitos fatores, entre estes, que os vencedores, ao invés de exigir reparações, ajudassem na reconstrução, através do Plano Marshall, como preconizava Keynes desde os tempos da Liga das Nações. A par disto,

a presença de Konrad Adenauer (1876/1967) à frente do governo durante treze anos (1949-1963) serviu para desarmar prevenções ao Ocidente, tendo conseguido eliminá-las integralmente junto a De Gaulle e outros estadistas ocidentais. Em 1955, a República Federal Alemã foi reconhecida como Estado soberano, tornando-se membro da NATO.

Atuou na mesma direção o fato de que o Partido Social Democrata, através do Programa de Bad Godsberg, aprovado em novembro de 1959, haja rompido com o marxismo e renunciado à utopia da sociedade sem classes, propondo-se ampliar e consolidar as conquistas da sociedade de bem-estar social que o capitalismo permitira erigir.

Contudo, desempenhou igualmente um grande papel o fato de que a liderança haja atuado no sentido de que o sistema eleitoral contribuísse para afunilar os interesses, assegurando a formação de maioria sólidas.

Como na tradição alemã, a antiga Dieta era um órgão da representação federal – e não Câmara revisora, a exemplo do Senado ou da Câmara dos Lordes – tendo o Conselho Federal mantido essa característica pela Constituição de 1949, a presença de “notáveis” na Câmara dos Representantes foi assegurada por um sistema que combina voto distrital e proporcional. Além de escolher o representante no distrito, o eleitor vota numa legenda partidária, votação que é tomada por base para a distribuição (proporcional) da metade das cadeiras.

Nas primeiras eleições (agosto, 1949), votaram 23,7 milhões (47,4% da população, então estimada em 50 milhões), obtendo a coalizão liderada por Adenauer (mais tarde denominada de União Democrata Cristã – CDU) 31% dos votos (7,4 milhões) e o Partido Social Democrata 29,2% (6,9 milhões). Além destes, oito partidos obtiveram lugares no Parlamento. Adenauer conseguiu maioria precária, que lograria ampliar sucessivamente, graças ao êxito de sua política. Ainda assim, foram as reformas eleitorais posteriores que eliminaram a dispersão. Dentre estas, a mais importante consistiu em suprimir a representação das agremiações que obtivessem menos de 5% dos votos.

Nas eleições de 1957, os pequenos partidos ainda carregaram 10% dos votos. Desde então, nas eleições de 1976, quando votaram 37,8 milhões (61% da população estimada em 61,5 milhões) mantêm representação parlamentar apenas quatro partidos, consoante se indica adiante:

(Resultados eleitorais de 1976)

Partidos	Votos (milhões)	%	Cadeiras
Social Democrata	16,1	42,6	214
União Democrata Cristã – CDU	14,4	38,0	190
União Social-Cristã – CSU	4,0	10,6	53
Liberal Democrata – FDP	3,0	7,9	39
Outros	0,3	0,9	-
Total	37,8	100,0	496

Os dois partidos cristãos pretendem inovar em relação ao antigo *Centro*, desde que não mantêm qualquer vinculação com igrejas, dispendo de uma plataforma governamental ligada à economia de mercado e ao bem-estar social. No que se refere à política externa, os dois grandes partidos atuam conjuntamente, desde os começos dos anos sessenta, sem o que a política conduzente à unificação econômica da Europa, liderada pela Alemanha, não teria alcançado credibilidade. O Partido Liberal Democrata pretende ser o herdeiro das agremiações liberais existentes na República de Weimar.

Os democrata-cristãos lideraram o governo de 1949 a 1969, quando perderam as eleições para os sociais-democratas. Estes mantêm-se no poder até 1982, quando retornam os democratas-cristãos. Coube a estes e ao chanceler Helmut Kohl alcançar a reunificação alemã como igualmente coroar o processo de unificação econômica da Europa. Os sociais democratas voltam ao poder em 1998.

Alguns estudiosos acreditam que também haja contribuído para a estabilidade dos governos alemães deste pós-guerra o dispositivo da Constituição da República Federal que exige tenha o voto de censura cunho “construtivo”, assim expresso. “O *Bundestag* só poderá manifestar a sua falta de confiança no chanceler Federal mediante a eleição do seu sucessor apoiado pela maioria dos seus membros, e desde que simultaneamente advirta o Presidente Federal da oportunidade dessa demissão. O Presidente Federal deverá deferir o requerimento e nomear a pessoa eleita” (art. 67; Par. 1).

Embora fossem notórias as diferenças entre as duas Alemanhas, no que se refere ao desempenho econômico, tudo indica que, na verdade, não se fazia idéia do atraso que representou para aquela região a vigência de regime comunista durante quase cinquenta anos. Como os satélites soviéticos não podiam admitir a existência de desemprego, subsistia o chamado “subemprego disfarçado”. Isto é, havia grandes contingentes que formalmente estavam empregados mas na verdade não tinham o que fazer. As repartições públicas achavam-

se “inchadas”. Em consequência, as estimativas do provável número de desempregados foram subestimadas, acarretando dispêndios maiores que os previstos.

A par disto, a obsolescência tecnológica das empresas revelou-se gritante. Encontravam-se estagnadas nos níveis dos tempos da guerra. Na maioria dos casos, tiveram simplesmente que ser fechadas.

A devastação ambiental tornou-se outra componente que viria agravar os custos da unificação.

Assim, ainda que hajam sido investidas somas colossais, decorridos três lustros permanecem os desníveis de renda entre as antigas zonas ocidental e oriental.

Em fins dos anos oitenta, as taxas de desemprego na Alemanha eram consideradas toleráveis (da ordem de 4,5/5%) em que pese correspondessem a números expressivos (em torno de dois milhões). Com a unificação, cresceram ininterruptamente, equivalendo ao dobro em 2002 (8,4%; 4,2 milhões)

O mais grave corresponde à perda de iniciativa, bem como o conformismo com a dependência e os baixos padrões de consumo. O surpreendente é que a Alemanha Oriental correspondia à região onde predominava a religião protestante. Entre os estragos de que o marxismo se revelou capaz, ressalte-se mais este: o fato de Carlos Marx ter conseguido derrotar Lutero.

No plano político, em quinze anos não são brilhantes os avanços em termos de implantação de uma cultura democrática, indispensável à sobrevoivência e aprimoramento do sistema democrático-representativo. A antiga organização comunista (Partido Socialista Unificado) conseguiu sobreviver, adotando o nome de Partido do Socialismo Democrático.

Sob a liderança de Gerhard Schroeder, os sociais democratas conseguiram renovar o mandato obtido em 1998, ao vencer o pleito de 2002. Nas eleições de 2005, foram derrotados pela democracracia cristã.

Schroeder conseguiu desalojar os remanescentes socialistas do interior do Partido Social Democrata, que ganharam uma força, de que na verdade não dispunham, ao colocar na Presidência a um representante dessa tendência (Oskar Lafontaine). Logo no início de seu governo, afastou Lafontaine que acabou por abandonar o PSD. Com base nessa reestruturação partidária, deu prosseguimento à aproximação às políticas de índole liberal, praticadas pela democracracia cristã. Assim, prosseguiu na redução de impostos e conseguiu realizar um feito

sem precedentes: obteve a anuência dos sindicatos para reformar o sistema de aposentadorias e promover a transição para o modelo dos Fundos de Pensões.

A democracia cristã venceu as eleições parlamentares de 2005 mas não conseguiu obter maioria que lhe permitisse governar. Diante deste fato e da necessidade de dar continuidade às reformas, que se tinham tornado consensuais, constituiu-se governo de coalizão entre os dois partidos rivais. Espera-se que a continuidade das reformas possa conduzir a Alemanha ao exercício da liderança econômica que vinha exercendo na Europa unificada, tendo em vista que as taxas de crescimento vigentes desde fins da década anterior tornaram-se mediocres. Angel Merkel, que havia substituído a Helmut Kohl na liderança da DC, é agora a nova Chanceler da Alemanha.

5. A experiência italiana

Em decorrência do reordenamento territorial europeu subsequente à queda de Napoleão, consagrado no chamado Congresso de Viena (1814-1815), a Itália permaneceu dividida em oito estados de diferentes dimensões – preservado o poder temporal do Papa no território circunvizinho a Roma –, dois deles, Lombardia e Veneza, diretamente subordinados à Áustria, que exercia também uma espécie de protetorado sobre os demais. Em 1848, uma revolução popular, num primeiro momento, estabeleceu regime constitucional na maioria desses estados, alcançada também a expulsão da Áustria. Mas o movimento fracassou, restaurando-se a situação anterior.

Em 1859, com o apoio da França, foi consumada a expulsão da Áustria. Em 1861, reuniram-se os representantes de todos os estados, com a exceção de Veneza e Roma (Estado Pontifício), a fim de estruturar o primeiro parlamento nacional. Adotou-se uma constituição que estabeleceu a monarquia constitucional. Veneza aderiu ao novo Estado em 1870 e, nesse mesmo ano, procedeu-se à ocupação de Roma, tornada capital do Reino.

A dificuldade do empreendimento podia ser medida pela afirmativa do conhecido filósofo e pensador liberal Bertrando Spaventa (1817/1883): “A Itália está feita; agora é preciso fazer o italiano”. Com efeito, as repúblicas e os pequenos reinos que acabaram estruturando-se alguns séculos depois da queda do Império Romano haviam acumulado tradições que se consolidaram ao longo de pelo menos mil anos. Lombardos, napolitanos, venezianos, sicilianos ou piomonteses não iriam, da noite para o dia, abdicar de sua soberania. A estruturação de um Estado central revelou-se uma tarefa de muito difícil execução. A impressão que se recolhe, notadamente em decorrência do compromisso a que se chegou

neste pós-guerra, é a de que o país renunciou a esse objetivo, consoante teremos oportunidade de indicar expressamente.

O movimento em prol da unificação mobilizou duas grandes forças que iriam, de um lado, impedir a unidade dos liberais, e, de outro, criar uma base social para os inimigos do sistema representativo. Temos em vista a idéia republicana e o nacionalismo.

A insistência da alta hierarquia católica na manutenção do poder temporal indispsô o novo Estado com a Igreja. Embora tivesse sido aprovada, em 1871, a denominada Lei de Garantias, reconhecendo a inviolabilidade e as prerrogativas pessoais dos Pontífices e assegurando independência e livre exercício de sua atividade espiritual, a Santa Sé recusou-se a reconhecê-la, considerando-se o Papa um prisioneiro. A questão somente se solucionaria em 1929, sob Mussolini, quando a Itália reconhece o poder temporal do Papa sobre o Estado do Vaticano. Tratando-se de um país eminentemente católico, a disputa serviu para criar divisões artificiais entre católicos e liberais, levando, por esse meio, água para o moinho dos inimigos do sistema representativo, que acabaram por derrocá-lo.

Havia ainda a questão do atraso dos estados meridionais, onde predominava agricultura rotineira. A Revolução Industrial limitara-se aos estados do Norte. Deste modo, as condições vigentes no Sul serviram para nutrir as ficções do corporativismo, isto é, das excelências de uma economia livre da competição, a tese que era o cerne da doutrina corporativa, afinal encampada pelo Partido Fascista, que emergiu como um agrupamento conservador sem estofos doutrinários.

A Itália unificada adotaria, acabou por adotar o sistema eleitoral, com base na lista partidária hierarquizada, em conformidade com o modelo adotado sucessivamente no Continente. A partir da década de oitenta, emerge o empenho de democratizar o sufrágio, aproximando-o sucessivamente da universalização (compreendendo a população masculina). Na primeira dessas reformas, levada a cabo em 1881-82, franqueou-se o direito de voto aos que dispusessem de certificado de conclusão de qualquer curso e/ou pagassem qualquer taxa, fixando-se o limite desta em forma simbólica. O eleitorado ampliou-se de 500 mil para 2 milhões.

Como o sistema não propiciava a formação de agremiações fortes, a política italiana passou a ser dominada por uma ou outra personalidade, que se mantinha no poder inclusive apelando à corrupção. Ainda assim, campeava a instabilidade, alternando-se sucessivos governos. Na década de noventa, aparece em cena o Partido Socialista que, sucessivamente

empolgado por uma facção radical, iria contribuir para a aglutinação dos conservadores e a desmoralização do sistema liberal, preparando a ascensão do fascismo.

Nos fins do século seria intentada uma reforma constitucional destinada a retirar do Parlamento o poder de derrocar os governos. A manobra fracassou, mas abalou significativamente o prestígio da representação parlamentar. Em 1898, com a morte do Rei Humberto, que sucedera ao monarca da época da unificação (Vitor Emanuel II), sobe ao trono Vitor Emanuel III (1869/1947), que desestimula a insistência na mencionada reforma, conformando-se à situação de monarca constitucional, em regime parlamentar. Estaria à frente do trono nas duas guerras mundiais, tendo optado por apoiar o regime fascista, o que selou a sorte da monarquia. Foi obrigado a abdicar em 1946.

Nas primeiras décadas do século mantém-se a instabilidade dos governos, ao tempo em que avança a democratização do sufrágio e a distribuição proporcional das cadeiras. Na época da Primeira Guerra, o eleitorado correspondia a 8 milhões (22,5% da população, estimada em 35,6 milhões em 1913).

Nas fileiras liberais, cresce o Partido Republicano, aparecendo também uma ala radical que busca aproximar-se dos socialistas. A sociedade tende a dividir-se irremediavelmente entre agrupamentos reformistas e revolucionários, que ainda se mantêm relativamente unidos, e os elementos conservadores capitaneados pelos católicos.

Com o Congresso Socialista de 1912, os revolucionários alcançam uma grande vitória. O grupo autodenominado de *maximalista* (partidários da tomada do poder pela força) assume a direção, derrotando a ala *minimalista* (partidária das alianças parlamentares para impulsionar reformas favorecedoras dos trabalhadores). Nessa época, Mussolini ainda integrava as fileiras socialistas e até ficou com os maximalistas, tornando-se diretor do jornal oficial (*Avanti*).

A guerra iria promover uma nova polarização. Em grande número os radicais passam a apoiar o esforço de guerra. Mussolini rompe com o Partido Socialista e funda um novo jornal, *Il Popolo d'Italia*. Formando inicialmente na tríplice aliança (com Alemanha e Áustria), a Itália opta pela neutralidade. Um ano depois alia-se à França e à Inglaterra.

A conflagração trouxe para primeiro plano as reivindicações nacionalistas no Adriático, recusadas pela Liga das Nações. A palavra de ordem era a de que a Itália ganhara a guerra, mas perdera a paz. O Partido Socialista, por sua vez, adere ao modelo da República Soviética, seguindo aos russos, o que não impede a organização do Partido Comunista,

diretamente subordinado a Moscou. Socialistas e comunistas levantam a bandeira de expropriação capitalista pela força e, embora participem do processo eleitoral, seu empenho encaminha-se no sentido de derrocar o governo pelas manifestações de rua. Os nacionalistas, em contrapartida, não se deixam intimidar. O grande feito do Partido Fascista, organizado em 1919, consiste em ter ganho a opinião pública para a idéia de que correspondia à única força capaz de impor a ordem. Nesse quadro de desordem, o sistema eleitoral não facultava a formação de maiorias.

Nas eleições de dezembro de 1919, o Partido Socialista desponta como a maior agremiação, elegendo 156 deputados. Mas, ainda assim, esse contingente corresponde a apenas 29% (o Parlamento dispunha de 535 cadeiras), o que não lhe permitia formar o governo. Os católicos conseguem agrupar-se numa mesma organização (Partido Popular) mas só obtêm 100 cadeiras (18%).

Dada a impossibilidade de alcançar maioria para a organização do gabinete, a Câmara é dissolvida e novas eleições têm lugar em abril de 1921. O Partido Popular aumenta a representação para 108 deputados e os socialistas elegem 123 (oficiais, isto é, revolucionários) e 34 reformistas. Os comunistas conquistam 13 cadeiras.

A representação da maior agremiação liberal (o Partido Radical) equivale a 64 deputados. Dispersos em muitas outras agremiações, não conseguem aparecer como uma alternativa, além da circunstância de que o sistema que preconizavam, graças ao método eleitoral adotado, perpetuava a instabilidade.

O Partido Fascista figura pela primeira vez no Parlamento (35 deputados). Mas ainda não aglutina os conservadores, que dispõem de suas próprias organizações, como o Partido Nacionalista (10 cadeiras).

Chefiado por um socialista reformista (Bonomi), forma-se um governo em que o principal sustentáculo é o Partido Popular, que se mantém de junho de 1921 a fevereiro de 1922 (nove meses).

O país está à beira da guerra civil. O Partido Fascista enfrenta nas ruas os socialistas e dissolve suas manifestações. Aproveitando o fracasso da greve geral, convocada pelos socialistas em julho de 1922, os fascistas ocupam a administração em diversas cidades. Em outubro realizam a famosa marcha sobre Roma e assumem o poder. O Rei designa Mussolini como Primeiro Ministro.

O Parlamento havia aprovado, às pressas, uma reforma eleitoral segundo a qual o partido que reunisse maior número de cadeiras faria automaticamente maioria absoluta na Câmara, mas o princípio não chegou a ser aplicado. Nas eleições de abril de 1924, o Partido Fascista carrega 65% dos votos.

A supressão das liberdades na Itália de Mussolini foi introduzida não de modo abrupto, mas de maneira firme e progressiva.

O Parlamento autorizou o Primeiro Ministro a governar por decretos e reformou a Constituição para autorizar a nomeação dos prefeitos. Mussolini lançou um grande programa de obras, para abrir estradas e promover a drenagem e a ampliação das terras agricultáveis. A produção de grãos expandiu-se significativamente. O Estado facultou toda sorte de estímulos para fazer surgir a indústria pesada.

A partir de 1926, as estruturas corporativas começaram a ser montadas. Aos sindicatos fascistas foi atribuído o monopólio da representação profissional dos trabalhadores. Criaram-se 13 Corporações para congregar os diversos setores da economia (agricultura, abrangendo camponeses e proprietários de terra; indústria, alcançando patrões e empregados; e assim por diante). Greves e *lock-outs* foram declarados ilegais. Organizou-se o Conselho Nacional das Corporações.

Em maio de 1928, estabeleceu-se que 400 das 535 cadeiras do Parlamento (75%) seriam preenchidas por pessoas escolhidas pelas 13 corporações. Estas deveriam compor as listas, submetidas a referendo popular, que teve lugar em 1929 e 1934. A oposição estava virtualmente esmagada. Os partidos chamados antinacionais (Socialista, Comunista, Radical e Republicano) haviam sido proibidos em fins de 1926.

O último pronunciamento da oposição seria o manifesto antifascista publicado pelo filósofo liberal Benedetto Croce (1866/1952) em 1925. Os principais líderes políticos passaram a viver no exílio.

Mussolini tinha um grande orgulho da estrutura corporativa que havia criado e estava convencido de que representava, simultaneamente, uma alternativa para o sistema representativo e para o sistema capitalista. No início de 1939, a Câmara dos Deputados aprovou a sua auto-extinção, sendo substituída pela Câmara do Fascismo e das Corporações.

O fascismo foi derrotado em julho de 1943, em decorrência da invasão do país e ocupação de parte do território pelo Aliados. Embora a luta armada continue, ocupando os

alemães parte do país, forma-se governo pró-Aliados. Por um plebiscito levado a cabo em 1946, aboliu-se a monarquia.

Através da nova Constituição, aprovada em 1948, a Itália adota a república parlamentar. Optou-se pelo sistema proporcional que não manifestou desde logo seus efeitos desastrosos graças à presença de uma nova agremiação política: o Partido Democrata Cristão.

Em que pese a denominação, o PDC não tinha qualquer caráter confessional nem recebeu nenhuma espécie de bafejo da Cúria Romana. Seu grande artífice seria Alcides de Gasperi (1881/1954), que liderara o Partido Popular, nos anos vinte, assumindo desde logo uma atitude francamente antifascista, o que lhe valeu condenação e exílio. Outros líderes democrata-cristãos haviam se destacado na Resistência. Deste modo, o PDC não tinha compromissos com o velho conservadorismo, ostentando, ao contrário, uma face reformista e moderna, cuja plataforma abrangia inclusive a reforma da estrutura agrária no sul. A par disto, optava sem reservas pelas instituições do sistema representativo, arquivando as reticências que caracterizavam o posicionamento da alta hierarquia católica.

Apesar de que contou desde logo com uma aguerrida oposição de esquerda, representada pela aliança entre os Partidos Socialista e Comunista, o PDC conseguiu minimizar os efeitos das crises ministeriais e dar curso à reorganização do país. Nas primeiras eleições parlamentares, em abril de 1948, o PDC alcança maioria relativamente folgada (307 deputados, equivalentes a 57,3% do total, correspondente a 535 cadeiras). Nessa primeira eleição, a frente Popular Socialista-Comunista fez 182 deputados (34% da Câmara). Contudo, nas eleições de 1953, a votação obtida pela democracia cristã reduz-se a 40%. Inicia-se o processo de fracionamento, fazendo-se representar no Parlamento pequenas agremiações como os Partidos Liberal (Radical), Republicano, Monarquista e logo adiante até mesmo os neofascistas. Entre os socialistas aparece uma facção que se opõe à aliança com os comunistas (política sustentada por Pietro Nenni) e funda o Partido Social Democrata, liderado por Saragat. Essa cisão da esquerda iria dar alento aos governos democrata-cristãos, mas sustentados por maiorias precárias. A votação obtida pelo PDC reduziu-se a 38,3% nas eleições de 1963 e a 39,1% nas de 1968.

A nova liderança que se colocou à frente do regime democrático na Itália tratou de aproximar-se da França e da Alemanha, formando desde logo entre os que preconizavam aquele tipo de unificação econômica que iria desembocar no Mercado Comum Europeu. Deste modo, apostou no tipo de capitalismo que veio a resultar do keynesianismo, freando ao mesmo tempo a ingerência direta do Estado no processo produtivo, que viria a ocorrer, mas

sem afetar a dinâmica capitalista, como acabou acontecendo na Inglaterra. Ao mesmo tempo, renunciou claramente à formação de estruturas estatais centralizadas, ideal que nunca chegara a ser atingido desde a unificação do país, o que é compreensível em face do caráter milenar dos pequenos estados que se formaram na península, divisões territoriais que acabaram encontrando uma delimitação amplamente consentida na forma do estado provincial que, na Itália, é chamado de *região*.

Em 1967, os 50,6 milhões de habitantes com que contava a Itália distribuía-se deste modo: 24,2 milhões (48%) vivendo nas oito regiões do Norte, abrangendo as grandes áreas industriais de Turim, Gênova e Milão, além das concentrações urbanas do Vale do Pó; aproximadamente 10 milhões nas regiões do Sul. A Sicília reunia contingente populacional representativo (4,7 milhões) e, finalmente a 20ª região, a Sardenha, com 1,4 milhões. De um modo geral, todas as regiões encontraram vocações. A agricultura modernizou-se plenamente e o turismo tornou-se uma atividade disseminada e altamente rentável. O Mercado Comum contribuiu para que essas regiões desenvolvessem preferentemente atividades competitivas do ponto de vista de amplo mercado, de dimensões continentais. Eliminaram-se desníveis de renda gritantes. Numa palavra, a Itália transformou-se num país capitalista moderno, desaparecendo a base social que buscava alternativas para a Revolução Industrial, insuflada pelo Vaticano que não conseguira libertar-se do saudosismo medieval.

Diante desse quadro, a liderança no poder resolveu consagrar uma estrutura administrativa inteiramente descentralizada, numa lei votada em junho de 1970. Todos os serviços oficiais de âmbito local passaram diretamente para as regiões, que por sua vez deveriam dividi-las com as municipalidades. Essa forma abrangeu inclusive o sistema educacional. A União ficou com atribuições relacionadas à defesa, à política externa e à segurança, além da coordenação de programas inter-regionais.

Na prática, a Itália renunciou à construção do Estado Central de tipo clássico. Disso resultou que o fato do sistema proporcional não permitir a formação de governos estáveis deixasse de interferir na vida diuturna dos cidadãos, dependente das estruturas locais de poder. No período compreendido entre as primeiras eleições parlamentares no novo quadro institucional (1948) e os fins da década de oitenta (1990), a Itália teve 42 governos. Considerando que De Gaspari conseguiu sustentar-se à frente do governo durante cinco anos, nos 37 restantes a média de permanência dos gabinetes foi inferior a 10 meses e o país continuou prosperando, experiência que dificilmente poderá ser reproduzida em país com contingente populacional expressivo. Sem embargo, em 1994 optou-se pelo sistema distrital.

O novo sistema, acrescido do fato de que o Partido Comunista auto-dissolveu-se e aderiu à social democracia, prenunciava uma possibilidade de estabilização. Contudo, tal não ocorreu.

Para concorrer no novo sistema, formou-se no Norte partido denominado *Força Itália*. Reuniu em seu derredor diversos agrupamentos dispersos, que continuaram mantendo identidade própria. Sob a liderança de Silvio Berlusconi, obteve 45% dos votos nas eleições parlamentares daquele ano (1994), assegurando maioria precária. A *Força Itália* propriamente dita, contribuiu com 21%, menos da metade da votação alcançada pela coalizão na qual não apareceu qualquer grupo hegemônico. Após sete meses, Berlusconi renuncia e o governo sustenta-se apenas alguns meses mais. Eleições antecipadas ocorreram em 1996, gerando uma situação parecida, desta vez com a esquerda, então obedecendo à liderança de antigo democrata cristão, Romano Prodi, que conquistara notoriedade ao presidir a Comissão Européia. Contava como um dos sustentáculos ao ex-PC, agora denominado de Partido da Esquerda Democrática (cuja sigla em italiano era PSD). Mas teve que aceitar a participação dos comunistas que haviam resistido àquela mudança, organizando a chamada Refundação Comunista. Em fins de 1998, Prodi não obteve voto de confiança, devido à perda de apoio da Refundação, que entretanto facultou-o ao PSD, passando o seu líder (Massimo d'Alema) a presidir o governo. Entretanto, também este acabou tendo que renunciar, em meados de 2000, mantendo-se o poder em mãos da mesma coalizão, desta vez liderada por um dos partidos menores. Nas eleições de 2001, Berlusconi volta ao poder.

Berlusconi conseguiu aprovar uma nova lei eleitoral, reintroduzindo o sistema proporcional, com uma cláusula atribuindo a maioria parlamentar ao partido (ou à coalizão) que alcance a maioria. Em 2006, verificou-se praticamente um empate entre os dois agrupamentos em disputa, mais uma vez representados por Prodi e Berlusconi. Este obteve recontagem de votos. Ainda assim, confirmou-se a pequena diferença em favor da coalizão de esquerda. Deste modo, tendo ficado à frente, ganhou a maioria parlamentar.

Ao que tudo indica, a consolidação do sistema distrital iria requerer experimentação que, muito provavelmente, dilatar-se-ia no tempo. Durante pelo menos um século as agremiações giraram cada uma em torno de uma única liderança. Agora era necessário praticar sistema inverso, com vistas a consolidar lideranças em distritos dispersos, tendo ainda que fazê-lo com base num projeto comum, apto não só a agrupá-los mas sobretudo a constituir maiorias estáveis. Pelo visto, não se dispuseram a seguir essa trajetória. Num país das dimensões da Itália, com aproximadamente 60 milhões de habitantes, dificilmente o sistema proporcional trará estabilidade ao governo central. Como passou a vigorar ampla

descentralização nos assuntos que mais afetam a vida das pessoas, delegados às administrações regionais, um quadro destes pode entretanto ser suportado, a exemplo do ocorrido em décadas recentes.

6. A experiência espanhola

A Espanha viveu sucessivas guerras civis no século XIX, não tendo sido conseguida a institucionalização da monarquia constitucional. Em meio aos conflitos armados, é proclamada a República em 1870. Esta, entretanto, somente perduraria por apenas dois anos. Num único ano o país chegou a ter cinco Presidentes da República; os governos não se sustentavam e algumas províncias deixaram de acatar a autoridade de Madrid. Em 1875 um golpe militar dissolve as Cortes, sendo restaurada a monarquia.

A tradição constitucional da Espanha era a do democratismo, desde os tempos da famosa Constituição de Cádiz de 1812 e que tanta influência exerceu sobre o constitucionalismo português. Em 1845, adota-se uma Constituição de índole autoritária. Com a restauração monárquica de 1875, chega-se a um compromisso entre aqueles extremos, o que permitiu manter-se o sistema monárquico constitucional por um período relativamente longo. O direito de voto era atribuído apenas aos contribuintes, o que limitava sobremaneira a extensão do sufrágio; apenas uma parte do Senado tornou-se eletiva; a condição de religião oficial era assegurada aos católicos, embora fossem tolerados outros cultos sem que alcançassem o reconhecimento legal. Em compensação, permitia-se ampla liberdade de associação. Em situações de perigo para a ordem pública, a Coroa podia suspender as garantias constitucionais, o que preservou em mãos do Monarca o poder de árbitro. Manteve-se contudo o sistema proporcional, o que inviabilizou a formação de maiorias estáveis.

Antes do fim do século, os republicanos dispõem de uma sólida representação parlamentar e entram em cena os socialistas, em cujo seio são muito fortes as tendências anarquistas. Entre os católicos, aparece também uma tendência radical, favorável à violência, que iria contribuir para tornar a situação ainda mais complexa. Liberais e conservadores sustentam a monarquia constitucional, mas revelam-se incapazes de promover grandes reformas. Fracassaram as tentativas de quebrar o poder local dos caciques e dar maior autenticidade ao processo eleitoral. Ainda assim, esse sistema sustentou-se por algumas décadas. Das várias crises que impõem a suspensão das garantias constitucionais, não resulta a quebra da ordem institucional. Contudo, a presença anarquista acabaria levando à sua derrocada.

A Confederação Nacional do Trabalho organiza-se em 1911 e chega rapidamente a

agrupar mais de dois milhões de trabalhadores. Embora tivessem uma grande presença nessa entidade, os anarquistas formaram uma outra agremiação, a Federação Anarquista Ibérica, que adota métodos de trabalho clandestinos e se propõe abertamente a reunir homens de ação, dispostos a mudar o curso da história pela violência. A FAI considera o assassinato político como uma forma privilegiada de luta. Em 1912, os anarquistas conseguem matar o chefe da ala esquerda do Partido Liberal, José Canalejas Mendez (1845/1912), que se notabilizara pelo combate aos extremismos, tanto anarquista como católico, e estivera à frente de alguns governos. A morte de Canalejas comoveu o país, mas não trouxe maiores conseqüências. Contudo, o assassinato de Eduardo Dato Irandier (1856/1921), chefe do Partido Conservador, feriu de morte o regime.

A revolta militar de 1923 levou ao estabelecimento da ditadura de Primo Rivera, que dura até 1930. A crise de 1929 trouxe graves problemas ao país; Rivera perde o controle da situação militar, renuncia e exila-se na França, onde viria a falecer logo depois. Valendo-se da circunstância, os republicanos organizam um Comitê Revolucionário que, logo depois, em 1931, derroca a monarquia.

Nas eleições parlamentares de junho de 1931, a coalizão republicana de esquerda conseguiu larga maioria (315 cadeiras – quase 70% - num total de 466). A coalizão era entretanto muito precária. Os comunistas tentaram apossar-se do poder numa revolta que eclodiu em janeiro de 1932, tendo fracassado. Os anarquistas, por sua vez, mantinham inalterada sua linha de atuação política, desinteressando-se da sorte da República. Em agosto era a vez da extrema direita levantar-se em armas. Os republicanos estavam assim colocados entre dois fogos.

A República deu curso a importantes reformas que vinham sendo postergadas desde o século passado. Aboliu-se a religião oficial. O caminho da autonomia das províncias, que se revelara um dos focos da instabilidade, foi equacionado de modo consensual. Foram abolidos os títulos de nobreza. Introduziu-se o escrutínio universal, para ambos os sexos, a partir dos 23 anos. A educação primária foi tornada secular e compulsória.

O Presidente da República era eleito pelo Congresso e o governo obrigado a obter maioria parlamentar. O Presidente dispunha da prerrogativa de dissolver o Parlamento.

A separação entre a Igreja e o Estado revelou-se muito complexa. Vigorava até então o sistema do padroado, isto é, os sacerdotes eram funcionários públicos. Além da eliminação dessa praxe, a República dissolveu as ordens religiosas que prestavam obediência a

autoridades estrangeiras. Permitiu-se a ingerência oficial na propriedade eclesiástica. Como o país era majoritariamente católico e a Igreja extremamente conservadora, criou-se uma sólida base social de oposição à República. Nas eleições municipais de 1933, os conservadores obtêm maioria.

Nas eleições parlamentares de 1933, realizadas sob o novo sistema, o eleitorado chega a cerca de 12 milhões, cerca de 50% da população (estimada em 23 milhões). Do contingente de votantes, o eleitorado feminino chegava a 6,5 milhões (mais da metade do total). A esse último segmento atribui-se a vitória das agremiações conservadoras que ganham 205 cadeiras (cerca de 45% do Parlamento). A coalizão republicana consegue 167 mandatos (36%). A esquerda ficou com as 92 cadeiras restantes (19%). Como esta última facção prefere manter uma posição independente, os republicanos alcançam o apoio de uma parte dos conservadores para formar o governo. Os agrupamentos mais radicais da esquerda reagem violentamente, conseguindo inclusive que a Catalunha se declare independente. O governo central reage e consegue derrotar os insurretos. Mas sem o apoio da esquerda e a franca desconfiança dos conservadores, os ministérios não se sustentam. Apenas no ano de 1935, alternam-se no poder nada menos que sete governos. Todas as reformas são paralisadas. Diante de situação insustentável, o Parlamento é dissolvido convocando-se novas eleições para o mês de fevereiro de 1936. É nesse quadro que Antonio Primo de Rivera, filho do antigo ditador, organiza a Falange, entidade afeiçoada ao Partido Fascista Italiano.

Para as eleições parlamentares de 1936, os republicanos organizam a denominada Frente Popular, abrangendo os liberais, a esquerda republicana, socialistas, comunistas, trotskistas e anarquistas. Era o tempo em que coalizão semelhante se formara na França. A Frente Popular consegue ampla maioria (308 cadeiras, 66% do total), contra 158 dos conservadores (34%). Mas, na Frente Popular, os liberais eram minoria escassa, dispendo de apenas 52 deputados.

A adesão da esquerda à Frente Popular revelou-se circunstancial. Nos primeiros quatro meses do governo saído dessa coalizão, o país foi sacudido por 113 greves gerais e 218 parciais. Os anarquistas e outros elementos radicais incendiaram 170 igrejas e destruíram as instalações de 10 jornais conservadores.

O quadro era de todo insustentável. O Presidente da República (Zamora) tenta dissolver o Parlamento e convocar novas eleições mas é fragorosamente derrotado, o que o leva a renunciar. Em seu lugar é designado o então chefe do conselho de Ministros (Azaña) mas sem maior suporte parlamentar. Em julho, o general Francisco Franco (1892/1975)

rebela-se no Marrocos e o país é arrastado à guerra civil.

A guerra civil espanhola durou cerca de quatro anos, tendo terminado em março de 1939, com a vitória de Franco. O evento tornou-se uma peleja internacional, intervindo batalhões formados pela esquerda, com pessoas provenientes de vários países. A Itália apoiou abertamente as tropas franquistas. As lutas foram encarniçadas, estimando-se que tenha morrido um milhão de pessoas.

Franco governou durante pouco menos de quarenta anos. O novo regime que copiou muitos institutos do corporativismo italiano e manteve-se nos marcos do autoritarismo, aprovou em 1947 a chamada Lei da Sucessão, segundo a qual deveria ter lugar a restauração monárquica. Franco não desejava, entretanto, monarquia de cunho tradicional e conseguiu, em 1954, que o herdeiro presuntivo renunciasse em favor do Infante Juan Carlos, desde então educado para o novo mister e que iria revelar-se um grande estadista, após a morte de Franco (1975). Assumindo o poder, Juan Carlos impulsionou a transição para a democracia agindo com moderação. Contou também com a emergência de grandes estadistas, entre estes o chefe do primeiro governo comprometido com a abertura política e a nova liderança socialista.

Em 1978, promulgou-se uma nova Constituição, introduzindo o regime parlamentar. O número de cadeiras na Câmara Baixa (Cortes) foi fixado em 350 deputados, escolhidos pelo sistema proporcional. Embora os elementos conservadores não tivessem aceito de bom grado o novo quadro, a transição foi assegurada por uma coalizão liderada por Adolfo Suarez, que conseguiu expressiva maioria nas eleições de 1978 (168 cadeiras; 48% do total). Os militares promoveram uma insurreição armada, mas o Rei conseguiu o apoio dos comandos mais importantes. Franco havia conseguido modernizar o país e, nas novas circunstâncias, abre-se o caminho à admissão ao Mercado Comum Europeu. A Espanha ingressa numa era de grande prosperidade.

Nas eleições de 1982 consegue expressiva maioria o Partido Socialista, liderado por Felipe González, uma liderança moderna mais próxima da social-democrata alemã que do socialismo tradicional. González não se envolveu em aventuras estatizantes, mantendo o crescimento econômico e a prosperidade. Graças a isto, obteve novos mandatos em 1986 e 1990, embora sua maioria se haja reduzido, como é de praxe ocorrer no sistema proporcional. A Constituição espanhola de 1978 introduziu dispositivo que tem conseguido minorar seus efeitos desastrosos. Consiste este em excluir os partidos que hajam obtido menos de 3% dos votos. Contudo, nas eleições de 1993, a maioria do PSOE reduziu-se a 47%. Começa nitidamente a fase em que o sistema proporcional ingressa no ciclo gerador da instabilidade

política. Nessa mesma eleição, desponta, como segunda agremiação, o Partido Popular, mas que só obteve 40% das cadeiras. Finalmente, no início de 1997 o Partido Popular suplanta os socialistas mas para governar têm que coligar-se com os catalãos que já estavam no poder.

Os dois governos do PP, chefiados por José Maria Aznar, serviram para caracterizá-lo como uma agremiação liberal, apta a defrontar-se com a competente liderança socialista exercida por Gonzalez. Seguiu firmemente a política de redução da despesa pública, traduzida na baixa de impostos sobre empresas e pessoas físicas. O país cresceu a taxas mais altas que as alcançadas pela Europa. E ainda que não haja logrado grande avanço na reforma trabalhista, obteve redução do desemprego (superior a 20%) ao nível da média europeia (8%). Consciente do desgaste que inevitavelmente recai sobre a liderança no caso de um terceiro mandato, o PP concorreu em 2004 com novo nome (Rajoy). Contudo, Aznar não conseguiu administrar o brutal atentado terrorista ocorrido às vésperas das eleições, visivelmente organizado pelo radicalismo islamita, tendo em vista o engajamento da Espanha ao lado dos Estados Unidos. Sendo natural que tivesse contato com a ajuda do grupo terrorista vasco (denominado ETA, que seguidamente perpetrava tais atentados), pretendeu negar a participação da Al Queda. Explorando a circunstância, os socialistas ganharam as eleições, embora nada o indicasse.

A nova liderança socialista (José Luiz Zapatero), embora mantendo a política econômica, revelou-se disposta a reintroduzir no país o clima de tensão e confronto que praticamente se conseguira eliminar nos trinta anos de abertura política. Criou animosidades sucessivas com a Igreja Católica; ignorou o chamado Pacto de Moncloa que inseria o compromisso de evitar a reabertura das feridas da guerra civil, ao investir contra a memória franquista; decidiu encaminhar isoladamente processo que tem sido entendido como tendo em vista perdoar os crimes da ETA, violando as regras do acordo anti-terrorista em vigor, com o qual estavam comprometidos os diversos partidos, inclusive o PP; e, mais grave que tudo, estimulou o nacionalismo catalão, concordando em que a Catalunha se auto-definisse como uma nação, o que sem dúvida alguma compromete tanto a sobrevivência da monarquia como da própria unidade nacional.. A questão das autonomias havia sido adequadamente equacionada no período da abertura. Enfim, ao contrariar regras da Comissão Europeia, tem conseguido turbar a foma como ocorria a integração à Comunidade, que abria à Espanha a possibilidade de vir a participar do pequeno grupo de países que a têm liderado.

IV – Conclusões

Poucos países no mundo lograram consolidar as instituições do sistema representativo e, por esse meio, desfrutar de estabilidade política, ter ao alcance do voto a realização das reformas que obtenham adesões significativas, e até mesmo empreender experiências como as realizadas pelos socialistas na Europa Ocidental, recuando quando se revelaram desastrosas.

Dando um balanço da situação mundial, do ângulo considerado, Arend Lijphart conclui que, em 1980, existiam apenas 21 nações que haviam mantido por longo período regimes onde os direitos políticos, notadamente a participação em eleições livres e o respeito às liberdades individuais, eram estritamente observados (*Democracies*, Yale University, 1984). Nesse contingente, incluem-se, na Europa Ocidental, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França Holanda, Irlanda, Islândia, Luxemburgo, Noruega,, Reino Unido, República Federal Alemã, Suécia e Suíça; e, fora do continente europeu: Austrália, Canadá, Estados Unidos, Israel, Japão e Nova Zelândia.

Tomando o período mais recente, Lijphart acrescenta à lista européia: Espanha, Grécia, Portugal e Turquia. Segundo esse critério mais flexível, agregaria alguns pequenos estados da América Central (Costa Rica, por exemplo) e do Caribe (Jamaica, Trinidad-Tobago, etc.), bem como Colômbia, Equador e Venezuela, na América do Sul. No oriente, além do Japão, só a Índia e Sri Lanka; na África apenas Nigéria e Nova Guiné. Não há sistema democrático entre os árabes, no Oriente Médio (salvo Israel), na extensa maioria do continente asiático como na África, para não falar do Leste Europeu, que só a partir de 1990 dá os primeiros passos naquela direção. No balanço citado, as nações democráticas abrigavam, em 1980, tão somente 37% da população mundial.

O elemento decisivo, apto a permitir o florescimento do sistema democrático, há de consistir nas tradições culturais. Onde estas lhe são frontalmente contrárias, como no caso dos países de maioria muçulmana, dificilmente pode surgir a democracia. Aparentemente, essa é uma aspiração que não chega a ser acalentada por qualquer segmento importante da população.

Contudo, desde que não haja resistências culturais intransponíveis, o sistema eleitoral passa a ser o elemento-chave. Se este serve apenas para perpetuar crises, muito provavelmente as instituições do sistema representativo não chegam a consolidar-se.

Nos países de certas dimensões populacionais, foi o sistema distrital majoritário que atendeu aos objetivos para os quais se realizam eleições: alcançar maiorias capazes de

constituir governos estáveis. Embora entre as democracias o sistema proporcional registre uma grande presença, trata-se sobretudo de países de baixa densidade populacional, além das restrições e ressalvas destinadas a evitar excessiva pulverização. Parece também haver circunstâncias em que o sistema distrital majoritário torna-se desaconselhável: quando o país apresenta diferentes etnias, de cuja integração depende a estabilidade. A Bélgica corresponde a caso típico, com duas grandes comunidades culturais (flamenga e francesa), prevalecendo a sua representação sobre divisões político-partidárias. Mas também se trata de nação que não se inclui entre as que são detentoras de grandes populações, desde que abriga cerca de 10 milhões.

A experiência deste século, quando a democratização do sufrágio impôs sérias derrotas ao liberalismo, torna evidente que a escolha do sistema eleitoral corresponde à questão da maior magnitude, sendo um grave equívoco tratá-la da forma leviana e superficial como temos feito em nosso país.

V – Nota Bibliográfica sobre sistemas eleitorais

O estudo mais completo sobre a evolução de nossos sistemas eleitorais é *O voto no Brasil*. Da Colônia à Quinta República, de Walter Costa Porto (Brasília, Senado Federal, 1989). Atualizando a sua brilhante análise, Walter Costa Porto publicou, na *Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados* (vol. 72) ensaios sobre o encaminhamento dado à questão pela Carta de 1988. Precedentemente, apareceu um texto que continua sendo de consulta obrigatória para estudiosos: *A Legislação Eleitoral Brasileira*, do Ministro Edgar Costa (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1964). Resumindo a discussão recente acerca da adoção do voto distrital, elaborei um estudo (“Organização e Poderes do Legislativo”), que Paulo Mercadante incluiu na coletânea que organizou sobre a Constituição de 1988 (*O avanço do retrocesso*. Rio de Janeiro, Ed. Rio Fundo, 1990).

O debate atual nos Estados Unidos e na Europa diz respeito a metodologias quantitativas que permitiam a fixação de enunciados gerais do tipo: os sistemas proporcionais conduzem ao fracionamento partidário, enquanto os distritais operam em sentido inverso. Essa espécie de análise quantitativa, para ter alguma validade, supõe uma grande unidade cultural, não tendo, portanto, a universalidade que lhe é atribuída por seus autores. Não há sistema eleitoral que garanta a estabilidade política dos países africanos – e os sistemas eleitorais têm precisamente aquela função, isto é, canalizar para o voto civilizado as disputas que se decidiam (selvagemente) pelas armas. Possivelmente ainda vai passar muito tempo até

que a África altere as suas tradições culturais; e mais: na medida em que a religião muçulmana ganhe força, dificilmente se introduzirá ali o sistema representativo.

De todos os modos, não podemos desconhecer e deixar de acompanhar a evolução desses estudos, razão pela qual procedo a uma breve indicação.

Considera-se que o estudo clássico, introdutório da mencionada análise quantitativa, seja *The Political Consequences of Electoral Laws*, de Douglas W. Rae, publicado em 1967, do qual apareceu uma segunda edição em 1971. Reconhecendo que constituiu um marco nos estudos comparativos dos sistemas eleitorais a American Political Science Association facultou-se um prêmio, em 1989. Alguns estudiosos tomaram-no como modelo, procurando desenvolver aquela metodologia (Dieter Nohlen - *Wahlsysteme der Welt - Daten und Analysen: Eins Handbuch*. Munique, Piper, 1978; e Richard S. Katz - *A Theory of Parties and Electoral Systems*. Baltimore, John Hopkins University Press, 1980).

Arend Lijphart, autor de *Democracies* (Yale University Press, 1984; tradução portuguesa *As democracias contemporâneas*. Lisboa, Gradiva, 1989), que mencionamos no texto, realizou um novo balanço, abrangendo vinte democracias de 1945 a 1985. Essa avaliação consta de uma das coletâneas a seguir mencionadas, tendo sido resumida na *American Political Science Review* (vol. 84, nº 2, junho, 1990). Lijphart tomou por base estas variáveis: fórmula eleitoral; magnitude do distrito (denomina dessa forma, indiferentemente, os distritos propriamente ditos e as áreas em que se dividem os países para efeito dos sistemas proporcionais) e tipo de cédula. Sua conclusão é a seguinte: “A análise sistemática das relações entre as principais variáveis mostra que os efeitos, tomados em conjunto, da fórmula da magnitude da proporcionalidade são muito fortes, mais fortes do que Douglas W. Rae e pesquisadores subseqüentes sugeriram; por outro lado, seus efeitos sobre o número de partidos participando das eleições são surpreendentemente fracos. E, finalmente, o modelo de cédula afeta o grau de multipartidarismo somente no caso da eleição com um único representante por distrito. Essas descobertas sugerem que a estratégia seguida pelos políticos e votantes desempenha papel menos significativo na redução do multipartidarismo do que geralmente se supõe. (revista citada).

Se bem que a análise de Lijphart haja compreendido apenas vinte democracias estáveis do Ocidente, a consideração da variável populacional, grupando os países segundo esse critério, certamente facultaria resultados diferentes: no que se refere à correlação entre pulverização partidária e instabilidade política. Num país como Portugal, com seus dez milhões de habitantes, as regiões eleitorais, nas quais se apuram os quocientes eleitorais, não

impedem a aproximação entre representante e representado, de sorte que a pulverização partidária encontra rapidamente seus limites, sugerindo a experiência recente a possibilidade da coexistência entre estabilidade (maiorias parlamentares) e sistema proporcional. O desenvolvimento da situação espanhola, com seus 40 milhões de habitantes, pode sugerir outra coisa. A substituição do PSOE pelo PP foi uma espécie de imposição do Rei porque os vitoriosos, sem maioria, tiveram que coligar-se com o Partido Catalão, no poder. Mais facilmente o PS manteria a coalizão, a tais contradições tem levado o sistema proporcional.

Inserindo análises de estudiosos de diversas tendências, e não apenas quantitativistas, Arend Lijphart e Bernard Graham editaram, na década passada, duas coletâneas, a saber: *Choosing an Electoral System: Issues and Alternatives*. Nova Iorque, Praeger, 1984; e *Electoral Laws and their Political Consequences*. Nova Iorque, Agathon, 1986.

A revista *European Journal of Political Research* publica sistematicamente balanços eleitorais (“General Elections in Western Nations during ...”), nos anos oitenta, da autoria de Thomas T. Mackie. Jacques Cadart organizou uma obra coletiva com esta denominação: *Les modes de scrutin des dix-huit pays libres de l'Europe occidentale - Leurs resultats e leurs effets comparés: Elections nationales et européennes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1983. Com intenções sistemáticas informativas apareceu: *A Short History of Electoral Systems in Western Europe*. Londres, Allen and Unwin, 1980.

O prof. Manuel Braga da Cruz, conhecido estudioso do pensamento político, atualmente ocupando o cargo de Reitor da Universidade Católica Portuguesa, organizou primorosa antologia de textos, sob a expressiva denominação de *Sistemas eleitorais: o debate científico* (Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1998). Insere diversos textos clássicos, como os de Stuart Mill e Maurice Duverger. Constam ainda da seleção os mais importantes estudiosos contemporâneos, a exemplo de Giovanni Sartori e Arend Lijphart, entre outros. Chamaria a atenção para o ensaio de F. A. Hermens, de 1941, em que efetiva o balanço da aplicação do sistema proporcional na Europa, no meio século precedente. Esse sistema gerou instabilidade política nos diversos países europeus e Hermens atribui-lhe o fracasso da República de Weimar, de que resultou a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha.

NOTAS

⁽¹⁾ Como se sabe, Gorbachov relutou muito em reconhecê-lo explicitamente, tendo inventado o “socialismo de mercado” que, a rigor não queria dizer nada. Os acontecimentos de agosto de 1991, isto é, o fracassado golpe de Estado da denominada “linha dura” precipitou os acontecimentos, proclamando-se, então, o abandono do socialismo pela União Soviética.

De todos os modos, antes de ter chegado ao fim o pesadelo do chamado “socialismo real”, Gorbachov havia avançado duas teses comprobatórias da inconsistência da hipótese da apropriação do trabalho alheio pelo capitalista. São as seguintes: 1ª) Marx não conseguiu prever o desenvolvimento do capitalismo; e 2ª) a subestimação das possibilidades do capitalismo levou os soviéticos a se propor a superação das maiores nações capitalistas, o que se revelou uma impossibilidade.

- (2) *Demain le liberalism*. Paris, Fluriel, 1980, p. 115. Para um conhecimento mais detido dessa proposta, veja-se Ricardo Vélez Rodríguez – A crítica do keynesianismo, Cap. VII do livro *Evolução histórica do liberalismo*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1987, p. 79-99.
- (3) As funções da Câmara dos Lordes também foram definidas em idêntico período. A origem dessa instituição é a mesma do Parlamento. Embora dependente de convocação da Monarquia, consagrou-se a praxe de submeter-lhe os aumentos de despesa, exigentes de contribuições, em geral relacionadas à guerra. Tradicionalmente subdividia-se em House of Commons – denominação preservada pela Câmara dos Deputados – e House of Lords. Ao tentar fazer renascer as denominações empregadas na República Romana, a Revolução Francesa popularizou a idéia do Senado, como uma segunda Câmara, revisora.
- (4) O critério para a escolha foi considerar os que abrigavam mais de 20 milhões de habitantes na época da Primeira Guerra Mundial, quando a Europa era habitada por pouco menos de 500 milhões de pessoas (487,1 milhões, em 1913). Alemanha (66,9 milhões), França (39,8 milhões), Itália (35,6 milhões) e Espanha (20,3 milhões) totalizavam 162,6 milhões (34% da população total). Se excluirmos a Rússia – que passou diretamente do absolutismo para o totalitarismo –, com o território a que chegou depois que dela se desmembraram Finlândia, Letônia, Estônia, Lituânia e Polônia, o que lhe daria àquela data 139,7 milhões, e a Inglaterra (46 milhões), onde o sistema representativo estava consolidado, a parte remanescente, onde a questão do sistema representativo se apresentava, teria 301,4 milhões. Os maiores países considerados (Alemanha, França, Itália e Espanha) passariam a equivaler a 54% do total. Em 1913, o Império Austro-Húngaro tinha 29,2 milhões de habitantes, transformando-se depois da guerra em três nações independentes (Áustria, Hungria e Iugoslávia). Dentre as nações que se desmembrariam da Rússia, somente a Polônia tinha mais de 20 milhões (28,3 milhões). Incorporada ao império russo em 1868, viveria sob o absolutismo monárquico até a época ora estudada. Como nação independente experimentaria sucessivos surtos autoritários e mesmo ditaduras, terminando por sair da Segunda Guerra como parte do bloco totalitário, liderado pela União Soviética. A organização de instituições do sistema representativo seria ali fenômeno de fins dos anos oitenta, de nossos dias, portanto.
- (5) *O Voto no Brasil – da Colônia à 5ª República* (História Eleitoral do Brasil – I) Brasília, Senado Federal, 1989, p. 18-19.
- (6) Obra citada, p. 203.
- (7) Veja-se Rita Thalman – *A República de Weimar*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, p. 106.
- (8) Apud Arend Lijphart – *Democracies* (1984), trad. portuguesa que apareceu com o título de *As democracias contemporâneas*, Lisboa, Gradiva, 1989, p. 210. O texto de Hermens foi introduzido pelo prof. Manuel Braga da Cruz entre aqueles que selecionou para a constituição de uma obra de grande valor e que viria a preencher uma grave lacuna: *Sistemas eleitorais: o debate científico*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais- Universidade de Lisboa, 1998.

- ⁽⁹⁾ A Prússia desapareceu praticamente, sendo a sua parcela oriental incorporada à União Soviética. A pátria de Kant (Koenigsberg) passa a denominar-se Kaliningrad. No Oeste, desfez-se qualquer possibilidade de reconstituição, desde que parte de seu território foi atribuído à Polônia. Em decorrência de tais remanejamentos, nos anos de 1946 e 1947, cerca de 6,7 milhões de alemães foram deslocados, das áreas transferidas a outras soberanias, para as zonas de ocupação.

CAPÍTULO SEGUNDO CONSERVADORISMO NEOCONSERVADORISMO

I – Significado do neoconservadorismo em nosso tempo

A ampla renovação do conservadorismo liberal – a que se denominou de *neoconservadorismo* – constitui um dos fenômenos mais relevantes ocorridos no seio do liberalismo no último meio século. Deve-se justamente ao evento o renascimento da idéia liberal, que se vira ofuscada – notadamente a partir do último pós-guerra – com a ascensão do socialismo e a capitulação diante deste, na Inglaterra e em outros países, da vertente batizada de *liberalismo social*.⁽¹⁾

O fato de que, na Inglaterra, os *whigs* tivessem adotado o nome de Partido Liberal, em resposta a que os *tories* passaram a designar-se como Partido Conservador, não deixa de ter criado uma certa ambigüidade, porquanto ambas as agremiações mantinham um compromisso fundamental com o liberalismo ao apostar na consolidação e no desenvolvimento das instituições do sistema representativo. O elemento conservador – geralmente ligado à Igreja Católica – que se recusou a aceitar as novas instituições e insistiu na busca de alternativas é habitualmente denominado de tradicionalismo.⁽²⁾

A ambigüidade suscitada pela circunstância de que uma de suas vertentes se haja apropriado do nome desapareceu com o tempo. No século XIX, com o surgimento das agremiações socialistas e a sobrevivência dos “ultras” – pretendendo recuperar as posições perdidas tanto pela aristocracia como pela Igreja Católica –, a família liberal diferenciava-se plenamente do conjunto, embora se tivessem acentuado as distinções entre “liberais” e conservadores. Estes resistiram tanto ao que se denominou de “processo de democratização da idéia liberal” como às políticas sociais fomentadas pelos “liberais”, o que afinal determinou que os últimos passassem a ser identificados com o *liberalismo social*.

No estudo que efetivamos da democratização do sufrágio, neste século, evidenciou-se que, sobretudo no continente europeu, o elemento liberal foi sendo alijado, generalizando-se a crença de que somente pela força seria possível conter a ascensão do socialismo. A vitória da Revolução Russa encorajou sobremaneira os adeptos do nacional-socialismo alemão e do fascismo italiano, a tal ponto que chegaram ao poder graças a esmagadoras vitórias eleitorais.

Os liberais sempre se caracterizaram pela importância atribuída ao curso histórico, tendo se revelado capazes de aprender com os acontecimentos. Graças a isto, souberam

elaborar estratégias aptas a permitir a incorporação de grandes contingentes ao processo eleitoral, sem alterar substancialmente o caráter das instituições do sistema representativo. O mesmo ocorreu com os chamados *direitos sociais*.

Entretanto, distinguiram-se as avaliações quando efetivadas no seio do liberalismo social ou do conservadorismo liberal. Os liberais sociais tenderam a preconizar o intervencionismo econômico, representando Keynes a expressão acabada dessa vertente. Os conservadores recusaram-se a dar esse passo, o que os levou, sobretudo na Escola Austríaca, a lograr uma compreensão aprofundada do funcionamento do mercado, evidenciando a impossibilidade de substituí-lo por quaisquer instâncias burocráticas. O desfecho desse embate iria evidenciar como as duas vertentes são parte integrante do mesmo movimento. Assim, num primeiro momento, foram os keynesianos que, através do intervencionismo econômico, salvaram as instituições do sistema representativo, asseguraram a derrota militar do totalitarismo na Europa Ocidental e a subsequente reconstrução européia. Contudo, o keynesianismo foi entendido como uma espécie de capitulação diante dos postulados socialistas – e a liderança do Partido Trabalhista viria a proclamá-lo abertamente – o que os autorizava a ir mais longe, promovendo a estatização da economia, numa certa medida com o beneplácito dos liberais sociais.

Assim, a idéia da desestatização (ou da desregulamentação) veio a constituir o cerne da plataforma neoconservadora. O mérito de tê-la formulado e também de levá-la à prática, em seus governos, cabe certamente a Mme. Thatcher. Enquanto dos esforços em prol da igualdade de oportunidades, realizados pelos liberais, resultou invejável distribuição de renda nos países capitalistas, a presença de empresas estatais tendia a fazer renascer camadas privilegiadas, a exemplo do que se dava nas fases iniciais da sociedade industrial. Também a regulamentação nutria burocracias parasitárias. A partir dos governos conservadores ingleses e dos governos republicanos norte-americanos, generalizou-se o abandono de formas socialistas de organização da economia na Europa e em parte do continente americano.

Os neoconservadores alçaram a bandeira da eficácia das políticas sociais. Em todos os países capitalistas, onde quer que o Estado haja assumido diretamente suprir carências de determinados segmentos da sociedade, formaram-se grandes burocracias, ocasionando absorção significativa, nas atividades-meio, de recursos destinados às atividades-fins. Os governos Thatcher, na Inglaterra, e Reagan, nos Estados Unidos, lograram suficientes resultados nessa direção, conforme esperamos evidenciar no Capítulo Sexto, embora essa linha prenuncie reformas ainda mais profundas na sociedade.

A questão do Estado tornou-se central no movimento neoconservador. Em seu seio há segmentos que se batem pelo “Estado mínimo”, vertente esta que desemboca naquilo que alguns autores têm denominado diretamente de “anarcocapitalismo”. A rigor, contudo, essa postulação extremada tem pouco a ver com a tradição liberal de preferir o aconselhamento do curso histórico ao puro doutrinário. A proposta neoconservadora afirma que, na organização da vida social, devem ser da alçada da iniciativa privada todas aquelas atribuições que possam desempenhar com sucesso. Entretanto, reconhece a existência de “bens públicos”, cuja oferta inevitavelmente deve estar afeta ao Estado. Encontra-se nesse caso a educação para cidadania. O Estado acha-se numa situação privilegiada para oferecê-la, sem embargo de que se trata de instituição que não está isenta da tendência a colocar em primeiro plano os seus próprios interesses, a exemplo do que ocorre com os diversos grupos sociais, justamente o que se leva em conta, na efetivação das políticas públicas, ao admitir a preferência estatal. Em atenção à circunstância, o neoconservadorismo insiste na descentralização da oferta desses denominados “bens públicos”. Organizando-se no seio das próprias comunidades locais, pode mais facilmente ser controlada. O mesmo se diga das políticas públicas destinadas a enfrentar situações de pobreza.

Talvez a principal característica distintiva do neoconservadorismo resida no fato de que desenvolve uma crítica sem tréguas tanto ao socialismo como à social-democracia. Nesse particular, deve ser-lhe creditada parcela expressiva do desfecho representado pelo desmoronamento do socialismo. É certo que desse desfecho não resultou que partidários dessas idéias se tivessem retirado da cena no Ocidente. Ao contrário disto, resistem de todos os modos. A circunstância obriga a reconhecer que o neoconservadorismo preservará ainda por muito tempo o seu significado.⁽³⁾

De sorte que foram os conservadores que facultaram a renovação amplamente vitoriosa das últimas décadas. É a este fenômeno que se dá nome de neoconservadorismo.

Para perfeito entendimento das teses doutrinárias do neoconservadorismo, cabe criticar algumas inferências políticas da Escola Austríaca, que mais a aproxima do tradicionalismo que do conservadorismo liberal propriamente dito, tendo em vista sua ampla difusão no Brasil.

Tomo aqui, como ponto de referência inicial da minha análise, o livro editado entre nós com a denominação de *Liberalismo; segundo a tradição clássica*, de Ludwig Von Mises (1881/1973). Escrito em 1927, em alemão, numa época sombria para a Europa ante a ascensão das correntes totalitárias representadas pelo socialismo dito internacionalista (governando a Rússia desde 1917 e que assumiu feição acabada com o estalinismo) e a variante que se auto-intitulava de nacional-socialismo, prestes a tomar o poder na Alemanha, sua edição original não parece ter empolgado os sobreviventes liberais, mas deixou os totalitários literalmente enfurecidos. Solicitando o envio de um exemplar de *Liberalismus*, ao editor que era de Iena – na época, em 1951, situada na zona de ocupação soviética, a partir da qual se organizou a denominada República Democrática Alemã (RDA) – informou aquele que “por ordem das autoridades, todas as cópias desse livro tiveram de ser destruídas”. Presumivelmente, a ordem inicial partira dos nazistas sendo ratificada pelos soviéticos depois da guerra.

O autor experimentou também não poucos dissabores. Tendo se doutorado na Universidade de Viena em 1906, com a tese *A teoria da moeda e do crédito* – publicada em alemão em 1912 e em inglês em 1934 – Von Mises tornou-se, nos anos vinte, uma personalidade conhecida nos círculos cultos da Europa. Em 1926, fundou em Viena o Instituto Austríaco para a Pesquisa do Ciclo Econômico. Em 1934 viu-se na contingência de transferir-se para a Suíça e, em plena guerra (1940), para os Estados Unidos. Naquela oportunidade, estava às vésperas de completar 60 anos e pode-se imaginar o esforço que há de ter desenvolvido a fim de tudo começar de novo num país estrangeiro, por maior que tenha sido acolhida que lhe hajam dispensado.

No início do pós-guerra e ao longo da década de cinquenta, verifica que o socialismo continua em ascensão. A seus olhos, o intervencionismo estatal preconizado pelo keynesianismo não passava de uma capitulação diante dos socialistas. Convence-se de que o *Liberalismo* de 1927 guarda plena atualidade e decide-se por publicá-lo nos Estados Unidos, em 1962. Mantendo integralmente o texto original, altera-lhe o título que passa a ser *A sociedade livre e próspera*. Para o seu gosto, os liberais americanos não se distinguem em nada dos socialistas, razão pela qual a preservação do título poderia induzir a equívocos.

Depois da morte de Von Mises, o Institute for Human Studies, ligado ao Cato Institute, promoveu duas edições do livro com o título de *Liberalism: A socio-economic Exposition* (1976 e 1978). Finalmente, na edição de 1985, patrocinada pela Foundation for Economic Education, estabeleceu-se o título com que aparece na edição brasileira (*Liberalism*

in the Classical Tradition), que reflete de forma mais adequada o conteúdo.

De Von Mises publicaram-se ainda estas traduções: *As seis lições; Mercado; A mentalidade anticapitalista* e uma divulgação de suas idéias com o bizarro título de *O essencial Von Mises*, de Murray Rothbard, pela Editora José Olympio, em convênio com o Instituto Liberal.

Von Mises pertence à chamada Escola Austríaca de Economia, cujo início é geralmente relacionado à publicação de *Princípios de Economia*, em 1871, de Karl Menger (1840/1921). São figuras proeminentes dessa escola: Wieser (1851/1926) e Bohm-Bowerk (1851/1914), além do próprio Von Mises e Friederich Hayek (1899/1992).

O mérito dos austríacos consiste em ter levado para o terreno da investigação econômica a crítica que começa a ser desenvolvida ao positivismo. Nas nações de língua alemã, esse movimento é sobretudo de natureza filosófica. Numa de suas vertentes, remonta ao empenho de volta a Kant iniciado por Oto Liebman com o livro *Kant e os epígonos* (1865), onde, ao fim de cada capítulo, insere esta consigna: “Portanto, é necessário voltar a Kant”, que logo mereceu a adesão de grandes personalidades, entre estas o famoso físico e fisiólogo Helmholtz. Estava destinado a fazer do neokantismo a corrente filosófica dominante até a época da Primeira Guerra. A grande estrela é Hermann Cohen (1842/1918).

A segunda e mais destacada vertente provém de Franz Brentano (1838/1917), cujas teses seriam desenvolvidas por Edmund Husserl (1859/1938), fundador da fenomenologia, que iria merecer a adesão dos melhores espíritos entre as duas guerras.

Tanto o neokantismo como a fenomenologia desmontam a *física social* do positivismo, que pretendia submeter o curso histórico da sociedade a rígidos esquemas determinísticos, devolvendo ao homem a sua capacidade criadora. Aplicando tais princípios à atividade produtiva, a Escola Austríaca estabeleceu que também aqui as pessoas se orientam por uma valoração subjetiva. Dessa análise, o mercado aparece em toda a sua significação reguladora, fazendo cair por terra as caricaturas que o pintavam como reino da anarquia e da perversão. As doutrinas econômicas daí resultantes facultaram às empresas modernizar significativamente seus métodos de gestão, ao permitir que fossem aprimoradas as estimativas de custos dos produtos – mediante o chamado “custo marginal” – como desenvolvendo o denominado *marketing* (capacidade de auscultar as aspirações dos consumidores para ajustar e adequar a oferta).

Tudo isto assegura a homens como Von Mises e Hayek uma posição destacada no

liberalismo clássico. O estudo e o conhecimento dos clássicos distinguem-se, entretanto, de modo radical, da maneira como se vem praticando a sua recente difusão no Brasil. O que assistimos agora é a simples transposição para o nosso país do modelo difundido nos Estados Unidos pelo Cato Institute, que se apropriou da Escola Austríaca para subordiná-la aos esquemas de uma facção do conservadorismo liberal. Transpostas para os nossos dias as propostas de Von Mises estão francamente ultrapassadas.

A tradição a que se filia Von Mises é a do liberalismo continental do século XIX, que se distingue em muitos pontos do liberalismo da ilha britânica. Nesta o que se convencionou denominar de democratização da idéia liberal não fomentou o aparecimento de agremiações dispostas a destruir o sistema representativo. Embora proclamando-se socialista a partir da reforma estatutária de 1918, o Partido Trabalhista Inglês formula esse princípio do seguinte modo: “O objetivo geral do Partido Trabalhista é o estabelecimento da Comunidade Britânica Socialista. Para alcançá-lo considera que o aparelho estatal constituído na Inglaterra tem realizado satisfatoriamente suas funções e pode servir de ponto de apoio para a realização das transformações fundamentais desejadas, desde que o Partido Trabalhista continue a respeitar a vontade da maioria e a praticar os princípios democráticos. O Partido abomina os sistemas de governo que só permitem uma opinião e cuja administração não esteja sujeita à crítica saudável de uma oposição. Está, por conseguinte, determinado a preservar o tecido essencial do sistema de governo britânico, embora preconize reforma no processo legislativo para eliminar a obstrução facciosa e assegurar maior eficiência aos trabalhos”.

Para nos limitarmos à época em que Von Mises escreve seu livro, indique-se que, embora alcançando expressiva votação em 1924 e colocando-se como segundo partido, os trabalhistas não conseguem formar governo duradouro em aliança com os liberais, permanecendo no poder apenas dez meses.

Na Inglaterra, na medida em que o Partido Liberal cede ao que Fourcade denomina de “tentação social-democrata” mais nitidez adquirem os neoconservadores. O mesmo ocorre nos Estados Unidos onde os liberais contaminados pela social-democrata sequer chegaram a dominar o Partido Democrata, desde que não identifiquemos com essa tendência o keynesianismo de Roosevelt. Essa nuance escapa aliás a Von Mises, conforme termos oportunidade de referir expressivamente.

Em contrapartida, os liberais alemães, sob cuja órbita de influência gravitam os austríacos, tiveram que se defrontar com algumas realidades perturbadoras. A primeira delas corresponde ao tema da unificação alemã, que por sua vez não podia deixar de favorecer o

nacionalismo de tão nefastas conseqüências. A segunda consistia na presença de partido católico atuante. Ao atribuir ao Estado primazia na atenuação de situações de pobreza e carências, a doutrina social da Igreja Católica levava água para o moinho socialista. Outras singularidades residiam na intransigência com que os conservadores defendiam as prerrogativas atribuídas a certos grupos sociais, tornando-os autênticas castas – por exemplo: os prussianos tinham o monopólio do acesso ao funcionalismo do Estado unificado recém criado – e na presença de combativa agremiação partidária vinculada aos meios rurais.

De certa forma, as propostas mais em evidência resumiam-se a postular a posse do poder para preservar ou implementar os próprios interesses. A liderança liberal não foi capaz de estabelecer as regras da convivência política entre esses diversificados interesses, a exemplo do que ocorre na obra de Locke e seria desenvolvido pela prática parlamentar inglesa. A experiência da Inglaterra sugeria que o aprimoramento do sistema eleitoral – processo que consumiu várias décadas – obrigava ao afunilamento dos interesses, voltando-se as principais energias para a consolidação das normas capazes de facilitar a negociação e evitar a guerra civil. Ao invés de louvar-se dessa experiência inglesa, aos alemães só ocorreu veicular o mito de uma política ascética acima de todo o interesse.

Mesmo uma personalidade como Friederich Nauman (1860/1919) – que dá hoje ao centro de estudos mantido pelo Partido Liberal Alemão, embora fosse um dos líderes do Partido Socialista Cristão – lutava por um movimento nacional-social para incrementar o poderio do Reich e conquistar o apoio da classe operária. Nauman e seu grupo acreditavam que o desenvolvimento do poderio alemão exigia não simplesmente a abolição dos privilégios do regime de castas, mas o nascimento de uma nova humanidade, empreendedora e livre, vinculada a uma civilização democrática. Nada de mais distanciado de um projeto autenticamente liberal que essa suposição de deixar na dependência de alterações na natureza humana a adoção de um adequado modelo de convivência social.

O próprio Von Mises reconhece a insuficiência e a precariedade do liberalismo alemão, sobretudo no que se refere à elaboração teórica. No livro que ora comentamos escreve: “As duas mais importantes contribuições dadas pela Alemanha à literatura liberal sofreram infortúnio em nada diferente daquele que recaiu sobre o próprio liberalismo alemão.” Tem em vista os livros de Humboldt (só publicados depois de sua morte) e o de Hermann Grossen, que aparece em 1854 e não encontra leitores. Ao que acrescenta: “A história do liberalismo político na Alemanha é breve e marcada por sucesso um tanto parco. A moderna Alemanha, e isso inclui os defensores da Constituição de Weimar, não menos que

seus oponentes, é um mundo totalmente à parte do espírito do liberalismo. Os alemães não sabem mais o que é liberalismo, mas sabem como injuriá-lo. O ódio ao liberalismo é o único ponto em torno do qual se unem todos os alemães”. (p. 195)

Apesar de semelhante reconhecimento, a catilinária contra o caráter subalterno dos interesses constitui precisamente o eixo da proposta de Von Mises no seu *Liberalismo*. Von Mises só acredita na harmonia dos interesses de todos os homens como supõe que qualquer tentativa de contraditar tal crença seria antiliberal.

Não se trata aqui de minimizar as dificuldades com que se defrontaram os liberais alemães e o quanto lhes deve a humanidade pela firmeza com que defenderam a causa da liberdade e do Estado de Direito nas condições mais adversas. Basta lembrar, aqui, o fato antes referido, de que os sociais-democratas alemães (marxistas) chegaram a ter quatro milhões de votos às vésperas da Primeira Guerra Mundial, elegendo um terço do Parlamento. Nas primeiras eleições para a República de Weimar (1919), os sociais-democratas e os comunistas obtiveram cerca de 45% dos sufrágios, votação que reduz a 35% nos meados da década de vinte. As outras correntes fracionavam-se em diversas agremiações, a maior das quais, o Centro Católico, obtinha apenas 13,6% dos votos em 1924. O Partido Nacional Socialista, que apura 2,6% da votação, em 1928, em 1933 alcança 43%.

Compreende-se, assim, que Von Mises escreva no seu livro de 1927: “Nunca (os liberais) perceberam dois fatos: em primeiro lugar, que as massas carecem da capacidade de raciocinar logicamente; e, em segundo, que aos olhos da maioria das pessoas, mesmo quando são capazes de reconhecer a verdade, uma vantagem especial momentânea, de que possam gozar imediatamente, parece mais importante do que um ganho maior e duradouro, que tenha de ser postergado. A maioria das pessoas não possui nem mesmo os dotes intelectuais exigidos para analisar o problema (antes de mais nada, muito complicado) da cooperação social e, por certo, não dispõe da necessária força de vontade para fazer os sacrifícios provisórios que a ação social exige. Os slogans do intervencionismo e do socialismo, especialmente as propostas de expropriação parcial da propriedade privada, sempre encontram pronta e entusiástica aprovação das massas, que esperam lucrar direta e imediatamente com a sua efetivação”. (p. 155)

A liderança liberal competente – o que não era certamente o caso dos alemães – é justamente aquela que não raciocina em termo de “massas”, mas que é capaz de construir um sistema eleitoral que obrigue, simultaneamente, a uma nítida diferenciação no seio de semelhante “nebulosa” e, ao mesmo tempo, o afunilamento dos interesses diversificados, para

constituir agremiações políticas dispondo de núcleo programático bem definido. Essa diferenciação, na primeira metade do século, não foi alcançada apenas nos países de língua inglesa, mas igualmente na França. Aos liberais compete ter uma proposta para enfrentar situações concretas e não fantasias para os tempos da humanidade perfeita. Por esse caminho jamais se distinguirão dos socialistas, cujo mérito principal, segundo o Cardeal Hoffner, consiste em haver posto em circulação o conto da carochinha que começa assim: “Será uma vez ...”.

O mais grave defeito do liberalismo de Von Mises consiste, entretanto, na pouca importância que atribui à Primeira Guerra, à maneira desastrada como foi negociada a paz, à emergência do estalinismo e do nazismo e à verdadeira hecatombe representada pela crise de 1929. Essa subestimação impede-o de enxergar a significação do keynesianismo. O simples fato de que Keynes haja convencido as lideranças vitoriosas a não repetir a expropriação da Alemanha e ajudá-la a reconstruir-se não só evitou nova guerra na Europa Ocidental como impediu que viesse a ser ocupada pelo Exército Soviético. O fetiche do não-intervencionismo impediria essa mudança política substancial, como levou a que proposta análoga, apresentada por Keynes no início do pós-Primeira Guerra, haja sido recusada.

A crença na capacidade auto-reguladora do mercado tornou-se para os remanescentes da Escola Austríaca – isto é, não só Von Mises mas também Hayek – um autêntico dogma religioso e não um princípio norteador da gestão econômica, que pode e deve ser violado quando as circunstâncias o exigem.

Von Mises chega ao exagero de equiparar o *New Deal* de Roosevelt à *Sozialpolitik* de Bismarck, sem se dar conta de que a primeira foi feita e conseguiu justamente levar o capitalismo a uma nova curva ascendente, enquanto a segunda foi nutrida por desconfianças em relação à empresa capitalista. O keynesianismo, de que o *New Deal* é uma legítima expressão, eliminou as crises cíclicas do capitalismo. Entre 1951 e 1973, os países desenvolvidos cresceram de modo ininterrupto, alcançando taxas médias anuais da ordem de cinco por cento. Nos 150 anos precedentes, historiadores econômicos assinalam pelo menos vinte crises cíclicas, uma para cada sete/oito anos, e número maior de recessões de menor intensidade, processo esse que culminaria com a catástrofe de 1929. As crises foram gestadas pelo fato de que se mantiveram intocadas as regras espontâneas do mercado. O keynesianismo deu certo porque encontrou a maneira de orientá-las sem fazer com que perdessem o dinamismo.

Para criticar o keynesianismo a primeira exigência é reconhecer-lhe os méritos. Ainda mais: a expansão do Estado empresário na Europa Ocidental neste pós-guerra não pode ser atribuída a Keynes. A indústria automobilística francesa foi expropriada para punir empresário que colaborou com os ocupantes alemães. Na Áustria, logo depois do fim da guerra o Estado assumiu o controle de empresas essenciais para impedir que os russos desmontassem as fábricas e as levassem para o território soviético. Keynes certamente enfraqueceu a resistência liberal ao intervencionismo estatal, dificultando a compreensão de que, tendo atendido a uma exigência circunstancial, adquiriu foros de cidadania e exacerbou-se. Certamente que as dificuldades experimentadas pela economia ocidental, nos anos setenta, não são devidas apenas ao cartel de petróleo. O intervencionismo contribuiu para dramatizar o aumento abrupto dos preços daquela matéria prima básica.

A grande reviravolta a que assistimos nos anos oitenta, quando os intervencionistas batem em retirada por toda a parte – menos no Brasil, naturalmente, pois não nos integramos neste mundo de Deus, mas giramos numa outra esfera sublunar – não se deve aos conservadores imobilistas do tipo de Von Mises, mas aos *neoconservadores*. Estes respondem, de fato, pelo arejamento dos arraiais conservadores no Ocidente e pelo seu grande sucesso.

No magnífico ensaio que escreveu para a obra coletiva *Evolução histórica do liberalismo* (Belo Horizonte, Itatiaia, 1987), Ricardo Vélez Rodríguez resume a crítica neoconservadora ao keynesianismo que, ao contrário da postura conservadora, reconhece-lhe os méritos e busca justamente averiguar as razões pelas quais perdeu a eficácia. Como o propósito da edição de Von Mises não consiste apenas em dar a conhecer um clássico, mas recomendar políticas atuais, os promotores da iniciativa estão visivelmente batendo na tecla errada. Desse agrupamento norte-americano, isto é, o conservadorismo liberal, são os neoconservadores que nos têm algo a dizer, autores como Kristol e Podhoretz, para citar dois nomes.

Em que pese recusemos algumas inferências políticas da Escola Austríaca – fruto de uma conjuntura desfavorável ao liberalismo, hoje inteiramente superada – não se pode deixar de reconhecer a sua notável contribuição no sentido de tornar patente o caráter insubstituível da economia de mercado. Esta compreensão encontra-se na base de toda a reação iniciada nos anos setenta, que culminou com a derrocada do império soviético.

Quanto à crítica a Hayek, vamos nos louvar do livro *Direitos sociais de cidadania*, do conhecido pensador liberal João Carlos Espada, lançado em Portugal em fins de 1997.

Essa obra constitui, em termos brasileiros, uma notável contribuição à clara determinação do conteúdo do liberalismo social, por oposição ao neoliberalismo, tradicionalmente melhor denominado de liberalismo conservador. Os direitos sociais são também chamados de direitos de segunda geração, *welfare rights* ou direitos sociais de cidadania, designação preferida por Espada. Ao fazê-lo trata logo de dissociar esse conceito do que seria uma teoria geral da justiça. Embora não explicita, certamente tem em vista as conseqüências igualitaristas da doutrina de Rawls. Escreve Espada: "Os direitos sociais não devem ser associados a qualquer teoria global de justiça de qualquer natureza. Devem ser vistos como algo que dá origem a um chão comum abaixo do qual ninguém deve recear cair, mas acima do qual podem surgir e florescer desigualdades sociais. Este estatuto comum de cidadania poderá portanto ser visto como uma expressão da vontade política de evitar a injustiça e, sobretudo, a exclusão, mas isto não implica de modo algum uma teoria global da justiça ou um padrão comum de distribuição. Só permitindo esta distinção, e só assim, é que os direitos sociais podem ser considerados uma parte integrante dos direitos dos indivíduos, em sintonia com os direitos políticos e civis tradicionais".

A escolha da expressão direitos sociais de cidadania pretende circunscrever os limites da análise que irá empreender. Quer evitar a armadilha dos direitos humanos universais, que não deixa de ser uma forma de ressuscitar a velha doutrina do direito natural que, pelo menos nessa circunstância, escamoteia ao invés de resolver a questão. A condição de cidadão insere, a quem assim se define, numa comunidade nacional em relação à qual, bem pesadas as implicações, o cidadão tem mais deveres do que direitos. De todos os modos trata-se de uma igualdade jurídica.

Espada encontrou uma forma engenhosa de refutar a Hayek. Este autor contribuiu de forma decisiva para a compreensão do papel do mercado e do caráter (ilusório) das tentativas de substituí-lo por instâncias burocráticas. Contudo, como mostra Espada em sua brilhante análise, a partir de determinado ponto foi influenciado pelo evolucionismo, deixando tudo a mercê da ordem espontânea, esquecendo os valores morais que sempre se constituíram na marca distintiva do liberalismo. Conforme lembra Espada, nossa preferência pela economia de mercado resulta da comprovação empírica de que se tem revelado capaz de assegurar a prosperidade material e razoável distribuição de renda. Muitos desses resultados, entretanto, resultaram de intervenções normativas emanadas do liberalismo, notadamente a distinção entre indigência e pobreza e a responsabilidade social pela primeira que, em conformidade com a melhor doutrina liberal, não pode ficar na exclusiva dependência da caridade.

Espada detém-se minuciosamente na tese de Hayek segundo a qual o conceito de justiça social é necessariamente vazio e desprovido de sentido, concluindo por estabelecer uma nítida diferença entre o que seria uma simples descrição daquilo que efetivamente se passa no mercado e uma resposta a esta pergunta: o conceito de justiça social deveria ser desprovido de sentido numa sociedade liberal? O próprio Hayek responde de forma negativa à pergunta quando admite que se poderia considerar como um valor moral ajudar "aqueles que não conseguem ajudar-se a si mesmos".

Espada demonstra de modo convincente como Hayek afasta-se gradualmente de uma visão normativa inicial do liberalismo, substituindo-a por uma teoria evolucionista que exclui todas as considerações morais e normativas, retirando ao liberalismo qualquer papel ativo no domínio político e institucional. A obra contém também uma crítica ao socialismo, graças ao que pode formular o posicionamento liberal de modo equidistante das duas teses extremadas.

Na discussão que tem sido travada entre os liberais brasileiros, torna-se cada vez mais patente que no fundamental estamos todos unidos na realização da tarefa hercúlea de liquidar o patrimonialismo e fazer do Brasil um país capitalista moderno. As divergências, como por vezes diz o Embaixador Meira Penna, são sobretudo de ordem semântica. Para delas retirar a importância que lhe é atribuída (sem embargo de que continuaremos preservando nossas preferências pessoais no tocante a autores e temas), creio que o citado livro de João Carlos Espada, muito pode contribuir. A questão reside em saber se de fato cabe a Hayek a última palavra em todos os planos quando é de todo evidente que a sua sinalização em matéria política é deveras desastrosa, na medida em que dá às costas ao sistema representativo (com a estapafúrdia doutrina da demarquia) e apresenta os liberais como indiferentes à sorte das pessoas que não foram bem sucedidas no terreno material.

Em *Direitos sociais de cidadania*, João Carlos Espada mostra como se dá a evolução de Hayek na compreensão da lei. Desde *O caminho da servidão* até *A constituição da liberdade*, livro de 1960, seu entendimento não discrepa do comum dos liberais na medida em que as entende como aquele conjunto de regras estáveis e gerais, abstratas e iguais para todos, que inclusive limitem o poder, de eventuais maiorias, de alterá-las arbitrariamente. Já na obra *Lei, legislação e liberdade* (1976) acha-se evidentemente numa fase de transição do liberalismo para o evolucionismo. A tradição inglesa do *Common Law* passa a constituir a espinha dorsal. Escreve Espada: "O seu esforço é compreensível: quer retirar as leis da esfera de intervenção das maiorias políticas, receando efetivamente que a miragem do construtivismo desenfreado possa destruir o grande baluarte da liberdade, ou seja, o governo

das leis. Quer, portanto, que as leis permaneçam sob a alçada de decisões separadas dos juízes, ficando assim sujeitas a uma lenta evolução que depende da evolução da opinião geral, que, por seu turno, os juízes devem sempre tentar interpretar e exprimir."

Esta não será, entretanto, a sua última palavra na matéria. Em *The Fatal Conceit: The errors of socialism* (1988) já não confia nos juízes. As leis não se alteram pelo desígnio dos indivíduos mas resultam da seleção cultural decorrente da evolução espontânea, ao longo dos séculos. O curioso é que tenha passado a acreditar que a ordem espontânea acabará nos conduzindo à plena configuração da sociedade liberal, tal como no marxismo, apenas com sinal trocado. Transcrevo a conclusão de Espada: "Mesmo que queira intervir, modificar as leis, multiplicar os regulamentos, o seu destino já está decidido: será derrotado pela evolução espontânea. Hayek já não convida "os socialistas de todos os partidos" a redescobrirem o apelo moral do meliorismo clássico dos liberais. De certa maneira converteu-se à linguagem dos socialistas marxistas – que se julgavam intérpretes do sentido da história – e convida-os a aderirem ao liberalismo sem terem de rejeitar as suas convicções históricas insensatas. Basta que compreendam que a história não está a seguir o caminho do socialismo, mas sim do liberalismo."

De sorte que os hayekianos brasileiros são convidados a reconhecer que parte da obra de seu ídolo não se inspira na doutrina liberal mas no evolucionismo. Dar este passo não significa, naturalmente, negar as suas contribuições definitivas no que se refere ao entendimento do mercado e, portanto, a minar pela base a tentativa socialista de substituí-lo por instâncias burocráticas. O problema reside no fato de que o princípio diretor da ordem política não pode ser o mesmo que deverá reger a economia, cabendo também reconhecer a especificidade da vida cultural.

Posso assim concluir que a crítica de Popper ao evolucionismo marxista aplica-se integralmente ao evolucionismo hayekiano.

III – O neoconservadorismo americano na proposta de Irving Kristol

Irving Kristol (nasc. em 1920) integra o expressivo grupo de intelectuais norte-americanos criadores do movimento denominado *neoconservadorismo*. Foi editor da revista judaica *Comentário*, no início do pós-guerra, e nos anos cinquenta viveu em Londres como um dos responsáveis pela revista *Encounter*, que se propunha congregar a intelectualidade liberal contra a investida soviética, regressando a Nova York em 1958. Prosseguiu na atividade jornalística e editorial, oportunidade em que integrou a equipe dirigente da

conhecida coleção *Basic Books*, ingressando posteriormente no magistério. Em 1965, juntamente com Daniel Bell e outros intelectuais liberais (Patrick Moynihan, Norton Glazer e James Q. Wilson) fundou a revista *The Public Interest*, que muito contribuiu para definir o ideário neoconservador. Desde 1987 reside em Washington, onde integra o *staff* do American Enterprise Institute. Kristol foi discípulo de Sidney Hook (1902/1992), renomado educador que se tornou uma espécie de herdeiro de John Dewey (1859/1952). É casado com Gertrude Himmelfarb (nasc. em 1923), autora de vários estudos sobre renomados pensadores ingleses, como Lord Acton, Darwin, Stuart Mill, de um livro sobre a Era Vitoriana (*Victorian Minds*) e das conhecidas análises sobre a questão da pobreza na Inglaterra desde o século passado.

Nesta apresentação de seu pensamento, vou tomar por base o livro *Neo-Conservatism. The autobiography of an idea. Selected Essays 1949-1995* (New York, The Free Press, 1995). Trata-se, na verdade, de uma edição ampliada do livro que apareceu em 1983 com o título de *Reflections of a Neoconservative. Looking Back; Looking Ahead* (New York, Basic Books). Descreve a sua própria trajetória intelectual que de certa forma, confunde-se com o denominado neoconservadorismo norte-americano. Tendo sido trotskista na juventude, aderindo mais tarde ao liberalismo, experimentou sucessivas decepções com os chamados *liberais*, na verdade sociais-democratas. Acha que os propósitos neoconservadores foram amplamente bem sucedidos no que se refere ao Partido Republicano.

O neoconservadorismo como movimento intelectual emerge nos anos sessenta/setenta. No livro de 1983, Kristol caracteriza-o deste modo: “O *novo* nesse conservadorismo reside no fato de que está resolutamente livre da nostalgia. Reivindica o futuro e é precisamente esta reivindicação, sobretudo, que leva os seus críticos da esquerda a uma espécie de frenesi de denúncias. Estes críticos não se sentem de todos desconfortáveis com o conservadorismo econômico de Milton Friedman, o conservadorismo social de Friedrich Hayek, o conservadorismo cultural de Dussel Kirk ou o conservadorismo filosófico e político de Leo Strauss. Encara-os como peças de resistência a serem considerados quando o tempo o permite ou simplesmente para deixá-los murchar no vinagre. Mas o neoconservadorismo dispõe da espécie de autoconsciência e autoconfiança – ainda mais que muitos de seus porta-vozes emigraram da esquerda – e também da coragem ideológica até então encaradas como propriedade legítima (e até exclusiva) da esquerda”. (*Reflections*. Introdução, p. XII).

Reconhece ter herdado muitos traços do conservadorismo tradicional. Aprendeu com Milton Friedman a apreciar as virtudes da economia de mercado e o motor do crescimento

econômico; com Hayek a importante verdade que as instituições sociais, embora resultado da ação humana, raramente provêm do seu desígnio e, finalmente com Leo Strauss e apreciar o significado da moral anterior ao capitalismo e das tradições filosóficas.

Contudo, o neoconservadorismo não é apenas sincretismo, pretendendo corresponder a uma nova síntese. Assim, nem é hostil ao *Welfare State* nem o aceita resignadamente, como mal necessário. Deste modo, não pretende desmantelá-lo em nome da economia de livre mercado mas simplesmente livrá-lo de sua orientação paternalista, imposta por influência dos sociais-democratas, transformando-o no Estado da Segurança Social (*Social Insurance State*) que provê segurança social e econômica demandadas por uma cidadania moderna, que minimiza a interferência governamental nas liberdades individuais. Na visão neoconservadora, governo limitado não se opõe a governo enérgico.

Aceitando a inevitável ascendência da política sobre a economia, os intelectuais neoconservadores entram em choque com os economistas conservadores que, a seu ver, sofrem de deformação profissional. A esse propósito, é interessante registrar que tem uma posição muito independente em relação a Hayek. Embora reconheça que sua crítica ao socialismo haja tornado “mais respeitável” os sentimentos anti-estatistas dos americanos, certamente não os criou e na verdade não tem nenhuma proposta clara para atender à singularidade norte-americana, que, segundo entende, não se encontra no “caminho da servidão”. Considera que a história deste pós-guerra revelou que o conservadorismo expresso na publicação tradicionalista *National Review* ou na obra de Hayek, calcado sobretudo na fobia anti-estadista, não chegou a adquirir maior relevância. A realidade requeria propostas inovadoras, justamente o mérito do neoconservadorismo.

O texto adiante serve para explicitar, em sua inteireza, o que tem em vista: “Num certo sentido, o símbolo da influência do pensamento neoconservador no Partido Republicano consiste no fato de que Ronald Reagan pode elogiar Franklin D. Roosevelt como um grande Presidente americano – elogio repetido por New Gringrich uma dezena de anos mais tarde, quando isto não é mais surpreendente. A mensagem era óbvia: o Partido Republicano não estava de modo algum interessado em destruir o *Welfare State*, em nome do anti-estatismo, achando-se antes empenhado em reconstruí-lo em bases mais econômicas e mais humanas. A ênfase no “mais humano” é outro signo da influência neoconservadora. Enquanto o conservadorismo tradicional tentava focalizar a atenção no caráter ilusório do sistema, os autores neoconservadores enfatizavam, anos a fio, o terrível efeito desmoralizador da seguridade do nosso *Welfare*. Atualmente é do conhecimento geral a necessidade de reduzir o

orçamento do Welfare mas também de redimir os seus beneficiários da espécie de “exploração” envolvida num sistema que cria e encoraja a dependência. A nossa mensagem – *a dependência corrompe e a dependência absoluta tende a corromper absolutamente* – deu uma dimensão moral à necessária reforma. E, nos Estados Unidos, não pode haver movimento reformador bem sucedido sem a correspondente dimensão moral”. (*Neo-Conservatism*, p. 379).

O neoconservadorismo intelectual distingue, no iluminismo do século XVIII, duas tradições, a anglo-escocesa e a francesa, o que também permite explicar as diferenças básicas dos dois grandes movimentos sociais a que conduziram, a saber: a Revolução Americana e a Revolução Francesa.

Para explicar tais diferenças, Kristol toma a caracterização devida a Hannah Arendt (1906/1975) daquilo que contemporaneamente se entende por Revolução. Escreve: “Envolve a rejeição apaixonada do *status quo* – tanto as instituições como o modo de vida a ele associado. Rejeita tudo quanto existe porque tudo deseja recriar – nova ordem social, novo conjunto de procedimentos económicos, nova entidade política e nova espécie de ser humano. Pretende ademais não apenas resolver o problema político de determinada comunidade neste momento concreto, mas todos os outros problemas que afligem a humanidade. Seu espírito é o do messianismo indissolúvel, estusiástico e inteiramente livre. Somente se satisfará com a radical transformação da condição humana. Trata-se no fundo de um fenómeno religioso em busca da redenção secularmente prometida e anunciada. Precisamente graças a esse fanatismo leva inevitavelmente à desilusão. A Revolução Francesa é o exemplo típico de rebelião moderna. Enquanto isto, a Revolução Americana promete apenas permitir aos indivíduos que busquem a própria felicidade”.

No ensaio “Christianity, Judaism and Socialism”, de 1979, que figura em ambos os livros, Kristol associa aquela pretensão revolucionária (no fundo a hipótese do paraíso terrestre), como o fizera precedentemente Eric Voeglin (1901/1985), ao gnosticismo. Mas, ao contrário deste último, que o entende como um desvio do cristianismo, Kristol identifica a ambos, isto é, o cristianismo seria basicamente uma variante do gnosticismo. No ensaio mencionado afirma o seguinte:

“O cristianismo emergiu de uma rebelião judia no interior do judaísmo. O cristianismo emergiu daquilo que, segundo penso, pode com justeza ser chamado de movimento gnóstico judeu. Sabemos muito pouco sobre isto, mas parece evidente, nas décadas anteriores ao aparecimento de Jesus, a existência de toda sorte de milenarismo

gnóstico fervilhando no interior do judaísmo. Trata-se de seitas que dissentiam da Lei, dissentiam do mundo, prometendo – ou esperando alcançar – uma radical reconstrução da realidade e a redenção dos seres humanos de uma condição que consideravam desumana”. A dificuldade com o gnosticismo, acrescenta, reside no fato de que jamais poderá alcançar seus ideais por quanto tais reconstruções radicais nunca ocorrerão. Mais adiante explica como os fundadores da Igreja Cristã enfrentaram ao gnosticismo: “Nos primeiros dois séculos da era cristã, os pais da Igreja tiveram que enfrentar precisamente este problema: como lidar com a têmpera gnóstica do cristianismo – tão evidente no Novo Testamento, em contraste com o Velho – e convertê-lo numa ortodoxia. Tiveram que convertê-lo numa doutrina adequada à vida cotidiana do povo, em algo pelo qual uma instituição pudesse governá-lo espiritualmente. Acho interessante destacar que um dos caminhos seguidos pelos pais da Igreja – e o fizeram por diversas vias – consistiu na incorporação ao cristianismo das escrituras do Velho Testamento”. (*Reflections*, p. 318; *Neo-Conservatism*, p. 432).

Embora se possa discordar da solução teórica dada à questão por Irving Kristol, não se pode deixar de reconhecer que feriu um ponto importante. O socialismo pode ser definido como um movimento gnóstico que não conseguiu estruturar a própria ortodoxia, como a Igreja Católica, isto é, um movimento adaptado à realidade do mundo e capaz de contrapor-se aos milenarismos. Contudo, parece de percepção intuitiva que algo tendente ao gnosticismo (ao milenarismo, à crença no paraíso terrestre) deve estar presente no próprio judaísmo, porquanto foi deste que se originaram tanto o cristianismo, como o próprio gnosticismo, e também o islamismo com o seu fundamentalismo assustador, tão próximo do puro barbarismo.

Kristol enxerga dois processos fundamentais no curso do desenvolvimento do capitalismo americano. O primeiro reside na constituição das grandes corporações. Correspondendo, o segundo, ao surgimento no setor de serviços de um poderoso segmento social de uma forma ou de outra comprometido com o Estado.

O segundo processo é um fenômeno deste pós-guerra e começa com a transformação do ensino superior num fenômeno de massas (presentemente a matrícula nesse nível de ensino alcança cerca de 15 milhões de pessoas). Esclareça-se, desde logo, para evitar comparações indevidas, que essa opção equivale ao propósito de difundir a cultura geral (ao contrário do caso brasileiro, a universidade americana não é um conglomerado de escolas profissionais, subordinando-se a formação profissional, como a entendemos, a esquemas paralelos). Aquela massificação deu lugar ao que Kristol denomina de “nova classe” constituída de

pesquisadores científicos, advogados, urbanistas, assistentes sociais, educadores, criminólogos, sociólogos e tantos outros, que dependem, para o sucesso de suas carreiras, “muito mais da expansão do setor público que do setor privado”. O sonho dessa gente é submeter o capitalismo americano a minuciosas regulamentações. É esse caldo de cultura que criou, pela primeira vez na história americana, esquerda ruidosa (“apoiada pela mídia, composta em grande medida por pessoas recrutadas na nova classe que acredita ser responsabilidade do governo curar as enfermidades da condição humana e que ridiculariza os políticos descrentes da capacidade dos governos de realizar projeto tão ambicioso”. *Reflections*, p. 212).

O ensaio de que nos louvamos (“*On Corporative Capitalism in America*”) foi escrito em 1976, quando os fenômenos do multiculturalismo, feminismo, homossexualismo e da exaltação da figura do “politicamente correto” ainda não haviam assumido a dimensão de que se revestiram no ciclo posterior. Na década de setenta, o que sobressaía era também a catlinária de Galbraith em prol da transformação das corporações numa espécie de “capitalismo burocrático”, sujeitas ao planejamento estatal. Era convicção generalizada que as corporações haviam eliminado a concorrência, tendo abdicado da categoria de “lucro máximo” (uma das poucas criações originais atribuídas ao falecido camarada Stalin) e contentando-se em assegurar a sua sobrevivência. Numa certa medida, Kristol parece impressionado com esse clima como se pode ver da opinião adiante. Escreve: “... parece claro que as grandes corporações não serão capazes de opor-se àquelas forças que as empurram para dentro do setor político a não ser que enfrentem a realidade de sua situação e adaptem-se à realidade com o propósito de auto-preservar-se. Há divergências quanto às formas de que possam revestir-se tal adaptação, alguns preferindo mudanças institucionais que enfatizem e esclareçam a natureza “pública” das corporações, outros insistindo em que o “caráter privado” seja ainda mais acentuado”. (*Reflections*, p. 217; *Neo-Conservatism*, p. 227).

O quadro posterior serviu para evidenciar que, muito ao contrário de tais suposições, as grandes corporações não estavam imunes à concorrência. A poderosa IBM viu-se seriamente abalada por pequenas companhias que apostaram no mercado dos computadores pessoais e acabou tendo que se defrontar com uma poderosa nova estrela (a Microsoft), circunstância com a qual os teorizadores marxistas sequer sonhavam.

No período subsequente, Kristol sofisticou de modo substancial sua análise, como se pode ver de alguns ensaios incluídos no novo livro. Assim, no texto intitulado “The Cultural Revolution” (1992), aponta os três principais pontos fracos da economia de mercado: 1) o fato

da atividade econômica repousar no interesse particular dos promotores; 2) o mau funcionamento do sistema em certas ocasiões; e, 3) a tendência crescente das modernas democracias de sobrecarregá-la com encargos burocráticos.

Acerca da primeira dificuldade escreve o seguinte: “... Adam Smith ... estabeleceu, pela primeira vez na história da humanidade, a legitimidade moral da economia de mercado baseada no interesse particular dos produtores. Essa tese contrapunha-se a uma longa, hostil e incrível tradição intelectual expressa com clareza pelo Imperador Romano Diocleciano, no ano 301 de nossa era, ao decretar o controle de preços e salários afirmando: “A atividade econômica desregulamentada é uma ofensa aos deuses”. Atualmente, muitos de nós aceitamos a legitimidade do interesse próprio em geral, mas, de todos os modos, instintivamente suspeitamos do interesse próprio dos outros”. (p. 124) Relata a sua própria experiência pessoal, nos anos sessenta, quando os que como ele moravam em apartamentos alugados em Nova York, todas pessoas de classe média, reagiram mal a uma proposta de compra efetivada pelo proprietário. Embora se dessem conta das vantagens da proposta (os apartamentos poderiam ser vendidos pelo dobro do preço de compra), queriam saber “quanto vai ganhar o proprietário com esse negócio”. Passaram-se meses até que a operação se consumasse, sendo naturalmente vantajosa para ambas as partes. Dessa experiência retira a seguinte conclusão: “A economia de mercado depende, em grande medida, da sofisticação econômica dos cidadãos e semelhante nível de sofisticação econômica só pode ser alcançado por uma contínua e ininterrupta educação em matéria de economia, ainda que elementar, mas de natureza fundamental”.

Acontece que a economia de mercado experimentou, desde o seu aparecimento, as chamadas crise de “excesso de oferta”, a que hoje denominamos de recessões. Em determinadas circunstâncias, essas crises revelaram-se devastadoras, o que explica em certa medida o sucesso da crítica socialista. Kristol tem vivas em sua memória as tristes recordações da adolescência, nos anos trinta; “Presenciava vasta gama de recursos naturais inaproveitados, ao lado de uma população carente de todas as coisas que poderiam ser produzidas. Dizia então para si mesmo: “Por que não podemos colocar tudo isto junto? Esta situação é não apenas trágica mas sobretudo estúpida. Nessas circunstâncias, a noção de uma economia planificada pela autoridade governamental parecia consensual ao invés de ideológica”.

Destaca que nos últimos cinquenta anos tivemos turbulências menos devastadoras. “Parece que estamos fazendo algo de correto – mas seria excelente saber precisamente o que.

A triste verdade é que não existe teoria para o que se denomina de ciclo econômico. Sentir-me-ei sempre atormentado pela incerteza quanto ao futuro de nossa economia de mercado enquanto nossos economistas não me tranquilizem graças ao fato de que, finalmente, estão de posse da teoria correta. Então se a política e os políticos impedem a sua aplicação, saberemos a quem responsabilizar”.

A terceira dificuldade “talvez seja a mais importante: o socialismo morreu mas sobrevivem diferentes versões do impulso coletivista. Não é necessário ser socialista para desconfiar ou mesmo destruir uma economia de mercado – os contemporâneos políticos liberais podem desincumbir-se a contento da tarefa”. Kristol emprega o termo liberal no sentido usado, nos Estados Unidos, para designar os sociais-democratas.

Na visão de Kristol, três são os pilares do neoconservadorismo: religião, patriotismo e crescimento econômico. A religião é o antídoto natural contra o que denomina de secularismo. Sendo esta uma das linhas de desenvolvimento da Época Moderna, chegou nos Estados Unidos a fomentar toda espécie de fenômenos negativos. O renascimento religioso, mesmo entre os negros, vai ao encontro do fortalecimento da responsabilidade pessoal, que repudia a condição de dependente do Estado, o sexo gratuito e a recusa em assumir os encargos decorrentes da constituição da família.

A liberalidade resultante da perda de pontos de referência, trouxe para a sociedade americana aumento desusado da criminalidade, do mesmo modo que outras patologias sociais. “A gratuidade do sexo – escreve – comprometeu-se com uma infusão de ansiedade sexual, do mesmo modo que com as doenças venéreas, resultado fatal da promiscuidade nociva. Produziu também grande e crescente população de mães solteiras e seus filhos. A resposta “liberal” para este tipo de desastre humano começa por negar que seja um desastre mas “uma nova espécie de família”, reivindicando a criação de mais programas de “educação sexual”. Mas esta é uma educação tão secular e desprovida de referenciais morais que antes de mais nada contribuiu para criar o problema. (“The coming conservative country” (1993), *Neoconservatism*, p. 366).

Segundo entende, as experiências educacionais do denominado multiculturalismo (preservação da língua e dos símbolos de minorias emigrantes, notadamente hispânicos) correspondem a autêntica tragédia, porquanto ao invés de integrá-las somente as distancia da sociedade americana. Sendo um país de imigrantes, a escola americana soube proporcionar-lhes doses corretas de patriotismo. O próprio Kristol é um exemplo desse tipo de integração. Sem repudiar suas origens judaicas, orgulha-se da condição de americano. O

multiculturalismo choca-se portanto com o patriotismo que se tem revelado uma das forças de sustentação da nação americana.

Em matéria de economia, Kristol não tem maiores simpatias pelos economistas conservadores. Acha que se deixam perturbar pela fobia anti-estatista além de confundir o que chama de política *pró-business* (isto é, voltada para o favorecimento das grandes corporações) com uma política pró-empresarial. Escreve: “Do mesmo modo como os ativistas políticos, movidos pela ambição política, são o coração da política social-democrata (“liberais”), os ativistas econômicos, impulsionados pela ambição econômica, são o coração da política econômica conservadora”. Simpatiza com o que denomina de *suplyside economics* (que, segundo os especialistas, poderia ser traduzido como *Teoria Econômica da Oferta*), que veio a ser experimentada sob Reagan, com resultados altamente positivos, ao que afirma. Enfatiza incentivos e desencentivos microeconômicos, colocando em questão, integralmente, a estrutura das análises macroeconômicas. Suas diretrizes mais gerais consistiriam em manter a expansão dos gastos governamentais abaixo do crescimento econômico histórico, evitar regulamentações e reduzir taxas para estimular investimentos. Basicamente, focaliza o crescimento e não apenas a estabilidade. Embora não se sinta em condições de atestar os seus méritos teóricos, entreviu rapidamente suas possibilidades políticas. A seu ver, deram um nome muito ruim a essa doutrina.

Kristol pode ser arrolado entre os que acreditam que o fim do socialismo marca o fim das ilusões quanto à viabilidade de alternativas ao capitalismo, embora sua análise esteja centrada nos Estados Unidos, onde a influência não é propriamente do socialismo, mas da social-democracia, de certa forma encarnada pelo Partido Democrata, que se autodenomina de *liberal*. Acha que o Partido Republicano pode encarnar perfeitamente o espírito neoconservador e assim marcar, na política norte-americana, “o século do conservadorismo”. Se não o fizer, surgirá um terceiro partido para reformar a política americana em consonância com o seu espírito. Afirma também que os grandes canais de televisão ainda não se deram conta do fenômeno e vêm sendo derrotados, em termos de audiência, por meios de comunicação que se supunha ultrapassados: o rádio.

Acredito que, sua conclusão mais geral, estaria contida no seguinte texto: “O que pode ser aproximadamente descrito como impulso neoconservador (ou pelo menos a persuasão neoconservadora) corresponde a fenômeno de gerações e que presentemente veio a ser absorvido num conservadorismo mais largo e compreensivo. Meu filho e minha filha, bem como os genros, do mesmo modo que dúzias de jovens que passaram por *The Public Interest*

durante os últimos trinta anos, são todos conservadores sem qualquer adjetivação. Eles têm, segundo creio, mais agudo interesse intelectual e cultural do que o comum dos conservadores. Existem hoje intelectuais conservadores levados em conta pela mídia, algo inexistente há alguns anos. Deste modo, considero que o movimento neoconservador foi um sucesso, trazendo contribuições necessárias para animar o conservadorismo americano e ajudando a remodelar os políticos americanos. Mas a minha opinião pessoal é certamente comprometida e dou-me conta de que as conseqüências imprevistas das idéias e dos atos são muito diferentes das intenções originais. Este é aliás um axioma básico dos conservadores e aplica-se tanto aos próprios conservadores como aos liberais e aos radicais”. (*Neoconservatism*, p. 40)

IV- Conservadorismo solidário

Outro desdobramento interessante da doutrina liberal, nos Estados Unidos, advém da experiência de diversos governadores republicanos resultante da intervenção nos programas financiados pelo *social security*. Adiante caracterizado de forma pormenorizada, o *social security* corresponde a programa de renda mínima. Ao contrário da Europa, o *Welfare* americano repousa em seguros voluntários, destinados a assegurar aposentadoria, serviços de saúde e a situações de desemprego. Somente o *social security* é obrigatório, tanto para fins de aposentadoria como de renda mínimas. À vista da circunstância de que repousa em contribuições correntes – sistema que na Europa vigora para o conjunto do *Welfare*, sendo comprovadamente insustentável – encontra grande oposição. Acresce o fato de que, a partir de determinado patamar, o contingente de pobres tem se mantido irredutível.

Tradicionalmente, os republicanos manifestam-se contrários ao sistema de sustentação do *social security*, o que é apresentado pelos democratas como prova de seu desinteresse pela situação dos pobres. Tendo em vista que a estagnação do número de famílias pobres exigiu que o Congresso introduzisse, em 1988, reformas nos programas do *Welfare*, transcorrido um lustro de sua aplicação, louvando-se da experiência de governadores, os republicanos procederam à generalização dessa experiência. Desincumbiu-se da tarefa, em caráter pioneiro, Myron Magnet (nascido em 1944) no livro *O sonho e o pesadelo. O legado dos anos sessenta para as classes despossuídas (The Dream and the Nightmare. The Sixties' Legacy to the Underclass*; Encounter Books, 1993). Esse livro provocou enorme celeuma e foi discutido em mais de cinquenta artigos, aparecidos nas principais publicações. No período posterior, na condição de diretor da revista *City Journal*, do Manhattan Institute de Nova York, tem voltado freqüentemente ao tema, em especial para balancear as experiências decorrentes das transformações alcançadas pelos republicanos em alguns

programas voltados para os contingentes classificados como pobres. Aham-se dedicadas a este balanço, entre outros, o artigo “Ending Welfare as we know it” (aparecido na publicação *National Interest*, 2005) e no livro *What Makes Charity Work* (2000). Essa variante do republicanismo tem sido denominada de *Compassive Conservative* (conservadorismo solidário) e o essencial de sua doutrina é indicado a seguir.

A tese central consiste na afirmação de que, embora os republicanos entendessem que a estratégia de assistência aos pobres do Partido Democrata estivesse errada, desde fins dos anos oitenta optaram por sustentá-la. Myron Magnet a resume deste modo: “benefícios sociais generosos, políticas criminais suaves, sólido apoio governamental à ilegitimidade (numa alusão a admissão no programa de mães solteiras) e políticas educacionais promotoras de auto-estima.” Tratando-se de uma prática que existe há pelo menos meio século, precisa ser balanceada. O certo é que, escreve, “as soluções realmente não funcionaram porquanto temos uma classe ainda mais baixa, um grupo de pessoas que não só são pobres mas cujas vidas estão atoladas na pobreza, geração após geração, independentemente do fato de que a economia esteja em alta ou em baixa”.

Segue-se a indicação da raiz do erro cometido pelos democratas: admitir que os pobres seriam vítimas passivas seja do racismo seja das grandes forças econômicas, tese que além de falsa é psicologicamente destrutiva. As pessoas para serem bem sucedidas na vida precisam dispor de autoconfiança. Achar que devem ser tratadas como dependentes do Estado equivale a admitir que não são protagonistas de suas próprias vidas nem agentes morais como o comum dos mortais. O caminho a trilhar é exatamente o oposto.

Louvando-se das experiências bem sucedidas nos estados de Wisconsin e Michigan, os republicanos rebatizaram o programa de renda mínima. Denominaram-no de *Workfare*, com o propósito de deixar expresso que ao invés de proporcionar bem estar (*Welfare*) tratava-se de proporcionar trabalho. Por proposta republicana, no Congresso, o novo princípio foi transformado em lei, relutantemente aprovada por Bill Clinton que, em duas ocasiões sucessivas, vetou a alteração. Essa mudança visava diretamente o tipo de programa financiado pelo *social security*. Tendo sido experimentado por cerca de um decênio, mereceu a avaliação adiante resumida.

A nova postura revela-se bem sucedida quando o beneficiário conta com uma família minimamente estruturada. É pouco eficaz no caso das mães solteiras. Justamente a admissão desse contingente, no programa de renda mínima, coincide com o término da redução do

número de famílias arroladas como pobres, como teremos oportunidade de referir expressamente, quando do exame específico do tema da seguridade social.

O conservadorismo solidário conseguiu documentar a efetividade da tese de que a virtual renúncia ao princípio da paternidade responsável – uma das principais características tradicionais da sociedade americana – tem contribuído para a proliferação de mães solteiras. Alcançar a revalorização de tal princípio, em meio à revolução sexual em curso, pressupõe mudança cultural de difícil consecução, sem embargo de que, os conservadores solidários assumem abertamente o combate à ilegitimidade (filhos fora do casamento). Adicionalmente, embora se trate de prática limitada aos estados governados por republicanos, vêm sendo adotadas estas providências:

1ª) retirar o apoio à criação de creches nos liceus (escolas de segundo grau), na esperança de que venham a desaparecer;

2ª) dar preferência a famílias legalmente constituídas na atribuição de moradias subsidiadas pelo Estado;

3ª) criação de residências para mães solteiras dependentes da Previdência, que se disponham a nelas habitar, como forma não só de permitir que tenham acesso ao mercado de trabalho como também de reaproximá-las da valorização tradicional (valorização do trabalho; auto-estima; responsabilidade pessoal, etc.), bem como de apoio a instituições que se disponham a realizar esse trabalho;

4ª) ao invés de entregar diretamente à mãe solteira os benefícios monetários da *social security*, fazê-lo através de instituições que se disponham a complementá-los a fim de acelerar a sua reinserção social; e, por fim,

5ª) atuar energicamente na repressão aos promotores de desordens, furtos e agressões, traficantes de drogas, em bairros de baixa renda, louvando-se da experiência do programa “tolerância zero” aplicado em Nova York.

Do ponto de vista doutrinário, o conservadorismo solidário centra-se no combate à pregação de que o insucesso ou a criminalidade decorrem de causas sociais, disparidades de renda e argumentos desse tipo. Especial atenção é dada às formas de atuação das organizações sindicais de professores que se dedicam a denegrir a sociedade norte-americana e ao capitalismo, como se a tônica de nosso tempo não consistisse precisamente no reconhecimento do retumbante fracasso tanto da ação socialista na Europa Ocidental como da experiência comunista no Leste e na Rússia. A literatura produzida por essa gente é

examinada no detalhe, tratando-se de refutá-la. O acolhimento aos imigrantes é outra questão onde o conservadorismo solidário também inova. Myron Magnet destaca que “com sua energia e capacidade de empreendimento ... fizeram o favor de provar à nação que não há escassez de oportunidades econômicas na América”; Como não poderia deixar de ser, a política fiscal está presente em seu programa.

Concluindo, o autor de *The Dream and the Nightmare* afirma que “o conservadorismo solidário não é um mero slogan mas antes um conjunto abrangente de políticas baseadas numa mundivisão coerente.”

NOTAS

- (1) Consiste na auto-dissolução do Partido Liberal de tão gloriosas tradições e sua fusão com o Partido Social Democrata, ocorrida em março de 1988.
- (2) Na cultura luso-brasileira é muito nítida a distinção entre tradicionalismo e conservadorismo liberal. Durante largo período do século passado, o primeiro identificou-se com o miguelismo – vale dizer, com o absolutismo monárquico – passando, neste século, a aceitar o que chamaram de “democracia orgânica”. Em ambos os ciclos, o alvo preferencial de sua crítica é o liberalismo, tendo a Rousseau como seu expoente, sendo inúteis todos os esforços para comprovar o nosso afastamento desse pensador. Presentemente, em Portugal, os tradicionalistas evoluem no sentido da aceitação do sistema representativo, fenômeno que ainda não se reflete no Brasil.
- (3) Robert Nisbet, no livro *Conservatism: Dream and Reality* (Minneapolis, University of Minnesota Press, 1986) traça um amplo painel da evolução do conservadorismo desde Burke. No capítulo final (“The Prospects of Conservatism”) estuda especificamente o neoconservadorismo, comentando a parcela substancial de sua bibliografia e mencionando suas figuras mais expressivas, nos Estados Unidos, Inglaterra, França e Alemanha. A denominação de neoconservadorismo proveio de um socialista (Michael Harrington) mas veio a consagrar-se graças a seus próprios adeptos que nela enxergaram uma possibilidade de explicitar as distinções em relação ao conservadorismo liberal clássico. Desde o começo, a personalidade-líder é Irving Kristol, fundador das duas revistas que mais contribuíram para desenvolver esse ideário: *The Public Interest*, criada em 1965, juntamente com Daniel Bell, e *Commentary*, da qual Norman Podhoretz é co-fundador. Desses autores, somente Daniel Bell teve livros traduzidos no Brasil. Outros nomes destacados por Nisbet: Patrick Moynihan, Nathan Glazer, Seymour Martin Lipset, Samuel Huntington e James Q. Wilson. Para uma descrição histórica da formação do movimento neoconservador consulte-se *The Conservative Intellectual Movement in America, since 1945* (N. Iorque, 1979), de George Nash. A pujança adquirida em todo o mundo foi focalizada por Guy Sorman em seu livro recentemente traduzido *A solução liberal* (Rio de Janeiro, José Olympio/Instituto Liberal, 1986). Esse autor aliás havia examinado especificamente o neoconservadorismo americano na obra *La révolution conservatrice américaine* (Paris, 1983).

CAPÍTULO TERCEIRO

A DOCTRINA LIBERAL DA REPRESENTAÇÃO E DO PARTIDO POLÍTICO

I-Idéia geral do problema

A característica distintiva da doutrina da representação política consiste em que resultou sempre da generalização de experiências históricas. Naturalmente estamos levando em conta o que efetivamente a própria história se incumbiu de decantar, desprezando as fantasias que nem por isto deixaram de proliferar.

Em conformidade com o que temos insistido, o surgimento do governo representativo deveu-se à necessidade de encontrar uma alternativa capaz de pôr fim à prolongada divisão que dilacerou a Inglaterra, ao longo do século XVII. Ao mesmo tempo, outro século transcorreu até que tivesse lugar o encontro de um formato que aparecesse, aos olhos da Europa, como opção capaz de atender aos anseios de reforma da monarquia, apta a perdurar, o que não foi alcançado pela Revolução Francesa, em que pese a enormidade dos sofrimentos que acarretou.

A experiência inglesa indicara, ainda, o imperativo do aprimoramento da representação, justamente o que estaria na origem da grande popularidade alcançada por William Pitt (1759/1806). Naquela altura, aceitava-se sem discussão que somente as pessoas dotadas de renda podiam votar ou ser votadas, princípio que figurou inclusive nas disposições adotadas na França durante o período revolucionário. O empenho de Pitt dava-se no sentido de abrir espaço para a nova elite proprietária surgida com a Revolução Industrial, isto é, não se tratava de pôr em causa o princípio consagrado. De igual modo sem alterar esse entendimento, Benjamin Constant (1767/1830) avançou entretanto uma hipótese que iria levar à sucessiva democratização do sistema, ainda que não fosse esta a sua intenção. Trata-se da tese de que a **representação política seria de interesses**.

O tema do “interesse” não foi inventado por Constant. Durante a Revolução Francesa generalizou-se a convicção de que haveria **interesses gerais**, que cumpria identificar e fazer coincidir com os supremos objetivos da Nação. E mais, que a estes se contraporiam o interesse particular. Caberia a Benjamin Constant evidenciar que embora distinto do interesse geral, o interesse particular não lhe era contrário. Além disto, a própria determinação do caminho que ao país conviria seguir somente poderia resultar da negociação entre os interesses.

Veja-se que a intenção de Constant era tornar patente, à opinião pública, que a transformação do interesse geral em algo abstrato abria a porta para o aparecimento do que, na doutrina de Rousseau, seria o “intérprete da vontade geral”. Achava-se presente, na memória de todos, a carnificina resultante dessa postulação, cujo desfecho havia consistido em acionar permanentemente a guilhotina. Nesse particular, isto é, na delegação à Assembléia de Representantes da atribuição de encetar e disciplinar a pretendida negociação, indique-se, o autor levou em conta a experiência de funcionamento do Parlamento inglês, que conhecia profundamente.

A doutrina da representação como sendo de interesses teria uma grande fortuna. Serviu de base para a verificação, pela liderança inglesa, que os trabalhadores reunidos em sindicatos configuravam um interesse definido e vinham demonstrando capacidade de defendê-los. Caía por terra, deste modo, a crença de que quem não fosse proprietário não saberia como definir os próprios interesses, tendendo a servir de massa de manobra para a Coroa perpetuar a sua resistência às concessões ao poder constituído a partir da representação. Semelhante verificação permitiu que tivesse lugar a ampliação do direito de voto na Inglaterra. As reformas do século XIX acabaram facultando-o a cerca de 30% da população maior de 21 anos. Praticamente todos os homens passaram a dispor daquela prerrogativa. Na

época, falava-se, indevidamente, em “sufrágio universal” porquanto não se admitia que as mulheres tivessem participação na vida política. O desaparecimento dessa última restrição exigiria mais três décadas, porquanto somente se consumaria, em igualdade de condições à população masculina, em 1928.

Portanto, consagrou-se o princípio de que a representação política é de interesses.

O passo seguinte, na incorporação de novo elemento à doutrina consagrada, decorreria das alterações que a democratização do sufrágio iria proporcionar à feição assumida pelo partido político. Por toda parte onde se introduziu o sistema representativo, no século XIX, a agremiação política era um bloco parlamentar. A democratização do sufrágio exigiu, entretanto, que ali onde se concentravam os eleitores, fossem constituídas estruturas partidárias permanentes. Tornou-se patente que a função do partido político consistia em alcançar o **afunilamento dos interesses**, crescentemente diversificados na sociedade industrial.

A doutrina vitoriosa incorporou esta determinação: a representação política é de interesses, cabendo aos partidos afunila-los a fim de dar efetividade à negociação a ser encetada no Parlamento.

O desdobramento da doutrina da representação política, desta vez, diz respeito ao próprio partido político. A questão reside no fato do aparecimento das propostas socialistas – e também de outras correntes, a exemplo daquelas ligadas à hierarquia da Igreja Católica --, exigentes de que as agremiações partidárias façam repousar seus programas num determinado modelo de organização social. Presentemente, no Ocidente, o totalitarismo não mais encontra quem o defenda abertamente, por equivaler ao pleno enquadramento da sociedade, impedindo a manifestação de toda espécie de oposição. Mesmo os Partidos Comunistas remanescentes – que, por definição, deveriam defender o modelo soviético já que surgiram como apêndice da política externa da União Soviética – evitam fazê-lo. Assim, com exclusão da proposta comunista, sobrevivem outros modelos, resultantes basicamente do respectivo posicionamento perante o Estado. Os socialistas continuam a endeusá-lo, enquanto os sociais democratas, oriundos de tal meio, relativizam essa compreensão, aproximando-se dos liberais, que advogam um Estado não-intervencionista. Comportando esse não-intervencionismo certas graduações, o conservadorismo liberal estrutura-se em torno de bandeiras como a do Estado mínimo. Finalmente, as agremiações ligadas ao catolicismo recusam o princípio de que as regras morais aceitas pela sociedade possam evoluir, como de fato ocorre no Ocidente quando qualquer disposição legal nesse particular é sempre precedida de consenso. A esse componente da vida social desde a Época Moderna, denomina-se **moral social de tipo consensual**.

II – Primórdios das doutrinas da representação

A natureza da representação política foi discutida inicialmente tendo como referência o chamado *mandato imperativo*.

O mandato imperativo é a denominação que se dá ao tipo de delegação que era atribuída aos representantes dos Estados Gerais ou Cortes. Essa instituição existiu em diversas monarquias européias e não tem maior relação com o Parlamento moderno, embora se chegasse a empregar o mesmo nome, como se deu em Portugal em seguida à Revolução do Porto.⁽¹⁾ A praxe da convocação de Cortes foi abolida com o absolutismo, razão pela qual alguns estudiosos pretenderam nela enxergar um antecedente liberal. Contudo, mesmo no

caso da Inglaterra, o comparecimento às Cortes era um dever e não um direito, o que distingue radicalmente as duas instituições.

A maneira como funcionavam as instituições medievais em apreço foi caracterizada por Thomas N. Bisson num artigo aparecido na revista *Humanities*, transcrito na publicação homônima (*Humanidades*), que durante um certo período foi editada pela Universidade de Brasília. O prof. Bisson é catedrático de História, na Universidade da Califórnia, e vice-presidente norte-americano da Comissão Internacional para a História das Instituições Representativas e Parlamentares. No artigo mencionado afirma o seguinte: “As concepções modernas de governo limitado muito devem à Idade Média. Não corremos o risco de ignorar essa dívida. Mas foi somente ontem – por assim dizer – que aprendemos a ler corretamente os registros da consulta medieval; aprendemos a apreciar quão *diferentes* de um congresso moderna eram essas ocasiões. Se pudéssemos escutar a retórica política laudatória e sem interesse, se pudéssemos verificar como demorou para que a representação nas assembleias leigas viesse a ser associada à eleição, poderíamos compreender o governo moderno”.⁽²⁾

Naquelas circunstâncias, o mandatário somente podia concordar com as exigências da Monarquia que tivessem sido aprovadas previamente pelo respectivo Estado.⁽³⁾ Os integrantes deste último não estavam obrigados a cumprir uma decisão que violasse tal regra. O tema aflorou na primeira Assembleia Constituinte, saída da Revolução Francesa, e a Constituição de 1791 proibia expressamente o mandato imperativo, dispositivo que figurou igualmente em outras constituições.

A discussão efetivamente moderna esteve, entretanto, circunscrita à Inglaterra, por ser este o único país em que existia o sistema representativo. Inicia-a Edmund Burke (1729/1797). No famoso *Speech to the Electors of Bristol* (1774), Burke indica que “a felicidade e a glória de um representante devem consistir em viver na união mais estreita, na correspondência mais íntima e numa comunicação sem reservas com seus eleitores. Seus desejos devem ter para ele, grande peso, sua opinião o máximo respeito, seus assuntos uma atenção incessante”.

Mas o representante precisa ter uma opinião imparcial e juízo maduro ao invés de simplesmente submeter-se à vontade dos eleitores. Diz textualmente: “Vosso representante deve a vós não somente sua indústria, senão seu juízo, e vos atraiçoa, em vez de vos servir, se se sacrifica à vossa opinião”.

Naquela oportunidade, Burke avançou uma solução que iria marcar profundamente todo o debate subsequente. Afirma então: “Somos agora Deputados por uma rica cidade comercial; mas esta cidade não é, no entanto, senão uma parte de uma rica Nação comercial cujos interesses são variados, multiformes e intrincados. Somos Deputados de uma grande Nação que, no entanto, não é senão parte de um grande Império, estendido por nossa virtude e nossa fortuna aos limites mais longínquos do oriente e do ocidente... Somos Deputados de uma monarquia grande e antiga...”

E assim por diante. Quer dizer: ao ser eleito, o parlamentar torna-se representante de toda a Nação.

Embora inteiramente pertinente a diferença que Burke estabelece entre mandato parlamentar e mandato imperativo, o mesmo podendo dizer-se da solução que encontrou, a mudança de condição exigia alguma sorte de explicação. John Stuart Mill (1806/1873) pretendeu justificar a independência do representante, argumentando que este é (ou deveria ser) mais instruído e mais sábio que seus eleitores,⁽⁴⁾ linha de argumentação de todo insubsistente.

Ainda no tocante ao que estamos denominando de primórdios da doutrina da representação, no mundo anglo-saxônico, cabe indicar que a luta pela independência dos Estados Unidos viria a suscitar a questão naquele país em formação. O tema seria focalizado de ângulo muito singular. Sumariamente, contrapôs-se o “interesse”, que seria expresso de órgãos corporativos, à representação individual. Como entretanto não se poderia ignorar a questão dos interesses, caminhou-se no sentido de afirmar que a representação deveria refletir os interesses gerais, de certa forma na linha de Burke. Entretanto, a questão não se achava ainda suficientemente amadurecida desde que sequer se cogitou de esclarecer a forma pela qual poderiam ser estabelecidos aqueles interesses.

O debate em terras americanas explicitaria as razões da preferência pelo que veio a ser denominado de “sistema eleitoral censitário”, isto é, baseado na exigência de renda para o exercício do direito de votar e ser votado. Num texto em que comenta as leis da Inglaterra, William Blackstone afirmaria o seguinte: “A verdadeira razão de exigir aos votantes alguma qualificação no tocante à propriedade consiste em excluir todas aquelas pessoas que se encontram numa situação tão pobre que se pensa careçam de vontade própria”.⁽⁶⁾

Como indicamos, melhor equacionamento do problema resultaria da doutrina da representação como sendo de interesses, que teve grande fortuna e incorporou-se em definitivo à doutrina liberal do partido político. Em decorrência da ampliação do sufrágio, tais agremiações deixam paulatinamente de ser simples blocos parlamentares e tiveram o mérito de promover o afunilamento dos interesses.⁽⁵⁾

III – A opção do liberalismo doutrinário

O denominado *liberalismo doutrinário* é a corrente política que implantou na França o primeiro modelo de governo representativo subsequente à situação insustentável a que o país foi conduzido pela Revolução Francesa: a volta da monarquia absoluta com Napoleão, a derrubada deste e a ascensão ao poder dos chamados *ultras*, empenhados na restauração *tout court* do Antigo Regime, a começar da colocação no trono da Casa Reinante quando da Revolução.

Os liberais doutrinários abrigavam número reduzido de intelectuais que, entretanto, conseguiram impor-se à sociedade pelo brilho e competência. Lideravam-nos François Guizot (1787/1874), seguindo-se Royer Collard (1763/1845), Victor de Broblie (1785/1870), Charles de Remusat (1797/1875), Hercule de Serre (1776/1824) e Camille de Jordan (1771/1824). Estiveram no poder sob Luís Felipe, entre 1830 e 1848, período durante o qual funcionaram normalmente as instituições do sistema representativo. Ubiratan Macedo teve oportunidade de dedicar-lhes um brilhante ensaio, constante do livro *Introdução histórica ao liberalismo* (Itatiaia, 1987). Alexis deTocqueville (1805/1859) é considerado como o autor que deu continuidade à sua meditação.

O liberalismo doutrinário proporcionaria uma interpretação singular da doutrina da representação devida a Benjamim Constant que, segundo toda evidência, marcaria profundamente os destinos do liberalismo na França, merecendo por isto ser devidamente caracterizado. Para atender a tal objetivo, vamos nos valer da obra adiante caracterizada.

Entre os estudos recentes sobre as singularidades do liberalismo francês, destaca-se o livro *L'individu effacé ou le paradoxe du libéralisme français* (Paris, Fayard, 1997), da autoria de Lucien Jaume, professor de filosofia, diretor de pesquisa do CNRS, especialista em filosofia política e categorias do Estado Moderno (soberania, representação, cidadania), temas de que se tem ocupado em diversas obras. O paradoxo consistiria sobretudo na ausência de desconfiança em relação ao Estado, admitindo, ao contrário, que seria o instrumento para a realização de uma política liberal, o que equivale, na prática, à admissão da hipótese de que o Estado seria um ser moral – e não um pólo de interesses, os da burocracia, como qualquer

outro agrupamento social. Essa hipótese tornar-se-ia comum às principais correntes políticas francesas, fenômeno que se acentuou no século XX, pela defesa do republicanismo em contraposição não apenas ao monarquismo mas igualmente ao tradicionalismo católico.

Lucien Jaume parte justamente dessa singularidade e afirma que, desde então, a opção francesa é por um liberalismo através do Estado e não contra ou fora dele, aspirando a submeter o indivíduo a um “espírito de corpo” que o discipline – que seria, segundo seu entendimento, a posição de Guizot – razão pela qual, parece-lhe, seria rejeitado o liberalismo individualista de Mme. de Stael (1766/1817).

Na visão do autor, o liberalismo seria um conjunto de princípios e não uma filosofia. Os princípios seriam os seguintes: 1) o indivíduo com seus direitos constitui a preocupação fundamental; 2) a liberdade, buscando assegurar a coexistência das liberdades; 3) o Estado como meio, expressão e instrumento da sociedade (papel instrumental do poder) e, 4) a sociedade liberal dispõe de um espaço público neutro (livre das hegemonias religiosas ou doutrinárias). Para compreender ao liberalismo francês, afirma, não se deve recensear o que tem de comum com irmãos e primos mas deter-se no *discurso liberal*, através do qual procedeu-se à justificativa das práticas, das percepções, da tomada de posição no coração da controvérsia acerca das instituições.

A análise que empreende reveste-se de grande amplitude. Entretanto, suponho que seja possível apreender o essencial da singularidade que ora pretendemos destacar a partir das considerações que tece acerca da doutrina da representação à qual se afeiçoou o liberalismo francês do século XIX. Nessa convicção, vamos nos limitar a esse tema, sem embargo da relevância do conjunto da obra.⁽⁷⁾

Lucien Jaume considera que o liberalismo individualista tornou-se uma vertente minoritária na França, devendo-se a sua formulação inicial a Mme. de Stael. Essa rejeição poderia ser atribuída à sua origem protestante. Assinala entretanto que fecundou uma parte da meditação de Tocqueville, aparecendo ainda nos escritos do editor de Benjamin Constant no Segundo Império (Laboulaye).

Na França revolucionária, o que acabaria predominando seria a crença rousseaiana na possibilidade de ser fixado o *interesse geral*. Segundo Lucien Jaume, a tentativa de Benjamin Constant de amenizar sua contraposição aos interesses reais (individuais ou de grupos) não teve maior acolhida. A opinião de Constant é apresentada deste

modo: “A tese essencial é a de que o interesse geral é distinto dos interesses particulares, mas não contraposto. Contestando a visão da Revolução, que geralmente opôs os dois aspectos, Constant pleiteia uma representação sincera dos interesses diferenciados, que podem e devem *negociar* entre si, para constituir a formulação do interesse geral, o qual não exprime nem um excesso nem uma transcendência, mas uma arbitragem. Noutros termos, sua função de unidade é bem o resultado buscado; não é a representação que faculta essa unidade; ela é produto do processo de *deliberação* que a representação (ou mais exatamente a Assembléia representativa) irá permitir, ulteriormente, em seu seio”.⁽⁸⁾

Lucien Jaume destaca com propriedade que Constant delimita uma outra esfera de interesses além do individual e do geral. Adverte que o interesse comum não pode ser confundido com o interesse de todos. A religião interessa e a todos preocupa. Nem por isto configura esfera de ingerência estatal. Quando os interesses coexistem sem se confundir não caem sob a jurisdição da autoridade social. No desdobramento do constitucionalismo, estabeleceu-se uma clara distinção entre direitos individuais, políticos e sociais, englobados sob a rubrica comum de direitos fundamentais.

Em Constant, o conceito de interesse de todos visava indicar um intermediário, uma zona de autonomia social, fora da alçada do interesse geral, conduzido e magnificado pelo Estado, e do interesse particular, que se via colocado em posição subalterna e suspeita. Tratava-se de mostrar que a hegemonia do “interesse geral” correspondia ainda a uma hipostasia perigosa, ali onde o indivíduo podia dirigir-se a outro sem que isto seja de domínio público. A liberdade de expressão, por exemplo, em sua pluralidade efetiva, não implicava o dirigismo estatal ou o controle administrativo, cuja admissão tenderia a gerar temores políticos.

Benjamin Constant pretende enfatizar que, sem a negociação através da representação, o interesse geral seria um simulacro. Sua tese, entretanto não vingou. Não apenas entre os tradicionalistas em geral e na chamada “direita” -- para Augusto Comte (1798/1857), por exemplo, o indivíduo e não a sociedade é que seria uma abstração, hipótese, diga-se de passagem, que marcaria profundamente a sociologia francesa -- e nos arraiais do democratismo, mas notadamente entre os liberais.

L'individu effacé indica que, para Guizot, a questão é outra. O que a experiência histórica havia evidenciado era que a anarquia revolucionária deu nascedouro, primeiro a Napoleão e, depois, aos *ultras*, formando dois pólos contrapostos.

Escreve Lucien Jaume: “sabe-se que a originalidade do grupo doutrinário consistia em alcançar o meio -- o famoso “justo meio” -- entre os excessos do espírito revolucionário e a rejeição da Revolução pelo tradicionalismo ultra. Em suas *Memórias*, Guizot consagra quatro páginas para lembrar o que uniu ao grupo doutrinário, concluindo deste modo: “Foi esta mistura de elevação filosófica e de elevação política, o respeito racional aos direitos e aos deveres, às doutrinas ao mesmo tempo novas e conservadoras, anti-revolucionárias sem ser retrógradas, e no fundo modestas, ainda que por vezes altivos em sua linguagem, que os doutrinários devem sua importância como seu nome”⁽⁹⁾.

Na *História da Civilização na Europa*, Guizot diz que os doutrinários respondiam a uma necessidade real e profunda, ainda que obscuramente sentida, dos espíritos na França.

Prosseguindo na apresentação e análise do ponto de vista de Guizot, Jaume indica que, segundo o seu entendimento, para organizar a sociedade em bases liberais duradouras, o princípio norteador não pode ser a liberdade individual, por mais respeitável e santa a necessidade de ser garantida. “Não é pela predominância da independência individual que se funda e se desenvolve a sociedade, pois a sociedade consiste essencialmente na porção de existência e destino que os homens nutrem em comum, pelo qual sustentam-se uns aos outros, e vivem sob os mesmos laços e as mesmas leis”.

Não se trata de dirigismo governamental mas do ideal de hegemonia do político que se faria aceitar por todas as elites sociais. A verdadeira questão seria, na visão de Guizot, da irrigação do poder pela sociedade, da grandiosidade e da eficácia do poder que disso resulta. O Estado seria instrutor e moralizador.

Outro princípio norteador da política doutrinária consistiria na hipótese de que o governo representativo traduz os interesses mais gerais porque é o governo das classes médias. Apesar de sua imprevidência e faltas, a classe média é o representante verdadeiro, honesto e fiel dos interesses gerais da sociedade francesa tal qual a Revolução a tornou. Por isto mesmo os doutrinários cerraram fileiras contra a expansão do censo – o direito de fazer-se representar – o que, na visão de Jaume, acabaria levando à Revolução de 1848, que os apeou do poder. Essa representação da classe média, esclarece, seria refletida no aumento do número de funcionários como integrantes tanto da Câmara dos Deputados como da Câmara dos Pares, sendo diretamente caracterizados como “correia de transmissão das camadas sociais”.

Conclui Jaume: “Compreende-se finalmente porque Marx dirá que não é o inventor da luta de classes, mas que a havia encontrado entre os historiadores como Guizot. Bem entendido, para Guizot, a luta de classes havia terminado, ao mesmo tempo em que a necessidade do político como atividade verdadeiramente distinta das tarefas governativas. É no fundo o que diz no discurso de 15 de fevereiro de 1842: “Não mais existe luta entre as classes; não há mais interesses profundamente diversos, contrários. ... O eleitor de 300 F representa perfeitamente o eleitor de 200 F ou ao de 100 F; não o exclui, representa-o, protege-o, acoberta-o, exprime e defende os mesmos interesses”.⁽¹⁰⁾

Os liberais doutrinários marcaram em definitivo a feição de que se revestiu, na França, a corrente liberal. Guizot, como se referiu, é o criador da doutrina da luta de classes. Reconstituiu a história da Europa sob essa ótica. Dessa postulação retirou a hipótese de que a burocracia estatal, constituída a partir das classes médias, iria permitir que o Estado assumisse feição liberal. Deste modo instaurou-se no país uma tradição liberal incapaz de distinguir-se do socialismo no que diz respeito a uma questão chave. Essa tradição explica a dificuldade, em nosso tempo, de serem ali empreendidas as reformas requeridas pela crise do denominado Estado Social. E mais: dado o seu papel na Comunidade, o país acaba transformando-se no principal obstáculo à modernização da Europa.

IV – Apesar dos franceses, firma-se a proposta de Benjamin Constant

Nas breves considerações precedentes evidenciou-se que o liberalismo, desde os seus primórdios, esbarrou com a questão dos interesses. Na tradição católica, os interesses particulares confundiam-se com o egoísmo, de todo condenável, e esse entendimento chegou mesmo a ser perfilhado por autores liberais, a exemplo de Von Mises, como se viu no capítulo anterior.

Neste particular, o grande mérito de Benjamin Constant consiste em haver suscitado estas duas idéias: 1ª) o interesse geral é distinto mas não contraposto ao interesse particular e, 2ª) a tarefa da representação política é propiciar a negociação entre os diversos interesses, para fixar-se uma definição na linha a ser empreendida pelo país. Subseqüentemente, os liberais estabeleceram o caráter inelutável do conflito social, sendo função do sistema representativo evitar que desague na guerra civil.

O quadro se complementa pelo prolongado debate que acompanhou as reformas eleitorais inglesas do século passado, a começar do chamado *cartismo*, nos anos quarenta. A rejeição das suas propostas advinha do fato de que, em franca contraposição às tradições do país, pretendia deduzir os pontos da *Carta das Liberdades do Povo* de uma idéia abstrata da pessoa humana. O sufrágio universal, que era o primeiro ponto da Carta, somente foi adotado (1884) quando se tornou patente que as *trade unions* configuravam nitidamente uma esfera de interesses.

Faltavam duas coisas para que a doutrina liberal da representação política assumisse feição acabada, sendo a primeira a estruturação dos partidos políticos como os entendemos na atualidade (isto é, deixam de ser simples blocos parlamentares) e, segunda, a experimentação de modelos de sociedade que pudessem refletir a natureza profunda desse ou daquele interesse individual.

Tudo isso faz sobressair o mérito de Silvestre Pinheiro Ferreira (1769/1846) ao ter familiarizado a elite imperial com a doutrina da representação política como sendo de interesses. Apresentou-a no *Manual do cidadão em um governo representativo*, editado em Paris em 1834, do qual o Senado Federal vem de promover primorosa edição fac-similar.⁽¹¹⁾ O pensador português assinala que, em prol da concisão, tornou-se praxe, entre publicistas e jurisconsultos, dizer que “o procurador representa o seu constituinte”, quando, em prol da clareza e da exatidão, competia dizer que o “procurador representa os interesses do seu constituinte”.

Ao que acrescenta: “Se os juristas tivessem avaliado a importância desta observação, teriam concluído sem hesitar que a jurisprudência da representação não pode ser outra que a do mandato. Quando se tratasse de fixar os direitos e os deveres dos mandatários ou representantes, quaisquer que sejam, é na natureza dos interesses que se devem procurar os motivos; mas, perdendo de vista esta idéia tão simples ou omitindo a palavra *interesses*, e conservando a de *pessoa*, caíram em graves erros, mormente quando trataram de direito constitucional e dos direitos e deveres dos agentes diplomáticos, como iremos mostrando”.

Ao que suponho, a dificuldade com que temos esbarrado, desde a República, no tocante ao funcionamento das instituições do sistema democrático representativo, dizem respeito ao abandono da doutrina da representação de interesses, em decorrência da influência positivista, que produziu o amálgama eclético denominado de versão positivista do marxismo.

A experiência dos países em que se consolidaram as instituições do sistema representativo sugere que os parlamentares estão identificados com uma determinada esfera de interesses. Seu mandato autoriza-o a negociar com outros interesses. Nesses países, o interesse nacional —salvo no que respeita às questões que por preceito legal acham-se excluídas da barganha política — é estabelecido subsequente à negociação. Não há interesse nacional fixado tecnocraticamente, como se supõe no Brasil.

Ao mesmo tempo não seria lícito dizer que a tese precedente revoga o princípio de que o parlamentar eleito representa a Nação.

No livro *O futuro da democracia* (1984), Norberto Bobbio discute amplamente o tema e sugere que se estabeleça uma distinção clara entre os ideais e a *matéria bruta*. Desse ângulo, o princípio de que o parlamentar é um representante da Nação corresponde a um ideal que provavelmente jamais será alcançado por qualquer existente singular. Ainda assim, tem enorme significação prática e serve como uma advertência quanto à necessidade de obedecer à própria consciência quando estejam em jogo questões de natureza vital.

Num determinado tipo de leitura política, o portador do mandato imperativo foi denominado de *delegado* e o representante de certa classe de interesses de fiduciário. Bobbio define-os deste modo: “A pode representar B ou como delegado ou como fiduciário. Se é delegado, A é pura e simplesmente um porta-voz, um núncio, um legado, um embaixador, de seus representados, e, portanto, o seu mandato é extremamente limitado e revogável *ad nutum*. Se, ao invés disto, é um fiduciário, A tem o poder de agir com uma certa liberdade em nome e por conta dos representados, na medida em que, gozando da confiança deles, pode interpretar com discernimento próprio os seus interesses. Neste segundo caso diz-se que A

representa *B* sem vínculo de mandato; na linguagem constitucional hoje consolidada, diz-se que entre *A* e *B* não existe um mandato imperativo.⁽¹²⁾

A terminologia indicada aparece com maior frequência naquele segmento dos estudiosos da política, mais proeminente nos Estados Unidos, que trata de aplicar procedimentos matemáticos. Neste caso, a fórmula geral consiste em afirmar que os cidadãos, numa democracia, agem principalmente para maximizar o seu interesse pessoal e sua renda. Os partidos políticos, por sua vez, formulam políticas para ganhar eleições e não o inverso, isto é, não ganham eleições para formular políticas. A partir de tais pressupostos, essa análise chegou a ser denominada de *economia política*, isto é, a luta política encarada em termos de ganhos e perdas, com vistas ao que se poderia chamar de contabilidade geral.⁽¹³⁾ Para não deixar de dizer uma palavra sobre essa espécie de ambição, cabe reconhecer que a aplicação de métodos matemáticos à esfera do comportamento humano pode facultar e facultar resultados apreciáveis. No caso do comportamento político, basta mencionar a consistência crescente com que se realizam prognósticos eleitorais. Contudo, por esse caminho jamais se chegará a uma teoria geral e esta nunca deixará de revestir-se de caráter especulativo e polêmico.

V – A doutrina liberal do partido político

No que se refere ao entendimento liberal do partido político, cumpre primeiro fixar o caminho que tais agremiações percorrem até assumir a feição de que se revestem nas democracias ocidentais. Tomaremos como referência a conferência que Max Weber (1864/1920) pronunciou em 1919, pouco antes de falecer, divulgada com o título de “A política como vocação” (*Ciência e política*, duas vocações, trad. bras. da Cultrix, diversas edições). Nesse texto, Weber fixa as etapas trilhadas pelos partidos políticos, partindo da condição de bloco parlamentar.

Tomando como exemplo a Inglaterra, diz que, no começo, não passavam de simples conjuntos de dependentes da aristocracia. Acrescenta Weber: “Quando, esta ou aquela razão, um par do reino trocava de partido, todos os que dele dependiam passavam-se também para o outro campo. Até à época do Reform Bill (de 1832), não era o rei, porém as grandes famílias da nobreza que gozavam das vantagens propiciadas pela massa enorme dos burgos eleitorais. Os partidos de notáveis, que se desenvolveram mais tarde graças à ascensão política da burguesia, conservavam ainda uma estrutura muito próxima da estrutura dos partidos da nobreza.

Num segundo momento, formam-se os partidos dos notáveis, preservada a estrutura primordial do bloco parlamentar. Diversos segmentos da sociedade – profissionais liberais, industriais, pequenos burgueses e mesmo do mundo operário – organizavam-se em clubes políticos e fazia-se então necessário encontrar um chefe que quase nunca provinha de seu próprio meio”.

Prossegue Weber: “Na época, não existiam partidos organizados regionalmente, que encontrassem base em agrupamentos permanentes do interior do país. Não existia outra coesão política senão a criada pelos parlamentares, apesar de que as pessoas de importância local desempenhavam papel marcante na escolha dos candidatos. Os programas incluíam, a par da profissão de fé dos candidatos, as resoluções tomadas nas reuniões dos homens de pro ou as resoluções das facções parlamentares. Só em caráter acessório e a título exclusivamente honorífico é que um homem de projeção consagrava parte de seus lazes à direção de um clube. Nas localidades em que esse clube não existia (caso mais comum), a atividade política estava privada de qualquer organização, mesmo no que tangia às raras pessoas que se interessavam normalmente e de maneira contínua pela situação do país. Só o jornalista era um político profissional remunerado e, além das sessões do Parlamento, só a imprensa constituía uma organização política dotada de algum sentido de comunidade. Não obstante, os parlamentares e os diretores de partido sabiam perfeitamente a quais chefes locais recorrer quando certa ação política parecia desejável”.

A última fase é a da estruturação do que foi denominado de máquina partidária. Esta encontra-se em condições de impor sua vontade aos parlamentares. O tipo de democracia que daí resulta, na formulação de Weber, é a *democracia plebiscitária*. Vale dizer, periodicamente, o partido que se encontra no poder é obrigado a submeter-se ao referendo popular.

Esclareça-se que a subsequente ampliação do sufrágio levou à organização de comitês eleitorais nos distritos, organização de que não podiam prescindir os parlamentares para manter contato permanente com os eleitores e assim assegurar-se da permanência no Parlamento. Sintetizando o processo, Maurice Duverger dirá que o partido político que conhecemos em nosso tempo resulta da fusão dos comitês eleitorais com os blocos parlamentares. A partir dessa fusão é que surgem funcionários e assessorias permanentes, formando o que Weber chamou de máquina partidária.

Tendo presenciado apenas os primórdios da constituição dos partidos políticos na forma indicada, nas duas primeiras décadas do século, Weber não estava em condições de estabelecer uma nítida diferença entre os *partidos ideológicos* e os *partidos democráticos*.

Os grandes partidos democráticos do Ocidente admitem em seu seio facções à esquerda e à direita. Ao contrário do que se passa no Brasil onde os partidos políticos nunca deixaram de ser simples blocos parlamentares e os conceitos de direita e esquerda têm em vista unidades fixas, tais divisões dão-se no interior dos próprios partidos. Todos dispõem do que se poderia denominar de *núcleo programático*.

O núcleo programático é o elemento diferenciador entre liberais e conservadores que estão unidos em torno de questões centrais, como a manutenção e o aperfeiçoamento do sistema representativo, sendo notável o exemplo do passado recente quando existia o bloco soviético. Liberais e conservadores estiveram unidos em defesa do Ocidente contra as incursões do Leste, a necessidade de obrigar o bloco soviético a dirimir os conflitos através de negociações, para circunscrever o perigo de guerra e assim por diante. Unidos em matéria de política exterior e de manutenção das instituições representativas, as grandes agremiações do Ocidente distinguem-se nitidamente em vários pontos de igual relevância. Assim, os conservadores lutam para afastar o Estado da prestação direta de assistência social, ou pelo menos submetendo-o rigidamente ao controle das comunidades. Enquanto isto, os liberais defendem a responsabilidade estatal na efetivação de programas de caráter assistencial. A política fiscal é, em geral, outro ponto onde se dá nítida diferenciação.

Em que pese o núcleo programático, os partidos fazem alianças com relativa liberdade, transigindo onde seja possível sem desfigurar as plataformas com que se apresentam perante o eleitorado.

Essa flexibilidade é assegurada pela identificação com as grandes correntes de opinião existentes em cada nação. Os partidos acompanham a tendência geral dos mais representativos segmentos de opinião. Mas, ao mesmo tempo, contribuem para dar-lhes maior coerência e consistência. Tecnicamente diz-se que os partidos obrigam ao afunilamento e hierarquização dos interesses.

A temática do interesse envolve grande celeuma teórica. Alguns estudiosos o identificaram com o egoísmo ou amor-próprio excessivo mas surgiu também uma opinião favorável. Na corrente que denomina de *utilitarismo* – entendida por vezes como sinônimo de *moral do interesse* – estabelece-se uma nítida distinção entre moral individual (geralmente ligada à religião) e moral social (convencionada segundo as épocas históricas a partir das

tradições culturais predominantes). Segundo aquela doutrina, os homens tendem a cumprir as regras morais sancionadas socialmente a partir do *princípio da simpatia*, isto é, de que carecem da aprovação dos demais membros das respectivas comunidades. Por esse modo, o interesse foi aproximado da *virtude*. Considerou-se também o papel que pode desempenhar no processo pedagógico, notadamente pelos educadores americanos, a partir de William James (1842/1910) e John Dewey (1859/1952).

Nesta oportunidade, vamos tomar como referência o atendimento comum e consagrado, isto é, o de que o interesse corresponde ao que de fato interessa às pessoas.

A vida em sociedade sugere que os interesses humanos são muito diversos. Mas podem ser agrupados em reduzido número de categorias. Entre estas certamente sobressai o interesse econômico. O sistema representativo repousa na convicção de que todos são legítimos, tanto os dos assalariados como os dos capitalistas ou da burocracia vinculada ao Estado. Todos são particulares, exclusivistas e não há mágica capaz de identificá-los pura e simplesmente com os interesses nacionais, embora também não sejam obrigatoriamente contrários. O País estará organizado em bases estáveis quando os mecanismos de negociação entre esses interesses provarem ser flexíveis o suficiente para evitar ou reduzir o impacto das grandes comoções.

Seria, entretanto, grave equívoco tudo reduzir ao patamar econômico. Força mobilizadora de igual ou maior magnitude têm os interesses cívicos e os morais. No primeiro caso, a história do País está cheia de exemplos da profundidade de nossos sentimentos patrióticos. Somos mesmo tendentes a exagerá-los, sob a ótica de um nacionalismo tacanho, supondo que “a pátria está em perigo”, mesmo em situações nas quais a nossa independência de modo algum encontra-se em jogo.

Os interesses morais são certamente ainda mais fortes. Como estamos saindo de um ciclo relativamente longo de autoritarismo, quando as liberdades públicas estiveram contidas, há uma certa inibição no condenar as formas grosseiras de permissividade e exibicionismo que invadiram as casas de espetáculo e as publicações. Mas esta é, sem dúvida, uma situação transitória, desde que não pairam dúvidas quanto ao fato de que certos valores, como a família, a honra pessoal ou a compostura sejam expressivos de nosso modo de ser.

Aqui sobressai o papel do partido político. Precisamente a este compete atuar como elemento catalisador de interesses. Fingindo que não existem, valorizando suas lideranças acima de tudo as ambições pessoais, as agremiações políticas da atualidade brasileira jamais virão a adquirir a necessária consistência. Não passa de ilusão a crença de

que chegarão, de fato, a representar a sociedade sem assumir o ônus da defesa desse ou daquele interesse. Ainda mais: é preciso ter coragem de reconhecer que, sem partidos políticos autênticos, a democracia brasileira nunca passará de uma figura de retórica.

V – Nota bibliográfica sobre Partidos Políticos

Jean Charlot, no livro *Les Partis Politiques* (Paris, Armand Colin, 1971) resume o principal da bibliografia que se publicou sobre o tema. A seu ver, os autores considerados clássicos escreveram numa época em que os partidos ainda não haviam assumido feição acabada. Menciona expressamente M. Ostrogorski – *La démocratie et l'organisation des partis politiques*, Paris, 1901 – e R. Michels – *Les partis politiques: essai sur les tendances oligarchiques des démocraties*, tradução francesa aparecida em 1914 com base na primeira edição alemã, sendo que a segunda edição publicada em Leipzig, em 1925, teve seu título modificado para *Sociologia dos partidos políticos na moderna democracia* – omitindo Max Weber.

Marco mais relevante parece-lhe *Les partis politiques* (1915) de Maurice Duverger, que determinou o posicionamento de grande número de estudiosos, notadamente norte-americanos.

Reivindicando uma nova tipologia, Charlot adota a seguinte premissa: “No atual estágio dessas pesquisas – que não estão muito adiantadas – o essencial, parece-nos, seria evitar cair, depois de Maurice Duverger, na armadilha da ilusão de uma história unidimensional, imaginando um ciclo único, que vá obrigatoriamente dos partidos de quadros aos de massas, e depois aos de reunião, que representariam a forma ‘natural’ dos partidos na era industrial moderna” (p. 162, da ed. brasileira, *Coleção Pensamento Político* da UnB, vol. 47). No conceito de Duverger, o último tipo adviria da circunstância de que o partido não é uma comunidade “mas um conjunto de comunidades, uma reunião de pequenos grupos difundidos através do país (seções, comitês, associações locais, etc.) ligados por instituições coordenadoras”.

A crítica a Duverger entretanto não parece muito apropriada, porquanto a sua atitude é *compreensiva* enquanto os estudiosos referidos pretendem avaliações matemáticas. O próprio Charlot apresenta uma tipologia apoiada na base da legitimação, recusando a forma de organização ou a ideologia, o que lhe permite distinguir: 1) partidos voltados preferentemente para os notáveis; 2) os que vêm prioritariamente seus militantes, e, 3) os que se baseiam primeiramente em seus eleitores.

Charlot alega que a tipologia de Duverger comporta grande número de exceções. Ora, o próprio Duverger tivera oportunidade de advertir que, embora a distinção entre partidos de quadros e partidos de massas haja alcançado aceitação generalizada, não convém “exagerar sua importância”. Ao que acrescenta: “há diversos tipos de partidos de massas como de partidos de quadros, e são encontrados tipos intermediários”.

Destacando-se as principais observações decorrentes da posição compreensiva de Duverger, verifica-se de pronto a significação e a perenidade de sua análise.

Antes de mais nada, a advertência que já fora feita por Marx Weber: ainda que preservem a mesma denominação, os partidos contemporâneos distinguem-se radicalmente das agremiações do século passado. Estas não passavam de blocos parlamentares. Os seus sucessores consistem, sobretudo, na fusão dos blocos parlamentares com os comitês eleitorais exigidos pela sucessiva disseminação do sufrágio.

Em segundo lugar, a tese de que a democracia moderna é uma democracia de partidos. Quer dizer: a democracia se define como a participação efetiva na formação da chamada vontade governamental e na determinação das políticas públicas, *através da representação*. Não se trata de nenhuma forma de idealização, a exemplo das que foram popularizadas pelo *democratismo*. A identificação entre representantes e representado não é, de modo algum, automática. Na aproximação entre os dois agentes, o sistema eleitoral exerce um papel substancial. Assim, a análise de Duverger permite compreender a democracia moderna, não tendo a menor importância o fato de não consistir numa contribuição à “ciência política”, entendida como a adoção de modelos matemáticos.

A distinção entre partidos de quadros e partidos de massas é igualmente fundamental. É a partir dessa chave que se pode distinguir os grandes partidos democráticos do Ocidente das organizações ideológicas. Para acompanhar a evolução da corrente de opinião com a qual se identifica, a agremiação democrática precisa dispor de um núcleo programático a partir do que pode realizar essa ou aquela aliança. Apoiados nesse núcleo, estruturam-se as assessorias, as publicações, os estudos, enfim tudo aquilo que lhe dá caráter permanente e uma feição perfeitamente definida. Em que pese estivessem unidos no propósito de aprimorar o sistema representativo e contribuir para o engrandecimento nacional, liberais e conservadores, na Inglaterra, do mesmo modo que democratas e republicanos, nos Estados Unidos, nunca se confundiram perante o eleitorado.

Finalmente, a análise de Duverger leva à valorização de aspectos que a preocupação matematizante inevitavelmente obscurece. Assim, importam muito tanto as

dimensões dos países como as respectivas tradições culturais. A Suíça, por exemplo, não parece ser um exemplo convincente desse ou daquele modelo, porquanto, nas condições do país, qualquer sistema funcionaria, desde que não violasse o direito participativo a que a comunidade está afeiçoada. Mesmo tomando-se isoladamente as nações mais populosas, onde a adequação do sistema representativo é de fato testada, há traços culturais que estabelecem distinções essenciais. Embora a estabilidade política seja um valor fundamental para todas as sociedades –, o que explica em grande medida a emergência e a persistência do autoritarismo – não atua de modo equivalente em países como a França ou a Itália. A incapacidade do sistema eleitoral francês de permitir a formação de maiorias sólidas, neste pós-guerra, levou até a golpes de Estado, enquanto a Itália convive com essa realidade, talvez pelo fato de que o governo central não tenha ali a mesma magnitude que lhe atribuem as tradições culturais francesas.

Apesar da unilateralidade da crítica a Duverger, o texto de Juan Charlot apresenta um panorama bastante completo da bibliografia existente. Verifica-se que nem todos os estudiosos norte-americanos estão preocupados apenas com quantificações. Joseph Lapalombra, por exemplo, editor de *Political Parties and Political Development* (Princeton, 1966) busca sobretudo identificar aquilo que distingue o partido político da liga, clube ou comitês de notáveis. A seu ver, o partido precisa dispor (1) de uma organização durável, capaz de sobreviver aos que a dirigem; (2) comitês locais bem estabelecidos e sólidos, mantendo relações regulares e variadas com o escalão nacional; (3) disposição do conjunto (comitês locais e nacional) de chegar ao poder, sozinho ou em aliança com outras agremiações, e não apenas de influenciar o poder; e (4) a preocupação de preservar suporte popular através de eleições e de outras formas. Apoiado nessa definição, Lapalombra conclui que “os pequenos grupos oligárquicos que ostentem o nome de partido em determinados países latino-americanos, africanos ou asiáticos” nada têm, de fato, em comum com os partidos existentes na Europa, na América do Norte ou no Japão (neste, depois da Primeira Guerra), estando “mais próximos das facções de notáveis da República romana ou, em certos casos, dos clubes revolucionários da França no final do século XVIII”. A conclusão é inquestionavelmente pertinente, servindo para enfatizar a novidade em que consiste. Deve-se reconhecer que esse tipo de advertência torna-se essencial para o entendimento da circunstância brasileira, onde os partidos ainda não perderam a condição de simples blocos parlamentares.

Nos estudos destinados a facultar pesquisas que permitam realizar revisões com base em análises matemáticas, busca-se, em geral, aproximar a agremiação partidária de outras agremiações conhecidas. Entre as várias obras com essa característica, Charlot resume os pontos de vista de Robert Merton (*Social Theory and Social Structure*), que considera o chefe da máquina partidária como qualquer outro *boss* e suas funções equiparáveis ao “chefe de empresa desejoso de aumentar seus lucros ao máximo”. Merton aponta, entre outras, a seguinte consequência do que chama de “análise funcional da máquina política”: “Em primeiro lugar, a análise anterior tem consequências diretas na ação social (*social engineering*). Ela ajuda a explicar por que os esforços periódicos de “reforma política”, de “expulsão dos desonestos”, de “limpeza da estrebaria política” são de curta duração e fracassam invariavelmente. Ela ilustra o seguinte teorema básico: está condenada ao fracasso toda tentativa feita para eliminar uma estrutura social existente sem fornecer estruturas de substituição adequadas, isto é, capazes de exercer as funções anteriormente garantidas pela agremiação abolida. Inútil é dizer que este teorema tem um alcance muito maior que o único exemplo da máquina política. Quando uma reforma política se limita à tarefa manifesta de “pôr os canalhas na rua”, ela é apenas magia política. Ela pode trazer, por um tempo, novas figuras no cenário político; pode exercer a função social adicional de fazer os eleitores acreditarem que as virtudes morais permanecem intactas, e acabarão por triunfar; pode trazer mudanças efetivas no pessoal da máquina política; e pode até, por um certo tempo, deixar insatisfeitas inúmeras necessidades que satisfazia comumente. Mas, a menos que a reforma não comporte também uma “refundição” da estrutura social e política bastante profunda para satisfazer, por uma estrutura nova, as necessidades existentes, ou que acarrete uma transformação que elimine completamente essas necessidades, a máquina política retomará inevitavelmente seu lugar no esquema social. Procurar uma mudança social sem reconhecer abertamente as funções manifestas e latentes desempenhadas pela organização a ser transformada é proceder antes a ritos sociais que a um *social engineering*” (ed. cit., p. 83/84).

O exemplo mostra como a tentativa de eliminar a especificidade do partido político – e da ação humana, de um modo geral – conduz a proposições de cunho nitidamente totalitário, se fossem levadas a sério.

São mais ou menos do mesmo tom: *Political Parties. A Behavioral Analysis*, de Samuel Eldersveld (Chicago, 1964) e a quantificação terminológica (chamada também de pesquisa lexicométrica), isto é, o grupamento de termos para constitui determinados conjuntos e operá-los matematicamente.

Embora o esforço desenvolvido seja de grande magnitude, da leitura de tais estudos fica a impressão de que o exercício proposto tem aplicação muito limitada, sem embargo da importância de que se possa revestir, como é o caso das pesquisas de opinião ou das projeções dos resultados eleitorais.

NOTAS

- (1) Assembléia, reunida em Lisboa no ano de 1821, chamou-se Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, segundo a fórmula constante da Constituição espanhola de 19 de março de 1912, conhecida como Constituição de Cádiz.
- (2) As origens das instituições representativas, *Humanidades*, Vol. 1, nº 2, jan./mar., 1983.
- (3) Os Estados Gerais ou Cortes compunham-se de representantes da Nobreza, do Clero e do “Terceiro Estado”, pessoas ricas das cidades, em geral comerciantes.
- (4) *Considerações sobre o governo representativo*. Cap. 12 (Vol. 19 da Coleção Pensamento Político da UnB).
- (6) Apud Hanna F. Pitkin. *The Concept et Representation (1967)*, tradução espanhola, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1985, p. 211-212
- t⁽⁵⁾ Adiante esse aspecto é examinado especificamente.
- (7) O livro está dividido em três partes, consistindo a primeira na caracterização das escolas fundadoras e nas linhas de diferenciação, oportunidade em que se detém, também, no liberalismo católico; na segunda considera o processo de estruturação das instituições; e, finalmente, na terceira, o posicionamento dos filósofos em face do liberalismo, circunstância em que considera não apenas os seus partidários (Cousin, sobretudo) mas igualmente Quesnet, Bastiat, Maine de Biran etc.
- (8) Obra citada, p. 78.
- (9) Idem, p. 124.
- (10) Idem, p. 163.
- (11) Na Coleção Memória Brasileira, 1998, em três volumes. A tese em apreço encontra-se na Sétima Conferência, em que procura caracterizar o *Poder Eleitoral*, em especial às páginas 121 e seguintes do volume I.
- (12) *O futuro da democracia*, trad. bras.. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p. 46.
- (13) Na Coleção Pensamento Político, da UnB, publicaram-se alguns livros dessa corrente, a exemplo dos seguintes: *Economia Política Moderna*, de Norman Frohlich e Joe A. Oppenheimer (Vol. 57); e *Política: quem ganha o que, quando, como*, de Harold Lasswell (vol. 64).

CAPÍTULO QUARTO

O PROCESSO DEMOCRÁTICO E AS CHANCES DA DEMOCRACIA

I- Um precursor dos estudos sobre a democracia: Hans Kelsen

Hans Kelsen (1881/1973) é considerado como um dos maiores filósofos do direito do século XX, sendo também estudioso pioneiro da democracia.

Nasceu em Praga, que na época era parte do Império Austro Húngaro. Formou seu espírito sob a influência da temática das primeiras décadas do século, que consistia na busca das formas de reconstrução do saber filosófico, em face das críticas a que fora submetido, ao longo da segunda metade do século XIX, em decorrência dos avanços da ciência que, segundo a corrente positivista, iria ocupar todos os espaços. Kelsen imaginou que o direito preservaria a sua autonomia e especificidade estruturando-se na forma de uma “ciência pura”. Concebeu, assim, o que passou à história com o nome de *teoria pura do direito*, segundo a qual, o ordenamento jurídico reduzir-se-ia a um conjunto hierarquizado de normas, organizado na forma de pirâmide.

A teoria pura do direito ocupou um lugar central nos debates da filosofia do direito, no período considerado⁴. A par disto, no curso da elaboração da Constituição da Áustria (1920), suscitou a idéia do controle da constitucionalidade das leis, de que resultou o surgimento dos Tribunais Constitucionais, destinados a dar conta da incumbência.

Perseguido pelos nazistas, emigrou para os Estados Unidos, integrando-se à Universidade de Berkley. Viveu nesta cidade da Califórnia até os seus últimos dias.

Quanto à democracia, na década de vinte elaborou ensaios com o propósito de estabelecer quais seriam as suas características. Nos anos trinta e no pós-guerra volta ao assunto, desta vez para defendê-la.

Coube ao estudioso italiano Giacomo Gavazzi ordenar esse conjunto de ensaios na publicação *La democrazia*. Bologna. Società Editrice il Mulino. Prime edizione, 1955.

⁴ O prof. Miguel Reale (1910/2006) criou a *teoria tridimensional do direito*, que integra as doutrinas precedentes, considerando que uma visão adequada somente poderia decorrer da consideração tanto do fato como da norma e do valor. O prof. italiano Mário Lozano é autor da principal crítica a Kelsen, na obra *Forma e realtà in Kelsen* (Milão, 1981).

Justamente esse texto seria tomado por base na edição brasileira (Hans Kelsen- *A democracia. São Paulo, Martins Fontes, 1993*), preservada a introdução do organizador da coletânea.

Giacomo Gavazzi resume deste modo em que consistiria a essência da democracia, para Kelson: “A democracia é simplesmente uma das técnicas possíveis de produção das normas de ordenação. Mas é uma técnica que tem características peculiares. Eliminadas as incrustações ideológicas, como as de soberania popular e representação, reconhecida a impossibilidade de esquivar-se ao princípio da divisão do trabalho, a democracia moderna é o sistema de produção das normas da ordenação que confia a um corpo (parlamento) eleito, com a base mais ampla possível (sufrágio universal) e com método eleitoral proporcional (mesmo sem pretensões de representação) e que funciona, via de regra, segundo o princípio da maioria simples.” (edição citada, pág. 13)

Pode-se considerar que “a produção das normas de ordenação” corresponde à definição consagrada de que se trata do processo destinado a elaborar as regras que se tornarão obrigatórias para todos.⁵

No que respeita à crítica aos conceitos de soberania popular e representação, vejamos de que se trata.

No texto básico, originário da meditação kelsiana sobre o tema – *Essência e valor da democracia* (1929) – insiste numa definição que Bobbio voltaria a reivindicar contra os críticos da democracia⁶: a imprescindível distinção entre o plano conceitual e a realidade.

Escreve: “A democracia, no plano da idéia, é uma forma de Estado e de sociedade em que a vontade geral, ou seja, sem tantas metáforas, a ordem social, é realizada por quem está submetido a esta ordem, isto é, o povo. Democracia significa identidade entre governantes e governados, entre sujeito e objeto do poder, governo do povo sobre o povo. Mas o que é esse povo? Uma pluralidade de indivíduos, sem dúvida. E parece que a democracia pressupõe, fundamentalmente, que essa pluralidade de indivíduos constitui uma unidade, tanto mais que, aqui, o povo como unidade é --ou, teoricamente, deveria ser--, não tanto o objeto mas principalmente o sujeito do poder. Mas saber de onde resulta essa unidade, que aparece com o nome de povo, continuará sendo problemático enquanto se considerem apenas os fatos sensíveis. Divididos por posições nacionais, religiosas e econômicas, o povo aparece, aos olhos do sociólogo, mais como uma multiplicidade de grupos distintos do que como uma massa coerente do mesmo estado de aglomeração. Nesse aspecto, só se pode falar de unidade em sentido normativo.” (págs 35/36 da edição brasileira citada).

Na ordem estatal, portanto, considerado como o conjunto de titulares dos direitos políticos, o povo corresponde a uma pequena fração dos indivíduos que o compõem. Além disto, é preciso ainda distinguir esses titulares de direitos daqueles que os exercem. Essa investigação irá colocar-nos diante de um dos elementos mais importantes da democracia real: os partidos políticos. Adiante afirmará: “Só a ilusão ou a hipocrisia pode acreditar que a democracia seja possível sem partidos políticos.” (pág. 40 da ed. cit.)

E, mais adiante: “A hostilidade à formação dos partidos e, portanto, em última análise, à democracia, serve --consciente ou inconscientemente-- a forças políticas que visam ao domínio absoluto dos interesses de um só grupo e que, na mesma medida em que não estão dispostos a levar em conta os interesses opostos, procuram dissimular a verdadeira natureza dos interesses que defendem, sob a qualificação de interesse “coletivo”, “orgânico”, “verdadeiro”, “bem-intencionado”. A democracia, exatamente por querer que, neste Estado de

⁵ Samuel Huntington, no livro *The Third Wave*, 1991 (tradução brasileira, Editora Ática, 1994) indica que a democracia foi definida, sucessivamente, como *fontes da autoridade*; pelos *objetivos* e, finalmente, como *processo*. Parece-lhe que a mais importante formulação desse último entendimento, que veio a ser consagrado, seria devida a Joseph Schumpeter (*Capitalism, Socialism and Democracy*, 1942). Parece-me que Kelsen poderia ser incluído entre os que apontaram nessa direção.

⁶ Cf. Norberto Bobbio (1909/2004) – *O futuro da democracia* (1984), tradução brasileira da Editora Paz e Terra (sucessivamente reeditada, sendo a 10ª edição de 2006).

partidos, a vontade geral seja apenas a resultante da vontade dos próprios partidos, pode renunciar à ficção de uma vontade geral “orgânica”, superior aos partidos”. (pág. 41)

Compreende-se, assim, as razões profundas que levaram Kelsen a rejeitar a verborragia acerca da soberania popular. Considerada abstratamente, a vontade geral de Rousseau levou à necessidade de encontrar aos seus verdadeiros intérpretes, figuras como Robespierre e Lenine. Passaram à história como praticantes da doutrina de que os fins justificam os meios, sentindo-se autorizados a desencadear o Terror contra os oponentes, a pretexto de que seriam obstáculo à consecução do “autêntico” interesse geral, na formulação de Kelsen. Numa nota, tece considerações interessantes sobre o tema para mostrar que, no fundo, a idéia da “vontade geral”, abstratamente considerada, contrapõe-se à idéia do contrato social que, no final de contas, terá que expressar-se numa Constituição, cuja legitimidade precisa ser previamente assegurada.

No tocante ao que denomina de “ficção da representação”, resulta de sua associação à tese da soberania popular que, segundo lhe parece, teria desempenhado papel fundamental na luta em prol da afirmação do Parlamento, contra a monarquia absoluta, mas que não mais dispõe de razão de ser, nas tumultuadas décadas iniciais do século XX.

Toda comunidade algo desenvolvida não poderá prescindir de um conjunto de normas, de prescrições que determinam a conduta dos indivíduos, pertencentes à comunidade em apreço. As normas consideradas revestem-se de crescente complexidade, na proporção do desenvolvimento dessa comunidade. Assim, mesmo as monarquias absolutas não puderam prescindir do que geralmente foi denominado de Conselho de Estado, com funções meramente consultivas. Kelsen lembra que, em muitas ocasiões, a autoridade das personalidades pertencentes a tais órgãos exerceram, sobre o monarca, influência muito maior que a prevista.

Denomina esse processo de *lei estrutural dos corpos sociais*.

O Parlamento moderno é uma resultante dessa lei, já agora não mais existindo como simples órgão consultivo, achando-se dotado de poder deliberativo.

Esclarece: “A esse respeito supõe-se que o fenômeno, que se costuma chamar, metaforicamente, “vontade” (da coletividade em geral) e do Estado (em particular) não seja um dado psíquico real, já que, em sentido psicológico, existem apenas vontades individuais. A chamada “vontade” do Estado é apenas a expressão antropomórfica usada para indicar a ordem ideal da comunidade, ordem esta constituída por uma série de atos individuais cujo conteúdo ela representa.” (pág. 51)

Pretende enfatizar que, no período histórico em que o Parlamento já foi reconhecido como instância competente para o desempenho daquela função --e em face da ameaça que emergia, de modo claro, em diversas frentes-- não fazia sentido defender a sua existência como sendo órgão representativo da vontade geral. Assim, entendo, sua advertência coaduna-se perfeitamente com a doutrina da representação política como sendo de interesses. O Parlamento torna-se o lugar da negociação entre esses interesses, na forma que venha a lhes ser atribuídas pelos partidos políticos. Portanto, o interesse geral não pode ser determinado abstratamente. Aqueles que se propõem alcançá-lo, como advertiu e referimos antes, querem simplesmente impor os seus interesses, prescindindo da negociação.

Adverte, então: “A tentativa de eliminar completamente o Parlamento do organismo do Estado moderno só pode ter, a longo prazo, um escasso sucesso. No fundo, pergunta-se apenas de que modo o Parlamento deve ser convocado, como deve ser composto e quais devem ser a natureza e a extensão de sua competência. Efetivamente, todas as tentativas dirigidas para a organização corporativa do Estado, ou para a ditadura, só visam à reforma pura e simples do parlamentarismo, conquanto seus programas reclamem a sua abolição”. (pág. 52)

A defesa que efetiva do sistema proporcional não se sustentaria, na medida em que se revelou, crescentemente, naquela época, incapaz de proporcionar estabilidade política. Mais adiante, Ferdinand A. Hermens (1907/1998), numa obra, tornada clássica --*Democracia ou Anarquia? Estudo sobre o sistema proporcional, 1941*-- responsabilizaria este sistema eleitoral pela derrocada da República de Weimar. É certo que, após a estruturação da Comunidade Européia, deixou de produzir idêntico efeito, nos países menos populosos que o adotam. No caso daqueles dotados de maiores contingentes populacionais (caso da Itália) continua gerando aquele resultado. Livraram-se da instabilidade, pela adoção do sistema majoritário (distrital), duas das maiores nações (Alemanha e França).

Kelsen passou em revista o conjunto de temas de seu tempo, em especial, de um lado, a postulação soviética de que o seu sistema correspondia à verdadeira democracia; e, de outro, a hipótese de que haveria incompatibilidade entre socialismo e democracia. Por fim, detém-se no posicionamento de expoentes da religião católica, em face da democracia, tanto protestantes quanto católicos.

No exame do postulado marxista, toma por base a formulação de Lenine segundo a qual a ditadura do proletariado (comunismo) seria “uma expressão da democracia, pois esta se torna democracia para os pobres, democracia para o povo, e não (como no caso da democracia burguesa) democracia para os ricos”, no livro *O Estado e a revolução* (1917).

Comenta Kelsen: “Todo governo pode --e, como já se demonstrou, todo governo efetivamente o faz-- afirmar que está agindo no interesse do povo. Mas uma vez que não existe nenhum critério objetivo para avaliar o que se chama interesse do povo, a expressão “governo para o povo” é uma fórmula vazia suscetível de ser usada para justificar ideologicamente qualquer tipo de governo”. (págs. 147/148) É a famosa questão do surgimento de algum “iluminado”, capaz de dizer do que se trata e, em nome dessa descoberta, implantar ditaduras das mais ferozes, como se viu durante as Revoluções Francesa e Bolchevista.

Segue-se a refutação da tese de que, tendo sido comprovada a compatibilidade entre sistema econômico capitalista e o regime político democrático, seria legítima a inferência de sua incompatibilidade com o socialismo, distinguindo naturalmente a experiência do socialismo ocidental --que coexistia com as instituições do sistema representativo-- do totalitarismo soviético (comunismo). Parece-lhe que os autores da referida inferência têm em vista a associação do socialismo à idéia da economia planificada. Kelsen não discute a premissa de que esse processo exigiria a propriedade estatal das empresas.

A sua linha de argumentação consiste em separar a constituição do governo (pelo método democrático) do funcionamento da máquina burocrática, que não se rege por critérios de inspiração democrática mas exclusivamente da componente técnica, com vistas à eficiência. Afirma: “Quanto mais técnica for uma administração, isto é, quanto mais os meios para a realização dos seus fins forem determinados pela experiência científica, menos política ela será e menos essencial será, ao caráter democrático do corpo político como um todo, sua sujeição ao processo democrático. É essa a razão pela qual a crescente burocratização do governo, um traço característico do Estado Moderno, não representa um sério perigo para seu caráter democrático, na medida em que ficar restrita à administração técnica” . (pág. 267/268)

No que respeita ao tema da religião em face do sistema democrático representativo, Kelsen irá considerar a tese posta em circulação por dois teólogos protestantes-- o suíço Emil Brunner (1889/1966) e o norte-americano Reinhold Niebuhr (1892/1971)-- e pelo filósofo católico Jacques Maritain (1882/1973). Com alguma diferença na argumentação, pretendem deixar a democracia na dependência de um ideal absoluto de justiça, que seria de proveniência divina.

O pressuposto da ciência política, de que parte Kelsen, é o de que lhe cabe ultrapassar a discussão de índole valorativa. Admitida a preferência por uma forma de governo que tenta, como diz, por em prática a liberdade juntamente com a igualdade do indivíduo e que “se esses valores devem ser postos em prática, a democracia é o meio apropriado”. Kelsen não refere Max Weber nem ao vivo debate do começo do século, nos círculos acadêmicos alemães, sobre as condições de possibilidade de uma ciência social. O posicionamento que defende seria batizado por Weber com o nome de *neutralidade axiológica*, que faculta a diferenciação tanto em relação à linha de pensamento considerada por Kelsen como daquela de inspiração marxista.

Além desse pressuposto da discussão, devem ser apontados dois outros. O primeiro consiste em precisar que não está em jogo a negação do papel do cristianismo na constituição da cultura ocidental, a origem religiosa dos valores que cultivamos, etc. Quando se trata, entretanto, de precisar os fundamentos da democracia não se pode fazê-la repousar na transcendência divina. Trata-se do encontro de uma forma bem sucedida de convivência social, no plano político, diante da comprovação histórica de que movemo-nos num terreno conflituoso, conducente à guerra civil. Além do mais, nessa matéria, o próprio Cristo indicou que a Igreja dará a César o que é de César.

A segunda questão diz respeito ao fato de que Roma conviveu com regimes opressores e até recorreu, para impor sua hegemonia, no plano religioso, não só à força como inclusive a meios aviltantes da pessoa humana a exemplo dos processos inquisitoriais. Esse fato aliás é proclamado por Emil Brunner e Kelsen dele transcreve esta citação: “A Igreja que hoje protesta, e com razão, contra a opressão que sofre nas mãos do Estado Totalitário, faria bem em lembrar que primeiro deu ao Estado o mau exemplo da intolerância religiosa ao usar o braço secular para defender, pela força, o que só pode brotar de um ato livre da vontade. A Igreja deve lembrar, com vergonha, de que foi o primeiro mestre do Estado totalitário em quase todos os seus aspectos. A Igreja deu exemplo ao Estado totalitário ao usar o Estado para intervir na vida privada --inquisição, polícia moral, monopólio da propaganda, perseguição de dissidentes e uniformidade compulsória são coisas que, em grande parte, devem ser-lhe imputadas”. (pág. 210)

A par disto, em pleno século XX, a pregação da Igreja Católica contra o capitalismo encontra-se na origem do fascismo, do salazarismo e do franquismo. Na época da Segunda Guerra Mundial, o problema residia na impossível convivência com o totalitarismo emergente, tanto o soviético como o nacional socialista. Entretanto, como diz Kelsen, de momento em que são inferidos, do direito que estaria acima daquele criado pelos homens, princípios concretos, cessaria toda incompatibilidade. Ainda no que se refere à obra de Brunner, escreve Kelsen: “...os princípios que apresenta como expressão do Direito natural cristão ... não se antagonizam necessariamente com o Direito positivo. São, pelo contrário, perfeitamente praticáveis pelo Direito positivo e, em grande parte, efetivamente praticados. Tais princípios são: a liberdade de prática religiosa, o direito humano à vida, ainda que restrito pelo direito que tem a comunidade de infligir a pena de morte e impor o serviço militar obrigatório, o direito do homem conseguir seu sustento com o trabalho que realiza na terra com suas próprias mãos, e o direito da criança a um desenvolvimento adequado”. (pág. 217)

Tanto no caso de Brunner, como no de Niebuhr, o centro da discussão diz respeito à existência de um direito natural, como sendo algo proveniente da criação divina, e ao qual deveria subordinar-se o direito proveniente da criação humana, chamado de positivo. Na verdade, proclama Kelsen, tomando ao direito natural como a possibilidade de fundar o direito positivo, aqueles autores chegam a um verdadeiro impasse.

Niebuhr, por exemplo, reconhece: “mesmo que o conceito de Direito natural não contenha o traço ideológico de uma classe ou nação específicas, tende a expressar a concepção limitada de uma determinada época, incapaz de levar em consideração as novas possibilidades

históricas”. Comenta Kelsen: o mais radical relativista estaria de pleno acordo com essas afirmações.

No que se refere à argumentação de Jacques Maritain, na sua pretensão de que o cristianismo seria a essência da democracia, transcrevo a citação de sua autoria e o breve comentário que a sucede:

“É claro que não se pode tornar o cristianismo e a fé cristã subservientes a absolutamente nenhum sistema político e, portanto, tampouco à democracia enquanto forma de governo ou à democracia enquanto filosofia da vida e da política humanas. Isto resulta da distinção fundamental introduzida por Cristo entre as coisas que são de César e as coisas que são de Deus. ... Nenhuma doutrina ou opinião de origem simplesmente humana, por mais verdadeira que possa ser, mas somente as coisas reveladas por Deus se impõem à fé da alma cristã. É possível ser cristão e buscar a salvação na luta por qualquer regime político, sob a condição de que o mesmo não transgrida o Direito natural e a lei de Deus. É possível ser cristão e buscar a salvação na defesa de uma filosofia política outra que não a filosofia democrática, assim como se podia ser cristão na época do Império Romano ao mesmo tempo em que se aceitava o regime de escravidão ou, no século XVII, ao mesmo tempo em que se adería ao regime político da monarquia absoluta.” (pá.s. 244/245)⁷

Comenta Kelsen: é difícil entender como a essência mesma da democracia pode ser o cristianismo se, enquanto religião, o cristianismo é indiferente aos sistemas políticos. E adiante: “Maritain explica esse fato da seguinte maneira: não é ao cristianismo enquanto credo religioso e caminho para a vida eterna que ele se refere ao afirmar uma relação essencial entre democracia e cristianismo; é ao cristianismo como fermento da vida sócio-política do povo e como portador da esperança temporal do homem”. Objeta: se o cristianismo enquanto credo religioso é politicamente indiferente, não poderá fermentar a vida política e tornar-se uma energia histórica atuante nesse particular.

Kelsen registra que Maritain escreveu o seu livro durante a guerra e manifesta a opinião de que as democracias ocidentais podem obter a paz, depois de terem ganho a guerra, “somente se a inspiração cristã e a inspiração democrática reconhecerem-se e reconciliarem-se mutuamente”. Kelsen reconhece que isto pode ser verdade mas, mesmo assim, não demonstra nenhuma ligação essencial entre democracia e cristianismo. Caberia lembrar, a esse propósito, que a associação entre os dois conceitos, expressos na *democracia cristã*, do pós-guerra, se foi liderada por políticos plenamente identificados com a Igreja Católica, evitou ciosamente ser confundida com algo correspondente a uma projeção de sua alta hierarquia, ao tempo em que, progressivamente, assumiu a feição de vertente integradas por católicos, protestantes, liberais e conservadores.

Por fim, enfatiza Kelsen, em total conformidade com o ensinamento de São Paulo, tanto católicos como protestantes têm apoiado qualquer governo estabelecido, seja autocrático ou democrático. O que não quer dizer, naturalmente, que não possam preferir o sistema democrático representativo, na medida em que, ao assegurar a plena liberdade religiosa, esse sistema cria condições as mais favoráveis ao seu florescimento.

II – *O processo democrático segundo Dahl*

Robert Dahl (nascido em 1915) é professor emérito de Ciência Política da Universidade de Yale, onde ensinou durante largo período, tendo exercido a presidência da American Political Science Association e merecido importantes prêmios, consagradores de reconhecimento de suas contribuições à ciência política. Em sua vasta bibliografia, destacam-

se: *Dilemmas of Pluralistic Democracy: Autonomy vs Control; Polyarchy: Participation and Opposition; After the Revolution; Authority in a Good Society; e Who Governs? Democracy and Power in a American City. Democracy and its critics* (Yale University Press, 1989) corresponde a uma síntese de sua prolongada meditação acerca da democracia. Como obra de divulgação, editou em 1998 *On Democracy*.

Dahl parte da tese de que as tentativas de teorizar sobre a democracia têm deixado pontos obscuros e questões sem resposta. A utilização do termo de forma vaga leva à suposição de que poderia aplicar-se universalmente. Também aqui é necessário limitar e precisar o objeto. Convém, portanto, enfatizar que a democracia diz respeito à organização da vida política em sociedade. Desse ângulo, o essencial e definidor consiste no *processo de adoção das decisões que se tornarão obrigatórias*. A plena compreensão desse processo, ainda que não signifique a eliminação de dúvidas e controvérsias, servirá para aferir as circunstâncias em que estejamos em presença de governos democráticos. Ao privilegiar-se o processo, estamos trazendo para primeiro plano as instituições garantidoras de seu caráter democrático. Contudo, não se pode passar diretamente a estas sem assumir determinados pressupostos teóricos. Estes, certamente, reintroduzem dúvidas e componentes subjetivos, porquanto se trata de assumir circunstâncias ideais, que nunca se dão com tal inteireza na realidade. Ainda assim, este é um risco que não pode ser evitado. O mérito de Dahl reside precisamente na forma como enfrenta tais problemas.

A suposição de que uma parte substancial dos adultos acha-se adequadamente qualificada para governar a si mesma é denominada por Dahl de *Princípio Forte de Igualdade* (Strong Principle of Equality). Essa é a solução encontrada para ultrapassar o impasse a que leva a idéia de que haveria um princípio intrínseco de igualdade. Embora, do ponto de vista liberal, isto é, da igualdade perante a lei, não se possa recusar a igualdade intrínseca da pessoa humana, a experiência histórica da democratização da idéia liberal sugere que essa espécie de princípio – muito próxima da tradição do direito natural – não foi capaz de fornecer critérios gerais aptos a nortear a disseminação do sufrágio. Concretamente, a eliminação da regra diferenciadora instaurada pela exigência de certos níveis de renda somente se deu quando a massa trabalhadora evidenciou a especificidade de seus interesses, o que impossibilitava (ou pelo menos dificultava) viesse a colocar-se a reboque do antigo absolutismo. A renda como elemento diferenciador fora sugerida pelo próprio curso histórico, já que somente os

⁷ Kelsen toma por base a obra *Christianisme et démocratie*, Paris, P. Hartmann, 1943.

proprietários tinham condições reais de contrapor-se ao Monarca absoluto. O novo passo (isto é, a democratização do sufrágio), portanto, não foi justificado por nenhum princípio geral associado à idéia de igualdade. É esse tipo de problemática que Dahl pretende ultrapassar ao assumir um princípio geral confirmado pela experiência e não deduzido da franja do direito natural, isto é, a mencionada suposição de que o contingente básico da população adulta está em condições de participar do processo decisório. Essa hipótese (o princípio forte de igualdade, segundo Dahl) é discutida no livro sobretudo para evidenciar que faculta o passo seguinte, ao contrário da meditação teórica precedente (Bentham, Mill, etc.). Esse pano de fundo será melhor compreendido, entretanto, à luz dos critérios definidores do caráter democrático do processo decisório.

Se fosse possível observar rigorosamente os critérios de Dahl, então nos encontraríamos diante do “processo democrático perfeito” e do “perfeito governo democrático”. É certo, escreve Dahl, “que um ‘processo democrático perfeito’ ou um ‘perfeito governo democrático’ nunca existiu na atualidade. Representam (os critérios) idéias das possibilidades humanas com as quais as circunstâncias vigentes podem ser comparadas” (ed. cit., p. 109).

Resumidamente, são os seguintes, na forma como o próprio autor os enuncia:

I) “No processo de adoção de decisões obrigatórias, em sua inteireza, os cidadãos devam ter adequada oportunidade – e também igual oportunidade – de expressar suas preferências, do mesmo modo que em relação às conseqüências finais. Devem, do mesmo modo, dispor de igual e adequada oportunidade para colocar as questões na agenda e para expressar as razões pelas quais nutrem tal preferência”. Explicitando melhor o que tem vista, Dahl denomina-o de *participação efetiva*, isto é, o processo democrático deve assegurar e alcançar a participação efetiva dos cidadãos.

II) “No estágio essencial das decisões coletivas, cada cidadão deve ter assegurada igual oportunidade de expressar uma escolha que seja equivalente à escolha manifestada por qualquer outro cidadão. Na determinação dos resultados no estágio decisivo, estas escolhas – e somente elas – devem ser levadas em conta”. O critério considerado visa possibilitar a aferição do caráter efetivamente democrático do sistema eleitoral, sem insinuar a preferência por esse ou aquele método, mas automaticamente apto a desmascarar os simulacros que os sistemas totalitários e autoritários revelaram-se capazes de inventar.

III) “Todo cidadão deve ter igual e adequada oportunidade de descobrir e confirmar (com o tempo permitido pela necessidade da decisão) qual a escolha que melhor corresponde ao interesse dos cidadãos”. O problema aqui é o reconhecimento da legitimidade de todos os interesses. Subsidiariamente emerge o da suficiente qualificação cultural do eleitor para identificar adequadamente os seus interesses. Dahl refere que Stuart Mill dava-se conta do problema ao atribuir uma parte da responsabilidade pela decisão ao representante. De nossa parte, acreditamos haver apontado na direção certa no que se refere ao equacionamento teórico do tema, no capítulo precedente, sem embargo de que a ele voltaremos no momento oportuno.

IV) “Os cidadãos devem ter oportunidade de decidir que matérias devem ser colocadas na agenda das decisões a serem adotadas através do processo democrático”.

De posse desses critérios, Dahl volta a debruçar-se sobre o curso histórico para aferir, no quadro mundial, quais as nações que seriam classificadas de democráticas a fim de responder a estas questões magnas: por que somente alguns países são democráticos, a que condições devem atender as nações que aspirem a consagrar o processo democrático?

Dahl procede à análise de período histórico dilatado para constatar que a democratização, ascendente no século XIX, entra em declínio na maior parte desta centúria, voltando a progredir no pós-guerra e, mais acentuadamente, desde os anos oitenta. Na primeira metade desta última década, das 157 nações existentes, encontra apenas 41 democracias plenas (25% do total) e mais 10 com algumas restrições, alcançando 31%. Dahl chama tais regimes de *poliarquias* (governos de muitos), preferência que discutiremos ao fim da exposição. Em síntese, as conclusões de Dahl não diferem radicalmente daquelas de Lijphart, mencionadas no capítulo primeiro, que dedicamos ao exame da democratização do sufrágio. De maior interesse revestem-se as suas conclusões sobre as sociedades em que se consolidaram sistemas democráticos.

Os gráficos II, adiante inserido, ilustra a lenta evolução do eleitorado na Inglaterra, entre 1831 e 1931, isto é, registrando o impacto da primeira reforma importante, incorporadora da elite proprietária urbana, bem como o coroamento do processo com a extensão do sufrágio a todas as mulheres, efetivado em 1928 e refletido na eleição de 1931. O Gráfico subsequente (III) evidencia o caráter minoritário dos países classificados como democráticos, da ordem de apenas 30% em nosso tempo. Os gráficos em apreço constam do

livro de Dahl *On Democracy* (1998), antes referido.

Gráfico II
Eleitorado da Inglaterra entre 1831 e 1931
% da população maior de 21 anos

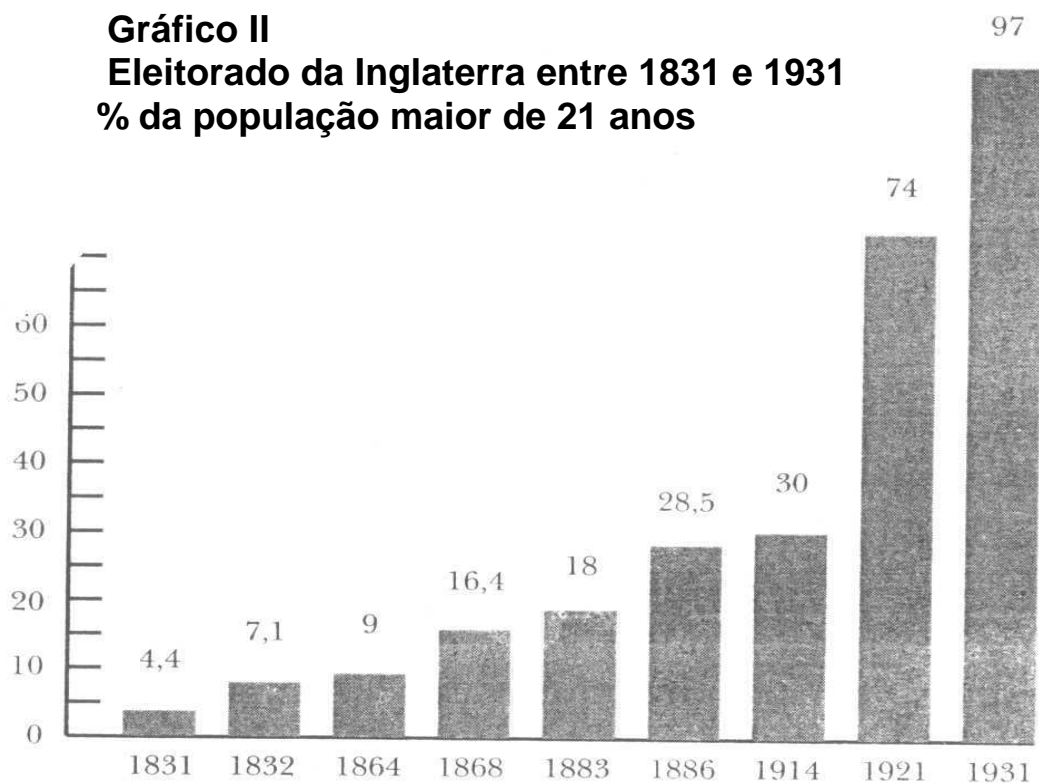
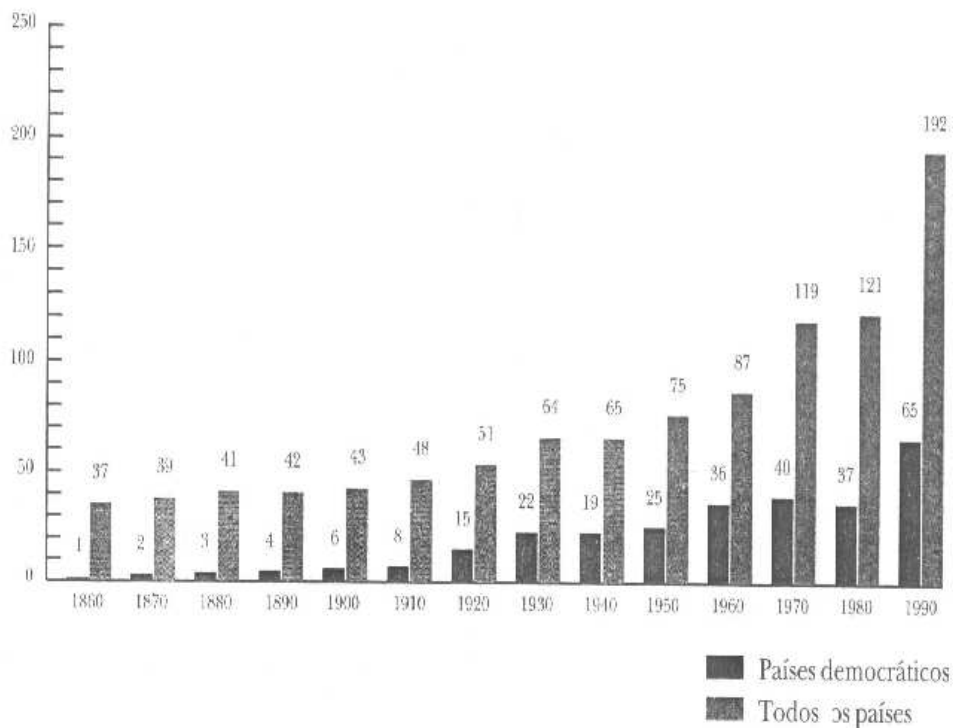


Gráfico III
% dos países democráticos sobre o total
(1860 - 1995)



Dahl aponta as seguintes características existentes naquelas nações onde se implantaram, firmemente, instituições democráticas: níveis relativamente altos de renda e de prosperidade *per capita*; longos ciclos de incremento da renda e da prosperidade *per capita*; altos padrões de urbanização; população agrícola relativamente pequena ou declinante; grande diversidade ocupacional; alfabetização extensiva; número relativamente elevado de pessoas que freqüentaram escolas de nível superior; ordem econômica na qual a produção é majoritariamente realizada por firmas autônomas cujas decisões são orientadas basicamente pelos mercados nacional e internacional, e níveis relativamente altos dos indicadores convencionais de bem-estar social, como número de médicos e hospitais por mil habitantes; expectativa de vida; mortalidade infantil; número de famílias possuidoras de bens de consumo durável e assim por diante. Na vasta literatura dedicada ao exame do tema, não há nada de tão firmemente estabelecido como a correlação entre o tipo de sociedade descrito e a democracia, preferindo denominá-la de *sociedade moderna, dinâmica e pluralística* (MDP).

Duas são as características das sociedades modernas, dinâmicas e pluralísticas (MDP) que favorecem a democracia: 1ª) o poder, a influência e a autoridade encontram-se dispersos em ampla variedade de indivíduos, grupos, associações e organizações, ao invés de concentrarem-se num único pólo; e, 2ª) encorajam as atitudes e crenças favoráveis aos ideais democráticos. Nas sociedades classificadas como MDP, os recursos políticos acham-se dispersos, do mesmo modo que o dinheiro, conhecimento, *status* e acesso às organizações; também as alocações estratégicas não se acham concentradas, particularmente na economia, no conhecimento científico, na educação e na cultura em geral, do mesmo modo que as posições favorecedoras da barganha. Nas situações encontradas em tais sociedades, dificilmente a disputa política restringe-se a pequenas elites.

Tais constatações, aduz Dahl, mereceriam pelo menos duas qualificações. A primeira é que a dispersão do poder, se inibe o seu monopólio por determinado grupo, nem por isto significa que haja eliminado desigualdade em sua distribuição. E, a segunda, se a democracia desenvolveu-se nas sociedades do tipo MDP, não significa que um país que não haja ascendido àquela condição esteja impossibilitado de alcançá-la. A esse propósito, lembra o exemplo da Índia, onde, apesar da tendência ao exercício autoritário do poder pelo Primeiro Ministro, na gestão de Indira Gandhi, funcionam plenamente as instituições do sistema representativo.

Quais são, na visão de Dahl, as condições efetivamente impeditivas do

florescimento das instituições democráticas?

A primeira e mais importante reside na intervenção das Forças Armadas na vida política. Assim, para a manutenção do processo democrático, duas são as exigências apresentadas por Dahl: 1ª) existência de controle civil sobre as Forças Armadas, que, embora necessário, não é suficiente, impondo-se, simultaneamente, 2ª) que os civis incumbidos de controlar os militares estejam, por sua vez, submetidos ao processo democrático. À luz da experiência histórica, Dahl enumera as seguintes formas pelas quais o problema pode ser enfrentado: *Primeira* – Redução dos efetivos militares a proporções insignificantes. A seu ver, dificilmente podem ser eliminadas, lembrando o caso do Japão que se comprometeu a fazê-lo, com a Constituição de 1947, mas acabou restaurando uma força nacional de defesa; *Segunda* – O Estado democrático pode disseminar o controle sobre os militares, atribuindo-o a diferentes governos locais. Historicamente, a circunstância verificou-se nos países de língua inglesa, com a manutenção de milícias formadas nas localidades. Contemporaneamente, somente a Suíça faz repousar a defesa em agrupamentos de cidadãos controlados diretamente pelos cantões; *Terceira* – Compôr as Forças Armadas com contingentes temporários, para assegurar que observem a orientação democrática seguida pela população; *Quarta* – Educação dos soldados profissionais, notadamente os oficiais, na fidelidade à liderança civil democraticamente eleita. A esse propósito escreve textualmente: “Num país democrático, os militares profissionais passaram a escola da formação como cidadãos, em conseqüência do que participam das crenças civis quanto à legitimidade da ordem constitucional e no que se refere à idéia e à prática da democracia; contudo, o seu senso de obrigação na obediência à liderança civil eleita pode ser reforçado pelo código profissional do estamento militar”. (ed. cit., p. 249).

O tema focalizado por Dahl recebeu um desenvolvimento acabado na obra de Samuel Huntington – *The Soldier and the State* (1957; 7ª ed., Harvard University Press, 1981), com a qual procurou familiarizar-nos o Tenente Brigadeiro Murillo Santos no livro *O caminho da profissionalização das Forças Armadas* (Rio de Janeiro, Instituto Histórico e Cultural da Aeronáutica, 1991). Para Huntington, embora os militares estejam presentes desde os primórdios da civilização, o aparecimento do oficialato militar como uma profissão, perfeitamente definida e situada apropriadamente no conjunto social, é fenômeno do início do século passado. Com base no estudo da experiência histórica dos principais países, comprova que a ingerência militar no processo político é sempre um indicador de baixos níveis de profissionalização. Tendo presente essa tese, Murillo Santos debruça-se sobre a história

militar brasileira para concluir que o empenho de profissionalização corresponde a uma constante.

A questão das tradições culturais como favorecedoras ou impeditivas do florescimento das instituições do sistema representativo também é suscitada por Dahl. De um modo geral, esse aspecto, durante largo período, foi negligenciado pela literatura especializada de língua inglesa. Tanto nos Estados Unidos como na Inglaterra, a ciência política procurou identificar aquelas variáveis passíveis de serem mensuradas e esse caminho facultou, sem dúvida, inúmeros avanços. Basta lembrar aqui, mais uma vez, a eficácia alcançada pelas previsões dos resultados eleitorais. De igual modo, os instrumentos de aferição do posicionamento da opinião pública, em face de questões concretas, foram significativamente aperfeiçoados. Contudo, a questão da valoração coletiva não pode ser eliminada quando as perguntas adquirem tal grau de generalidade, a exemplo do tema considerado por Dahl, isto é, as razões pelas quais os sistemas democráticos só conseguiram sobreviver em reduzido número de países.

Dahl aponta, de início, como um obstáculo o que denomina de subsistemas culturais. As sociedades denominadas de MDP geralmente apresentam elevados graus de integração e unidade. Ainda assim, em certos países ocorrem algumas cisões que podem obstaculizar o funcionamento das instituições do sistema representativo. Tal é o caso de minorias religiosas que se tenham afeiçoado à violência, como se dá no Líbano e em outras partes do mundo. Quando as divisões desse tipo devem ser contidas em certos marcos legais, a fórmula para a manutenção da democracia é o que Dahl denomina de sistema consorcial. Sua primeira característica consiste na formação de governos de coalizão, com representação dos mais importantes segmentos em que se divide a sociedade. A Bélgica está entre os exemplos invocados. Como se sabe, os belgas se subdividem em flamengos e valões, que se diferenciam tanto no que se refere à língua como à religião. O país experimentou largos ciclos de guerras religiosas e as cisões acabaram assumindo feição geográfica. Em que pese tais circunstâncias, a garantia de representação para os principais segmentos assegurou a estabilidade das instituições. Na opinião de Dahl, o sistema consorcial pode ser útil na superação de períodos de lutas intestinas, como se deu na Colômbia, ou de fases autoritárias, a exemplo do que se verificou na Venezuela.

Dahl considera equivocada a atitude dos estudiosos que supõem seja de pouca significação a presença de subsistemas culturais ou entendem que sequer mereceriam ser

considerados como variáveis independentes. Sem embargo da dificuldade de mensurá-las de forma a apaziguar as controvérsias.

Dahl afronta diretamente a denominada questão da “cultura política”. Sob essa denominação arrola as crenças acerca da autoridade; da eficácia dos governos e da presença de alternativas de organização social mais eficazes em face de problemas cruciais; a extensão da confiança nas lideranças políticas; posicionamento em face do conflito e da cooperação e algumas outras. Escreve:

“Um país com uma cultura política fortemente favorável à poliarquia atravessará crises que trariam a sua bancarrota num país onde contasse com menor suporte da cultura política. Em muitos países, na verdade, inexistente cultura política favorável às idéias e práticas democráticas. Isto não quer dizer que a poliarquia não possa existir nesse país mas que provavelmente será instável. Nem que uma cultura política mais favorável não possa surgir no país em que inexistente atualmente. Na medida em que um país desenvolva uma sociedade do tipo MDP, por exemplo, é provável que desenvolva e sustente, igualmente, crenças, atitudes e comportamentos das autoridades mais favoráveis à poliarquia. Mas a evolução da cultura política é necessariamente lenta e vagarosa em relação às mais rápidas mudanças nas estruturas e processos de uma sociedade em desenvolvimento. E, de todos os modos, para grande número de países, uma sociedade do tipo MDP ainda corresponde a um longo caminho”. (ed. cit., p. 263).

Robert Dahl aborda ainda outras questões a exemplo dos temas da minoria e da maioria ou das possibilidades e condições da extensão do processo democrático a outras esferas da vida social. Mas nossa intenção aqui não consistiu em proceder a inventário exaustivo de sua trajetória de pensador liberal, magistralmente resumida em *Democracy and its Critics*. Desejávamos simplesmente chamar a atenção para esse nome, do mesmo modo que para algumas de suas contribuições ao desenvolvimento da doutrina liberal.

Pode-se considerar como um notável progresso a idéia de conceituar a democracia como um processo decisório relacionado às medidas que se tornarão obrigatórias para todos. Semelhante conceituação – e as exigências que impõe para merecer a denominação de democrático – permite compreender que a democracia está longe de ser um “valor universal” como chegou a afirmar um socialista totalitário recém-convertido. Aplica-se a um segmento da vida em sociedade, embora essencial. Certamente não é eficaz na educação dos filhos ou

na gestão empresarial. Conceituada como processo decisório, a democracia requer participação efetiva, desenvolvimento cultural suficiente para identificar seus interesses em meio à complexidade da sociedade moderna e pluralista, enfim, de mecanismos capazes de permitir que a seleção das prioridades governamentais (que Dahl chama de *agenda*) seja estabelecida de modo participativo e em igualdade de condições. Os partidos políticos, as funções atribuídas à representação popular, a periodicidade das eleições – tudo isto garante a feição democrática de certo número de países.

A discussão do tema “cultura política”, considerado um verdadeiro tabu para muitos estudiosos da política, obcecados pela medida – e tudo querendo submeter a essa bitola – também é uma valiosa contribuição à doutrina liberal. Em países como o Brasil, os liberais são instados a reconhecer que as tradições culturais predominantes lhes são desfavoráveis. Sem enfrentar essa questão, dificilmente serão capazes de formular políticas mobilizadoras, aptas a contribuir para a consolidação e a subsequente hegemonia das tradições liberais.

Ainda uma palavra sobre a preferência de Dahl pela denominação de poliarquia para os regimes existentes nos países democráticos. No livro que ora comentamos, Dahl remonta à democracia grega e afirma que a grande transformação que experimentou, ao renascer nos últimos séculos, diz respeito às dimensões do território que pretende abranger. Ali a cidade-Estado; aqui o Estado-Nação. Em ambos os casos, a democracia teria idêntica natureza. Ainda que o testemunho da vida na Grécia Antiga nos tenha chegado extremamente mutilada – e através de tantas mediações deformadoras –, sendo difícil dirimir as controvérsias, a tese de Dahl é perfeitamente objetável.

Tendo dedicado grande parte de sua fecunda existência ao estudo da Grécia antiga, notadamente de seu pensamento político, Sir Ernest Baker (1874/1960) – professor da Universidade de Oxford e, posteriormente, diretor do *King's College*, de Londres – deixou-nos algumas obras que facultam avaliação definitiva dos principais de seus aspectos. Entre outras, *Teoria política grega*, onde estuda o pensamento de Platão, traduzida ao português; e a análise de *A Política*, de Aristóteles, que traduziu para o inglês, redigindo para essa edição uma longa introdução, igualmente publicada no Brasil. Em relação ao tema que ora nos interessa, divulgou na revista *Diogene*, patrocinada pela UNESCO, ensaio intitulado “A democracia antiga”. Em síntese, no que se refere ao essencial do processo democrático, difere substancialmente do entendimento moderno. Assim, desde o século passado e na medida em

que aprofunda a democratização da idéia liberal, o acesso ao poder deixa de constituir monopólio de um grupo social determinado, nem este se concentra num único pólo, como bem o destaca Dahl. Nas cidades gregas, as funções mais eminentes estavam reservadas aos representantes das famílias importantes, embora a escolha se desse por eleições. Até onde sabemos, os líderes mais destacados mantêm entre si graus próximos de parentesco, a exemplo de Péricles, casado com uma neta de Clístenes. Além disto, como diz expressamente Ernest Baker, havia muito pouca eleição, no sentido estrito do termo, dos membros do executivo. O processo considerado democrático era o sorteio. Mesmo a formação da agenda a ser submetida à *ágora* não tinha nada de democrático, como o entendemos contemporaneamente. Recentemente tivemos uma contribuição decisiva nessa matéria, devida ao estudioso dinamarquês M.H.Hansen, autor de uma tese acadêmica em vários volumes, tendo sido divulgado resumo, em inglês e francês, respectivamente pelas editoras Blackwell, de Oxford (1991) e Belles Letres, de Paris (1993), preservado o título original *A democracia ateniense na época de Demóstenes*. Hansen analisou o teor da matéria votada na agora, demonstrando que consistia basicamente de referendar decisões de órgãos dirigentes, econstituídos por sorteio. Documenta mais uma vez o caráter fantasioso da idealização da democracia grega.

De sorte que o vezo de remontar a democracia moderna ao mundo grego não pode ser aceito sem restrições. Muito menos supor que nos teria fornecido o modelo apropriado, o único digno de merecer o nome. Deste modo, não parece justificado o rigor teórico manifestado por Dahl, ao sugerir uma outra denominação para a democracia moderna. Sem embargo dessa discordância, sua contribuição, como destacamos, é das mais relevantes. Merece portanto ser saudada a iniciativa da Editora da Universidade de Brasília de promover a tradução de *On Democracy*.

III – *As chances da democracia segundo Huntington*

Samuel Huntington é um pensador liberal norte-americano bastante conhecido, tendo estado em evidência, em nosso país, quando se começou a discutir, nos anos setenta, no governo Geisel, os caminhos que deveriam ser empreendidos com vistas à abertura política. Falou-se muito, então, da “teoria da descompressão” devida a Huntington. Nos círculos interessados também é reconhecido como o formulador da doutrina de que toda ingerência militar na política corresponde a indício de baixos níveis de profissionalização. Seu último

livro – *The Thrid Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, University of Oklahoma Press, 1991 – trata das chances da democracia na atual onda liberalizante que percorre o mundo.

Huntington começa por estabelecer que a democracia, como forma de governo, foi definida em termos de *fontes da autoridade* para o exercício do poder, pelos *objetivos* perseguidos pelo Governo e, finalmente, pelo *processo* de constituição dos governos. As duas hipóteses iniciais conduziram a muitas ambigüidades. A concepção de que o procedimento central da democracia reside na seleção de seus líderes através de eleições competitivas alcançou maior fortuna. Segundo Huntington, a mais importante formulação desse entendimento de democracia é devida a Joseph Schumpeter (*Capitalism, Socialism and Democracy*, 1942). Subseqüentemente, tornou-se uma tradição de analistas políticos aderentes a essa postulação (Robert Dahl, Giovanni Sartori, Alfred Stepan, Juan J. Linz, etc.)

A idéia de *Terceira Onda* resulta da democratização subseqüente a 1974. A primeira onda abrange de 1828 a 1926 (de 64 nações independentes, 24 eram democráticas, equivalentes a 45,3%), seguindo-se a brutal reversão ocorrida entre 1922 e 1942 (nesse último ano, as nações independentes haviam se reduzido a 61, e apenas 12 – 19,7% - preservaram sistema democrático). A segunda onda de democratização transcorreu entre 1943 e 1962. Devido à derrocada dos sistemas coloniais, em 1962 o número de estados ascendia a 111, elevando-se as nações democráticas a 36, isto é, 32,4%. A segunda reversão tem lugar entre 1958 e 1975. Em 1973, para 122 estados nacionais havia apenas 30 (24,6%) democracias. Em 1990, as nações democráticas equivalem a 58 (45% do total). Esta seria a terceira onda.

Huntington procederá à elaboração de alguns modelos. O primeiro parâmetro consiste no posicionamento nas diversas ondas, de que emergiria um primeiro segmento integrado por países que participam dos dois ciclos, isto é, de democratização e de reversão (Argentina, Brasil, Peru, Bolívia e Equador, na América Latina; Turquia e Nigéria em outros continentes). A seu ver, não há propriamente uma alternância de sistemas políticos. O sistema político desses países é que consistiria precisamente nessa incapacidade de consolidar a democracia.

O segundo grupo é integrado por aqueles países que se inseriram no processo de democratização dos sistemas políticos compreendido na primeira onda e não lograram sustentá-lo. Porém, na segunda onda, chegaram a ser bem-sucedidos (Alemanha, Itália,

Áustria, Japão, Venezuela e Colômbia) ou estão em vias de alcançá-lo na terceira (Espanha, Portugal, Grécia, Coreia, Checoslováquia e Polônia). A esse modelo denomina de *segunda experiência*.

O terceiro grupamento denomina-se de *interrupção da democracia*, depois de tê-la conseguido estabilizar por grandes períodos (Índia, Filipinas, Uruguai e Chile). O quarto modelo é o da *transição direta* (de sistema autoritário estável para a democracia), sendo este o caso de Romênia, Bulgária, Taiwan, México, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua. Finalmente, o modelo resultante da descolonização.

As principais causas da terceira onda são as seguintes, segundo Huntington: 1) os problemas de legitimação do autoritarismo num mundo em que os valores da democracia tornaram-se largamente aceites; 2) o crescimento econômico sem precedentes posterior a 1960; 3) a mudança de posição da Igreja Católica, resultante do Concílio Vaticano Segundo, que deixou de ser suporte de sistemas autoritários em vários países; 4) a influência externa da Comunidade Européia e dos Estados Unidos na promoção dos direitos humanos e o acolhimento dessa influência pela nova liderança soviética; e 5) o “efeito demonstração” que a adesão à causa democrática por esse ou aquele país veio a alcançar num mundo onde a comunicação difundiu-se amplamente e tornou-se instantânea.

Além da distinção anterior, referida às próprias ondas de democratização, Huntington atribui grande importância às formas como se deu o abandono do sistema autoritário, se por iniciativa própria, cujo paradigma é a Espanha, ou pela via insurrecional (Portugal). A maneira como tenha ocorrido o fenômeno também traz implicações para a análise subsequente, que é do maior interesse. Trata-se da enumeração dos problemas de que depende a consolidação do processo, bem como a resposta à pergunta quanto as chances de fracasso e reversão.

Esquemáticamente, os problemas que mais influem na consolidação democrática seriam os seguintes: 1º) atitude diante da tortura (punição ou esquecimento), desde que pode deixar a nação estancada no passado ou com o sentimento de impotência diante do problema seguinte; 2º) a *questão pretoriana*, isto é, capacidade dos militares de opor-se às reformas ou possibilidade de que trilhem o caminho da profissionalização. Huntington é justamente o autor do estudo clássico *The Soldier and the State* (1957) onde comprova que a ingerência militar na política traduz baixos níveis de profissionalização; 3º) intensidade dos problemas

conjunturais que podem conduzir rapidamente ao saudosismo do ciclo autoritário. Entre os vários exemplos que suscita, sobressaem os da Alemanha e Espanha. Nos anos cinquenta, a liderança da reconstrução (Adenauer, sobretudo) não tinha qualquer espécie de sustentação interna, situação que se prolongou por um largo período. Huntington louva-se da opinião de estudiosos que concluíram ter a sustentação da República Federal resultado basicamente do ingresso na vida política das novas gerações. O interregno foi, portanto, muito dilatado. Na Espanha, em contrapartida, apesar do agravamento dos problemas (notadamente inflação e desemprego), a opinião encaminhou-se no sentido de apostar em mudanças segundo o próprio modelo democrático e não numa volta ao franquismo; 4º) a possibilidade de florescer uma cultura favorável à democracia. Huntington não o diz expressamente mas, pode-se inferir do modelo em que situa o Brasil e a Argentina, que esta é uma circunstância desfavorável de grande peso nos dois países, onde as tradições culturais mais arraigadas não ajudam a democracia; e, 5º) a institucionalização do comportamento político democrático. Tal resultado depende de reformas que a própria beneficiária (a elite política) reluta em empreender, como se dá no Brasil em relação ao voto distrital, para citar um exemplo afeiçoado ao que o autor tem em vista.

O livro conclui numa análise das possibilidade de reversão, a exemplo das que surgiram nas ondas anteriores. Desse ângulo atribui certa importância à duração do ciclo democrático subsequente à segunda guerra, bem como o relacionamento externo com o mundo democrático. No que se refere ao último aspecto, considera extremamente favorável a situação dos países que vieram a integrar um bloco democrático, a exemplo do Mercado Comum Europeu. Situa o Brasil entre aquelas nações em que tais circunstâncias são indiferentes ou desfavoráveis, isto é, não há uma influência externa poderosa capaz de criar uma situação irreversível (como seria, por exemplo, o caso da criação do mercado americano, resultante do que se está formando entre EE.UU., México e Canadá, ao qual aderíssemos). Contém ainda uma apreciação das chances (remotas) dos países africanos e islâmicos virem a engrossar a onda democrática.0

A obra de Huntington se recomenda à leitura de todos quantos têm responsabilidade no encaminhamento de nossa abertura democrática, que se acha sobrecarregada pela tarefa, simultânea, de abalar o patrimonialismo, razão pela qual reveste-se de idêntica atualidade a obra *Sair do socialismo*, de Guy Sorman. Ambos podem contribuir no sentido de que as lideranças mais expressivas adquiram consciência da complexidade do processo, que requer não apenas atuação persistente mas sobretudo serena e equilibrada.

CAPÍTULO QUINTO

A EDUCAÇÃO LIBERAL

Em nosso país tem escapado o sentido profundo da educação liberal, o que talvez explique a nossa incapacidade de organizar um sistema de ensino apto a atender as necessidades da sociedade moderna.

A educação liberal é, antes de tudo e em primeiro lugar, a herdeira do sistema de ensino, criado na Época Moderna pelas igrejas protestantes e que, no século passado, tornara-se uma incumbência das comunidades, conhecido pela denominação de educação popular. Essa transição das escolas confessionais para o sistema público deu lugar a um grande embate – de natureza teórica mas envolvendo também encarniçada luta política – que terminou pelo estabelecimento de uma legislação fixando o caráter do ensino oficial, de maneira que não interferisse na liberdade religiosa. Somente em nosso século este sistema de ensino foi batizado de forma adequada. Chamou-se de *educação para a cidadania*.

A educação liberal tem ainda uma outra componente: o compromisso com a preservação da tradição humanista.

Os aspectos mencionados acham-se entremeados pelas exigências da Revolução Industrial, consistentes na diversificação intensa da formação profissional, aspecto de certa forma desenvolvido pela Universidade medieval e completado pelo aparecimento da engenharia em fins do século XVIII.

São portanto três as questões: 1ª) educação para a cidadania; 2ª) tradição humanista e 3ª) formação profissional. A maioria dos países ocidentais conseguiu manter relativa autonomia entre tais objetivos, de modo que os seus sistemas de ensino dão conta das tarefas para as quais estão constituídos. No Brasil encontram-se embaralhados e superpostos. De modo que, a pretensão de proceder à caracterização da educação liberal exige sejam, previamente, deslindados os campos.

I – O problema da educação para a cidadania

1. Como se formou a educação popular

A educação da Idade Média era muito restrita. Entendia-se que o saber devia ser *cultuado*, no sentido próprio do termo. Ser “culto” estava a cargo do *clericus*, denominação que só tardiamente estendeu-se à classe sacerdotal como um todo. *Laicus* aplicava-se a quem não sabia ler. Seria errôneo dizer-se que o saber era monopólio da elite porquanto o núcleo básico desta última – os guerreiros – era constituído de pessoas iletradas. Tratava-se de uma concepção diversa da que se estruturou na Época Moderna.

O aparecimento da Universidade, desde o século XII, não alterou esse quadro, porquanto a única novidade era a disciplina e o controle da formação de algumas profissões – os cirurgiões e a burocracia civil e eclesiástica.

A Renascença e o aparecimento da imprensa criaram a premissa para o surgimento e a difusão de novos tipos de saber o que, naturalmente, muito tem a ver com a educação. Mas não partiu daí o impulso para a alteração de natureza radical que se consumaria na Época Moderna.

A nova concepção educacional, frontalmente contraposta à medieval, começa a formular-se com o apelo que Martin Lutero (1483/1546) dirigiu “Aos senhores Conselheiros de todas as cidades e terras alemãs”, em 1524, no sentido de que criassem e mantivessem escolas, por toda parte.

Nesse documento, Lutero enxerga um grande risco que poderia resultar do crescente desprestígio das instituições de ensino ligadas à Igreja Romana. Entendeu-se que não haveria nenhuma razão para deixar que os filhos estudassem tanto tempo “já que não vão ser monges ou freiras”. A vigorar semelhante reação, “ninguém mais aprenderia coisa alguma, a juventude se perderia e era isso o que o Diabo realmente pretendia conseguir!” – exclama. Insiste em que “Deus ordenou aos pais que ensinassem aos filhos o que é bom para eles, e Ele pedirá a nós a devida prestação de contas por isso”. E esclarece que as razões pelas quais o assunto não pode ser entregue aos pais como se a responsabilidade fosse só deles. O não cumprimento de tarefa de tal magnitude afeta a todos, motivo pelo qual deve ser assumida pelas comunidades.

Lutero refuta a opinião de que seria suficiente que todos aprendessem apenas o alemão, porquanto a Bíblia e a palavra de Deus podem ser ensinadas nessa língua, de nada valendo o aprendizado de latim, grego ou hebraico. Semelhante opinião equivale a pretender que “nós alemães teremos de permanecer bestas e animais grosseiros para toda a vida, pois é assim que nos chamam nossos vizinhos e parece-me que bem merecemos estes nomes”.

A educação não se propõe ensinar apenas o caminho da salvação. É preciso também contribuir para que o mundo possa “preservar melhor, exteriormente, seu estado profano”. A boa educação dos rapazes e moças pretende conseguir “homens capazes de governar país e povo”, bem como de mulheres aptas a assumir a responsabilidade da casa.

As crianças precisam ser reunidas para aprender não apenas as línguas e as histórias, mas também a música e o canto, além da matemática. Rejeita a tese de que isto seria transformá-los em aristocratas. Esclarece que não pretende que as pessoas vão à escola para tornar-se eruditas mas para enfrentar o fato de que “surgiu um mundo diferente, e tudo, hoje, está mudado”.

“Minha opinião – diz Lutero – é que se deve deixar os rapazes irem diariamente, durante uma ou duas horas, à escola, fazendo-os trabalhar o resto do dia em casa, ou aprender um ofício ou profissão que os pais queiram, de modo que as duas coisas se combinem. Pois não desperdiçam, de outra forma, dez vezes mais tempo com tiro ao alvo, jogo de bola, corridas e brigas? Do mesmo modo, pode uma moça ter tanto tempo, que dê para ir à escola, por uma hora, sem que isto crie impedimentos aos seus afazeres de casa, já que, normalmente, passa o tempo dormindo, dançando e brincando, desperdiçando horas preciosas ... Aqueles, porém que formam um grupo de escol, oferecendo esperanças de poderem servir, com habilidade, como professores e mestres, como pregadores ou em outras funções eclesiásticas, devem freqüentar por mais tempo as escolas, ou continuar a estudar sempre”.

No texto que estamos comentando, Lutero fala ainda da organização de bibliotecas, da edição de livros, etc.

Transcorreria muito tempo até que, dessas diretrizes dispersas, surgisse uma nova doutrina educacional. Na verdade, esta esteve muito mais na dependência de uma longa prática que foi muitas vezes interrompida em decorrência das guerras religiosas e da intolerância que os protestantes só fizeram fomentar. De todos os modos, com diferentes níveis de qualidade e outras singularidades que assinalaremos, as chamadas “escolas

confessionais” proliferam na Prússia, na Alemanha do Norte, na Holanda, Suíça, Inglaterra, Estados Unidos e em grande parte do território francês.

Ali onde a doutrina protestante encontrou logo uma igreja dominante (Luterana na grande maioria dos principados alemães e na Prússia; Presbiteriana, na Escócia, etc.) o processo de conversão dessas escolas num serviço público não apresentou maior complexidade. Entretanto, nos países em que havia multiplicidade de seitas protestantes, a transição foi muito conturbada. Ainda assim, com maior ou menor intensidade, esses países chegam às últimas décadas do século XIX com o denominado sistema de educação popular plenamente concebido.

Alemanha

Como reação à derrota imposta pelas tropas napoleônicas, surgiu na Prússia, e nos principados alemães de maioria protestante, uma campanha de renovação nacional centrada na educação. Disso resultou que a Universidade alemã, ainda no século XIX, viesse a exercer liderança científica. A iniciativa alcançou também o nível de ensino aqui considerado.

Do seio das escolas populares havia se destacado o *Gymnasium*, que facultava educação de bom nível, para alunos entre 9 e 18 anos. Em contrapartida, as outras escolas eram muito criticadas. Para recuperá-las surgiu o movimento denominado *Kindergarten* segundo as idéias do educador suíço Jean Henri Pestalozzi (1746/1827) e do seu discípulo alemão Friedrich Froebel (1782/1852), levando à organização de escolas-modelo, onde se buscava fixar ambiente favorável ao desenvolvimento intelectual de crianças entre os quatro e os sete anos, mediante o recurso a jogos e outras ocupações. Em muitos países esse movimento deu nascedouro à chamada *educação pré-escolar*. Na Alemanha esteve a serviço da recuperação do ensino popular, que acabou experimentando grande florescimento após a unificação, em 1870.

Inglaterra

Seria na Inglaterra e nos Estados Unidos onde a liderança liberal defrontar-se-ia com grandes dificuldades para reformular os objetivos da educação popular, atribuindo-lhe como tarefa precípua preparar para o exercício da cidadania, a par de proporcionar formação religiosa e transmitir cultura geral.

Na Inglaterra, o sistema de educação popular achava-se inteiramente a cargo das igrejas. Com o advento da revolução Industrial e do desenvolvimento urbano que a acompanhava, as indústrias organizaram escolas para os filhos de seus empregados. O sistema deixava muito a desejar, pela grande diversidade de currículos e métodos, além de não acompanhar crescimento e deslocamento populacionais. Os liberais começaram tentando estabelecer as bases de um ensino religioso comum, capaz de atender aos princípios essenciais aceitos pelas várias igrejas, como primeiro passo para a unificação do sistema. A iniciativa foi interpretada como manobra para colocar o sistema voluntário sob a égide da Igreja Anglicana. Os liberais optaram, então, por estabelecer, em 1832, a concessão de bolsas de estudo que as escolas poderiam aplicar na melhoria dos prédios e instalações escolares e, simultaneamente, na implantação de escolas para formação de professores, das quais pudesse resultar um autêntico sistema nacional. A última iniciativa foi recusada pelas igrejas e outras instituições mantenedoras de escolas, mas o sistema de bolsas foi instituído. Em 1840, o Parlamento conseguiu aprovar o controle oficial sobre as escolas, cuja inspeção se fazia com a indicação de representantes das igrejas respectivas. As inspeções serviram para evidenciar o caráter insatisfatório do ensino ministrado em grande número de escolas, ajudando a formar uma opinião favorável a outras medidas. Para atender às comunidades desassistidas, as municipalidades foram instadas a criar escolas públicas.

Em 1846 logrou-se estabelecer treinamento obrigatório de professores em escolas oficiais. Posteriormente, a concessão de bolsas foi condicionada ao reconhecimento da escola e à realização de exames finais para os alunos. Entre 1839 e 1858, os subsídios anuais votados pelo Parlamento passaram de 30 mil para 663 mil libras.

Em 1858, o Parlamento criou a chamada *Newcastle Commission*, incumbida de elaborar relatório sobre a situação do ensino elementar, que se concluiu e foi divulgado em 1861. A escola elementar era então freqüentada por 2,5 milhões de crianças. Embora a escola pública já representasse então cerca de 65% do total, a Comissão considerava que apenas uma entre cada vinte crianças recebia educação satisfatória. Comparou-se essa situação com a existente, na mesma época, na França, na Holanda e na Prússia, a fim de ressaltar a inferioridade inglesa. Propunha que a concessão de bolsas fosse condicionada à realização de exames a que fossem submetidos todos os alunos, ficando a liberação dos recursos dependente de tais resultados. Recomendou-se a instituição de sistema mais rigoroso na formação de professores para a escola pública.

Entre 1861 e 1865, as dotações destinadas à escola elementar, achando-se condicionadas aos resultados, reduziram-se de 813 mil libras para 637 mil, o que vinha de certa forma corroborar o estado insatisfatório do ensino. Grande clamor ecoava por toda a Nação e, afinal, a opinião pública parecia convencida de que algo de definitivo precisava ser feito.

Procurando interpretar o novo estado de espírito, o grande líder e reformador liberal William Gladstone (1809/1898), o verdadeiro artífice da democratização da idéia liberal, conseguiu aprovar, em 1870, o *Elementary Education Act*, que constitui o marco do ensino de caráter universal adotado na Inglaterra. Em matéria de ensino religioso, fixaram-se os princípios comuns às diversas igrejas, eliminando-se catecismos e outros instrumentos particulares. Criavam-se Juntas Educacionais (*School Boards*) em todos os distritos. Incumbia-lhes assegurar que o número de vagas nas escolas correspondesse à população em idade escolar e inspecionar todas as escolas. Mantiveram-se os subsídios às “escolas confessionais”, mas estas, agora, recebiam alunos de diferentes confissões. Em 1880, o ensino elementar foi tornado compulsório.

Ao longo dos oitenta anos seguintes, estruturou-se e consolidou-se na Inglaterra um sistema de escola elementar para todos. Nessa fase, a escola secundária era acessível a número limitado. A partir de 1960, o esforço passa a ser direcionado no sentido de democratizar o acesso à escola secundária. A elevação geral dos padrões de renda criava a condição para o surgimento de uma sociedade mais igualitária. A sofisticação da indústria exigia número crescente de trabalhadores com melhor qualificação profissional, ao mesmo tempo em que surgiam sempre novos serviços, requerendo pessoas dotadas de cultura geral.

A par do ensino obrigatório para todos, até a escola secundária, a Inglaterra dispõe de sistema de formação profissional, de nível médio e superior, mantido pelo setor público e pelas empresas privadas, e de um amplo sistema de difusão cultural, estruturado com base no ensino a distância mantido pela Open University e apoiado pelos programas culturais exibidos na televisão.

Estados Unidos

Os construtores da sociedade americana, notadamente depois do afluxo de imigrantes ingleses, por questões religiosas, no século XVII, sempre atribuíram grande

importância ao ensino das primeiras letras aos seus filhos, sendo esta uma função das famílias e das igrejas. Entretanto, a organização de um sistema de ensino público só iria ocorrer depois da Independência e, sobretudo, no período subsequente à guerra civil (1861-1865).

A liderança americana estava decidida a estruturar um modo de vida em sociedade onde os cidadãos tivessem consciência de suas responsabilidades no exercício da democracia. A par disto, o país abriu sucessivamente suas portas ao afluxo de levas e levas de emigrantes, com os riscos de perda de identidade. Ao mesmo tempo era desejo de amplas camadas que o recrutamento de talentos se fizesse com referência à habilidade pessoal e não de privilégios econômicos ou de nacionalidade, acreditando-se que a educação contribuiria para assegurar a igualdade de oportunidades.

Esse ambiente cultural permitiu a superação das inúmeras dificuldades que se apresentaram à estruturação de um sistema unificado de ensino, obrigatório para todos, sustentado com recursos públicos.

Em primeiro lugar, as comunidades estavam habituadas a obter recursos para a educação mediante toda sorte de expedientes, desde contribuições voluntárias, loterias, doação de bens às instituições para torná-las auto-sustentáveis. De sorte que teve que ser travada uma batalha árdua para conseguir que as legislações estaduais previsses a destinação de recursos públicos para aquele fim. Para ter idéia da resistência encontrada, basta dizer que o estado de Massachusetts estabelece esse tipo de taxação em 1827 e a Pensilvânia em 1834, mas Nova Iorque somente quase meio século depois, em 1868 e também Connecticut. Contudo, antes das últimas décadas do século, a praxe veio a ser generalizada.

A segunda grande dificuldade consistiu na fixação de objetivos comuns, como condição à conseqüente universalização e o estabelecimento de controles por autoridades públicas. As comunidades locais estavam acostumadas a fixar livremente programas e seriação. Por volta dos meados do século, logrou-se em muitos Estados instituir superintendências do sistema escolar e Conselhos Estaduais de Educação. Evoluiu-se no sentido de estabelecer-se um sistema apoiado na centralização das diretrizes e na descentralização da execução.

Outro problema crítico consistia em retirar das escolas seu caráter confessional ou de características isolacionistas, para atender a imigrantes recém-chegados. A par da própria tradição americana de vincular ensino e determinada comunidade religiosa, os novos

imigrantes manifestavam natural preferência pelas escolas de sua religião e nacionalidade. Nesse quadro, a escola pública acabou sendo encarada como uma agência primária incumbida de alcançar a unidade cultural do país e de prevenir a estratificação de divisões permanentes de caráter político, étnico, religioso ou econômico.

De sorte que, antes dos fins do século XIX, os Estados Unidos haviam lançado as bases da constituição de um sistema de ensino elementar aberto a todos, financiado com recursos públicos. Para semelhante desfecho muito contribuíram inúmeros educadores.

Talvez se possa dizer que a educação americana é aquela que formulou com maior clareza o princípio da educação para a cidadania. A obrigatoriedade estende-se a última série do High School, equivalente ao nosso segundo grau. Em média, cerca de 90% das crianças freqüentam e concluem esse nível de ensino.

França

Ao contrário da Inglaterra e dos Estados Unidos, na França, a partir de Napoleão, a liderança aceitou, desde logo, sem relutância, o papel que o Estado tinha a desempenhar na Educação. Contudo, as reformas napoleônicas dirigiram-se, preferentemente, à criação de um modelo de ensino superior baseado numa universidade voltada preferentemente para a cultura geral, repousando a formação profissional no denominado sistema das *grandes escolas* que revelou grande capacidade de sobrevivência, sendo preservado, até hoje, tanto na França como nos países que o adotaram. Sob Napoleão, o ensino primário foi deixado às igrejas e às comunas. Em 1833, quando Ministro da Educação, Guizot deu início à organização do sistema de ensino elementar. Segundo esse sistema, as pequenas comunidades teriam escolas primárias comuns, os núcleos com mais de seis mil habitantes, escolas melhor aparelhadas e, em cada Departamento, um colégio para a formação de profissionais primários. O sistema se implantou com relativo sucesso, até que em 1880 foi tornado secular e compulsório.

Em termos de formação o sistema francês é afeiçoado ao modelo americano da educação para a cidadania, isto é, a ênfase recai sobre a cultura geral.

Japão

O sistema educacional japonês começou a ser montado na mesma época das

grandes reformas introduzidas na chamada Era Meiji, que dura de 1868 a 1912 e põe fim ao sistema feudal e abre o país ao Ocidente. O código fundamental da Educação é de 1872 e, embora reflita influências pedagógicas inglesas, alemãs e francesas, estas dizem respeito sobretudo à forma organizacional e ao ensino da ciência, sem interferir na preservação dos valores da cultura japonesa. Em 1880, o Japão já dispunha de número de escolas suficiente para atender à população e, na virada do século, 98% das crianças em idade escolar encontravam-se na escola, percentagem que se mantém em nossos dias. Os analfabetos são menos de 0,7% e embora a obrigatoriedade do ensino seja equiparável à brasileira (nove anos no caso japonês), praticamente todos os alunos, isto é, cerca de 95% passam ao curso colegial (constituído de três séries, como o nosso segundo grau), sendo que 34% o concluem integralmente.

O sistema mantém uma grande estabilidade. A mudança introduzida neste pós-guerra consistiu sobretudo em atribuir à escola papel primordial na restauração do país, devastado pela conflagração.

O ano letivo abrange 240 dias, sendo que cada série tem em torno de mil horas de aula, o que dá média de 125 horas/mês.

O aspecto que mais profunda impressão tem causado aos estudiosos do sistema educacional japonês diz respeito ao papel que nele desempenham as mães. No livro *O desafio educacional japonês*, da estudiosa norte-americana Merry White, cuja tradução brasileira apareceu em 1988, afirma-se o seguinte: “A esmagadora maioria das mães japoneses desiste de suas próprias oportunidades profissionais durante os anos que seus filhos estão na escola, para poder ajudá-los em suas lições de casa ou simplesmente estar por perto, quando for necessário. A seu ver, tal singularidade assegura desenvolvimento emocional mais harmonioso das crianças de sorte que, na escola, a ênfase não recai na disciplina, mas no desenvolvimento pessoal. Assim, a família, e sobretudo as mães, são uma parcela decisiva daquilo que a autora denomina de “opção nacional pelas crianças”.

É interessante registrar a perspectiva sob a qual o Japão encara a educação, embora nessa colocação estejam compreendidos todos os níveis e não apenas a escola fundamental, de que ora nos ocupamos. Contudo, a esta é inquestionavelmente atribuída maior parcela de responsabilidade na consecução dos objetivos colimados. São as seguintes as atribuições de que se trata: a educação é vista 1º) como chave do desenvolvimento industrial;

2º) suporte da coesão nacional; 3º) meio adequado do desenvolvimento pessoal; 4º) elemento de construção do caráter moral; 5º) instrumento de preservação das tradições e da continuidade cultural e, finalmente; 6º) como ensejando a criação e a manutenção do inter-relacionamento pessoal.

2. Missão atribuída ao ensino fundamental

Na medida em que o sistema representativo ganhou dimensão universal e os processos produtivos adotados no Ocidente revelaram-se capazes de elevar os padrões de renda e eliminar a indigência, estabeleceu-se um certo consenso quanto às funções do ensino obrigatório, contemporaneamente denominado de fundamental ou básico. Na conquista desse consenso tiveram destacado papel muitos educadores liberais, razão pela qual os princípios a seguir enunciados formam hoje parte do ideário liberal.

Nos principais países europeus, nos Estados Unidos e Canadá, do mesmo modo que no Japão, há uma consciência profunda de que o adequado aproveitamento dos recursos naturais e de outras potencialidades nacionais encontra-se na estrita dependência da educação. Quando se faz semelhante enunciado, nesses países, tem-se presente, antes de mais nada, a educação geral, facultada a todos e não apenas os investimentos em pesquisa e desenvolvimento e formação de técnicos de nível superior.

A experiência sugeriu que cabe ao ensino fundamental a responsabilidade de assegurar a homogeneidade cultural de cada um dos países considerados. Esse problema foi mais agudo nos Estados Unidos, nas últimas décadas do século passado, pelo grande afluxo de emigrantes. Mas, com maior ou menor intensidade, afeta a todas as nações. De sorte que se pode tomar como um princípio de ordem geral, válido para a maioria das circunstâncias.

O sistema democrático exige, simultaneamente, que a grande massa de cidadãos tenha noção plena e integral do papel que compete a cada um desempenhar. Em toda parte, é certo, as funções do governo são exercidas por elites preparadas para esse mister. Contudo, devem ser avaliadas periodicamente, tarefa que incumbe à massa dos votantes. Os meios de comunicação contribuem, por seu turno, para destacar as questões efetivamente polarizadoras. Para compreendê-las, requer-se um mínimo de cultura geral, que o ensino fundamental deve ser capaz de universalizar.

A produtividade do trabalho inclui-se entre os fatores decisivos do

desenvolvimento econômico. A par disto, os níveis de produtividade a serem atingidos precisam ser considerados numa escala de massa, porquanto não basta serem alcançados pelas indústrias mais sofisticadas, devendo abranger toda atividade industrial, a produção de bens primários e a diversificada gama dos serviços.

Eis por que, em todos os países desenvolvidos, o ensino fundamental se considera como merecedor da máxima prioridade.

3. A singularidade da tradição brasileira

Com a expulsão dos jesuítas (1759), como forma de minorar a grande dependência de organizações religiosas, em que o ensino se encontrava, entre outras reformas – nas quais sobressai a da Universidade, em 1772 – Pombal determinou a organização do chamado sistema de “aulas régias”. Consistia este de cadeiras de disciplinas isoladas, cobrindo os chamados “estudos gerais” (isto é, de humanidades, compreendendo retórica, filosofia, línguas, etc.). A criação do colégio Pedro II e dos Liceus Estaduais, em fins da década de trinta do século passado, tinha em vista, justamente, a unificação dessas cadeiras isoladas. Estas nunca foram entendidas como algo de assemelhado à educação popular surgida nos países protestantes. Primordialmente, seu objetivo consistia em permitir a realização dos chamados “preparatórios”, requeridos para o ingresso no ensino superior. No Brasil, ao Pedro II e aos Liceus Estaduais foi atribuída adicionalmente a tarefa de preservar a tradição humanista, mediante a outorga do título de “bacharel em humanidades”, conforme se pode ver do magnífico estudo que ao tema dedicou Maria de Lourdes Mariotto Haidar,⁽¹⁾ tendo em vista que se dera preferência, na formação profissional, ao modelo francês das *grandes écoles*. Começa aí o longo período de organização do ensino colegial de bom padrão, que contou com o concurso de grande número de colégios particulares.

O caráter desse tipo de escola nunca escapou aos grandes educadores brasileiros. Referindo-se à década de trinta, no seu livro clássico *A Cultura brasileira*, Fernando de Azevedo diz que “as escolas em que se ministra o ensino humanístico ... não se democratizaram tanto que possam considerar-se uma *escola para o povo*, nem pela sua expansão quantitativa nem pelos seus objetivos e organização”.⁽²⁾ O próprio crescimento ocorrido neste pós-guerra não teve em vista alterar-lhe a missão mas atender à urbanização crescente. Na época da guerra o número das escolas secundárias oscilava em torno de 500 passando a 2000 nos anos cinquenta.

A escola secundária brasileira, estruturada ao longo de aproximadamente uma centúria, desde os anos quarenta do século passado aos começos do último pós-guerra, tinha nitidamente dois objetivos: preservar a tradição humanista e preparar para as grandes escolas, dividindo-se em dois troncos: o curso *clássico* e o curso *científico*. Embora se tivesse criado a Universidade, esta consistia apenas uma federação das grandes escolas e não havia afetado ainda o seu padrão,⁽³⁾ como viria a ocorrer nas últimas décadas. Se bem que restrita a uma camada relativamente pequena da população, o sistema de ensino secundário atendia de modo satisfatório aos seus objetivos. O processo de sua desorganização é fenômeno posterior e está associado naturalmente a múltiplos fatores. Entretanto, não poderia deixar de consignar aqui o fato de que a Revolução de 64, na medida em que abandona os seus propósitos iniciais, optando francamente por um modelo autoritário, marchava inevitavelmente para o choque com o elemento liberal, de que resultou a desarticulação da liderança educacional brasileira.

Na época da Revolução, o Conselho Federal de Educação era constituído por homens da categoria de José Barretto Filho, Alceu Amoroso Lima, Durmeval Trigueiro, Anísio Teixeira e tantos outros, que acabaram aliados do processo, vindo a educação brasileira a cair em mãos de figuras secundárias, interessadas exclusivamente em servir ao poder. Os indicadores que apresento adiante, acredito, servirão para comprovar que não se trata de nenhum exagero.

A Escola Nova, em comum acordo com os educadores católicos,⁽⁴⁾ conseguiu introduzir, na Constituição de 34, o princípio do “ensino primário integral e gratuito, de frequência obrigatória extensivo aos adultos” (artigo 150), medida que não teve curso, como a própria Carta, à vista do golpe que implantou o Estado Novo, em 1937, sendo repetido pela Constituição de 46 (artigo 168). Como se sabe, o Parlamento tardou em votar as leis complementares, só sendo aprovadas as *Diretrizes e Bases da Educação* (Lei nº 4.024), em dezembro de 1961. Esse instituto estipula taxativamente que a obrigatoriedade está circunscrita às quatro séries do primário. Assim, preceitua o artigo 27: “O ensino primário é obrigatório a partir dos sete anos e só será ministrado na língua nacional. Para os que se iniciarem depois dessa idade poderão ser formadas classes especiais ou cursos supletivos correspondentes ao seu nível de desenvolvimento”.

O país viveu uma situação excepcional dos anos seguintes, não vindo a merecer qualquer prioridade o princípio em causa. O mais grave é que a Constituição de 1967, ao transcrever a norma anterior, dá-lhe redação e visivelmente equivocada. Diz-se ali (artigo 168,

§ 3º) que, na fixação dos princípios e normas, a serem observadas pela legislação do ensino, figuram: “I – o ensino primário somente será ministrado na língua nacional; II – o ensino dos sete aos quatorze anos é obrigatório para todos e gratuito nos estabelecimentos primários oficiais”. Parece óbvio que se tem em vista o ensino primário (quatro séries), mas a faixa etária dos sete aos quatorze abrange oito anos.

Era de todo evidente que o país não tinha condições de implantar sistema de educação popular abrangendo desde logo oito séries. O que se impunha era o reconhecimento do erro e a retificação da Carta. Mas como esta havia sido imposta pelos militares – e apesar do fato de que logo no ano seguinte a mutilaram totalmente ao introduzir o chamado Ato Institucional nº 5 –, apareceram pretensos educadores que se prestaram ao papel de conceber uma “fórmula” que minimizasse a gafe. A Lei 5.692, de agosto de 1971, deu àquela diretriz a seguinte redação: “O ensino de primeiro grau será obrigatório dos sete aos quatorze anos, cabendo aos municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula”. De uma penada acabava-se com o sistema secular e que, de alguma forma, funcionava, compreendendo o primário e o secundário, este subdividido em ginásial e colegial. Os falsos educadores fizeram outras tantas enormidades, entre estas a de eliminar as referências à sociologia, rotulada de “subversiva”, que só teve por efeito “politizar” o ensino de geografia e história, já que enfiadas no saco único dos “estudos sociais”. Para não falar da irresponsável multiplicação de profissões de nível superior.

Mas o grande – e tudo indica irreparável – malefício correspondeu à desestruturação do sistema existente. O resultado, aliás, não poderia ser outro, já que a educação popular tinha nitidamente o propósito de formar para a cidadania, enquanto o nosso ensino secundário atendia à formação humanista e ao preparo para o ingresso no ensino superior profissional.

O chamado ciclo de redemocratização teve a infelicidade de contemplar uma nova Constituição, de que resultou o irrealismo da Carta de 88, notadamente no terreno educacional. Não só se repetiu o erro de manter a obrigatoriedade para as oito séries – sem levar em conta os resultados da reforma anterior e a dura realidade de que, em cada grupo de cem alunos matriculados, só vinte chegam à oitava série –, como o agravou ao estender a obrigatoriedade ao pré-escolar. Consoante teremos oportunidade de ver mais adiante, proporcionalmente ao crescimento populacional o sistema preservou as dimensões anteriores,

desinteressando-se da cultura humanista para se conformar à condição de apêndice do ensino superior, voltado exclusivamente para a profissionalização.

A dura realidade é que sequer começamos a implantar um sistema voltado para a formação da cidadania. Considerada a experiência descrita precedentemente, nosso atraso é rigorosamente de um século. E muito maior, se levarmos em conta os antecedentes em matéria de educação popular.

4. O imperativo de tentar vencer o atraso

Do ponto de vista liberal, a educação para a cidadania reveste-se da máxima prioridade. Assim, aqueles que comungam dessa visão não podem renunciar a semelhante propósito. Tendo em vista, ao mesmo tempo, os compromissos do sistema existente, o que se impõe é a elaboração de uma estratégia que possa nos conduzir, progressivamente, à plena configuração do ensino fundamental como ciclo terminal. Nesse sentido, cumpria avaliar a experiência recente com vistas a dar-lhe continuidade e também complementá-la.

No longo período, pós-64, em que foi relegado ao ostracismo, Tancredo Neves manteve vínculos muito estritos com a comunidade acadêmica e tudo leva a crer que tenha adquirido plena consciência dos descabros da educação brasileira sob os governos militares. Tendo lhe cabido a missão histórica de implantar a Nova República (melhor teria sido denominá-la de VI República, como sugere Walter Costa Porto), sua escolha de Marco Maciel para a pasta da educação diz bem da importância que atribuía à missão. Embora sem contar com o apoio do eminente líder, desaparecido num momento vital para a nacionalidade, Marco Maciel soube delinear uma nova política educacional, a que Jorge Bornhausen, seu substituto, deu continuidade, enquanto o governo Sarney procurou cumprir o legado de Tancredo Neves. Ainda que esse governo se haja desorientado e o novo que lhe substituiu tenha agravado essa desorientação, no terreno educacional, incumbe fixar o momento Marco Maciel-Jorge Bornhausen, porque é dele que teremos que partir, se quisermos fixar, de modo correto, as prioridades.

Até onde estou informado, Marco Maciel foi o primeiro homem de Estado brasileiro a formular com toda clareza e pertinência o problema da *educação para a cidadania*. Sua compreensão do tema acha-se documentada não apenas na sua passagem pelo Ministro da Educação, mas igualmente no livro *Educação e liberalismo* (José Olympio, 1987). A opção pelo ensino básico está formulada de modo explícito, mas até aí não há propriamente novidade. Esta aparece quando indica que *o compromisso do Poder Público é*

com a educação para a cidadania. Eis o princípio apto a nortear a política educacional brasileira.

O mérito de Jorge Bornhausen consiste em haver iniciado experiência da maior significação. Consistiu esta em realizar convênio entre o MEC e as municipalidades, através dos quais estas comprometiam-se a dar cumprimento às disposições legais quanto aos percentuais fixados para a aplicação na educação, *destinando-os integralmente à remuneração dos professores.* Em contrapartida, o MEC realizaria todas as inversões fixas que se fizessem necessárias. A experiência não teve continuidade, mas ali onde foi aplicada determinou de pronto a volta à sala de aula daqueles professores mais bem dotados que haviam obtido cargos em comissão à cata de maior remuneração. Não é possível fazer nada no plano da educação para a cidadania sem dignificar o magistério, começando por elevar substancialmente os seus salários. Na Inglaterra, os maiores salários do setor público são aqueles destinados ao professorado do ensino básico. A compreensão do grau de prioridade de que se revestia a tarefa que desempenham precisava traduzir-se numa decisão de ordem prática como a que iniciou Jorge Bornhausen. Esta acabou por corresponder à decisão de torná-la permanente, através do FUNDEF

Para complementar essa experiência e dar-lhe continuidade, dever-se-ia introduzir, no ensino fundamental, como uma disciplina, a Educação para a cidadania. Subseqüentemente, ter-se-ia que rever o conteúdo das outras disciplinas, para adequá-lo à formação para a cidadania. Modernas técnicas de transmissão do conhecimento precisariam ser mobilizadas para formar professores e colocar ao seu alcance instrumentos eficazes. Ao mesmo tempo, teriam que ser institucionalizados mecanismos capazes de sistematizar, com rapidez, e difundir as experiências bem-sucedidas.

Tendo em vista os seus propósitos específicos, conforme referimos, o currículo destinado a assegurar a formação para a cidadania teria que ser especificamente estudado. Sua adequada elaboração somente poderia resultar de uma feliz combinação entre educadores liberais, isto é, pessoas familiarizadas com a teoria, e experimentados mestres-escolas, familiarizados com as dificuldades do ensino elementar.

Para não deixar de dizer uma palavra sobre questões-chave, ainda que não direta e exclusivamente relacionadas ao tema da formação para a cidadania. O que estamos propondo aqui é simplesmente a recomposição da liderança liberal na educação brasileira, tendo em vista que foi virtualmente destroçada durante o ciclo de governos militares e nunca mais se

reconstituiu. Tal não ocorrerá, entretanto, se não derrotarmos a influência socialista, cuja ascensão foi facilitada no último período autoritário, justamente porque somente os liberais poderiam impedi-lo. Para tanto teríamos que colocar em primeiro plano a recuperação do prestígio social dos professores. A influência socialista é responsável, em grande medida, pela situação de desprestígio a que chegaram. Hoje não mais se notabilizam por serem os guardiões dos valores em que repousa nossa cultura, tendo sido reduzidos à condição de categoria sindical, que promove passeatas em lugares impróprios e a fim de perturbar a vida das cidades e sucessivas greves nas instituições públicas. Não é por esse caminho que a sociedade voltará a ter apreço pelo professorado, mas cuidando de despertá-la para o caráter prioritário de alguns segmentos da educação.

A recomposição da liderança liberal não significa, de modo algum, o propósito de reacender antigas disputas com educadores católicos. Os valores da nossa civilização provêm do ideal de pessoa humana que nos foi legado pelo cristianismo, sendo essa uma base comum capaz de assegurar a superação de divergências secundárias. Além disto, as tarefas que se colocam hoje para a educação brasileira, no que respeita à formação para a cidadania, não se revestem de nenhum caráter político-partidário. São liberais no sentido de que, tendo surgido na Época Moderna, mereceu maior elaboração teórica de parte dos educadores liberais. A par disto, os liberais marcharam ao encontro dos educadores cristãos no que se refere à preservação da cultura humanista, na forma pela qual procurarei qualificar na seção subsequente.

Para que se tenha idéia do longo caminho que representa a disposição de vencer o atraso, basta referir o grau de instrução do eleitorado brasileiro, em conformidade com os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral, na oportunidade das eleições de 2006. Analfabetos e semi-analfabetos equivaliam a cerca de 30 milhões (23% do total). Aqueles que dispõem de primeiro grau incompleto chegam a 43 milhões (35% do total) enquanto aqueles que o completaram não chega a 10 milhões (8%). A parcela restante decompõe-se deste modo: segundo grau incompleto, 21,3 milhões (17%); segundo grau completo, 14,1 milhões (11%); superior incompleto, 2,9 milhões (2,3%) e superior completo, 4,2 milhões (3,3%). Vê-se que o quadro é deveras desolador.

II – Preservação e difusão da cultura humanista

A par da educação para a cidadania, que corresponde a algo de inteiramente novo em relação à Idade Média, a educação liberal cuida de preservar e difundir a cultura

humanista. Esta era certamente uma tarefa de que se desincumbia a universidade, naquela fase histórica, mas aqui o pensamento liberal introduziu algumas modificações que precisariam ser caracterizadas.

Os liberais estiveram às voltas, em grande parte do século passado e do presente, com a superação das resistências na estruturação do ensino básico de caráter universal. Na medida em que vieram a ser bem-sucedidos nesse mister, colocaram-se como tarefa alcançar a educação geral para todos. Educação geral é sinônimo de cultura humanista.

O entendimento liberal da cultura humanista não se identifica nem com a acepção dos grandes medievalistas nem com o pensamento renascentista. No primeiro caso, tratava-se de reinterpretar os gregos a fim de fazê-los concordar com o cristianismo. No Renascimento, a cultura antiga é tomada como modelo, com a intenção clara de contrapô-la à Escolástica. Tampouco se trata de fazer renascer a disputa entre ciência e pensamento religioso, sob a égide da qual foi encetada a reforma da Universidade em muitos países.

Do ponto de vista liberal, a cultura humanista não se reduz à herança da antigüidade, compreendendo também autores medievais, renascentistas, modernos e contemporâneos. Dentre as propostas que procuram consubstanciá-las, destacam-se a correspondente aos *Great Books*, da Enciclopédia Britânica, e a relação do St. John's College. A diferença entre os dois diz respeito sobretudo ao fato de que o primeiro compreende filósofos, cientistas e pensadores voltados para a história e a política, enquanto a lista do St. John's inclui, além desses autores, também as obras literárias mais relevantes. Esta última abrange cem autores e cerca de cento e trinta livros, que indicaremos ao fim do ensaio.

A idéia é de que, em cada sociedade, deve haver um núcleo, tão amplo quanto possível, constituído de pessoas possuidoras de cultura geral, cuja conceituação enfatiza os seguintes aspectos:

I) Familiaridade com os valores de nossa civilização, assimilados criativamente de forma a poder avaliar, com equilíbrio, a experiência de cada país, enquadrando-se numa adequada perspectiva histórica;

II) Capacidade de expressar-se de modo correto, mediante o conhecimento da língua pátria e das obras clássicas de sua literatura, bem como das regras de lógica formal;

III) Conhecimento do objeto, do método e da história das principais disciplinas

científicas; e,

IV) Compreensão de que a cultura forma uma totalidade viva, em permanente enriquecimento, e que não se secciona em compartimentos estanques; cultivo de atitude respeitosa e interessada diante de suas diversas manifestações; e compromisso com o subsequente auto-aperfeiçoamento.

Em muitos países, a Universidade realiza a contento semelhante incumbência. Na medida, entretanto, em que abriga institutos devotados à formação profissional, tende a minimizar o que seria a sua missão específica. Levando em conta essa circunstância, criaram-se mecanismos autônomos para assegurar a sua consecução. Aqui gostaria de deter-me na experiência norte-americana.

O governo americano criou, em fins de 1965, a *National Endowment for the Humanities* (NEH), com o objetivo de financiar projetos na área das humanidades, *fora da rede convencional de ensino*. Alguns educadores consideravam que, muitas universidades, alguns departamentos especializados (ciências sociais, psicologia, etc.) haviam ido longe demais em matéria de carga horária dedicada às respectivas disciplinas, em detrimento da formação humanista geral.

A NEH edita, desde 1980, a revista bimensal *Humanities*, voltada para a sistematização de sua experiência. A grande preocupação reside em estabelecer com precisão como o estudo das línguas, da literatura, da história e das artes participa da educação humanista, dosando-o de modo equilibrado. No outro extremo, encontram-se os programas de tradução ou reedição dos textos considerados clássicos, bem como do estudo do contexto histórico em que tiveram surgimento.

Para dar uma idéia do trabalho desenvolvido, nada melhor que tomar um de seus balanços anuais, no caso o do ano de 1988, publicado em *Humanities*.

A NEH e demais entidades que atuam no mesmo sentido, conseguiram atingir com seus programas – todos fora do sistema convencional de ensino, consoante se referiu -, nada menos que 25 milhões de pessoas naquele exercício. Os eventos compreendidos corresponderam, a cursos não-regulares, seminários, simpósios e de outra índole. Assim, por exemplo, uma exposição sobre o Egito Antigo, incluindo também conferências e exibição de filmes subordinados ao tema "Ramsés II, o grande faraó e seu tempo", foi freqüentada por 900

mil pessoas. Documentários de caráter histórico, para exibição em cinemas e vídeoclubes, são vistos por milhões de pessoas.

Atividades tradicionais também se expandiram significativamente. O Festival Shakespeare de Alabama, que foi assistido em 1972 por três mil pessoas, contou em 1988 com a presença de 150 mil. A frequência à National Gallery of Art, de Washington, aumentou 660% entre 1957 e 1987. Em 1970, os dispêndios com ingressos para espetáculos culturais eram menos da metade do que registravam as competições esportivas. Em 1986, os primeiros ultrapassavam em 10% os gastos com ingressos nos estádios. Atualmente há nos Estados Unidos cerca de dez mil associações dedicadas ao estudo e ao cultivo da história americana, sendo de destacar que mais da metade organizada nos últimos vinte anos.

Ao completar 25 anos, em 1990, a NEH havia atendido a 41 mil solicitações de apoio financeiro, implicando dispêndios pouco inferiores a US\$ 2 bilhões que, por sua vez, mobilizaram adicionalmente, do setor privado, US\$ 1,3 bilhão.

As estatísticas não são tudo, diz em seu balanço a conhecida educadora Lynne V. Cheney, na época diretora da *National Endowment for the Humanities*. Mas são reveladoras do interesse que se conseguiu despertar pelos temas relacionadas às humanidades. Assinale-se que tais resultados decorrem de um esforço empreendido naquela direção, sem desfalecimentos. A NEH oferece bolsas generosas tanto para a tradução e a edição de filósofos como para a encenação de peças, organização de debates, cursos, etc. *Humanities* registra a maneira como professores ligados ao ensino convencional sentem-se gratificados pelo desafio que representa essa conquista do público incerto para assistir a cursos não regulares.

A consulta à página da NEH, na INTERNET, permitirá comprovar que seu trabalho, desde então, continua revestindo-se do maior sucesso.

A ação da NEH e de outras entidades congêneres, em funcionamento nos Estados Unidos, é secundada pelos cursos que se convencionou denominar de "humanidades para executivos". Todas as grandes e médias empresas propiciam a seus diretores, gerentes, técnicos e outros, o acesso ao conhecimento das grandes obras da cultura ocidental, que é o propósito daqueles cursos. Observe-se ainda que não se destinam apenas a executivos mas a todas as pessoas interessadas na obtenção de cultura geral e pretendam fazê-lo sem desligar-se de seus afazeres cotidianos.

O espírito que norteia essa atividade foi expresso nos seguintes termos pela Comissão do Congresso que aprovou, em 1965, a criação da *National Endowment for the*

Humanities: "Esta Comissão concebe as humanidades não simplesmente como disciplinas acadêmicas confinadas nas escolas e colégios, mas como componentes da sociedade cujo funcionamento afeta as vidas e o bem-estar de toda a população Cada talento individual, quer seja poeta ou físico, somente realizará plenamente sua potencialidade e dará integral contribuição ao seu tempo se sua imaginação for animada pelas aspirações e realizações daqueles que vieram antes dele. Os eruditos humanistas têm portanto uma responsabilidade especial Dispõem do privilégio e da obrigação de interpretar o passado para cada nova geração que necessariamente viverá num reduzido segmento por um período limitado de tempo."

Para assessorá-lo na elaboração desse relevante projeto, o Congresso constituiu uma Comissão presidida por Barnaby C. Keeney, da Universidade de Boston - que se tornaria o primeiro presidente da NEH, com a incumbência de implantar a nova instituição -, contando com a presença de representantes das mais importantes organizações de educadores americanos. Naquele momento, o país achava-se sob impacto das vitórias dos soviéticos na corrida espacial e, pressionados pela opinião pública, o sistema de ensino e a Administração queriam a qualquer custo reverter aquela situação e fomentar o progresso tecnológico. Foi nesse clima que os humanistas souberam dizer que se algo valia a pena era "tornar-se mestres de sua tecnologia e não seus servidores mecânicos".

No Brasil, o que não conseguiram a Reforma Benjamim Constant e os outros passos empreendidos pelos positivistas, foi alcançado pelos governos militares saídos da Revolução de 64. O que restava de vínculo com a tradição humanista em nosso sistema educacional foi eliminado pela raiz. Para dar curso à missão de preservar e difundir a cultura humanista, que é o outro lado da educação liberal, as condições do país são, portanto, as mais adversas. Mas não há outra alternativa.

Ao tempo do reitorado de José Carlos Azevedo, na Universidade de Brasília, sendo Decano de Extensão Carlos Henrique Cardim, foram empreendidas algumas iniciativas para reconstituir o ensino das humanidades. Mas o pouco que se fez ali não teve continuidade com o advento da chamada Nova República.

Para não perder o esforço então dispendido, juntamente com Leonardo Prota e Ricardo Vélez Rodríguez, criamos o Instituto de Humanidades, com sede em São Paulo, para

elaborar guias de estudo, recuperar traduções e promover outras, e chegar a uma lista de obras cuja leitura deveria constituir o currículo de um CURSO DE HUMANIDADES.

Está concluído o material, abrangendo a seleção de obras a serem lidas durante e depois do curso, das disciplinas HISTÓRIA DA CULTURA, POLÍTICA, MORAL, RELIGIÃO E FILOSOFIA, tendo sido editado em forma de guias de estudo. Em convênio com a Editora Expressão e Cultura - EXPED, o Instituto publicou alguns livros, dedicados a esses temas, destinados a público mais amplo.

O *Instituto de Humanidades* provou ser instrumento adequado para a recuperação e a sistematização das humanidades, o que não deixa de ser essencial à sua preservação. Contudo, no aspecto de sua inserção no sistema regular de ensino, ainda não se encontrou uma forma eficaz. Presumivelmente a solução seria através da criação de *Faculdades de Humanidades*, a serem estruturadas pelo menos em alguns centros. Se se conseguisse chegar a constituir uma rede de tais escolas, provavelmente serviriam de base para programas de extensão cultural, com vistas à difusão da cultura humanista.

O quadro nada tem de favorável. Mas o nosso dever consiste em alçar essa bandeira no nível mais alto, de modo persistente.

III - A questão do ensino profissional

Os grandes educadores liberais nunca se preocuparam com a questão da educação profissional. Nutriam a crença de que a própria sociedade - e as forças do mercado - atuaria no sentido de apresentar exigências cabíveis ao sistema educacional correspondente. No Brasil, entretanto, essa questão se reveste de grande relevância, porquanto as instituições para aquele fim destinadas acabaram assumindo caráter monopolista, em detrimento das outras funções do ensino.

No século passado, optamos pelo modelo francês das *grandes escolas* e logramos implantá-lo com sucesso. No largo ciclo de sua vigência, o Brasil conseguiu formar renomados médicos, dispor de uma engenharia conceituada, contar com juristas de excelente capacitação, etc. O movimento em prol da Universidade, desencadeado nos anos vinte, visava, com a sua criação, instituir a pesquisa científica e o estudo das humanidades em nível superior. Contudo, não foi organizada com essa característica, mas como uma federação de escolas isoladas. A massificação empreendida pelos governos militares prejudicou significativamente o nível daquela formação, bastando, para comprová-lo, o exemplo adiante.

Diplomando dez mil médicos por ano – fato desconhecido na educação ocidental – o Brasil chegou aos fins da década de oitenta com número de médicos superior ao existente em cada um dos principais países europeus. Na maioria das cidades, a disponibilidade desses profissionais ultrapassa a verificada nos centros urbanos das nações capitalistas. Na avaliação do Presidente da Associação Médica Brasileira, Antonio Celso Nunes Nassif, 40% dos novos profissionais diplomados em cada ano "são completamente despreparados, pois estudam em faculdades onde o nível de ensino é deficiente e as aulas práticas inexistem" (*O Globo*, 13/11/1998).

O sistema de ensino existente no país está a serviço dessas escolas profissionais de nível superior. A massificação em que se insiste só tem servido para reduzir a qualidade da formação profissional em nosso país, depois de termos conseguido implantar, desde a Independência, sistema de formação técnica equiparável aos grandes centros.

Eis por que o tema do ensino profissional tornou-se irrecusável para o pensamento liberal brasileiro. Atrevo-me a formular alguns princípios:

1º) A União deve retirar-se do ensino superior de caráter profissional, transferindo aos Estados as instituições que mantém, a esse fim dedicadas. Os recursos federais seriam canalizados exclusivamente para estruturação de um sistema destinado a alcançar a formação para cidadania e a iniciativas voltadas para a difusão da cultura humanista;

2º) A União deixaria de interferir no modelo a ser adotado pela Universidade, ficando essa escolha a cargo dos Estados. ⁽⁵⁾

3º) O Estado deixaria sucessivamente de facultar garantias cartoriais ao exercício das profissões, ⁽⁶⁾ delegando à própria sociedade o encargo de fixar os critérios para a autorização legal de seu exercício, naqueles casos em que julgue imprescindível; e,

4º) As linhas de pesquisa básica a serem desenvolvidas, para atender aos interesses do país, seriam fixadas, e periodicamente revistas, pelo Congresso Nacional, a partir de uma discussão que envolva não apenas os interessados, mas igualmente os contribuintes. ⁽⁷⁾ As dotações públicas a esse fim destinadas deveriam ser canalizadas, preferentemente, para aquelas instituições que logrem conjugá-la à pesquisa aplicada (ver nota no Anexo).

IV – Problemas educacionais contemporâneos segundo a visão liberal

Desde os fundadores (Locke e Kant), os pensadores liberais manifestaram renovado interesse pelo tema da educação, na linha de fixar, em consonância com o respectivo ciclo histórico, quais as prioridades do que se pudesse denominar, apropriadamente, de educação liberal. Neste sentido, diversos nomes poderiam ser destacados, a começar de William Von Humboldt (1767/1835), a quem se credita ter encaminhado a Universidade Alemã na direção da pesquisa científica, que a transformou num modelo vitorioso, de reconhecida influência em diversos países. Entre os ingleses, sobressaem Thomas Hill Green (1836/1882) e William Beveridge (1879/1963), que contribuíram para associar o liberalismo à promoção da cultura humanista, numa visão enriquecida e distinta das proposições anteriores, de idêntica intenção, tendo o último, por muitos anos, dirigindo a London School of Economics. Na França, François Guizot (1787/1874), que, além de renomado estadista e teórico, concebeu um sistema de educação elementar que se tornaria uma paradigma. Os norte-americanos notabilizaram-se pela fundamentação teórica da educação para a cidadania destacando-se John Dewey (1859/1952).

Contemporaneamente, em que pese seja muito ampla a bibliografia, marcando os liberais presença significativa no debate das questões emergentes, enfatizaria os aspectos adiante resumidos.

Desde as últimas décadas do século XX, no mundo desenvolvido, a economia caracteriza-se pela sucessiva redução do papel do denominado setor manufatureiro, isto é, da indústria tradicional. O crescimento repousa em novos serviços, sobretudo os que são prestados às empresas e os que atendem aos setores de comunicação, educação, saúde, cultura e lazer. O processo em causa traduz-se pela mudança de posição do operariado industrial no conjunto da população ativa. Nos Estados Unidos, por exemplo, reduziu-se de 38%, em 1960, para 23% em fins dos anos setenta. A expectativa é no sentido de que esse contingente venha a corresponder apenas a 3%, decorridas as primeiras décadas do século XXI.

O ensino profissional, que veio sendo progressivamente absorvido pelas Universidades, estruturou-se com base no modelo que se formou no curso da revolução Industrial, achando-se inteiramente superado.

Além disto os avanços tecnológicos acarretam expressiva migração de mão-de-obra de umas para outras atividades. O fenômeno que atingiu em certa medida os profissionais do último pós-guerra será fato corriqueiro em relação às futuras gerações. Estas deveriam ser preparadas para exercer diversas profissões no curso de sua vidas.

Nessa matéria, aliás, a agenda liberal é bem mais ampla e não se restringe à educação. Na entrevista que concedeu ao jornalista italiano Vincenzo Ferrari e que se publicou em forma de livro com o título de *O liberalismo e a Europa* (Roma, 1979), Ralf Dahrendorf formula-a neste termos: "O mais importante para o pensamento liberal é começar a ponderar, em termos novos, como a vida humana está estruturada na sociedade. O sistema atual, que estatui uma primeira fase dedicada à instrução, uma longa fase intermediária dividida rigidamente entre o trabalho e o tempo livre, e uma última e longa fase de aposentadoria, obviamente não funciona mais. É preciso descobrir uma forma de integrar, segundo novos critérios, todas estas atividades: a instrução, o trabalho, a aposentadoria e outros interesses humanos, o que implica grandes mudanças nas esferas econômica, social e política, que distingue apenas por comodidade." Na ocasião, Dahrendorf exercia as funções de reitor da London School of Economics. Presentemente integra a Câmara dos Lordes da Inglaterra, sendo autor de diversos livros, dentre os quais foram publicados no Brasil *As classes e seus conflitos na sociedade industrial* e *Sociedade e liberdade*, entre outros.

Esse renomado pensador previa que as mudanças requeridas iriam esbarrar na resistência das universidades e dos sindicatos. Quanto a estes últimos, nos embates com o governo Thatcher, as Trade Unions sofreram uma fragorosa derrota. Tony Blair soube valer-se da circunstância para modernizar o Partido Trabalhista, o que contribuiu para preservar o seu isolamento. Nos governos de Gerhard Schroeder, na Alemanha, os sindicatos aceitaram a adoção de novo modelo para as aposentadorias, baseado no seguro. Ainda resistem às demais reformas mas tudo indica que acabarão por aceitá-las. A reunificação elevou o desemprego a níveis insuportáveis, situação que requer medidas enérgicas e dolorosas. Também na Holanda os sindicatos deixaram de constituir obstáculo às imprescindíveis correções no modelo social vigente. Na França, entretanto, os sindicatos têm impedido qualquer mudança mais profunda, o que acaba afetando a toda a Comunidade, dado o papel que o país nela desempenha.

No que respeita à Universidade européia, o ano letivo 2005/2006 coroa o processo de unificação do ensino profissional, a fim de possibilitar a livre circulação de diplomas. As diretrizes em vigor resultam do chamado Protocolo de Bolonha, assim denominado o documento em que as universidades estabeleceram as novas regras e prazos para serem concluídas as requeridas adaptações, adiante resumidas.

Todos os cursos profissionais de graduação passam a ter duração de três anos, com exclusão da medicina e do direito. O mestrado terá que ser concluído em dois anos e o doutorado em três. Ao mestrando que não elaborar a correspondente dissertação poderá ser fornecido o título de pós-graduado.

O acesso á cultura geral continuará a ser facultado segundo as tradições de cada país que, na maioria dos casos, constitui atribuição do ensino secundário. As Universidades que tradicionalmente desincumbem-se desse mister --inglesas, alemãs e também em outros países – não serão afetadas pelo Protocolo de Bolonha, salvo nos cursos profissionais que mantenham correlativamente.

O segundo tema da agenda da educação liberal corresponde ao que os ingleses chamam de "educação para uma sociedade pós-permissiva". A permissividade é aqui entendida como a crença, muito difundida no último pós-guerra, de que as crianças não deveriam ser "reprimidas" – isto é, não deveriam ser forçadas a educar-se – mas precisariam ser deixadas livres. Ao contrário do que se esperava, as neuroses não desapareceram, verificando-se aumento da criminalidade entre jovens, e de outros fenômenos negativos, correlacionados com a permissividade educacional. As próprias famílias acabaram abandonando essas "escolas especiais", que criavam jovens inadaptados ao conjunto de vida social, exigente de disciplina e respeito à autoridade e, em geral às regras consagradas de convivência. Não basta, entretanto, rejeitar a experiência, cumprindo criticar os seus equívocos e apontar as conseqüências. É o que procuram fazer os educadores liberais.

Creio que pode ser facultada uma idéia, ainda que sumária, do tipo de encaminhamento que vem sendo dada à questão a partir de breves indicações sobre o conteúdo dos ensaios reunidos no livro *Full Circle? Bringing up Children in the Post-Permissive Society* (Londres, 1988, editado por Digby Anderson, diretor da organização de pesquisa *Social Affair Unit*, autor de extensa bibliografia, colunista regular de *The Times e The Spectator*). A introdução de Digby Anderson tem o expressivo título de "O fim da indulgência".

O cerne do debate está centrado na revisão da psicologia infantil de que se louvou a experiência. A crítica volta-se para as generalizações e oposições simplificatórias. De modo idêntico a todo ser humano, as crianças são muito diferentes entre si. A minimização do significado desse aspecto, associado à idéia de que a punição se contrapõe ao amor, acabaram por negar o papel dos pais na educação. Só estes estão aptos a detectar características aptidões e dificuldades individuais, que são os fatos decisivos na aprendizagem.

A recuperação da ênfase no papel da família na educação consiste juntamente no principal resultado da avaliação precedente. Neste sentido, a educação inglesa inclina-se pela necessidade de proceder a uma melhor aferição do trabalho da mulher ou dos reflexos do divórcio sobre os filhos, estimulando-se realização de pesquisas que possam contribuir para um novo consenso. Estudos comentados no texto considerado apontam vários reflexos negativos de situações como as descritas (trabalho e divórcio), evidenciando ainda o caráter

equivocado do enfoque feminista ao pressupor que a valorização das mulheres passe obrigatoriamente pelo seu acesso ao que se poderia denominar de "mundo dos valores masculinos". Critica-se de modo contundente a igualdade educacional reivindicada pelo feminismo, como contraposta aos elementos aptos a exaltar o lugar da mulher na sociedade.

O mais grave da educação permissiva reside no menosprezo aos valores tradicionais, supondo-se que nesse particular não haja afetado apenas as vítimas diretas, mas a segmentos mais amplos da sociedade. O esforço dos educadores liberais há de consistir na ênfase desses valores. Finalmente, critica-se o ensino da matemática moderna em detrimento do aprendizado da aritmética comum. Avaliações específicas indicam que essa mudança não tem qualquer sentido para a vida em sociedade, encarada globalmente, parecendo só ter tido o efeito adicional de afastar ainda mais os pais do processo educacional dos filhos.

A educação permissiva não chegou a interferir nos seculares sistemas educacionais dos países desenvolvidos, mantidos pelo setor público, mas parece ter causado grandes danos à educação pré-escolar. As vítimas desse experimentalismo, por sua vez, resistiam a adaptar-se às instituições convencionais para onde obrigatoriamente acabavam por transferir-se. Naqueles países, o ensino fundamental, compulsório e universal, não é muito rigoroso nas reprovações. Mas o mercado de trabalho atribui enorme importância ao histórico escolar. Na visão dos ingleses aqui considerados, aquele tipo de educação criou os inadaptados com o currículo da escola fundamental, e com seus métodos de ensino, pessoas que, por esse meio, somente causaram danos a si mesmos. Parece muito arraigada a crença em sua responsabilidade no aumento do consumo de drogas entre os jovens. A conclusão é de que o reconhecimento desses reflexos tem contribuído para que a educação permissiva encontre-se em franco recesso.

A denúncia dos estragos proporcionados pela permissividade educacional apontada, muito provavelmente, acabará por enterrar a postura denominada de *politicamente correta*. Na Europa, neste começo de século, procede-se ao enterro do multiculturalismo, tendo em vista que resultou na criação de autênticos guetos, cuja dissolução tem se revelado como imperativa em face da necessidade de combate ao terrorismo.

Ainda que a discussão antes resumida não tenha chegado ao Brasil – e muito provavelmente continuará sendo ignorada pela espécie de liderança educacional que se encastelou nos postos oficiais -- sabe-se que muitas famílias reavaliaram a sua preferência por escolas experimentais permissivas. Muitos professores das escolas tradicionais responsabilizam-nas, também, pelo fenômeno das drogas entre estudantes e igualmente pelo comportamento indisciplinado dos alunos nas classes.

Ainda no que se refere à Inglaterra, não poderia deixar de mencionar a reforma educacional patrocinada por Tony Blair, aprovada em 2006. Tudo indica que se constituirá num marco histórico para toda a Europa. Assinale-se, desde logo, que provocou os mais acirrados debates, deixando divididos os partidos tradicionais, inclusive os trabalhistas, o que de certa forma refletia o estado de ânimo da opinião pública. Essa polarização explica-se plenamente dado que constitui uma reviravolta sem precedentes, a partir mesmo dos princípios de que se louva. Resumidamente, são os seguintes:

1º) Para assegurar níveis educacionais de qualidade e melhores escolas para todos é imprescindível garantir a escolha da escola pelos pais;

2º) Com vistas a assegurar a consecução de tal princípio, introduzem-se mudanças na política educacional tradicional, a saber: a) financiamento público da escola privada de excelência reconhecida pela comunidade; b) autonomia das escolas públicas na seleção de professores e em sua carreira docente, bem como na mobilização de recursos técnicos que entendam necessários; c) transporte gratuito para alunos, provenientes de famílias com menos recursos, desde que a distância a percorrer não ultrapasse 10 km, a partir da residência; e, d) introdução de serviço local com o propósito de mobilizar a comunidade em torno das escolas que lhe atendam.

A reforma considerada coroa a política de introduzir a concorrência entre as escolas situadas nas diversas comunidades, mediante a premiação e o estímulo ao cumprimento de determinadas metas, buscando também, por esse meio, torná-las conhecidas dos pais a fim de permitir a efetividade das escolhas. O delineamento das características do que tem sido denominado de sociedade do conhecimento tem servido, nos diversos países europeus, para patentear a impossibilidade de direção centralizada preparar os jovens para lidar com a nova situação. Agora não basta aprimorar a capacidade de ter acesso à informação --disseminada pelo computador pessoal --mas sobretudo de saber apropriar-se do essencial. Para tanto, a escola precisa familiarizá-los com as linhas mestras do que vimos denominando de cultura geral, como meio de capacitá-los a avaliar com equilíbrio a experiência histórica de cada país. Como igualmente com os outros aspectos definidores da cultura ocidental.

Por fim, o grande evento do mundo educacional de fins do século XX é representado pela Proposta Paideia, que pretende responder à seguinte pergunta: alcançada a meta da educação fundamental, abrangendo até o fim da escola secundária, nada mais há a fazer?

A Proposta Paideia - um manifesto educacional - é um documento que reflete o consenso das principais correntes educacionais norte-americanas e não apenas o ponto de vista liberal. Educadores religiosos, tanto católicos como protestantes, deram seu apoio à

iniciativa. Atuou como coordenador o conhecido humanista Mortimer Adler, diretor do Institute for Philosophical Research. A Universidade Notre Dame, renomada instituição católica, está representada por Otto Bird. Assinam o manifesto, ainda, Douglas Cater, do Institute for Humanistic Studies, Adolph W. Schmidt, do St. John's College, John Van Doren, do Institute for Philosophical Research e Diretor Executivo de Great Ideas Today e diversos representantes da administração escolar ligada ao ensino fundamental. Está dedicado a John Dewey por corresponder ao desenvolvimento pleno das idéias educacionais do grande pensador liberal.

O Manifesto parte do reconhecimento de que o programa formulado pelos educadores do início do século foi alcançado, no que se refere à universalização do ensino fundamental. Com efeito, esse nível de ensino abrange doze séries, geralmente cursadas dos 6 aos 17 anos. Em 1978, a escola fundamental abrigava cerca de 60 milhões de jovens. Para esse mesmo ano, 75,6% dos rapazes e moças com 17 anos cursavam o último ano da High School, sendo a diferença atribuída aos que se adiantaram ou atrasaram.

Ainda assim, na avaliação dos signatários da *Proposta Paideia*, uma parte das escolas optou pelo denominado “ensino vocacional”, que dedica grande parte do tempo escolar ao aprendizado profissional. Essa escolha constitui uma violação frontal dos princípios que norteiam a educação para a cidadania. Além disto, crianças oriundas de famílias carentes chegam à escola com preparo inferior ao conjunto, estando condenadas à condição de retardatárias. A *Proposta Paideia* dirige-se à sociedade americana convocando-a a superar tais problemas, do mesmo modo que outras deficiências registradas pelo sistema. O lema em que se baseia é o seguinte: “a melhor educação para os melhores é a melhor educação para todos”.

A ambição da *Proposta Paideia* é conseguir que o ensino fundamental proporcione educação geral da melhor qualidade. Os que a tenham cursado, isto é, a população em idade escolar, devem estar capacitados para alcançar os seguintes objetivos: 1º) assegurar o desenvolvimento pessoal-mental, moral e espiritual; 2º) tornar-se um cidadão pleno da República; e, 3º) a ganhar a vida de modo responsável e inteligente. A tentativa de treiná-lo para um emprego específico é um atentado às possibilidades individuais. Ao contrário disto, a escola deve facultar as habilidades básicas que são comuns a todo tipo de trabalho numa sociedade desenvolvida.

O currículo deve ser obrigatório para todos, admitida como única exceção a escolha de uma segunda língua. Subdivide-se em três troncos básicos, sendo o primeiro a aquisição de conhecimento organizado mediante o sistema convencional de aulas nas áreas de I) Língua, Literatura e Belas Artes; II) Matemática e Ciência Naturais; e, III) História, Geografia e Estudos Sociais. O segundo tronco é constituído pelo desenvolvimento de habilidades intelectuais, imprescindíveis à aprendizagem, que se alcança pelo exercício repetitivo, compreendendo estas operações: Ler, Escrever, Falar, Ouvir, Calcular, Resolver Problemas, Avaliar, Exercer Julgamento Crítico. Embora não se trate de desenvolver habilidades intelectuais, mas da aquisição de hábitos saudáveis, a esse grupo agrega-se, como matérias auxiliares, educação física e higiene pessoal. Finalmente, o terceiro tronco consiste numa novidade: assegurar a compreensão ampla de idéias e valores mediante a leitura e discussão de livros (diversos livros-texto) e proporcionando, também, o envolvimento em atividades artísticas.

A *Proposta Paideia* justifica pormenorizadamente este programa, que corresponde ao espírito daquilo que há de constituir, de fato, uma nova escola. Trata, além disto, da preparação dos professores e dos diretores. Entende também que os alunos saídos dessa escola renovada, que optarem pela continuação de seus estudos, contribuirão em grande medida para melhorar a qualidade do ensino superior, ao dispensá-lo da necessidade de remediar as deficiências do ensino básico.

A *Proposta Paideia* assim se manifesta quanto ao futuro das instituições livres criadas no Ocidente: “O governo democrático e as instituições de uma sociedade livre são de recente advento no mundo. São tão recentes como a decretação do sufrágio verdadeiramente universal e o esforço para assegurar os direitos civis e humanos a toda população. São bens obtidos no século XX, não antes, conseguidos apenas em alguns lugares deste planeta, não em toda parte.

O que ocorreu em poucos países pela primeira vez no século XX, deu origem apenas às condições iniciais de uma sociedade democrática. Ainda está para ser visto se essas condições serão preservadas e bem usadas e se essas promessas para o futuro serão cumpridas.

Ambas dependem em grande parte de nossa capacidade de melhorar a educação no sentido mais amplo - produzindo um eleitorado educado. Como sabemos, atingir esse

resultado pressupõe um melhor ensino básico para todos, assim como um melhor ensino avançado para alguns.⁽⁸⁾

V – Nota Bibliográfica sobre o confronto entre o ensino público e privado nos EE.UU

Os Estados Unidos criaram um invejável sistema de ensino fundamental, obrigatório para todos, que se ocupa da formação da cidadania. Embora os resultados alcançados por esse sistema sejam extraordinários, os educadores norte-americanos têm em relação a ele uma atitude extremamente crítica. Conforme indicamos precedentemente, a *Proposta Paideia* quer conduzi-lo a um outro patamar, acreditando que, além de conseguir que a população seja letrada e consciente de seus direitos e deveres, possa tornar-se culta. Numa grande medida, esse último objetivo é alcançado pela Universidade, mas abrangendo apenas em parte o conjunto. A elite dirigente da educação americana acredita que “a melhor educação para os melhores é a melhor educação para todos”, sem indagar da possibilidade real de atingir-se essa meta. É um ideal a ser perseguido, sem o que, talvez, o sistema poderia perder o elã. Além dessa questão da cultura geral, tem sido suscitado o tema dos custos e da eficiência. Embora o sistema privado seja diminuto, naquele nível de ensino, efetiva-se acompanhamento sistemático com vistas a estimular a competição e impedir que a escola pública venha acomodar-se. Sendo este um aspecto relevante do debate educacional suscitado pelos liberais, não poderia deixar de consigná-lo aqui.

O ensino fundamental americano absorveu US\$ 132,9 bilhões em 1983, aproximadamente o triplo de 1970 (US\$ 45,7 bilhões, em moeda constante), equivalentes a 4% do PIB. As principais fontes dos recursos são as administrações estaduais (cerca de 45%) e locais (aproximadamente 40%). A colaboração da União é relativamente pequena (6,8% em 1983; 8,7% em 1980). O setor privado corresponde a mais ou menos dez por cento do total.

O ponto mais alto da matrícula foi alcançado em 1970, quando correspondeu a 51,3 milhões (31,6 milhões na escola elementar e 19,7 milhões na high-school). Em 1975, reduziu-se para 50 milhões e, em 1980, para 46 milhões. Essa redução é resultante do envelhecimento da população. Em 1960, 60,7% da população havia completado a high-school, percentual que se eleva a 70,3% em 1970; 83,1% em 1975 e 84,5% em 1980. Os resultados do Censo de 1990 confirmam essa tendência, chegando o contingente a 90%.

O número de professores da escola fundamental supera 2,5 milhões. Em 1983, cerca da metade desse contingente havia concluído o mestrado. O salário médio, em termos reais, alcança cerca de US\$ 22 mil anuais.

O aproveitamento na escola fundamental norte-americana é medido com base no somatório das notas constantes do histórico do aluno. A Universidade não faz vestibular, mas só aceita candidatos cujo desempenho ao longo do ciclo fundamental haja alcançado determinados níveis. Outros mecanismos de avaliação têm sido institucionalizados e nestes é que a escola privada registra melhor desempenho que a escola pública. Tais mecanismos compreendem testes de conhecimentos, análise de custos e relação professor/número de alunos.

A União instituiu o American College Test Program (ACT) que, periodicamente, aplica testes de conhecimentos a grupos selecionados. Os estados de Iowa e Minnesota mantêm programas semelhantes. Embora se trate de amostra e não de pesquisa censitária, os testes sugerem a existência de declínio no conhecimento de matemática e na capacidade de expressar-se. Embora não estivessem voltados, especificamente, para o confronto entre a escola pública e a privada - focalizando, por vezes, a situação de minorias étnicas -, os alunos provenientes dessa última revelam-se mais bem preparados. A escola privada supera a pública no controle dos dispêndios. Na escola pública norte-americana, os custos por aluno, em moeda constante, dobraram entre 1960 e 1983, passando de US\$ 1.598 para US\$ 3.261. Entre 1960 e 1980, a relação professor/número de alunos caiu de 25,7 para 19,0. Essa redução também ocorreu na escola privada.

O principal estudo comparativo entre escola pública e privada apareceu em 1982, sendo da autoria de uma equipe dirigida por James Coleman. Este estudioso alcançou grande nomeada com a publicação, em 1966, de *Equality of Educational Opportunity*, texto que se tornou conhecido como *Coleman Report* e serviu, entre outras coisas, de ponto de partida para o aprofundamento da noção de “igualdade de oportunidades”, de que tratamos em outra parte deste livro (Capítulo sétimo). No livro de 1982, James Coleman, em parceria com Thomas Hoffer e Sally Kilgore, de 1982, conclui que a escola privada revela-se mais eficiente qualquer que seja o ângulo de confronto com a escola pública (*High School Achievement: Public, Catholic and Private Schools Compared*. New York, Basic Books, 1982). A exemplo do *Coleman Report*, de 1966, o estudo comparativo de 1982 também ensejou muitas análises e debates. Os principais textos e análises empíricas foram sumariadas por John E. Chubb e

Terry M. Moe no ensaio “Política, Markets and the Organization of Schools”, aparecido na *American Political Science Review* (volume 82; nº 4, dezembro, 1988). Aqui vamos nos limitar a destacar o que nos parece essencial. Embora não haja termo de comparação possível entre as situações brasileira e norte-americana, no aspecto considerado, e para qualquer país do mundo, alcançar os níveis de desempenho de sua escola pública continua sendo um desafio, é interessante consignar alguns elementos que tenderão a ocupar uma posição de relevo, na medida em que sejamos capazes de sair do atoleiro em que nos encontramos.

A principal conclusão diz respeito à diferença de natureza entre escola pública e privada no que se refere à gestão. As escolas privadas norte-americanas acompanham o desempenho de seus alunos e lutam pela obtenção de determinados resultados, para atender à expectativa da clientela. Esta, de um modo geral, tem integral clareza quanto aos objetivos perseguidos ao encaminhar seus filhos para esse tipo de escola e não está inclinada a contemporizar. Todos têm presente - isto é, gestores e pais - que a questão da qualidade do professorado e material didático e dos cursos é decisiva. Em síntese, a escola particular tem que estar atenta para a circunstância de estar sempre sendo avaliada.

No tocante à escola pública - embora no caso norte-americano a lei e os costumes obriguem a uma permanente cobrança dos pais e esses participem das tarefas escolares, havendo inclusive campanhas públicas neste sentido -, a gestão reflete virtudes e defeitos das instituições democráticas. Os políticos podem colocar ou não a escola entre as suas preocupações permanentes. E ainda que o insucesso nessa esfera possa custar-lhe o mandato, não há nenhum mecanismo compulsório que leve à permanente aferição de resultados.

Os reformistas inclinam-se por duas linhas aparentemente conflitantes: descentralização e redução da autonomia. Num país onde as comunidades estão estabilizadas - estágio ainda não atingido pelo Brasil, desde que, se bem o afluxo do campo para a cidade pareça concluído, prossegue e prosseguirá a migração de uma região para outra -, a escola há de refletir as condições do meio. Onde os pais sejam exigentes e participativos, os resultados tenderão a ser satisfatórios. O que compete é fixar regras de controle, tornando rotineiras as prestações de contas e dando-lhes a devida publicidade. Por essa linha, a descentralização poderá até mesmo estimular a competição entre comunidades. E, quanto à autonomia, trata-se de não deixar ao arbítrio da própria escola questões tão relevantes como a avaliação dos professores.

ANEXO I

O PROGRAMA DE LEITURAS DO ST. JOHN'S

O estudo de humanidades, através da leitura e discussão de livros, é obrigatória na Universidade Americana. Ainda assim, abriga diversos departamentos que acabam influenciando na escolha dos alunos, em detrimento da formação geral. De todos os modos, aquela instituição não forma profissionais, diplomando “bacharel em artes” (isto é, em humanidades, denominadas habitualmente de liberal arts) ou “bacharel em ciências”. Os cursos profissionais são realizados em institutos especiais, ainda que agregados à Universidade e pressupondo a frequência a diferentes disciplinas, nesta última. Diferentemente desse quadro, o St. John's College ministra exclusivamente o curso de humanidades, que por isto mesmo fornece um modelo clássico, amplamente consagrado em todo o mundo. O modelo adotado pela Open University, da Inglaterra, embora goze de idêntica popularidade no Ocidente, difere daquele adotado pelo St. John's College.

Tendo em vista a leitura de mais ou menos as mesmas obras, vale-se de textos introdutórios, além de que seus alunos regulares não estão obrigados a concluí-lo - ou qualquer outro de seus cursos - em número limitado de anos. Além disto, o curso de humanidades da Open tem merecido ampla divulgação, inclusive na televisão.

O St. John's College funciona com dois *campis*, um em Annapolis no Estado de Maryland, e outro em Santa Fé, no Estado de New México. Foi fundado em 1696. Nos primeiros tempos esteve ligado à Igreja Protestante Episcopal e denominava-se King William's School. A atual denominação data de 1784, tendo perdido qualquer característica confessional. Seu curso de graduação, de quatro anos, destina-se a adquirir formação humanista pela leitura dos livros adiante relacionados. Também é parte do aprendizado alcançar familiaridade com os compositores clássicos (Des Prés, Palestrina, Bach, Haydn, Mozart, Beethoven, Schubert, Stravinsky, Webern e Wagner), o estudo de línguas e de matemática, bem como a prática de experiências de laboratório. Mantém ainda curso de pós-graduação. A instituição optou por permanecer como um pequeno colégio, abrigando 375 estudantes em Annapolis e 320 em Santa Fé.

É a seguinte a lista dos livros, segundo os anos:

1º Ano

- Homero - *Ilíada e Odisséia*
- Ésquilos - *Agamenon, As Coéforas, As Eumênidas e Prometeu Acorrentado*
- Sófocles - *Édipo Rei, Édipo em Colônia, Antígona, Filoteto*
- Tucídides - *A guerra do Peloponeso*
- Eurípedes - *Hipólito, Medéia, As Bacantes*
- Heródoto - *História (*)*
- Aristófanes - *As Nuvens, Os pássaros*
- Platão - *Ion, Menon, Górgias, República, Apologia de Sócrates, Criton, Fedon, Symposium, Parmênides, Teeteto, Sofista, Timeo, Fedro.*
- Aristóteles - *Poética, Física (*), Metafísica (*), Ética a Nicômaco (*), A geração e a corrupção, Política, Partes dos Animais (*) e geração dos Animais*
- Euclides - *Elementos*
- Lucrécio - *A natureza das coisas*
- Plutarco - *Vidas paralelas: Péricles e Alcibíades*
- Nicômaco - *Aritmética (*)*
- Lavoisier - *Elementos de Química (*)*
- Harvey - *Movimento do coração e do sangue*
- Ensaio de Arquimedes, Torricelli, Pascal, Fahrenheit, Black, Avogadro e Cannizzaro

2º Ano

- A Bíblia (*)
- Aristóteles - *De Anima, A interpretação (*) Analíticos Posteriores e Categorias (*)*
- Apolônio - *As seções cônicas*
- Marco Aurélio - *Meditações*
- Virgílio - *Eneida*
- Plutarco - *Vidas paralelas (*)*
- Epiteto - *Discursos - Manual*

- Tácito - *Anais*
- Ptolomeu - *Almagesto (*)*
- Plotino - *Eneadas (*)*
- Santo Agostinho - *Confissões, Sobre o Mestre (*)*
- Santo Anselmo - *Proslogium*
- São Tomás - *Suma Teológica (*), Suma contra os gentios (*)*
- Dante - *A divina comédia*
- Chaucer - *Histórias de Canterbury*
- Maquiavel - *O Príncipe, Discursos (*)*
- Copérnico - *Sobre a revolução das esferas (*)*
- Lutero - *A liberdade do cristão, Autoridade secular*
- Rabelais - *Gargantua (*)*
- Montaigne - *Ensaaios (*)*
- Viete - *Introdução à arte analítica*
- Bacon - *Novum Organum (*)*
- Sakespeare - *Ricardo II, Henrique IV, Henrique V, A tempestade, Como gostais, Na noite de Reis, Hamlet, Otelo, Macbeth, Rei Lear, Sonetos (*)*
- Poemas de Marvel, Donne e outros poetas dos séculos XVI e XVII
- Descartes - *Regras para a direção do espírito, Geometria (*)*
- Pascal - *A geração das seções cônicas*
- 3º Ano**
- Cervantes - *Don Quixote*
- Galileu - *Duas novas ciências (*)*
- Hobbes - *Leviatã*
- Descartes - *Discurso sobre o método, Meditações, Regras para a direção do espírito (*), O mundo (*).*

- Milton - *O paraíso perdido, Agonia de Sansão*
- La Rochefoucauld - *Máximas* (*)
- La Fontaine - *Pensamentos* (*)
- Huygens - *Tratado da luz, O movimento dos corpos pelo impacto*
- Spinoza - *Tratado teológico-político*
- Locke - *Segundo tratado do Governo, Ensaio sobre o entendimento humano* (*)
- Racine - *Fedra*
- Newton - *Principia Mathematica* (*)
- Kepler - *Epítome IV*
- Leibniz - *Monadologia, Discurso da Metafísica, Que é natureza? Ensaio sobre dinâmica.*
- Swift - *As viagens de Guliver*
- Berkeley - *Princípios do conhecimento humano*
- Hume - *Tratado da natureza humana* (*) *Diálogos sobre a religião natural, Inquérito sobre o entendimento humano*
- Rousseau - *Contrato social - A origem da desigualdade*
- Adam Smith - *A riqueza das nações* (*)
- Kant - *Crítica da Razão Pura* (*), *Fundamentação da metafísica dos costumes, Crítica da Razão Prática* (*)
- Jane Austen - *Orgulho e preconceito, Emma*
- Woodsworth - *Ode aos índios de imortalidade*
- Hamilton, Jay e Madison - *O federalista* (*)
- Melville - *Billy Budd, Benito Cereno*
- Dedeking - *Ensaio sobre a teoria dos números*
- Tocqueville - *A democracia na América* (*)
- Ensaios de Young, Maxwell, S. Carnot, L. Carnot, Mayer, Kelvin, Taylor, Euler, D. Bernoulli.

4º Ano

- Artigos de *A Confederação, Declaração da Independência, Constituição dos EE.UU, Decisões da Suprema Corte.*
- Molière - *O misantropo, Tartufo*
- Goethe - *Fausto (*)*
- Mendel - *Experimentos na hibridização das plantas*
- Darwin - *Origem das espécies, A descendência do homem*
- Hegel - *Introdução à História da Filosofia, Prefácio da Fenomenologia, Lógica (da Enciclopédia) Filosofia da História (*), Filosofia do Direito (*)*
- Lobatchevsky - *Teoria das paralelas (*)*
- Tocqueville - *Democracia na América (*)*
- Lincoln - *Discursos seletos*
- Kiekegaard - *Fragmentos filosóficos, Temor e tremor*
- Marx - *Manifesto Comunista, Capital (*), Manuscritos políticos e econômicos de 1844 (*)*
- Dostoievski - *Os irmãos Karamazov, os Possessos*
- Tolstoi - *Guerra e Paz*
- Mark Twain - *A aventuras de Huckleberry Finn*
- William James - *Livro texto de Psicologia*
- Freud - *Introdução geral à psicanálise; A civilização e seus males; Sobre princípio do prazer;*
- Nietzsche - *O nascimento da tragédia, Assim falava Zaratustra (*). Sobre o bem e o mal (*)*
- Valéry - *Poemas seletos*
- Kafka - *O processo*
- Heisenberg - *Princípios físicos da teoria quântica (*)*
- Millikan - *O elétron (*)*

Wittgenstein - *Investigações filosóficas* (*)

Keynes - *Teoria geral*

Joyce - *O morto (conto de Os dublinenses)*

Poemas de Yeats, T. S. Eliot, Wallace Stevens, Baudelaire, Rimbaud e outros;
Ensaio de Faraday, Lorentz, J. J. Thompson, Whitehead, Minkowsky, Rutherford, Einstein,
Davidson, Bohr, Schrödinger, Maxwell, Berhard, Weimann, Millinkan, de Broglie,
Heisenberg, John Maynard Keynes, Driesch, Boveri, Mendel, Teilhard de Chardin

(*) *Leitura parcial*

ANEXO II

PESQUISA BÁSICA E PESQUISA APLICADA

De acordo com a National Science Foundation, a pesquisa básica “compreende projetos de pesquisa que representam uma investigação original com vistas ao avanço do conhecimento científico e que não têm objetivos comerciais específicos”. A organização desse tipo de pesquisa em instituições a esse fim destinada é fenômeno relativamente tardio no curso do desenvolvimento dos países industrializados.

Originalmente, os pesquisadores eram indivíduos criativos que atuavam isoladamente, sendo estimulados pelas sociedades científicas. Seu objetivo era aprofundar o conhecimento dos processos naturais aplicando os métodos quantitativos consagrados pela física moderna. No século XIX, a Universidade Alemã procurou institucionalizar a investigação científica, criando a figura do pesquisador e facultando-lhe os meios para a realização do seu trabalho. Estavam lançadas as bases para a organização de grandes laboratórios devotados à pesquisa básica.

Paralelamente, os inventores de máquinas e de artefatos acabam aproximando-se da grande indústria, ao tempo em que alguns indivíduos de talento cuidavam de promover a aplicação da pesquisa científica aos processos industriais. Considera-se como pioneiro nessa esfera a Thomas Edson, que criou nos Estados Unidos o que se considera tenha sido o primeiro laboratório dedicado à pesquisa industrial, em 1876. Pouco depois, em 1886, Arthur D. Little organizou sua empresa, devotada ao sonho a que dedicou toda a sua vida: a aplicação

da ciência à indústria. Inspirada em tais exemplos, as próprias empresas organizam seus laboratórios. São consideradas precursoras: Eastman Kodak, cujo laboratório se instalou em 1893; em 1895, seria a vez da B. F. Goodrich; em 1900, da General Electric e em 1902 da Dupont. O laboratório da Bell Company, que se tornou um dos mais importantes do mundo - e uma espécie de modelo, pela forma que se indicará - foi fundado em 1907.

Na época da Primeira Guerra Mundial, existiam cerca de 100 laboratórios de pesquisa em indústrias dos Estados Unidos. Na década de sessenta, seu número já ascendia a 5.400. Explosão análoga ocorre na Inglaterra e na Alemanha.

Sobretudo neste pós-guerra, algumas grandes indústrias criam os seus próprios laboratórios de pesquisa básica e procuram aproximá-los das linhas de pesquisa aplicada que já mantinham. As formas dessa aproximação são as mais diversas. No caso da Bell Company, os pesquisadores dedicados à pesquisa básica indicam aqueles resultados, obtidos em seu trabalho, que poderiam ser reproduzidos e, portanto, patenteados. Destes, a companhia seleciona aqueles que serão estudados e desenvolvidos pelo pessoal devotado à pesquisa tecnológica. Graças à feliz combinação dos dois grupos, a Bell Company liderou, no período recente, os principais progressos ocorridos na esfera das comunicações, notadamente o emprego de satélites.

Outra forma de conjugação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada é a adotada pela Monsanto Chemical Corporation. A Monsanto mantém um Laboratório Central, incumbido da pesquisa básica, e conjugado a laboratórios dedicados a desenvolver produtos e processos nas seguintes divisões: Agricultura, Hidrocarbonos, Química Orgânica, Plásticos e Química Inorgânica. Considera-se empreendimento muito bem-sucedido.

De todos os modos e por maior que seja a conjugação, são autônomos os grupos que se ocupam da pesquisa básica e os que se acham voltados para a pesquisa tecnológica, também denominada de aplicada ou industrial. Achando-se associados a grandes empresas, estes últimos não trabalham apenas a partir de resultados obtidos na pesquisa básica, mas também de exigências de aprimoramento das próprias linhas de produção que a empresa mantém.

Para atender à singularidade representada por essa conjugação, a National Science Foundation define o tipo descrito desse laboratório como aquele que inclui “projetos de pesquisa que representam investigação direcionada para a descoberta de novos conhecimentos

e que têm objetivos comerciais específicos com respeito a determinados produtos e processos”.

Considera-se que o ponto de partida para a aproximação, em grande escala, entre pesquisa básica e pesquisa aplicada tenha sido o chamado Projeto Manhattan, organizado em 1942, tendo entre os seus objetivos a fabricação da bomba atômica. Antes de ter sido vislumbrada aquela possibilidade, os cientistas estudavam radiação cósmica, como desdobramento dos estudos que visavam a novos conhecimentos acerca do comportamento dos fenômenos elétricos. Da medida da radiação cósmica, obtida em diferentes altitudes, evoluiu-se para a chamada aceleração de partículas. Tal investigação é que permitiu chegar-se a hipóteses relativas à desagregação do núcleo atômico. No caso do Projeto Manhattan não se deu apenas uma perfeita conjugação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada como muitos dos cientistas que estavam dedicados à pesquisa básica e desinteressada acabaram atraídos para aquele empreendimento.

Subseqüentemente, a aceleração de partículas ganhou grande desenvolvimento, vindo a denominar-se de Física de Partículas. Continuou facultando subprodutos na esfera tecnológica, podendo-se apontar o exemplo da tecnologia de supercondutores e inovações nas áreas de robótica, mecânica fina, rede de comunicações, arquitetura de computadores, bem como na área médica, através da radioterapia com mésons Pi e reconstrotores de imagens, que não têm os efeitos colaterais dos aparelhos de Raios X.

O crescimento da pesquisa em grande laboratórios - que alguns estudiosos denominam de *big science* - não eliminou o papel dos inventores independentes. J. Jewkes, D. Sawers e R. Stillerman, que estudaram os avanços científicos e tecnológicos ocorridos neste século, consideram que, tomando-se os 61 mais significativos dentre eles, cerca de metade foram produzidos por indivíduos que não faziam parte de qualquer dos grandes laboratórios. Ainda assim, acredita-se que essa proporção tende a diminuir, levando-se em conta os custos crescentes exigidos pela pesquisa. Tomando-se a totalidade das patentes, nos Estados Unidos, em 1900, aproximadamente 80% eram individuais; em 1957, essa proporção havia caído para 40%.

Inventores independentes têm se agregado a grandes organizações para levar a bom termo suas pesquisas. É comum invocar-se o exemplo do químico francês Jacques Brandenberg, inventor do celofane, que começou trabalhando sozinho e acabou associado à

grande indústria. É também errônea a impressão de que os inventores autônomos são pessoas criativas e sem maior qualificação técnica. Os mais bem-sucedidos são, ao contrário, pessoas altamente qualificadas, como Leo Baekeland, que inventou o FM; Edwin Lande, que inventou a câmera Polaroid, e assim por diante.

Nos países desenvolvidos, a pesquisa industrial é, em geral, orientada pelas solicitações de mercado. Na medida em que os custos envolvidos em tais pesquisas se avolumam, firmas de países diversos associam-se para atuar conjuntamente.

A principal vantagem na conjugação entre pesquisa básica e pesquisa aplicada consiste no fato de que os investimentos em tecnologia passam a ser liderados pela indústria, louvando-se de critérios realistas para definir prioridades. Adicionalmente, a confecção de protótipos é desde logo concebida em termos de linhas de produção, cuidando-se do ferramental. Nos projetos conduzidos em instituições do tipo da Universidade ou assemelhadas, como ocorre no Brasil, a tendência é que a iniciativa se esgote nos protótipos, porquanto os dispêndios exigidos por sua produção em série são sempre tão ou mais vultosos que os requeridos pela pesquisa tomada isoladamente.

NOTAS

- (1) O ensino secundário no Império Brasileiro, São Paulo, EDUSP, 1972.
- (2) *A cultura brasileira*, 5ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1971, p. 727/728.
- (3) A tentativa de criar uma universidade que se ocupasse da formação humanista e do estudo desinteressado da ciência, embora tivesse alcançado resultados promissores, não teve continuidade. O balanço dessa experiência pode ser encontrado em A. Paim. *A UDF e a idéia de Universidade*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981 e, em relação aos primeiros tempos da USP, em Simon Schwartzman. *Formação da comunidade científica no Brasil*, FINEP/Editora Nacional, 1979.
- (4) A experiência deste pós-guerra, sobretudo norte-americana, veio comprovar não serem incompatíveis os objetivos dos educadores católicos (preservar o caráter humanista da cultura) e a corrente formada a partir de Dewey, enfatizando o papel da ciência. O debate teórico entre os dois grupos, de certa forma resumido no livro *A educação para o homem moderno*, de Sidney Hook (trad. brasileira, Zahar, 1965), permitiu concluir que a ciência é parte do ensino geral de humanidades em seu aspecto histórico. As ciências aplicadas é que se destacam para permitir a formação profissional.
- (5) A defesa da diversificação – fundamentando-se na experiência dos principais países europeus e dos Estados Unidos – é empreendida por Leonardo Prota no livro *Um novo modelo de Universidade* (São Paulo, Convívio, 1987).
- (6) Nessa matéria, o maior escândalo ainda é o monopólio do exercício da profissão de jornalista por pessoas diplomadas.

- (7) A pesquisa desenvolvida em nossas universidades limita-se a repetir o que já foi feito nos países desenvolvidos, segundo linhas escolhidas arbitrariamente, sem anuência dos interessados, isto é, dos que contribuem, através de impostos, para torná-las factíveis. Desconhece-se qualquer descoberta relevante que haja resultado de tais pesquisas, para não falar do fato de que, embora a nossa comunidade científica seja excessivamente pretensiosa, nunca mereceu nenhum Prêmio Nobel nem parece cogitar desse tipo reconhecimento, contentando-se com a autopromoção.
- (8) *The Paideia Proposal* foi editada pelo Institute for Philosophical Research, em 1982. A tradução brasileira, de responsabilidade da Editora Universidade de Brasília, é de 1984.

CAPÍTULO SEXTO

MOMENTOS DESTACADOS DO DEBATE DA QUESTÃO SOCIAL ENTRE OS LIBERAIS

I – O caráter relativo da pobreza, segundo Tocqueville

Em matéria de discussão teórica do tema da pobreza, no Brasil, estamos apenas engatinhando.⁽¹⁾ Há, naturalmente, uma larga tradição de apresentar a burocracia estatal como sendo possuidora de uma espécie de delegação para defender os pobres. O curioso é que, exercitando essa delegação há mais de cinqüenta anos, o quadro somente se tenha agravado, se nos louvamos de suas próprias indicações.

Talvez seja possível chegar-se a um diagnóstico mais equilibrado se tivermos presente as indicações de Alexis de Tocqueville (1805/1859) relativas ao que chamou de “paradoxo da pobreza”. Sua observação seria feita depois da visita que fez à Inglaterra em 1883, no texto *Mémoire sur le paupérisme*, obra que vem de merecer uma oportuna edição brasileira, a cargo do embaixador Meira Penna e de Ricardo Vélez Rodriguez, com a denominação de *Ensaio sobre a pobreza* (Rio de Janeiro, UniverCidade/Instituto Liberal, 2003, com ensaios introdutórios dos indicados e de Gertrude Himmelfarb)

Na obra indicada, afirma: “Quando se cruza os vários países da Europa, somos surpreendidos por um espetáculo extraordinário e aparentemente inexplicável. Os países que aparecem como os mais empobrecidos são aqueles que, na realidade, abrigam menores quantidades de indigentes e, entre os povos mais adiantados por sua opulência, uma parte da população é obrigada a contar com as dádivas de outros para sobreviver”.

O país mais opulento é a Inglaterra. O turista encontra ali magníficas estradas e novas habitações, prados cultivados, fazendeiros prósperos, enfim, recursos materiais inexistentes em qualquer outra parte, tudo isto em meio ao sentimento universal de prosperidade. Descobre, contudo, com indisfarçável perplexidade, que “um sexto dos habitantes deste florescente reino vive às expensas da caridade pública”.

A perplexidade é tanto maior quando essa estatística é comparada a outros países, a exemplo de Portugal, nação em que a terra é pouco cultivada e o povo, ignorante e mal alimentado, veste-se e mora pobremente. Ainda assim, o número de miseráveis é

insignificante: um em cada vinte e cinco, segundo certas estimativas, e um em cada cem, segundo outras. Observa ainda que “o inglês pobre parece abastado ao francês pobre e o último é encarado do mesmo modo pelo pobre espanhol”.

Para Tocqueville, o paradoxo advém do alargamento do conceito de pobreza, em decorrência do progresso material resultante da indústria e do crescimento das cidade. Nos ciclos anteriores, a pobreza consistia em não ter o que comer. Na Inglaterra de seu tempo, “a pobreza é causada pela carência em relação a múltiplas coisas”.

Do ângulo em que se situa Tocqueville, a pobreza que a sociedade industrial faz sobressair não seria maior que a existente no feudalismo, onde a maioria encontra-se ao nível da subsistência, enquanto apenas uma pequena parte da sociedade tem acesso ao luxo. Mais explicitamente: os parâmetros adotados para medir a primeira diferem integralmente quando se trata da última.

De sorte que, a partir das indicações de Tocqueville, podemos afirmar que o Brasil de hoje não é mais pobre que a sociedade existente antes do último pós-guerra. Com a ampliação da classe proprietária e a emergência de uma grande classe média formadora de amplo mercado de consumo, o contraste com o mundo da pobreza tornou-se mais flagrante. Essa evidência, contudo, não deve levar à perda da serenidade ou à suposição de que o Estado deva assumir a tarefa de erradicar a pobreza no país. Lamentavelmente, por trás de cada programa distributivista sempre há algum beneficiário esperto, além de que fomenta a corrupção estatal. ⁽²⁾ Deve haver outras alternativas. Para encontrá-las, permito-me resumir aqui a trajetória do grande debate que se travou nas nações industrializadas a respeito do tema. Sem percorrer esse caminho do adequado enunciado teórico, dificilmente chegaremos a qualquer lugar.

II – O enfrentamento pelos liberais da questão social

1. Primazia liberal no equacionamento do tema

No Brasil ainda se supõe que o interesse pela questão da pobreza, no período da revolução industrial, haja emergido com o aparecimento dos socialistas. Na verdade, foram os liberais que a discutiram, pela primeira vez, em termos modernos, como procuraremos mostrar.

Carlos Marx nunca imaginou que o capitalismo viesse a proporcionar distribuição de renda, afirmando ao contrário que daria lugar a um pólo de miséria absoluta, tendo no outro extremo reduzido contingente de ricos. Parte dos socialistas reconheceu que essa previsão estava equivocada e não se opôs às vantagens proporcionadas aos operários pelo governo de Bismarck, na Alemanha, do mesmo modo que às patrocinadas pelos liberais na Inglaterra. Entretanto, do mesmo modo que os comunistas, os socialistas (democráticos) nunca reconheceram que a sociedade industrial estava caminhando na direção do que se convencionou denominar de “sociedade afluyente”, onde a renda estaria majoritariamente em mãos das camadas médias. Quando se depararam com o fenômeno batizado de distribuição de renda, passaram a atribuir-lhe dimensão moral, de que não cogitaram os capitalistas. E assim o tema mergulhou na maior obscuridade. Para considerá-lo de forma adequada, vamos nos limitar neste capítulo à reconstituição do processo segundo o qual os liberais entenderam a questão social. O tema da distribuição de renda e da construção do *Welfare* ficará para o próximo capítulo.

São os seguintes os momentos destacados do debate da questão social entre os liberais: 1º) No século XIX, na oportunidade do Poor Law Report (1834) e ao longo da Era Vitoriana; 2º) Lançamento das bases teóricas do sistema de seguridade social, durante o governo de Lloyd George, no início do século XIX; e, 3º) Na crise de 1929 e seus desdobramentos. Na atualidade, fixaram-se plenamente os contornos de dois modelos de seguridade social: norte-americano e europeu, questão que também deixaremos para o próximo capítulo.

1. The Poor Law Report (1834)

O posicionamento do liberalismo em face da questão da pobreza exigiu prolongados debates e discussão teórica em profundidade. O primeiro embate ocorreu na Inglaterra em torno do *The Poor Law Report*, elaborado em 1834 por uma Comissão Governamental. Em sucessivas oportunidades essa discussão tem sido tomada como ponto de referência, notadamente no curso das reformas levadas a cabo em decorrência da vitória liberal de 1906.

A discussão a propósito do *The Poor Law Report* vem de ser brilhantemente resumida no estudo *The Idea of Poverty. England in the Early Industrial Age*, de Gertrude Himmelfarb (Nova Iorque, Vintage Books, 1985).

Desde Elisabete I (1533/1603), cujo reinado iniciou-se em 1558, o país dispunha de leis de proteção aos pobres e de vários serviços oficiais para ampará-los. Na medida, entretanto, em que os protestantes evoluem no sentido de reconhecer na riqueza um indício de predestinação, tais disposições não poderiam deixar de ser contestadas. Visitando o país em 1766, Benjamin Franklin afirmaria o seguinte: “Não há nenhum país no mundo onde se tenham estabelecido tantas proteções favorecedoras dos pobres; tantos hospitais para recebê-los quando adoecem, fundados e mantidos pela caridade voluntária; tantos albergues para idosos de ambos os sexos, juntamente com a solene lei feita pelos ricos para sujeitar-se a pesadas taxas a ele destinada. Em síntese, ofereceis um prêmio ao encorajamento da preguiça e não podem agora surpreender-se de que tenha tido por efeito incrementar a pobreza.”

A reforma encetada na década de trinta do século passado tinha muito a ver com os sentimentos da sociedade. Sendo a caridade uma virtude cristã e grave pecado deixar de exercitá-la, o amparo às pessoas necessitadas, sobretudo quando colhidas por alguma inesperada armadilha do destino, não deve ser impeditiva de que o beneficiário construa o seu próprio caminho. Notadamente quando este se constitui numa forma precisa de relacionamento com a divindade e de sondagem de sua sagrada vontade.⁽³⁾

Além da renovação das tradições religiosas, ocorridas no século anterior, a Revolução Industrial, por sua vez, introduzira grandes mudanças no corpo social. Fizera emergir centros urbanos vinculados às manufaturas, quando, até então, o comércio é que animava a vida das cidades e impulsionava o seu crescimento. O número de pessoas ricas ou medianamente abastadas ampliou-se de modo significativo, servindo para fixar o que Tocqueville denominou de *paradoxo da pobreza*. Tocqueville tem em vista o fato de que o processo de diversificação da sociedade mais rica, que era a Inglaterra, fez sobressair a pobreza de uma forma tão destacada a ponto de ocorrer um verdadeiro contraste com os países efetivamente pobres.

The Poor Law Report despertou enorme interesse em seu tempo e mesmo depois, notadamente quando o Parlamento retomou o assunto com as reformas iniciadas em 1906. Antes de aparecer em sua versão integral, publicou-se um resumo, do qual segundo Himmelfarb, venderam-se 15 mil cópias. Ao que acrescenta: “no ano seguinte, o relatório oficial foi publicado. Consistia de um volume muito bem redigido, com 200 páginas de texto, de que se venderam 10 mil exemplares, além de outros 10 mil distribuídos às autoridades paroquiais. Seguiu-se a edição de 15 volumes de depoimentos, respostas a questionários e outros textos; se estes foram adquiridos em menor quantidade e muito menos lidos, sua existência deu grande crédito e autoridade ao próprio Relatório. Finalmente, apareceu o próprio texto do *Poor Law Amendment Act*, de 1834. Cada um desses documentos foi comentado, analisado, criticado, sumariado, assimilado e resumido, contribuindo para aumentar a volumosa literatura dedicada ao tema.”⁽⁴⁾

A principal preocupação do novo estatuto consistia em estabelecer uma nítida distinção entre *pobreza e indigência*. A tradição legal na matéria, que remonta a Elisabete I, apontava nessa direção, já que, além do amparo aos necessitados, buscou-se subseqüentemente proteger a situação dos aprendizes, domésticos e trabalhadores em geral. Persistia, entretanto, uma grave ambigüidade.

Agora quer-se estabelecer uma separação precisa entre indigência - “o estado da pessoa incapaz de obter, em retribuição ao seu trabalho, os meios de subsistência” - e a pobreza, definida como sendo “o estado daqueles que, para obter a própria subsistência, são obrigados a recorrer ao trabalho”. A indigência compreende os incapacitados a manter-se por si mesmos, de igual modo que os velhos e os enfermos. O apoio a essas pessoas não deve ficar na dependência apenas da caridade privada, devendo resultar “de um sistema público e legal de amparo, mantido por contribuições compulsórias”.

No entendimento dos autores da reforma, a ausência de tal distinção induzia a todos os pobres a considerar-se com direito a receber uma “subsistência razoável, justa ou adequada”. A ilusão assim criada tornara-se fonte de insatisfações e, portanto, de violências.

A alternativa para semelhante indefinição era a idéia de contrato. Os trabalhadores faziam jus não a “uma remuneração razoável, justa ou adequada”, concebida abstratamente, mas a um contrato onde estivesse claramente estabelecido o seu salário, a partir do qual estariam fixados os níveis da própria subsistência, do mesmo modo que os limites de suas expectativas. Paralelamente, os salários trazem também o senso de responsabilidade e independência, desde que os termos obtidos para a sua remuneração indicam claramente que é responsável pela manutenção da família. como igualmente pelo nível de bem-estar que lhe deve proporcionar.

The Poor Law Report afirma ainda que a inexistência de uma relação direta entre o bem-estar da família, e os salários, determinados mediante contrato, constituía uma flagrante violação da lei da natureza, segundo a qual os efeitos da imprevidência de cada homem devem recair sobre eles mesmos e sua família, de igual modo como serão os próprios beneficiários de sua virtude e diligência. A ausência da noção de que a subsistência depende do trabalho envolve obrigatoriamente a perda do respeito por si mesmo e pela ocupação, de que acabam se desincumbindo “com a relutância do escravo”. A conclusão está vazada em termos tais que Himmelfarb não se furta a transcrever as próprias palavras do relatório: “Por esse caminho, tornam-se preguiçosos, indolentes, ignorantes, ociosos, desonestos, fraudulentos, inúteis, dissolutos, degradados e ainda indiferentes à própria degradação.”

Da colocação de todos num mesmo saco, resultava a desmoralização daquelas trabalhadores que, pela própria natureza, não eram irresponsáveis.

A idéia central da reforma consistia em fazer com que a condição de indigente se tornasse “menos elegível” que a do trabalhador em busca do próprio sustento. Assim, ao invés de fixar arbitrariamente níveis mínimos de subsistência,⁽⁵⁾ a lei estabeleceu que para, fazer jus ao auxílio oficial, o indigente era obrigado a agregar-se a uma das casas de trabalho a serem mantidas oficialmente, salvo os que não pudessem fazê-lo por disposição médica. Esse princípio eliminava a necessidade de fixação de critérios de difícil mensuração quanto à real situação de indigência. Por si mesmo, o beneficiário devia decidir se aceitava afasta-se do

convívio social. Este era o ônus da troca dos riscos da independência pela segurança facultada aos indigentes.

O estabelecimento das casas de trabalho e a subsequente organização do correspondente aparelho burocrático para mantê-las e dirigi-las correspondia a uma clara violação dos princípios do *laissez-faire*. Ao apresentar o projeto no Parlamento, o Ministro do Tesouro admite tal violação e refere expressamente a regra de que todos devem garantir a própria subsistência. Mas invoca em seu favor o dever religioso e humanitário de apoiar aqueles que, de fato, estejam incapacitados para prover a sua manutenção. Esse aspecto serviu para sustentar uma oposição ao novo instrumento legal.

Himmelfarb assinala a circunstância de que a nova Lei dos Pobres tenha merecido uma ampla divulgação. Apenas uma dessas iniciativas, que consistia numa publicação apresentando cada um de seus aspectos em forma de diálogo popular, conseguiu atingir a universo estimado em cerca de 150 mil pessoas. Afora a grande celeuma que a própria lei viria a suscitar de forma renovada e incessante.

2. O debate da pobreza na Inglaterra Vitoriana

O interesse da discussão verificada na Inglaterra advém do fato de que o problema viria a ser considerado de vários ângulos, permitindo identificar aqueles aspectos que o sobrecarregavam indevidamente e dificultavam, por isso mesmo, a sua adequada compreensão. Encontra-se nesse caso a questão das condições de vida nas cidades. O debate fez sobressair o que mais tarde viria a ser denominado de *valores urbanos*, a partir dos quais devolveram-se novas concepções sanitárias e da medicina. O vezo de encarar os pobres como vítimas da sociedade também teve seu momento.

Tudo isto permitiu que se amadurecesse, no seio do liberalismo, a consciência da necessidade de considerar, de modo autônomo, a chamada questão social. Desse amadurecimento daremos conta no tópico subsequente, limitando-nos, no presente, a focalizar o essencial do debate.

No curso da oposição à nova Lei, Disraeli (1804/1881), que se tornaria chefe do Partido Conservador e Primeiro Ministro em sucessivas oportunidades,

avançou um argumento que estava destinado a alcançar grande sucesso. Disse ele considerar que a mencionada lei “havia desgraçado o país mais que qualquer outra iniciativa. Sendo um atentado moral e um erro crasso, anuncia ao mundo que, na Inglaterra, a pobreza é um crime”. Para Disraeli e, em geral, a liderança conservadora e a imprensa que os apoiava, as Casas de Trabalho não passavam de uma prisão disfarçada. Assim, desde o nascedouro, as casas de trabalho viram-se estigmatizadas. Com o correr do tempo, acabaram consagradas como locais de extrema crueldade, não obstante a aparência de limpeza e higiene que se esmeravam por ostentar.

Embora nessa altura os dois grandes partidos ingleses fossem sobretudo blocos parlamentares e não houvesse entre eles as distinções nítidas que a subsequente discussão do livre-cambismo e das reformas eleitorais iria estabelecer, a idéia de que a pobreza não se resumia a uma questão de caráter religioso ou moral, requerendo um posicionamento político e legal, ficou desde logo associada ao Partido Liberal. Do mesmo modo que a distinção entre pobre e indigente, bem como a importância atribuída ao contrato de trabalho. Mais tarde os liberais iriam desenvolver plenamente uma posição autônoma em relação à questão do trabalho, como veremos oportunamente, sem perder de vista os princípios fixados a partir da discussão suscitada pela Lei dos Pobres de 1834.

No momento de sua aprovação, não havia na Inglaterra correntes socialistas distintas ou afeiçoadas ao movimento trabalhista, como ocorreria notadamente na segunda metade do século. O *ludismo* não tinha qualquer futuro, em que pese o sucesso inicial. Contudo, autores ligados ao que Himmelfarb denomina de *populismo*, como William Cobbett, posicionavam-se abertamente contra a nova legislação. Na medida em que se formam correntes definidas e estruturadas, os socialistas não revelariam maior interesse pela questão dos desafortunados, que os liberais consideraram de forma distinta do mundo do trabalho.

No ciclo subsequente, a pobreza estará associada às condições da vida urbana, tornadas dramáticas pelas epidemias.

A novidade representada pela Revolução Industrial consiste no fato de que a indústria exigia grandes contingentes de mão-de-obra e enorme variedade de serviços correlatos, como a construção, o abastecimento e o transporte, concentrando a massa humana correspondente numas poucas localidades. Para avaliar-se a intensidade de tal crescimento, apresenta-se o exemplo das principais cidades inglesas:

Cidades	População 1801	(mil pessoas) 1861	Crescimento no período (%)
Londres	959	2.804	192
Liverpool	82	444	441
Manchester	77	358	365

A situação de tais aglomerações, para usar a expressão de Seaman, “era dramatizada pelo cólera”. Ao que acrescenta: “Desde sua primeira aparição em Suderland, em 1831, até os anos sessenta, o cólera era com freqüência epidêmica; na epidemia de 1848/1849 matou cerca de 130 mil pessoas” (Victorian England, Londres, Methuen, 1973, p. 48). A propósito dessa peste vigorava, na época, a denominada teoria miasmática, segundo a qual a doença tinha origem em emanações pútridas de zonas pantanosas e se espalhava pelo vento. Coube a um médico londrino, Dr. John Snow, a descoberta de que a doença se difundia pela infiltração de esgoto, produzido por pessoa contagiada, na água utilizada por outras pessoas. Em 1885, conseguiu estancar uma epidemia em bairro de Londres, que já havia morto mais de 500 pessoas, interditando o poço em que a população local se abastecia de água. Mais tarde, em 1866, outra prova empírica pode ser estabelecida em Londres, o mesmo ocorrendo em outras cidades, a exemplo do cólera que se abateu sobre Hamburgo, em 1892, poupando a população vizinha de Altona. Esta já dispunha então de abastecimento de água filtrada.

Além do cólera, as cidades eram varridas por epidemias de tifo e febre amarela, provocando a disenteria elevados níveis de mortalidade infantil. Tais eventos geravam pânico e desorganizavam a vida urbana.(6)

A teoria miasmática relativa ao cólera tinha o apoio de personalidades muito prestigiadas e foi preciso uma grande celeuma para que a Inglaterra se movesse na direção do que depois se denominou de saneamento básico. O documento essencial nesse sentido corresponde ao *Public Health Act* de 1866. Esse instrumento legal autorizou as autoridades a fiscalizar as condições sanitárias das habitações e das construções em geral, atentando para aspectos tais como ventilação; esgotamento sanitário e qualidade do abastecimento de água.

As medidas sanitárias introduzidas nas cidades lograram erradicar as epidemias de cólera e febre amarela. Reduziu-se radicalmente a incidência de enfermidades com tifo e desintéria. Os índices de mortalidade por tais enfermidades baixaram de modo sensível.

Ao mesmo tempo, as próprias cidades são reconstruídas para assegurar maior circulação de ar e abertura de parques e jardins. Das preocupações com a higiene e a saúde resulta a disseminação da prática do esporte. Até então, as competições desportivas constituíam uma sociedade de espetáculo freqüentado por determinados setores da sociedade. A partir da remodelação das cidades, que começa nas últimas décadas do século passado, seus habitantes são sucessivamente estimulados à realização de atividades desportivas, que passam de simples evento na esfera do lazer para tornar-se hábito difundido entre a população urbana.

A par dos aspectos sanitários antes resumidos, a questão da pobreza nos novos centros industriais foi sobrecarregada por toda uma série de problemas correlatos, na medida em que se tornou objeto da preferência de alguns escritores românticos. Como recorda Seaman no livro antes mencionado, contribuíram para a popularização de uma caricatura da Era Vitoriana como o período histórico em que emergem os horrores dos sistema fabril e a exploração da classe operária ou como uma fase de hipocrisia moral e de crueldade com as crianças. Entre os autores que nos legaram tal visão sobressai Charles Dickens (1812/1870). Folhetinista de sucesso,⁽⁷⁾ muito jovem, aos 25 anos, está entre os que mais divertem. As aventuras do sr. Pickwick, que aparecem em capítulos no *Morning Chronicle*, em 1837, o maior jornal de circulação no país,⁽⁸⁾ contam episódios muito engraçados do herói que dá título à história e seu criado Sam Weller, fazendo emergir do texto personagens inesquecíveis. Escreveu-se na época que a Inglaterra ri e chora com as aventuras do personagem de Dickens.

Subseqüentemente Dickens dá preferência a figuras de pessoas pobres, vítimas de incompreensões e injustiças. *Oliver Twist* (1838) é o relato da vida de um menino órfão que vive num asilo com outras crianças e se vê envolvido com marginais. O ambiente do reformatório é opressivo. Mas é em *David Copperfield* (1850) que ataca com veemência as instituições de seu tempo, as escolas onde só vê maus tratos, as condições de trabalho que lhe parecem dantescas. Revolta-o, sobretudo, o encarceramento por dívida de que fora vítima o próprio pai, acarretando uma situação terrível para a sua família, quando o autor tinha doze anos e viu-se obrigado a enfrentar a luta pela sobrevivência. As vítimas são figuras angelicais e o leitor é induzido a revoltar-se contra a sociedade.⁽⁹⁾

Himmelfarb chama atenção para o fato de que, na Era Vitoriana, os folhetinistas não se limitavam aos que romantizavam os pobres. Invoca o exemplo de Ernest Jones, cujo folhetim *Woman's Wrong* (1852) vendia tanto quanto Dickens. Jones pretende expressamente “pintar a vida como ela é, sem recurso à fantasia poética ou aos sonhos dos romancistas”. O herói (ou vilão) é um operário bêbado, violento, bestial, que espanca a mulher, sendo em relação a esta mais cruel que o patrão em relação aos seus empregados, além de que assiste impassivelmente à decadência da filha. Esta, seduzida pelo patrão, torna-se prostituta. Na novela não aparece, entretanto, como uma vítima da sociedade, mas como uma pessoa tão desagradável e vil como o pai. O único caráter simpático era a esposa explorada.

Encarada na perspectiva histórica, a Era Vitoriana está longe de corresponder a um período de exacerbação da miséria e do sofrimento. Ao contrário, é nesse ciclo que a elite abastada se amplia de modo expressivo e surge uma classe média afluyente.

No que respeita ao mundo do trabalho, o governo inglês antecede os demais no que se refere ao reconhecimento das *trade unions* (sindicatos). Como se sabe, entidades com essa denominação estavam associadas ao movimento que tentou impedir a introdução das máquinas nas manufaturas, tendo sido violentamente reprimido. Nos anos de 1851 a 1867, as *trade unions* assumiram outra feição e são toleradas. Realizam o seu primeiro congresso anual em 1868 e, entre 1877 e 1876, é aprovada a legislação que regula o seu funcionamento, pondo fim à interdição legal precedente.

4. Lançamento das bases teóricas do Welfare

Na segunda metade do século XIX, os liberais ingleses deram prioridade à democratização do sufrágio e à transformação das escolas confessionais em entidades públicas, dois aspectos cruciais na organização da nova sociedade que estava surgindo a partir do desenvolvimento urbano-industrial. Nos últimos decênios do século, emerge, entretanto, o problema dos serviços municipais, fato que ensejou, ainda na Inglaterra, um debate deveras interessante do ponto de vista do tema que ora nos propomos esclarecer.

A experiência marcante teve lugar em Birmingham, que, a exemplo de outros centros industriais, transformou-se numa grande aglomeração humana. Surgiu ali, como notável reformador municipal, Joseph Chamberlain.⁽¹⁰⁾ A reforma consistiu na aquisição do controle, pela municipalidade, dos monopólios no fornecimento de gás, água e esgotos, na construção de hospitais, banheiros públicos, parques, centros de leitura e museus, bem como

elevando os padrões do ensino e da saúde a cargo do Poder Público municipal. Chamberlain encontrou ferrenha oposição tanto dos socialistas, descrentes da melhoria das condições sociais por via legislativa, como dos anti-intervencionistas.

A nova postura foi chamada de *socialismo municipal* e o próprio Chamberlain definia-o do seguinte modo: “Consiste no resultado de uma sábia cooperação, pela qual a comunidade como um todo, trabalhando através de seus representantes pelo benefício de todos os seus membros, e reconhecendo a solidariedade de interesses, que torna o bem-estar dos mais pobres uma questão relevante para os mais ricos, assumiu suas obrigações para reduzir a magnitude da miséria humana e para tornar a vida de todos os cidadãos algo melhor, algo mais nobre e algo mais feliz”.(11)

Na década de noventa, tanto o Partido Liberal como o Partido Conservador chegaram a um consenso quanto à natureza singular dos problemas suscitados pelas aglomerações humanas, concordando em que seria inadequado deduzir das idéias gerais do *laissez-faire*, que serviram para impulsionar o progresso da Inglaterra nos decênios anteriores, regras que poderiam revelar-se inadequadas em face das novas circunstâncias. Permanecia inteiramente válido o princípio segundo o qual o Estado não deve acalentar a ilusão de que possa, com vantagem, substituir o mercado, ou imaginar que pode fazer melhor que o empresariado na oferta de bens e serviços. Como disse um dos contendores na acalorada discussão que teve lugar no período, “em muitas matérias municipais é lícito que o Estado possa acertar onde sempre anda errado, pela circunstância de tratar-se de área territorial limitada, devendo responder direta e imediatamente perante eleitorado ativo e interessado”.

A liderança liberal entendeu também que a municipalidade possuía a prerrogativa de intervir no transporte coletivo e de regular o preço dos terrenos urbanos. Embora o socialismo ainda não tivesse assumido a feição prevalentemente estatizante de que se revestiria neste século, é interessante consignar que os liberais ingleses não tiveram qualquer receio de proclamar, como faria Chamberlain, que havia sido encontrado um setor onde “todos somos socialistas”. O sentido profundo dessa afirmativa encontra-se no fato de que os liberais estavam atentos para o social, evidência que seus opositores trataram de obscurecer subseqüentemente.

É óbvio, entretanto, que a chamada questão social acabaria identificando-se com o mundo do trabalho e seria justamente nesse plano que os liberais iriam não só contribuir

decisivamente para o seu adequado equacionamento como o fariam de uma posição independente, influenciando mais nos socialistas do que deixando-se por eles influenciar.

Registro, desde logo, que, na Inglaterra, foi o Partido Liberal que assegurou a possibilidade de ter curso prático a resolução do Congresso das Trade Unions, de 1899, de alcançar representação parlamentar autônoma. O órgão então criado denominou-se Labour Representation Committee e os primeiros representantes trabalhistas foram eleitos na legenda do Partido Liberal. A adoção do nome de Labour Party é de 1906 e ainda tardaria muito até que o Partido Trabalhista desse feição definitiva à sua complexa estrutura.(12)

No livro *The New Liberalism, An Ideology of Social Reform* (Oxford, Clarendon Press, 1978, 2ª ed. revista, 1986), Michael Freedon mostra como foi ainda na década de noventa, no bojo da discussão das questões municipais, antes mencionada, que se fixaram os princípios segundo os quais os liberais, desde então, desenvolvem uma política social plenamente diferenciada em relação aos socialistas. A seu ver, a idéia central que surgiu nessa discussão foi a de comunidade de interesses, ensejando uma intervenção do Estado. Tratava-se certamente de intervenção limitada, porém, ainda assim, impondo restrições ao *laissez faire*.

A afirmação da prevalência do indivíduo sobre o Estado, que se tornou um dos traços marcantes da doutrina liberal, surgiu num contexto histórico determinado e está longe de corresponder a uma “dedução metafísica” no estilo característico dos filósofos, isto é, a partir exclusivamente do pensamento. No período das guerras religiosas do século XVII, a experiência social iria evidenciar que a quebra do poder da monarquia absoluta não seria alcançada sem lutas e grandes sacrifícios. Naquele quadro histórico, somente as pessoas de certas posses (os proprietários) tinham condições de enfrentar essa tarefa. A grande genialidade de John Locke (1632/1704) consiste precisamente em ter generalizado essa experiência, apresentando-a na forma de reduzido número de princípios, capazes de unificar a elite inglesa e levá-la à Revolução Gloriosa. O Segundo Tratado do Governo Civil tornou-se um texto básico do liberalismo, um dos pilares que o fundamentam e deram-lhe nascedouro. Do ponto de vista do próprio Locke, entretanto, aquele livro esgotou sua significação ao permitir o desfecho de 1688 e exorcizar a ameaça do absolutismo, a ponto de nunca ter reconhecido a autoria que lhe era atribuída nem permitido que fosse arrolado entre suas obras.

A representação passou a ser a garantia do desenvolvimento subsequente do sistema e a possibilidade de democratização do sufrágio somente se configurou quando surgiram agremiações das classes não-proprietárias capazes de sustentar interesses próprios e não de tornar-se massa de manobra do absolutismo. Deste modo, existe uma correlação essencial entre a evolução do pensamento liberal e a própria evolução histórica.

A afirmação da prevalência do indivíduo sobre o Estado, se surgiu num contexto histórico determinado, empreendeu curso autônomo, como é próprio do pensamento. Assim, a noção de indivíduo foi confrontada à de pessoa. Se, na ação diuturna, devemos dar preferência aos indivíduos, à concreção, aos existentes reais, a meditação focalizará preferentemente a noção de pessoa para explicitar todas as suas virtualidades. Entre estas sobressai a circunstância de constituir-se num valor-fonte, isto é, num dos fundamentos de nossa civilização. Há civilizações que se constituíram na ignorância dessa noção de pessoa. Mas a nossa civilização ocidental, graças ao cristianismo, encontrou nessa noção de pessoa um de seus elementos diferenciadores. A convicção de que a pessoa é um valor seria uma conquista do Renascimento. A doutrina liberal tornou-se a herdeira dessa tradição.

O debate acerca do “socialismo municipal” serviu para evidenciar que a aglomeração urbana cria situações em que as pessoas, normalmente divididas por interesses de natureza divergente, sejam econômicos, religiosos ou culturais, encontrem-se numa condição em que emerge uma esfera onde a nota dominante é a comunidade de interesses. O saneamento básico que permite cortar pela raiz as epidemias, que se tornaram verdadeiro pesadelo nas cidades, não diz respeito apenas aos rios, aos presbiterianos ou aos liberais, mas a todos. Entre as 130 mil pessoas que foram vitimadas pela cólera nas cidades inglesas, nos anos de 1848 e 1849, havia toda espécie de gente, ninguém escapou pela condição de pobre ou rico, anglicano ou dissidente.

De qualquer maneira, a noção de comunidade enfraquece a preferência pela pessoa, como um valor, e pelos indivíduos nas situações concretas? Os liberais presentemente voltaram a defrontar-se com essa questão, enfrentando os chamados “comunitaristas” nos Estados Unidos. Aqui entretanto vou limitar-me a registrar a conclusão do debate antes referido, que seria negativa e parece ter sido acertada. Na medida em que exaltam a pessoa e o indivíduo, os liberais não poderiam ignorar a evidência de que possam constituir uma comunidade, sem embargo do reconhecimento de que a sociedade está dilacerada por

interesses, de que a representação incumbe, dar conta. Por tudo isto, deve ser considerada muito relevante a descoberta de Freeden.

O essencial na obra de Michael Freeden consiste na reconstituição do processo segundo o qual procedeu-se ao equacionamento da questão social nos começos do século XX, na Inglaterra, que considera como o lançamento das bases do denominado Welfare, isto é, do entendimento de que é parte integrante do Estado Liberal de Direito a assistência aos carentes, do mesmo modo que a fixação de procedimentos legais que assegurem, aos que vivem do trabalho, a sobrevivência na fase final da vida (instituto que passou à história com a denominação de aposentadoria ou reforma). As formas concretas assumidas pelo Welfare serão consideradas no próximo capítulo, tendo em vista que se constituíram dois modelos, um dos quais (o europeu) encontra-se em franca crise.

Em sua análise Freeden menciona grande número de autores que intervieram nas discussões dos fins do século anterior e começos deste, na Inglaterra, como J. A. Hobson, G.E. Russell, R.B. Haldane, o próprio Joseph Chamberlain e diversos outros. Contudo, sobressai Leonard T. Hobhouse (1864/1929), cujo texto básico *Liberalism* (1911) tornou-se um clássico, sendo sucessivamente reeditado.⁽¹³⁾ Suas idéias serão tomadas por base para explicitar aquela diferenciação.

As Trade Unions tenderam sempre para representar os operários sindicalizados e a estes circunscrever as conquistas dos contratos coletivos. Tal comportamento levaria a uma significativa desigualdade no seio do operariado. Os que integravam setores como mineração, siderurgia, transporte ferroviário e grande metalurgia, isto é, concentradores de expressivos contingentes de mão-de-obra, conseguiram situações privilegiadas, entre estas a de contar com assistência médica. A obra clássica de A.J. Cronin, *A cidadela*,⁽¹⁴⁾ retrata bem esse estado de coisas. É interessante consignar aqui que os comunistas, na suposição de que o capitalismo jamais conseguiria universalizar os níveis de bem-estar alcançados naqueles setores, batizaram-nos de aristocracia operária e tentaram provar que os socialistas democráticos limitavam-se a defender os interesses de tal segmento do operariado. Refletindo esta convicção é que o escritor norte-americano Jack London escreveria o romance *O tacho de ferro*.

Seria da lavra de Hobhouse a principal defesa da mão-de-obra não qualificada, que os próprios sindicatos ingleses tendiam a marginalizar. Hobhouse defende uma posição

superadora das abstrações tanto do socialismo como do individualismo em prol da ênfase no curso real ou, como ele mesmo afirmaria: “A distinção que desejo reclamar para o liberalismo econômico é que este procura fazer justiça, na indústria, de igual modo, tanto ao socialismo abstrato que enfatiza um lado como ao individualismo abstrato que se apóia unicamente num princípio na ignorância do outro. Tomamos como guia a concepção de harmonia segundo a qual definimos constantemente os direitos do indivíduo em termos de bem comum, e pensando o bem comum em termos de bem-estar de todos os indivíduos que constituem a sociedade. Deste modo, em matéria econômica evitamos a confusão entre liberdade e competição e não vemos nenhuma virtude no direito do homem obter vantagem sobre os outros. Ao mesmo tempo, não pretendemos minimizar o papel da iniciativa, do talento e da energia pessoais na produção, achando-nos, ao contrário, prontos para atender à sua pretensão de merecer o adequado reconhecimento. Os socialistas que estejam convencidos da coerência lógica e da aplicabilidade prática do seu sistema podem denegrir esse empenho de harmonizar aspirações divergentes como uma série ilógica e inconsistente de compromissos. É igualmente provável que o socialista que conceba o socialismo, em sua essência, como a cooperação dos consumidores na organização da indústria, esteja convencido de que a solução integral dos problemas da produção aponte naquela direção, e na proporção em que considera os fatores psicológicos na atividade produtiva e investigue os meios de alcançar a realização de seus ideais, possa encontrar-se trilhando aquele caminho no qual se encontrará com os homens que estão atacando os problemas do dia-a-dia segundo os princípios aqui sugeridos e venha a considerar-se capaz de colocar-se, na prática, na linha de frente do liberalismo econômico. Se tal se der, a cooperação entre liberais e trabalhistas, que nos últimos anos substituiu o antagonismo do século passado, não é um acidente advindo de conveniências políticas temporárias, mas encontra suas raízes nas necessidades da democracia.(15).

Como se vê, desde o começo deste século, os liberais estavam de posse dos elementos doutrinários que lhes permitiram traçar a linha de atuação que conduziu ao Welfare State sem concessões ao socialismo. A oportunidade para a determinação concreta dessa linha de atuação, na opinião de Michael Freedon, surgiria com o governo de Lloyd George, entre 1906 e 1914, quando se institui a pensão para os velhos, discute-se amplamente a questão do mínimo vital e será fixada uma primeira diretriz para fazer face ao desemprego.

A pensão para os idosos correspondeu ao primeiro ponto do programa social levado à prática pelo governo liberal chefiado por Lloyd George. O debate dessa questão decorreu da evidência do fracasso das denominadas Casas de Trabalho, criadas em

decorrência da Lei dos Pobres (1834), que deveriam ter tido a capacidade de facultar aprendizado ou trabalho digno para os setores mais pobres, não tendo alcançado tais objetivos. A necessidade de uma nova política era reconhecida pelos dois maiores partidos ingleses, do mesmo modo que reclamada por diversos segmentos da sociedade. O novo estatuto chamou-se Old Age Pension Act, aprovado em 1908, garantindo pensão mínima para idosos e necessitados em geral, sem a obrigatoriedade da contribuição prévia. A nota distintiva do Partido Liberal em face da nova legislação, isto é, a singularidade do posicionamento do liberalismo consistia na linha de argumentação a que recorreu para justificá-la. Na opinião de Freedon, caberia a J.M. Robertson – autor de diversas obras muito valorizadas no período, como *O Futuro do Liberalismo* (1895) e *A significação do liberalismo e Estudos Sociais*, de 1905 – desenvolver do modo o mais coerente a descoberta da questão social pelo pensamento liberal. Escreveu Robertson, na época, que, “à parte o aspecto humanitário em relação à penúria absoluta ou à degradação a que estavam condenados os pobres idosos, o essencial é que se tratava de uma questão de justiça. Se o Estado é devedor de uma pensão aos seus servidores – soldados, marinheiros, funcionários dos correios e membros da Polícia –, tal benefício é igualmente devido a todos aqueles que se tenham ocupado de atividades legais”. Robertson baseava-se “no reconhecimento da presença do elemento social em todo o comportamento social e na dependência mútua e na interconexão que caracteriza as sociedades humanas. O seguro social para os idosos estabeleceria aquilo que, do ponto de vista do novo liberalismo, constituiria o cerne da matéria: correspondeu ao novo e amplo reconhecimento da condição de membro a que têm direito todos os integrantes da comunidade”.(16)

No mesmo período – e correlacionada também a outras políticas sociais – aparece a idéia de que a elevação do poder de compra de determinado segmento da sociedade acaba por estimular o consumo e refletir-se sobre os níveis da atividade produtiva. Contudo, essa idéia somente encontraria pleno desenvolvimento no keynesianismo.(17) Os liberais também souberam refutar a opinião de que a adoção da nova legislação, – além da mencionada Lei de Pensões para os velhos, o National Insurance Act, de 1911, instituindo seguro para situações transitórias de desemprego ou a impossibilidade de comparecer ao trabalho por razões de saúde – iria eliminar as diferenças entre o liberalismo e o socialismo. Escrevendo num proeminente periódico liberal da época, F. Maddison teria oportunidade de afirmar: “Um Estado civilizado deve reconhecer as suas obrigações sociais, entre as quais a velhice é bem característica, e sua capacidade de fazê-lo como uma resposta efetiva aos pensadores

superficiais que estão sempre prevendo a bancarrota da sociedade baseada na propriedade privada, mas que, na verdade, acha-se melhor habilitada a suportar tais encargos que aquela baseada em suas teorias”. (18)

A questão do desemprego esteve também no centro do debate. Visto à distância, deve-se reconhecer que não havia suficiente experiência social para a adequada compreensão de sua natureza. Assim, num primeiro momento, o afluxo para a cidade criou o que então chegou a ser denominado de “exército de reserva do trabalho”. A expansão dos serviços e a melhoria dos níveis educacionais acabariam contribuindo para reduzir as dimensões desse “exército”, ao mesmo tempo em que a emigração para os Estados Unidos, no período histórico de que nos ocupamos, isto é, nas primeiras décadas do século, aparecia como a melhor alternativa para os novos contingentes que se moviam do campo para a cidade, tanto das diversas partes da Europa como em territórios da Inglaterra, a exemplo da Irlanda. Contudo, os estudiosos davam-se conta do surgimento de fenômenos inerentes à nova sociedade industrial, como a redução das taxas de mortalidade, a extensão subsequente da longevidade, o imperativo de introduzir inovações técnicas redutoras de mão-de-obra, etc. de tudo isto resultou o fenômeno batizado de desemprego estrutural, que ainda hoje é uma das questões magnas do liberalismo. De modo que, tratando-se agora de compreendermos a inquestionável primazia do liberalismo na abordagem da questão social – bem como em tê-la equacionado de modo a permitir o adequado encaminhamento de soluções -- e as razões pelas quais não se confunde com o socialismo, é importante ter presente que o fenômeno de que se ocupavam – o desemprego – ainda não assumira a feição de que se revestiu nas sociedades avançadas de nosso tempo. (19)

No curso do debate que teve lugar no começo do século ainda foram discutidas questões que perderam inteiramente a atualidade, como a necessidade de obras públicas para conter o desemprego; o caráter dessas obras quanto à sua utilidade social; o que fazer com os que não quisessem trabalhar, diante da evidência da presença desse tipo de gente nas “casas de trabalho” resultante da Lei dos Pobres, etc. O importante e característico é que a solução tivesse sido encaminhada no sentido da criação de um seguro social.

No encaminhamento concreto dessa solução, os americanos acabaram por estabelecer que somente no que respeita ao patamar mínimo tal seguro deveria ser de natureza compulsória. A responsabilidade por assegurar-se padrão de vida que haja conquistado pelo trabalho, acima daquele mínimo, ficaria a cargo de cada um. Com vistas a criar estímulos

nessa direção, a lei facultou incentivos de que resultaram a criação dos Fundos de Pensões, que passaram a constituir-se numa fonte geradora de investimentos.

Na Europa, deu-se preferência ao estabelecimento de uma única modalidade, baseada em contribuições compulsórias, do patronato e dos empregados. Com algumas distinções entre as nações, também o Estado participa. Acontece que esse modelo acabou destinando-se ao financiamento dos gastos correntes. Na prática, deixou de ser um seguro, no sentido próprio do termo. O seguro requer tratamento empresarial, a realização de investimentos aptos a assegurar rendas capazes de atender aos compromissos futuros com os segurados, enfim, a formulação de regras a serem observadas e fiscalizadas. Seguido pelos americanos, esse caminho estabeleceu uma nítida diferença em relação ao Welfare europeu

Quanto aos aspectos teóricos mais relevantes, à luz da pesquisa realizada por Freedman e que aqui estamos seguindo, diz respeito ao aprofundamento do conceito de comunidade resultante da discussão do que seria “direito ao trabalho”. Resumidamente, na visão liberal, não há como transformar esse “direito” em algo que não seja atentatório a outros valores fundantes da vida social, como a liberdade de iniciativa. O que o Estado deve prover é a igualdade de oportunidades, questão que entronca com a escola, na forma em que foi suscitada naquele período e passamos a referir.

Nos começos do século, tanto a Inglaterra como os Estados Unidos e os principais países europeus já haviam transitado para o reconhecimento do ensino público e obrigatório, colocado acima da escola confessional ligada às igrejas. Funcionavam mecanismos de aprimoramento do professorado e de adoção de níveis de remuneração capazes de atrair pessoas bem dotadas. A questão emergente consistiu em discutir se a alimentação de crianças carentes devia ser assumida como uma obrigação social deixada, como até então, a cargo do atendimento voluntário. Num país como a Inglaterra, onde o imperativo da paternidade responsável fora plenamente incorporada à moralidade social, tratava-se de saber se a ingerência estatal numa esfera tão sagrada como a família não terminaria por constituir-se num atentado a um dos pilares da sociedade. Atentos como estavam à presença da comunidade de interesses, em diversas esferas, impondo ações coletivas para assegurar a solidariedade do todo, os liberais concordaram em que, sem desestimular a ação voluntária, o Estado deveria assumir a responsabilidade pela nutrição de crianças em idade escolar cujas famílias não estivessem em condições de fazê-lo, desde que não a implementasse diretamente e assegurada a direta fiscalização pela comunidade. Fixados esses parâmetros, foi possível

mostrar a inconsistência da proposta socialista que pretendia que todo o ensino público assumisse a obrigação de fornecer alimentação gratuita. Esse tipo de proposta tangenciava o problema que a comunidade propunha-se resolver, tomando-o simplesmente como pretexto para introduzir novas formas de organização social, comprometedoras da liberdade e desestimuladoras da responsabilidade individual. Com a subsequente complexidade assumida pela vida urbana – e a necessidade de reter os alunos, praticamente durante todo o expediente –, o tema em causa assumiu outra característica. Tanto a escola pública, como a privada, passaram a dispor de dependências aptas a atender às novas atribuições, notadamente no que respeita à alimentação, mas também a outras funções assumidas pela Escola, a exemplo da orientação profissional e pedagógica.

Tais são alguns dos temas mais relevantes surgidos em decorrência do posicionamento dos liberais em face da questão social emergente. O quadro estruturado após a Primeira Guerra, e nas décadas subsequentes, alterou-se substancialmente, exigindo revisão do posicionamento liberal, da forma que indicaremos.

4. Questões emergentes a partir da década de vinte do século XX

O curso histórico suscitaria, mais tarde, sobretudo em decorrência da Primeira Guerra Mundial, da crise de 1929 e do aparecimento, na década de vinte, do stalinismo e do nazismo, nova ordem de questões, que mereceram resposta teórica na obra de Keynes e experimentação prática a partir do New Deal de Roosevelt. Ademais, após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu uma verdadeira estatização da economia na Europa. Ainda que nem todos os países o fizessem por motivação ideológica (caso da Inglaterra), correspondeu a fenômeno geral. Todas essas questões exigiram que a doutrina liberal, atenta ao curso histórico e infensa a puras elucubrações, desse conta do recado. Cada um desses aspectos merece as breves considerações adiante.

O chamado “crack” da Bolsa de Nova York ocorreu a 29 de outubro de 1929. Consistiu na desvalorização geral das ações, a que se seguiu o fechamento de fábricas e o desemprego em massa. Sendo já então importante mercado de que dependia a atividade econômica de grande número de países, essa crise assumiu dimensões mundiais. Na Alemanha, o número de desempregados chegou a 4,3 milhões em fins de 1931. Poucos meses depois equivalia a 6 milhões. Nas maiores economias industrializadas, admite-se que a perda do emprego haja afetado a 11 milhões de trabalhadores.

Desde fins da Primeira Guerra, John Maynard Keynes (1883/1946) vinha advogando mudança radical na política econômica, para admitir o intervencionismo estatal. Em 1926, publica um livro com o expressivo título de O fim do laissez-faire. Levando em conta que o keynesianismo tornou-se um tema recorrente, deixaremos para caracterizá-lo da forma devida em capítulo autônomo. Aqui cumpre apenas destacar que, em face da crise de 1929, sua pregação, que era ignorada, passa a primeiro plano. Tal se deu, em primeiro lugar, devido à sua aceitação pelo Presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt (1882/1945) que, eleito em 1933, introduziu o chamado New Deal. Consistiu numa mudança radical na política econômica tradicional, a partir destes programas: 1ª) Abertura de créditos, sustentados pelo Orçamento público, para as empresas, com vistas à recuperação da atividade tanto na agricultura como na indústria; 2ª) Obras públicas, a fim de minorar as conseqüências do precedente fechamento de fábricas; e, 3ª) Criação de seguro-desemprego.

Logo adiante, Keynes é incumbido da direção do Banco da Inglaterra, que exercia não apenas as funções de Banco Central como ainda dispunha de influência decisiva no estabelecimento da política econômica geral nos países capitalistas. Keynes apoiaria a adoção, no pós-guerra, do denominado Programa Beveridge, que transforma a seguridade social inglesa num autêntico sistema integrado. Até então, atuavam isoladamente os sindicatos, as organizações filantrópicas e instituições estatais. Passam a constituir sistema único e universal.

Deixaremos para efetivar, no próximo capítulo, uma análise mais detalhada dos destinos da seguridade social européia tendo em vista encontrar-se numa situação de crise. Como essa crise não atinge o modelo norte-americano, tornou-se imprescindível confrontar as duas modalidades.

Por fim sobressai entre as questões emergentes no século XX, a experiência de estatização da economia vivida pela Europa como um todo, isto é, não apenas o continente mas abrangendo também a Inglaterra. A circunstância exigiu grandes mudanças no keynesianismo

Para situar de pronto essa questão, apresentamos desde logo um gráfico muito expressivo, elaborado pela Revista Time em fins da década de setenta.

PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA											% DAS DESPESAS GOVERNAMENTAIS NO PNB	
SETOR PRIVADO ○					SETOR ESTATAL							
PAÍSES	PAÍSES	TELECOMUNICAÇÕES	ENERGIA ELÉTRICA	REFINAÇÃO DE PETRÓLEO	CARVÃO	FERROVIAS	EMPRESAS AÉREAS	INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA	SIDERURGIA	CONSTRUÇÃO NAVAL	1962	1978
Estados Unidos	●	○	○	○	○	○	○	○	○	○	28.4	32.2
Austrália	●	●	●	●	○	●	○	○	○	*	19.3	24.5
Brasil	●	●	●	●	○	●	○	○	○	○	12.0	35.0
Inglaterra	●	●	●	●	●	●	○	○	○	○	40.5	43.9
Canadá	●	○	●	○	○	○	○	○	○	○	34.4	46.0
França	●	●	●	●	●	●	○	○	○	○	36.3	43.0
Itália	●	●	○	●	*	●	○	○	○	○	32.4	47.3
Japão	●	●	○	○	○	○	○	○	○	○	12.3	16.5
Suécia	●	●	○	●	*	●	○	○	○	○	36.0	61.6
Alemanha Ocidental	●	●	○	○	○	●	○	○	○	○	35.6	46.5

* Produção insignificante

Fonte: TIME, Abril de 1980

Como se vê, ocorreu estatização generalizada. Na Inglaterra, como se referiu, devido à ascensão ao poder dos trabalhistas no início do pós-guerra. Na França, De Gaulle estatizou as empresas pertencentes aos “colaboracionistas”, isto é, empresários que aceitaram trabalhar para o ocupante alemão. Na Áustria, tal se deu por temor de que os russos desmontassem as fábricas e as levassem para o seu território. Em outros países, por pressão dos sindicatos, o Estado assumiu o controle acionário de empresas em dificuldade, para evitar o seu fechamento.

Como nenhuma de tais iniciativas poderia ser atribuída a Keynes, comprova-se ser indevida a atribuição desse fenômeno ao keynesianismo. É certo que os trabalhistas ingleses o entenderam como uma capitulação dos liberais, diante de sua pregação.

Mas em nenhum lugar da obra de Keynes advoga-se intervenção direta do Estado no processo produtivo.

Diante dos choques provocados pelo aumento dos preços do petróleo nos anos setenta, tornou-se patente a fragilidade da economia europeia estatizada. Surgiram diversas hipóteses para explicar o fenômeno., sem que nenhuma delas possibilitasse uma fórmula capaz de enfrentar e debelar seja a espiral inflacionária seja a estagnação econômica. Esse quadro exigiu até a criação de um novo adjetivo: estaginflação. Com a vitória conservadora, na Inglaterra, em 1979 e sua permanência no poder durante longo período, foi possível demonstrar onde residia a raiz do desastre. Os setores estatizados foram privatizados e as

Trade Unions perderam o seu poder de paralisar a vida econômica do país. O feito seria devido a Margareth Thatcher, chamada de Dama de Ferro.

Esse nome não traduz o seu verdadeiro papel, na medida em que sugere algo de sombrio. Na verdade, introduziu na Europa uma nova dinâmica, verdadeira lufada de ar fresco.

O keynesianismo passou a experimentar profunda revisão. Em primeiro lugar, a reativação econômica exigia redução de impostos, vale dizer, da despesa pública, embora a taxa de juros continuasse sendo reconhecida como instrumento eficaz na manutenção da estabilidade monetária.

A par disto, as políticas tatcherianas evidenciaram a necessidade de serem balanceados os efeitos das políticas sociais, não apenas na Europa como igualmente nos Estados Unidos.

Os socialistas europeus procuraram satanizar essas medidas --privatização, redução do poder dos sindicatos e revisão das políticas sociais –, batizando-as de neoliberais. De fato, representavam uma verdadeira reviravolta, conseguindo resultados palpáveis, ali onde foram aplicadas. Graças a isto, a Comunidade Européia acabou assimilando-as, embora persistam focos de resistência, algumas das quais capazes de obstar a consolidação de nova dinâmica, como é o caso do socialismo francês, por sua vez beneficiários das ambiguidades da espécie de liberalismo que ali se radicou.

Como tivemos ocasião de demonstrar nos tópicos anteriores, os liberais deram uma notável contribuição para o entendimento da questão social, tornando-a apta a dar respostas concretas aos problemas que o curso histórico veio a suscitar. Contudo, deve ser creditado aos conservadores o alerta quanto à necessidade de avaliar-se corajosamente a eficácia das políticas sociais. Exemplo típico desse estado de coisas é representado pelo crescimento do social security, nos Estados Unidos, subsequente ao projeto denominado Big Society, que, segundo a visão conservadora, adquiriu feição assistencialista, sem alcançar de fato a almejada eliminação desse contingente ou pelo menos a sua substancial redução. Assim, ainda que os Estados Unidos tivessem ficado imunes à estatização econômica, foi vítima também do afã de regulamentar a vida econômica. Se bem no país não se haja constituído movimento socialista capaz de exercer maior influência, o Partido Democrata pode ser considerado como agremiação social democrata. Bill Clinton reconheceria

plenamente essa característica ao aderir à Terceira Via, liderada por Tony Blair. A atuação desse partido explica o significado singular que o adjetivo liberal (aplicado aos democratas) adquiriu nos Estados Unidos.

Ao preconizar a contramarcha nesse tipo de assistencialismo, Ronald Reagan afirmaria na convenção do Partido Republicano de 1992, no segundo aniversário de sua vitória eleitoral: “Com o advento da Big Society, o governo continuou avançando na direção de sufocar o sistema da empresa privada. Os grandes gastadores com assento no Congresso lançaram-se numa autêntica farsa que, paulatinamente, estava mudando a natureza da nossa sociedade e, pior que isto, ameaçava o próprio caráter de nosso povo. No período em que chegaram ao auge os programas da Big Society, o progresso econômico dos pobres da América alcançava trágico estancamento”.(20)

Assim, inicia-se um novo ciclo em que a ênfase recai no empenho de balancear os programas sustentados pelo Welfare, sobretudo em decorrência das dificuldades subseqüentes aos choques do petróleo nos anos setenta. Vamos aqui nos limitar à indicação das conclusões mais significativas, sem nos determos na minúcia de tais análises. (21)

A principal evidência recolhida é a de que o melhor antídoto contra a pobreza remanescente, no sentido de evitar o seu crescimento e reduzi-la, é a sustentação da expansão econômica. David T. Elwood e Lawrence H. Summers – autores do estudo “Poverty in America: is Welfare the Answer or the Problem?”, incluído na coletânea a seguir referida – enfatizam o seguinte: “A restauração do rápido crescimento da produtividade da economia faria melhor por reduzir a pobreza que qualquer iniciativa política plausível. O problema está em que realmente não sabemos como restaurar o rápido crescimento”. Nessa ordem de idéias, a questão da natureza e da gestão dos programas sociais tornou-se o aspecto mais relevante. Desenvolvendo-os em forma de seguro, acabam levando à criação de investidores institucionais (os denominados Fundos de Pensões) que contribuem para manter o crescimento econômico e evitar a recessão. Fazê-lo através de taxas anuais – sejam cobradas do público, a exemplo da Previdência brasileira, ou provindo diretamente dos orçamentos públicos, isto é, financiando-os por meio de impostos – é prática condenada e condenável. Primeiro, porque os compromissos com os segurados são de longo prazo. Segundo, porque os encargos geralmente crescem mais que as receitas normais. Terceiro, porque retira recursos da economia – que, no caso do seguro, seriam reinjetados como investimentos –, gerando inflação ou provocando recessão. A gestão pelo próprio Poder Público constitui,

universalmente, forma de reduzir o nível das aplicações nas atividades-fins. Em toda parte do mundo e sob todos os regimes, a burocracia estatal trata sobretudo de maximizar os próprios benefícios.

Assim, os conservadores têm inquestionavelmente o mérito de haver impulsionado as avaliações que permitiram a introdução das imprescindíveis retificações. O mais importante a destacar é que o capitalismo – e não o socialismo – foi capaz de permitir a mais eqüitativa distribuição de renda de que tem notícia a história, reduzindo a proporções mínimas as situações de pobreza, como, aliás, previram os fundadores do liberalismo social.

Finalmente, levando em conta que mencionamos a circunstância de que as administrações municipais assumiram diretamente os serviços requeridos pelas comunidades urbanas, cabe registrar que vem sendo realizada com sucesso a sua privatização em diversos países da Europa. Evidenciou-se que a ausência de concorrência na oferta de bens tão essenciais, como a água, por exemplo, conduziu inexoravelmente à estagnação tecnológica e ao desperdício.

No ciclo histórico em que ingressamos, com a estrela da doutrina liberal voltando a resplandecer com o máximo vigor, graças à ação dos conservadores, é bem provável que os liberais não se revelem capazes de sustentar a clássica diferenciação dos socialistas. Pelo menos é o rumo apontado pelo tradicional Partido Liberal Inglês, ao fundir-se com os sociais democratas, em 1988, dando lugar ao Partido Liberal Democrata, que tem pouco a ver com o seu passado, tamanhas as concessões que fez ao antigo oponente.

III- O tema da igualdade

O posicionamento liberal: igualdade de oportunidades

Os socialistas inscreveram em seus programas o propósito de limitar fortemente a propriedade privada, e mesmo de aboli-la, devendo os recursos econômicos ser colocados ao serviço da promoção da igualdade social (não somente jurídica e política). Sabemos perfeitamente o que resultou das tentativas de levar à prática aquela diretriz: o surgimento das denominadas nomenklaturas, isto é, corpo de funcionários desfrutando de diversos privilégios, inacessíveis à grande maioria, resultado para o qual Orwell encontrou a conhecida reformulação genial do tão alardeado princípio socialista (“todos são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros”). Em que pese a gratuidade desse tipo de postulação, serviu

sobretudo para apresentar o liberalismo como inimigo da igualdade. Em razão da circunstância, os liberais tiveram que se debruçar sobre o tema, analisando-o sob os aspectos mais pertinentes. As principais dessas análises consistem de avaliações das políticas sociais aplicadas nos países ocidentais, do ângulo das desigualdades, a exemplo da pesquisa publicada nos Estados Unidos, em 1973, sob o título de *Inequality: A Reassessment of the Effect of Family and Schooling in America*, liderada por Christopher Jencks, ou os trabalhos desenvolvidos por B.R. Chiswick e J. Mincer, na mesma época, sobre o tema *Time Series Changes in Income Inequality in the United States from 1939, with Projections to 1985*. A publicação, em 1971, do livro de John Rawls (*A Theory of Justice*), suscitou muitas discussões acerca do assunto. Em 1983, William Letwin, professor da London School of Economics, reuniu o que a seu ver seriam os mais importantes ensaios aparecidos na Inglaterra e nos Estados Unidos objetivando por cobro às análises simplistas e divulgou-os num livro de título intencionalmente político: *Against Equality – Readings on Economic and social Policy* (Londres, Macmillan Press).

A conclusão que as análises estatísticas propiciam consiste na evidência de que, nos principais países capitalistas do Ocidente, a grande maioria alcançou padrões de renda que facultam o acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade. Ademais, essa situação é aferida e avaliada a cada ano, quando os órgãos responsáveis pelo imposto de renda divulgam o perfil dos contribuintes. Em síntese, a economia capitalista propiciou a eliminação das grandes disparidades de renda. Tais resultados não decorreram, naturalmente, de nenhuma propensão do capitalismo à realização da justiça. O seu mérito consiste em haver estabelecido uma dinâmica, segundo a qual as empresas vêm-se compelidas a incorporar níveis crescentes de produtividade. Essa premissa, justamente, é que permite remuneração crescente do trabalho, desfecho que tampouco ocorreu espontaneamente, devendo-se à presença de sindicatos fortes e interessados no bem-estar de seus filiados, desvinculados das ideologias fomentadoras das utopias socialistas. A experiência dos países desenvolvidos sugere ainda que os liberais desempenharam um papel essencial nesse processo, na medida em que se contrapuseram ao espírito corporativo dos sindicatos – desejosos de que os benefícios alcançados estivessem restritos aos filiados – e, a partir do keynesianismo, se congregaram em torno da tese de que a elevação permanente dos níveis de renda da maioria é parte integrante da saúde do capitalismo. Na base de tudo, entretanto, encontra-se a empresa impulsionada pela competição. Para dar-se conta da relevância desse último aspecto, basta contrastar a situação dos países capitalistas com a do mundo socialista – ou países como o Brasil –, o que

permite evidenciar os efeitos desastrosos da adoção sistemática de mecanismos arrefecedores da concorrência.

Nas análises liberais da questão ora considerada, isto é, da distribuição de renda, o essencial consiste em diferenciar igualdade de resultados --tradicional aspiração socialista, progressivamente abandonada pela social democracia – do posicionamento liberal, que consiste na busca da igualdade de oportunidades. Na coletânea organizada por Letwin, a que nos referimos de início, figura o estudo de James S. Coleman, professor de sociologia da Universidade de Chicago, elaborado em 1973, tendo por título “Equality of Opportunity and Equality of Results”. Coleman analisa o resultado da pesquisa coordenada por Jencks acerca da distribuição de renda nos Estados Unidos e registra o coeficiente então elaborado para medi-la. Segundo este, apurar-se-ia declínio da desigualdade, entre 1929 e 1970, de 1.23 para 0.75. Considerando-se período menor, de 25 anos, isto é, a partir do início do último pós-guerra, o ritmo de eliminação das disparidades reduz-se substancialmente. Jencks concentra sua análise no último período, mas, na visão de Coleman, não soube responder à pergunta a propósito das razões pelas quais as políticas públicas, com vistas à eliminação das desigualdades. Adiante nos deteremos na discussão em torno do programa norte-americano de renda mínima, denominado social security.

O problema ora considerado diz respeito à busca da igualdade social.

Coleman assinala que nenhuma escola pode proporcionar ao indivíduo habilidades que não possua. Reside nisto a raiz última da desigualdade social. Max Weber já havia indicado que, desse ângulo, o ideal de justiça social, se aplicado conseqüentemente, levaria à mais profunda injustiça, porquanto teria que punir os bem dotados. Nas condições de liberdade de iniciativa estabelecidas pelo capitalismo, os tipos criativos ou empreendedores têm maiores possibilidade de sucesso. Todos os pais sabem por experiência própria – se são capazes de avaliá-la criticamente – que os filhos são radicalmente diferentes entre si e em relação aos ancestrais, quando, aparentemente, provindo de igual descendência e criados no mesmo ambiente, deveriam ter mais ou menos idênticas aptidões. Nisto reside precisamente a singularidade da pessoa humana que nenhum totalitarismo foi capaz de abolir, embora Roque Spencer Maciel de Barros, nessa obra magnífica que denominou de O fenômeno totalitário (Itatiaia, 1990) insista em que o fracasso do socialismo não nos faculta qualquer garantia no que respeita à emergência de novas aventuras em busca daquele ideal, porquanto se trata de uma dimensão constitutiva do homem, exaltada a partir de Platão.

Entre as singularidades distintivas dos indivíduos, duas sobressaem quando se trata de considerar o desenvolvimento econômico: a criatividade e a capacidade empreendedora. Alguns estudiosos chamam a atenção para o papel que teria desempenhado na eclosão da Revolução Industrial o dispositivo legal consagrador do respeito à propriedade dos inventos. Políticas como a que o Brasil aplicou em relação à informática e outros setores de ponta, fomentadores da pirataria e desvalorizadores da inventividade, conduzem inexoravelmente ao atraso. O progresso material supõe a existência de condições estimuladoras da inventividade. Por isto, entre outras coisas, o direito de propriedade faz parte da conquista do bem-estar. Mas não só a criatividade. O reconhecimento do valor da capacidade empreendedora também se considera essencial.

Traços culturais condenatórios da riqueza, como ocorrem no Brasil e nos países hispânicos, vitimados pela Contra-Reforma, levam à desvalorização do empresário. O caminho do enriquecimento, com o qual se tem familiaridade, é o da corrupção já que a realidade aplastante consiste na presença do Estado em toda parte. Grande número de pessoas ricas alcançaram essa condição pela passagem em funções destacadas do setor público. De sorte que, daquelas tradições resulta círculo vicioso perverso. Só é legítima a riqueza em mãos do Estado, eis o que vêm nos ensinando desde a introdução do mercantilismo, na época de Pombal. A circunstância atrai os espertos, fazendo parte dos hábitos e costumes a privatização do Poder. Para quebrar esse círculo é necessário, incansavelmente, suscitar novos valores, exaltadores do trabalho, da competência e legitimadores do lucro. Michael Novack, conhecido pensador católico norte-americano, depois de familiarizar-se com o clima cultural latino-americano, concluiu que a fonte originária do subdesenvolvimento é a inveja. A seu ver, enquanto este sentimento subalterno, em relação às pessoas bem-sucedidas, não for substituído pela admiração, dificilmente o quadro de pobreza será revertido. Felizmente, o Brasil não tem sido apenas o paraíso dos corruptos (pela impunidade). A civilização material que conseguimos erigir é fruto de devotamento ao trabalho, havendo mesmo regiões inteiras onde o fenômeno ocorreu sem a presença visível do Estado, a exemplo do Norte do Paraná ou do Oeste de Santa Catarina, para citar um fato de nossos dias e não quisermos referir os primeiros séculos. Nestes não houve apenas a ação diuturna da Inquisição e da Igreja Contra-reformista, com seu ódio ao lucro, confundido com a usura, e sua perseguição aos empresários bem-sucedidos (cristãos-novos). Tudo quanto se fez deveu-se à iniciativa particular, embora não se possa menosprezar a ação estatal, em matéria de defesa e de organização do aparelho judicial, sem o que, na arguta observação de Oliveira Viana, teríamos sucumbido na anarquia.

A criatividade e a capacidade empreendedora são, pois, patrimônio das pessoas. Essas habilidades não podem ser adquiridas na escola. Eis por que cumpre distinguir igualdade de oportunidade de igualdade de resultados. Os liberais são, legitimamente, campeões da luta em prol da primeira daquelas igualdades. Com o propósito de desvalorizar as políticas públicas liberais voltadas para aquele objetivo, os socialistas insistem em que o importante é a igualdade de resultados. Embora a experiência do chamado socialismo real contribua para denunciar o sentido demagógico dessa postulação (posta em evidência para atender ao interesse dos “mais iguais”), nem por isto estamos desobrigados de insistir na distinção, tratando de popularizá-la. É possível minimizar desigualdades flagrantes na distribuição de renda – e, na medida em que não consegue fazê-lo, o Brasil torna patente que não corresponde, como se supõe, a um país capitalista – mas nunca eliminá-las.

A coletânea organizada por William Letwin insere ainda um ensaio de Robert Nisbet (1913/1996) intitulado “The pursuit of equality”). Pensador e sociólogo norte-americano com o qual adquirimos certa familiaridade, graças à tradução de alguns dos seus livros (*Os filósofos sociais e História da idéia de progresso*). Nisbet começa por assinalar que dificilmente se encontrará algum outro ciclo histórico no qual um ideal tenha alcançado universalidade e capacidade unificadora equiparáveis ao da idéia de igualdade em nosso tempo. Chegou mesmo a revestir-se de um aspecto sagrado, podendo ser invocada por filósofos e cientistas sociais, em tom dogmático, sem que mereçam a necessária contestação.

Escreve Nisbet: “A igualdade tem todos os requisitos para tornar-se uma idéia religiosa e providencial em nossa época. É simples, pelo menos em sua concepção imediata; é capaz de aplicação ao conjunto da população, e, do mesmo modo, a toda a humanidade; pode-se apresentá-la como sendo o maior propósito da moderna experiência social e política, na verdade, um objetivo contido na própria essência da história universal. Finalmente, encontra-se na idéia de igualdade aquele impulso para a revolução permanente existente em numerosos valores religiosos – pelo menos naquelas religiões universais como o cristianismo, o islamismo e o budismo no momento de sua fundação –, na medida em que se contrapõem às tradições e leis do meio circundante”. (Obra citada, p. 124).

Lembra que já Tocqueville advertira para o fato de que a igualdade e não a liberdade era a via creatrix dos mais importantes movimentos sociais modernos. Nenhum outro valor presta-se tão intensamente para nutrir o radicalismo. A idolatria da igualdade foi vivida de forma apaixonada, inicialmente pela Revolução Puritana e, desde então, tornou-se a

marca distintiva de todas as revoluções no Ocidente. Ao promover novos valores que vieram a integrar a moralidade social – como o trabalho, a perseverança, a eficiência, a capacidade empreendedora, etc. – a tradição liberal conseguiu neutralizar o igualitarismo radical, que de fato só emerge nas crises revolucionárias. Nisbet diz que, segundo toda evidência, “largos contingentes de americanos são atualmente indiferentes, senão hostis, a toda política social nutrida pelo igualitarismo. Contudo, enfatiza, nos meios intelectuais, semelhante propósito não desapareceu”. Pretendendo destacar a importância de sua descoberta quanto à redução, neste pós-guerra, da intensidade do ritmo com que se vinha eliminando as desigualdades de renda, na pesquisa antes referida, Christopher Jencks escreve: “O problema crucial é que são relativamente poucos os que vêem a desigualdade de renda como um problema sério”. Segundo Nisbet, o exemplo mais flagrante desse afã de igualitarismo, entre os intelectuais, encontra-se na Teoria da Justiça, de John Rawls.

Embora nos tenhamos detido em sua análise no tópico precedente, não poderia deixar aqui de mencionar suas argutas observações. Eis a primeira objeção de Nisbet: “Como historiador e cientista social, não desejaria proclamar a supremacia de uma virtude sobre as outras, notadamente que isto pudesse ser apreendido intuitivamente. Mas, se especular em relação àquilo que a maioria de nós apreenderia “intuitivamente”, parece-me que não seria a Justiça, qualquer que seja a forma como a definamos. Mas provavelmente seria proteção ou segurança, seguida de perto por conservação (no sentido de perpetuação de normas e estilos de vida).

É certo não haver dúvidas de que nossos mais remotos ancestrais hajam expressado concepções de justiça, ainda que rudes. Concedo ainda que poucas pessoas, hoje como no passado, disponham-se a manifestar uma preferência positiva pela injustiça, uma vez que esse valor lhe seja apresentado como opção e convenientemente descrito. Mas declarar, como argumento-chave de um livro de 600 páginas sobre moral, que a Justiça é a virtude que se alcança intuitivamente como elemento primeiro das instituições sociais, corresponde a dar as costas à história e também, segundo entendo, aos sentimentos concernentes à segurança e à conservação presentes à nossa vida cotidiana”. (op. cit., p. 134).

A afirmativa central de Rawls requereria passar a prova da história, da psicologia e da própria sociologia. Ao invés disto, postula o método que denomina de “posição original” contraposta ao “véu da ignorância”, que muito se assemelha à chamada “história conjectural” inventada pelos filósofos franceses do século XVIII, através da qual eliminavam as

“distorções” que a vida social teria ocasionada à natureza humana e postulavam esta última segundo a sua própria escala de valores. O exemplo clássico é o “bom selvagem” de Rousseau.

A esse propósito afirma Nisbet: “Obviamente, numa tal empresa, são desnecessários os materiais factuais da história, da ciência social e da experiência. Para que pretender extrair primeiros princípios e “primeiras virtudes” das crônicas dos Egípcios, Romanos e Gregos ou de cansativos anais legados por legisladores desse ou daquele lugar? Trata-se do Homem e da Humanidade, e não dos povos e indivíduos constantes dos registros, que devemos encontrar se queremos apreender as origens da justiça ou encontrar as alavancas morais com que se movem todos os mundos. E, para esse trabalho excitante, como os “filósofos” sabiam muito bem, nada poderia substituir uma imaginação equipada de antemão com todas as respostas desejadas, capazes de “provar” a consistência de suas intuições através da *histoire raisonnée*, apta a descartar como irrelevantes todas as experiências registradas dos seres humanos e fixar a atenção unicamente sobre aquilo que inteligentemente aponta para a suposta “posição original” do interesse do “filósofo”. Foi precisamente a partir de uma tal inspiração que Rousseau escreveu a sentença inicial do Discurso sobre a origem da desigualdade – sentença freqüentemente incompreendida ou menosprezada, a saber: “Começamos, pois, por deixar os fatos de lado, pois não afetam esta questão”. Rousseau estava apenas admitindo, candidamente, uma prática seguida por todos os “filósofos” desde então e até os nossos dias. Fundamentalmente, essa estratégia típica dos “filósofos” constituiu o âmago do livro do prof. Rawls”. (op. cit., p. 135/136).

Nisbet assinala ainda que, do mesmo modo que Rousseau, Rawls esbarra com a família, proclamando-a como fonte de desigualdade. Seria o caso de aboli-la? Pergunta e não vacila em dizer que a idéia de igualdade de oportunidade aponta naquela direção. Ressalva apenas que, no contexto da teoria da justiça como um todo, “torna-se menos urgente que siga esse curso”. No particular, Rousseau foi sem dúvida mais corajoso. A experiência totalitária deste século evidencia que a família acaba sendo posta em causa.

Do que precede, é fácil verificar que, em face do compromisso do liberalismo com a realidade do curso histórico, sua contribuição para a redução das desigualdades sociais parte do reconhecimento da desigualdade radical dos seres humanos. Segundo o ensinamento que nos foi legado por Aristóteles, há injustiça em tratar desigualmente aos iguais – violando a regra da igualdade perante a lei – como igualmente aos desiguais, em detrimento do nosso

compromisso com a realização das condições que possam contribuir para a igualdade de oportunidades. A experiência histórica, por sua vez, ensina que o princípio socialista da igualdade de resultados é o caminho mais curto da abolição da liberdade, no plano político, e da perspectiva de progresso material, no plano social.

2. Crítica adicional ao igualitarismo de Rawls

Tendo em vista a audiência encontrada pela obra de Rawls nos meios acadêmicos brasileiros, acrescento à crítica anterior as breves notas que se seguem. Pretendo demonstrar que a proposta de Rawls está muito mais para socialista do que social-democrata, nada tendo de liberal, como se chegou a supor no Brasil, aspecto que, a meu ver, não foi destacado nas análises antes referidas.

John Rawls (nasc. em 1921), professor de Harvard, publicou em fins de 1993, *Political Liberalism* (New York, Columbia University Press), que pretende ser uma nova fundamentação teórica do liberalismo, razão pela qual os liberais são instados a avaliá-la. O novo livro do festejado autor consiste na reunião de um conjunto de Conferências pronunciadas no período subsequente ao aparecimento de *Teoria da Justiça* (1971), com o propósito de esclarecer o que lhe parecia mais importante e também responder as críticas e objeções. Além disto, quer situar-se no plano político (ou social) para responder à questão adiante. A moderna sociedade democrática caracteriza-se pelo pluralismo de doutrinas incompatíveis entre si, ainda que razoáveis. Como pode dar-se que em meio a essa diversidade todos afirmem a idéia de regime constitucional? Qual a estrutura e o conteúdo de uma concepção política que pode alcançar semelhante consenso? Para responder a essa inquirição, Rawls divide a sua exposição em três grandes blocos. No primeiro trata das questões filosóficas propriamente ditas; no segundo das idéias centrais do liberalismo político e, finalmente, no terceiro, do que seriam as questões estruturais. No fundo a obra é uma reafirmação da doutrina da justiça como equidade, que tantas polêmicas suscitou. Por isto mesmo seria conveniente retomar, ainda que de modo esquemático, os temas da *Teoria da Justiça*.

Com o livro de 1971, Rawls pretendeu superar as denominadas tradições utilitaristas verificadas na meditação anglo-americana, mediante a recuperação da idéia de contrato social. Nesse desiderato, postula que a Justiça diz respeito praticamente a todo o conjunto da atividade humana. Na busca de uma posição original (ou originária) ou estado

inicial capaz de assegurar que os acordos básicos a que se chega, no contrato social, sejam justos e equitativos, formula este princípio: “todos os valores sociais – liberdade e oportunidade, ingressos e riquezas e as bases do respeito a si mesmo – devem distribuir-se igualmente, a menos que uma distribuição desigual de quaisquer e de todos esses bens seja vantajosa para todos”. Rawls pretende ter assim chegado à apreensão de um princípio básico (“A justiça é a primeira virtude das instituições sociais, como a verdade o é dos sistemas de pensamento”), a partir do qual seria possível reorganizar a vida social. Declara expressamente estar de posse de uma convicção intuitiva quanto ao primado da justiça.

1. Fundamentos filosóficos

A primeira objeção suscitada pela postulação de Rawls dizia respeito à sua convicção de que a apreensão daquela realidade fundamental dar-se-ia de modo intuitivo. Esta é justamente a temática da parte inicial de *Political Liberalism*.

Rawls retoma a questão kantiana de saber como se constitui a objetividade (como se dá que as pessoas falam da mesma coisa). Conforme se sabe, em Kant o problema desdobra-se em duas frentes: o conhecimento da realidade natural (ciência tendo por modelo a física-matemática) e a questão moral. Neste último caso (que é o aspecto considerado por Rawls), a tradição católica consistia em fundá-la na religião (basicamente no Decálogo de Moisés e no Sermão da Montanha). O surgimento do protestantismo, ensejando interpretação diversa desses mesmos textos, torna imperativo encontrar novos fundamentos. Rawls simplifica o problema afirmando que há duas respostas para a questão da objetividade no plano moral: a kantiana e a que chama de intuicionismo racional. Rejeita a solução kantiana e, tomando por referência a segunda, irá erigir o que denomina de construtivismo político. De sorte que o entendimento de sua fundamentação filosófica do liberalismo requer a compreensão desses dois conceitos (intuicionismo racional e construtivismo político) bem como da consistência de sua crítica à proposta kantiana.

O intuicionismo racional encontra-se na obra de Clarke, Price, Sidwick e Ross(22) e pode ser resumido como segue: 1) Juízos e princípios morais são afirmações sobre uma ordem moral independente; 2) os primeiros princípios morais são conhecidos pela razão teórica, de forma intuitiva; 3) prescinde de uma idéia de pessoa. A motivação moral é definida pelo desejo que se origina no conhecimento intuitivo dos primeiros e, por fim, 4) a aceitação do conceito tradicional de verdade (adequação do conhecimento à coisa a ser conhecida). Para

situar melhor o que tem em vista, cumpre ter presente que, na Teoria da Justiça, a “posição original” – isto é, o reconhecimento da justiça como primeira virtude e a sua conceituação como equidade servindo de Norte para estruturar-se as instituições – contrapõe-se ao que chamou de “véu de ignorância”, isto é, espécie de alternativa cética (ou cega) àquele postulado inicial. O construtivo político que será obra sua no novo livro, não deve contrariar o intuicionismo racional. Sobre essa hipótese de uma ordem moral independente, apreensível por intuição, muito haveria a dizer mas é preferível fazê-lo mais tarde, já que agora compete apreender a novidade de Political Liberalism.

Vejamos o eixo central da crítica a Kant. Na visão de Rawls, a questão central diria respeito à autonomia. Essa idéia, segundo supõe, teria papel regulativo para toda a vida. Reconhece que seria parte do consenso que endossa uma concepção política (tema a ser discutido na segunda parte do livro, quando suscita o conceito de overlapping consensus, que acredito poderia ser traduzido por consenso superior). Mas depende da medida em que representa os valores como ordenados (ou hierarquizados). Além disto, para Kant (ainda segundo Rawls) a chamada ordem independente dos valores não se constitui a si mesma mas é constituída pela atividade da razão prática. Conclusão: o liberalismo político rejeita a autonomia constitutiva de Kant.(23)

O mínimo que se pode dizer de semelhante arrazoado é que corresponde a uma apresentação inusitada da proposta kantiana, com vistas apenas a facilitar a sua rejeição, como se pode ver das breves indicações adiante. Kant parte da suposição (aceita por Rawls) de que o comum dos mortais é capaz de juízos morais. Como os ingleses, que haviam igualmente partido da evidência (diante da divisão religiosa) de que era necessário encontrar fundamentos racionais para a moralidade, encaminharam-se no sentido da moral social, deixando em aberto a questão do indivíduo,(24) Kant trata de erigir um caminho segundo o qual qualquer pessoa possa verificar se sua ação poderia ser considerada moral. Trata-se da distinção entre máxima (enunciado subjetivo da ação pretendida) e lei (dotada de caráter universal). Como esse existente singular, sabendo agora que sua ação só poderá ser considerada moral se puder ser praticada por todos, indistintamente, irá orientar-se no cipoal de situações representada pela existência? Recorrendo ao que chamaria de imperativo categórico: o homem é um fim em si mesmo e não pode ser usado como meio. Como entreviu Max Weber(25), longe de corresponder a “formalismo”, no sentido de frio e distante, o princípio kantiano, para quem reconhece a tensão existencial e o autêntico desafio a que corresponde o propósito de comportar-se moralmente, trata-se de orientação clara e concreta, plenamente atual. Além

disto, resume o que poderíamos denominar de ideal de pessoa humana. A cultura ocidental suscitou esse ideal a ser perseguido pelos homens, digno de merecer adesão voluntária. Com esse passo, tanto a moral como a própria pessoa ganham autonomia, a primeira por fundar-se racionalmente e o segundo ao escolher-se como ser moral sem ceder às inclinações. É fácil perceber, portanto, o grau de empobrecimento da doutrina moral kantiana em mãos de Rawls.

Aqui Rawls parece simplesmente capitular diante do ambiente estruturado pela filosofia anglo-americana, onde a praxe (hoje abandonada por muitos autores reconhecidos como estudiosos do sistema democrático, a exemplo de Huntington, Dahl, Peter Berger, etc.) impedia que se considerasse, entre os condicionantes da consolidação do sistema representativo, as tradições culturais ou os fundamentos últimos da moralidade social básica (na literatura de língua inglesa tais fundamentos são habitualmente denominados de cultura política). Assim, parece-lhe um grande pecado a fundação transcendental da idéia de pessoa e de sociedade e faz questão de explicitar que recusa tanto o idealismo transcendental como as demais “doutrinas metafísicas”.

Em lugar da moral kantiana (é curioso que Rawls haja ignorado as contribuições de Kant especificamente no campo do Estado Liberal de Direito),(26) Rawls sugere o que denomina de construtivismo político. Define-o deste forma: resulta da união da razão prática com apropriada concepção de sociedade e de pessoa, bem como do papel público dos princípios da Justiça. A Razão Prática é o nome que dá ao senso de justiça, de que as pessoas estariam de posse, habilitando-as a compreender e aplicar princípios razoáveis que atendam às suas exigências, bem como a capacidade para fazer-se uma idéia do Bem (fins dignos de serem perseguidos). Assim, a sociedade não é um conjunto meramente coordenado por ordens emanadas de uma autoridade central, sendo guiado pelos papéis e procedimentos, reconhecidos publicamente, que os seus membros aceitam e encaram como adequados para regular sua conduta. Finalmente, o construtivismo político é uma teoria política e não uma doutrina moral. Ao tema acha-se integralmente dedicada a Terceira Conferência (Lecture III. Political construtivism, p. 89-130).

2. Idéias básicas do liberalismo político

São três, no entendimento de Rawls, achando-se estudadas na segunda parte da obra comentada, a saber: consenso superior (Overlapping consensus); prioridade do direito e

da idéia de Bem; e, razão pública. As três idéias acham-se mutuamente implicadas. Compreendem Lecture IV a Lecture VI (p. 131-254).

A sociedade democrática apoia-se numa espécie de consenso que se distingue claramente do simples *modus vivendi*. Apresenta como exemplo elucidativo da diferença a convivência entre protestantes e católicos antes da ampla vigência da tolerância religiosa. Sua resultante fundamental é a estabilidade política que depende de duas circunstâncias: 1^a) doutrinas constitutivas do consenso precisam ser afirmadas pelos cidadãos ativos da sociedade; e, 2^a) as exigências de justiça não sejam demasiado conflituosas com os interesses essenciais dos cidadãos na forma como se apresentam e são encorajadas em seus acordos sociais.

Para que se configure o consenso superior é necessário distinguir os valores políticos daqueles sustentados por outras esferas, notadamente a religiosa. Destaca os seguintes: igualdade política; igualdade de oportunidade; garantia da reciprocidade econômica e respeito mútuo entre os cidadãos. A missão específica do consenso superior consiste em reduzir o conflito entre valores.

A dificuldade do consenso superior advém da diferente motivação pela qual se dá a adesão ao liberalismo. Pode provir mesmo de convicções religiosas ou de doutrinas morais a que chama de “compreensivas”, exemplificando com Kant e Mill. Deste modo, o forçoso é reconhecer que não há respostas aceitáveis para as muitas questões da justiça política. Admite que poucas entre elas podem ser satisfatoriamente resolvidas e avança a tese de que a sabedoria política consiste em identificá-las.

Como vimos de início, Rawls pretende responder à pergunta quanto à possibilidade do sistema representativo, assegurada a pluralidade de opiniões. Ao atender àquele propósito, evitou ciosamente a questão de seus fundamentos morais, talvez porque, de antemão, pretendesse conduzir a investigação de forma a privilegiar a sua doutrina da justiça como equidade. Essa intenção fica clara nos últimos parágrafos da IV Conferência (p. 150 e seguintes) quando se propõe responder à objeção de que o consenso superior seria utópico.

Começa por dividir o consenso em dois segmentos, o consenso constitucional e o superior propriamente dito. O primeiro caso inclui somente os procedimentos políticos do governo democrático.

O consenso superior obedeceria a etapas, distinguindo intensidade (ou profundidade) de extensão. A intensidade exige que os princípios e ideais políticos estejam fundados numa concepção de justiça que tome por base as idéias fundamentais da sociedade e pessoa como ilustradas pela idéia de justiça como equidade.

Quer dizer: Rawls partiu de uma constatação. O pequeno número de nações que conseguiram consolidar o sistema representativo (a indicação de que não conseguiu universalizar-se não consta do texto; formulo-a deste modo para explicitar o sentido pleno de minha objeção) o fizeram preservando a pluralidade de opiniões (mesmo daqueles, como os socialistas totalitários, que pretendiam abertamente valer-se da liberdade para destruí-la). Como tornou-se possível manter a estabilidade política numa circunstância destas? A suposição de que deveria existir um consenso superior não deixa de ser procedente. Mas ao invés de apontar para o que seria mais ou menos óbvio (para quem se preocupa com esse tipo de questão, naturalmente), isto é, a moralidade social básica, Rawls parece acreditar que sua doutrina forneceria aquela base (esqueceu ter partido de uma constatação cabendo pelo menos indagar-se como seria antes de tamanha descoberta). Mas vejamos como prossegue.

A extensão do consenso abrange todos os principais instituidores dos procedimentos democráticos, inclusive os princípios que abrangem a estrutura básica. Este conceito foi de certa forma antecipado porque integra a terceira e última parte da obra. É definida como o caminho pelo qual as principais instituições sociais amoldam-se a um único sistema, como determinam direitos e deveres e modelam a divisão das vantagens decorrentes da cooperação social. Os desdobramentos desse conceito de estrutura básica são apresentados naquela parte da obra, a que nos referiremos expressamente na oportunidade adequada. Os princípios instituidores estabelecem ainda certos direitos substantivos como a liberdade de consciência e de pensamento, do mesmo modo que a igualdade de oportunidade e princípios que dêem conta de certas necessidades essenciais.

O foco da extensão (do mesmo modo que da intensidade) é uma específica concepção política de justiça, tornando a justiça como equidade por modelo exemplar. Em segmentos mais estreitos da sociedade pode dar-se consenso mais específico e ainda ensejar a emergência de concepções rivais de justiça. Além disto, diferentes concepções liberais podem ser assumidas por diferentes interesses. Nesta circunstância, o papel da justiça como equidade tem lugar especial com vistas a ser alcançado o consenso superior.

Segundo se mencionou, a doutrina liberal de Rawls apresenta duas outras idéias básicas, além do consenso superior, antes caracterizado. Na ordem de exposição, a segunda consiste na prioridade do direito e do conceito de Bem. Explicita que o tema havia sido considerado em Teoria da Justiça mas deseja agora esclarecer que não se trata de questão moral, dizendo respeito à política. A sociedade democrática deve propor-se assegurar o acesso aos bens primários, cuja lista compreende, além das liberdades básicas, níveis de renda aptos a permitir o que denomina bases sociais do auto respeito. Ao que se supõe, tem em vista o Welfare.

Finalmente, a terceira idéia básica é a de Razão pública. Consiste na característica de um povo democrático: é a razão de seus cidadãos, de onde procede o status da igual cidadania. Sendo apreciada e honrada, não é matéria de lei. Como ideal, a concepção de cidadania num regime constitucional indica como as coisas devem ser. Rawls inspira-se em Kant, no ensaio “O que é a ilustração”, para adotar a distinção entre razão pública e privada. Com o propósito de precisar melhor o que tem em vista, adianta que não a expressam as associações dos diversos tipos (universidades, sociedades científicas ou representativas de grupos profissionais). A Suprema Corte seria o protótipo da Razão pública.

O conteúdo da Razão pública está referido à concepção política de justiça. Em primeiro lugar, especifica certos direitos básicos, liberdades e oportunidades; segundo, determina prioridade especial para estes direitos; e, terceiro, indica as medidas capazes de assegurar a todos os cidadãos seu efetivo uso. Considerando a existência de diversos liberalismos, insistirá mais uma vez no significado de sua doutrina da justiça como equidade.

Na visão de Rawls, para que a razão pública possa exercitar-se é imprescindível a existência de consenso superior: os exemplos da abolição da escravatura e da imposição dos direitos civis para os negros, nos Estados Unidos, são apresentados como casos-limite. Mais precisamente: os limites apropriados nos termos dos quais emerge a razão pública variam segundo as condições históricas e sociais.

A concepção política de justiça e o ideal de honrar a razão pública suportando-se mutuamente. Em síntese, os limites da razão pública não são os limites da lei mas a medida em que honramos o ideal de cidadãos democratas, tentando conduzir seus assuntos políticos em termos que expressarem adequadamente os valores públicos, que possam razoavelmente

admitir que os outros venham a endossar. Reconhece finalmente que nem todos os liberais aceitariam a idéia de razão como a apresenta.

3. Estrutura básica

Segundo se mencionou, para Rawls a estrutura básica seria o conjunto de diretrizes norteadoras das instituições sociais, sobretudo no que se refere à divisão das vantagens resultantes das atividades sociais. Seu afã é a igualdade. Por isto mesmo, nos parágrafos iniciais da Terceira Parte, a sua doutrina distingue-se tanto do utilitarismo como do libertarianismo (Robert Nozick). No primeiro caso, trata-se, segundo entende, de uma teoria geral que se aplica indistintamente a todos, enquanto Rawls busca o estabelecimento de condições favorecedoras de determinados segmentos sociais. A teoria do Estado mínimo de Nozick tampouco atenderia aos seus propósitos.

Rawls não acredita que o mercado possa garantir a justiça dos contratos, mesmo que no seu ponto de partida hajam tomado como referência a equidade (parece que ninguém nunca o afirmou; numa sociedade onde o crucial consiste em gerar riquezas, pois todos aspiram à opulência – ao contrário do Velho Testamento onde a questão é meramente distributiva –, a função do mercado é assegurá-lo). Por isto, prossegue, é necessário taxar rendas e heranças. Admite que a estrutura social assim concebida afeta os indivíduos na medida em que limita suas ambições e esperanças (Lecture VII; § 5, p. 269). O contrato original é uma hipótese adequada para nortear a organização das relações sociais e não um fato histórico. Por isto, a idéia de que todos devem compartilhar de uma porção equivalente precisaria levar em conta a eficiência econômica (§ 9).

A última conferência (Lecture VIII) trata das liberdades básicas e de sua prioridade. Consiste na reafirmação de que todos os valores sociais (inclusive riquezas e ganhos) devem distribuir-se igualmente, salvo se sua distribuição desigual trazer vantagens para todos. Insiste em que as liberdades básicas não são meramente formais. Em conclusão: “A concepção de justiça como equidade destina-se a superar o impasse em nossa recente história política, ao evidenciar a necessidade de que nossas instituições básicas sejam estruturadas em conformidade com a liberdade e a igualdade dos cidadãos como pessoas. Deste modo, a idéia de justiça como equidade está dirigida não apenas aos constitucionalistas como aos cidadãos de um regime constitucional. Apresenta uma alternativa no que se refere à concepção de seu status comum e garantido como cidadãos iguais; e esforça-se para conectar

um entendimento particular de liberdade e igualdade, com uma particular concepção de pessoa, compatível com noções essenciais compartilhadas na cultura pública de uma sociedade democrática”. (p. 368-369).

4. Avaliação crítica

O novo livro de Rawls provavelmente suscitará tantos debates e polêmicas como Teoria da Justiça. Embora se trate de uma reafirmação dos postulados básicos daquela obra de 1971, insere idéias originais algumas delas muito fecundas como consenso superior e razão pública. A respeito desta o que se pode dizer é que foram revestidas de auréola moral, sem dizê-lo expressamente. Algo de parecido Kant havia feito com a moralidade, ao inseri-la nos marcos da autêntica santidade. Mas a posteridade despiu-a desse invólucro, indo direto ao ponto.

O tema central da obra (de que depende a consolidação do sistema representativo) é de grande magnitude para a vida brasileira. Dentro de pouco mais de duas décadas terão transcorrido nada menos que dois séculos desde que fizemos as primeiras eleições e nesse prazo tão dilatado avançamos pouco naquele terreno. Os principais estudiosos contemporâneos da política tendem a reconhecer que há condições culturais desfavoráveis, àquele sistema. Samuel Huntington em seu último livro (*The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*, 1991), no qual estuda as ondas e refluxos democráticos com o propósito de averiguar regularidades, admite serem remotas as possibilidades de que os países africanos e islâmicos venham a tornar-se democráticos. No Brasil, para empregar a linguagem de Rawls, não dispomos de consenso superior nem razão pública favorecedoras das instituições do sistema representativo. O debate que, esperamos, o livro provocará talvez possa evidenciar que conceitos têm maior valor heurístico na compreensão da realidade nacional, se os mencionados ou a idéia de moralidade social básica.

Em que pese a cerrada argumentação de Rawls, para o liberalismo a questão que permanece é a da igualdade de oportunidades. Ainda que o capitalismo haja alcançado invejável distribuição de renda e instaurado mecanismos públicos de assistência aos que não tenham sido capazes, por si mesmos, de superar a faixa da pobreza, o ideário liberal não pode inserir o propósito de alcançar a igualdade de resultados. Pela razão muito simples de que a criatividade e a capacidade empreendedora são patrimônios das pessoas, habilidades que não

podem ser ensinadas nas escolas, instrumentos preferencial para que todos tenham iguais oportunidades.

ANEXO I – O fracasso da experiência comunista

O socialismo do século XIX não se deu conta da especificidade da questão da pobreza. Os fundadores da doutrina, por mais que se distinguissem em seus variados matizes, difundiram a crença de que era suficiente extinguir a propriedade privada e todos os males, notadamente os decorrentes do infortúnio da sorte, estariam automaticamente eliminados. Tomo aqui, para comprovar a tese, o depoimento de Oscar Wilde (1854/1900), num ensaio publicado em 1890, a que deu o título de “A alma do homem sob o socialismo”. Depois de verberar contra a realidade da pobreza a exigir de todas as pessoas, com um mínimo de preocupações de ordem moral, a “viver para os demais”, escreve: “Tudo isto, como é natural, mudará com o socialismo. Não haverá mais pessoas a viver em tugúrios pestilentos, a andar cobertas de hediondos farrapos e a procriar criaturas raquíticas e famintas, em circunstâncias impossíveis e num ambiente imundo. A segurança da sociedade não dependerá, como depende hoje, do estado do tempo. Se cai uma geada, já não se encontrarão cem mil homens desempregados, vagando pelas ruas num estado de repugnante miséria, implorando, gementes, uma esmola dos transeuntes, ou aglomerados às portas à espera de um mendrugo de pão e de um asqueroso leito para passar a noite. Todos e cada um dos membros da sociedade compartilharão da prosperidade e da felicidade comum e, se cair uma geada, ninguém terá de sofrer suas conseqüências em maior grau que os demais. Como bom inglês, não acho que tal resultado implique na abdicação do individualismo.”⁽¹⁵⁾

Mas este, no caso presente, corresponde a aspecto secundário desde que o importante a destacar é a crença na solução automática das situações de injustiça pela simples eliminação da propriedade privada. Somente a eclosão do socialismo real iria contribuir para a implosão desse tipo de ilusão.

Os países do Leste Europeu fizeram cair sobre condições de vida ali vigentes o que se convencionou chamar de “cortina de ferro”. Contudo, nunca puderam esconder totalmente a vigência de padrões de vida muito modestos e de uma grande escassez de gêneros alimentícios e de bens de consumo em geral. O fracasso da agricultura soviética tornou-se, aliás, um fato proverbial. De exportadores de trigo na época czarista, os russos

tornaram-se grandes importadores. Diplomatas ocidentais observaram que as pessoas naqueles países estavam sempre de posse de sacolas e enfrentando filas, sendo comum a adoção de cartões de racionamento.

No livro *Les oranges du Lac Balaton* (Paris, Seuil, 1980), a propósito do nível de vida polonês, Maurice Duverger escreve o seguinte: “Sendo difícil toda comparação precisa, citarei apenas um dos mais sérios estudos recentes do problema. Em 1971-72, um francês que traduzisse, em preços e renda poloneses, seus próprios hábitos de consumo, julgaria seu nível de vida 80% superior ao do seu colega de Varsóvia ou Gdansk. Se este último convertesse seus hábitos de consumo em preços e renda franceses, estimaria que seu colega de Paris alcançaria nível de vida superior ao seu em cerca de 160%. Recordemos que este aspecto do problema era julgado fundamental pelo próprio Marx, para quem o desenvolvimento do socialismo achava-se associado ao da produtividade”. (p. 196).

Antes mesmo da queda do muro de Berlim, diante da aproximação que a Hungria realizou com Ocidente, foi possível apurar-se algumas indicações precisas em relação àquele país. O salário médio em 1987 era de US\$ 120/mês. Estimou-se que 40% da população (4,4 milhões de pessoas numa população total de 11 milhões) podiam ser arrolados como pobres, isto é, não atingem o mínimo vital estabelecido pela Organização da Nações Unidas. A mortalidade infantil cresceu sob aquele regime e o índice de suicídios viria a ser o maior da Europa. O alcoolismo é um problema tão sério como na antiga URSS. Leve-se em conta que, tendo aceito investimentos ocidentais, desde os anos sessenta, a Hungria chegou a ser considerada, dentre os países do Leste, o que apresentava melhor padrão de vida.

Os comunistas sempre fizeram crer que a inflação era um fenômeno típico das economias não planificadas. Agora a Polônia reconhece, em 1987, uma inflação anual de 200% e, a Iugoslávia, de 150%. Iugoslávia, Hungria e Polônia têm grandes dívidas com os países do Ocidente.

Quaisquer que sejam os resultados, na própria Rússia, do fim do comunismo - adicionalmente à *débâcle* do socialismo no Leste Europeu - no aspecto aqui considerado teve o mérito de que a nova equipe no poder reconheceu publicamente tratar-se de um país muito mais pobre que qualquer das nações desenvolvidas do Ocidente. Assim, embora pelas estimativas ocidentais, relativas à renda *per capita*, a União Soviética não se pudesse classificar como país subdesenvolvido, parece tratar-se de uma superestimação, induzida por

falsificação estatística. Os indicadores sociais que têm sido divulgados revelam um quadro nada favorável. Ainda que para denegrir a “era Brejnev”, o jornal *Komolsomolskais Pravda*, da juventude comunista, indicou que a expectativa de vida reduziu-se ao longo da década de setenta, chegando a 56 anos em 1980, muito inferior à do Brasil e dos países de renda média, confrontando-se aos dados antes transcritos.

Sob Gorbachov, o Comité Estatal de Estatística da URSS divulgou oficialmente que o país tinha 41 milhões de pessoas classificadas como pobres (dados de 1988), cuja renda mensal equivalia a 78 rublos. Ainda que os critérios de conversão sejam muito precários, estudiosos concluíram que correspondem ao poder de compra de dois salários mínimos brasileiros, tratando-se de valores muito modestos. Pelos padrões ocidentais, o contingente de pobres seria certamente muito mais expressivo. Na década de noventa, a televisão tem mostrado a espantosa miséria ali existente. Deste modo, o sonho igualitário do socialismo realizou-se não pelo comunismo mas pelo capitalismo.

ANEXO II- A recaída brasileira no assistencialismo

O debate travado nos Estados Unidos acerca do programa de renda mínima, denominado *social security* --a ser caracterizado no capítulo seguinte -- serve para demonstrar em que consiste precisamente o *assistencialismo* e porque merece condenação, não obstante o fato de que repousa num impulso moral (a solidariedade entre os homens), que corresponde a uma das mais louváveis tradições cristãs. O assistencialismo cria dependência. Em se tratando de pessoa que, tendo condições de ganhar o próprio sustento, conforma-se com a situação de viver às expensas da caridade pública, inevitavelmente perderá a auto-estima. Em muitos casos pode mesmo tornar-se cínico, ao considerar-se vítima ao invés de reconhecer a própria responsabilidade. Há registros comprobatórios de que podem vir a considerar que a vida achasse desprovida de sentido.

O apoio permanente a pessoas carentes somente produz efeitos positivos quando estas não podem auto-sustentar-se, seja por idade ou questões de saúde. Passam a sentir-se confortadas e valorizadas. Em contrapartida, esse mesmo apoio a carentes que têm saúde e idade que lhes permitiriam ganhar a própria subsistência deve direcionar-se no sentido de reinserí-los no mercado de trabalho. Essa diretriz vem de ser consagrada universalmente graças à concessão do prêmio Nobel a Muhammad Yunus, personalidade indiana que inventou o micro crédito e

criou uma instituição financeira destinada a tal fim, responsável pelo surgimento de milhares de pequenas empresas no Leste Asiático.

Essa era a linha adotada pelos governos militares com vistas à criação do que foi batizado de *Rede de Proteção Social*, que teve continuidade e veio a ser aprimorada após a abertura política de 1985. Pessoas idosas que não contribuíram para a Previdência e tornaram-se carentes passaram a ter direito a benefício por aquela instituição.

Ao aplicar essa regra ao meio rural (FUNRURAL), não se levou em conta as singularidades de tais municipalidades. Muitas delas precisariam (e precisam) de apoio a fim de encontrar uma atividade que possa não só tipificá-la como abrir uma perspectiva de auto-sustento para seus habitantes. Nesse particular, em todos os estados dispõe-se de experiências bem sucedidas.

Subseqüentemente, na década de oitenta, criou-se o Programa Bolsa Escola. Famílias de baixa renda que mantinham os filhos na escola faziam jus ao recebimento de determinada quantia em dinheiro. O sucesso de um tal programa dependia do controle da frequência dos alunos e também das avaliações mais gerais do desempenho. Assim, envolvia contra-partida e empenho no sentido de abrir às famílias beneficiadas a possibilidade de encontrar um outro caminho.

Avaliações dos mencionados programas sugerem que o contingente brasileiro de carentes achava-se praticamente inserido na *Rede e Proteção Social*. Sabe-se que há métodos divergentes de avaliação desse contingente. Contudo, adotando-se os critérios universais da ONU, não deveria ser superior a 20 milhões de pessoas, número aproximado dos que vinham sendo atendidos pelos programas referidos.

Chegando ao poder em 2002, o Partido dos Trabalhadores cuidou de distorcer o sentido da *Rede de Proteção Social*, transformando-a em simples assistencialismo, com fins estritamente eleitorais. Os programas precedentes passaram a denominar-se *Bolsa Família*, não mais se exigindo qualquer contra-partida destinada a, sempre que seja o caso, propiciar aos beneficiários uma alternativa de auto-sustento. A meta tornada pública consistia em atingir 12 milhões de famílias, na esperança de transformá-las em 20 milhões de votantes na legenda.

Ao que tudo indica, o esquema funcionou plenamente na reeleição do Presidente da República alcançada em 2006. Esta conclusão acha-se documentada em estudo realizado por Jairo Nicolau e Vitor Peixoto, integrantes do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de

Janeiro (IUPERJ). Esse estudo demonstra que o candidato do PT registrou declínio em sua votação, em ambos os turnos, nas cidades com mais de 50 mil habitantes e crescimento nas municipalidades com eleitorado inferior a tal patamar. Pela primeira vez, um candidato vitorioso perdeu em todos os estados mais desenvolvidos. Em contraste, obteve no Nordeste patamares de votos nunca obtidos por outros candidatos em qualquer região do país em disputas anteriores. Os pesquisadores mostram que a alta concentração dos recursos do *Bolsa Família* aconteceu justamente na Região Nordeste, que recebeu 53,7% de todos os recursos canalizados para tal programa. Levando em conta os níveis de renda e a região, os valores per capita desse programa explicam 63% da variação da votação obtida. Cada cem reais de acréscimo per capita traduziram-se em aumento de 3% na votação alcançada nos municípios. Vê-se que a análise é irrefutável.

E assim o país registra brutal retrocesso numa política de grande relevância para os destinos do país. A onipotência e o patrimonialismo que caracterizam o Estado Brasileiro ganham assim reforço que, inevitavelmente, trará conseqüências nada favoráveis para as futuras gerações.

Para enterrar de vez o assistencialismo entre nós, basta exigir dos diversos escalões governamentais que passem a registrar quantas famílias estão conseguindo retirar da dependência. A solidariedade que a sociedade deve aos carentes, só terá sentido se traduzir-se nesse tipo de empenho, em relação a todos que tenham a possibilidade de autosustentar-se.

NOTAS

- (1) Entre os estudos recentes, com tal característica, destacaria o texto de Marcelo de Paiva Abreu denominado “Paradigmas históricos”, incluído no livro *Brasil 2000. Para um novo pacto social* (3ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986); o ensaio de José Arthur Rios intitulado “Onde está a pobreza” (*Carta Mensal* nº 339, junho de 1983) e o livro *Máquina e revolta* (Brasiliense, 1985), de Alba Zaluar.
- (2) O fato serve, aliás, para sugerir que o Estado brasileiro pode ser caracterizado como Estado Patrimonial. Sem conhecer o Brasil ou imaginar que pudéssemos ter um ditador chamado Vargas, Max Weber (1864/1920), escreveu que todo Estado Patrimonial acabaria gerando o seu “pai dos pobres”.
- (3) Esse o tema da análise de Weber no livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.
- (4) *The Idea of Poverty*, ed. cit., p. 155.
- (5) No fim do século, B. Sheebohm Rowntree elaboraria um método destinado a proceder a tal mensuração, fornecendo um critério para medir a pobreza nos países desenvolvidos. Adiante, esse aspecto será considerado especificamente.
- (6) *O Tratado de Engenharia Sanitária*, do especialista argentino Manuel Sallovitz (Buenos Aires, 4ª ed., 1944) transcreve interessante depoimento constante de um diário que se preservou, do ano de 1871. Buenos Aires tinha então 200 mil habitantes e, no início

daquele ano, uma epidemia de cólera vitimou cerca de 14 mil pessoas (mortalidade da ordem de 70 por mil). Eis o que foi anotado no mencionado diário: 1º de março – A população foge e os emigrantes são reembarcados; 6 a 8 de março – São fechadas as escolas. Os aluguéis fora da cidade alcançam cifras astronômicas. Os empregados são notificados de que serão despedidos se abandonarem seus postos; 8 a 19 de março – Os médicos passam a receitar em suas próprias residências. Fogem os parlamentares, juizes, autoridades municipais e até mesmo o Presidente da República. São oferecidas passagens gratuitas aos que se disponham a ir para o interior; 19 de março a 5 de abril – Pululam os ladrões, casas inteiras são esvaziadas. Os doentes são enterrados ainda com vida. Setenta por cento dos enfermos morrem sem qualquer assistência médica. A Comissão Popular deseja incendiar os conventos já que apenas em um destes há setenta e duas pessoas mortas sem enterro; 5 a 25 de abril – As repartições públicas fecham suas portas. Reina o pânico. As mortes passam de 500 por dia; 25 de abril a 2 de maio – O Banco da Providência aceita prorrogações de débitos não saldados. Regressam algumas famílias. O governo aloja gratuitamente 8.300 pessoas; 31 de maio – Suspendem-se a distribuição de bilhetes para transporte gratuito; 10 de junho – *Te Deum* cantado pelo bispo, em ação de graças pelo fim da calamidade; e 20 de junho – Buenos Aires volta à normalidade.

- (7) As novelas (folhetins) apareciam, em geral, nos jornais especializados nesse tipo de publicação, mas também nos periódicos mais importantes. Entre os especializados, sobressaía o *London Journal*, semanário que, segundo Himmelfarb, vendia normalmente 100 mil exemplares, atingindo 500 mil quando do aparecimento de folhetins de grande sucesso. Estes eram posteriormente vendidos em forma de livro.
- (8) Em 1830, Londres tinha sete matutinos e seis vespertinos de circulação diária, com uma tiragem global da ordem de 40 mil exemplares. A população oscilava em torno de 1,5 milhão de habitantes. Paralelamente, publicavam-se muitos semanários e mensários, afora as grandes revistas.
- (9) No que se refere à maldade humana, tomada genericamente, alguns autores consideram que Dickens produziu uma obra perene e imortal. Assim, escreve Angus Calder: “Quando a imaginação de Dickens começou a trabalhar na sociedade vitoriana, que ele dominava e detestava, produziu um painel, certamente caricatural e injusto nos detalhes, mas que, no geral, parece hoje não apenas o reflexo de seu próprio tempo, e de uma forma acurada, como também uma perturbadora aproximação da nossa época. Suas cômicas e inspiradas criações e seus vilões demoníacos têm sido geralmente considerados meros monstros, apreciáveis, porém irreais. Mas, como diz Leonel Trilling, “nós, que vimos Hitler, Goering e Goebbels colocados no palco da História, e Pecksniffery institucionalizado no Kremlin, não estamos em posição de supor que Dickens tenha exagerado o mínimo sobre a extravagância da loucura, do absurdo e da malevolência do mundo – ou, de uma forma inversa, quando consideramos a resistência a essas qualidades, a bondade”.
- (10) Joseph Chamberlain (1836/1914) era de uma família londrina de industriais de calçados e, tão logo concluiu o curso colegial, foi mandado desenvolver aquela atividade em Birmingham, onde seria muito bem-sucedido. Com pouco mais de trinta anos, em fins da década de sessenta, já era um próspero industrial e começa a interessar-se pelos problemas da municipalidade, como membro do Conselho Municipal, tornando-se prefeito em 1873. Nessa posição inicia o movimento para a organização e aperfeiçoamento dos serviços municipais, granjeando notoriedade em todo o país. A partir da década de oitenta elege-se para a Câmara dos Comuns, tendo ocupado cargos no governo. Embora haja ampliado o seu leque de interesses, influenciando grandemente, entre outras coisas, na formulação da política externa e colonial da Inglaterra, esteve presente

nas discussões das principais reformas que caracterizam o surgimento do liberalismo social.

- (11) *Apud* Michael Freedon – *The new liberalism*. Na ideology of social reform, Oxford, Claredon Press, 2ª ed., 1986, p. 36.
- (12) Examino esse aspecto no livro *A questão do socialismo, hoje* (São Paulo, Convívio, 1981) no segundo capítulo, intitulado “O trabalhismo inglês”.
- (13) Em 1964, aparece pela Oxford University Press, com prefácio de Alan P. Grimes. Segundo informou-me Vicente Barretto, obras de Hobhouse encontram-se na biblioteca de Rui Barbosa, preservada pela Casa que leva o seu nome.
- (14) Esta obra goza de grande popularidade no Brasil, aparecendo com freqüência, pela Editora Record, na magnífica tradução de Genolino Amado.
- (15) L.T. Hobhouse. *Liberalism* (1911), Connecticut, Greenwood Press, 1980, p. 108/109 (reimpressão da edição da Oxford University Press, com introdução de Alan P. Grimes, antes mencionada).
- (16) *The new liberalism*, ed. cit., p. 201.
- (17) Ainda que esse tema deva ser objeto de tratamento específico, indique-se desde logo que a significação do keynesianismo e as razões pelas quais deixou de produzir os efeitos que tinha em mira estão consideradas no livro *Evolução histórica do liberalismo* (Itatiaia, 1987), especialmente nos capítulos VI. Emergência da questão social e posição anterior a Keynes. O keynesianismo e VII. A crítica do keynesianismo, o primeiro do autor deste livro e o segundo de Ricardo Vélez Rodríguez.
- (18) *Apud* Freedon – obra citada, p. 202/203.
- (19) A esse propósito quero lembrar aqui, apenas para enfatizar a nova feição que assume o problema, a advertência de Ralph Dahrendorf de que, na Europa atual, onde foram institucionalizados mecanismos de proteção social integralmente eficazes, a reforma que precisaria ser introduzida diz respeito aos ciclos da vida em que as pessoas estudam, trabalham e depois aposentam-se. Com os progressos técnicos exigindo sucessivas reciclagens no curso de uma única vida, o ciclo deveria alternar estudo-trabalho-estudo. Na visão do conhecido pensador liberal, a Universidade e os sindicatos tornaram-se o grande obstáculo à reforma em profundidade da vida social. Neste começo de novo século, a Universidade européia parece haver entendido a lição, conforme tive oportunidade de destacar no capítulo anterior. Quanto aos sindicatos, com a exceção de alguns países, limitam-se a defender as prerrogativas dos que mantêm seus empregos, impedindo a imprescindível revisão da legislação protecionista do trabalho, em especial na França. (Veja-se Ralph Dahrendorf. *O liberalismo e a Europa*. Roma, 1979; trad. brasileira pela UnB, Coleção Sociedade Moderna).
- (20) *Apud Fighting Poverty. What works and what doesn't*, editado por Sheldon D. Danziger e Daniel H. Weinberg, Cambridge, Harvard University Press, 1986, p. 2.
- (21) Os interessados consultarão com proveito o livro mencionado na nota anterior, que se compõe de onze estudos que virtualmente esgotam o assunto. Na década anterior, havia sido editado outro balanço de igual magnitude (*A decade of federal antipoverty programs*, ed. Robert H. Haverman, Nova Iorque, Academic Press, 1977). No que se refere especificamente às políticas contra a pobreza, nos Estados Unidos, no capítulo precedente que lhe dedicamos e foi referido acham-se indicados os temas mais relevantes, inclusive as correções introduzidas pelas administrações republicanas ao longo da década

passada.

- (22) Samuel Clarck (1675/1729) polemizou com Leibniz a propósito da religião natural, defendendo a Newton das críticas que eram endereçadas pelo primeiro; Henry Price foi o professor de lógica em Oxford entre 1935 e 1959, considerado neo-realista, por afirmar realidade externa relativamente ordenada (agrupada em “famílias”); Henry Sidwick (1838/1900) recupera a tradição ética iniciada por Butler e Hume, tendo alcançado grande notoriedade em seu tempo (cf. *C.A. Broad Five Types of Ethical Theory* (1930), London, Routledge and Kegan, 11ª ed., 1979; e finalmente, William Ross (1877/1971), grande estudioso da filosofia grega, notável comentarista de Aristóteles, justamente o criador do chamado *intuicionismo moral*).
- (23) *Lecture III. Political Constructivism* § 2 Kant’s moral constructivism (p. 99-102).
- (24) Examino essa questão em *Fundamentos da moral moderna* (Curitiba, Champagnat, 1994).
- (25) “Ensaio sobre o sentido da neutralidade axiológica nas ciências sociais e sociológicas” (1917) in *Sur la Theorie de la Science*. Paris, Plon, 1965, p. 425 e seguintes.
- (26) Estudadas, entre outros, por Norberto Bobbio (*Direito e Estado no pensamento de Emmanuel Kant*, trad. bras., Universidade de Brasília, 2ª ed., 1992). Na coletânea que organizei sob o título de *Evolução histórica do liberalismo* (Itatiaia, 1987) coube a Francisco Martins de Souza abordar o tema (“A fundamentação do Estado Liberal segundo Kant”).

CAPÍTULO SÉTIMO

DOIS MODELOS DE SEGURIDADE SOCIAL

I-A paulatina construção do *Welfare* e a diferenciação entre os modelos europeu e norte-americano

1.O *social security*

Nos Estados Unidos, quando se fala em *Welfare*, na maioria dos casos tem-se em vista o *social security*. Trata-se de um programa de renda mínima. Naquele país, toda a população adulta é obrigada a apresentar anualmente sua declaração de rendimentos. Iniciando-se o ano fiscal no segundo semestre, em julho, quando se encerra, por vezes no próprio mês de julho ou, no mais tardar, em agosto, a repartição responsável torna pública a distribuição da população segundo faixas de renda. A faixa abaixo de determinado limite – corrigido com frequência, segundo se indicará – é considerada pobre. O programa em apreço assegura a complementação da renda declarada, caso não atinja o patamar mínimo estabelecido. Esse grupo social tem ainda acesso à assistência médico-hospitalar, o chamado *medicare*.

Todos os demais programas relacionados ao tema –dizendo respeito à parcela restante da população – correspondem a seguros (aposentadoria; desemprego e saúde). Essa modalidade estabelece uma distinção muito relevante em relação ao modelo europeu. Ali, a seguridade social retira dinheiro do processo produtivo, destinando-o ao consumo, sustentados que são por contribuições e impostos anuais, enquanto o sistema americano repousa em poderoso mecanismo de investimento: os Fundos de Pensões, que serão abordados em tópico à parte.

Vejamos como têm atuado o *social security*, isto é, o programa de renda mínima e porque os americanos consideram que tem fracassado porquanto geralmente se entende que sua função deveria ser contribuir para retirar, dessa situação de dependência, aquelas pessoas que poderiam perfeitamente alcançar melhores níveis de remuneração no mercado de trabalho.

Em 1965, o índice de pobres nos Estados Unidos alcançou o mais alto patamar de sua história: 17,3% da população. Tal resultado levou o presidente em exercício, Lyndon Johnson, a lançar sucessivos programas destinados a atender a tal clientela. Em conseqüência da nova orientação, os recursos do *social security*, em 1980, chegaram a US\$ 423,8 bilhões, três vezes mais que os gastos com a defesa que, no mesmo exercício, alcançaram US\$ 145,1 bilhões. Que efeitos produziram tais programas?

Em 1982, as famílias pobres correspondiam a 15% da população (naquele ano equivaliam a 34,4 milhões, numa população total da ordem de 230 milhões), alteração insignificante em relação aos começos da década de sessenta. Em termos globais, os números se mantêm quase inalterados. Em 1985, eram 33,06 milhões e, em 1986, 32,37 milhões. No ano fiscal 2004/2005, esse grupo alcançava 12,7% da população. Em termos absolutos as variações são diminutas, considerados os recursos investidos. A rigor, há um contingente de pobres que virtualmente se tornou irredutível.

Cumprido observar que os parâmetros adotados nos Estados Unidos, para medir a pobreza, nada têm a ver com o entendimento clássico da indigência no século passado e em parte deste, na Inglaterra e em outras partes do mundo desenvolvido, ou com a pobreza com que nos deparamos atualmente em muitos centros urbanos de nosso país.

As famílias pobres nos Estados Unidos são aquelas que tinham, em 1982, renda média anual equivalente ou inferior a US\$ 9.862. E, em 1986, tais valores foram elevados para US\$ 11.203. Dez anos depois (1996), já alcançavam US\$ 17.000. A renda mínima considerada no ano fiscal 2004/2005 era da ordem de 20 mil dólares.

A renda média da família americana correspondeu a US\$ 23.340 em 1982 e a US\$ 29.450 em 1986 e continuou crescendo nas mesmas proporções. A classe média americana alcança aproximadamente três quartas partes da população (algo em torno de 200 milhões de pessoas, presentemente), sendo de 52,7% sua posição no conjunto da renda do país (dados de 1986). As situações de pobreza estão referidas a esse quadro, numa proporção que se mantém relativamente estável. Dramatizando a situação, um dos líderes do Partido Democrata declarou que os pobres americanos, pouco mais de 30 milhões, como vimos, “não estão em condições de fazer três refeições por dia”. Trata-se, portanto, de algo que nada tem a ver com as condições do subdesenvolvimento.

Comentando o decréscimo do número de famílias pobres, em 1986, um representante do Partido Democrata, Thomas J. Downey, deputado pelo Estado de Nova Iorque, declarou à imprensa o seguinte: “A queda do número de pobres no país foi tão pequena que não há nada, absolutamente nada, para comemorar”.

Qual a razão pela qual o contingente de pobres tornou-se virtualmente irredutível numa nação tão próspera como os Estados Unidos? Há muitas opiniões impressionistas. Entre as famílias pobres há cerca de 30% de descendentes de latino-americanos, em sua maioria

católicos, e 30% de negros. Os protestantes, na linha tradicional, tendem a relacionar esse estado de coisas à preguiça ou às crenças religiosas que, segundo entendem seriam hostis à riqueza.

Nos últimos anos, têm surgido apreciações mais ponderadas. Entre as famílias pobres, há uma grande parcela, da ordem de 45%, cujos chefes são mulheres, isto é, o famoso instituto da “mãe solteira”, que se elevou muito nos últimos decênios com a liberação sexual, o aparecimento da pílula anticoncepcional, etc. As famílias dessa condição encontram-se numa situação desfavorável no mercado de trabalho. A última reforma (1988), de que trataremos logo adiante, leva em conta justamente este aspecto, esperando-se que daí venha a tornar-se possível auferir melhores resultados.⁽¹⁴⁾

A consideração isolada, no que denominaríamos de meio rural, também tem propiciado melhor entendimento da questão. Nos Estados Unidos não há *meio rural* no sentido clássico do termo, isto é, zonas muito diferenciadas em relação às cidades, do ponto de vista da disponibilidade de serviços, formas de organização do comércio, etc. Na verdade, deu-se uma autêntica urbanização do campo. Deste modo, e distinção que se estabelece naquele país ocorre entre os pólos urbanos e as “áreas não-metropolitanas”, isto é, pequenas cidades isoladas, relativamente afastadas dos centros urbanos polarizadores, naturalmente de muito diferentes dimensões. Naquelas áreas, em 1987, viviam 57 milhões de pessoas (aproximadamente 20% da população total, estimada em 260 milhões, para o mesmo ano). Apenas uma parcela diminuta desse conjunto (7%, cerca de 4 milhões) vive diretamente nas fazendas. Essas zonas não têm, em seu conjunto, maior homogeneidade, havendo regiões prósperas e regiões decadentes.

O contingente pobre nas áreas não-metropolitanas é proporcionalmente mais elevado que o existente nas zonas urbanas. Equivale a 18% do total, alcançando 9,7 milhões de pessoas. Aqui há também uma grande proporção de negros. Mas talvez seja nessa parcela onde a emigração clandestina, proveniente do México e da América Central, haja alcançado maior índice de concentração.

O *Newsweek* (8/08/1988) relata a experiência de uma organização privada, constituída com a finalidade de proporcionar assistência médica a tais emigrantes. Em geral, as famílias não sabem sequer informar quais as vacinas que foram ministradas em suas crianças. Sua presença tem contribuído significativamente para elevação dos níveis de

mortalidade infantil nessas áreas não-metropolitanas.

Pergunta-se: que eficácia pode ter um programa governamental destinado a atender à pobreza decorrente da emigração clandestina? As comunidades reclamam, com razão, providências para impedi-la.

De sorte que o conhecimento cada vez mais pormenorizado das características do mundo da pobreza corresponde a um instrumento essencial na determinação das políticas adotadas, bem como na definição dos objetivos a serem alcançados. Desse ângulo, a aprovação da nova Lei dos Pobres, pelo Congresso americano, em outubro de 1988, pretende marcar um novo ciclo. Na visão do então Senador Patrick Moynihan, depois de pelo menos vinte anos, os representantes norte-americanos reconheceram que o essencial a fazer, nessa matéria, era adotar aquelas medidas que permitissem às mães solteiras - e às mulheres pobres, de um modo geral - encontrar o caminho do mercado de trabalho. Se bem que as diversas formas de auxílios às famílias pobres sejam mantidas, o eixo da nova legislação consiste nos programas denominados “Oportunidades de emprego e habilidades básicas” (Job Opportunitities and Basic Skills), destinados a treinar e ajudar as mulheres no sentido de que, num prazo determinado, tornem-se capazes de ganhar o próprio sustento e dos filhos. Seu alvo consistirá naquelas famílias que se encontram há longos anos recebendo auxílios oficiais.

Subsidiariamente, todas as jovens mães que deixaram de concluir o ensino fundamental passam a ser objeto de atenção especial a fim de que terminem a escola e possam trabalhar. A organização de creches para atendimento às crianças dessas famílias é parte significativa do programa.

A nova orientação baseia-se em experiências bem-sucedidas registradas no Estado de Massachusetts. Não obstante, o Senador Moynihan, no momento da aprovação da lei, advertiu que não se deve contar com milagre e quanto ao longo caminho a percorrer. Ainda que adequadamente financiado, os frutos demorarão a ser colhidos e não se espera resultados de 100%.⁽¹⁾

A sociedade americana vem sendo igualmente instalada a reconhecer que há pessoas cujo nível de aspirações contenta-se com a sobrevivência na base de empregos intermitentes para recebimento do seguro-desemprego; comunidades “hippies” e grupos afins, que jamais serão afetados por qualquer política de combate à pobreza. Em suma, nos Estados Unidos a tendência consiste em proceder-se a análise cada vez mais sofisticada.

2. A celeuma teórica em torno do *social security*

Presumivelmente, a controvérsia acerca do *Welfare State*, nos Estados Unidos, tende a circunscrever o seu objeto na medida em que as reformas de 1988 produzam resultados. Segundo tivemos oportunidade de referir, neste mesmo capítulo, a ênfase principal recaí agora nas providências capazes de permitir que as mães solteiras possam regressar ao mercado de trabalho ou nele permanecer. Esse parece ser o principal contingente na parcela residual que permaneceu intocada, por maiores que tenham sido os gastos governamentais destinados à erradicação da pobreza. Supondo-se que a nova orientação seja bem-sucedida – e não acarrete o resultado perverso, esperado por muitos analistas, de estimular a paternidade irresponsável –, restarão os grupos que transformaram a assistência governamental num meio de vida. Essa é certamente uma questão delicada. Gertrude Himmelfarb, no seu mais recente livro, em que dá prosseguimento à análise da questão da pobreza na Inglaterra do século passado (*The Idea of Poverty. England in the Early Industrial Age*, Nova Iorque, 1985, citado precedentemente) – *Poverty and Compassion. The Moral Imagination of the Late Victorian*, Knopf, 1991 – afirma que as formas de caridade social postas em prática no fim da Era Vitoriana são mais eficazes (e não têm efeitos perversos) que as políticas resultantes do *Welfare*. Parece, contudo, que somente em pequenas comunidades é possível retirar o caráter impessoal dos programas assistenciais. Nas maiores concentrações, sempre haverá aproveitadores e indolentes de difícil identificação. A sociedade americana terá, naturalmente, que decidir se sacrifica os verdadeiros necessitados para não ser lograda por beneficiários indesejados. Ainda assim, no caso brasileiro, em face da precariedade de tais serviços, os exemplos negativos de outros países não devem servir de pretexto para impedir que construamos o nosso sistema de seguridade social.

Para uma discussão em profundidade do *Welfare* americano, o livro de Edward D. Berkowitz (*America's Welfare State. From Roosevelt to Reagan*. John Hopkins University Press, 1991) constitui uma contribuição notável, sobretudo porque aborda-o na perspectiva histórica. Segundo seu entendimento, tendo nascido sob o signo da contestação, os programas assistenciais patrocinados pelo governo viveram um ciclo de grande consenso (nas décadas de cinquenta e sessenta) para ingressar em novo dissenso nos dois últimos decênios. Refuta a tese de que teriam surgido para aplacar os trabalhadores. Escreve: “O movimento sindical desempenhou papel reduzido ou nulo na criação dos programas de segurança social americanos, simbolizados pela aprovação do *Social Security Act* em 1935. Vindo de cima e não de baixo, nosso *Welfare State* refletiu a influência de um pequeno grupo de teóricos

trazidos para Washington pelo Presidente Roosevelt, e não da agitação dos trabalhadores ou dos sindicatos. Além disto, somente temos sido levados a pensar de outro modo pela tradição de escrever sobre o *Welfare State* de uma perspectiva comparativa ou marxista”. (p. XVI)

O *Welfare* americano viveu seu período de expansão nos ciclos de prosperidade.

Berkowitz insiste na necessidade de diferenciar o seguro social do que seria específico do *Welfare*, embora costume ser arrolado entre as iniciativas abrangidas pelo último conceito. O seguro social requer uma contribuição do próprio beneficiário futuro ou de seus empregadores, isolada ou concomitantemente. Os programas sustentados pelo *Welfare* provêm de recursos orçamentários e não exigem contrapartida. No caso americano, o seguro social merece aprovação generalizada, enquanto os programas assistenciais mantidos com recursos públicos sofrem críticas acerbadas. Em relação ao Brasil, o que se pode dizer é que a Previdência Social foi originariamente concebida como um seguro, isto é, o gestor das contribuições estava obrigado a aplicar parte desses recursos em empreendimentos rentáveis, a exemplo de qualquer outra empresa seguradora. Posteriormente é que as disponibilidades foram desviadas para outros programas, sobretudo construção de moradias. Daí resultaram as dificuldades da instituição, que tem sido instada a viver das taxas recolhidas durante os exercícios. De modo que repensar a Previdência brasileira significa colocá-la em bases atuariais.

À luz da distinção proposta, Berkowitz indica que, tomando-se valores constantes (US\$ de 1984), os seguros (aposentadoria, desemprego e saúde) registraram, nas duas décadas precedentes, expansão de 340% no período, enquanto os dispêndios com programas assistenciais oficiais (*social security*) tiveram, nos mesmos anos, incremento de 250%. Deste modo, a parcela fundamental do crescimento deu-se no setor saudável, isto é, naquele que, ao invés de retirar recursos da atividade produtiva, promove mecanismos vitoriosos de investimentos institucionais (os chamados Fundos de Pensões). A par disto, os programas oficiais cresceram muito lentamente a partir de 1976. E, por último, analisando-os especificamente, verifica-se que a sociedade tem presente os seus efeitos perversos e o consenso direciona-se no sentido de buscar eliminá-los e não simplesmente abdicar do compromisso social com situações de carência e desamparo.

Berkowitz estuda os programas de assistência médica, às famílias e à velhice carentes, concluindo que as avaliações globais não têm sido boas conselheiras. Assim,

enquanto o seguro desemprego e o seguro médico beneficiam-se da concorrência entre empresas e têm que se revelar eficientes, os programas assistenciais do governo dependem muitas vezes de circunstâncias aleatórias. Estudando cada caso de per si, o livro de Berkowitz é um verdadeiro antídoto contra as análises simplistas. O *Welfare* americano não é apenas um repositório de erros e desacertos. No que se refere ao amparo à velhice necessitada, corresponde a um êxito incontestado. Entre os contingentes arrolados como pobres, os maiores de 65 anos eram 35,2% em 1959 e apenas 12,2% em 1987. Nesse último ano, 45% da renda das pessoas idosas (com mais de 65 anos) provinham dos programas assistenciais oficiais. Cerca de metade desse contingente teria caído abaixo dos níveis de renda, considerados como definidores da pobreza, não fora o apoio do *Welfare*.

Fracassaram os programas de propiciar assistência médica gratuita (*medicare*). Verificou-se crescimento exponencial do número de pessoas que recorriam a tais serviços, daí resultando que quanto maiores as somas dispendidas maiores os contingentes não atendidos. Na visão de um estudioso citado por Berkowitz, os programas oficiais de saúde passaram a exigir “equações e não emoções; simpósios e não sermões”, vale dizer, tendo começado como uma exigência de caráter moral, acabaram transformando-se num problema técnico. Em 1965, o país dispendia cerca de 6,2% do PNB em assistência médico-hospitalar, sendo que 75% por conta do setor privado. Em 1983, os gastos globais elevaram-se a 11% do PNB, recaindo sobre o setor público 42% desse total. O mais grave é que essa expansão deveu-se sobretudo à elevação dos custos dos serviços. A prodigalidade no uso de recursos do erário introduziu uma grave distorção no mercado. A partir da Administração Reagan vêm sendo refinados os procedimentos para eliminação de tais distorções. Assim, por exemplo, revelaram-se muito eficazes as decisões de não pagar o atendimento médico, mas apenas as despesas hospitalares, submetendo seus custos a avaliações pormenorizadas. As avaliações impostas pelos conservadores evidenciaram que enquanto o número de consultas permanecia estável, os seus custos dispararam. Como não saía do seu bolso, o usuário pouco se importava que o preço da consulta se elevasse continuamente.

O remédio pode ter sido radical mas atendeu aos reclamos dos contribuintes no sentido de serem aprimorados os métodos de acompanhamento estatístico dos resultados. De sorte que o estudo de Berkowitz seria um referencial importante no debate desse tema no Brasil, se nos dispuséssemos a sair do patamar impressionista para estruturá-lo em bases sólidas.

America's Welfare State contém ainda a caracterização do processo histórico de constituição do programa de assistência às famílias carentes, que constitui sem dúvida o carro-chefe. Ainda que este seja o aspecto mais conhecido do *Welfare* americano, o estudo de Berkowitz corresponde a uma peça essencial para compreendê-lo, notadamente o caminho percorrido até o amadurecimento de que resultou a Reforma de 1988, antes citada.

Edward D. Berkowitz, professor de História da Universidade George Washington, adquiriu grande familiaridade com os programas sociais do governo ao tornar-se pesquisador do Departamento de Saúde. Assessorou a Presidência da comissão incumbida de elaborar a “Agenda para a década de oitenta”. Em 1980, publicou *Creating the Welfare State* e, em 1988, um estudo específico sobre os programas de saúde. Na apresentação do livro que comentamos, adianta que dará por concluída sua missão “com a biografia de Wilbur uma figura central na criação do *Welfare State* americano”.

O *social security* merece caracterização específica. Trata-se de programa de renda mínima, obrigatório para todos, a partir do qual, cada um faz a poupança permitida por suas disponibilidades num dos fundos de pensões. A contribuição obrigatória é de 6,2% dos empregados e idêntico percentual dos empregadores, incidindo sobre rendimentos anuais de até US\$ 65.400 (no exercício fiscal 1997/98). O benefício máximo que o segurado pode receber é de US\$ 1.300 ao mês (US\$ 16.600 anuais). O propósito parece consistir em evitar que as pessoas vejam-se na circunstância de depender de recursos do orçamento (os programas antes caracterizados), o que não tem ocorrido, consoante se referiu.

Os encargos do *social security* não permitem que suas disponibilidades sejam aplicadas a longo prazo. Acresce o fato de que estudiosos argumentam que com os percentuais descontados obrigatoriamente qualquer seguradora facultaria aposentadorias e pensões mais generosas.

Como a situação descrita vinha provocando muita celeuma, o governo resolveu criar uma comissão independente para avaliar a oportunidade de serem introduzidas modificações, inclusive eliminando progressivamente a sua obrigatoriedade e estimulando as pessoas a utilizar essa dispensa para promover aumentos em suas aplicações nos fundos de pensões. Os resultados dessa avaliação estão contidos na publicação intitulada *Is it time to reform social security?* de Edward M. Gramlich, professor na Universidade de Michigan, que presidiu a mencionada comissão governamental (University of Michigan Press, 1998, 103 p.).

O fundo da *social security* pagou, em 1996, US\$ 350 bilhões em benefícios a 44 milhões de segurados. Naquele ano, o número de contribuintes elevou-se a 141 milhões e a instituição arrecadou US\$ 414 bilhões. Mantidas as condições experimentadas pela economia americana no período recente, a Comissão concluiu não haver perspectiva de déficit no horizonte imediato (as projeções alcançaram até 2020).

De todos os modos, o Partido Republicano mantém em seu programa a proposta de enquadrar o *social security* no esquema vigente para os fundos de pensões. O argumento consiste em reduzir progressivamente, dos atuais 30% do PIB, os níveis dos impostos e outras contribuições obrigatórias, a pelo menos a metade.

3. Desempenho e papel dos fundos de pensões

Ainda que os americanos tenham a primazia na criação dos Fundos de Pensões, surgiram em diversos países europeus, a partir da crise que se instaurou na seguridade social. Contudo, ainda é diminuto este número.

O **Economist** (10 de Novembro de 2005) publica um gráfico indicando a magnitude dos ativos acumulados pelos fundos privados de pensões. Na Suíça, correspondem a 125 por cento do PIB; na Holanda a cerca de 90 por cento; nos Estados Unidos, Inglaterra e Chile, a 60 por cento; na Austrália, a 55 por cento e, no Canadá, a 50 por cento. Registram dimensões reduzidas, proporcionalmente ao PIB, em outros países europeus (Áustria, Alemanha, Bélgica, etc.). Esses fundos privados de pensões facultam uma contribuição notável no equacionamento dos problemas com que se defronta o modelo social europeu. Naturalmente, não se trata de supor que possam resolver todos os problemas relacionados à segurança social. Contudo, têm o mérito incontestável de proporcionar uma solução, a longo prazo, do financiamento das aposentadorias. Adicionalmente – mas de igual relevância – cria uma nova fonte de investimentos na economia, o que acarretará o incremento da oferta de empregos. E, embora os governos se vejam obrigados a opor restrições no atendimento às situações de desemprego, em vista dos dispêndios que tem acarretado, somente o crescimento há de reverter esse quadro indesejável.

A exemplo da atividade seguradora em geral, os fundos de pensões não se acham isentos de riscos. Ainda assim, podem ser evitados, levando-se em conta as regras de gestão recomendadas pela experiência disponível na matéria. Sendo os Estados Unidos o país no qual funcionam há mais tempo – estimulada que foi a sua organização graças à emenda constitucional, aprovada em 1913, ao isentá-los de impostos --, proporcionaram o legado inspirador de seus princípios básicos.

Perturbados que foram pela crise de 1929, os estudiosos consideram que o primeiro fundo digno de ser considerado “moderno” seria aquele constituído pelos empregados da General Motors, em 1940. Seus estatutos tornaram-se modelo e padrão. Entre as regras que se atribuiu, figura a proibição, logo universalizada, de efetivar aplicações na própria empresa.

A possibilidade de gestão temerária tornou-se patente com a falência do Fundo Studebaker, ocorrida em 1963. O abalo que provocou na confiança conquistada pelos fundos de pensões serviu para a fixação de regras impondo a diversificação das aplicações. Além disto, limite às operações que, embora podendo proporcionar melhores resultados, envolvam riscos comprometedores da solidez e sobrevivência do fundo respectivo.

A rentabilidade dos fundos tem sido comprometida pela política de redução das taxas de juros a fim de desestimular expansão do consumo, em níveis capazes de gerar inflação. Nos Estados Unidos, o longo período de vigência dessa política de juros baixos acarretou a redução do número de fundos que ofereciam rendas muito elevadas após a aposentadoria. Exigiam desembolsos muito altos. Entretanto, a circunstância não afetou o nível global dos ativos dessas instituições. O patrimônio acumulado, pelos participantes, ao longo do período de contribuições, tem se revelado suficiente para assegurar aposentadorias tranquilas, sem maiores alterações de padrão de vida.

Desse modo, a iniciativa dos sindicatos alemães de constituir, em 2001, fundos próprios de pensões, como decorrência da nova política de aposentadoria, conta com o respaldo dessa longa experiência, apta a minimizar os riscos. O grande mérito do acordo entre o governo Schroeder e as organizações dos trabalhadores reside no fato de haver desbloqueado a negociação em torno do futuro do Welfare. A persistência de déficit, a ser coberto por impostos, tem levado à reabertura da discussão, todos os anos, na oportunidade da votação do Orçamento. É fora de dúvida que a circunstância gera uma grande insegurança. Talvez essa evidência, por si só, possa levar os interessados a admitir negociação em separado da *aposentadoria*, do **desemprego** e da **saúde**.

Com efeito, não parece haver outra alternativa. A insistência em considerá-la globalmente dá sinais de esgotamento. Repousa no princípio de evitar aumento substancial do dispêndio, já que a cobertura desse gasto adicional acaba por acarretar aumento de impostos. O exercício de pressão sobre a despesa provoca a natural resistência de quem se sente prejudicado, em certos casos capaz de bloquear alterações, como se dá em relação aos regimes especiais no funcionalismo público. O aumento de impostos, por sua vez, afeta o desempenho da economia, o que agrava as dificuldades. As lideranças socialistas, que regularmente têm ascendido aos governos, pela saudável alternância verificada no continente, têm plena consciência do impasse. Saído desse grupo, Schroeder deixa-lhes uma herança que se espera venha a prosperar.

III- O modelo europeu

1. Reconhecimento da crise do Estado Providência e adoção do modelo Juppé

a) O alerta de Rosanvallon (1981)

Existem na Europa quatro modelos de assistência social, a saber: I) continental; II) nórdico; III) mediterrâneo e IV) britânico. Todos têm ampla abrangência, compreendendo sistema de aposentadorias e pensões, amparo à velhice, desemprego e saúde. Distinguem-se por incluir mais um ou outro plano (por exemplo, programas de estímulo à natalidade) ou na proporção em que participam o Estado, o empresariado e os trabalhadores. O traço relevante comum consiste em que o financiamento provém de recursos correntes, isto é, as despesas são atendidas por contribuições anuais. Ainda que uma ou outra modalidade seja designada como “seguro”, não se trata de que seja financiada por rendimentos resultantes de aplicações, atividade típica das seguradoras, que não intervêm no caso.

Mais recentemente – e nesta ordem –, Inglaterra, Holanda e Alemanha introduziram alterações substanciais nessa forma de financiamento, como alternativa à crise que se tornou patente nos anos setenta.

O alerta quanto à nova situação criada adveio no livro *La crise de l'État-Providence*, publicado em 1981, que se tornaria célebre. Seu autor, Pierre Rosanvallon, renomado intelectual, inclui-se entre os mais destacados sociais democratas franceses.

Para o pensador francês, não pairam dúvidas de que, entre 1946 e 1970, o Estado Providência trouxe tranquilidade às sociedades européias, preocupadas, desde meados do século XIX, com a chamada “questão social”. Contudo, cabe reconhecer que entrou em crise. A seu ver, essa crise apresenta aspectos distintos.

Antes de mais nada, temos o aspecto financeiro. A partir da década de setenta, os gastos sociais, notadamente os correspondentes à saúde, continuaram crescendo no ritmo anterior (incrementos entre 7% e 8% anuais), enquanto que as receitas passaram a aumentar em proporções sempre menores, chegando a variar entre 1% e 3%. Como determinantes deste estado de coisas, tem-se, de um lado, a crise econômica que se instaurou a partir de meados daquela década.

O cerne da questão proviria entretanto das alterações ocorridas na composição etária da população, de que resultou a sucessiva redução do número de contribuintes, que se fazia acompanhar da elevação do contingente de beneficiários. Apareceu o chamado fenômeno da terceira idade. Adicionalmente instaurou-se desemprego de grandes dimensões.

As soluções paliativas que começaram a ser encaminhadas não alteraram substancialmente o quadro.

Para comprová-lo, vejamos alguns dados da situação, ainda tomando por exemplo a França.

Em 1996, o sistema de aposentadorias consumia 12,5% do PIB, enquanto equivalia a 5,1% em 1960. Aproximadamente num quarto de século, aumentou uma vez e meia. Algo de semelhante ocorreu com os dispêndios com pensões, assistência às famílias, desemprego e assistência médico-hospitalar, isto é, nas diversas áreas abrangidas pelo sistema.

As medidas para tentar reverter o quadro tiveram início na própria década de oitenta. Até meados do decênio seguinte, as contribuições (universais) praticamente dobraram. Apesar disso, o déficit, atendido por recursos orçamentários, alcançou mais de dez bilhões de euros. Dessa política, resultou basicamente que os impostos e contribuições consomem em média 56,6% dos rendimentos das pessoas, tornando impossível ulteriores aumentos de impostos.

Num livro posterior, *La nouvelle question sociale: repenser l'État-Providence* (1995) – que viria a ser editado no Brasil pelo Instituto Teotônio Vilela – Rosanvallon indica que a crise e o caminho empreendido para combatê-la tem suscitado novas questões. Uma delas é o desgaste experimentado pela burocracia tradicional, perante contingentes cada vez mais expressivos da opinião. Juntamente com os que se acham encastelados num sistema que clara e unilateralmente os beneficia, tem conseguido bloquear novo tipo de encaminhamento da questão.

Vejamos, em síntese, qual tem sido a estratégia seguida pelos diversos países continentais, já que a Inglaterra, como indicaremos, encontra-se numa posição singular.

b) O modelo Juppé

Eleito em 1995, Chirac escolheu a Alain Juppé para Primeiro Ministro, que submeteu à Assembléia, em Novembro desse ano, um projeto de reforma do *Welfare* que se tornou modelo e referência na Europa. Não se trata de que haja inovado em relação às medidas em curso para enfrentar as dificuldades crescentes. Seu mérito consiste sobretudo em tê-las sistematizado.

A principal opção do Modelo Juppé consiste em manter o sistema chamado de gastos correntes, isto é, a cobertura dos gastos é efetivada por contribuições anuais.

Adicionalmente, adota o seguinte esquema de corte de despesas:

- Elevação da idade para a aposentadoria e correspondente ampliação dos anos de contribuição

- Redução dos prazos de recebimento de seguro desemprego no nível da remuneração obtida no trabalho
- Eliminação de sistemas especiais

Em matéria de fonte de recursos, tendo optado pela manutenção da modalidade tradicional, a única hipótese seria promover a elevação das contribuições. Nessa matéria, a grande novidade consistia em que os próprios aposentados passariam a ser tratados como contribuintes.

O Modelo Juppé foi entendido como tentativa de liquidação do Welfare sem nada colocar em seu lugar. A França foi submetida a uma convulsão tremenda. As greves em 1995 bateram um recorde histórico: seis milhões de jornadas de trabalho perdidas, sendo 60% no setor público. Jacques Chirac viu-se na contingência de afastar o seu Primeiro Ministro. Alain Juppé, por sua vez, desde então afastou-se da vida política. Sendo professor, obteve transferência para escola implantada na zona francesa do Canadá. Em 2006, mais de dez anos depois, portanto, a imprensa sugeriu que poderia reaparecer na movimentação política de 2007, quando haverá renovação da Assembléia e do governo.

O Parlamento conseguiu apenas aumentar as contribuições e introduzir mudanças no seguro desemprego, medidas essas que, sucessivamente, revelaram-se insuficientes. O déficit passou a ser atendido pelo Orçamento. Permaneceram os sistemas especiais. Contudo, as regras básicas desse modelo passaram a vigorar em quase todos os países da Comunidade.

Jacques Chirac foi eleito Presidente em Maio de 1995. Presumivelmente devido à celeuma provocada pelas pretendidas alterações na seguridade social, dissolveu antecipadamente o Parlamento, tendo sido derrotado em Maio de 1997. Segue-se a coexistência entre Presidência liberal (Chirac) e Primeiro Ministro socialista (Jospin). Sua substituição terá lugar neste ano de 2007.

Devido à circunstância de que o déficit do Welfare passa a ser atendido pelo Orçamento (situação generalizada na Europa), todos os anos o tema volta à discussão.

c) Reformas recentes

(2005; relacionadas ao Orçamento de 2006)

Duas reformas recentes, na Espanha e Portugal, continuam seguindo o Modelo Juppé. São as seguintes as medidas contempladas na reforma espanhola:

- Prolongar a atividade dos 65 para os 70 anos
- Fixar em 35 anos o período de contribuições necessário à obtenção de aposentadoria integral
- Aposentadoria antecipada passa dos 60 para os 65 anos
- Alterações no sistema de pensões

Na reforma portuguesa fala-se em “diversificação das fontes de receita” mas tendo em vista impostos. O aumento do IVA é justificado nessa perspectiva. Fixam-se limites para as pensões. O governo pretendeu também eliminar sistemas especiais (dos militares e membros do Judiciário) provocando reações acirradas, com ameaças de indisciplina nas Forças Armadas e greve no Judiciário, o que por sua vez causou grande desconforto na opinião pública. Houve uma espécie de unanimidade na condenação à greve dos juízes.

2.O imperativo de abordar topicamente a crise do modelo europeu

A questão do *Welfare* não pode certamente ser dissociada do conjunto de aspectos suscitados pelo modelo econômico social vigente na Europa. Depois de Delors (2), Tony Blair propôs-se discutí-lo com toda a amplitude. Ao assumir a Presidência Rotativa da Comunidade apresentou o conjunto de providências que submetia à consideração da Europa, na sessão do Parlamento Europeu de 23 de Junho de 2005. Em seguida, convocou a Cimeira denominada HAMPTON COURT (nome do palácio em que teve lugar, na Inglaterra), levada a cabo a 27/10/2005.

Numa abordagem com a máxima amplitude – como não poderia deixar de ser –, o centro da discussão passou a ser qual o rumo a ser dado à economia. Enfatizou-se a circunstância de que, num mundo globalizado, a Europa não podia dar-se ao luxo de proteger-se da importação de produtos cujos custos decorressem, em grande medida, do emprego de mão-de-obra. Ao invés de protecionismo, cabia privilegiar aquelas atividades exigentes de tecnologias de ponta, onde a região poderia concorrer com vantagem. Nessa mesma linha de raciocínio, o governo britânico investiu contra os subsídios agrícolas, de que a França não se dispunha a abrir mão. Desta vez, contudo, não obteve grandes apoios.

Contudo, em que pese a importância para o nosso comércio exterior a posição que a Europa adote no que se refere ao protecionismo na importação de produtos industriais ou em relação aos subsídios agrícolas, no que se refere ao *Welfare*, se queremos aprender com as iniciativas que a presente crise vem exigindo, cabe evitar a abordagem global, que de certo modo tem sido imposta pelo encaminhamento resultante do Modelo Juppé. Entendo que os seus aspectos essenciais precisariam ser abordados de per-si.

Nesse pressuposto, das questões levantadas por Blair consideraríamos apenas as que se acham diretamente associadas à estratégia de redução –ou eliminação -- do desemprego. O tema da saúde também poderia ser discutido de forma autónoma, do mesmo modo que a questão das aposentadorias e pensões.

Em síntese, vamos nos ater a estes aspectos:

- a) a questão do encontro de uma nova forma de financiamento das aposentadorias e pensões – com base no novo modelo adotado na Alemanha
- b) reavaliação das políticas relacionadas ao desemprego
- c) a questão das remanescentes situações de pobreza extrema; e
- d) encontro de uma forma duradoura de organização da assistência médico-hospitalar

3. O novo modelo alemão de financiamento das aposentadorias

O Parlamento alemão aprovou, em 2001, a nova legislação relativa ao financiamento das aposentadorias. O objetivo central consistia em adicionar ao atual sistema – tecnicamente denominado de “pay-as-you-go”, isto é, os dispêndios são cobertos por contribuições correntes, anuais – uma nova modalidade. Esta opera segundo o modelo das companhias seguradoras, isto é, as aposentadorias serão pagas pelos rendimentos provenientes de investimentos. A nova modalidade será voluntária, sendo que os principais sindicatos estabeleceram determinado padrão, consoante se refere adiante. Continuará sendo obrigatória uma contribuição destinada a assegurar aposentadoria mínima, vale dizer, aquela que seria requerida pela sobrevivência. Assim, o novo sistema diz respeito à renda adicional que possa assegurar, na aposentadoria, a manutenção de padrão de renda equiparável ao obtido na fase precedente. Espera-se que, no prazo de trinta anos, o novo modelo haja sido universalizado.

Ainda que a lei faculte ao empregado a livre escolha do fundo em que fará aplicações, as maiores organizações sindicais optaram por organizar fundo próprio, em parceria com os empregadores. Em seguida apresento a indicação das características gerais do fundo

constituído pelo sindicato dos trabalhadores na indústria química e a correspondente organização patronal (Federação das Associações da Indústria Química).

O sindicato dos operários e a federação dos patrões contrataram um banco privado para gerir o fundo de pensões. Os signatários do acordo reservam-se o direito de controlar e supervisionar as operações do banco, enquanto a este caberá decidir sobre os investimentos a serem efetivados.

Em conformidade com o modelo básico definido, cada trabalhador compromete-se com o investimento mínimo anual de 478,57 euros, enquanto o empregador adicionará 134,48 euros, afim de totalizar 613,05 euros. Em conformidade com este modelo básico, a contribuição patronal equivale a aproximadamente 22 por cento do total. De cada cem euros adicionais que o empregado se disponha a investir, o empregador aplicará 13 euros. As importâncias em apreço foram fixadas a partir de cálculo atuarial efetivado pela instituição financeira. A partir desse esquema, o associado ao fundo estabelece que renda pretende após a aposentadoria, a partir do que o banco define quanto terá que aplicar, anualmente. Firmado esse acordo passa a ter direito, à renda pretendida, após o prazo mínimo de trinta e cinco anos de aplicações.

A legislação estabelece que as inversões de ambos os parceiros ficarão isentas de impostos ao longo do primeiro decênio de constituição do fundo respectivo (e, em geral, nas disponibilidades dos diversos fundos de pensões). Em princípio, no ano 2008, o órgão governamental incumbido de acompanhar a aplicação da nova lei deverá, em comum acordo com os sindicatos e organizações empresariais, propor eventuais alterações. O ponto central, naturalmente, diz respeito à isenção de impostos.

O novo modelo concebido por Gerhard Schroeder, então Chanceler, e pelos sindicatos alemães prende-se à rejeição universal do chamado *Modelo Juppé*, antes caracterizado.

4) Desemprego e políticas bem sucedidas para enfrentá-lo

a) Situação atual do desemprego

Entre 1952 e 1972, a economia dos países desenvolvidos cresceu ininterruptamente a taxas anuais médias da ordem de 5%. Nos 150 anos precedentes, os economistas consideram que o capitalismo experimentou cerca de vinte crises cíclicas, uma para cada sete/oito anos, e pelo menos trinta recessões parciais, processo esse que culminaria com a catástrofe de 1929. Nos primeiros decênios posteriores à Segunda Guerra, as recessões foram tênues e não muito prolongadas

Em contrapartida, a partir da década de setenta observa-se uma drástica redução do crescimento, de que resulta a formação de contingentes expressivos de desempregados, considerando-se ainda que se haja verificado o fenômeno batizado de “desemprego estrutural”, isto é, pessoas que praticamente não mais conseguem voltar ao mercado de trabalho.

Vejamos a questão mais de perto, para em seguida verificarmos que fenômenos paralelos podem estar associados a esse quadro.

Na obra *Les économies de l'Europe Occidentale et leur environnement international de 1972 à nos jours* (Paris, Fayard, 2005), Jean-Marcel Jeanneney e George Pujals documentam o contraste entre os períodos de 1952 a 1972 e de 1972 a 2002. A escolha do ano de 1952, segundo esclarecem, deve-se ao fato “das destruições consecutivas à segunda guerra mundial terem sido suficientemente reparadas”. Os limites do período foram fixados em consideração a que, em Outubro de 1973, a OPEP anunciou a duplicação dos preços de petróleo que, “na verdade, foram multiplicados por cinco”. E mais: “em Março de 1979, a OPEP os quintuplica de novo”.

Entre 1952 e 1972, a Europa alcança o dobro do crescimento registrado no ciclo subsequente (1972 a 2002). Considerando apenas as nações com médias anuais superiores a 5%, o contraste é apresentado adiante:

<i>País</i>	<i>Crescimento médio anual (em %)</i>	
	<i>1952/72</i>	<i>1972/2002</i>
Alemanha	6,0	2,5
Espanha	6,0	2,8
Itália	5,4	2,3
França	5,2	2,4
Holanda	5,1	1,8

Essa perda de dinamismo refletiu-se no aumento brutal do número de desempregados, fenômeno que se caracteriza deste modo:

<i>País</i>	<i>Número de desempregados (mil) Máximo no período</i>			
	<i>1972</i>	<i>2002</i>	<i>Ano</i>	<i>Número</i>
Alemanha	249	4.178	1997	4.502
Espanha	169	1.660	1987	2.967
Itália	1.314	2.135	1987	2.908
França	380	2.291	1993	3.092
Holanda	70	187	1994	505

A mais elevada taxa de desemprego registrou-se na Espanha, em 1996, quando equivaleu a 22,9%. Seguiram-se: França, 12%, em 1997; Itália, 11,7%, em 1998; Inglaterra, 11,3%, em 1986; Alemanha, 9,8%, em 1997; e Holanda, 9,4%, em 1983.

O incremento do desemprego é fenômeno generalizado até a segunda metade dos anos oitenta. Em fins do decênio observa-se decréscimo em diversos países, com menor ou maior intensidade ou abrangência. Assim, verifica-se redução na Alemanha (entre 1988 e meados de 1991); na Espanha (entre 1987 e meados de 1992); na Bélgica (de 1985 a meados de 1990); na Itália (num único ano, em 1993); na Inglaterra (de 1987 a meados de 1990); e na Holanda (de 1989 a meados de 1992).

No período de 1993 a 2000/2001, ocorre nova redução do número de desempregados, em proporções menos reduzidas na Alemanha, um pouco mais acentuadas na Bélgica, Itália, França e Espanha, e muito acentuadas na Holanda e Inglaterra.

Tudo indica que as duas circunstâncias possam ser associadas ao crescimento econômico subsequente a ciclos recessivos.

Segundo Jean Jenneny e Pujals, o melhor indicador do nível de atividade seria o desempenho da produção industrial. A seu ver, os dados relativos ao PIB podem não refletir o quadro real na medida em que são influenciados “por um conjunto de serviços públicos e privados muito menos sensíveis à variação da demanda”. Nessa suposição, situam ciclos recessivos entre o último trimestre de 1979 e 1982/83. E, entre o último trimestre de 1990 e meados de 1993. Em 2001, começa nova recessão. Dados colhidos em outra fonte (as estatísticas do livro considerado abrangem apenas até 2002) indicam que este ciclo se interrompe em 2004, voltando a verificar-se declínio em 2005.

Na consideração dos níveis de desemprego cumpre levar em conta os efeitos da unificação sobre o fenômeno na Alemanha. Desde os começos da década de oitenta, o total de desempregados naquele país situa-se em torno de dois milhões. Com a unificação, esse

número cresce ininterruptamente, até 1997, quando alcança 4,5 milhões. Como indicamos, o crescimento econômico dessa fase, em certa medida o reteve. Mas, presentemente, é da ordem de 4 milhões, isto é, não houve alterações substanciais.

Onde se verifica drástica e estável redução é na Inglaterra e na Holanda. Nesses países, o desemprego praticamente desapareceu, se tivermos em vista que determinado nível traduz uma situação normal de demanda por empregos. A Inglaterra mantém taxas da ordem de 5% (4,7% em 2004). E, a Holanda, entre 2,5 e 3%. A Espanha também corresponde a fenômeno destacado, na medida em que o desemprego ali desceu de 22,9% (1996) para 8,4% (terceiro trimestre de 2005).

Vale a pena nos determos na experiência desses três países (Inglaterra, Holanda e Espanha) a fim de identificar que outros componentes podem influir naquela direção, além do impulso básico que naturalmente provém do crescimento econômico.

b) A experiência inglesa

Ainda que não possa ser reproduzida, a experiência inglesa merece ser examinada porquanto fornece uma espécie de arquétipo para a solução do problema do desemprego. Trata-se das reformas efetivadas por Mme. Thatcher.

As reformas Thatcher não podem ser reproduzidas porque foram impostas aos trabalhistas, que recusaram qualquer tipo de negociação. O movimento sindical encontrava-se entretanto completamente isolado, de modo que contou com o apoio da população para enfrentar a sua resistência e derrotá-lo.

Na época, o trabalhismo inglês atravessava uma das mais graves crises de sua história, em razão do Congresso Extraordinário de 1981, que retirou da bancada a prerrogativa de escolher o líder (futuro Primeiro ministro) transferindo-o para uma conferência específica onde as Trade Unions teriam a hegemonia. A decisão provoca o afastamento do grupo liderado por David Owen (3), que fundou o Partido Social Democrata (fundiu-se com o Partido Liberal, em março de 1988, dando origem aos atuais Liberais Democratas, apesar da oposição do fundador)

A liderança trabalhista dessa época virtualmente saiu de cena com a ascensão de Tony Blair.

Mme. Thatcher governou a Inglaterra entre 1979 e 1990. Ainda que os conservadores continuassem no poder, neste último ano perde a liderança para John Major.

O auge da disputa com os trabalhistas deu-se basicamente nos anos de 1984 e 1985, quando enfrenta a greve dos mineiros por mais de um ano, vencendo-os sem fazer concessões.

As reformas de Thatcher consistem no seguinte:

1º) Desestatização da economia

Em 1978, a Inglaterra era a economia mais estatizada da Europa, superando mesmo a França, campeã na matéria.

O governo Thatcher conseguiu desestatizar mediante a pulverização de ações, ampliando o mercado de capitais e propiciando o surgimento dos Fundos de Pensões. As ações foram comercializadas pelos bancos, mediante o compromisso de recompra pelo Estado em caso de insucesso, que não ocorreu.

2º) Imposição da reforma trabalhista

Thatcher revogou os privilégios das Trade Unions e dificultou a realização de greves. O prof. Pastore costuma lembrar que no debate ocorrido em 1984, como parte da campanha eleitoral, entre Margareth Thatcher e o então líder trabalhista, Tony Benn, da chamada *hard*

left, de inspiração trotskista, a Primeira Ministra incluiu entre os seus sucessos a redução do número de horas de trabalho perdidas devido a greves. Tony Benn retrucou dizendo que o resultado alegado devia-se à proibição das greves, alegação que Mme. Thatcher refutou indicando que o governo limitara-se a proibir piquetes. Ao que diz Tony Benn: “sem piquetes não há greves”.

3º) Eliminou a *staginflação*

Na década de setenta, a Inglaterra experimentou taxas de inflação sem precedentes, a saber:

<i>Ano</i>	<i>Taxa de inflação</i>
	(%)
1972	7,1
1973	9,2
1974	16,0
1975	24,2
1976	16,5
1977	15,8
1978	8,3
1979	13,4
1980	18,0

Fonte: OCDE

Tenha-se presente que a circunstância européia nada tinha a ver com o que se verificou em países como o Brasil no período recente, com taxas de incremento de preços que poderiam ser consideradas como equivalentes à hiperinflação.

O fenômeno se fazia acompanhar de taxas medíocres de crescimento. De imediato, Thatcher conseguiu reduzir drasticamente a inflação. Entretanto, no que respeita ao desemprego, os efeitos de sua política somente aparecem a partir de meados da década de noventa, o que facilitou o seu afastamento da liderança.

Contudo, o grande mérito da experiência inglesa reside na continuidade. Major como Blair mantiveram as políticas introduzidas por Mme. Thatcher. No caso de Blair, o mais importante a destacar consiste em que conseguiu que as Trade Unions reconhecessem terem sido benéficas as reformas de Mme. Thatcher, impostas pela simples razão de que a liderança da época recusou-se a negociar.

c) A experiência holandesa

Nos começos da década de setenta, o desemprego praticamente inexistia na Holanda, oscilando em torno de 2,5%. A exemplo do que ocorreu na Europa, com os dois choques do petróleo nessa década, mais que dobrou (6% em 1977). As mais altas taxas ocorreram na segunda metade de 1983 (9,4%). Em 1981 e 1982, as taxas de crescimento foram negativas (-0,5% e -1,2%).

Desde então, o desemprego não cresceu mas, em compensação, reduziu-se muito lentamente. A economia holandesa experimentou também os ciclos recessivos que afectaram a Europa.

Em 1998, a Holanda alcançou taxa de desemprego considerada normal (4,2%) e, entre o último trimestre de 1999 e 2002, oscilou entre 2,7% e 3%. As taxas de crescimento desse período acompanham as verificadas na Europa (entre 3% e 4%).

A experiência holandesa confirma a existência de uma forte correlação entre os níveis de desemprego e a forma de encaminhamento das relações de trabalho. Comprova que a substituição da regulamentação pela negociação (o que também tem sido denominado de flexibilização) contribui de modo preponderante na redução do desemprego.

A par disto, distingue-se da experiência inglesa no sentido de que a mudança pode ser negociada com os sindicatos, ao invés de imposta, como ocorreu com Mme. Thatcher.

Em 1982, os sindicatos holandeses assinaram com os patrões o chamado Acordo de Wassenaar, concordando com elevações salariais inferiores aos níveis de produtividade. A inflação chegou a 6,5% em 1980; 6,7% em 1981, e 5,9% em 1982, reduzindo-se a 2,7% em 1983, resultado atribuído sobretudo à contribuição dos sindicatos. Adicionalmente, aceitaram a estagnação do salário mínimo entre 1982 e 1990, bem como entre 1993 e 1996, de que resultou tivesse baixado de 64% para 51% do salário médio. Aceitaram finalmente a política de combate ao desemprego mediante estímulos a trabalho de tempo parcial (que era também uma aspiração de parte do emprego feminino, interessado em dedicar maior tempo à família).

Ao mesmo tempo, os sindicatos obtiveram redução de 5% do tempo de trabalho e a redefinição dos níveis de remuneração a fim de que refletissem aprimoramento da formação, fenômeno generalizado em setores exigentes de reciclagem.

A conhecida estudiosa francesa Dominique Schnapper, em artigo na revista **Commentaire**, confrontando com a situação vigente em seu país onde os sindicatos têm o monopólio da representação, independentemente dos respectivos níveis de representatividade, assinala que os sindicatos holandeses têm a atribuição de negociar os contratos coletivos de 83% dos assalariados. Destaca também que as principais forças políticas têm procurado agir de modo consensual nos aspectos mais sensíveis, sobretudo no que se refere às questões econômicas aqui consideradas.

É importante registrar que a Holanda vem estimulando a adesão aos Fundos de Pensões. Os ativos disponíveis por tais instituições, segundo a OCDE, já superam o PIB. Esta tem se revelado a forma adequada de assegurar aposentadoria, equiparável à remuneração alcançada durante o trabalho, sem onerar o Orçamento, ao mesmo tempo em que dá surgimento a uma fonte adicional de investimentos, de que depende, em última instância, a taxa de crescimento de um país.

Admitida a hipótese de que seriam passíveis de generalização, as experiências inglesa e holandesa sugerem que a legislação do trabalho corresponde a uma componente importante no arranjo de que poderia decorrer a obtenção de taxas de desemprego consideradas normais, isto é, que refletissem apenas o afluxo das novas gerações ao mercado de trabalho. Essas taxas seriam da ordem de 4% ou menos.

Na consideração da legislação trabalhista não se trata de reabrir a discussão em torno de prerrogativas e vantagens que se tornaram componentes de nossa civilização (limitação da jornada de trabalho; repouso semanal remunerado; férias, etc.). A experiência bem sucedida tem consistido em ampliar a margem de negociação ao invés de regulamentar novas eventuais conquistas. Os sindicatos holandeses concordaram em deixar de incorporar aos salários, integralmente, os níveis de produtividade quando a providência seja requerida pela eliminação da inflação.

A redução do déficit público pode exigir a introdução progressiva de nova forma de financiamento da segurança social, passível de efetivação, segundo nos mostram os sindicatos alemães. Mas há ainda outros aspectos envolvidos.

d) O caso espanhol

Conforme foi referido, a Espanha teve um desempenho espetacular na redução do desemprego. Tendo registrado as mais elevadas taxas da Europa (22,9%) em 1996, conseguiu

reduzi-las a 8,4% em fins de 2005, abaixo da média europeia. A singularidade do caso espanhol, em relação às experiências inglesa e holandesa, examinadas precedentemente consiste em que esse resultado decorre basicamente da manutenção de taxas elevadas de crescimento (acima de 4% na maioria dos anos recentes, a partir de meados da década de noventa).

Os analistas coincidem em que o crescimento espanhol decorre, em grande medida, da redução de impostos introduzida pelo governo do Partido Popular e que tem sido mantida pelo atual governo socialista.

Na Europa, os impostos incidentes sobre as empresas variam de aproximadamente 40% (Alemanha, seguida de perto pela Itália), ao grupo dos 35%, no qual se inclui a Espanha, a Bélgica e a Holanda, ao grupo em torno dos 30% (Inglaterra, Portugal, etc.) e o caso extremo da Irlanda (12,5%).

Pode-se considerar como se achando estabelecido que existe uma forte correlação entre a redução de impostos e o crescimento econômico. O conhecido economista norte-americano Gregory Mankiw demonstra em suas análises que a redução de 50% no imposto sobre rendimentos do capital, e 17% sobre rendimentos provenientes de salários, serão compensados por receitas fiscais induzidas pelos efeitos sobre a atividade econômica.

Análise mais circunstanciada desse tema encontra-se no texto *The effectiveness of fiscal policy in stimulating economic activity: a review of the literature*. (FMI, Document n. 208-2002).

A retirada do Estado do desempenho directo de atividades que possam ser desempenhadas pela iniciativa privada, na medida em que signifique redução de gastos públicos, também pode contribuir para a dinamização da economia, desde que se traduza em menor carga tributária.

5. De que dependeria a relativa estabilização do emprego

a) Uma ponderação

Ao me propor resumir aquilo que corresponderia ao essencial na maneira como se desenrola na Europa a questão do desemprego, notadamente à identificação das políticas que poderiam ser consideradas como bem sucedidas, parto do pressuposto de que não dispomos de uma doutrina, de eficácia comprovada, capaz de assegurar o que se tem denominado de desenvolvimento econômico sustentado. A experiência mostra que, embora se possa dizer que a aplicação do keynesianismo, nas três décadas iniciais do último pós-guerra, haja interrompido o fenômeno das chamadas “crises cíclicas”, disso não resultou a continuidade do crescimento. No período posterior, a Europa e o mundo desenvolvido se têm defrontado com recessões econômicas intermitentes.

Admitindo que, desse conjunto possa ser destacado o fenômeno do desemprego, forçoso é reconhecer que o crescimento constitui o seu antídoto natural, embora se revele insuficiente. Ao mesmo tempo, a redução de impostos se tem revelado um fator capaz de promover o incremento ou a retomada da atividade econômica. Contudo, ao que tudo indica, para que se traduza não apenas em mais empregos mas na desaparecimento de fenômenos tais como o chamado desemprego estrutural seriam necessárias outras políticas, que procuraremos destacar no tópico subsequente.

b) Conclusões admissíveis da análise precedente

A flexibilização das relações de trabalho tem se revelado elemento capaz de contribuir no sentido de serem alcançadas taxas de desemprego que refletiriam apenas a chegada da nova geração ao mercado de trabalho. Oscilariam em torno dos quatro por cento da população econômica ativa. Essa evidência também decorre das alterações profundas verificadas no tocante ao emprego. Desapareceu aquele mundo em que os indivíduos seriam preparados para o ingresso no mercado de trabalho; atuariam num determinado emprego grande parte da existência e depois fariam jus à aposentadoria.

Hoje dificilmente a pessoa permanecerá nesse ou naquele emprego durante grande parte da vida. Mesmo que continue integrado à mesma empresa, parece inevitável que se alterem suas funções, alterações quase sempre exigentes de reciclagem. A experiência tem demonstrado – e a referiremos de modo expresso logo adiante – que, podendo renegociar o contrato de trabalho, o empregador dificilmente dispensará o empregado, que até então se haja desempenhado satisfatoriamente, devido à incorporação de novos equipamentos ou alterações em linhas de produção ou atividades.

É bem provável que o aparecimento de núcleos de desempregados que dificilmente conseguem retorno ao mercado de trabalho, decorra da rigidez das relações de trabalho. O novo tempo parece exigir seja a regulamentação substituída pela negociação.

De uma certa forma, essa substituição exigirá que o *Modelo Juppé* de ajustamento do *Welfare* seja abandonado. O passo inicial poderá consistir na negociação que possa conduzir à adoção de novo modelo e financiamento das aposentadorias (estimulando a progressiva transferência para os Fundos de Pensões). A julgar pela experiência alemã, o ponto nevrálgico dessa negociação consiste na forma pela qual se dará a transição do atual para o novo sistema.

6. Como a Europa lida com a remanescente pobreza extrema

Devido a existência, nos Estados Unidos, de programa de renda mínima – o denominado *social security* –, dispõe-se de diversos estudos acerca das razões da permanência de famílias inteiras, ou indivíduos isolados, na dependência de serem sustentados por programas públicos ou instituições privadas. Assim, por exemplo, atribui-se ao fato de que sua redução se haja estancado, por volta de meados da década de oitenta -- depois de haver baixado de 17,3%, em 1965, para cerca de 12%--, devido à admissão de que mães solteiras fariam jus ao benefício (complementação da renda e assistência médica gratuita). Introduziram-se programas destinados a permitir que voltassem ao mercado de trabalho (creches, por exemplo) mas, ao que tudo indica, não têm produzido os efeitos esperados, ou estes somente se tornarão patentes a longo prazo.

O mesmo entretanto não ocorre na Europa, isto é, os registros limitam-se ao funcionamento da rede de proteção social, não havendo a preocupação de indagar das razões da persistência do fenômeno da dependência. A exemplo dos Estados Unidos, a sociedade europeia enriqueceu com base na distribuição e não na concentração de renda. A determinação dos níveis de pobreza, como não poderia deixar de ser, preserva a sua característica relativa. Vale dizer, como advertiu Tocqueville, a pobreza varia segundo os países na medida em que tipifica diversidade de bens compreendidos naquilo que consistiriam as necessidades básicas. Contudo, há o acesso generalizado aos produtos que melhor tipificam os padrões de consumo.

No período recente, como indicaremos, os trabalhistas ingleses têm questionado a validade de alguns dos programas integrantes da rede de proteção. Ainda assim, não há maior indagação sobre a sobrevivência do que poderíamos denominar de “núcleo duro” da dependência.

As estatísticas disponíveis na Europa retratam com precisão a ampla elevação dos padrões de vida da população. Os ingleses editam, anualmente, boletim estatístico específico (*Social*

Tends), que completou 35 anos de existência em 2005. Neste volume, indica-se que em 1970 apenas 35% das residências dispunham de telefone fixo, quantitativo que se elevou a 94% em 2003. A partir de 1996, aparecem os telefones móveis (16% da população já o possuíam, número que se elevou a 70% no último ano antes referido). É interessante registrar que novo indicador surge desde 1985: 16% possuem computador pessoal. Em 2003 eram 55%. O acesso à INTERNET acompanha essa evolução.

Ainda do mesmo modo que nos Estados Unidos, são disponíveis dados atualizados sistematicamente da distribuição da população segundo a renda. A partir do mencionado *Social Trends*, o contingente populacional que na Inglaterra seria classificado como pobre (renda anual de 7.500 libras, aproximadamente US\$13 mil) situa-se pouco abaixo dos 10%. Entretanto, a partir da mesma publicação, confrontando esse registro aos gastos em proteção social verifica-se que o contingente atendido seria um pouco maior (em 2003, aproximadamente 7 milhões de pessoas, correspondentes a 12% da população, pouco inferior a 60 milhões naquele ano). Essa diferença talvez tenha algo a ver com a crítica trabalhista a alguns desses programas, a ser referida adiante.

Os programas da rede de proteção social objetivam contemplar todas as situações de carência. Entre 1993 e 2003, os dispêndios com assistência a idosos, famílias carentes e assemelhados expandiram-se aproximadamente 30%. Nesse último ano, totalizaram 277 bilhões de libras. Os dispêndios médios por pessoa alcançaram pouco menos de quatro mil libras. A parcela fundamental de tais gastos destinou-se à assistência à velhice (43% do total), seguindo-se o atendimento a enfermos. Os programas ingleses abrangem ainda apoio a famílias com vistas a estimular a natalidade, tendo ainda a seu cargo a manutenção de creches. Nesse conjunto, a assistência a desempregados corresponde a parcela ínfima, destinando-se tão somente a situações especiais. Em 2003, havia pouco mais de 900 mil desempregados, atendidos basicamente por seguros não incluídos na rubrica ora considerada.

Esclareça-se que a rede de proteção social não é integrada apenas por organizações estatais, desempenhando um papel fundamental instituições privadas. Estas chegam a ser 500 sendo a sua atuação acompanhada pela Charities Aid Foundation que, inclusive, divulga os resultados alcançados.

Na França, a assistência a carentes abrange a transferência das aposentadorias a dependentes sem renda, havendo outras formas de amparo a famílias pobres. Contudo, os principais programas voltados para as famílias consistem de prêmios para fomentar a natalidade, política que é considerada como bem sucedida. Assim, a taxa de natalidade francesa é de 1,7 contra 1,3 na Alemanha e 1,2 na Itália e Espanha. Estima-se em 2,1 crianças por mulher como taxa ideal, apta a garantir a normal renovação da população.

Nos documentos oficiais alemães, a rede de proteção social é definida como sendo constituída pelos “benefícios destinados a garantir uma existência digna a todos aqueles que enfrentam dificuldades”. Trata-se, em primeiro lugar, do atendimento aos que não disponham de outras formas de sustento. A par disto, é assegurada a continuidade do acesso aos serviços de saúde. Há também programas de assistência a enfermos.

Contudo, no documento que orienta a política social, aprovado por consenso em 2004, a ênfase recai nas medidas de ordem preventiva. O programa denominado “suporte das famílias” destina-se a criar facilidades para as mulheres que trabalham. Jovens casais cujos ancestrais não têm condições de ajudá-los, também são objeto de apoio. Acredita-se que, por esse meio, reduzam-se as possibilidades de que terminem por cair na dependência de instituições públicas ou privadas. Há ainda incentivos à natalidade.

Raymond Plant, destacado líder trabalhista inglês, integrando presentemente a Câmara dos Lordes, reconhece que a decepção com o Estado Providência britânico tornou-se comum ao Partido Conservador e ao Partido Trabalhista. No caso particular deste último, procedeu à

revisão dos seus fundamentos teóricos, substituindo a solidariedade (obrigatória) pela reciprocidade.

Chegando ao poder em fins da década de noventa, os trabalhistas procederam a ampla reformulação dos programas de apoio a desempregados e carentes. Em relação aos jovens de 16 a 18 anos, estabeleceu-se que deviam estudar em tempo integral ou trabalhar. Encontrando dificuldades de ingresso no mercado de trabalho, somente recebem rendimentos provenientes do Estado se se submeterem a uma formação profissional ou trabalhar em organizações do voluntariado, neste caso igualmente de modo integral. O novo princípio é o seguinte: deve haver trabalho para os que podem trabalhar e segurança para os que não podem. O trabalho é não só a melhor forma de sair da pobreza como conduz a maior inclusão e integração sociais.

Escreve o prof. Raymond Plant: “Para aqueles que podem trabalhar, o governo tem uma estratégia multifacetada. O primeiro aspecto consiste em encorajá-los para voltar ao trabalho, não só através de incentivos mas também exercendo alguma pressão. Os incentivos chegarão através de consultores de emprego que tentarão aconselhar essas pessoas sobre o tipo de oportunidades de trabalho possíveis e avaliar se poderão aprender novas competências técnicas que tenham procura no mercado de trabalho. Também há pressão – exercida através da exigência feita a essas pessoas de comparecimento a entrevistas e sessões de aconselhamento. Claro que um indivíduo pode ser considerado realmente incapacitado para trabalhar após várias formas de avaliação e, nessas circunstâncias, os benefícios incondicionais disponíveis serão significativamente aumentados”. (7)

Como se vê, embora na Europa não haja a preocupação de indagar das razões da sobrevivência de contingente (irredutível) de pessoas na faixa da pobreza, que se tornaram incapazes de auto-sustentar-se, vêm sendo aplicadas medidas de ordem preventiva, cujos efeitos provavelmente somente se farão sentir em prazos dilatados.

7. Em busca de uma forma duradoura de organização da assistência médico-hospitalar

a) Delimitação do objeto

São muito diversas as questões envolvidas no tema da saúde, razão pela qual vamos tentar delimitar o objeto da nossa análise.

Com o amadurecimento da sociedade industrial, a concentração das populações nas cidades e, sobretudo, a reviravolta na compreensão das enfermidades, a assistência médica sofreu uma grande transformação na Europa, pouco sobrando da experiência precedente, centrada nas Santas Casas de Misericórdia. Surgiu a possibilidade de ser implementada a chamada “saúde pública”, de caráter sobretudo preventivo, emergindo nova problemática relacionada à assistência médico-hospitalar individual.

No que se refere às políticas de saúde dirigidas a toda a comunidade, basta registrar os momentos que se seguem, alguns referidos precedentemente.

O primeiro relaciona-se às epidemias de cólera, que deu origem a vasta literatura inclusive romances clássicos, como *Journal of the Plague Year* (1722), de Daniel Defoe (1660/1731). (5)

A epidemia de cólera ocorrida na Inglaterra nos anos de 1848/1849 matou cerca de 130 mil pessoas. Vigorava em relação a essa peste, na época, a denominada *teoria miasmática*, segundo a qual a doença tinha origem em emanções pútridas de zonas pantanosas e se espalhava pelo vento. Coube a um médico londrino, Dr. John Snow, a descoberta de que a doença se difundia pela infiltração de esgoto, produzido por pessoa contagiada, na água utilizada por outras pessoas. Em 1855, conseguiu estancar uma epidemia em bairro de Londres, que já havia matado mais de 500 pessoas, interditando o local em que a população

local se abastecia de água. Mais tarde, em 1866, outra prova empírica pôde ser estabelecida em Londres, o mesmo ocorrendo em outras cidades, a exemplo da cólera que se abateu sobre Hamburgo, em 1892, poupando a população da vizinha Altona. Esta já então dispunha de abastecimento de água filtrada.

Outro fato capital deveu-se a Louis Pasteur (1822/1995). Descobriu que inexistia a chamada “geração espontânea” de micróbios, identificando os agentes de diversas doenças infecciosas e formulando o princípio da *vacina* para combatê-las.

As novas concepções proporcionaram extraordinário desenvolvimento da farmacologia.

Surgiu assim uma nova dimensão na assistência médica tradicional, as denominadas políticas de saúde pública, geralmente de caráter preventivo, como o saneamento básico e as campanhas para erradicação ou controle de enfermidades endêmicas. O sucesso no combate à poliomielite corresponde a um dos seus maiores êxitos.

Ao mesmo tempo, contudo, teve continuidade a modalidade assistencial requerida pelos cidadãos. Nesse particular há todo um conjunto de questões envolvidas que, suponho, tenham sido amplamente consideradas no documento *Reflexão sobre a saúde. Recomendações para uma reforma estrutural* (Lisboa, 1998), que contou com a participação de diversos especialistas e do professor José Manuel Moreira. Mais recentemente, o prof. Jorge Simões publicou *Retrato Político da Saúde* (Coimbra, Almedina, 2004), que igualmente considera os diversos aspectos envolvidos.

Como aqui estamos considerando o modelo social europeu e avançamos a hipótese de que, com vistas ao encontro de uma solução para o autêntico impasse criado na sua redefinição, deveríamos considerar de modo autônomo as seus principais aspectos, no que respeita à saúde vou limitar-me ao exame das modalidades de financiamento. Subordino essa análise à premissa de que a Europa manterá o seu caráter universal, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos.

b) Assegurar a sobrevivência,
preservada a universalidade

A universalidade do atendimento médico-hospitalar, alcançada na Europa, corresponde a uma conquista de enorme significado. Naturalmente, há muitas questões envolvidas, notadamente o problema dos custos crescentes e a controvérsia, de caráter moral, acerca do prolongamento dos tratamentos em face do caráter duvidoso dos resultados pretendidos. Contudo, a questão magna diz respeito ao financiamento.

São duas as modalidades básicas: a cobertura dos gastos diretamente através de impostos ou mediante contribuições dos beneficiários. As duas modalidades têm uma característica em comum: consiste na manutenção do sistema com base nos denominados “gastos correntes”, isto é, os recursos são despendidos anualmente, ao contrário do que ocorre com o seguro, quando as receitas provêm da renda de aplicações.

Os dispêndios são financiados por impostos, nas proporções indicadas, nos seguintes países:

<i>Países</i>	<i>% sobre o total</i>
Dinamarca	80,7
Reino Unido	78,8
Suécia	69,7

Irlanda	68,1
Itália	64,6
Finlândia	62,2
Espanha	59,3
Portugal	55,2

Fonte: J.Simões. Op. Cit.

O sistema é mantido basicamente por contribuições na França (71,6%); Holanda (68%), Alemanha (64,8%) e Luxemburgo (49,8%).

Na França, como o déficit da seguridade social vem assumindo proporções assustadoras (o financiamento do seguro desemprego acusou déficit de 15,5 bilhões de euros em 2005, provocando uma tremenda celeuma na medida em que pretendeu-se que fosse financiado pelo patronato), tem crescido a parcela dos que vêm optando por dispor de seguro saúde privado (modalidade que chegou a 16,5% em média na década passada). Contudo, esse caminho somente asseguraria a sua sobrevivência, com caráter de universalidade, se se tratasse de substituir por inteiro a atual modalidade de financiamento. Aqui, como no caso dos Fundos de Pensões, voltados para a reforma, exigir-se-ia uma enorme negociação com vistas ao estabelecimento das modalidades de transição. A julgar com o que ocorre na França, com os demais aspectos do modelo social exigentes de reforma, não parece previsível tal desfecho. Cabe também levar em conta que o sistema francês, de excelente qualidade, tem a vantagem de que as pessoas escolhem médicos e hospitais, sendo reembolsadas dos dispêndios.

No caso da Alemanha, tudo indica que a sorte do sistema dependerá do sucesso do programa de transferência da reforma aos Fundos de Pensões e da retomada do crescimento por um prazo dilatado, capaz de reduzir as enormes proporções assumidas pelo desemprego.

Se tomarmos o empenho dos ingleses de um modo geral (tanto conservadores como trabalhistas) em assegurar a sobrevivência do sistema público e universal, a redefinição do conjunto do modelo social europeu terá que levar em conta tal propósito que, de certa forma, corresponde à aspiração comum aos diversos países.

8. Alguns aspectos teóricos relevantes

Durante os governos militares, na fase do “milagre econômico” –que entre outras coisas nutriu a ilusão da perenidade do sistema – apareceu a idéia de que cabia formular-se uma doutrina que se opusesse ao liberalismo mas que também não ficasse limitada à tecla da *segurança*, algo desgastado naquela altura. Apareceu então a hipótese de que seria possível universalizar a prática do consenso. Nos anos trinta, Vargas tinha tentado popularizar a tese de que a maioria dos problemas comportava soluções técnicas. Em caso de divergência, o governo, que se situaria acima dos interesses, atuava como árbitro. Assim, a doutrina do consenso não deixava de deitar raízes na tradição positivista consolidada durante a República.

Com a abertura procedeu-se a uma avaliação radicalmente contrária: o consenso seria anti-democrático.

Adotado naquela pretendida dimensão, não há dúvida de que se torna inaceitável. Contudo, há situações exigentes de acordo entre as maiores agremiações políticas, a exemplo das que refiro adiante.

País como o Brasil, de dimensões continentais, fazendo fronteira com diversos outros, não pode deixar a sua política externa ao sabor da normal alternância no poder. Por suas linhas gerais, deve revestir-se de imprescindível estabilidade. Dispondo dessa tradição, compreende-se que o governo do PT seja criticado por haver pretendido alterá-la em aspectos relevantes.

A emergência de crises, seja de que índole for, que possam afetar a população indiscriminadamente, impõe ação conjunta e abandono, ainda que temporário, de divergências irreconciliáveis.

Suponho que o tema que estamos discutindo – a sustentabilidade da seguridade social – pressupõe que seja alcançado o imprescindível consenso entre os maiores partidos.

O passo inicial nessa direção poderia consistir no pleno esclarecimento teórico do problema, questão na qual o debate europeu, que estamos seguindo, parece suficientemente esclarecedor.

O grande “cavalo de batalha” tem se situado no âmbito do tema da *solidariedade*.

Consistindo num desdobramento, a bem dizer natural, do lema cristão do “amor do próximo” e de sua tradução laica, a fraternidade, o tema situa-se no núcleo central da valorização ocidental e que singulariza a nossa cultura: o valor da pessoa humana.

Sendo essas regras morais fundamentais que estruturam a base do direito, não pairam dúvidas de que delas provêm o *Welfare*. Sem embargo, não se pode confundir a solidariedade entendida como um valor moral --que somos instados a escolher nas opções existenciais eventualmente presentes no cotidiano – com a transformação desse instituto numa obrigação que nos é imposta e, portanto, não compreendida nas escolhas livres que singularizam o cerne da moralidade. Esse trânsito somente pode dar-se em face de princípios morais arraigados e incontestes. Por isto mesmo, tipificou-se como consensual a moral social instaurada na Época Moderna, consenso geralmente requerido para que as regras vigentes sejam alteradas e renovadas.

Justamente por essa razão, os estudiosos estabelecem diferenciação entre solidariedade voluntária (em princípio equivalente ao que tradicionalmente se denominou de caridade privada) daquilo que temos em vista, isto é, a denominada *solidariedade obrigatória*, porquanto pública e universal. Cumpre ainda distinguí-la da equidade.

Portanto, a solidariedade que as atuais gerações prestam às que já se afastaram da atividade produtiva – ou se encontram dela afastadas involuntariamente – não pode ser transformada num tabu. Em primeiro lugar, cabe reconhecer que o sistema de financiamento adotado correspondeu a um equívoco, à vista de que não se revelou auto-sustentável. Em contrapartida, o modelo norte-americano, baseado no seguro, passou a prova da história.

Em segundo lugar, como assinala Raymond Plant, no ensaio antes citado, tem sido demonstrado que “no mundo do pós-Segunda Guerra, os direitos adquiridos tinham sido fortalecidos e os deveres enfraquecidos. Foram atribuídos benefícios sem que nada se exigisse em troca.”

Plant entende que a idéia de *reciprocidade* restabelece a imprescindível ligação entre direitos e deveres. Lembra: “envolve ainda alguns ecos dos ideais como os de comunidade e solidariedade, herdados do passado mais socialista do Partido Trabalhista, mas atualizados de tal modo que podiam ser apresentados de uma forma progressista e moderna.”

A revisão do modelo social europeu é pois um imperativo de nosso tempo. Tendo no passado nos esforçado por copiá-lo, cumpre nos darmos conta de que cabe ir ao encontro de soluções futuras que sejam duradouras.

9. Indicações complementares sobre a Alemanha

O Orçamento da Alemanha expressa bem o que se pretende designar como “Estado Social”. Em 2003 – último ano para o qual foi divulgado oficialmente de forma desagregada --, correspondeu a um trilhão e três milhões de euros, aproximadamente 46% (8) do PIB (2,4 trilhões). No conjunto, o denominado orçamento social responde por cerca de 70% da despesa pública (694,4 milhões de marcos no ano de que se trata, isto é, 2003). Nessa circunstância, é fácil visualizar os efeitos que poderão ter, no que se refere a desenvolvimento econômico sustentado, o encontro de soluções que permitam reduzir a despesa pública

As duas maiores rubricas do orçamento social são os dispêndios com aposentadorias e pensões (238,5 milhões) e saúde (143,3 milhões), respectivamente.

Em 2004 começaram a vigorar as principais disposições aprovadas pelo Parlamento no ano anterior, que mereceram a denominação de *Agenda 2010*. As proposições contidas nessa Agenda resultaram de uma Comissão integrada por consultores independentes e empresários. O princípio norteador consistiu em averiguar em que pontos havia consenso entre as duas maiores agremiações (sociais democratas e democratas cristãos).

A providência mais relevante, cujos efeitos seriam praticamente automáticos, consistiu na redução de impostos, tanto para empresas como pessoas físicas, levando em conta que a experiência vinha indicando tratar-se de forma eficaz de assegurar crescimento econômico. A questão central consistiu, entretanto, na segurança social, tendo em vista assegurar a sua sustentabilidade para as futuras gerações. O acordo geral, envolvendo sindicatos, organizações empresariais e partidos políticos, relativo às aposentadorias, referido no texto, já então se achava em vigor, introduzido que foi em 2001. De modo que as medidas consideradas disseram respeito a outros aspectos, adiante brevemente referidos.

A intervenção no mercado de trabalho objetiva, primordialmente, encontrar alternativas para os desempregados. Considera-se que a experiência melhor sucedida tem consistido no programa governamental destinado a apoiar empreendimentos de pequeno porte. No curto período precedente de funcionamento (dois anos), nada menos que cem mil novos empreendimentos foram criados nessa base, tratando-se, na maioria dos casos, de empresas individuais que, por sua vez, vêm gerando outros empregos. Na altura em que se reuniu a Agenda 2010, havia na Alemanha pouco menos de sete milhões de micro e pequenas empresas.

O programa de apoio às famílias teve em vista, sobretudo, o incremento da natalidade. Ênfase especial é dada ao apoio ao primeiro filho, na esperança de que se consiga, no futuro, reduzir o número de casais sem filhos. O programa prevê ainda apoio ao segundo filho, o que vem se tornando cada vez menos frequente.

Os consultores da Agenda 2010 apresentaram estudos sobre saúde, famílias carentes, etc., com projeções de encargos orçamentários para as próximas décadas.

9. Referências bibliográficas

Em relação à problemática do *Welfare* europeu, tomada em conjunto, dispõe-se da seguinte coletânea: De Vieghere et alii- *Beyond European Social Model*, Open Europe, 2006. Os autores destacam a importância das reformas de índole liberal, com especial ênfase na experiência irlandesa.

Entre os trabalhistas ingleses, Raymond Plant tem se detido no exame da questão. Lord Plant ensinou em Oxford e Southampton, sendo presentemente professor do King' s College da Universidade de Londres. Autor de extensa bibliografia dedicada à política, tornou-se referência obrigatória a obra em que estuda o pensamento político e jurídico de Hegel (*Hegel*. 2nd edition, Blackwell, 1981). É autor de compêndio intitulado *Modern Political Thought* (1991). No que respeita ao tema considerado, além do grande número de sucessivos ensaios desde os anos noventa, mais recentemente pode-se referir: *The Neo Liberal State and the Rule of Law* (Oxford University Press, 2006).

Exame detido da *seguridade social francesa* desde o reconhecimento da existência de uma crise, nos começos dos anos oitenta, encontra-se no livro *Avaliação crítica da social democracia. O exemplo francês*, organizado pelo prof. Ubiratan Macedo e publicado pelo Instituto Tancredo Neves (Brasília, 2000. Cadernos Liberais, vol. 12). Toma por base a caracterização clássica desse sistema, da autoria de Béatrice Magnone d'Intignano (*La protection sociale*. Paris, Editions Fallois, diversas edições). Procede-se à análise crítica da

obra de Pierre Rosanvallon, a quem se deve o início desse debate com o livro *La crise de l'État-Providence* (1981). Desse autor publicou-se no Brasil tradução de *La nouvelle question sociale* (1995), na Coleção Pensamento Social Democrata, patrocinada pelo Instituto Teotônio Vilela, do Partido da Social Democracia Brasileira.

Mais recentemente, merecem referência as obras adiante.

Bruno Palier. *Les réformes du système français de protection sociale depuis 1945.* Paris, PUF, 4ª; ***Gouverner la sécurité sociale*** ed., 2005 (1ª ed. 2002)

Reforça o coro dos que não admitem mudança no *status quo*. Os sindicatos de trabalhadores e as organizações patronais administram os recursos arrecadados (contribuições individuais). Na medida em que emerge déficit, que se amplia todos os anos, os sindicatos tentam fazer com que o patronato assuma o ônus. A resistência destes acaba por exigir do Estado que cubra o rombo com recursos orçamentários. O governo, por sua vez, para fazê-lo impõe cortes nos benefícios.

Palier registra que a reforma Juppé, de 1995, foi elaborada no maior segredo, merecendo o colossal repúdio que se conhece para, como escreve, “aparecer a posteriori como inevitável.” (p. 231).

No fundo acha que o país tem que viver sobre a tensão entre “realismo orçamentário” e o que chama de “aposta social”, sem indicar precisamente em que consiste. Talvez corresponda à expectativa de nova fase de crescimento, caída do céu, por algum milagre, porquanto a realidade do quadro francês não sugere tal possibilidade.

Palier condena a adoção de outra forma de financiamento, a pretexto de que exigiria “alta brutal das contribuições”. O autor não leva em conta a experiência alemã nem se dispõe a considerar de forma isolada as principais atribuições do sistema. Como não se acha em causa o recurso a impostos no caso do amparo à velhice sem condições de auto-sustento, bem como às situações de carência, ainda que transitórias, passa a raciocinar como se tal fosse a característica imutável do sistema em seu conjunto.

Acontece que o dinheiro mobilizado para a complementação, que vem sendo exigida, provém da própria sociedade. No caso da França, parece estabelecido que as empresas não suportam aumentos adicionais de impostos. Além de que, ao nível atual, tornou-se um dos obstáculos à retomada do crescimento em taxas mais elevadas que as registradas, conforme se pode concluir dos efeitos advindos, de sua redução, nos países que a têm praticado.

Em suma, para Palier a adoção das regras exigidas pelo mercado “coloca em questão os meios requeridos para lutar realmente contra as desigualdades”. Como se vê, não há lugar para a responsabilidade pessoal.

Contudo, a gravidade da situação parece induzir a um mínimo de abertura de espírito, no seio da intelectualidade francesa de esquerda. É sintomático que *Le Monde* –o seu consagrado porta-voz –se haja disposto a registrar que existem soluções e que, já agora, não apenas os liberais as apontam.

No número de 23 de junho de 2006, *Le Monde* insere dossiê intitulado: ***Modelo social francês: crise e soluções***. O seu espírito acha-se expresso no subtítulo adotado: “Ruptura ou reforma: antes das presidenciais de 2007, muitos livros propõem soluções para vencer as angústias sociais”.

A referência começa pelos liberais: o francês Nicolas Bavarez – que tem insistido nos últimos anos no tema da decadência da França – que comparece com um novo livro: *Monde nouveau, vieille France*, dedicado ao modelo social, e o canadense Timothy Smith (*La France injuste*, Autrement, 2006) que, sobre o modelo em causa afirma o seguinte: “Primeiramente, não distributivo; em segundo lugar, constitui a principal causa do desemprego; terceiro, injusto para os jovens, as mulheres, os imigrantes e seus descendentes; e, quarto, insustentável financeiramente.” Outros livros de idêntica procedência são igualmente mencionados

A novidade reside na presença de figuras eminentes da esquerda. Jacques Julliard, editorialista do *Nouvel Observateur* critica duramente o Partido Socialista, do qual diz que “seu programa não mudou desde a última década do século XIX. ...o patronato que continua a combater é aquele do *Germinal* (9) e não o da Microsoft ou da Coca Cola”. Aponta a causa desse arcaísmo: “Entre alguns sociais democratas, a subserviência intelectual em relação ao comunismo tornou-se uma segunda natureza”. Finalmente, na sua visão o mal estar francês provém do empenho em encontrar desculpas ideológicas para os resultados danosos decorrentes de suas proposições. O livro de Jacques Julliard intitula-se *O mal estar francês* (Flamarion, 2006). Outro líder de esquerda –que se viu na contingência de abandonar o PS --, deputado Christian Blanc, acha que é possível “relançar a França” pela inovação, apostando em pólos de competitividade, na universidade e na regionalização (*La croissance ou le chaos*, Odile Jacob, 2006).

Em que pese a novidade, são vozes isoladas. O programa com o qual o Partido Socialista concorrerá às eleições de 2007 recusa toda contenção de benefícios, assumindo que o aumento da despesa daí advindo será coberto por mais um tributo, que denomina de “imposto cidadão”. Recusa peremptoriamente reconhecer o fim dos “trinta gloriosos”. A experiência sugere que, mesmo que não consiga vencer as eleições, tem provado ser capaz de bloquear toda e qualquer reforma digna do nome.

A crítica liberal ao modelo social europeu ocorre igualmente em países menores da Comunidade, a exemplo da Bélgica e Holanda, entre outros.

No caso de Portugal, a discussão de maior amplitude do tema tem sido cíclica, mais das vezes relacionada às disputas em torno do Orçamento, na medida em que os governos têm se limitado a atuar na linha do que se convencionou denominar de “modelo Juppé”, isto é aumentar contribuições e reduzir benefícios. Recentemente, o Partido Social Democrata (PSD), na oposição, indicou a necessidade de ser introduzido, de modo sistemático e programado, o sistema de capitalização para as aposentadorias, de modo a que venha a substituir a prática vigente. O Partido Socialista (PS), no poder, recusou frontalmente a proposta, sob a alegação de que iria aumentar a dívida pública. Essa alegação deu ensejo a pronunciamento interessante, que vale a pena referir.

Tenho em vista o texto do prof. André Azevedo Alves, intitulado “O mito dos custos de transição”. O prof. André Azevedo Alves integra o Corpo Docente da Universidade de Aveiro, especializa-se no tema da seguridade social e presentemente conclui o doutoramento na London School of Economics.

Argumenta: “ É ...falso que a transição implique um aumento da dívida pública real, a menos que se defenda que o Estado não tem qualquer obrigação concreta de pagamento de pensões para com os trabalhadores que financiam o sistema com as suas contribuições. Se admitirmos que os descontos efetuados pelos trabalhadores na ativa geram uma obrigação por parte do Estado, no sentido de pagar pensões de aposentadorias, os passivos em causa já existem, ainda que não sejam reconhecidos nas contas públicas. Esses passivos, tais como as restantes obrigações do Estado, terão de ser pagos recorrendo a impostos, dívida pública ou redução de outras despesas” (10).

O problema reside na necessidade se ser efetivado estudo completo, que defina com clareza as implicações para todas as partes envolvidas. Devendo as contribuições para a previdência oficial ser adequadas à pensão mínima obrigatória –a ser estabelecida --, pode ocorrer que o Estado deva aportar maiores recursos que os atuais. Contudo, neste caso, pode-se dizer com propriedade que terá *caráter transitório*, ensejando em contrapartida uma solução definitiva. O horizonte da despesa pública, nesse particular, seria consistentemente projetado, a exemplo do que se deu na Alemanha.

Os custos da aposentadoria complementar deverão, de igual modo, ser rigorosamente estabelecidos. À primeira vista, as categorias melhor remuneradas --e que têm a possibilidade

de fazê-lo --não deverão arcar com ônus maiores que os devidos no presente, na medida em que o valor das contribuições é geralmente proporcional aos rendimentos auferidos.

Em 1998, o governo constituiu uma comissão – a que chamou de *Conselho de Reflexão* -- incumbida de apresentar proposta de reestruturação do sistema de saúde, cujo relatório final foi divulgado com o título de *Reflexão sobre a saúde. Recomendações para uma reforma estrutural*. Integrou-a o prof. José Manuel Moreira que, desde então, tem procurado estabelecer o requerido *enquadramento geral* para a reforma da seguridade social portuguesa.

O prof. José Manuel Moreira é autor de extensa bibliografia dedicada à ciência política, tendo procurado preencher a lacuna existente no que se refere ao estudo acadêmico do liberalismo, com obras dedicadas a Heyek e Buchanan, entre outros. Nesse particular a obra melhor sucedida seria *Liberalismos: entre o conservadorismo e o socialismo* (1996). Teve igualmente ocasião de deter-se no tema da ética empresarial, a que dedicou estes livros: *A contas com a ética empresarial* (1999) e *Gestão ética e responsabilidade social das empresas* (2003). Tornou-se texto de referência: *Ética, democracia e Estado. Para uma nova cultura da administração pública* (2002).

Doutorou-se em economia e filosofia e pertenceu à Universidade do Porto. Desde 2001, integra o Corpo Docente da Universidade de Aveiro, na condição de professor titular (em Portugal mantém-se a denominação de catedrático).

No que respeita ao que poderia ser considerado como princípio geral orientador da reforma da segurança social, tem insistido em que a alternativa para a crise do Estado Social não reside no Estado Terapeuta, isto é, na tentativa de minimizar seus efeitos ao invés de enfrentar as causas. A seu ver, a raiz da crise encontra-se na substituição de princípios morais por fins sociais. O interesse pelos desafortunados não significa considerá-los vítimas. Deste modo, cumpre retomar o apreço pela solidariedade voluntária, cuja prática não deve subestimar as potencialidades do indivíduo ou levá-lo a ignorar a responsabilidade pessoal. A crise precisa, pois, ser enfrentada no plano próprio, vale dizer, no plano moral.

NOTAS

- (1) Entre as pessoas que mais se destacaram na busca do encontro de explicações baseadas em fatos – e não em preconceitos – destaca-se Daniel Patrick Moynihan (1927/2003). Senador democrata por Nova York entre 1976 e início de 2001, não se candidatou à reeleição em 2000. Autor de diversas análises sobre o tema, a obra *Family and Nation* resume o essencial de sua pregação.
- (2) Jacques Delors, conhecido líder socialista francês, foi Presidente da Comissão Europeia de 1985 a 1995. Em documento elaborado após o Tratado de Roma (1992) – que definiu as dimensões territoriais da Comunidade – indicou que o modelo social europeu, concebido a partir de enfoque sistêmico, basear-se-ia neste tripé: no sistema político, *Democracia*; no econômico, *Mercado*; e, no social, *Solidariedade*. Esse último traço, serviria para distingui-lo do norte-americano.
- (3) David Owen esteve no Brasil, ao tempo em que, encontrando-se na chefia do Decanato de Extensão da UnB, o prof. Carlos Henrique Cardim promoveu a vinda das maiores expressões políticas e culturais do período. Os textos que documentam a presença de Owen foram incluídos no livro *A social democracia alemã e o trabalho inglês*, que presentemente faz parte da Coleção Pensamento Social Democrata, do Instituto Teotônio Vilela.
- (4) Intitula-se “Agenda 2010”. Foi elaborada por uma comissão de técnicos e especialistas, com participação de trabalhadores e empresários, presidida pelo representante da empresa automobilística Volkswagen.

- (5) Na Argentina, preservou-se um diário da epidemia de cólera de 1871, que está transcrito no *Tratado de Engenharia Sanitária*, do especialista argentino Manuel Sallovitz (Buenos Aires, 4ª ed., 1944). A capital portenha tinha então 200 mil habitantes e a epidemia vitimou 14 mil pessoas.
- (6) Os aspectos teóricos da revisão do *Welfare* europeu são objeto de tópico autônomo.
- (7) “O Partido Trabalhista e a Reforma do Estado Providência” in **Nova Cidadania**, Lisboa, Ano VII; n. 28; Abril/Junho, 2006.
- (8) Na Europa, esse nível equivale ao da Inglaterra (Blair aumentou substancialmente a despesa pública, que, em 2000, correspondia a 38%), sendo entretanto superado pela Suécia (57%) e pela França (55%).
- (9) Famoso romance de Emile Zola (1840/1902), aparecido em 1885, no qual romantiza os operários mineiros e sataniza o patronato, como era comum na literatura da época, não apenas a francesa, inclusive a inglesa.
- (10) *Revista Dia D*, ed. *O Público*, Lisboa, agosto, 2006.

CAPÍTULO OITAVO

VITALIDADE E PERSPECTIVAS DO LIBERALISMO

I. Avanços teóricos destacáveis no século XX

Durante o século XX ocorreram importantes desenvolvimentos da doutrina liberal. Ubiratan Macedo teve oportunidade de referir a bibliografia que os reflete – no livro *O liberalismo moderno*, editado pelo Instituto Tancredo Neves (1997). De minha parte, ao longo da exposição precedente, mencionei muitas das contribuições relevantes. Assim, chamei a atenção para a importância das teses desenvolvidas por John Dewey e Ralf Dahrendorf que, respectivamente, evidenciaram os papéis que a educação e o conflito social desempenham no processo democrático, bem como o texto de Max Weber sobre a vocação do político e o livro de Bobbio abordando o futuro da democracia.

Contudo, o que há de mais destacado nessa matéria é o ataque brutal, que ameaçou a sua própria sobrevivência, decorrente do surgimento dos totalitarismos nazista e soviético. O primeiro teve que ser enfrentado no plano militar e, o segundo, acabou sendo vencido pela incapacidade de enfrentar a competição com o capitalismo. Por certo, nesse embate não se pode deixar de levar em conta o caráter decisivo da atuação de muitos estadistas, a exemplo de Franklin Delano Roosevelt e Winston Churchill.

O enfrentamento da ameaça totalitária exigiu também elaboração teórica de grande envergadura. A meu ver, três são os pensadores de maior destaque na matéria: John Maynard Keynes (1883/1946); Raymond Aron (1905/1983) e Karl Popper (1902/1994). Keynes encontrou a modalidade de superação do *laissez-faire* que não se traduzisse na substituição do capitalismo – como advogavam não só o elemento totalitário (comunista) como o socialismo democrático ocidental. Popper e Aron elaboraram os conceitos –chaves, aptos a derrotá-los no plano teórico. Resumo adiante o essencial de tais contribuições teóricas.

1. John Maynard Keynes (1883/1946)

As mais importantes modificações introduzidas no liberalismo tradicional, contemporaneamente, devem-se a John Maynard Keynes (1883/1946). Professor de Economia, sem ter ainda granjeado a notoriedade que chegou a alcançar, publica em 1919, aos 36 anos de idade, uma obra importante em que se opõe frontalmente à política de reparações impostas aos países derrotados na Primeira Guerra Mundial: *As conseqüências econômicas da paz*. Afirma ali que os problemas econômicos da Europa eram mais significativos que as disputas políticas de fronteiras. Desde essa época e até 1926, quando edita *O fim do "laissez-faire"* - livro que sistematiza algumas teses sustentadas em conferências dos anos anteriores -, amadurece em seu espírito a necessidade de refazer a economia clássica, tarefa a que dedica o melhor de seus esforços e que coroa com a obra *Teoria geral da ocupação, do juro e do dinheiro* (1936). Dessa forma é na qualidade de teórico que logra substituir a doutrina econômica clássica e que se torna peça essencial do liberalismo político. Ao invés da hipótese do equilíbrio espontâneo, como resultante final da livre atividade dos produtores individuais - que a experiência histórica incumbira-se de refutar - Keynes concebe os mecanismos da intervenção do Estado, basicamente através de processos indiretos, isto é, sem o imperativo da sua transformação em empresário, mantidas as características essenciais da economia de mercado.

A par da atividade teórica, Keynes interveio ativamente na vida pública de seu país, como publicista, conselheiro governamental e, finalmente, governador do Banco da Inglaterra. Influi de maneira decisiva na concepção e prática no *New Deal* de Roosevelt e, dois anos antes de falecer, torna-se o artífice da política econômica internacional deste pós-guerra, com sua participação na Conferência de Breton Woods, em junho de 1944, onde se criou o organismo que atualmente se conhece com a denominação de Banco Mundial (BIRD). Tomou partido em face de cada uma das medidas econômicas relevantes, tanto na Inglaterra como nos Estados Unidos. Envolveu-se em múltiplas polêmicas. Por isto mesmo, os estudiosos de sua obra afirmam que a teoria keynesiana é inseparável da evolução da economia das grandes nações industriais durante a vida de seu autor. Assim, por exemplo, ao combater violentamente a política de redução salarial do Partido Conservador, na segunda metade da década de vinte, Keynes via-se instado a referir e abordar os aspectos essenciais do que mais tarde veio a constituir sua doutrina.

Tentar apontar as notas dominantes do keynesianismo representa sem dúvida um grande risco, notadamente pelo fato de que corresponde a uma contribuição significativa no sentido de constituir a economia como autêntica ciência operativa e, por isto mesmo, requerendo o recurso a modelos matemáticos sempre mais sofisticados. A par disto, introduz alguns conceitos extremamente complexos e que vieram a tornar-se nucleares na moderna ciência econômica. Por essa razão dar-se-á ênfase aos aspectos que interessam mais de perto à análise ora empreendida, evitando-se, tanto quanto possível, o emprego de noções especializadas e recorrendo-se às judiciosas indicações de Raul Prebisch (1901/1986) em sua conhecida obra *Introduction a Keynes*, sucessivamente reeditada (México, Fondo de Cultura Económica). Como se sabe, Prebisch acabou tendo o seu nome associado ao cepalismo –pelo fato de haver dirigido a CEPAL, órgão das Nações Unidas para a América Latina, que se notabilizou por haver estimulado a estatização da economia nesses países. Contudo, sua exposição do keynesianismo, que tomamos por base, consiste num texto estritamente acadêmico. Para um conhecimento mais aprofundado desse autor, pode-se consultar a biografia elaborada por Robert Skidelsky, em três volumes.

Segundo Keynes, o Estado Liberal é responsável pela manutenção de determinada taxa de ocupação de mão-de-obra, reformulando nesse particular a doutrina clássica acerca do desemprego. Para que tal se dê, incumbe-lhe estimular os investimentos. Neste sentido, deve cuidar sucessivamente da redução da taxa de juros, a fim de que as economias (poupanças) assumam de preferência a forma de inversões. Uma adequada taxa de juros seria sempre inferior à menor remuneração em investimentos produtivos. Tendo a experiência evidenciado que a simples manipulação desse mecanismo (taxa de juros) revelou-se insuficiente para manter o nível das inversões, conceberam-se as formas de transferir recursos ociosos para as mãos do Estado, a exemplo da taxa progressiva das rendas. Em síntese, o liberalismo abandona o *laissez-faire* e concebe modalidades de intervenção econômica estatal, preferentemente segundo mecanismos indiretos.

O último capítulo da *Teoria Geral* contém um enunciado sintético das proposições keynesianas, batizadas por Prebisch, na obra citada, de filosofia social. Dessa magnífica síntese, cumpre destacar o seguinte:

1) Os dois defeitos fundamentais da economia capitalista consistem em não haver alcançado a plena ocupação e em coexistir com uma arbitraria distribuição da renda e das riquezas. O último aspecto é em parte justificado por motivos humanos e psicológicos. Pode-se inclusive admitir que o incentivo do lucro há de desviar energias que de outra forma seriam canalizadas para a crueldade, a ambição de poder e outros defeitos da criatura humana. Contudo, semelhante incentivo provavelmente não precisaria ser tão forte, mesmo que não se cogite do projeto de modificar a natureza humana;

2) o adequado equacionamento da questão dos juros deve contribuir para a minimização de pelo menos um dos defeitos antes apontados e, eventualmente, criar condições para que a sociedade possa, a longo prazo, enfrentar o segundo tema. Trata-se de que, ao contrário do que supunha a economia clássica, não são requeridas altas taxas de juros a fim de provocar a necessária poupança. A ação sobre a taxa deveria desenvolver-se até que o custo do capital deva atingir, no máximo, níveis que estimulem a propensão a poupar em contraposição à propensão a consumir;

3) a consecução de semelhante objetivo requer que o Estado assuma certas atribuições que tradicionalmente pertenciam à iniciativa privada, tratando de influir sobre o comportamento do sistema através da tributação, da taxa de juros e de outras medidas. Isto não significa, entretanto, que se deva chegar até a socialização dos meios de produção;

4) trata-se de conseguir a manutenção de todas as vantagens do individualismo (eficiência, proveniente da descentralização das decisões, e liberdade pessoal), eliminando seus efeitos. Na época supunha-se que Estado totalitário (soviético) resolvera o problema do desemprego às custas da eficiência e da liberdade. Em decorrência dessa suposição (que a experiência comprovou ser parte da “grande mentira”), o keynesianismo afirmava que o Estado liberal devia livrar-se do mal sem perdê-las; e,

5) se bem as guerras provenham de diversas causas, não se deve subestimar o papel que nelas desempenha a luta pelos mercados, impulsionada pelo desemprego. Sua eliminação, eventualmente, poderia contribuir para a manutenção da paz.

Ao concluir seu livro, em 1936, Keynes manifesta extrema confiança no poder das idéias e acredita que governam o mundo. No que respeita a sua doutrina, a avaliação é inteiramente correta.

Tendo falecido em 1946, Keynes não presenciou a estatização da economia na Europa Ocidental, que tivemos oportunidade de caracterizar anteriormente. De modo completamente indevido, esse desfecho acabou sendo associado ao nome de Keynes quando se tratou, ainda em fins dos anos setenta e na década de oitenta, de enfrentar o problema da estagnação econômica, associada à inflação. A experiência conservadora, na Inglaterra, serviu para evidenciar que o problema capital residia na mencionada circunstância, impondo-se proceder à privatização das empresas e, em conseqüência, reduzir a despesa pública e manter sob controle o déficit público. Num primeiro momento, os socialistas tentaram obstar a universalização dessa política, o que levou ao aparecimento, no seio dessa corrente, da chamada *social-democracia*, isto é, da renúncia à sociedade sem classes e à estatização da economia, movimento que Tony Blair tem procurado popularizar com o nome de “terceira via”. De modo que, o conjunto das novas políticas são praticamente consensuais, embora o PS Francês resista a qualquer alteração nas regras da seguridade social, embora evidente que sua manutenção tornou-se impraticável.

A superação do keynesianismo tem implicado na busca de uma doutrina geral que a substitua, objetivo que ainda não foi alcançado. Tendo em vista a condução da política econômica dos últimos quarenta anos, é lícito supor que muitas de suas teses, mantidas com sucesso durante este período, continuarão sendo aplicadas, a exemplo da utilização da taxa de juro como mecanismo destinado a controlar a inflação. O keynesianismo fez desaparecer as crises cíclicas. Entretanto, em seu lugar têm surgido períodos recessivos. A experiência recente do FED (Banco Central norte-americano) sugere que se têm aprimorado os procedimentos para reduzir os prazos de sua duração e mesmo a frequência. Ainda assim, não se dispõe de uma teoria apta a assegurar desenvolvimento sustentado. Se chegar a ser estabelecida, certamente não significará que John Maynard Keynes deixará de ser reconhecido como um dos grandes clássicos da doutrina liberal, no que respeita à economia, do mesmo modo que, ao enfatizar a necessidade de medidas intervencionistas a fim de

enfrentar novas situações, nem por isto veio a ser abalada a condição de clássico que, de igual modo, ocupa Adam Smith nessa corrente.

2. Raymond Aron (1905/1983)

Raymond Aron é autor de obra verdadeiramente monumental, iniciada ainda na década de trinta, por volta dos trinta anos de idade. Durante a Segunda Guerra teve de interrompê-la desde que integrou a resistência francesa à ocupação alemã, retomando-a no período subsequente e até o seu falecimento (1983). Além da obra teórica, na imprensa e no movimento político em geral travou uma luta sem quartel contra a ameaça soviética que pairava sobre a Europa, enfrentando por vezes de modo isolado a ascendência esmagadora que o marxismo alcançou na França. Nas *Memórias*, aparecidas pouco antes do falecimento, registra e comenta o essencial desse embate.

Terminada a guerra, Aron passa a trabalhar como jornalista profissional no importante periódico *Figaro*. Escreveu regularmente nesse jornal durante trinta anos (de 1947 a 1977). Nesse período, apoiou firmemente as reformas de De Gaulle e engajou-se na causa da Europa. No fortalecimento da unidade, dos países que não haviam caído sob o jugo comunista, enxergava a única hipótese de enfrentamento da ameaça soviética. Da tribuna do jornal conservador prestou inestimável serviço à causa da democracia.

Em 1955, inscreve-se em concurso para ocupar uma cátedra (sociologia) na Sorbonne, sendo aprovado. Ali teve oportunidade de criar uma corrente autônoma, atenta aos valores, ao arripio da tradição da “sociologia francesa”. A partir de 1969, transfere-se para o Collège de France.

Aron começa por elaborar uma substancial obra filosófica, versando a teoria da história. Conseguiu dar forma acabada ao que denominei de “teoria neokantiana da história” (1), nestes livros: *Essai sur une théorie de l’histoire dans l’Allemagne contemporaine; la philosophie critique de l’histoire* (1938; sucessivamente reeditado); *Introduction a la Philosophie de l’Histoire. Essai sur les limites de l’objectivité historique* (tese de doutoramento, 1938; editada como livro em 1981) e *Dimensions de la conscience historique* (1960).

Outra esfera do saber em que deixou-nos uma notável contribuição reside nas relações internacionais. O texto fundamental em que apresenta sua teoria apareceu em 1962 (*Paix et guerre entre les nations*, traduzida ao português), complementando-a pela análise da doutrina de Clausewitz (*Penser la guerre*, 2 vols., 1976).

Em seus cursos da Sorbonne deu forma a uma sociologia, inspirando-se sobretudo em Max Weber, que daria origem a uma corrente sociológica apta a contrapor-se à chamada “sociologia francesa”, caudatária do marxismo. Entre aqueles que reviu para publicação, destacam-se *Dix-huit leçons sur la société industrielle* (1962); *La lutte de classes* (1964); *Democratie et totalitarisme* (1966) e *Les étapes de la pensée sociologique* (1967). Nesta mesma linha publicou ainda diversos livros, entre estes *La sociologie allemande contemporaine* (sucessivamente reeditado); *Trois essais sur l’age industrielle* (1966) e *De la condition historique de la sociologie* (1970). Estão traduzidos no Brasil as *Etapas do pensamento sociológico* (1970) e uma coletânea muito difundida que foi intitulada *Ensaio de sociologia*.

Aron tratou especificamente do tema da adesão ao sistema soviético dos intelectuais que, não sendo comunistas dispunham-se a exaltar seus supostos êxitos econômicos, atribuindo-lhe superioridade em relação ao sistema capitalista. Pretendiam ser “progressistas”, isto é, expressar a aceitação daquilo que corresponderia à inevitável evolução da humanidade. Para identificá-los plenamente, transcreve trechos do período da guerra fria de figuras eminentes do mundo católico, colaboradores da consagrada revista *Esprit*, como Jean-Marie Domenach,

Albert Béguin, ou tidos como independentes, a exemplo de Maurice Duverger, passando naturalmente por Jean Paul Sartre. Ainda que não tivesse ocorrido o fim desse sistema, que revelaria toda a mistificação a que correspondia (Kolakowski batizou-o de a grande mentira), na década de setenta já se tornara difícil negar a incapacidade do comunismo de proporcionar bem estar material, para não falar da evidência do caráter totalitário do regime.

Nas *Memórias* pergunta porque espíritos de qualidade perdem o bom senso, mesmo quando não aderem seja ao marxismo seja ao marxismo-leninismo. *O ópio dos intelectuais* (traduzido e editado no Brasil) teve o mérito de demonstrar que eram vítimas de mitologia banal e pueril. Os mitos apontados são os da *esquerda*, do *proletariado* e da *revolução*.

No que se refere ao mito da esquerda, escreve Aron: “Não neguei que se pudesse distinguir, na Assembléia, uma direita e uma esquerda. O que negava era a existência de uma esquerda eterna, através das diversas conjunturas históricas. Animada pelos mesmos valores, unida nas mesmas aspirações”. Cita situações em que, na própria história da França, se torna patente a ausência de homogeneidade entre agrupamentos arrolados como tais. Pode ser comprovado simplesmente constatando a frequência com que se apela à “unidade da esquerda”.

E prossegue: “Do mesmo modo, a propósito da revolução e do proletariado, esforcei-me por reduzir a poesia ideológica à prosa da realidade. A classe operária constitui “autêntica inter-subjetividade”? Pode tornar-se a classe dirigente? É libertada quando um partido exerce o poder absoluto em seu nome, mas despojando-a dos instrumentos da relativa e parcial liberação, conquistados na democracia capitalista? Porque a revolução enquanto tal constitui um bem? O “mito da revolução” serve de refúgio ao pensamento utópico, torna-se intercessor misterioso, imprevisível, entre o real e o ideal. A violência atrai, fascina. O trabalhismo e a “sociedade escandinava sem classes” jamais encontraram, junto à esquerda européia, sobretudo francesa, o prestígio alcançado pela Revolução russa, a despeito da guerra civil, dos horrores da coletivização e dos grandes expurgos. É necessário dizer a *despeito* ou *por causa?*”. (2)

Talvez se possa afirmar que, no combate à influência marxista, sejam mais importantes suas contribuições ao desenvolvimento da sociologia, a partir da premissa fundamental de Weber quanto à imprevisibilidade das consequências da valoração, no estudo da ação humana, impeditiva da transformação da história numa ciência exata. Nesse particular, sua obra é fundamental na recuperação do espírito da historiografia clássica.

Enquanto Weber tratou de evidenciar o significado da criação humana no plano cultural – negada pelo marxismo, a exemplo da religião e da moral --, Aron atacou o âmago do marxismo, ou seja, a exaltação da luta de classes como motor da história, conduzente à ditadura do proletariado. Explica Aron: “Chocava-me o contraste (e a similitude) entre as teorias da classe dirigente e a das classes sociais. O fascismo italiano utilizou amplamente a concepção Mosca-Pareto da classe dirigente, enquanto os marxistas somente conheciam a das classes sociais; confundiam a classe socialmente dominante com a classe dirigente. Ora, o Partido Bolchevique, detentor do poder, representa não a classe operária mas uma classe dirigente, elevada ao primeiro plano após a eliminação da antiga classe dirigente”. (3)

Nessa linha de meditação, Aron irá precisar o conceito de *sociedade industrial*, em confronto com as precedentes. Apontará como nota distintiva o crescimento baseado na elevação da produtividade do trabalho. Ao contrário dos analistas que se revelavam incapazes de adotar uma atitude crítica, diante da propaganda soviética, Aron irá demonstrar que, na construção dessa sociedade, não havia indícios efetivos de superioridade soviética sobre a ocidental. Exemplifica com os que chegaram a afirmar que o pão seria distribuído gratuitamente na União Soviética, impossível de acontecer dada a baixa produtividade do trabalho agrícola ali verificada. Para quem quisesse ver, era flagrante o atraso da agricultura russa. Em sua visita aos Estados Unidos nos anos cinqüenta, Krushov revelou o seu espanto

com a existência do milho híbrido. A Rússia então deblaterava contra a teoria genética e logo se viu o resultado: de tradicional exportador de grãos antes da Revolução, o país tornou-se grande importador.

Os textos sobre a sociedade industrial, antes referidos, serviram para demonstrar não só a inexistência da alardeada superioridade soviética, em matéria de organização do processo produtivo, como também que a característica distintiva do regime situava-se no plano político. E aqui as evidências demonstravam que as denúncias do stalinismo não conduziram a alterações substanciais, já que o sistema cooptativo em vigor baseava-se também na presença de Estado policial implacável que, para usar a feliz expressão de Hannah Arendt, transformara o povo russo em massa amorfa, privada de qualquer espécie de solidariedade, onde as pessoas não confiavam umas nas outras.

Assim, graças a Aron, a sociologia francesa deixou de ser uma espécie de “samba de uma nota só”, simples repetidora das teses centrais da vulgata marxista, dando lugar a uma alternativa atenta ao valor e à presença da cultura. Em nossos dias, essa evidência é comprovada, entre outras, pelo vigor e a fecundidade da obra de Raymond Boudon.

3. Karl Popper (1902/1994)

Karl Popper contribuiu direta e indiretamente para o enriquecimento da doutrina liberal no século XX. Neste último caso, embora o liberalismo não pretenda apostar numa determinada filosofia, na medida em que preconiza o pluralismo nessa matéria, tudo quanto possa obstá-lo lhe diz respeito. O marxismo é o exemplo mais flagrante. A par disto, embora o positivismo tomado na acepção inglesa não busque o confronto com o sistema democrático representativo, as versões continentais européias, que mais diretamente influíram no Brasil, acabaram numa franca aliança com o marxismo, tornando-se portanto potencial ameaça à democracia e à liberdade. A filosofia da ciência de Karl Popper representou um golpe de morte contra a proliferação do caldo de cultura em que se nutrem positivismo e marxismo para reduzir a ciência a um conhecimento dogmático a seu serviço.

Karl Popper era austríaco de nascimento e emigrou de sua pátria, em 1935, a fim de escapar ao nazismo, primeiro para a Inglaterra e depois para a Nova Zelândia. A partir de 1949 radica-se na Inglaterra, onde cria, na London School of Economics, um grupo de estudiosos da filosofia das ciências que viria a se tornar um dos mais importantes do Ocidente.

Popper contribuiu grandemente para superar a visão oitocentista que se tinha da ciência, segundo a qual repousava na observação, sendo o método indutivo sua base primordial. Inverteu essa relação ao reconstituir minuciosamente o trabalho do cientista, no livro que denominou de *Lógica da Investigação Científica* (1935). A ciência parte de hipóteses, formuladas por quem está habilitado a fazê-lo, estando sujeitas à refutação. Ao mesmo tempo, submeteu a indução a uma crítica demolidora. Assim, em suas mãos a ciência deixa de ser algo dogmático e concluso para exercitar-se em limites perfeitamente estabelecidos, além de experimentar avanços e recuos. Sua obra como filósofo das ciências é integrada por significativo conjunto de textos, entre os quais destacam-se, além do livro citado, *Conjecturas e Refutações: o desenvolvimento do conhecimento científico* (1962) e *Conhecimento Objetivo* (1972). Nos últimos anos de vida publica o que chamou de *Post Scriptum* à sua meditação sobre as ciências. Essa parcela de sua obra, pelo que tem de mais representativo, está traduzida para o português.

Deste modo, as contribuições de Popper relativas à filosofia da ciência tiveram um papel altamente positivo no tocante à preservação do pluralismo cultural e, portanto, na

sobrevivência de ambiente favorável às idéias centrais da doutrina liberal no tocante aos institutos básicos da democracia representativa. A par disto, impossibilitou grandemente que seja o marxismo seja o positivismo tivessem a possibilidade de continuar arvorando a falsa alegação de que suas teses seriam de natureza científica.

Do ponto de vista da preservação do sistema democrático representativo, seu livro *A sociedade aberta e seus inimigos* (4) desempenhou papel fundamental. Apareceu num momento (1945) em que o caráter totalitário do regime soviético ficara obscurecido em decorrência da aliança da União Soviética com o Ocidente, contra o nazismo. Logo adiante, na medida em que os russos logram impor o seu odioso sistema a sucessivos países no Leste europeu, a pertinência do alerta de Popper iria tornar-se evidente, assegurando o sucesso da obra e a sua sucessiva reedição.

Para muitos segmentos da sociedade, a União Soviética estava associada ao socialismo, criação ocidental francamente caudatária da tradição cristã. Os fundadores do socialismo, no século XIX, vincularam-no à idéia cristã da fraternidade universal. Ao mesmo tempo, entretanto, tinha-se consciência de que o bolchevismo inseria uma componente despótica inquestionável, amesquinhadora da pessoa humana, entrando em franca contradição com o cristianismo. Os socialistas alemães, ao longo da década de 20, advertiram quanto à verdadeira característica do regime soviético, movendo uma crítica demolidora, notadamente às idéias de “socialismo científico” e “ditadura do proletariado”. Contudo, nos anos 30, ao formar inicialmente contra o nazismo, os russos e seus seguidores no Ocidente turbaram de alguma forma aquela consciência. Embora a aliança entre os dois totalitarismos haja sido recomposta com a assinatura do Pacto Germano-soviético, em 1937, a invasão da União Soviética pela Alemanha, em 1941, e o ingresso desta na Aliança Ocidental criou a ilusão de que o regime soviético poderia caminhar no sentido da democracia. O seu empenho de domínio da Europa, nos anos subseqüentes ao término da guerra, acabaria evidenciando o irrealismo daquela expectativa. Neste particular é que o livro de Popper tornou-se um verdadeiro marco, ao identificar e criticar os fundamentos doutrinários dos inimigos do sistema democrático representativo vigente nos principais países do Ocidente, que batizou com a feliz expressão de *sociedade aberta*.

Com *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*, Popper notabilizou-se igualmente como pensador político. Sua proposta fundamental consiste em aplicar, à organização social, o mesmo método que desenvolveu em relação à ciência. Se o crescimento desta depende da derrota do dogmatismo, também a democracia não pode sobreviver à existência de verdades irrefutáveis. A sociedade aberta é uma conquista da civilização, corresponde ao sistema concebido e praticado pelo homem maduro, que recusa ser tratado como criança pelo Estado, aceita todas as suas responsabilidades – entre as quais inclui não apenas direitos mas também deveres –, reconhece a impossibilidade do paraíso terrestre e desdenha das utopias socialistas.

No entendimento de Popper, a civilização começa com sociedades fechadas, organizadas em bases tribais, repousando as relações sociais na rigidez dos costumes, geralmente fundados em crenças mágicas. Na Grécia iniciou-se uma outra experiência de criar um espaço para a responsabilidade pessoal. A obra de Platão está destinada a obstar essa mudança. Popper enxerga na teoria política platônica a origem do totalitarismo, razão pela qual submete-a a uma crítica profunda.

Platão desenvolve a teoria de que os seres e as instituições existentes são cópias imperfeitas de idéias imutáveis, cumprindo reconstitui-las como ideal a fim de dispor de uma espécie de arquétipo. No caso do Estado, o ideal deveria refletir aqueles aspectos presentes aos Estados existentes. O critério para identificá-los consiste nas estruturas que se tenham revelado mais

duradouras, isto é, que impeçam as mudanças. A origem destas provém da desunião da classe governante, cumprindo portanto substituí-la pelo sábio (filósofo). O modelo que estaria mais próximo do Estado ideal seria Esparta, onde vigorava uma espécie de ditadura dos mais experientes.

Em sua obra fundamental, *A República*, o remédio de Platão consiste numa operação de enquadramento da sociedade de forma que nesta não venha a prosperar qualquer espécie de individualismo.

Segundo Popper, coube a Hegel proceder à reelaboração moderna do totalitarismo platônico, tendo se tornado o “elo perdido” que permite identificar as origens do totalitarismo em nosso tempo. Como Platão, Hegel irá ocupar-se em sua obra de demonstrar que o Estado é tudo e, o indivíduo, nada. Sua doutrina mereceu de Popper caracterização e análise exaustivas.

Tal é, no entendimento de Popper, o verdadeiro suporte do marxismo. Na sua abordagem das idéias de Marx, torna-se patente o equívoco da suposição, algo difundida no Ocidente, de que o bolchevismo corresponderia a uma distorção do “humanismo” de Marx. Popper demonstra que Marx apóia-se numa consideração apresentada como sendo resultante da experiência histórica mas que, de fato, não passa de um determinismo sem qualquer suporte científico. No livro estão considerados ainda o economicismo, a luta de classes, a teoria de que o Estado é uma espécie de comitê da classe dominante, o advento do socialismo, a revolução social e o relativismo moral.

Logo na Introdução de *A sociedade aberta e seus inimigos*, Popper pergunta: “Porque todas essas filosofias sociais sustentam a revolta contra a civilização? Qual o segredo de sua popularidade. Porque atraem e seduzem tantos intelectuais”. A seu ver, duas seriam as razões básicas. A primeira seria a profunda insatisfação com um mundo que está longe de corresponder aos nossos ideais morais e aos nossos sonhos de perfeição. Ainda que a perfeição seja um atributo da divindade, inacessível à pessoa humana, aqueles que preferem viver no mundo da utopia valem-se dessa perspectiva para atacar a sociedade existente, desconhecendo a capacidade de aperfeiçoar-se, patente em suas instituições, despojando tal ataque de qualquer intenção construtiva. A segunda razão corresponderia ao fato de que, acreditando que a história estaria pré-determinada, sentem-se dispensados do ônus da responsabilidade pessoal..

Finalmente, Karl Popper repõe em seu devido lugar o papel da história. Nesse particular, cumpre ter presente que sua crítica ao que denomina de historicismo tem em vista a suposição de que haveria determinismos históricos. Na tradição anglo-saxônica o emprego do termo não induz a equívocos, o mesmo entretanto não ocorrendo na tradição latina. Nos países latinos há uma longa tradição historicista que consiste no inventário dos valores que caracterizam a cultura ocidental, justamente o que Miguel Reale denominou de *historicismo axiológico*. Popper vale-se justamente dessa espécie de historicismo ao reivindicar para a sociedade aberta aqueles princípios que se fundam no valor da pessoa humana, uma das características distintivas de nossa civilização. Embora na tradução não coubesse adotar outro termo, cumpre levar em conta o sentido em que o emprego e de que tradição se louva para fazê-lo.

A Sociedade Aberta e Seus Inimigos inicia um ponto de inflexão a partir do qual a doutrina liberal encontrou o caminho que a levaria, nas décadas seguintes, a impor ao comunismo totalitário uma derrota que se espera seja definitiva.

II. O Partido Popular Europeu e as perspectivas do liberalismo

1. A dependência que o liberalismo registra em face do curso histórico

Talvez se possa dizer que a principal característica do liberalismo consiste na atenção ao processo histórico. Precisamente a experiência histórica é a fonte da tese de Locke que estabeleceu o monopólio da representação pela elite proprietária. Os longos embates ocorridos na Inglaterra mostraram que o enfrentamento da monarquia absoluta exigia que o oponente tivesse posses. Dessa condição decorria interesses conflitantes, suficientemente relevantes para justificar a aceitação dos riscos que adviriam do confronto.

Justamente o grupo social em causa demonstrou ser capaz de quebrar a espinha do absolutismo, retirando-lhe o poder de decretar impostos sem a concordância dos interessados.

O primeiro abalo experimentado por essa convicção resultou da Revolução Industrial, porquanto deu surgimento a uma nova elite proprietária, radicada na cidade. O monopólio da representação beneficiava exclusivamente os proprietários rurais. Em fins do século XVIII, William Pitt II inicia a disputa pela revisão da regra até então consagrada. Denunciou de forma veemente o que batizou de “burgos podres”: representação de zonas rurais com número restrito de eleitores, servindo para concentrar votos em mãos de alguns poucos parlamentares. Ainda que não tivesse alcançado a pretendida reforma, obteve o isolamento daquelas lideranças, obstando de uma vez por todas a ingerência da Monarquia no funcionamento do Congresso. Data deste período a consagração do princípio segundo o qual “o Rei reina mas não governa”.

A Reforma de 1832 extinguiu o monopólio da representação pelos proprietários rurais, fazendo com que chegassem ao Parlamento os representantes do empresariado industrial.

Fenômeno análogo ocorreria com a massa trabalhadora na medida em que a vida demonstrou à liderança liberal inglesa não ser procedente a hipótese de que, desprovida de interesse próprio, acabaria sendo manipulada pela Casa Reinante. Na segunda metade do século XIX, as Trade Unions faziam a sua aparição no cenário político completamente renovadas, sem quaisquer resquícios dos tempos em que pretendiam evitar o fim da manufatura, quebrando as máquinas que dariam feição nova ao parque industrial.

Assim, cabia reconhecer o surgimento, no corpo social, de novo pólo de interesses, cumprindo fazer com que a legislação eleitoral refletisse a circunstância.

Para atender a tal imperativo, as restrições ao direito de fazer-se representar seriam sucessivamente eliminadas.

Na Inglaterra, chegou-se ao sufrágio universal no fim do século, alcançando-se o fortalecimento das instituições do sistema representativo.

Essa trajetória do liberalismo clássico é tanto mais expressiva se levarmos em conta que ignorou, solenemente, os argumentos em favor da democratização do sufrágio que tomavam por base a excelência da pessoa humana, isto é, a partir de simples deduções de postulados alheios à realidade. Como tivemos oportunidade de referir, essa doutrina nada tem a ver com as tradições liberais merecendo a denominação de *democratismo*.

O democratismo não passou a prova da história mas produziu grandes estragos, desde o Terror experimentado durante certa fase da Revolução Francesa. Foi utilizado por Napoleão III, ao introduzir abruptamente o sufrágio universal com vistas a assegurar a restauração da

monarquia absoluta, recorrendo a plebiscitos. O totalitarismo do século XX tem a mesma origem.

Ao contrário disto, a doutrina liberal do governo representativo proporcionou ao Ocidente, no plano político, a melhor forma de convivência social estruturada pela humanidade.

Tudo indica que o curso histórico que se vem delineando ao longo da segunda metade do século XX imporá ao liberalismo ajustamento profundo de sua base doutrinária. Com a intenção de tentar apreender esse processo em sua inteireza, vamos proceder à análise da organização que, a nosso ver, melhor o espelha: o Partido Popular Europeu.

2. Linhas gerais da construção europeia

a) A inconclusa formulação do projeto europeu

A natureza do projeto europeu começa a ser esboçada a partir da compreensão de que era necessário envidar todos os esforços no sentido de impedir o surgimento de novas divergências entre a França e a Alemanha. De certa forma, disputas entre as duas nações estiveram na origem dos acontecimentos que levaram às duas guerras mundiais. O Plano Marshall eliminou de pronto uma das fontes de atritos, gerada pelo Tratado de Versalhes: a imposição aos derrotados de destinar somas vultosas ao pagamento das reparações exigidas pelos confrontos bélicos. Os Estados Unidos arcavam com os dispêndios necessários à reconstrução da Europa. (5)

A partir de 1948, realizaram-se encontros e discussões sobre a viabilidade do projeto de implantação dos Estados Unidos da Europa, rejeitado desde logo pela Inglaterra. Mas deu surgimento à associação denominada *Movimento Europeu*. Contudo, nada de concreto adveio daí.

Premido talvez pela eclosão da guerra fria e da brutal realidade que passou a representar a ameaça soviética, convencido de que somente realizações concretas levariam à construção europeia, Roberto Schuman (1886/1963), ministro das relações exteriores da França, lança a 9 de maio de 1950 o projeto da Comunidade Franco-Alemã do Carvão e do Aço, destinada a iniciar a integração desses setores produtivos. A iniciativa foi logo acolhida com entusiasmo pelo Chanceler da Alemanha Ocidental, Konrad Adenauer (1876/1967). (6) O projeto logo conquistou a adesão do premier da Itália, Alcide de Gasperi (1881/1954). Portanto, são estes os Pais Fundadores da Comunidade Europeia. Considera-se também que haja contribuído para o amadurecimento dessa idéia a formação, em plena guerra, por governos no exílio, do chamado BENELUX, união econômica entre a Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Esses países tornaram-se co-fundadores da Comunidade.

Esse projeto inicial tornou-se o grande trunfo da construção europeia, enquanto circunscrito à dimensão econômica. Consagrada essa linha de atuação no Tratado de Roma (1957), avançou significativamente, embora não se possa dizer que estabelecida em definitivo, conforme teremos oportunidade de detalhar logo adiante.

Entretanto, no que respeita à arquitetura da integração política, esbarra em sucessivos obstáculos.

Desde logo, esboçavam-se duas hipóteses. A primeira consistia em erigir uma Federação. Na previsão da resistência que poderia suscitar, considerou-se que uma Confederação constituiria a melhor alternativa.

Neste primeiro momento, entendia-se que a França e uns poucos aliados preservariam certa ascendência na Federação. Partia-se do reconhecimento da necessidade de avançar na integração mas, ao mesmo tempo, impedir que a Alemanha alcançasse uma posição hegemônica, dada a dimensão das sucessivas tragédias que provocara, desde a emergência da Prússia, nos começos do século XIX.

Ao mesmo tempo, implicando a Federação numa expressiva delegação de soberania, à entidade central a ser constituída, certamente seria de muito difícil aceitação. Levava-se em conta os sacrifícios exigidos pela consolidação das nações na Europa e a resistência que suscitaria a renúncia a tal patrimônio.

Na busca de uma alternativa conciliadora, nasce a idéia de uma Confederação. Sua formulação inicial seria da lavra de De Gaulle, nestes termos: “A União assumiria inicialmente a forma de uma Confederação, na qual cada Estado guardaria sua soberania, salvo nos domínios que as nações atribuiriam à Comunidade a fim de que seja alcançada a unificação.” (7)

Progressivamente tornar-se-ia patente que o principal obstáculo à construção política advinha da sobrevivência do ideal socialista no processo de integração econômica. Os fundamentos dessa idolatria foram profundamente abalados pelo fato de que o governo conservador inglês, liderado por Margareth Thatcher, conseguira demonstrar que as dificuldades experimentadas pela economia européia provinham da estatização.

A reviravolta viria a tornar-se expressa no *Ato Único* assinado em Luxemburgo, em fevereiro de 1986 e que entrou em vigor a 1º de julho de 1987. Formalmente, consolidava as disposições estabelecidas pelos três tratados constitutivos das Comunidades do Carvão; Econômica Européia e da Energia Atômica.

O *Ato Único* definiu os marcos da transferência de soberania, aceitáveis por todos os Estados membros. A assinatura desse documento por Margareth Thatcher introduziu modificação substancial no denominado modelo social europeu. Era desejo expresso, sobretudo da liderança francesa, impulsionar a organização das atividades econômicas segundo os padrões socialistas vigentes no Continente. Agora firma-se uma clara opção pela economia de mercado.

Como teremos oportunidade de referir expressamente, na prática, a França não abdicou da presença do Estado na economia, sem embargo de que o processo de integração, nesse plano, registre avanços notáveis. Contudo, em matéria de integração política, não foi encontrada solução consensual.

b) Os percalços da integração política

Especialista no estudo da civilização britânica, regendo a cadeira dedicada a esse tema numa universidade francesa ((Université de France-Comté), a profa. Agnès Alexandre-Collier atribui grande importância ao discurso pronunciado por Margareth Thatcher a 20 de setembro de 1988, preparatório da agenda do Congresso do Partido Conservador. Teria lugar no seguinte mês de outubro (8). Resumidamente, são estas as teses que então formulou:

1ª) Ao ingressarem na Comunidade Européia, as nações preservarão sua identidade. Dizendo-o com suas palavras: “A Europa será mais forte na medida em que a França

enquanto França, a Espanha enquanto Espanha, a Grã-Bretanha enquanto Grã-Bretanha permaneçam cada uma delas com seus próprios costumes, tradições e identidade.”

2ª) Assegurar a manutenção da Aliança Atlântica: “Tenhamos uma Europa que desempenhe papel completo no mundo, que mire o exterior e não o interior e que preserve esta Comunidade Atlântica ... nossa mais nobre herança e nossa maior força.”

3ª) A Grã-Bretanha deve servir para a Europa como modelo de economia liberal. (“A lição da história econômica da Europa, nos anos 70 e 80 consiste em que a planificação central e o controle detalhado não funcionam. ... A Grã-Bretanha foi a primeira a abrir seus mercados aos outros. ... Estimaria dizer o mesmo da maior parte dos membros da Comunidade.”)

Agnès Alexandre-Collier assinala que o discurso de Mme. Thatcher conclui com uma acerba crítica ao federalismo, nestes termos: “Tentar suprimir o estatuto nacional e concentrar o poder no centro do conglomerado seria extremamente lamentável. ... Que a Europa seja uma família de nações que se compreendam e se apreciem mutuamente, cooperando mas sem renegar seja a identidade nacional seja nosso esforço comum europeu.”

O Tratado de Maastricht de 1992 ensejou a retomada do debate em torno da arquitetura política europeia. A intenção básica era propiciar maior integração econômica graças à adoção de moeda única. Mas a mudança de denominação, de Comunidade Econômica Europeia para Comunidade Europeia, reafirmava o primado das instituições políticas. Naquela altura, o único avanço expressivo nessa matéria correspondia à introdução do voto direto na eleição do Parlamento Europeu, em 1979. Até então era composto por representação escolhida pelos Parlamentos nacionais. Ao que tudo indica, essa alteração irá propiciar seja levado em conta na balança do poder. O passo inicial nesse sentido teve lugar na oportunidade da aprovação do nome do atual Presidente da Comissão Europeia, o ex-primeiro ministro português Durão Barroso, bem como dos componentes de sua equipe. Até então, a concordância do Parlamento não era exigida. Também na mudança das regras fixadas pela Comissão no que respeita aos serviços, assunto a que voltaremos, o Parlamento desempenhou o papel decisivo.

Contudo, a amplitude da problemática envolvida, pelo aspecto considerado, somente seria explicitada com o término dos trabalhos da Convenção constituída para elaborar a Constituição, que passaria a ser tomada como base única, substitutiva e incorporadora dos Tratados precedentes. Apresentado na forma de Tratado, dependente de ratificação pelos Estados membros, os referendos tiveram início nos primeiros meses de 2005. Recusado pela França, a 29 de maio desse ano, e a 1º de junho pela Holanda, o processo viu-se interrompido.

Para compreender o fundo da divergência, cumpre passar em revista o caminho institucional percorrido pela Comunidade Europeia ao longo de meio século.

O poder de fato encontra-se em mãos da Comissão Europeia, sediada em Bruxelas, desde que tem a incumbência de executar o orçamento. Além disto, compete-lhe aplicar punições monetárias aos Estados membros que deixem de cumprir disposições vigentes, em especial a observância de limites para taxas de inflação e déficit público, devendo ambos situar-se abaixo dos três por cento.

Em decorrência de sucessivos alargamentos, a maioria dos Estados membros guarda grande dependência em relação a Bruxelas. O grupo de fundadores reduzia-se a seis (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda). Nos alargamentos ulteriores, entre 1973 e 1995, de que resultou a chamada Europa dos 15, poucos dentre os novos aderentes entravam para a categoria de contribuintes (Inglaterra, Dinamarca e Suécia). (9)

Os demais seriam sobretudo beneficiários: Irlanda, Grécia, Espanha, Portugal, Áustria e Finlândia. O alargamento posterior a 2004, elevando o número de membros a 27, deveu-se à incorporação dos países do Leste, egressos do comunismo (República Checa, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, admitidos em 2004, e Bulgária e Romênia, cujo ingresso deu-se em janeiro de 2007) (10), com exceção das ilhas mediterrâneas de Malta e Chipre.

O Orçamento da União, que expressa o poder de Bruxelas, equivale a 126,5 bilhões de euros no exercício de 2007. A principal rubrica corresponde ao financiamento de inversões nos Estados membros com vistas a reduzir a disparidade dos níveis de desenvolvimento em que se encontram, aos quais se destinam 43% daqueles recursos. Segue-se a Política Agrícola Comum (PAC), que consiste basicamente de subsídios a atividades rurais que deixaram de ser competitivas e, no entender da Comunidade, precisariam sobreviver, cabendo-lhe 34%. Desenvolvimento de comunidades rurais e meio ambiente ficam com 11%. Há ainda verbas para programas relacionados à cidadania e à justiça (5%), bem como apoio a programas de desenvolvimento, sobretudo de países africanos (1%).

A PAC tornou-se motivo de grande controvérsia. A parcela fundamental dos recursos é apropriada pela França. A Inglaterra, como não os recebe, obtém uma compensação. Em 2006, a França a pressionou no sentido de que renunciasse a tal benefício, de que se valeram os ingleses para apontar o equívoco a que corresponderia essa política de subsídios. O governo trabalhista inglês entende que a competitividade da Europa encontra-se nos setores de ponta, que incorporem altos padrões tecnológicos.

Constituída basicamente pelos franceses, a Comissão Européia tornou-se máquina burocrática monstruosa, estima-se que deva custar 7,6 bilhões de euros em 2007. Tem ingerência em praticamente todos os aspectos da vida social, bastando dizer que dispõe de trinta departamentos, cerca da metade devotada a temas econômicos e os demais contemplando cultura, educação, saúde, política externa, sociedade da informação, etc.

É imenso o poder de legislar da Comissão Européia, desde que, fiel às origens francesas, entende que tudo deve achar-se sujeito a regulamentação. Somente em 2006, ao fixar despoticamente regras para uma atividade essencial --os serviços--, recusadas por diversos Estados membros, o Parlamento Europeu interveio, dando origem a uma lei que merece ser abordada de modo autônomo, tanto por sua relevância como ter resultado sobretudo da ação do Partido Popular Europeu, justamente a razão de ser destas considerações sobre a Comunidade.

Teoricamente, encontra-se acima da Comissão Européia o Conselho da União Européia. A presidência desse órgão é exercida em rodízio, cabendo a cada Estado membro exercer essa função durante um semestre. O Conselho fixa diretrizes para as questões mais relevantes, reunindo, especialmente para esse fim, o Ministro da Pasta correspondente dos diversos Estados membros. Formalmente, dispõe do poder de legislar. Dependendo da importância do tema, exerce-o conjuntamente com o Parlamento. Tendo cabido a Presidência à Inglaterra, em 2006, Tony Blair tentou, sem maior sucesso, engajar a Europa num projeto de inovação científica e tecnológica que eliminasse a preocupação com a concorrência chinesa em produtos como têxteis ou calçados, deslocando a competição para os setores que presentemente e no futuro continuarão incorporando os mais altos padrões técnicos.

Descrita sumariamente a estrutura institucional em vigor, podemos passar ao exame do texto constitucional.

O projeto de Constituição resultou, como foi referido, de uma Convenção. Nesta participaram representantes dos Parlamentos nacionais, do Parlamento europeu, dos governos nacionais e da Comissão. Presidiu-a Giscard D'Estaing, que foi Presidente da República Francesa, de 1974 a 1981, sendo destacado líder da corrente galuista. Considera-se que o gaulismo seria caracterizado, sobretudo, pelo empenho na restauração da grandiosidade da França, do desejo deste país de exercer liderança incontestável na Europa e, sobretudo, de enfrentar os Estados Unidos, isto é, ao contrário dos ingleses, não atribuiria maior relevância à Aliança Atlântica. Considera-se que sua influência na construção européia residiria no empenho centralizador que, naturalmente, não precisa apresentar-se abertamente como advogando o federalismo. No que se refere ao Tratado Constitucional, são muito fortes os indícios da presença desse vezo federalista. Apontemos os principais dentre estes.

Além do existente Conselho da União Européia, o texto constitucional cria um outro órgão denominado *Conselho Europeu*, que teria um Presidente, nomeado para um período de dois anos e meio. Ao contrário da rotatividade igualitária vigente no atual Conselho da União Européia, seria limitada a três países, dentre os fundadores, admitidas futuras ampliações. O Presidente teria poderes limitados. Contudo, tratar-se-ia de uma estrutura permanente.

No interior do atual Conselho, criar-se-ia o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros, que passaria a absorver as atribuições da Comissão no que respeita às relações externas e à defesa. Precisamente nessa matéria situam-se divergências aparentemente insanáveis, como se viu na oportunidade da intervenção americana no Iraque. No documento oficial, dedicado a apresentar o resumo do conteúdo do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, afirma-se que a criação desse cargo “deverá estimular a confiança recíproca e a projeção européia dos Estados membros”, bem como a certeza de que “o papel da União na cena internacional será sem dúvida reforçado, qualquer que seja o domínio”. Adicionalmente, o estreitamento da cooperação entre os Estados membros, no tocante à defesa, “reforçará a credibilidade da política externa da União”. Acontece que não há maiores evidências da existência de uma política externa comum na Europa.

O texto preconiza aumento do poder dos Estados membros mais desenvolvidos do ponto de vista econômico. Esta é naturalmente uma questão delicada no funcionamento de uma comunidade de nações, cuja maioria não só aderiu posteriormente à sua formação como o fez, sobretudo, com vistas a obter apoio financeiro que faculte elevação dos padrões de renda. Na fase inicial, os fundadores decidiam por unanimidade. A Europa dos 15 adotou uma ponderação do voto a partir do número de habitantes (11), podendo muitas questões -- notadamente as relacionadas às contribuições para o Orçamento e a destinação desses recursos -- serem decididas por maioria. A Constituição introduziria o conceito de dupla maioria. Presentemente considera-se que é alcançada quando obtém o apoio dos Estados membros representando 60% da população. Na proposição ali contida, passaria a corresponder a 55% dos Estados membros que representem 65% da população. A lógica é a seguinte: três Estados membros mais populosos poderiam, isoladamente, bloquear decisões do Conselho. Na nova regra seriam necessários quatro Estados membros.

A recusa pelo eleitorado francês do projeto de tratado Constitucional prende-se a problemas internos. Não se trata de que os contingentes *eurocéticos* -- opositores incondicionais da Comunidade Européia -- pudessem, por si sós, alcançar aquele resultado. São grupos muito heterogêneos, a exemplo da extrema direita (Le Pen) e os comunistas, ainda que em certas circunstâncias registrem votação coincidente. Mesmo arrastando os independentes equivaleriam no máximo a 20% do eleitorado. Assim, a recusa da Constituição por cerca de 55% dos votantes (70% do eleitorado) resultou da cisão verificada no Partido Socialista. Ainda que a direção haja decidido votar a favor, Lauren Fabius (antigo primeiro ministro e representante do núcleo que resiste à renúncia aos velhos tabus socialistas, a exemplo do que ocorreu com todos os demais partidos dessa tendência na Europa) aderiu ao *Não* e provocou a inesperada reviravolta. Inesperada porquanto as lideranças tradicionais achavam-se plenamente identificadas com o projeto de Texto Constitucional

Se bem a Constituição pudesse entrar em vigor sem alcançar a unanimidade, progressivamente tornou-se claro não haver qualquer empenho na retomada da rodada de referendos. Veio a ser ratificada pela Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Itália, Chipre, Estônia, Grécia, Hungria, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Eslovênia e Eslováquia, ao todo 16 Estados membros. Como foi referido, ouve duas recusas (França e Holanda). Restam portanto onze integrantes da Comunidade: Inglaterra (deveria ser referendada pelo Parlamento, seguindo-se a consulta popular, tendo o governo adiado o início da votação, em junho de 2005), Polônia, Portugal, República Tcheca, Suécia, Dinamarca, Irlanda e Finlândia.

A questão não se coloca para a Bulgária e Romênia, cujo ingresso deu-se em janeiro do corrente ano.

Adiante indicaremos a saída encontrada pela Comunidade.

c) O começo da integração econômica
e a Política Agrícola Comum (PAC)

A integração econômica defrontou-se com sucessivos obstáculos, alguns dos quais se revelaram de difícil superação.

A união aduaneira avançou progressivamente. Tratava-se de uma prática experimentada em acordos comerciais bilaterais. Essa liberalização abrangeu outros setores para finalmente, no Tratado de Roma (1992), concluir-se a estruturação de mercado livre para a circulação de mercadorias, capitais e mão-de-obra. Ainda que haja então se estendido aos serviços, por suas dimensões econômicas e diversidade, acabou requerendo consideração específica, efetivada em período recente.

A principal dificuldade enfrentada, ainda pela Europa dos 6 (Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda), correspondeu à agricultura.

Os alemães representavam mercado imenso, enquanto os franceses defrontavam-se com o problema dos excedentes. A integração dos dois mercados poderia ser lógica, mas esbarrava em reservas e hábitos, correspondentes a tradições das mais arraigadas. Surgiam questões desse tipo: porque razão deveriam os alemães abdicar da prerrogativa de selecionar os produtos que iriam importar em favor de mercadorias francesas, recusadas muitas vezes por simples preconceitos? E, mais ainda: seria admissível, em certos casos, sacrificar a seus próprios fazendeiros em benefício de “inimigo” secular?

Estabelecer preferências em matéria de vinhos parecia uma tarefa impossível.

Enfim, defrontava-se a Comunidade com um problema aparentemente insolúvel.

A concretização da Política Agrícola Comum (PAC), em 1962, representa inquestionavelmente um feito notável. Sem embargo de que se haja tornado execrável pelo agronegócio do resto do mundo, é defendida com unhas e dentes pelos europeus continentais de todas as tendências.

É fácil compreender as razões daquela unanimidade, lembrando aqui suas linhas gerais.

O arranjo final concluiu-se em 1962.

A PAC estabeleceu os critérios a partir dos quais determinadas culturas seriam preservadas. Abrangia naturalmente apenas os Estados membros compreendidos na Europa dos 6. Subseqüentemente, os países que ingressavam na Comunidade tiveram que se submeter às mesmas regras. A intervenção abrangia as principais culturas e atividades a estas vinculadas, a saber: trigo e cereais em geral; açúcar; leite e produtos lácteos; carne de porco; vinho de mesa; carne bovina; frutas e legumes.

Na altura, a Europa de 6 contava com cerca de 65 milhões de hectares cultivados, cuja exploração envolvia 17,5 milhões de pessoas. Em termos de população economicamente ativa, a agricultura tinha maior peso na Itália (33%); França (25%) e Bélgica (10%). Em alguns países predominavam minifúndios. Na Itália, por exemplo, 85% das explorações tinham menos de 5 há, proporção que caía para 35% na França.

O peso da agricultura na geração do PIB variava de país a país. Pesava muito na Itália (23%) e menos na Bélgica (8,4%). Os rendimentos por hectare, na Bélgica, eram duas vezes e meia superiores aos da Itália.

Do que precede, verifica-se que o problema a ser enfrentado correspondia à modernização da agricultura, justamente uma atividade considerada inamovível, parada no tempo. Desse ângulo, foi plenamente bem sucedida, naturalmente com grandes sacrifícios, o que explica o empenho de preservação da PAC, transformada num autêntico patrimônio. A população

economicamente ativa que correspondia, na França, a mais de 6 milhões de pessoas, no início dos anos 60, reduzia-se a 1,5 milhão, em 1986. Na Itália, no mesmo período, caiu de 4,6 milhões para 2,2 milhões.

A produtividade agrícola elevou-se de forma verdadeiramente espantosa. Confrontando a Europa dos 6 com a Europa dos 15 -- isto é, o período que vai dos anos sessenta aos fins da década de oitenta e começos da seguinte -- o rendimento médio da cultura de trigo praticamente dobrou, e, no caso do milho, o incremento foi de 50%. Aumentos da ordem de 50% registraram-se também na produção leiteira.

O processo de tecnificação da agricultura exigiu a disseminação de cursos de treinamento.

Presentemente, enquanto exportador de produtos agrícolas e alimentares, a Comunidade Européia ocupa o segundo lugar na escala mundial, superada apenas pelos Estados Unidos. Estes, por sua vez, são o principal fornecedor do mercado europeu. A Comunidade mantém-se como grande importadora desses bens.

Tomando-se os valores desse comércio, em 2000, a Europa dos 25 exportou 48 bilhões de euros, que já correspondiam a 52,6 bilhões em 2005. Entretanto, representa apenas 5% do total das exportações. Em alguns Estados membros essa proporção é mais expressiva, a exemplo da Grécia (18,7%) e Dinamarca (17,4%).

Em compensação, as importações ultrapassam as exportações, desde que equivaleram a 54,6 bilhões de euros, em 2000, e a 62,3 bilhões em 2005.

Nas importações européias de produtos primários ocupa posição destacada a parcela integrada por matéria prima industrial, como madeira, fibras têxteis naturais, peles e ainda outras. Revestem-se de grande interesse para a pecuária comunitária rações de baixo custo, provenientes de milho e soja, bem como produtos não processados (mandioca), àquele fim destinados. Grandes produtores e consumidores de frutas, os países europeus representam mercado expressivo para esses bens durante os prolongados meses de inverno.

A PAC compreende todo um conjunto de políticas e objetivos. Quanto a estes, visa em primeiro lugar garantir o abastecimento. Para avaliar o significado desse princípio, é preciso ter presente que, tão somente no século passado, a Europa foi devastada por duas guerras mundiais. Ao término da Primeira e em face da Revolução Russa, pairava sobre o continente a ameaça da fome porquanto a Rússia era o principal fornecedor de trigo. No livro clássico *Conseqüências econômicas da paz* (1919), Keynes menciona expressamente a gravidade daquela situação.

Entre as duas guerras, a Europa avançou sobremaneira na estruturação de setor agrícola, com vistas a alcançar segurança alimentar ao menos nos produtos básicos (cereais, laticínios e carne, sobretudo). Era natural, portanto, que a reconstrução, após a Segunda Guerra, procurasse preservar essa conquista. Contudo não o fez atenta aos avanços técnicos, e, assim, deixava muito a desejar no que respeita à produtividade, quando confrontada à agricultura norte-americana.

Os outros objetivos enunciados consistiam na obtenção de preços estáveis para agricultores e consumidores, conjugar a atividade com a preservação do meio ambiente e, ainda, garantir a sobrevivência das pequenas comunidades, evitando ao mesmo tempo o aumento da disparidade de níveis de renda no confronto com as zonas urbanas.

Para alcançar a mencionada transformação no campo, a PAC introduziu 1) controle de preços dos produtos agrícolas; 2) taxação comum de importações dos outros mercados; e, 3) subsídios para exportações.

A intervenção nos preços exigiu larga experimentação, notadamente em face da valorização de algumas moedas em relação às demais. Finalmente, em 1979 chegou-se a consenso no estabelecimento da unidade monetária denominada *ecu* (European Currency Unit), experiência que, naturalmente, muito contribuiu para a fixação de taxas de conversão ao *euro* das moedas nacionais, moeda única introduzida a 1º de janeiro de 2002.

Ocorreu intensa resistência à aplicação da PAC nos diversos Estados membros. O primeiro embate seria provocado pelos vinicultores a que se seguiram diversos outros. Na medida em que se ampliava a adesão de novos países membros, emergiam novos focos de resistência. Na maioria dos casos, não mais havia espaço para novos ingressos na oferta de produtos consagrados, afora a incapacidade de competir nos próprios mercados internos. Contudo, as acomodações vêm ocorrendo sem maiores percalços, esperando-se que o mesmo venha a ocorrer com os mais recentes Estados membros, egressos do Leste.

O lado perverso desse sistema, do ponto de vista interno, consiste em que a PAC deu origem a colossal burocracia, não apenas plantada em Bruxelas, disseminando-se pelos diversos Estados membros.

As maiores extensões cultivadas distribuem-se entre os seguintes Estados membros:

<i>País</i>	<i>Hectares (milhões)</i>	<i>%</i>
França	29,5	18,1
Espanha	25,6	15,7
Alemanha	17,0	10,4
Polónia	15,9	9,8
Inglaterra	14,8	9,1
Itália	14,5	8,9
Grécia	5,7	4,4
Outros	39,8	23,6
<i>TOTAL</i>	<i>162,8</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Eurostat. Agricultural statistics.2005

Na Europa dos 25, a contribuição da agricultura, pecuária, silvicultura e pesca para a geração do PIB correspondia, em 2005, a 4,9%. Predominam os serviços (67,6%), seguidos da indústria (27,5%).

Em 2005, os subsídios à agricultura (48,6 bilhões de euros) equivaleram a 28,2% do PIB do setor (172,2 bilhões de euros).

d) Os obstáculos à desestatização

A Comissão Europeia assumiu progressivamente a feição burocrática que passou a constituir a sua principal característica distintiva, na medida em que tinha sido concebida pelos franceses. Estes assumiram diretamente a sua direção em grande parte dos anos setenta (François-Xavier Ortoli, de 1973 a 1977) e entre 1985 e 1995 (Jacques Delors). Delors explicitaria que se tratava de contrapor-se ao modelo norte-americano, isto é, capitalista. Essa linha seria seguida pelo italiano Romano Prodi (fins de 1999 a 2004). Durão Barroso (assumiu em fins de 2004) deveria constituir um novo marco. Ao que tudo indica, dependia da vitória da democracia cristã nas eleições de setembro de 2005, na Alemanha. A maioria

alcançada, se lhe permitiu designar a Angel Merkel como Chanceler, não assegurava o funcionamento do governo, impondo uma coalizão com os sociais democratas. Assim, as reformas mais profundas teriam que ser postergadas.

As medidas de liberalização que a Comunidade efetivou podem ser atribuídas a uma imposição da Inglaterra, na pessoa de Mme. Thatcher, fato a que mencionamos ao referir a que essa opção constou do Ato Único de 1987. A estudiosa Agnès Alexandre-Collier indica que, no ano seguinte, em 1988, no Congresso do Partido Conservador, Margareth Thatcher denunciou “o ataque proveniente daqueles que concebem a unidade europeia como um meio de retomada do socialismo. Nós não trabalhamos todos esses anos com vistas a liberar a Inglaterra da paralisia do socialismo para assistir a sua ressurreição pela porta do controle central e da burocracia de Bruxelas.” (8) No mesmo texto mostra a procedência da suspeita, com base num livro de Jacques Delors (*L'Unité d'un homme. Entretiens avec Dominique Wolton*, Paris, Odile Jacob, 1994) no qual afirma textualmente que “o modelo de sociedade europeia foi concebido essencialmente pelas experiências sociais-democratas”. E, mais, que “o papel do Estado, de que ninguém fala o que corresponde a hipocrisia, consiste em corrigir os efeitos negativos do mercado”.

Contudo, o imperativo de manter sob controle o déficit público, bem como o êxito da Inglaterra no combate ao desemprego, impuseram à Comissão Europeia a adoção de certas políticas liberalizantes em matéria de economia. Em 1998, aprovou uma resolução determinando a privatização das empresas elétricas até 2005. A Alemanha e a Bélgica a cumpriram em que pese sua complexidade, notadamente a necessidade de atendimento a demanda interna mediante a compra de excedentes em outros Estados membros. A França tergiversou o quanto pôde. A empresa estatal que exerce esse monopólio (EDF) beneficiou-se da privatização em outros países, participando das novas empresas privatizadas. Limitou-se entretanto a pulverizar 30% de suas ações, ao que parece inclusive depois do prazo (2006), sob a condição de que os novos acionistas abdicassem do direito de quaisquer operações conjuntas. Essa iniciativa foi objeto de campanha publicitária milionária. A Comissão Europeia não tornou pública nenhuma advertência, a exemplo do que costuma fazer quando se trata de proferir ameaças quando algum Estado membro ultrapassa os limites fixados para o déficit público.

As telecomunicações são outro exemplo de que a França não se dispõe a liberalizar a sua economia, porquanto a France Telecom corresponde basicamente à mudança de denominação de órgão estatal, ainda que venha sendo constrangida a aceitar imposições do mercado.

Na Alemanha, a Bundepost, que reunia os Correios, as telecomunicações e os serviços bancários efetivados pelos próprios Correios foram desmembrados em três grupos, totalmente privatizados. Cumriu-se de modo integral a separação entre regulamentação e gestão.

No que respeita à televisão, de um modo geral os Estados membros mantiveram um ou mais canais públicos mas abdicaram do monopólio. A liberalização estendeu-se aos canais de TV a cabo.

e) A integração dos serviços

O tema envolveu disputas verdadeiramente apaixonantes nos anos recentes.

Ainda que a integração dos serviços conste do Ato Único de 1986, a dimensão econômica assumida por essa atividade acabou exigindo consideração específica. No início deste milênio, os serviços respondiam pela geração de 70% do PIB e 100% no que respeita à criação de novos empregos. Não mais se tratava apenas dos transportes e do comércio, chamados de “atividades intermediárias”, o que não deixava de ter certa conotação pejorativa. Desapareceu para sempre a época em que a economia “real” consistia na geração de energia, fabricação de aço, veículos motores e, naturalmente, a moeda. Presentemente o que se destaca são as empresas de turismo, hotelaria, bancos, serviços públicos, atividades culturais, empresas de comunicação e a massa colossal de prestadores de serviços às empresas com base em recursos da informática.

Em 2000, numa reunião em Lisboa, com o apoio do governo socialista francês (Jospin, cujo gabinete incorporava comunistas e verdes e, adiante, nada mais nada menos que Laurent Fabius, como Ministro das Finanças), a Comissão Européia, presidida por outro renomado socialista (Romano Prodi) decide elaborar uma estratégia para eliminar barreiras na integração dos serviços. Na época causou espanto na medida em que semelhante intenção era entendida como sendo “neoliberal”, no seio dos que a patrocinavam.

Muito provavelmente, terá contribuído para a resistência que resultou das regras, mais adiante expedidas pela Comissão Européia, o fato de que a Diretriz que fixaria os princípios gerais tornou-se conhecida com o nome de quem a propôs. O responsável pelos serviços, na Comissão Européia, era o renomado liberal Frits Bolkstein (nascido em 1933; líder do Partido Liberal Belga, presidente da Internacional Liberal entre 1996 e 1998). Tornando-se conhecida como “Diretiva Bolkstein”, de certa forma, predispôs a admitir que seria “neoliberal”.

O certo é que a Diretiva Bolkstein, provocou a mais viva oposição, notadamente do sindicalismo francês, havendo inclusive quem admita que contribuiu para o *Não* à Constituição.

O grande cavalo de batalha viria a ser a regra segundo a qual a empresa, ao prestar serviços em outro Estado membro, em matéria de encargos sociais podia continuar seguindo as regras vigentes no Estado de origem. Sendo relativamente grande a magnitude da diferença desses encargos, segundo os países, os que ocupassem a base da escala iriam beneficiar-se.

Na França, empenhados na manutenção do *status quo*, os sindicatos mobilizaram-se contra a Diretiva Bolkstein. Cedendo à pressão, o governo proibiu a atividade em seu território de empresas portuguesas de serviços, com as quais as unidades locais não podiam concorrer (9).

Diante do impasse criado, interveio o Parlamento Europeu. Em 2006, foram aprovadas novas diretrizes da integração dos serviços, adiante resumidas.

O Parlamento entendeu que, adotando sem espírito crítico o entendimento dos economistas, Bruxelas considerou os serviços como um todo homogêneo. Na verdade, entretanto, não são equiparáveis, *tout court*, quando se trata de matéria tão delicada como a integração de atividades econômicas entre países, cabeleireiros e controladores de tráfego aéreo; cadeias de supermercados e empresas de jardinagem; e assim por diante. Portanto, caberia, antes de mais nada, partir de uma classificação dos diversos serviços, com vistas a bem fixar as respectivas peculiaridades.

Sem tomar essa precaução, o princípio do país de origem, transformado no essencial, não tinha na verdade eficácia no combate a ser efetivado, além de gerar oposição desnecessária.

O princípio considerado nutria-se da convicção de que estaria voltado contra o protecionismo. Entretanto, em muitos casos, o que de fato precisava ser enfrentado era o corporativismo. Adotado esse enfoque, salta às vistas que Bruxelas não seria a instância para eliminar estruturas arcaicas, que transformam certas categorias profissionais em autênticas castas, nesse ou naquele país.

A principal inovação da legislação aprovada consiste em que nenhum país poderá, direta ou indiretamente, impor a prestadores de serviços de outro Estado membro, regras que não sejam aplicadas aos profissionais nacionais.

Ao considerar a especificidade desse ou daquele grupo de atividades, a nova legislação busca circunscrever as áreas de atritos. Em decorrência dessa ótica, leva em conta que não seria propriamente de natureza econômica a eventual integração entre serviços públicos de educação e saúde, e, deste modo, transcende a pretendida legislação.

Ainda com o propósito de não suscitar oposição, que poderia ser evitada, deverá ser alcançada coordenação mais eficaz no que respeita ao direito do trabalho. O direito europeu será harmonizado no que respeita a atividade das agências de trabalho.

Os novos princípios, antes referidos, não atingem o contingente fundamental das empresas, em relação às quais deu-se um grande passo na liberalização. Espera-se que assegure a integração da parcela substancial do setor que se tem revelado capaz de promover o dinamismo econômico.

Subsidiariamente, a legislação dos serviços, aprovada em 2006, permitiu vislumbrar as possibilidades de protagonismo que detém o Parlamento Europeu. A lei foi aprovada por 391 votos contra 213, contando, praticamente, com a aprovação de cada dois em três deputados. O Partido Popular Europeu desempenhou papel decisivo na obtenção desse resultado. Conseguiu desarmar a resistência da totalidade dos partidos nacionais integrantes do Partido Socialista Europeu, com a única exceção do PS Francês.

f) O provável futuro da integração política

A recusa do Tratado Constitucional pela França, seguida da Holanda e acrescida da evidência de que o mesmo viria a acontecer na Inglaterra, caso se insistisse na continuidade do referendo, deixou perplexas as lideranças européias. Chegou-se mesmo a falar em “pausa para meditação”.

Caberia ao Partido Popular Espanhol, no seminário promovido pela UMP, em Paris, no mês de setembro subsequente às referidas votações francesa e holandesa, traçar um esboço de programa, capaz de permitir a retomada do assunto. O principal mérito desse texto consiste em que coloca na Ordem do Dia a responsabilidade da França nas dificuldades enfrentadas pela Comunidade. Do ponto de vista interno, bloqueia as reformas, em primeiro lugar o imperativo de complementar as privatizações, essencial à redução dos gastos públicos e dos

impostos. Mariano Rajoy apresentou essa exigência com a autoridade de sua condição de dirigente do Partido que, aplicando essa política, fez desabar o desemprego.

Do ponto de vista externo, aponta a França como responsável pela fratura da Aliança Atlântica. Afirmou taxativamente que “a Europa não pode definir-se por oposição aos Estados Unidos”, impondo-se a revitalização dos “mecanismos de concertação com nossos amigos norte-americanos”.

Na mesma época, José Maria Aznar expressou a opinião de que o tema da integração política não deveria ser retomado a partir do texto do Tratado Constitucional.

Vigorou, desde então, a proposta do Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, de que o tema só voltasse a ser reconsiderado em 2008.

Ao longo de 2006, o Tratado Constitucional praticamente saiu da Ordem do Dia.

Em decorrência da rotatividade, coube à Chanceler Alemã, Angel Merkel, a Presidência do Conselho da União Europeia, no primeiro semestre de 2007. A liderança de Merkel na Europa tem se tornado crescente. Graças à sua atuação, rompeu-se o impasse na aprovação do Orçamento, em 2006. Do ponto de vista interno, as sondagens indicam que tem o apoio de 75% dos alemães.

Valendo-se do reconhecido prestígio alcançado, Merkel aproveitou o cinquentenário da formação da Comunidade Europeia – transcorrido a 25 de março corrente – para obter uma declaração conjunta dos Estados membros, concordando em solucionar o impasse antes das eleições para o Parlamento Europeu, a serem realizadas em 2009. Denominou-se Declaração de Berlim.

Com base no mandato que lhe foi atribuído, Merkel coroou a sua Presidência de modo verdadeiramente apoteótico. Na última reunião, que lhe competia presidir, obteve a fixação das linhas gerais daquilo que viria a ser o Tratado de Lisboa, isto é, a ser aprovado na Presidência rotativa subsequente, atribuída a Portugal. Trata-se do texto que substituirá o Tratado Constitucional.

Resumidamente, abdicou-se da consolidação pretendida pelo Tratado Constitucional, mantida a vigência dos acordos anteriores em sua forma original.

No que respeita à criação de estruturas permanentes, mantém-se o cargo de Presidente da União, com mandato de dois anos e meio. A partir de 2014, a Comissão Europeia terá reduzido o seu formato. Preserva-se a ambição de uma política comum exterior e de segurança. Alterou-se apenas a denominação do titular, ao invés de Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Segurança passa o cargo a ser designado como Alto Representante da UE para a Política Externa e de Segurança. Seu caráter específico é reafirmado, de modo a impedir confusões com as competências nacionais na matéria.

Quanto à nova forma de votação --introduzindo-se o critério do número de países ao lado da população dos votantes--, será adotado apenas dentro de dez anos, em 2017. Os parlamentos europeus passam a poder contestar as propostas legislativas da Comissão Europeia. É mantida a exigência de respeito ao Estado de Direito, à economia de mercado e aos direitos humanos, para a admissão na Comunidade. No que refere a referir expressamente a concorrência, houve divergências, na medida em que, de certa forma, seria uma redundância já que economia de mercado a pressupõe. Ainda assim, convencionou-se que as competências da União nessa matéria (concorrência) constarão de uma declaração anexa. A exemplo do que tem ocorrido, a forma do referendo é estabelecida pelos Estados membros.

Do que precede, pode-se concluir que a atual liderança europeia renuncia ao projeto de tornar a Europa uma Federação. Segundo essa visão, o modelo a ser consolidado poderá ser definido como um novo tipo de arranjo institucional que não se proponha transformar-se em Estados Unidos da Europa. A identidade nacional dos Estados membros não está em jogo.

3. A questão teórica (e prática) da constituição

de partidos transnacionais

a) Singularidade do processo de formação dos partidos europeus

Destacado estudioso da política, Pascal Delwit (12) afirma na apresentação da obra que organizou, intitulada *Les fédérations européennes de partis. Organization et influence* (2001), que o estudo dos partidos a nível europeu mantém-se como o primo pobre da ciência política, estando ausente mesmo entre aqueles dedicados ao fenómeno partidário em geral. Contudo, a obra em apreço permite situar com precisão em que consiste a singularidade desse processo. No que se refere ao Partido Popular Europeu, o seu antigo Secretário Geral, Thomas Jansen, reconstituiu-lhe a história. (13)

A exemplo das organizações partidárias internacionais, existentes desde o século XIX, consistindo numa federação de partidos nacionais, não admitem a filiação de indivíduos isolados, mesmo em se tratando de personalidades expressivas da corrente de opinião que se propõem representar. Contudo, diferenciam-se basicamente daquelas organizações. Na maioria dos casos, embora não agissem com a truculência da Internacional Comunista, as agremiações partidárias internacionais de inspiração democrática também têm como escopo principal lançar, num determinado país, as sementes da corrente que encarnam ou contribuir para o crescimento de organizações em funcionamento que já o fizessem. Ao contrário disto, os partidos europeus definem-se a partir das agremiações nacionais que os patrocinam.

Assim, a força dos partidos europeus provém das agremiações nacionais que lhes deram origem. Essa singularidade irá traduzir-se numa série de implicações.

A primeira delas seria formulada por Thomas Jansen do seguinte modo: “Os partidos europeus não foram constituídos --ou ainda não foram-- como agremiações equiparáveis aos partidos nacionais. Isto é consequência do fato de que as bases do poder, na União Européia, não se encontram no Parlamento Europeu mas nos governos nacionais que, por sua vez, legitimam-se a partir dos parlamentos nacionais e, também, é dali que procede o seu poder”. (14)

Os custos da integração europeia são assumidos pelos governos nacionais através de contribuições ao Orçamento da Comissão Européia. A par disto, a destinação desses recursos é fixada pelo Conselho Europeu, isto é, por um órgão constituído pelos chefes de governo em exercício. De modo que o Parlamento Europeu viu-se privado das atribuições --a fixação de impostos e a correspondente elaboração orçamentária--, de onde justamente decorreram a sua origem e razão de ser.

Deste modo, como diz Thomas Jansen, o que viria a ser demandado dessas agremiações passaria a depender “do progresso da integração e sua institucionalização”. A obra em apreço contém diversos exemplos do surgimento de questões nas quais a intervenção do Parlamento tem sido requerida. De nossa parte, ao caracterizar as linhas gerais da construção europeia, mencionamos o papel que desempenhou na solução das divergências surgidas no que respeita à regulamentação do processo de integração dos serviços.

A tendência natural consistirá na transformação do Parlamento Europeu numa referência imprescindível sempre que se trate de avançar na integração, na medida em que, visivelmente, há uma lacuna a preencher. As dificuldades enfrentadas pela adoção do Tratado Constitucional foram atribuídas ao que se denominou de “déficit democrático”. O que aparece como símbolo da Comunidade Européia é a burocracia de Bruxelas. Tradicionalmente, a Comissão que a dirige era constituída pela simples indicação dos Estados membros. Desde fins de 2004, quando da nomeação do seu atual Presidente, Durão Barroso, a investidura do conjunto dos integrantes da Comissão Européia passou a requerer a aprovação do Parlamento Europeu. Avança-se, portanto, na obtenção de visibilidade para uma outra instância de poder, constituída democraticamente.

Entretanto, do ponto de vista da elaboração doutrinária, a constituição de Partidos Europeus, de baixo para cima, tem demonstrado ser da maior relevância. Thomas Jansen refere indiretamente este aspecto, ao escrever: “Em outras palavras, o desenvolvimento dos partidos europeus não pode dar-se de um só golpe. Obviamente não é realista imaginar que uma confederação de partidos – a exemplo do Partido Popular Europeu –organize-se de acordo com o seu próprio programa político”. Vale dizer: as agremiações nacionais que disponham de uma base comum precisam definir precisamente quais são as teses centrais da doutrina que professam. Os percalços desse processo acham-se apontados pelo autor, não apenas no que se refere ao Partido Popular Europeu. Neste caso, deixaremos para detalhá-lo adiante. Referiremos, contudo, sumariamente, as questões enfrentadas pelas duas outras famílias ideológicas mais importantes: os liberais e os sociais democratas. Vamos nos louvar das indicações contidas na obra de Pascal Delwit, mencionada no início, bem como no livro que organizou sobre a situação atual dos Partidos Liberais na Europa.

b)A difícil harmonização entre socialistas e sociais democratas

As dificuldades surgidas na formação do Partido Socialista Europeu são reconhecidas e proclamadas pelos estudiosos da questão. Na coletânea organizada por Pascal Delwit, que temos referido, o tema coube a Gerassimos Moschonas, professor de ciência política na Universidade Panteion, de Atenas (15). Indica que o passo mais decisivo naquela direção somente ocorreria em 1974. No período anterior, funcionou Birô de Ligação. Em 1974, formou-se a União dos Partidos Socialistas da Comunidade Européia (denominada em inglês de Confederation of Socialist Parties in the EC –CPS). Naquela altura, afirma o autor destacou-se o fato de que “além de não terem sabido dirigir o processo de construção da Comunidade Européia, os socialistas transmitem, notadamente durante os anos setenta, a imagem de uma família política profundamente dividida, com engajamento europeu incerto”.

Presumivelmente tem em vista a circunstância de que tendo sido a Comunidade concebida e dirigida pelos franceses, durante as décadas iniciais, com o propósito nítido tornar-se uma alternativa (socialista) ao sistema econômico norte-americano, esbarrou com a evidência do atoleiro a que foi conduzida a Europa pela estatização da economia. Na segunda metade da década de setenta, chega ao fim os “trinta gloriosos”, instaurando-se uma crise profunda, tipificada pela associação dramática entre inflação e estagnação. Logo adiante, então governada pelos conservadores, a Inglaterra iria demonstrar que a causa determinante da crise fora gerada pelos governos socialistas subseqüentes à Segunda guerra, engessando a economia e aumentando exageradamente o gasto público. Emerge na Europa uma opção ao dirigismo francês.

Desde então, iria tornar-se patente a profundidade da divergência entre socialistas e sociais democratas. Em fins da década de cinquenta, a social democracia alemã proclama a sua dissociação do marxismo, da doutrina da sociedade sem classes e da identificação do socialismo com estatização da economia. Durante muitos anos, essa ruptura foi entendida como decorrência da proximidade em que se encontrava dos comunistas alemães do Leste, cuja pobreza crescente contrastava com a disseminação da riqueza na parte ocidental do país, para não falar da expansão da ferocidade ditatorial. A Alemanha Oriental aparecia como um vasto campo de concentração, impedidos seus habitantes de cruzar o Muro. Numa circunstância destas, a social democracia não podia continuar dispendo de idêntica base doutrinária (o marxismo) nem do projeto de sociedade imposto aos compatriotas do Leste.

Alternando-se no poder com a Democracia Cristã, o Partido Social Democrata Alemão não moveu uma palha para eliminar o vitorioso modelo de economia social de mercado. Em face da pujança econômica registrada pelo país, o PSD dispunha de amplo respaldo para reconhecer que o capitalismo se revelara capaz de proporcionar bem estar material à maioria.

Contudo, a ruptura do PSD com o modelo tradicional, consumada em 1959, não repercutiu de imediato. Nas décadas de sessenta, setenta e oitenta, a nova linha que preconizava para a social democracia, na prática dissociando-a do ideário socialista, somente era seguida pelo Partido Trabalhista da Austrália.

Na década de noventa acontecería entretanto um evento que iria em muito reforçar aquele posicionamento, criando a possibilidade de por fim ao seu isolamento na Europa. Trata-se da reviravolta provocada por Tony Blair na Inglaterra. Em 1995, o Partido Trabalhista aprovou, em consulta direta aos filiados, a revogação da chamada “Cláusula IV” do seu Programa, que identificava socialismo e estatização da economia. Governando o país desde 1997, os trabalhistas mantiveram as reformas introduzidas pelos conservadores e se dispuseram a dar continuidade à revisão dos programas do Welfare. A par disto, a elaboração teórica dessa nova linha política do trabalhismo, batizada de terceira via, da lavra de Anthony Giddens retira as principais bandeiras dos sociais liberais. Assim por exemplo, abandona a busca por igualdade de resultados, substituindo-a por igualdade de oportunidades, uma velha consigna liberal.

Do que precede, verifica-se ter ganho nitidez as distinções entre socialistas e sociais democratas. Enquanto o PS Francês recusa-se a rever as formas de financiamento dos programas do Welfare, tanto na Inglaterra como na Alemanha adota-se o modelo norteamericano dos Fundos de Pensões. No poder, o PSD alemão dá continuidade à política conservadora de reduzir impostos incidentes sobre atividades produtivas. Enquanto o PS Francês continua falando em aumento de impostos.

Em 2004, os socialistas exerciam o poder na Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Suécia e Finlândia. Posteriormente, em 2005, os conservadores alemães venceram as eleições, com maioria precária, optando-se por uma coalizão entre as duas maiores agremiações, dada a gravidade de certos problemas e o avanço de consenso em matérias de que dependeria estritamente a dinamização da economia. Em contrapartida, os socialistas voltaram ao poder em Portugal, Espanha e Itália. Assim, a maioria dos governos na Europa dos 15 encontra-se em suas mãos.

Todas as agremiações socialistas dos países mencionados tendem para a social democracia, isto é, não cogitam de estatizar a economia, embora relutem em desestatizar, se bem o façam sob pressão, notadamente de Bruxelas.

Poderia ser agregado a essa vertente o Partido Operário Socialista Luxemburguês, o Partido Trabalhista irlandês, o Partido Social Democrata Dinamarquês e o Partido Trabalhista Irlandês.

Nos demais países, há situações típicas como os casos da Áustria e Grécia, nações onde sobrevivem estruturas corporativas inamovíveis, notadamente devido à prolongada sobrevivência de empresas estatais, sendo de difícil tipificação a doutrina socialista que praticam o Partido Social Democrata Austríaco e o Movimento Socialista Panhelênico (grego).

Do que precede, pode-se comprovar o isolamento do PS Francês. Ainda assim, do mesmo modo como tem conseguido bloquear as reformas na França, mesmo encontrando-se na oposição, no seio do Partido Socialista Europeu desempenha o mesmo papel conforme se pode ver da virtual impossibilidade de adotar uma política consistente em matéria de desemprego. Esse tema foi estudado por Erol Kulahci, pesquisador do Instituto de Estudos Europeus da Universidade Livre de Bruxelas. (16).

A estratégia seguida pelo PSE consistiu em atuar diretamente junto ao Conselho Europeu, através dos chefes de governos socialistas presentes às reuniões em que são adotadas diretrizes para a atuação da Comissão Européia. Essa opção adveio do fato de que o programa adotado, pelo PSE, em junho de 1994, intitulado *Iniciativa européia pelo desemprego*, como diz, “não encontrou nenhum eco nos Partidos nacionais.”.

A aplicação da nova estratégia seria testada na oportunidade da reunião do Conselho Europeu, em abril de 2006, em Lisboa. Contudo, os dirigentes dos principais Partidos Socialistas não chegaram a um acordo quanto à linha a ser adotada. A persistência nessa linha de atuação, até 1999, não chegaria a qualquer resultado, bloqueadas as decisões pelo então presidente do PSD Alemão, Oskar La Fontaine. Pretendia obter a ingerência do Conselho Europeu no Banco Central Europeu com o que não concordavam os dirigentes socialistas, por entender que a autonomia da instituição não deveria ser contestada.

As divergências não paravam por aí. Schroeder alinhara-se à política consagrada de alcançar a redução do desemprego através do corte de impostos incidentes sobre rendimentos das empresas e salários. Contudo, o Partido Socialista Francês não podia concordar com essa atuação. Seu empenho consistia em consagrar a redução da jornada de trabalho e o aumento do emprego público para reduzir o desemprego entre os jovens. Mesmo depois do afastamento de La Fontaine, da Presidência do PSD Alemão e do governo, presidido por Schroeder, não se obteve qualquer consenso tomando por base, diretamente os chefes dos governos socialistas.

Para Erol Kulahci, duas foram as dificuldades com que se defrontaram os dirigentes do PSE para influir sobre os rumos a serem seguidos pela Europa no tocante ao combate ao desemprego. A primeira referia-se aos procedimentos institucionais. Escreve: “Formalmente, a maioria qualificada seria a única exigência. Na prática, as coisas não se passavam assim: os Estados membros praticam o consenso.”

E, prossegue: “As divergências entre os socialistas são a segunda dificuldade”.

Para ilustrar a profundidade de tais divergências, analisa as reuniões de um Grupo de Trabalho que, em conformidade com a sua descrição, conta com a participação dos ministros trabalhistas, socialistas e sociais democratas que estavam no poder bem como os representantes desses partidos na Oposição nos Estados membros da União Européia, do mesmo modo que os membros da Comissão Européia e do Grupo Socialista do Parlamento Europeu. Esse grupo funciona desde 1996 e, por assim dizer, reúne o que há de mais expressivo do mundo socialista europeu.

Entre os vários exemplos que apresenta da incapacidade dessa liderança de chegar a uma proposta concreta, capaz de nortear a ação da Comunidade na matéria, transcrevo o que diz de uma reunião ocorrida em Londres, em abril de 1998: “Mássimo D’Alema (Partido da Esquerda Democrática, italiano, ex-PC) sublinha a insuficiência das diretrizes aprovadas na reunião precedente (Luxemburgo). Rudolf Scharping, presidente do PSE e Win Kok, líder do Partido Trabalhista Holandês (PVA) denunciam a responsabilidade dos empregadores enquanto Antonio Guterres, primeiro ministro de Portugal, põe em cheque o papel do Banco Central Europeu. A redução do tempo de trabalho suscita controvérsias. Os líderes português, dinamarquês, italiano, austríaco e holandês interrogam-se sobre o significado do conceito de “empregabilidade”, enquanto os dirigentes sueco e francês o associam com a criação de trabalho.” (17)

Entre as disputas no seio do PSE quanto à questão do desemprego, registrada no texto que estamos seguindo, há autênticos disparates. Assim, por exemplo, numa reunião realizada em Haia, em 1997, o representante da Noruega contestou a utilidade de moeda estável em períodos de elevado desemprego. A bem da verdade, registre-se que mereceu revide imediato de dirigente do Partido Trabalhista Holandês, Ad Melkert. Chamou a atenção para o fato de que, num ambiente de incerteza, dificilmente os investidores se animam a investir e, sem investimentos, não haveria emprego.

Cabe lembrar que a Europa dispõe de experiências positivas de combate ao desemprego, solenemente ignoradas pela cúpula do Partido Socialista Europeu.

O grupo socialista no Parlamento Europeu conta com 201 cadeiras (eleições de 2004; cerca de 17% do total). As maiores bancadas acham-se em mãos do Partido Socialista Francês

(31 cadeiras); Partido Socialista Operário Espanhol (24); Partido Social Democrata Alemão (23); Partido Trabalhista Inglês (19); Partido Socialista de Portugal e Partido da Esquerda Democrática (italiano), com 12 cadeiras cada. Acham-se próximos das dez cadeiras; Movimento Socialista Panhelênico (grego), com 8 representantes; o Partido Trabalhista Holandês (7) e o Partido Social Democrático Austríaco (7). Detêm cinco cadeiras cada: Partido Social Democrata Dinamarquês e Partido Social Democrata-SFP (sueco). Os dois partidos socialistas belgas dispõem, respectivamente, de 3 (flamengos) e 4 (walons). Ao todo, a representação da Europa Ocidental alcança 169 cadeiras, 84% do conjunto. Dentre os países do Leste, Romênia detém a maior representação (12 cadeiras), seguida pela Hungria (9 cadeiras). A Polônia é representada por dois partidos, um com três e outro com cinco cadeiras. Com bancadas menores: República Checa, Estônia, Lituânia e Eslovênia.

c) Na integração europeia,
os Partidos Liberais expõem suas fraquezas

No que respeita ao Partido Liberal Europeu, conforme assinala Camila Sandstrom: “Os fundadores da federação confrontaram-se com o dilema decorrente da heterogeneidade que caracteriza as forças liberais na Europa. Convidar um partido para integrar a organização pode ocasionar indisposição com outro potencial candidato a partido membro, ou ainda a perda de coerência ideológica. Como a história do ELDR é também a história de seus partidos membros, os problemas relativos à sua composição ilustram perfeitamente este dilema”. (18) A autora os enumera e vamos referir alguns deles.

Foram convidados quatorze partidos para a reunião constitutiva, que teve lugar em 1976. Ingressa como representação francesa o Movimento dos Radicais de Esquerda, que a partir da própria denominação não teria muito a ver com uma entidade liberal. No século XIX, os seguidores de Bentham (Stuart Mill, principalmente) adotaram a denominação de “Partido Radical”, que serviu para disseminar a doutrina, na época, e também para aproximar os socialistas de certos aspectos do liberalismo (a adesão ao sistema democrático representativo, por exemplo). Contudo, chamar-se “radicais de esquerda” não corresponde bem ao caso. Assim, logo adiante esse movimento afastar-se-ia, devido ao ingresso do Partido de Giscard d’Estaing (PL), evento que também serviu para protelar a adesão dos liberais ingleses. O PL, por sua vez, também acabaria afastando-se. De igual modo, a Holanda registrava a presença de dois partidos liberais um de esquerda (D66) e outro de direita (VVD).

No modelo clássico, proveniente da Inglaterra, os conservadores (*tories*) achavam-se no mesmo plano dos liberais (*whigs*) na medida em que ambos foram os responsáveis pela criação do governo representativo. Estes últimos interessaram-se pela questão social, razão pela qual José Guilherme Merquior designou-os como liberais sociais, denominação popularizada no Brasil e igualmente encontrada na Europa. Contudo, dificilmente, poderiam ser arrolados como sendo de esquerda, campo integrado por socialistas, sociais democratas e comunistas.

Essa questão acha-se considerada deste modo pela autora antes referida, Camila Sandstrom: “As tendências ideológicas divergentes, no interior da família liberal, revelaram-se sobretudo a propósito das problemáticas econômica e social. Se as declarações que concernem, por exemplo, o desenvolvimento institucional da União Europeia são bastante precisas, podendo servir de fio condutor político a um partido, os textos relativos aos problemas econômicos são sobretudo vagos, senão mesmo ambíguos”. (19) E, logo adiante: “As divergências internas sobre a temática esquerda-direita são habituais. Ao nível nacional, é freqüente encontrar duas alas ideológicas dominantes no interior dos partidos”.

Sandstrom indica ainda que ELDR tem se esforçado no sentido de estreitar relações com os partidos nacionais. Contudo, conclui: “os contatos entre os níveis nacional e europeu

permanecem como um projeto das elites partidárias e são frequentemente secundárias em relação às atividades dos partidos nacionais”.

Tendo se proposto examinar especificamente a questão da identidade do Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformadores, Eros Kulahci e Cédric Van de Walle (20) são mais incisivos. A seu ver, a divergência fundamental diz respeito à presença dos chamados “liberais de esquerda”, cujo discurso dificilmente distingue-se das proposições da social democracia.

A conclusão dessa análise consiste no seguinte: “As características da formação da identidade do ELDR são fracas. Com efeito, se certos elementos acham-se presentes, como o nome e a política de filiação, outros como a mobilização dos cidadãos e a existência de autoridade acham-se ausentes. Por outro lado, seu alargamento não explica em parte a fraqueza da agremiação? O resultado de nossa investigação é modesto. Independentemente das convergências, em matéria de identidade política, constatamos, no discurso como nos fatos, a dificuldade do ELDR em construir uma identidade comum através da elaboração do seu manifesto constitutivo, o debate em torno do Estado Social e o “dossiê austríaco”. (21)

d) Balanço sumário da situação dos
Partidos Liberais na Europa (22)

No Quadro transcrito adiante – extraído do livro --*Liberalismes et partis liberaux en Europe* -- vê-se que apenas em dois, dos vinte países arrolados, o Partido Liberal obtinha votação superior a 30% do eleitorado. A coletânea, organizada por Delwit, é de 2002. Posteriormente houve eleições em alguns países mas a situação não se alterou, conforme teremos oportunidade de referir.

**Europa - Resultados Eleitorais dos Partidos
Liberais --% da votação em eleições gerais**

Europa dos 15

Alemanha	FDP	6,25	1998
Áustria	LIF	3,65	1999
Bélgica	VLD	14,30	1999
	PRL-FDF	10,14	
Dinamarca	V	31,30	2001
Finlândia	KESK	22,39	1999
	SFP	5,12	1999
Holanda	VVD	24,69	1998
	D66	8,99	
Inglaterra	LD	18,40	2001
	RV	5,20	
Irlanda	PD	4,68	1997
Itália	IV	4,10	2001
Luxemburgo	PD	21,60	1999
Suécia	FP	4,71	1998
	CP	5,12	

Ex-Comunistas (Leste)

Bósnia-Herzegovina	LDS	0,90	2000
Eslovênia	LDS	36,26	2000
Estônia	RE	15,92	1999
Hungria	HSDSZ	7,57	1998
Kosovo	PLK	3,60	1998
Letônia	ULW	18,10	1998
Lituania	LLU	17,30	2000
Romênia	PNL	6,90	2000

Os dois países em apreço são a Eslovênia e a Dinamarca. O primeiro resultou do desmembramento da antiga Iugoslávia, não parecendo adequado tomá-lo como exemplo de uma temática específica da Europa Ocidental, além de que toda veleidade liberal foi simplesmente sufocada nos países comunistas.

A Dinamarca, contudo, é um ótimo exemplo da profundidade da divisão entre os liberais europeus, a propósito das questões econômico-sociais.

O sistema político dinamarquês revelou grande estabilidade ao longo do século XX (monarquia constitucional nos moldes ingleses). Quatro partidos carreavam a quase totalidade dos votos: Partido Social Democrata (obtendo acima de 40%); Partido Conservador (em torno de 20% do eleitorado); Partido Liberal (Venstre, donde a sigla V), com 20/25% e Esquerda Radical (5 a 10%). Dada a impossibilidade de qualquer das maiores agremiações governar sozinha, tornou-se praxe que o Orçamento e providências legais de maior relevância requeriam a aprovação desses partidos em conjunto. Em caso de divergência insanável, a agremiação dissidente podia exigir que uma lei, mesmo aprovada por maioria, fosse submetida a referendo.

A crise econômica que afetou a Europa a partir da década de setenta acarretou a desestabilização do sistema. Entre 1973 e 1994, ocorreram nove eleições antecipadas, praticamente uma em cada dois anos. A exemplo do que se verificou no resto da Europa, o Estado Providência agravou progressivamente o gasto público. Os sociais democratas resistiram à adoção das reformas requeridas. Emerge e radicaliza-se a dicotomia esquerda/direita.

O Partido Liberal Dinamarquês defende firmemente a economia de mercado, reconhecendo que os mecanismos fundados sobre a livre empresa e a concorrência são capazes de proporcionar alocação ótima dos recursos econômicos. Ao tempo em que aposta na liberdade individual, proclama que esta liberdade implica responsabilidade. Entende que o exagerado crescimento da proteção social retira do indivíduo o senso de iniciativa, transferindo-a a Estado concebido de forma paternalista. Sua bandeira consiste em passar do Estado-Providência à Sociedade-Providência. Em matéria de política externa defende a OTAN e o princípio da defesa forte, do mesmo modo que a integração econômica e política da Europa.

Com essa plataforma, o Partido Liberal Dinamarquês credenciou-se para ascender ao governo e indicar o primeiro ministro, em sucessivas oportunidades, na década de oitenta e início da seguinte. Em 1994 passa à oposição. Contudo, voltou ao poder em 2001, coligado com o Partido Conservador. O quadro mantém-se nas eleições de 2005, preservada a coalizão no poder. Nessas duas últimas eleições, os liberais conquistaram, respectivamente, 29% e 31,3% dos votos enquanto os conservadores alcançaram 9,1% e 10,3%. Os sociais democratas mantiveram-se como a segunda agremiação (sua votação equivaliu a 29,1%, em 2001, e a 25,8% em 2005). Os conservadores foram ligeiramente suplantados pelo Partido Dinamarquês do Povo (nacionalista). O Partido Liberal Radical, que também pertence ao Partido Popular Europeu (ELDR), ficou abaixo dos 10%, do mesmo modo que os dois partidos verdes.

A coalizão entre os liberais e os conservadores introduziu na Dinamarca reformas que são classificadas como as mais radicais em trinta anos. A máquina governamental e seus custos foram reduzidos drasticamente, o que permitiu reduzir impostos, ainda que não tenham sido alcançadas as proporções reclamadas pelos conservadores. A imigração foi submetida a limites.

O Partido Liberal Dinamarquês é liderado por Fogh Rasmussen (nascido em 1953).

Do que precede, verifica-se que o Partido Liberal Dinamarquês estaria mais próximo da vertente conservadora do liberalismo do que daquela que tende para a social democracia, representada pelo Partido Liberal inglês que, recentemente, fundiu-se com os sociais democratas e até mudou de nome, como teremos oportunidade de examinar mais detidamente logo adiante.

Admitindo que esta seria a dicotomia básica, alinham-se com o Partido Liberal Dinamarquês estas agremiações, que integram o Partido Liberal Europeu (ELDR, consoante a sigla em inglês de Partido dos Liberais, Democratas e Reformadores):

-LIF (Fórum Liberal), representante da Áustria. Resultou de uma cisão no velho Partido Liberal, apropriado pela tendência de extrema direita (Jorg Haider). O Forum Liberal participou pela primeira vez em eleições no ano de 1993. Dispõe de uma representação inexpressiva no Parlamento Austríaco, achando-se ausente do Parlamento Europeu.

-VLD (Liberais e democratas flamengos) e PRL-FDF (Parti Reformateur Liberal) que se originam dos Partidos Liberais existentes nas duas comunidades lingüísticas e religiosas em que se subdivide a Bélgica (flamengos, originários dos Países Baixos, que se transformaram na Holanda, e os walons, de ascendência francesa; os primeiros são majoritariamente protestantes e os belgas propriamente ditos, católicos). Os flamengos, embora partidários das doutrinas econômicas hayekianas, não alimentam a indisposição de Hayek contra o sistema democrático-representativo. Os belgas filiam-se ao liberalismo econômico, sem engajamento nos postulados de Heyek.

-VVD (Partido Popular pela Liberdade e a Democracia), holandês, cujo líder, Frits Bolkestein, alcançou grande notoriedade como Comissário Europeu ao capitanear o processo de integração do setor de serviços. O VVD sustenta as reformas introduzidas na Holanda que asseguraram a eliminação do desemprego. A Holanda é representada no ELDR por dois partidos, sendo que a outra agremiação (D66), tende a ser caudatária da tendência social-liberal, como iremos referir.

Poderiam ser agrupados como liberais-sociais: 1) D66 (Democratas 66) correspondendo o número ao ano de fundação. Como foi indicado, trata-se do segundo representante da Holanda no ELDR; 2-3) FP –Partido Popular Liberal (Suécia). A Suécia ainda é representada no ELDR por um outro partido (CP-Partido do centro), que também poderia ser agregado a essa tendência; 4) KESK-Centro Finlandês. Governou o país na primeira metade da década de noventa em aliança com partidos de esquerda e o pequeno SFP (que de igual modo pertence ao ELDR). Este tem por objetivo defender os interesses da minoria sueca existente no país; 5) PD-Democratas Progressistas (Irlanda); e 6) PD (Partido Democrático de Luxemburgo). É a segunda agremiação política em importância no país, depois do PCS (Partido Social Cristão), que se têm alternado no poder.

No que respeita ao Partido Liberal Alemão, é difícil classificá-lo de um lado ou de outro, tamanhas as oscilações que registra. Para assinalá-las vamos nos valer de *Les partis politiques en Europe de l'Ouest*, obra já referida. O verbete dedicado à Alemanha é da autoria de Ferdinand Muller-Rommel.

O autor registra as oscilações do Partido Liberal seja na direção do liberalismo social seja na direção do conservadorismo liberal. Em grande medida, essa oscilação deve-se ao fato de que, de 1969 a 1982, esteve no poder em aliança com o PSD. Com a vitória da Democracia

Cristã em 1982, sendo fiel da balança dada à reduzida diferença do número de cadeiras entre os dois grandes partidos, passa para o outro lado, mantendo-se no poder.

Essa circunstância não poderia deixar de refletir-se do ponto de vista doutrinário. Escreve Ferdinand Muller Rommel: “Até 1957, a clivagem interna entre uma tendência propriamente liberal e uma outra tendência mais social torna-se obstáculo à elaboração de uma plataforma eleitoral clara. Contudo, com o seu Programa de Berlim (1957) apresenta-se como uma tendência antes de tudo liberal. ... Mais tarde, colocado na oposição de 1966 a 1969, o FDP evolui para um liberalismo de esquerda tornado manifesto nas Teses de Friburgo (1971). ... Porém, desde as Teses de Kiel, de 1985, o Partido reconverte-se às posições liberais clássicas, preconizando a redução do Estado e a proteção da liberdade e da iniciativa privada.” Depois dessas considerações, assinala que pode ser classificado como Liberal (isto é, conservador) e Liberal Social.

Nas eleições de 2002, obteve 7,4% das cadeiras no Parlamento, e, em 2005, 9,8%. Perdeu para os Verdes a condição de fiel da balança sob os governos de Schroeder (1998 a 2005). Nas últimas eleições, em face da coligação entre os dois maiores partidos, ficou fora do poder.

Naturalmente, não se trata de supor que as agremiações enumeradas seriam organizações de índole ortodoxa. Mais das vezes, subdividem-se em correntes que poderiam também ser consideradas próximas de um ou de outro dos segmentos tipificados. Cumpre considerar ainda que existem tradições nacionais incontornáveis que mais das vezes pesam muito em seu comportamento.

Com essa ressalva, e considerada a Europa dos 15, desde que abrange o território da Europa Ocidental, não existem Partidos Liberais em cinco países, a saber: França, Espanha, Portugal, Grécia e Itália. Neste último, o Partido Liberal era a agremiação política mais antiga, desde que data de 1848. Criada pelo Conde de Cavour (1810/1861), considerado como um dos artífices da unificação do país, consumada no ano do seu falecimento. Contou em seu seio com personalidades de grande renome, como Benedetto Croce. Refundado após a queda do fascismo, na segunda metade do século passado, não conseguiu firmar-se, terminando por desaparecer em 1994. Nas restantes nações, aproximadamente um terço tenderia para o liberalismo social, achando-se o terço restante mais próximo das teses do conservadorismo liberal.

Quanto aos países do Leste, é cedo para avaliar como se dará o reordenamento partidário. Submetidos a quarenta anos de ditadura comunista, nos três lustros transcorridos desde a Queda do Muro sobrevivem os antigos Partidos Comunistas, recauchutados e rebatizados. Mas emergiram também agremiações conservadoras sem maiores compromissos com a democracia. O ingresso na Comunidade Européia deve permitir que se formem autênticos partidos políticos, ainda que com maior ou menor lentidão, na medida em que as tradições nacionais favoreçam ou dificultem esse desfecho.

O Partido Europeu dos Liberais, Democratas e Reformadores (ELDR) tem presentemente (eleições de 2004) 89 deputados no Parlamento Europeu, aproximadamente 12% das cadeiras. Os principais países da Europa Ocidental detêm pouco menos da metade, distribuída deste modo: a maior bancada fica com os ingleses (Partido Liberal Democrata, 12 deputados), colocando-se em segundo lugar o Partido Liberal Alemão (7 cadeiras). Seguem-se um dos partidos finlandeses (KESK) e um dos holandeses (VVD) com quatro deputados cada. O grupo com três parlamentares cada é constituído por cada um dos partidos belgas (6 cadeiras) e pelo Partido Liberal (Venstre) da Dinamarca. O Partido Popular Liberal (FP, sueco) tem duas cadeiras. Por fim, o grupo com um representante cada: Dinamarca (Partido Liberal-RV); Finlândia (SFP), Luxemburgo (PD-Partido Democrático); Suécia (CP-Centerpartei) e Holanda (D66), somando 5 cadeiras. Nem todos os partidos existentes na Europa dos 15, têm representação no ELDR, a exemplo do Fórum Liberal (Áustria), do Partido do Centro (CP), sueco, e do Partido Democratas Progressistas (Irlanda).

4. O declínio dos Partidos Liberais afeta a doutrina liberal?

a) A tentação social democrata como matriz da decadência

O declínio dos Partidos Liberais na Europa tem suscitado diversas análises, a exemplo das que foram abordadas. Em que pese a variedade de aspectos focalizados, parece-nos que o essencial foi apontado por Camila Sandstrom, bem como no texto citado de Eros Kulahci e Cédric Van de Walle, ambos na consideração da agremiação européia. Consiste nas tendências ideológicas divergentes que aparecem em relação à problemática econômica e social. Examinando também a postura da corrente no plano nacional, foi possível evidenciar a profundidade da polarização em torno de programas distintos nessa matéria.

À luz desse panorama, é possível responder a este questionamento: em que medida o fenômeno determina a sorte do liberalismo como um todo? Mais precisamente, o declínio dos Partidos Liberais significa o fim do liberalismo, como tem sido proclamado no Brasil ao longo da República?

A aceitação do governo representativo pelos socialistas, graças ao novo posicionamento adotado pela Segunda Internacional --renegando assim as prescrições de Carlos Marx--, determinou que o século XX assistisse à ascensão política dessa corrente. O Partido Social Democrata Alemão conquista posições crescentes no Parlamento e, após a Segunda Guerra e o fim da monarquia, torna-se o artífice da República de Weimar. Na Inglaterra, logo adiante, isto é, em meados da década de vinte, formam o primeiro governo e, ainda que não se sustentassem no poder, após a Segunda Guerra aparece como força efetivamente expressiva. Na França, em que pese a concorrência dos comunistas, o Partido Socialista desempenha crescentemente papel decisivo.

Na segunda metade do século ocorre o desfecho: a derrota das idéias liberais. Em face da ascensão das agremiações socialistas seria, a bem dizer, o corolário natural e previsível, não fora a circunstância de que, o sucesso alcançado no plano econômico deveu-se à aplicação do keynesianismo, em que pese a estatização da economia efetivada nesse período, que não fora cogitada por Keynes. O certo, contudo, é que permitiu a modernização das empresas e a introdução de certas praxes capitalistas de que decorreram houvesse permitido a distribuição de renda, que lhe era inerente. Temos em vista o ciclo histórico que os franceses batizaram de “trinta gloriosos”.

Nada disto seria entretanto atribuído à doutrina liberal. Mais do que isto, a revisão introduzida por Keynes no liberalismo clássico foi entendida, pela liderança socialista, como capitulação dos liberais perante o socialismo. Os trabalhistas ingleses o proclamaram abertamente, omitindo o essencial, isto é, que o keynesianismo nunca preconizou a substituição de empresas privadas por organismos estatais.

Assim, os trinta anos subseqüentes ao fim da guerra marcaram o apogeu da ascensão do socialismo na Europa. Mas também o começo do que viria a ser o seu martírio, com a eclosão da crise econômica iniciada na segunda metade dos anos setenta.

Iriam experimentá-lo em quase todos os países europeus. A maioria das agremiações socialistas soube adaptar-se à nova circunstância. Encontraram a fórmula pronta que, aliás, existia desde os fins da década de cinquenta, quando os alemães dissociaram o socialismo da estatização da economia e renunciaram à utopia da sociedade sem classes. O Partido Socialista Francês optou pela resistência. Ao invés de reconhecer que a experiência socialista fracassara na Europa Ocidental --que foi precisamente o que ocorreu-- tratou de satanizar a solução que começou a ser experimentada por Margareth Thatcher na década de oitenta, batizando-a de *neoliberalismo*. A intelectualidade brasileira logo aderiu a essa catilinária.

Não obstante, progressivamente, mesmo os governos socialistas, com exceção do caso francês, procuraram tirar partido da experiência de dinamização da economia em conformidade com a renovada receita liberal: cortar as despesas públicas e transferir os ganhos daí advindos para os consumidores, mediante redução de impostos, zelando no sentido de que essa conquista se refletisse no preço dos produtos. Esse resultado em nada contribuiu para melhorar o desempenho dos Partidos Liberais. Contudo, não se pode daí inferir que afeta à doutrina liberal, como um todo. Para evidenciar o equívoco, basta reconstituir brevemente o processo histórico de constituição dessa doutrina.

O traço essencial, ponto de partida da doutrina liberal, é o governo representativo. Resultou de prática histórica e não de elucubrações teóricas, a exemplo daquelas provenientes dos “philosophes” franceses. Seria ainda essa prática que aconselhou e permitiu viesse a assumir caráter democrático. Passou desde então a denominar-se sistema democrático representativo.

Esse sistema experimentou ataque frontal ao longo do século XX. De um lado, o tradicionalismo católico e o nacional socialismo, e, de outro, o comunismo.

Ao insistir na recusa ao sistema democrático representativo, o tradicionalismo católico deu origem à alternativa corporativista (fascismo italiano; salazarismo português e franquismo espanhol). Na Europa Central, o nacional socialismo instaurou uma ditadura feroz na Alemanha enquanto, nos países ocupados, adotou duas variantes, colocar no poder diretamente a um títere, ou adotar o modelo do governo de Vichy, na França.

No Leste, o comunismo implantou o sistema cooptativo de governo (as “democracias populares”), isto é, uma fachada de governo representativo. Entretanto, o representante é escolhido diretamente pela cúpula, processo que nada tem de democrático. Denominação interessante vem de ser dada a tal sistema pela cientista política norte-americana Susan Shirk, da Universidade da Califórnia: *reciprocal accountability* (prestação de contas recíproca), porquanto é isto precisamente que caracterizava os congressos que tinham lugar tanto na URSS como nos países satélites, tradição mantida pelos comunistas chineses.

O sistema democrático representativo resistiu bravamente e passou a prova da história. Foram eliminados, pela guerra, o nazismo e a parcela dos regimes corporativos representada pela Itália. Os restantes desapareceram nas décadas subseqüentes, culminando essa vitória com o fim da União Soviética e a debandada dos satélites do Leste.

Na Europa, o sistema democrático representativo tornou-se unanimidade (salvo naturalmente os órfãos do comunismo que, no continente, não mais dispõem de qualquer expressão eleitoral). O tradicionalismo católico modernizou-se e deu origem à sofisticada doutrina da democracia cristã.

Assim, considerada a ambiência externa, a decadência dos Partidos Liberais na Europa somente pode provir do seu próprio interior. Tudo leva a crer que, os liberais sociais não souberam distinguir-se dos sociais democratas.

Estes, ao renunciar à utopia da sociedade sem classes e à identificação do socialismo com estatização da economia, na verdade aproximaram-se dos liberais sociais. A distinção entre as duas correntes --notadamente o posicionamento em face do Estado-- tornou-se central. Ao invés de enfrentá-lo, optaram por aproximar-se ainda mais daquela corrente ao opor restrições ao mercado. Em síntese, capitularam ante o que foi batizado de *tentação social democrata*.

A tentação social democrata é a denominação de um livro, publicado em 1985, pelo conhecido líder liberal francês Jean-Pierre Fourcade (nascido em 1929). Tendo sido Prefeito e Ministro de Estado, desde 1977 é sucessivamente reeleito para o Senado.

A vítima da tentação era aquele segmento da corrente liberal conhecido como liberalismo social. Encarando-o na perspectiva histórica, seus integrantes desempenharam um importante papel na compreensão e equacionamento da *questão social*. Contudo, não se dispunham a reconhecer que o Estado Providencia contribuiu para criar uma burocracia sindical que se tornou o principal obstáculo à reforma das instituições previdenciárias a fim de dar conta das

profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Vale dizer: não se dispunham a afrontar aquelas lideranças, receosos de que tal posicionamento contribuísse para aprofundar o seu isolamento do eleitorado.

Fourcade não visou diretamente essa ou aquela agremiação. Contudo, o caminho seguido pelo Partido Liberal Inglês serviu para evidenciar a oportunidade de suas advertências.

No último pós-guerra, com a ascensão dos trabalhistas ao poder na Inglaterra, os votos obtidos pelo Partido Liberal passam a corresponder a menos de 10%. Nas eleições de 1959, alcançou apenas 5,9%. Na década de sessenta manteve essa posição, melhorando na eleição de 1974 (19,3% dos votos) mas logo em seguida (1979) volta aos percentuais anteriores. Nessa altura, consuma-se o desfecho que fora entrevisto por Fourcade. No fim da década, em 1988, decide fundir-se com o Partido Social Democrata, surgido no início desse decênio, de uma cisão no Partido Trabalhista.

A nova agremiação denominou-se *Social and Liberal Democrats* (Democratas Sociais Liberais). Das resoluções então produzidas, destaca-se o texto intitulado *Policy Declaration from Social and Liberal Democrats*.

A *Declaração Política* considerada, no que se refere à economia, começa por fazer restrições ao mercado, embora dizendo reconhecer seu papel e força. “Mas - prossegue -, não podemos confiar somente nas forças de mercado mais do que nossos principais competidores industriais. Insistimos em que o governo tem um papel e, sem algum controle sobre as forças de mercado, tornar-se-á maior a defasagem entre as nações e as regiões da Comunidade Britânica. Nosso objetivo é uma economia competitiva, mas não podemos ignorar os interesses e as aspirações dos menos afortunados em nosso país”.

A insistência em opor restrições ao mercado é um cacoete tipicamente socialista. O mercado constitui-se graças à quantidade infinita de pequenas decisões de produtores e consumidores. Pretender que um burocrata qualquer tenha algum poder sobre essa complexa engrenagem é levar água para o moinho dos estatocratas, porquanto se trata de uma grande falácia. O que a experiência sugere é que as modernas sociedades precisam dispor de um Banco Central independente, mantenedor da respeitabilidade da moeda, que corresponde a ingrediente fundamental na convivência entre as pessoas. Para isto, precisa voltar-se não para o mercado, mas para a máquina estatal, recusando financiar seus dispêndios sem cobertura orçamentária, controlando a emissão de títulos públicos, etc. A sociedade pode também decidir, através de seus representantes e depois de suficientemente amadurecida, favorecer determinadas atividades ou atuar no sentido de desestimular o consumo, sempre por meios indiretos (taxa de juros, créditos favorecidos, etc.). Tudo isto tendo presente que o uso (ou o abuso) desses denominados mecanismos keynesianos, criou o que as modernas escolas econômicas chamam de "antecipações racionais", minimizando seus efeitos.

Quer dizer: mesmo a um Banco Central independente não pode ser facultado nenhum cheque em branco. Os liberais não têm o mercado como uma espécie de fetiche; apenas levam em conta os desastres resultantes das tentativas da burocracia de "corrigi-lo". Ignorando as novas regras que a elevação dos preços do petróleo inauguraram na década de setenta, o Brasil perdeu-se na década seguinte e chega aos começos dos anos noventa na maior desordem econômica de sua história. E o pior é que ainda existem setores da opinião que acreditam na pirotecnia dos que se apresentam com ares de ter desvendado os segredos do mercado e, desta vez ...

Os liberais que, na Inglaterra, capitularam diante da "tentação social-democrata" reconhecem que a indústria britânica perdeu competitividade. Mas não dizem logo que tal se deu em conseqüência das ilusões socialistas popularizadas pelo Partido Trabalhista e que levaram à virtual estatização da economia. Na Inglaterra, os tentáculos do Estado alcançaram setores tais como a indústria automobilística, a construção naval, etc. O freio ao processo de decadência adveio dos programas de desestatização do Partido Conservador. E, para não

deixar dúvidas quanto ao caráter social-democrata do novo partido - isto é, de seu franco abandono de qualquer veleidade liberal -, a *Declaração Política* critica a privatização. Fourcade, no livro em que nos inspiramos, chama a atenção para o fato de que não se pode dizer que os sociais-democratas, como o fizeram os socialistas, empenharam-se na estatização. Mas, na hora de desestatizar, tratam logo de desconversar.

A crítica à social democracia e o pleno esclarecimento da verdadeira índole do conservadorismo liberal tornaram-se, portanto, as questões teóricas cruciais de nosso tempo.

b) A crítica liberal à social democracia

Ao desvincular-se da utopia da sociedade sem classes e da identificação do socialismo com estatização da economia, os sociais democratas deram mais um passo na aproximação do socialismo ao ideário liberal. Esse processo começou ainda em fins do século XIX, no Partido Social Democrata Alemão --através de Edward Bernstein (1850/1932)--, sendo impulsionado sob a liderança da Segunda Internacional Socialista.

Os socialistas descobriram rapidamente que seriam os beneficiários da democratização do sistema representativo. Nas primeiras eleições realizadas com plena liberdade para a atuação dos partidos, em 1890, o PSD Alemão obteve 20% dos votos. Sempre em caráter pioneiro, os socialistas alemães estabeleceram que o operariado como um todo em nada se beneficiaria com a transformação de empresas privadas em estatais. A vitoriosa aplicação do keynesianismo nas três primeiras décadas do pós-guerra obscureceu o significado daquela tese, afinal tornada patente, na década de oitenta, quando a resistência à privatização, efetivada pelas Trade Unions inglesas, deixou claro que a estatização achava-se a serviço da burocracia sindical e não do interesse dos trabalhadores. A derrota da burocracia sindical abriu o caminho à modernização do Partido Trabalhista, adiante verificada.

A chamada reviravolta provocada por Tony Blair, no Partido Trabalhista inglês, na década de noventa, corresponde à mais radical aproximação à doutrina liberal.

Tendo se tornado o principal teórico da terceira via, o eminente sociólogo Anthony Giddens pôs em circulação teses de inquestionável procedência liberal. Resumo-as a partir do livro de sua autoria *A terceira via e seus críticos* (editada na Inglaterra em 2000).

1ª) Reconhecimento do caráter falacioso da posição maniqueísta que atribui todos os males ao mercado e, ao Estado, todo o bem;

2ª) Afirma na obra citada que o mercado não produz apenas desigualdades, nem dispõe do monopólio destas. O Estado também as produz e tem outros defeitos. Todos os Estados de Bem Estar criaram problemas de dependência, danos morais, burocracia, formação de grupos de interesses e corrupção. A economia de mercado bem sucedida é capaz de gerar maior prosperidade do que todo outro sistema rival. Na verdade, não há sistema rival.

3ª) Esquerda e direita não são as únicas linhas divisórias em política. Muitas políticas exigem e podem alcançar apoios das mais diversas classes sociais, no âmbito da educação, da reforma da seguridade social, da economia, da ecologia e do controle do crime.

4ª) Anthony Giddens opõe-se firmemente à hipótese, que atribui ao que denomina de “velha esquerda”, segundo a qual a criminalidade proviria da pobreza e das desigualdades, fazendo caso omisso da responsabilidade pessoal. Registra o fato de que, na Inglaterra, o aumento da criminalidade deu-se entre 1960 e 1975, período de pleno emprego e de elevação geral dos padrões de vida.

5ª) Na visão de Giddens, a terceira via advoga uma política de fortalecimento das famílias, que não se proponha restaurar a família tradicional, sem levar em conta as imensas mudanças ocorridas em nosso tempo. Os programas governamentais nessa direção deveriam limitar-se a proporcionar incentivos, a exemplo da criação ou restauração de ambientes saudáveis, nas

comunidades, que posam contribuir para a sobrevivência das famílias, ou tornar encargo oficial a remuneração das mães que se disponham a deixar de trabalhar para cuidar dos filhos.

6ª) A terceira via destaca os aspectos positivos da globalização e, considerando que os riscos daí advindos reduzem-se à probabilidade de disseminação de crises financeiras, entende que poderiam ser prevenidas se a comunidade internacional dispusesse de mecanismos institucionais capazes de preveni-las, mediante acompanhamento do desempenho econômico das nações que, voluntariamente, se disponham a aceitá-lo; e

7ª) Por fim, a terceira via elimina a diferenciação clássica existentes entre socialistas e liberais, ao abandonar a busca pela igualdade de resultados --que reconhece exigir intervenções tirânicas na vida social--, optando pela igualdade de oportunidades.

O processo descrito traduz uma das características fundamentais do liberalismo: a capacidade de ir ao encontro de aspirações da sociedade, propondo soluções que acabarão por tornar-se consensuais. Foi assim com o governo representativo, que começou como uma experiência inglesa isolada. O mesmo ocorreu com a sua democratização. É certo que continua sendo recusado por outras culturas mas tornou-se marca indissociável do Ocidente. Vivemos agora o processo de adesão ao liberalismo econômico, na feição renovada que assumiu em nosso tempo, centrada na redução do gasto público.

Assim, pelo que tem de essencial, a terceira via dá continuidade a uma linha destacada de desenvolvimento da vida política no clima ocidental de cultura. Contudo, existe uma diferença radical entre a doutrina liberal e a doutrina social democrata, enquanto herdeira do socialismo, além de outras menos relevantes. Entre estas, pode-se apontar a sua incapacidade de reconhecer o papel da empresa no conjunto da sociedade e, em consequência, a subestimação do empresário, de cuja criatividade e disposição de correr riscos dependem em grande medida o desenvolvimento sustentável. A diferença que estamos chamando de radical diz respeito à questão do Estado.

Para esclarecer plenamente essa diferenciação cumpre, antes de mais nada, esclarecer em que consiste de fato o posicionamento liberal na matéria.

Ao longo do século XX, desenvolveu-se uma vertente auto-denominada de libertária, mais das vezes confundida com o liberalismo. Seus artífices são Ludwig Von Mises (1881/1973) e Friedrich Hayek (1899/1992). Difundiram idéias que nada têm de liberais, a exemplo da que afirma seria o Estado um mal necessário, pretendendo substituí-lo pelo que denominaram de Estado mínimo. Acresce a isto o menosprezo pelo governo democrático representativo. Na *demarquia* de Hayek, as leis são feitas por um grupo de sábios (*remember* Platão) e o comum dos mortais é chamado a votar duas únicas vezes na vida. São proposições mais próximas do anarquismo que do ideário liberal. Não tem cabimento tomá-las por base na crítica ao liberalismo, como parece ser precisamente o caso.

Do ponto de vista liberal, o Estado corresponde a uma estrutura imprescindível da sociedade. No que se refere especificamente ao mercado, depende do arcabouço jurídico que a instituição estatal lhe proporcione.

Giddens afirma, na obra em apreço, que, “no mundo contemporâneo, ao contrário do que dizem os neoliberais, precisamos de mais governo e não de menos”. Quando refere *neoliberal*, certamente tem em vista as teses dos chamados libertários, a que nos referimos. Com a vasta cultura de que dispõe, Giddens não pode ignorar a circunstância, isto é, essa procedência, e considerar que estaria de fato lidando com o liberalismo.

No fundo, sabe que ao Estado compete assegurar a estabilidade da moeda e dotar a ordem econômica de sistema jurídico estável, garantidor dos contratos, armada dos instrumentos requeridos para combater fraudes, etc. Mas não pode dar o passo que o transformaria num liberal. Daí talvez o biombo do *neoliberalismo*.

O Estado não corresponde a uma obra de ficção, abstrata. É constituído de pessoas reais que, agrupadas constituem uma instância denominada de burocracia. Sabemos que o Estado

Moderno, legitimamente constituído, rege-se por normas escritas, aprovadas e do conhecimento da sociedade. Contudo, sem embargo da observância da lei, o princípio que rege a burocracia, em matéria de recursos, consiste em privilegiar a atividade meio, isto é, maximizar as próprias disponibilidades e benefícios. Esse ideário, se assim se pode dizer, nada tem de imoral. Contudo, transforma o Estado num pólo de interesses igual a qualquer outro, devolve-o à planície onde se encontram os seres mortais, de um modo geral. Põe em causa a tradição socialista de considerá-lo como um ser moral, e, portanto, acima dos conflitos de interesses, inerentes à sociedade. Deste modo, enaltecê-lo e idealiza-lo equivale a um traço ao qual não pode renunciar a terceira via, por maior que seja a sua aproximação ao liberalismo.

Porém, como referimos, há mais. Os sociais democratas em conjunto nunca vão reconhecer o papel do empresário e da empresa. As raízes dessa incompatibilidade procedem de uma interpretação unilateral da teoria clássica de que o valor da propriedade provém do trabalho. Tanto em Marx como nos socialistas franceses, o conceito de *trabalho* foi reduzido a trabalho físico. Acontece que a própria ciência econômica abandonou essa via de investigação, passando o *valor* a constituir uma categoria filosófica. A par disto, a experiência histórica serviu para comprovar a primazia do empresário em qualquer empreendimento, princípio consagrado na obra de Joseph Schumpeter (1883/1950).

Portanto, liberalismo e social democracia são duas doutrinas perfeitamente diferenciadas, em que pese o processo histórico de aproximação da segunda ao primeiro. Devido à virtual renúncia a essa diferenciação, de parte dos sociais liberais, os destinos da doutrina liberal estão sendo decididos pelo conservadorismo liberal.

c) A que se reduz o chamado neoliberalismo

Ao contrário do que se verificou em diversos dos países continentais, a estatização da economia na Inglaterra obedeceu estritamente a uma decisão de caráter ideológico. Na França, por exemplo, a exacerbação da presença estatal na economia decorreu do fato de De Gaulle transferir ao Estado a posse das empresas privadas que colaboraram com o ocupante alemão. Em contrapartida, no caso inglês, tendo saído vitoriosos das primeiras eleições do pós-guerra (1945), os trabalhistas deram cumprimento ao seu programa, que identificava socialismo com estatização da economia.

O mundo desenvolvido experimentou, nos decênios seguintes, uma prolongada fase de prosperidade econômica. Em muitos aspectos, a política econômica da época obedecia nitidamente à inspiração keynesiana apesar de que, em momento algum, essa doutrina preconizasse que o intervencionismo estatal, que admitia, devesse traduzir-se na posse direta de empresas, isto é, na substituição dos empresários pelo Estado. Contudo, esse “detalhe” não chegou a ser invocado.

Progressivamente, algumas empresas estatais deixaram de ser lucrativas, como era o caso da mineração de carvão, entre os ingleses. Tendo que atender à circunstância, a carga tributária acompanhava aquela progressão. Os choques do petróleo (em outubro de 1973 e março de 1979) como que os despertaram para a realidade. As eleições de 1979 são ganhas pelos conservadores, sob a liderança de Margareth Thatcher, que não só se dispunha a enfrentar a burocracia que controlava as Trade Unions ---beneficiária imediata da estatização--- como soube tirar partido da crise com que se defrontaria a partir do Congresso Extraordinário do Partido Trabalhista, realizado em 1981, que acabou com a independência da bancada na escolha do líder (e portanto do eventual Primeiro Ministro), deixando-a em mãos das Trades Unions.

Ao longo da década de oitenta a economia inglesa foi completamente desestatizada. As Trade Unions perderam o privilégio de impor greves, independentemente da anuência dos

próprios trabalhadores, impedindo-os de comparecer ao trabalho mediante piquetes --e até mesmo recorrendo ao uso da violência. Os piquetes foram proibidos e as greves somente podiam ser decretadas se obtivessem o apoio de altos percentuais dos sindicalizados. Enfim, os sindicatos voltaram a ter o papel que lhes era devido, deixando de ser utilizados, pelas máquinas burocráticas ali instaladas, com fins estritamente políticos.

A inflação foi debelada em poucos anos e no país criaram-se condições para a eliminação do desemprego e a retomada da expansão econômica em bases estáveis, isto é, reduziu-se a carga tributária incidente sobre atividades produtivas. Nos anos noventa seria a vez do próprio Partido Trabalhista livrar-se da ascendência alcançada em seu seio pela máquina burocrática das Trade Unions. Os sucessivos governos de Tony Blair, a partir de maio de 1997, mantiveram e ampliaram as reformas introduzidas pelos conservadores. Os trabalhistas renunciaram à identificação do socialismo com estatização da economia. A ruptura com esse modelo, iniciada pelos socialistas alemães em fins dos anos cinqüenta, passava agora a ser a bandeira dos Partidos Socialistas europeus. Dentre as maiores agremiações, somente o PS Francês iria aferrar-se à antiga pregação, louvando-se sobretudo da tradição nacional de exaltar a figura do Estado.

Coube justamente aos franceses a tarefa de transformar o thatcherismo numa caricatura, o que se evidencia pelo fato de que a sua política, destinada a superar a *estaginflação* vivenciada pela Europa desde fins da década de setenta, viria a ser adotada pelos demais governos, com exceção do francês. Até mesmo a reforma trabalhista, com a única diferença de que os sindicatos viriam sucessivamente a aceitá-la, foi também introduzida em vários países, naturalmente com a exceção da França. Ora, a recusa em discuti-la, na Inglaterra, partiu das Trade Unions. E o fato de que Margareth Thatcher os haja derrotado fragorosamente deve-se ao isolamento em que se encontravam. Nunca é demais lembrar que expressivas lideranças do Partido Trabalhista afastaram-se então para dar nascedouro ao Partido Social Democrata, por se terem recusado a aceitar que a própria indicação do líder deixasse de ser atribuída à bancada parlamentar --como ocorria desde sempre--, passando as Trades a desempenhar papel decisivo naquela escolha.

Dando uma demonstração de grande eficiência na difusão de uma doutrina -- naturalmente ajudados, nesse mister, por todo o espectro da esquerda, incluindo os comunistas--, os socialistas franceses batizaram a vitoriosa política thatcheriana de *neoliberalismo*. Para tornar crível a nova pregação, atribuíram-na a Milton Friedmann (1912/2006), cujo nome, na época, achava-se associado à política econômica praticada no Chile, da qual obviamente não se podia inferir a ferocidade da ditadura de Pinochet. Acontece que a crítica ao keynesianismo, já naquele período, não se resumia aos conservadores que seguiam a Escola Austríaca, então radicada em Chicago. Havia nos Estados Unidos, aquilo que Ricardo Vélez Rodríguez denominou de “crítica liberal” (24), isto é, os economistas que, reconhecendo os seus méritos, demonstravam que progressivamente perdia eficácia.

Vélez tem em vista a teoria, formulada nos Estados Unidos ao longo da década de setenta, que passou à história com o nome de “antecipações racionais”. Isto é, a frequente repetição das medidas, num período para conter a inflação e, no seguinte, para reativar a economia, em caso de recessão, permitira aos agentes econômicos antecipar o que iria acontecer. Como essa visão generalizava-se no meio empresarial, os resultados esperados tornavam-se cada vez mais escassos. No livro *Demain le libéralisme* (Paris, Livre de Poche, 1980), Guy Sorman demonstra à saciedade como essa doutrina era conhecida na França.

Precedentemente tive oportunidade de indicar que, em conformidade com o neoconservador Irving Kristol, o conservadorismo social hayekiano, sobretudo a sua fobia antiestatista, não chegou a adquirir maior relevância nos Estados Unidos. Assim, os governos de Ronald Reagan (1911/2004), de 1981 a 1989, não se inspiravam naquela fonte mas na convicção, emergente em expressivos círculos econômicos, de que era imprescindível reduzir

o gasto público a fim de lograr crescimento sustentado e superar o fenômeno então surgido, batizado de *estaginflação*. Se não se pode atribuir ao Partido Republicano maiores vínculos com o conservadorismo social, de onde provinha a indisposição com o Welfare, muito menos tal de aplicaria aos conservadores britânicos. Mme. Thatcher dedicou-se firmemente a salvar o sistema estatal de assistência médico-hospitalar, embora se tratasse do abandono, ocorrido no início do pós-guerra, da tradição anterior, de fazê-la repousar em instituições descentralizadas.

Quanto à vinculação, que se pode estabelecer, de Milton Friedmann à política thatcheriana, limita-se ao aplauso que dirigiu ao empenho de seu primeiro governo em reduzir a despesa pública. Criticou-a frontalmente, logo adiante, quando o governo conservador introduziu programas governamentais com o propósito de reduzir o desemprego.

Registre-se, por fim, que a crítica irresponsável à política dos conservadores ingleses a partir do início da década de oitenta, apresentada de modo caricatural sob o nome de *neoliberal*, equivale a fazer pouco caso da opinião pública inglesa que não só apoiou os sucessivos governos conservadores, entre 1979 e 1997 --durante 18 anos, portanto --, como somente voltaram à praxe da alternância no poder quando os trabalhistas, sob a nova liderança de Tony Blair, comprometeram-se a preservar as reformas introduzidas naqueles governos.

d) Onde reside a vitalidade do liberalismo

A vitalidade do liberalismo reside na crença na capacidade criativa da pessoa humana. Nenhuma sociedade acha-se submetida a determinismos históricos. Além disto, nenhuma sociedade é criativa por si mesma. Depende estritamente dos indivíduos que a compõem e estruturam.

Por confiar na capacidade das individualidades, os liberais dispensam elucubrações teóricas, dando preferência à generalização da experiência histórica.

Os liberais tampouco consideram que a dimensão política das comunidades humanas corresponda a uma espécie de catalisador das demais. Privilegia-a por consistir basicamente numa doutrina política, reconhecendo contudo que a vida em sociedade exige outros imperativos. Para os liberais, na vida social, as duas instituições fundamentais e determinantes são a família e a empresa.

Por fim, os liberais acreditam que o processo político não é um fim em si mesmo mas o instrumento (perfectível) utilizado para a adoção das regras que serão obrigatórias para todos. Sua relevância advém precisamente disto, do que decorre a necessidade de torná-lo participativo e democrático.

5. Evolução doutrinária das agremiações católicas no pós-guerra

a) A novidade representada pela democracia cristã

Tendo cabido à democracia cristã a iniciativa de criação do Partido Popular Europeu, parece essencial preceder à caracterização dos aspectos essenciais daquele movimento.

Pode-se admitir que, no início do pós-guerra e sobretudo na Itália, reconhecia-se que a intervenção dos católicos na política, nas primeiras décadas do século, não teria sido bem sucedida. Ainda que não se possa atribuir diretamente ao Vaticano a ascensão do fascismo, do salazarismo ou do franquismo, a busca de alternativa ao capitalismo e ao governo representativo sem dúvida alguma desarmou os católicos diante daquele fenômeno.

A atuação de Alcides De Gasperi (1881/1954) indica claramente a intenção de rever aquele passado. Tendo sido líder do antigo Partido Popular (católico) e se refugiado no próprio

Vaticano, a fim de escapar à perseguição fascista, após a queda de Mussolini é justamente o responsável pela criação de uma nova vertente, a democracia cristã, empenhada na modernização econômica da Itália, bem como na consolidação do sistema democrático representativo. Konrad Adenauer (1867/1967), por sua vez, contribuiria de modo decisivo na disseminação da nova proposta em outros países da Europa Ocidental. Contudo, deve ser atribuído a Ludwig Erhard (1897/1977) o acabamento da doutrina da nova agremiação.

Ludwig Erhard foi Ministro da Economia do governo Adenauer, tornando-se Chanceler a partir do seu afastamento. Governou o país no quadriênio 1963/1966. Ainda sob o nazismo, jovem economista, fez parte do grupo formado por Walter Eucken (1891/1950), na Universidade de Friburgo. Henry Wallich (1904/1988), que foi presidente do FED norte-americano e provinha da Universidade de Yale, numa obra publicada em 1955 sobre a Alemanha, presta o seguinte depoimento sobre aquele grupo: “Durante o período nazista, a escola representava uma espécie de movimento de resistência intelectual, o que requeria grande coragem pessoal, do mesmo modo que independência de espírito”.(25)

Os nazistas haviam introduzido o controle de preços em 1936. Após a derrota, os comandantes das forças de ocupação das três zonas – que deram origem à Alemanha Ocidental – decidem mantê-lo. O primeiro grande embate de Walter Eucken, no pós-guerra, seria justamente contra a manutenção dessa política.

Como na composição do novo governo, em seus diversos escalões, o critério básico de seleção era isolar os antigos nazistas, o jovem Ludwig Erhard tornou-se Ministro das Finanças da Baviera, que correspondia a um dos mais importantes estados da República Federal em organização. Além disto, passa também a assessorar o comandante militar da zona americana. Nessa condição, exerceu grande influência na reforma monetária de junho de 1948 (introdução de nova moeda), que contemplou a liberação dos preços. Ao mesmo tempo, a idéia de que toda atividade deveria ser regulamentada foi abandonada, embora tradições muito arraigadas hajam sobrevivido. Os sociais democratas combateram veementemente a nova política. Ministro da Economia do governo Adenauer, a partir do ano seguinte, Ludwig Erhard teria um papel central no sentido de que o Partido Democrata Cristão, criado na mesma época, aderisse à liberalização.

Ao se render, em 1945, a Alemanha teria que enfrentar a devastação provocada pela guerra. Cerca de 20% das habitações haviam sido destruídas. Em 1947, a produção de gêneros alimentícios equivalia a 51% dos níveis de 1938. Parcela substancial da mão de obra qualificada morrera durante a guerra. Quando se discutia, nos Estados Unidos, a necessidade de ajudá-la na reconstrução, a voz corrente era que a Alemanha tornar-se-ia o grande cliente do programa de renda mínima, *social security*.

Os efeitos da recuperação, no novo ambiente de prática econômica liberal, somente começam a evidenciar-se após o Plano Marshall completar o primeiro ano de execução, em meados de 1948. Assim, no segundo semestre daquele exercício a produção industrial registra crescimento da ordem de 50%, alcançando a marca dos 78% dos níveis de 1936. Aos poucos a referência à Alemanha (Ocidental) muda radicalmente. Fala-se agora em “milagre alemão”.

Os democratas cristãos estiveram no poder nas duas décadas subseqüentes às primeiras eleições(1949) sofrendo a primeira derrota em 1969. Ainda que os sociais democratas viessem a governar o país na década seguinte, não alteraram substancialmente a orientação pró-capitalista e pró-ocidental que se havia firmado sob Konrad Adenauer e Ludwig Erhard. Tendo voltado ao poder em 1982 (no qual permaneceram até 1998, sob a liderança de Helmut Kohl) coube à DC efetivar a reunificação alemã. O desafio enfrentado a fim de alcançar a recuperação econômica do Leste --que regrediu à condição de sub-desenvolvimento após 40 anos de dominação comunista--, serviu como uma espécie de teste da vitalidade do país, em que pese as dificuldades resultantes.

A opção pela economia de mercado firmou-se ainda sob Adenauer, cuja vitória, nesse particular, nunca mais se viu contestada. A obra coletiva *Les partis politiques en Europe de l'Ouest*, elaborada sob a direção de Guy Hermet (Paris, Economica, 1998) resume essa circunstância do modo adiante: “Durante sua fase inicial (1945-1947), uma tendência cristã-social, afeiçoada a um socialismo econômico repousando em bases democráticas, veio a afirmar-se e a caracterizar, na época, o programa da DC na zona de ocupação britânica. Mas a influência de Konrad Adenauer, Chanceler e chefe do partido, contribuiu para proporcionar orientação diferente desde os anos 1950: de uma parte, a economia social de mercado, por certo submetida à concorrência, temperada pelo controle dos monopólios e igualmente singularizada por uma fraca intervenção do Estado; de outra parte, completada pela afirmação do alinhamento com o Oeste na política de defesa e segurança alemãs (“Programa Hamburgo”, de 1953). Assim, a DC situa-se ao centro do espectro político alemão por sua ligação ao liberalismo, ao mesmo tempo favorável à co-gestão das empresas e atribuindo lugar importante aos sindicatos, em conformidade com a aspiração de sua ala esquerda.” (pág. 40) Os autores da parte relativa à Alemanha (F.Muller-Rommel e G. Pipper) adiantam que, para os fundadores, a aspiração era estruturar uma agremiação plural, sem referência confessional precisa, inspirada pela ética cristã.

b) Prováveis razões da denominação
“economia social de mercado”

Ao valorizar a liberalização econômica e, ao mesmo tempo, fazer questão de introduzir uma nota que a distinguísse do entendimento corrente, Walter Eucken terá levado em conta o dramático embate em torno do Orçamento no início dos anos trinta.

O governo que se defrontou com as conseqüências da crise de 1929 (desemprego em massa) fora constituído a partir das eleições de março de 1928. Era sustentado pela chamada “coalizão de Weimar”. Esta, segundo foi indicado no Capítulo Primeiro, era o resultado de uma aliança entre sociais democratas, católicos (*Zentrum* e Partido Popular da Bavária) e o Partido Democrata Alemão (liberais).

A questão central que se discutia era se, em face da necessidade de atender ao seguro desemprego, devia ser mantida a linha ortodoxa quanto ao equilíbrio orçamentário. E, mais: se ao governo não caberia promover obras públicas e facultar crédito com vistas à recuperação de empresas. A chefia do governo estava em mãos do *Zentrum* e optou pela ortodoxia, às custas do seguro desemprego, isto é, negando-se a cumprir os compromissos assumidos. Tendo se recusado a aprovar o Orçamento assim estruturado, apesar de integrar a coalizão, os sociais democratas derrubam o governo. Estávamos em março de 1930.

A responsabilidade de formar novo governo coube, mais uma vez, a uma das lideranças do *Zentrum*: Heinrich Brüning (1885/1970). Consciente de que os sociais democratas não acolheriam proposições de índole ortodoxa, valeu-se de prerrogativa constitucional para impor essa orientação sem a audiência do Congresso. A providência precipitou a derrocada do país, contribuindo para agravar a crise. Desprovidos da assistência do seguro desemprego, que afetava crescentemente ao mundo operário, criava-se ambiente favorável à ascensão dos nazistas. Estes não tinham qualquer compromisso seja com as instituições democráticas seja com o capitalismo. Nem sempre é recordado que a agremiação liderada por Adolf Hitler denominava-se Partido Nacional Socialista.

A política posta em prática por Brüning consistia em reduzir salários, medida que era acompanhada por congelamentos de preços, em patamares sucessivamente reduzidos. Logo em seguida aos primeiros decretos de emergência --assim eram chamadas as imposições governamentais, adotadas sem ingerência do Reichstag (Parlamento) --, expedidos em meados de 1930, o desemprego saltou de 1,4 milhão (em abril) para dois milhões em dezembro. Novas

medidas deflacionárias expedidas, em dezembro, elevam o desemprego para 2,8 milhões, em março de 1931. Em dezembro desse mesmo ano, novas medidas na mesma linha precedente (desta vez os salários sofrem reduções superiores a 10%), são acrescidas do aumento de 6% na taxa de juros. Levantamentos confiáveis apontam para 4,3 milhões de desempregados em setembro de 1931. Admite-se que no ano seguinte haja alcançado mais de 6 milhões.

É certo que os sociais democratas não chegaram à formulação de uma proposta alternativa clara. Embora fizessem questão de se considerarem marxistas, haviam abdicado da luta armada para chegar ao poder e admitiam que, preservada a empresa capitalista, poderia ser alcançada a elevação do padrão de vida dos trabalhadores--em consequência do que eram chamados de revisionistas. Tendo pelo processo eleitoral conquistado o posto de maior agremiação do país, a crise de 29 abalou muitas das convicções da liderança, fortalecendo os que reivindicavam pureza doutrinária. Cumpre ter presente, também, que se encontravam sob fogo tanto da Internacional Comunista como do PC Alemão.

Assim, não se tratava claramente de recuperar o dinamismo da economia, apoiado nas empresas privadas, tendo as obras públicas a serem patrocinadas, com o mesmo objetivo, pleno sentido econômico (linhas férreas dotadas de viabilidade econômica em condições normais, o mesmo para estradas, portos, etc.). Mais precisamente, ao combate que chegaram a encetar contra a política de Brüning, faltava o que se poderia denominar de “espírito keynesiano”.

Do que precede, torna-se patente que, para a geração de Eucken associar a liberalização econômica à economia de mercado, *tout court*, equivalia a admitir que, em situações de crise, o remédio era descarregar as conseqüências sobre os trabalhadores. Deveria parecer-lhes crucial que a política de reconstrução da Alemanha, no pós-guerra, estivesse visceralmente associada ao que no país fora popularizado como “capitalismo renano”, isto é, o padrão de desenvolvimento verificado no vale do Reno, que se tornou o maior centro industrial da nação, onde o progresso das empresas achava-se vinculado à ascensão social dos empregados. O nome de *economia social de mercado* seria o mais apropriado para estabelecer, desde logo, tal associação.

c) Os fundamentos teóricos da economia social de mercado, segundo Ludwig Erhard

Numa obra sucessivamente ampliada --entre 1957 e 1963 --, traduzida em diversas línguas, a que deu o título de *Bem estar para todos*, Ludwig Erhard estabelece os princípios doutrinários da economia social de mercado.

A principal tese ali apresentada consiste em que, graças à nova feição assumida pela doutrina econômica liberal, ao admitir a intervenção estatal --coerentemente desenvolvida por Keynes, de igual modo presente à elaboração doutrinária de Eucken-- achavam-se superadas as crises cíclicas. A comprovação empírica é efetivada recorrendo a abundante transcrição de dados estatísticos do desempenho econômico da Alemanha.

Em síntese, somente em 1950 a produção industrial alcança pela primeira vez os níveis registrados em 1936. Os índices do comportamento do PIB, entre 1950 e 1961, demonstram que, partindo de patamar equivalente a 113,1 chega a 252,1. São 12 anos de crescimento ininterrupto, o que lhe permite concluir que tinham razão os democratas cristãos ao achar ter sido superada “a velha lei até então considerada como infalível da evolução cíclica do fenômeno econômico.”

Escreve: “Como é sabido, julgava-se que a economia se desenvolvia por ondas rítmicas --sete anos seriam mais ou menos o espaço de tempo em que desenvolvimento, auge econômico, decadência e crise se completam, até que desta se criariam novas forças vivificadoras que marcariam o começo positivo do próximo ciclo. Durante este longo período

em que tenho assumido a responsabilidade pela política econômica alemã, conseguiu-se todavia destruir esse ritmo rígido e alcançar, por meio de uma melhoria contínua da economia, a harmonização do pleno emprego com uma conjuntura favorável para toda a comunidade.” (26)

Segue-se a apresentação dos postulados de que provêm tais resultados. (27)

O primeiro deles consiste no seguinte: “bem estar para todos” e “bem estar através da concorrência” são inseparáveis. O primeiro caracteriza o fim e, o segundo, o meio apto para alcançá-lo.

O desdobramento dessa política exigiu uma lei anti-cartel. Justifica-a: “Aqueles patrões que julgam poder criar cartéis, com base nas modernas tendências do desenvolvimento econômico, situam-se no mesmo plano do ideário social-democrata, ao preconizar que a automação do processo produtivo pressupõe seja a economia dirigida pelo Estado.”

As manifestações típicas de egoísmo não seriam atributo exclusivo do patronato. Do lado do movimento operário é preciso exigir que aceite o princípio de que os aumentos salariais guardem estrita dependência do incremento da produtividade. A solidez da moeda completa o quadro. Afirma a esse respeito: “É muito mais fácil dar a cada um um pedaço maior de um bolo que registra crescimento do que pretender tirar partido de uma disputa sobre a divisão de um bolo pequeno porquanto, dessa maneira, cada vantagem, necessariamente, engendra uma desvantagem.”

Erhard comprova o sucesso dessa política comparando o índice do consumo privado, na Alemanha, com aquele verificado nos países membros da Comunidade Econômica Européia, entre 1950 e 1960, correspondendo a 1950 o índice 100. Enquanto na Alemanha, naquele último ano, o índice registrado é de 201, na Inglaterra alcança 128 e, na França, 153. Nesse particular, a Alemanha supera mesmo os Estados Unidos, onde o índice do consumo privado, em 1960, comparado a 1950, era de 136.

Erhard tinha claro que o sistema de previdência social instituído no país --atendido por contribuições das empresas, dos trabalhadores e do Estado-- somente poderia sustentar-se, como dizia, tendo por base “uma expansão sem prejuízo dos fundamentos saudáveis de nossa economia e de nossa moeda”. Somente dessa maneira, acrescenta, “é possível garantir um nível de vida digno, aceitável, a todos aqueles que, involuntariamente, devido à velhice, à doença, ou tendo sido vítima das duas guerras mundiais, deixaram de poder participar diretamente no processo de produção”. No que respeita ao longo prazo, como indicaremos, parecia-lhe que o modelo teria que ser reformulado.

Erhard soube convencer os seus compatriotas de que a responsabilidade pela estabilidade da moeda não é exclusiva do Estado. Insiste em que os sindicatos não devem servir de massa de manobra de especuladores (e não autênticos empresários) que dissociam aumento de salário de aumento da produtividade, com base na elevação dos preços dos produtos. Para alcançar esse convencimento, usa argumentos morais e não apenas aqueles estritamente econômicos. Apresento alguns exemplos.

“A liberdade de consumo e a liberdade de atividade econômica devem ser sentidos, na consciência de todo cidadão, como direitos fundamentais e invioláveis. Deixar de reconhecê-lo, repudiá-los, devia ser punido como um atentado à sociedade. Democracia e economia livre andam tão logicamente ligadas como ditadura e economia estatal.”

Para convencer a massa trabalhadora de que a economia social de mercado --que apresenta como aquela que “torna impossível a uma única classe da população enriquecer às custas das outras”-- está associada, indissolivelmente, à estabilidade da moeda. Para atingir tal objetivo, faz advertências desse tipo: “Os sindicatos deviam perguntar a si próprios se, com sua política ativa de salários, não favorecem os negócios de irresponsáveis especuladores, quando essa política conduz necessariamente ao aumento dos preços.”

Na obra que estamos passando em revista, Ludwig Erhard procura fazer com que os alemães retirem ensinamentos da política econômica dos anos trinta, que serviu para comprovar, como diz, “que deter a inflação através da estagnação paralisa a economia”. E não podem ser esquecidas as conseqüências dessa paralisação em termos de poder de emprego e de compra. Faz questão de registrar que toda essa problemática veio à tona quando se tratou de liberalizar a economia no pós-guerra. Nessa convicção destaca o que chamou de “nascimento da economia de mercado”.

Erhard lembra que, no pós-guerra, considerava-se uma fatalidade que os alemães se conformassem com a penúria da existência (por exemplo: um par de sapatos novo a cada dez anos; um único terno ao longo da vida adulta; apenas uma em cada cinco crianças ter condições de usar fraldas; etc.) sem se dar conta que resultara basicamente do dirigismo econômico. Conclui: “A prova do ilimitado alheamento da realidade que caracterizava o dirigismo econômico residia no fato de acreditar que o destino de um povo podia ser determinado a longo prazo por um balanço de matérias primas e outros dados estatísticos. Esses mecanicistas e intervencionistas em matéria econômica não faziam a menor idéia do dinamismo que é capaz de surgir quando se permite a um povo retomar consciência do valor e da dignidade que a liberdade representa.”

Resumo a descrição que efetiva da batalha pela liberalização da economia, no segundo semestre de 1948, com os especuladores do cambio negro elevando artificialmente os preços, os sindicatos alvoroçados a ponto de convocar uma greve geral. O sentimento comum, diz, “era atirar fora a liberdade havia tão pouco conquistada.” O fato de que tivesse resistido permitiu que a maioria acabasse por convencer-se do acerto da nova política. No primeiro semestre de 1950, os preços baixaram 10,6% em relação a idêntico período do ano anterior. Esse fenômeno deu lugar a algo de completamente esquecido pelos alemães: o mercado volta a ser do comprador. As novas gerações iriam crescer nesse novo ambiente. Refere que, em fins dos anos cinqüenta, a própria social democracia “entrega os pontos”. Tem em vista o Congresso histórico de Bad Godsberg (1959), quando o PSD renuncia ao marxismo, à identificação do socialismo com estatização da economia e com a utopia da sociedade sem classes, reconhecendo que a economia de mercado é capaz de proporcionar, segundo o lema de Erhard, “bem estar para todos”.

Erhard deixa claro que “não é tarefa do Estado intervir diretamente na economia ... e também não cabe nos quadros de uma economia, baseada na liberdade de iniciativa, que o próprio Estado exerça atividades patronais”.

Atento ao pressuposto da relevância dos problemas morais, Ludwig Erhard aborda em seu livro questões que continuam mantendo grande atualidade como a sobrevivência do corporativismo, o futuro do modelo da seguridade social européia ou, ainda, a questão essencial de saber-se se a ininterrupta expansão da oferta de bens e serviços, uma das principais características do sistema capitalista de produção, corresponde a razão suficiente da existência humana. Vejamos esquematicamente como as enfrenta. (28)

A tradição corporativa alemã corresponde a um dos traços marcantes e amplamente discutidos daquela cultura. Max Weber temia que a hegemonia, conquistada pela Prússia na unificação alemã (fins do século XIX), contaminasse o aparelho estatal, a ser estruturado, no que respeita à admissão em seu seio de autênticas castas privilegiadas. O certo é que o protecionismo às profissões, criando exigências crescentes ao ingresso de novos titulares, cercandoo-as de sucessivos privilégios, passou a fazer parte da normalidade da vida.

Como Ministro da Economia e Chanceler, Ludwig Erhard teve que enfrentar o que denominou de “a lenda das vantagens das ordens profissionais”, dentro de seu próprio Partido. A admissão pelo Estado da existência da Ordem do Artesanato abria um precedente para que, setores econômicos, nos quais predominavam condições materiais e sociológicas inteiramente diversas, reivindicassem estatuto especial. A Associação do Comércio varejista queria que

fosse dificultado o ingresso de novos profissionais, especificando privilégios especiais segundo determinados ramos. Projeto de lei no Parlamento encontrava o apoio de democratas cristãos.

No combate contra essa tradição, nosso autor usa linguagem dura. Entre outras coisas, afirmou que “o complexo de inveja, de que precisamente nós alemães não estamos isentos, tem nessa questão papel preponderante. As vantagens concedidas a um indivíduo não permitem que o vizinho desfrute de sono sossegado”.

Prossegue: “... se a minha atitude em relação a todas essas chamadas “ordens profissionais” é extremamente crítica, é porque me esforço sempre por descortinar o que se esconde por trás dessas supostas “corporações”. E uma vez esse fundo iluminado, em regra descobre-se apenas o interesse dos associados em alcançar para si comodidades maiores, em fugir à dureza da concorrência e em obter para o seu grupo uma parte maior do rendimento econômico nacional do que aquele que lhe compete proporcionalmente à sua contribuição.”

Entende que, ceder nessa linha, seria ignorar de que lado se encontravam os interesse da sociedade como um todo. Considera que tolerar essa evolução era claramente contrário aos seus deveres. Afirma mesmo que estaria abrindo caminho ao Estado corporativo.

No que se refere ao futuro da previdência, parece-lhe que as situações de indigência terminarão por desaparecer enquanto os padrões de vida dos trabalhadores --e as próprias condições de trabalho-- alcançam níveis sempre mais elevados. Afirma: “A proteção obrigatória do Estado deve ou teria de cessar quando o indivíduo e a respectiva família encontram-se em condições de tomar as suas próprias providências”. Expressa o temor, numa perspectiva de longo prazo, que os encargos daí advindos “nos levem de novo a um caminho funesto, ao fim do qual nos deparemos novamente com uma desvalorização do dinheiro.” Cumpriria, portanto, “exigir desses indivíduos independentes uma atitude responsável e autônoma perante os riscos sociais que a vida apresenta.”

Essa advertência nos permitiria afirmar que ao contrário da imensa maioria da elite política européia atual, Erhard reconheceria prontamente os méritos do modelo previdenciário norte-americano. É sintomático que tenha sido justamente na Alemanha onde o atendimento às pensões e aposentadorias tenha sido reformulado pela introdução do sistema vigente nos Estados Unidos (os Fundos de Pensões).

Ainda que o lema adotado pela Democracia Cristã consistisse na conquista de bem estar para todos, Erhard levanta a questão se a tanto deve reduzir-se as aspirações da comunidade, nestes termos: “Chegaremos mesmo a perguntar, com todo o direito, se estará certo e continuará a valer a pena produzir mais bens e maior bem estar material ou se não terá mais sentido renunciar a esse “progresso” para adquirir mais liberdade, mais tempo para reflexão, mais lazer e mais diversão. Mas esta pergunta não terá de dirigir-se apenas ao Ministro da Economia, mas igualmente ao teólogo, ao sociólogo e ao político.”

Adverte que a questão deverá ser considerada de um ponto de vista espiritual e moral. Assim, seria imoral adotar postura desse tipo: “trabalhemos menos para podermos consumir mais”. O problema se colocará quando a “evolução ascendente de nosso povo se processar de tal maneira que, a par da segurança material, se considere cada vez mais útil e valioso um enriquecimento espiritual e moral”. Embora nessa questão não se deva ser dogmático e supor que encontramos no plano material o objetivo supremo, “agora, como antes, há que libertar definitivamente milhões de pessoas do tormento que continuam a ser para eles as preocupações do dia a dia.”

Como se vê, ao fundamentar a política econômica da Democracia Cristã, Ludwig Erhard aborda temas que preservam inteira atualidade.

6. O Partido Popular Europeu

a) Indicações de ordem geral e princípios doutrinários básicos

O Partido Popular Europeu foi fundado a 29 de abril de 1976, pelo Comitê Político da Democracia Cristã Européia. Seu propósito inicial era dar dimensão continental à experiência da democracia cristã alemã e italiana, notadamente a reafirmação dos valores do cristianismo agora associados à modernização econômica. No que respeita à integração política, simpatizava com a idéia federalista, isto é, com a implantação do que poderia ser denominado de Estados Unidos da Europa.

Conforme tivemos oportunidade de referir no tópico precedente, à democracia cristã alemã era atribuído o milagre econômico alcançado pela República Federal. O predomínio da democracia cristã na Itália repousava, de igual modo, nos êxitos econômicos. Também foram destacadas as figuras emblemáticas de Ludwig Erhard, na Alemanha, e Alcides De Gaspari, na Itália, que encarnavam essa política. A consigna que simbolizava o tipo de capitalismo criado na Alemanha do pós-guerra – *economia social de mercado* – tornara-se popular na Europa. Pela primeira vez em sua história a parte ocidental do continente assistia à disseminação do bem estar social e ao desaparecimento da pobreza desassistida.

A prosperidade registrada na Europa Ocidental, alcançada a partir do início do pós-guerra e que iria perdurar até a década de setenta, viria a ser batizada de “os trinta gloriosos”. Advinha, em grande medida, do desempenho econômico da Alemanha Ocidental, que chegou a consagrar-se como “locomotiva da Europa”. Por tudo isto, a liderança da DC na criação do PPE tinha um grande peso.

Cumprir ainda ter presente que, naquela altura, em seguida aos choques provocados pela alta dos preços do petróleo, a região ingressaria num longo ciclo de dificuldades, que começou provocando a chamada *estaginflação*, isto é, processo inflacionário num quadro de fraco desempenho econômico.

A Europa tardou muito em dar-se conta das causas do fenômeno. Contribuiu para essa situação de perplexidade o fato de que os aumentos do petróleo eram efetivamente astronômicos: quintuplicaram em outubro de 1973, repetindo-se a dose em março de 1979. Tratava-se de um item que participava na formação dos preços de praticamente todas as mercadorias e serviços. Em 1979, a taxa de inflação na Inglaterra chegou a 18%, fato deveras inusitado, intolerável para uma sociedade habituada à estabilidade monetária.

Deve-se a Mme. Thatcher a comprovação empírica de que as dificuldades experimentadas pela economia européia advinham da estatização da economia. Seus sucessivos governos, entre 1979 e 1990, popularizaram as idéias de privatização, liberalização econômica e redução de impostos. O novo quadro não poderia deixar de refletir-se na atuação do Partido Popular Europeu.

Com algumas exceções, os Partidos Democratas Cristãos, ou originários da experiência católica precedente, não mais preservavam vínculos ostensivos com a alta hierarquia católica. O Partido Democrata Cristão da Alemanha -- que manteve a influência conquistada no pós-guerra, ao contrário do congênere italiano que não sobreviveu a sucessivas crises -- progressivamente acentuou o fato de que, desde a criação, contava em seu seio tanto católicos como protestantes, mas igualmente liberais e conservadores. Nessa fase inicial, o vínculo maior provinha do anti-nazismo, acrescido do despreço ao comunismo, crescentemente acentuado graças ao caminho seguido pela RDA. Essa última circunstância, aliás, refletir-se-ia inclusive nas hostes socialistas, de que resultou o abandono, pelo PSD, tanto do marxismo como da utopia da sociedade sem classes, no Congresso de Bad Godsberg (1959).

Como a questão em tela dizia respeito à Comunidade Européia, embora a DC correspondesse ao núcleo fundador do PPE, o imperativo ante o qual este se encontrava era acolher em seu seio, em primeiro lugar, representantes dos diversos Estados membros, e, subsidiariamente, as agremiações com as quais pudesse ter afinidades. Os estudiosos do que

os europeus convencionaram denominar de “direita moderada” concordam em que as tensões vividas por aquela agremiação atingiram uma espécie de “clímax” na década de noventa. A questão central correspondia ao tema do federalismo. O ingresso no PPE de agremiações que abertamente eram contrárias a tal proposição, a exemplo do Partido Conservador Inglês, obrigou-o a buscar uma formulação consensual. No Programa de Ação 2004/2009, aprovado no Congresso de Bruxelas, realizado em fevereiro de 2004., afirma-se que se trata da “construção de uma Europa Federal descentralizada”. E, adianta: “Contrariamente ao que se diz freqüentemente, o verdadeiro federalismo consiste em unir países na busca de objetivos definidos em comum, respeitando a diversidade de suas culturas, de suas tradições, de suas línguas, deixando-lhes a mais ampla autonomia na escolha dos meios requeridos pela consecução de tais objetivos”.

Do ponto de vista institucional, o PPE destaca que a construção europeia baseia-se numa dupla legitimidade, a dos Estados membros e a dos cidadãos. Alcançar arranjo, que assegure o seu adequado funcionamento, significa obter equilíbrio do triângulo Comissão-Conselho-Parlamento, como “instrumento para conciliar o interesse comum dos cidadãos com o interesse dos Estados”. O documento critica o fato de que se confunda a complexidade com “sinônimo de opacidade”. Parece-lhe que a insistência em tal tese “tem impedido seja alcançado o apoio entusiástico da opinião pública, o que, por sua vez, reforça resistências de governos reticentes”.

O PPE enfatiza a complexidade do projeto europeu e destaca que se trata de “reunir, sem o recurso da força, países diferentes, divididos por antagonismos seculares, com vistas a alcançar uma comunidade pacífica, reunida em torno dos valores comuns de respeito aos direitos humanos, à paz, à liberdade, à democracia, à justiça e à solidariedade, preservado o respeito da diversidade de seus membros, eis o que cinquenta anos de construção europeia conseguiu realizar. A Europa não mais se acha dividida. Apareceram democracias ali onde, durante decênios, impuseram-se ditaduras. O Estado de direito e a economia de mercado permitiram a milhões de europeus participar de um desenvolvimento marcado pela liberdade, o progresso econômico e o respeito da dignidade humana. Esta realização é única na história a humanidade.” (29)

Tendo conseguido fazer as imprescindíveis correções de rumo, o PPE achava-se em condições de chegar aos trinta anos de existência, em 2006, como a maior agremiação política do Parlamento Europeu (30). Ademais, era a única que abrigava em seu seio representantes de todos os Estados membros (Europa dos 25).

A doutrina política do Partido Popular Europeu acha-se elaborada em torno de quatro eixos principais: 1º) Dignidade da pessoa humana; 2º) Suporte da família; 3º) Economia social de mercado; e, 4º) Construção de uma Europa federal descentralizada, a cooperação internacional e o multilateralismo. Nos tópicos subseqüentes são apresentadas as linhas gerais em que se desdobram tais eixos doutrinários.

A Democracia Cristã Alemã ocupa o primeiro lugar entre as bancadas integrantes do Partido Popular Europeu, contando com 53 deputados. Seguem-se o Partido Conservador da Inglaterra (37 cadeiras), a coligação italiana (Força Itália e agremiações menores oriundas da democracia cristã), com 34 representantes; o Partido Popular Espanhol (28 deputados) e a coligação francesa (UMP- União por Movimento Popular, que procede do antigo RPR, e a UDF-União pela Democracia Francesa, agremiações que, desde o último pós-guerra, congregam os liberais conservadores), com 21 deputados. Contando, no conjunto, com 173 deputados, os cinco países detêm 63% das cadeiras do PPE.

Têm nove cadeiras cada, a Nova Democracia-Grécia; o Partido Democrata Cristão Holandês e o Partido Social Democrata de Portugal. Os dois partidos suecos que integram o PPE têm sete deputados, do mesmo modo que o Partido Popular Austríaco. Os dois Partidos Democratas Cristãos da Bélgica (flamengos e walons) e o representante finlandês (KK)

dispõem de cinco deputados cada. Por fim, o Partido Social Cristão (Luxemburgo) registra a presença de dois deputados e o Partido Conservador da Dinamarca um único representante.

Portanto, a representação da Europa Ocidental (227 cadeiras) equivale a 82% do total.

b) A questão do humanismo

Em seus próprios termos, o Partido Popular Europeu aponta como sendo sua procedência: “a real fidelidade aos valores de nossa sociedade aberta e o movimento personalista cristão”. Em relação à última referência indica que “encontra sua inspiração na filosofia de Jacques Maritain, Gabriel Marcel e Emmanuel Mounier.”

Jacques Maritain (1882/1973) tornou-se, entre nós, uma espécie de filósofo oficial da renovação católica que teve lugar, sob inspiração do Cardeal Sebastião Leme (1882/1942), e que passou à história com o nome de “reação espiritualista”. Tinha em vista contrapor-se à ascendência do positivismo na República brasileira. Esse empenho de superação do positivismo viria a ser a questão central da filosofia contemporânea, razão pela qual assumiu dimensão imensa, contando com a presença das diversas correntes, o que também ocorreu no Brasil.

Com menor intensidade, tiveram curso na meditação brasileira as idéias de Gabriel Marcel (1889/1973) e de Emmanuel Mounier (1905/1950), renomado criador da revista *Esprit*.

A questão que aqui se coloca não diz respeito ao principal mérito dos mencionados filósofos, que corresponde à notável renovação do tomismo. Quando a Igreja Católica, em fins do século XIX, determinou a “volta ao tomismo”, se assim se pode dizer, surgiu o problema de saber se, ao fazê-lo, dever-se-ia simplesmente repetir o que dissera São Tomás, em seu tempo (século XIII) ou tomá-lo como inspiração. No Brasil, Leonardo Van Acker (1896/1986) elaborou obra de grande densidade na qual desenvolve a tese de que o tomismo seria o melhor paradigma da filosofia católica, pelo fato de que corresponde ao diálogo, de um ponto de vista que equivaleria ao posicionamento católico, com a cultura filosófica de seu tempo. Van Acker, que era belga de nascimento, oriundo do Corpo Docente da Universidade de Louvain, veio para o Brasil especialmente para dar continuidade à implantação do ensino de filosofia, na nossa primeira Faculdade de Filosofia, criada pela Ordem de São Bento, em 1908, hoje integrada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Radicando-se em nosso país, difundiu o que se convencionou denominar de “neotomismo aberto”, em conformidade com o “espírito de Louvain”, a partir do diálogo com as correntes filosóficas contemporâneas. (31). Obviamente, não é a relevância da obra filosófica dos mestres citados no documento do PPE que está em causa.

A questão com a qual se defronta o Partido Popular Europeu é a de encontro de fundamentos teóricos para a ação de índole política, com a peculiaridade de que, desta vez, não se trata apenas de abrigar, no seio da democracia cristã, liberais conservadores, bem como pessoas mais ligadas à Reforma que a Roma. Agora se trata de incorporar agremiações políticas inteiras, basicamente originárias do conservadorismo liberal. É óbvio que tal se dá dispondo, por antecedência, de expressiva base comum, resultante da modernização das organizações católicas ocorrida ao longo do último pós-guerra. Mais importante que tudo é a plena identificação com o sistema democrático representativo. Nestas condições, a ação política não pode fundamentar-se em Jacques Maritain, em que pese a significativa contribuição que lhe pode ser atribuída no âmbito da meditação filosófica especificamente católica ou espiritualista.

Além das manifestações tópicas que teve oportunidade de fazer acerca de temas políticos, notadamente na década de trinta, quando, entre outras coisas, dá seu apoio às denúncias contra o franquismo, ainda durante a guerra civil espanhola, considera-se que sua posição em face do

ordenamento político estaria fixada nas obras *Christianismo et démocratie* (Paris, 1943) e *Principes d'une politique humaniste* (Paris, 1944). Naquela altura, ainda não ocorrera a experiência fundamental que teria lugar, tanto na Alemanha como na Itália, capitaneada por Adenauer, Erhard e De Gasperi. As restrições da alta hierarquia católica à democracia representativa ainda não estavam de todo superadas, notadamente no que respeita ao partido político. Assim, o entendimento que Maritain manifesta em relação à democracia é do ciclo anterior, quando predominava o tradicionalismo católico. Sua ênfase recai nos chamados corpos intermediários e não nas agremiações partidárias. Os corpos intermediários com peso na vida política seriam a organização dos governos municipais e as associações profissionais (donde proveio o corporativismo que esteve na base do fascismo italiano e do salazarismo português). A par disto, no plano estritamente teórico, tampouco seria bem sucedida a sua tentativa de tornar a democracia dependente do cristianismo⁸.

No último pós-guerra, figuras emblemáticas, ligadas à alta hierarquia da Igreja Católica, como Alcide De Gasperi, contribuíram para a consolidação da ordem democrática no continente europeu, tomando por base justamente o partido político. As reservas em relação à doutrina liberal, que permaneceram, diziam respeito às restrições que segmentos importantes dessa corrente opunham, não tanto à questão social em si mesma, mas sobretudo à forte presença do Estado no Welfare europeu. Creio que expressa bem esse entendimento, as palavras adiante transcritas de eminente representante da tradição democrata cristã, o pensador e líder político espanhol Don Carlos Robles Piquer, a propósito da aproximação da democracia cristã ao liberalismo.

Para situar o contexto, basta indicar que considerava o reposicionamento dos diversos partidos políticos na Europa das últimas décadas do século: “No decorrer dessas décadas têm surgido outros partidos inspirados em filosofias muito semelhantes, consubstanciadas, essencialmente, em três grandes princípios. O princípio cristão, como inspirador de uma linha de conduta; um princípio cristão renovado pelo Concílio Vaticano II; um princípio cristão que respeita a liberdade dos demais, não assentado em proibições das outras maneiras de fé nem sequer das outras crenças, tolerante; quer dizer, um princípio cristão distinto, que passou pela experiência da II Guerra Mundial e incorpora a doutrina do Concílio Vaticano II. Esse é um princípio que muitos partidos que agora citarei mantêm como próprio em maior ou menor escala, com maior ou menor perfeição, porque o humano nunca é perfeito; mas sustentam, aceitam e consideram como próprio um princípio da legítima herança de nossa tradição judaico-cristã, essencialmente cristã. Outro princípio importante é o princípio da liberdade, o qual não obriga necessariamente a confundir esses partidos de que estou falando com partidos puramente liberais. É um liberalismo por sua vez matizado, moderado por uma aceitação de princípios de justiça social. O liberalismo, que seus inimigos chamam puro e duro, é naturalmente implacável. Aqui se trata do liberalismo temperado por considerações de justiça. Talvez o modelo em que se projeta economicamente seja o modelo econômico do capitalismo chamado renano, quer dizer, a fórmula alemã que gera o Estado de Bem Estar, com o respeito aos princípios básicos de justiça social e de uma certa distribuição de riquezas; uma maneira de evitar o abuso do excessivo poder econômico, do excessivo poder do capital ou da riqueza, um princípio que tende a ser igualitário, pelo menos em termos relativos, e que tende a distribuir a riqueza em benefício da sociedade e não dos poucos privilegiados. O terceiro princípio que também está subjacente é naturalmente um princípio de conservação, quer dizer, são partidos que têm um instinto de herança, de retenção do melhor no passado. Não pretendem, como os revolucionários, fazer tábua rasa do passado.” (32)

⁸ Consiste a pretensão em afirmar que a essência da democracia corresponderia ao cristianismo, tese que seria examinada por Hans Kelsen, em seus estudos pioneiros sobre o tema. Veja-se as principais indicações do conteúdo desta obra no Capítulo Quarto – Item I.

Objetaria ao eminente pensador espanhol que a capacidade de proporcionar distribuição de renda não corresponde a resultado alcançado apenas pelo capitalismo renano. Corresponde a algo de inerente ao capitalismo em geral. Quando Henry Ford (1863/1947) iniciou a produção de automóveis não tinha em vista fabricá-los para uso das pessoas ricas como ele. Por isto, nos anos vinte do século passado, resolveu aumentar os salários de seus empregados em detrimento dos dividendos a que os acionistas tinham direito. Como se sabe, estes últimos recorreram e criou-se momentosa questão judicial.

O mundo desenvolvido, que é sinônimo da área capitalista do globo terrestre, caracteriza-se justamente pela presença de razoável distribuição de renda. Por certo que os capitalistas não o fazem por razões morais.

Creio que o mérito que se pode atribuir ao capitalismo renano foi retratado com propriedade pelo Programa da Ação do PPE, ao generalizar tal experiência nestes termos: “A liberdade da empresa e o direito de obter lucro equitativo têm por corolário o dever de solidariedade e de justiça em relação aos demais participantes da empresa, bem como a obrigação de respeitar a lei, o meio ambiente e a natureza”. (33) Contudo, semelhante desfecho --isto é, o bom entendimento entre patrões e empregados-- não depende apenas dos empresários mas igualmente dos sindicatos. A tradição do sindicalismo alemão, que se tornou parceiro e participante do empreendimento capitalista, não se reproduziu na maioria dos países, sobretudo onde seja forte a influência comunista ou socialista.

O que há de relevante, contudo, é o fundamento teórico da tese da dignidade da pessoa humana. Parece-me que, o próprio texto que estamos acompanhando, não se propõe circunscrevê-lo à elaboração estritamente católica -- cujo cerne destacaremos adiante. A indicação contida no *Programa de Ação do PPE*, antes citada, na qual a associa à “fidelidade aos valores da sociedade aberta”, acrescenta o seguinte: “Esta base cultural, herdeira do humanismo antigo, de raízes religiosas, em particular judaico-cristãs, da Renascença, da Reforma e do Século das Luzes, têm um certo denominador comum: uma determinada visão do ser humano e a fé em sua capacidade de modelar o mundo.”

A “determinada visão do ser humano” diz respeito ao livre arbítrio e aqui é que se situa a nossa divergência.

A atribuição de livre arbítrio à pessoa humana deve-se a Santo Agostinho (354/430). Sua obra adquiriu grandes proporções, envolvendo mais de cem títulos. Embora não se preocupasse em separar os problemas de ordem teológica daqueles de natureza filosófica, os estudiosos destacam os títulos com essa última característica, dentre os quais sobressai o livro intitulado *O livre arbítrio*.

A questão para Santo Agostinho era a existência do Mal. Os maniqueístas, com cujos princípios simpatizara, afirmavam a existência de dois princípios vitais, de igual importância: o Bem e o Mal. Dada a admissão da existência deste último, concluíam: os homens não são culpados de ações classificadas como más.

Para refutar essa doutrina, Santo Agostinho irá partir da tese de que não se deve atribuir a Deus mas ao homem a presença do Mal. Este foi criado dispo de livre arbítrio, com direito a fazer uso de sua liberdade. Em consequência, o pecado decorre exclusivamente do livre arbítrio do homem. Irá explicitar que se trata de moral e não de males físicos.

A tradição grega, da qual se louva Agostinho, havia estudado detidamente a natureza dos atos humanos, isolando aqueles que não correspondem a reações automáticas, instintivas, e impõem uma escolha. Esta depende da vontade que, para mover-se e impulsionar a ação, requer ser determinada. Como há muitos bens no mundo, aquela determinação não poderá prescindir de uma opção. Os gregos, entretanto, não chegaram ao conceito de liberdade, desenvolvimento que seria da lavra de Santo Agostinho.

Dispo de o livre arbítrio, a criatura humana pode optar por bens inferiores. Dessa verificação não se pode inferir que o livre arbítrio seja um mal. Agostinho enfatiza que ter

recebido de Deus uma vontade livre é para nós um grande bem. O mal é o mau uso desse grande bem.

Como se dá que o homem incline-se pela escolha do bem e recuse o mal? No texto de *O livre arbítrio*, Agostinho não conseguiu precisar com toda a clareza que a determinação da vontade, para levá-la à preferência pelo bem, seja uma resultante da intervenção da graça divina, doutrina que adotará posteriormente. A discussão suscitada pelas teses agostinianas, em seu próprio tempo, levou-o a abordar muitas delas no texto que intitulou *Retractationes*, entre as quais a que diz respeito à determinante no caso do livre arbítrio. Portanto, na doutrina agostiniana, o adequado uso do livre arbítrio requer a presença de algo exterior.

Adotada na Idade Média, a hipótese agostiniana --de que a ação moral supõe a presença da graça divina-- viria a ser recusada pela Filosofia Moderna. A alegação básica seria a seguinte: sendo externa a intervenção para ocasionar a determinação da vontade, automaticamente retira o caráter de voluntária à ação daí decorrente. Enquanto isto, a própria natureza da moral exigiria a presença de uma escolha livre.

Entre as alternativas surgidas, sobressai a kantiana. Procurando atender à nova situação, de emergência e consolidação do pluralismo religioso, Kant formulou uma doutrina independente de todo suporte transcendente, isto é, puramente racional. Trata-se de uma fórmula que permitiria, ao autor da ação, avaliar de sua moralidade, o que, por si só, naturalmente, não o obrigará a ater-se ao que estaria em concordância com o princípio moral. Contudo, Kant entende que a verdadeira liberdade seria correspondente à recusa de ceder às inclinações e escolher a lei moral. Esse justamente o tema da obra à qual denominou de *Fundamentação da metafísica dos costumes* (1785).

Inquietava-o sobretudo a circunstância de que a religião reformada e o catolicismo tradicional divergiam em questões que figuravam diretamente nos textos básicos da moralidade ocidental, a exemplo do mandamento constante do *Decálogo* de Moisés segundo o qual não serão adoradas imagens. Além disto, tinha conhecimento das discussões travadas, notadamente na Inglaterra, sobre a independência da moral em relação à religião. Simultaneamente, sendo pessoa de profundas convicções religiosas, tende a considerar o homem sem idealizações, como um ser pecador e carente de salvação. Por isto mesmo, textos anteriores à elaboração amadurecida deixam claro que a moralidade não podia ficar na dependência apenas do conhecimento racional, como pretendia Leibniz.

Em síntese, Kant tinha presente que, dada a pluralidade religiosa configurada na Época Moderna, a moral tornara-se exigente de uma fundamentação que prescindisse da dependência da religião. Ao mesmo tempo, contudo, não podia ter a sua sorte vinculada à da “razão”, na forma onipotente como a conceituava o racionalismo. Mais explicitamente, o conhecimento da lei moral não é condição suficiente para assegurar a sua prática. Os homens têm inclinações que podem levá-los a violá-la. Esse conjunto de problemas teóricos explica a longa trajetória acerca da moralidade, finalmente amadurecida com a obra de que ora se trata.

Examinando os diversos tipos de ações morais, Kant irá estabelecer diferenciação entre as razões pelas quais as pessoas agem moralmente. Os exemplos multiplicam-se para chegar a

esta conclusão: a verdadeira ação moral é aquela que se cumpre por *dever*, isto é, pelo simples respeito à lei moral. Leva em conta que, quando as pessoas se referem à moralidade em geral, têm presente as regras recomendadas na sua igreja ou de que têm conhecimento, por outros meios, aceitas e reconhecidas pela comunidade a que pertence. A esse conjunto denomina de *lei moral*.

Exemplo kantiano do que seria *lei moral*: “ser-me-á lícito, em meio de graves apuros, fazer uma promessa com a intenção de não a observar?”. Segundo indica, o meio mais rápido e infalível de me informar consiste em perguntar a mim mesmo: ficaria eu satisfeito se minha *máxima* (34) (tirar-me de dificuldade por meio de uma promessa enganadora) devesse valer como *lei universal* (tanto para mim como para os outros)? Deste modo, argumenta, depressa me convenço que posso bem querer a mentira, mas não posso, de maneira nenhuma querer uma lei que mande mentir; pois, como consequência de tal lei, não mais haveria qualquer espécie de promessa.

Finalmente, Kant dará o passo decisivo ao formular uma síntese magistral do conteúdo decorrente do Decálogo de Moisés e do Sermão da Montanha, que expressa o que seria a moral ali preconizada, definidora da cultura ocidental. O conteúdo em apreço foi chamado por Kant de *imperativo categórico*, que se formula deste modo: *o homem é um fim em si mesmo e não pode ser usado como meio*. E assim o cerne da moralidade ocidental é determinado como correspondendo ao *ideal de pessoa humana*.(35) Para Kant, a questão da liberdade, intensamente discutida desde Santo Agostinho --e que este deixara na dependência da intervenção da graça divina, na opção pelo bem-- resume-se à escolha da lei moral (o ideal de pessoa humana), ao invés de ceder às inclinações. A meditação filosófica cumpre assim um longo e rico itinerário.

A ética kantiana mantém plena atualidade, pelas seguintes razões: 1ª) Apresenta maior sintonia com o caráter laico de que chegou a se revestir a cultura ocidental; 2ª) Permite estabelecer uma relação adequada entre moral, direito e política, desde que dela decorreria este esquema: a moral é subjetiva (esfera da coação interna), sendo a coação externa esfera do direito, correspondendo a política à esfera da violência legalizada; e 3ª) É de comprovada eficácia no concernente à determinação do que seria a ação moral.

Com a contribuição kantiana, o livre arbítrio do homem está indissolúvelmente associado à responsabilidade pessoal, que corresponde a outro ingrediente essencial à dignidade da pessoa humana.

Devemos a Seymour Martin Lipset (1921/2006) e Stein Rokkan (1921/1979) a identificação das clivagens fundamentais que atuaram na construção do Estado e dos partidos, na Época Moderna (36). Essa tipologia é geralmente adotada pelos estudiosos da política, como é o caso tanto do livro *Les partis politiques en Europe del'Ouest*, como *Les federations européennes de partis*, a que temos recorrido com frequência.

As clivagens em apreço teriam gerado quatro eixos polarizadores: centralismo versus descentralização; Estado-Igreja; campo-cidade e empresários-trabalhadores. Pascal Delwit, no seu estudo sobre as federações partidárias européias, parte da hipótese de que a democracia cristã nasce da clivagem Estado-Igreja, para a defesa da instituição religiosa.

Naturalmente, como foi observado, a DC tem procurado, sucessivamente, abrigar outros segmentos da opinião pública, o que a obriga a proceder aos correspondentes ajustamentos em sua ação programática.

Contudo, no caso do PPE, parece-me, a questão se apresenta de forma mais radical, na medida em que tende a tornar-se o desaguadouro do conservadorismo liberal, que obedeceu a outras inspirações no longo caminho percorrido. Deste modo, a fundamentação teórica a ser mobilizada requer certo arejamento.

a) A questão do Estado

As considerações finais acerca da questão do homem, do *Programa de Ação* do PPE, merecem ser referidas por retratar uma concepção do processo histórico que resume uma das conquistas culturais mais relevantes de nossa civilização. A par disto, enfrenta a questão chave da doutrina liberal: a adequada compreensão do papel do Estado.

Segundo o PPE, para o conjunto das lideranças que se congrega em torno da agremiação, na qual depositam grandes esperanças, a pessoa humana é o sujeito e não o objeto da história. E prossegue: “Não é um juguete de forças cegas e participa da realização de seu destino. Ser único, irredutível a qualquer outro, dotado de razão e vontade, sua liberdade é autonomia como igualmente responsabilidade. A pessoa não é o indivíduo mas o homem concreto implicado nos laços de sua família, de seu meio, de sua comunidade, de seu país, em face dos quais tem direitos e deveres. Deveres de solidariedade mas também direito de criar a si mesmo e com o que vislumbrar as condições de seu desabrochar, intervindo a autoridade pública ou o Estado somente a título subsidiário, para favorecer essa realização.”

A inferência relativa à estrutura estatal corresponde ao corolário da experiência do governo democrático representativo, porquanto enfatiza que o Estado está ao serviço do cidadão e não o inverso. Legitima-se pela capacidade de promover o bem comum. Na visão do PPE, a União intervém ali onde tiver melhores condições, do que os Estados membros, para cumprir esse desiderato.

No problema que se tornou autêntico “cavalo de batalha” na Europa atual, o PPE adota sem restrições o princípio liberal, corretamente apresentado, no que respeita à seguridade social. Diz respeito à chamada “questão social”, que em nosso tempo resume-se ao encontro de alternativas de financiamento para a preservação dos institutos que se criaram para equacioná-la.

Em síntese, deve-se aos liberais sociais o mérito de haver formulado com propriedade a necessidade do Estado Liberal de Direito dar atenção a fenômeno típico da sociedade industrial: a parcela fundamental da população tinha que prover o próprio sustento através do trabalho. Acontece que não dispunha da possibilidade de fazê-lo senão durante determinada parte da existência. Aquele segmento do liberalismo insistiu em que não podiam ser entregues à própria sorte.

Assim, surgiu o problema da forma de organização que deveria ser adotada na criação da denominada seguridade social. Progressivamente, o problema do financiamento do sistema então constituído tornou-se o tema central.

Enquanto o próprio Estado tratou de institucionalizar aposentadorias e outros benefícios, a serem atribuídos ao funcionalismo, estimulou as organizações da sociedade a buscar fórmulas que suprissem essa lacuna, em especial no âmbito do setor produtivo. Com o passar do tempo, contudo, o Estado assumiu responsabilidades crescentes nessa matéria, a ponto de comprometer a própria sobrevivência do sistema.

Essa questão tem servido como uma espécie de novo divisor de água entre os liberais sociais e o liberalismo conservador. Os primeiros, como indicamos precedentemente, cedem crescentemente à “tentação social-democrata”. Os sociais democratas teimam em defender a intocabilidade do sistema em vigor, assumindo o ônus de aumentar impostos, já que não se vislumbram outras possibilidades. Acontece que essa política responde, em grande medida, pelas altas taxas de desemprego encontradas na maioria dos países do continente.

O caminho apontado pelo PPE corresponde justamente à política preconizada pelos liberais conservadores. Formula-a deste modo: “colocar o princípio da responsabilidade no coração de nosso modelo social”.

c) O tema da família

Como a política relativa à atenção às famílias corresponde a uma atribuição do Estado membro, o Programa de Ação do PPE limita-se a consignar o seguinte: “A família – em particular na época atual, marcada por uma aparente crise da célula familiar, deste laço único entre o homem e a mulher – merece sustentação específica e concreta da sociedade. O que é bom para a família, é igualmente bom para a sociedade”.

De nossa parte, cumpre-nos entretanto justificar esse entendimento.

Em qualquer consideração sobre a família, é imprescindível partir da constatação de que a humanidade não teria sobrevivido se não se tivesse constituído matriz acolhedora dos recém-nascidos. Ao contrário do conjunto dos animais, a pessoa humana tarda muito em tornar-se auto suficiente.

A par dessa função originária, a família tem experimentado significativas transformações ao longo do curso histórico. Basicamente, tratou-se de transferir à sociedade atribuições que eram de sua competência, na medida em que a vida social foi se tornando mais complexa. Ainda que não caiba registrar todos esses passos, cumpre destacar que a sobrevivência da família patriarcal, em alguns países que integravam a civilização surgida no Mediterrâneo, marca justamente a diferença que ali se estabeleceu entre as partes ocidental e oriental.

Esse tema aflora notadamente quando se trata de compreender o chamado “milagre grego”. O diferencial que se estabelece entre a civilização grega e as demais, na época considerada, é atribuída diretamente à retirada ao patriarca da atribuição de dirigir a guerra, o que ensejou a emergência de outras forças sociais e novos valores, entre estes o florescimento e a diversificação de atividades culturais. A fundamentação dessa hipótese seria obra de Robert Nisbet (37).

Contemporaneamente, vivemos no Ocidente os desdobramentos da universalização do abandono do princípio jurídico da indissolubilidade do casamento. Essa prática, associada à denominada “revolução sexual” dá origem a inadmissível permissividade. A maneira adequada de enfrentar esse quadro parece ser o encontro de formas de atuação que permitam colocar em seu devido lugar o valor da paternidade e da maternidade responsáveis.

d) Confronto entre liberalismo econômico

e economia social de mercado

Creio que é suficiente transcrever a definição de economia social de mercado, contida no Programa de Ação do PPE, para comprovar que corresponde à incorporação dos princípios decorrentes da aplicação do liberalismo econômico.

Eis a definição de que se trata:

“A história e a experiência demonstraram que a iniciativa privada, a livre empresa, a concorrência, a disciplina dos mercados, a abertura e o livre intercâmbio são os verdadeiros motores do progresso econômico. De igual modo, a autonomia das organizações sindicais e patronais, a livre negociação entre estas das condições do trabalho e de sua remuneração; sua participação e responsabilidade na gestão dos sistemas de proteção social revelaram-se as melhores garantias do progresso social, intervindo os poderes públicos somente para determinar as regras do jogo e assegurar o respeito do bem comum que haja sido estabelecido e se ache negligenciado ou ignorado. O mesmo se pode dizer da subsidiariedade. A liberdade dos empreendimentos e o direito de deles tirar lucro compensador tem por corolário um dever de solidariedade e de justiça diante das outras partes integrantes da empresa, do mesmo modo que o respeito à lei e esforçar-se por melhorar as condições de vida e de trabalho dos cidadãos, criando a prosperidade para todos. Noutros termos, todos os setores da política (em particular as políticas econômica, financeira, de formação e educação, do emprego e social) devem colaborar no sentido de garantir a coesão interna de nossas sociedades.”

Cumprir enfatizar que o PPE parte justamente do princípio constitutivo básico da doutrina liberal, que é justamente levar em conta o que têm mostrado a história e a experiência.

e)A Europa e os destinos da Comunidade Atlântica

Em matéria de política externa para a Europa, o Partido Popular Europeu parte da constatação e que, no mundo atual, a interdependência econômica e política assumiu tais dimensões que a Europa não pode esperar que possa tornar-se uma ilha de paz e prosperidade num mundo “atormentado por guerras civis, pobreza, injustiça, insegurança e tirania política”. A par disto, não pode ignorar os movimentos de protesto surgidos em todo o mundo. Para salvaguardar o seu modelo democrático e social, deve comprometer-se, em cooperação com os Estados Unidos e os outros parceiros mundiais que partilhem dos mesmos valores e objetivos, na busca de uma nova ordem mundial que assegure a paz, a liberdade, a justiça e a democracia.

Na visão do PPE, a Comunidade Atlântica corresponde ao instrumento fundamental com vistas a manter a influência ocidental e, sobretudo, responder às novas ameaças, em especial o terrorismo.

7. As perspectivas do liberalismo

Naturalmente, qualquer prognóstico pode conter elementos de simples profissão de fé. Por essa razão, incumbe explicitar em que se apóia a convicção de que as perspectivas do liberalismo estejam associadas ao movimento em prol da construção do Partido Popular Europeu. Basicamente, essa convicção sustenta-se no fato de que existem apenas duas concepções de política, a liberal e a comunista, como explicitaremos adiante. A par disto, não só a superioridade do modelo liberal está comprovada historicamente como essa doutrina tem se revelado capaz de estar atenta ao curso histórico, comprovando-se seu anti-dogmatismo.

Não há, portanto, quaisquer indícios de que deva desaparecer, como se acredita no Brasil. Nutrindo-se da experiência histórica, nessa matéria, em nosso tempo não há nada de mais

relevante que a notável experiência da construção da comunidade européia. Cabe justamente ao Partido Popular Europeu generalizá-la e fazê-lo, como indicamos, a partir de uma visão liberal do processo, ainda que essa visão deva ser devidamente qualificada, como temos tentado e voltaremos a insistir.

Vejamos, portanto, como se desdobram essas idéias.

O liberalismo entende que a política não pode ser considerada como fim em si mesma. Corresponde a instrumento (perfectível) utilizado no processo de adoção das regras que se tornarão obrigatórias para todos. Por sua vez, os comunistas afirmam que o objetivo do processo político está longe de corresponder a um compromisso negociado entre os interesses em conflito mas à busca (na verdade, a imposição) de um acordo que, à luz do marxismo, possa ser considerado racional.

Toda a temática (ou problemática) da política resulta do empenho de atenuação dos princípios norteadores das duas doutrinas, encontrando-se no centro a questão do Estado.

Por certo que não há uma única concepção de liberalismo. Para identificar a que nos parece corresponda ao seu espírito, admitiremos que sua formulação inicial estaria contida no *Segundo Tratado do Governo Civil*, que extrai da dramática experiência precedente a concepção pioneira do governo representativo. Nos três séculos desde então transcorridos, muita água passou sob a ponte, de modo que é perfeitamente possível indicar quais seriam os princípios comprovados e que passaram a prova da história. Enquanto isto, tanto o comunismo como suas derivações partem de simples elucubrações teóricas, em nosso tempo amplamente refutadas pela prática.

Consiste num lugar comum a tese de que nenhuma idéia possa realizar-se sem perder o brilho que até então a sustentara. No caso do socialismo não se trata disto mas de que simplesmente acabou em fracasso. Tanto a experiência socialista, na Europa Ocidental do pós-guerra, como a comunista, no Leste, deixaram de produzir os resultados pretendidos, notadamente no que seria o seu cerne: a substituição do modelo capitalista de organização do processo produtivo. A estatização da economia não deu certo apenas sob o comunismo mas também nos países que a experimentaram no Ocidente. No caso soviético, fracassou de igual modo a tentativa de substituir a representação eleita democraticamente pela cooptação. Os socialistas ocidentais tiveram o bom senso de não seguir esse caminho.

O liberalismo assume característica inversa. O critério fundamental de avaliação das propostas consiste nos resultados. Como destacamos, a doutrina do governo representativo surgiu com base na generalização da experiência inglesa do século XVII, resultante das tentativas de encontrar substituto para a monarquia absoluta. Seria também a experiência o conselheiro da ulterior democratização do novo sistema.

O socialismo partiu originariamente da suposição de que o conflito social não somente era um mal como poderia ser eliminado. Ao que tudo indica, a maioria das agremiações socialistas européias aprendeu a lição e acabou indo ao encontro da proposição liberal.

No que diz respeito ao processo político, o liberalismo afirma que não pode haver democracia sem partido político. Essa constatação decorre da evidência de que o conflito social é parte integrante do processo histórico e não desaparecerá. O caminho experimentado com sucesso para evitar que continuasse levando ao confronto armado consistiu em organizar a negociação entre os interesses conflituosos. O partido político revelou-se o instrumento adequado para afunilá-los, única forma apta a facultar que as negociações es efetivem.

As possibilidades criadas pela informática, no que respeita à comunicação, têm acalentado a ilusão de que todas as questões poderiam ser decididas de modo plebiscitário. Trata-se de uma suposição equivocada. As questões decisivas da vida moderna --a exemplo dos impostos e dos novos desafios morais surgidas graças ao desenvolvimento da genética -- não podem prescindir da negociação.

Esse último critério serve para aferir a validade não apenas da hipótese da democracia direta como também das doutrinas surgidas no século XX, arroladas como liberais. Tenho em vista a suposição hayekiana de que a lei pode ser feita por um grupo de sábios, isto é, que o problema reside na competência para formulações abstratas ao invés da capacidade de conduzir, com sucesso, negociações penosas, justamente o que diferencia os políticos.

Mas igualmente foge ao espírito e à letra do liberalismo a hipótese da corrente denominada de “public choice”, ao partir da suposição de que o voto resumir-se-ia a ato isolado, como se a escolha em que se baseia não tivesse antecedentes.

Portanto, a doutrina liberal não pode dissociar-se da ação dos partidos políticos. Naturalmente essa tese não envolve o desconhecimento da relevância da elaboração teórica. Apenas exige que não esteja dissociada da experiência política concreta.

Admitindo que a expressão fiel do espírito da doutrina liberal seria a versão batizada de moderada por Raymond Boudon (38), sua presença no processo político tem levado, no Ocidente, a que suas teses básicas acabem por ser apropriadas por correntes adversárias. O exemplo típico corresponde ao socialismo ocidental, cuja liderança convenceu-se, ainda em fins do século XIX, das vantagens que adviriam de sua adesão à democratização do sistema representativo, então iniciada. O mesmo ocorreu com o keynesianismo, que foi apropriado -- e, em certa medida, distorcido-- pelos Partidos Socialistas europeus. No último pós-guerra, seria a vez da aceitação dos princípios da economia de mercado, com o correlato abandono da identificação do socialismo com estatização da economia.

Contudo, restam e restarão divergências intransponíveis, das quais advêm precisamente o que estamos aqui denominando de *perspectivas do liberalismo*.

A questão mais relevante diz respeito ao Estado. Entretanto, guarda estreita dependência de tema teórico que precisaria ser considerado previamente. Temos em vista a igualdade.

O liberalismo representa a sociedade como sendo composta de indivíduos em busca de maximizar o seu bem estar. Nesse jogo, alguns conseguem ser melhor sucedidos em matéria de status, de renda, de prestígio ou influência. A versão moderada do liberalismo -- seguindo a Boudon-- reconhece a existência de pensadores que, apresentando-se como liberais, adotam posições extremas, como se essa constatação pudesse justificar todo tipo de desigualdade, em especial o empenho na sua preservação. A expressão moderada dessas idéias considera que as desigualdades seriam funcionais, isto é, plenamente justificáveis dada a diversidade de funções exigidas pela vida social. Boudon destaca que as observações dos sociólogos consignam a pertinência dessas idéias porquanto expressam de modo adequado a realidade do processo social. Mas é preciso levar em conta que a doutrina liberal não se limita a esse registro passivo.

O liberalismo considera que a sociedade moderna dispõe de meios para fixar limites ao processo espontâneo de geração de desigualdades sociais. Formula a política conhecida como igualdade de oportunidades. Para Boudon, ao tentar desqualificar a noção de justiça social, Friedrich Hayek é percebido como “defendendo uma versão dificilmente aceitável do liberalismo”. Na crítica aos intelectuais que recusam as idéias liberais, Boudon indica que postulações do tipo hayekiano só servem de pretexto aos detratores do liberalismo, já que o Estado Liberal de Direito construiu sistemas de seguridade social que eliminaram, no mundo desenvolvido, a indigência desassistida. Acrescento que a disputa presente em torno do modelo europeu de financiamento daqueles sistemas não tem em vista suprimi-lo mas proporcionar-lhe sustentabilidade, comprovada pelo modelo norte-americano.

O liberalismo recusa frontalmente a hipótese, acalentada pelos socialistas --sob a alegação que se trataria de contrapor-se ao processo espontâneo de geração de desigualdades-- de que o Estado seria um ser moral, colocado acima dos interesses, apto portanto a promover a igualdade. Ainda que a terceira via inglesa não mais advogue abertamente a igualdade de

resultados --proclamando sua adesão à consigna liberal de igualdade de oportunidades--, supõe que o Estado deva interferir no mercado para corrigir seus “defeitos”.

Embora seja um processo espontâneo, o mercado sustenta-se na ordem jurídica estabelecida pelo Estado de Direito. É condição *sine qua* para o seu funcionamento a defesa do instituto da propriedade privada e da obrigatoriedade do cumprimento dos contratos. O mesmo se poderia dizer no que se refere à defesa da concorrência e assim por diante.

Aqui também os hayekianos, com a postulação do que chamam de “Estado mínimo” – abstração de tais proporções que não tem qualquer significado, a menos que se trate da adesão ao princípio anarquista de abolição do Estado-- conseguem apenas fornecer argumentos aos socialistas, no seu empenho de apresentá-lo de modo idealizado.

Como tenho insistido, o Estado não corresponde a ente de razão sendo constituído por um aparelho burocrático muito sólido e consciente dos seus interesses. Justamente por isto é que a experiência histórica originou a formulação de princípios rígidos tanto de elaboração orçamentária do gasto público como de seu controle.

Em matéria de ordenamento social, o desafio ante o qual se encontra o liberalismo diz respeito à concepção de nova forma de regulamentação do trabalho que atenda às peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo, ao gerar a chamada sociedade da informação. O Partido Popular Europeu encontrar-se-á no centro desse processo --no olho do furacão, como se costuma dizer. Tenho em vista o que tem sido denominado de *flexisegurança*.

Por suas linhas gerais, a questão que se coloca é a seguinte: desapareceu o *emprego* como veio a ser entendido na sociedade industrial. Dificilmente as funções a serem desempenhadas no processo produtivo permanecerão idênticas ao longo de prazos dilatados. O profissional precisará reciclar-se periodicamente. É necessário, portanto, conceber mecanismos que facilitem e simplifiquem as alterações nos contratos de trabalho --seria o ponto do novo ordenamento resultante da *flexibilização*--, sem que isto deva traduzir-se na eliminação das conquistas consagradas na seguridade social. No caso da Europa, a complexidade do processo advém do fato de que o modelo social vigente revelou-se insustentável em termos financeiros, tendo se iniciado no período recente a introdução de novas modalidades de financiamento.

O enriquecimento da doutrina liberal tem se originado da generalização de experiências sociais relevantes. No presente, no Ocidente, não há nenhuma outra experiência histórica equiparável à construção da comunidade européia. E como no Partido Popular Europeu dá-se a confluência do conservadorismo liberal e da democracia cristã, certamente lhe caberá a tarefa de indicar a feição de que se revestirá a doutrina liberal no ciclo que temos pela frente. Eis porque associo os destinos da doutrina liberal aos rumos que venham a ser seguidos pelo Partido Popular Europeu.

Vamos ainda referir uma questão que transcende a problemática na qual nos detivemos precedentemente, ao tempo em que de alguma forma acabará por ter-se de enfrentá-la. Trata-se de que, no livro de Raymond Boudon, antes referido, há uma observação interessante quanto ao verdadeiro defeito do sistema capitalista, para o qual não atentaram os seus críticos saudosistas do comunismo e do velho modelo socialista abandonado na Europa Ocidental. O fenômeno em causa consiste em que, no plano cultural, estimula a vulgaridade.

Raymond Boudon, no livro que temos referido neste tópico, lembra que Tocqueville advertira para o fato de que a disseminação da democracia poderia levar a certo rebaixamento cultural. De minha parte, entendo que essa possibilidade tornou-se real na medida em que o

sistema capitalista proporcionou distribuição de renda relativamente ampla, facultando à maioria o acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade.

Boudon exemplifica o fenômeno da vulgaridade, reinante no mundo desenvolvido, com o sucesso de programas de televisão que registram o cotidiano de grupos confinados, onde reina a permissividade sexual. Escreve a esse propósito: “Estas emissões são efetivamente produto de leis do mercado que caracterizam as sociedades democráticas. O público quer que lhe sejam mostradas as celebridades. Ora, as celebridades que devem sua popularidade, perante o público, a performances autênticas são pouco numerosas para satisfazer a demanda, para povoar de modo suficiente o écran dos inumeráveis canais de televisão que operam ao longo das vinte e quatro horas do dia.” Enumera os setores de onde provêm espontaneamente as celebridades: cientistas, pessoas consagradas pela santidade, artistas, etc. Conclui: “Disso resultou a idéia, cuja engenhosidade é preciso reconhecer, de fabricar celebridades cuja visibilidade não se funda em nenhum mérito particular e, portanto, seu estoque é deveras inesgotável. Tal é, creio, o golpe de gênio sociológico que presidiu o nascimento dos mencionados programas de televisão”. (39)

Essa necessidade de fabricar celebridades afetou, sobretudo, a arte contemporânea. Gênios como Picasso comprovaram a possibilidade de deformar a realidade preservando o valor estático da pintura. O que se seguiu nada tem a ver com isto, porquanto os quadros que simbolizam aquilo a que corresponderia a manifestação contemporânea não dispõem de quaisquer daquelas qualidades, nem valor estético nem genialidade. Ocorre que as bienais se multiplicam, criando uma demanda que tem permitido enormidades inimagináveis. Montou-se um verdadeiro sistema de exaltação da mediocridade.

Parece-me que a doutrina liberal não pode deixar de enfrentar esse desafio. Não se trata naturalmente de imaginar qualquer tipo de censura mas de atuar naquilo que seria o verdadeiro antídoto: proporcionar ao maior número familiaridade com as obras básicas da cultura ocidental, tornando-as acessíveis. Em geral, o que se faz nesse plano tem consistido apenas na reedição das denominadas “obras clássicas”, conceito que as circunscreve ao mundo antigo. Cumpriria adotar o critério de seleção popularizado pelo Saint John’s College norte-americano.

Para alcançar esse objetivo, nosso tempo dispõe de recursos fantásticos, apoiados na utilização da imagem. Ademais, essa possibilidade tem sido explorada por instituições, como a Open University inglesa, estando portanto ao nosso alcance mobilizá-la com a devida intensidade.

NOTAS

- (1) Tive oportunidade de caracterizá-la no livro *Problemática do culturalismo* (2ª edição, EDIPUCRS, 1995, págs.166-170.
- (2) *Memoires. 50 ans de reflexion politique* Paris, Julliard, 1983, p. 320.
- (3) Idem, ed. cit., pág. 392
- (4) Seria traduzido no Brasil e sucessivamente reeditado, sendo esta a referência: *A sociedade aberta e seus inimigos*. Editoras Itatiaia/Universidade de São Paulo, 3ª edição, 1987, 2 volumes
- (5) Concebido oficialmente como Programa de Recuperação Européia, recebeu o nome do então Secretário de Estado, George Marshall. Iniciou-se no segundo semestre de 1947 e vigorou durante quatro anos fiscais. Em valores de 2006, o total de desembolsos equivaleu a US\$ 130 bilhões, destinados a toda a Europa Ocidental e à Turquia. Os maiores beneficiários foram: França, Alemanha e Holanda, que receberam 40% dos recursos. Considera-se que, em 1956, a Europa Ocidental já havia alcançado os níveis econômicos anteriores à guerra.

- (6) O território que os vencedores da guerra reconheceram ser constitutivo da Alemanha fora dividido em quatro zonas. Na parte ocidental, aquelas cuja ocupação foi atribuída aos Estados Unidos, França e Inglaterra, reuniram-se para dar nascedouro à República Federal Alemã, popularizada com a denominação de Alemanha Ocidental. A quarta zona, ocupada pelos russos, transformou-se na República Democrática Alemã (RDA). A reunificação deu-se em 1990.
- (7) Apud Agnes Alexandre-Collier et Xavier Jardin – *Anatomie des droites européennes*. Paris, Armand Colin, 2004, p. 208.
- (8) Cf. Agnès Alexandre-Collier. *La Grande-Bretagne eurosceptique? L'Europe dans le débat politique britannique*. Nantes, Editions du Temps, 2002.
- (9) Em duas oportunidades (1972 e 1994), a população da Noruega rejeitou a adesão do país à Comunidade.
- (10) Dois dos países desmembrados da antiga Iugoslávia (Croácia e Macedônia) são candidatos, bem como a Turquia. Neste último caso, acha-se instalada a maior controvérsia.
- (11) A regra vigente estabelece o seguinte:

Repartição dos votos por Estado-Membro⁽¹⁾	Votos de cada um	TOTAL
Alemanha, França, Itália, Reino Unido	29	116
Espanha, Polónia	27	54
Romênia	14	14
Países Baixos	13	13
Bélgica, República Checa, Grécia, Hungria, Portugal	12	60
Áustria, Suécia, Bulgária	10	30
Dinamarca, Irlanda, Lituânia, Eslováquia, Finlândia	7	35
Chipre, Estónia, Letónia, Luxemburgo, Eslovênia	4	20
Malta	3	3
TOTAL DE VOTOS	-	345

(12) Professor de ciência política na Universidade Livre de Bruxelas, sendo autor de extensa bibliografia.

(13) *The European People's Party Origins and Development*. London, Macmillan, 1998.

(14) Obra citada, pág. 8

(15) *Le Parti des Socialistes Européennes. Une gènesse difficile* in Pascal Lewit - *Les federations européennes de partis. Organization et influence*. Bruxelles. Université de Bruxelles, 2001, p.91-106

(16) *Le Parti des Socialistes Européennes à l'épreuve du chômage* in Pascal Delwit – *Les federations européennes de partis*, ed. cit., págs. 171-184.

⁽¹⁾ Inclui os países admitidos em 01/01/2007

(17) Ensaio cit., ed. cit. pág. 179..

(18) *Le Parti Eurpéen des Liberaux, Democratés et Reformateurs* in Pascal Delwit, op. cit. p. 123-139. Geralmente, ao referir-se à sigla segue-se a nomenclatura inglesa (ELDR) que é a principal língua empregada pela Comissão nas reuniões e na divulgação de documentos.

(19) Ensaio citado, obra citada, pág, 134.

(20) *La quete d'identité du Parti Européen des Libéraux, Democratés et Reformateurs (ELDR)* in Pascal Delwit (org) *Liberalismes et partis liberaux en Europe*. Bruxelas, Editions de l'Université de Bruxelles, 2002, págs. 277-285. Ambos os autores são professores da Universidade Livre de Bruxelas e pertencem ao Centro de Estudos da Vida Política, mantido pela Universidade.

(21) Ed. cit., pág. 283. O “dossiê austríaco” diz respeito à crise provocada, no início da década de noventa, com o ingresso na coalizão governamental do Partido da Liberdade da Áustria (FPO) que, embora arrolado como liberal, mantinha em seu interior a Haider, pessoa conhecida como extremista de direita e nacional-populista. Tendo ascendido à liderança do partido e tratando-se de ferrenho inimigo da Comunidade Européia, esta decidiu-se por examinar o afastamento da Áustria. O incidente serviu para cindir ao FPO, dando nascedouro ao Fórum Liberal, organizado em 1993. o Partido Europeu dos Liberais relutou em afastar ao FPO.

(22) Basicamente, os dados sobre os partidos políticos provêm do livro *Les partis politiques en Europe de l'Ouest*, organizado por Guy Hermet, Julien Thomas Hottinger e Daniel-Louis Seiller, Paris, Ed. Econômica, 1998. Para sua confecção, mobilizaram especialistas de cada um dos países estudados.

(24) *Keynes: doutrina e crítica*. São Paulo/Brasília, Massao Ohno Ed./Instituto Tancredo Neves, 1999.

(25) *Apud The Concise Encyclopaedia of Economics*, Liberty Fund, 1999-2004 (Verbete German Economic Miracle by David Henderson)

(26) *Bem estar para todos*. Tradução portuguesa. Lisboa, Livraria Bertrand, s.d. (1964), pág. 11. Os franceses publicaram a edição inicial e a intitularam deste modo: *L'expansion économique allemand* (Paris, Domat, 1953); enquanto os ingleses o fizeram com

parte dos acréscimos e denominaram-na, a meu ver, de modo mais apropriado: *Prosperity through competition* (London, Thames and Hudson, 1958).

(27) A rigor, os capítulos iniciais do livro acham-se dedicados à apresentação desses princípios, tendo sempre presente questões conjunturais. Os mais destacados são: Segundo Capítulo--O nascimento da economia de mercado (págs. 20-54); e, Quinto Capítulo-- economia de mercado vence o dirigismo econômico (págs. 110-144).

(28) Os três temas são abordados, respectivamente, no Sexto Capítulo --Ministro da economia: representante de interesses, não (págs.148-174); no Décimo Capítulo-- O bem estar conduz ao materialismo? (págs. 239-252), e, no Décimo Segundo Capítulo -- Futuro garantido por meio do Estado (págs. 265-278).

(29) Documento citado; local citado.

(30) As eleições para o Parlamento Europeu realizam-se a cada cinco anos, sendo efetivadas segundo o sistema eleitoral existente em cada Estado membro. Os deputados não se organizam segundo blocos nacionais mas em conformidade com as correntes políticas. Convencionou-se que o número de parlamentares não excederá o máximo de 736. Em conformidade com os resultados eleitorais de 2004, as duas maiores agremiações são o Partido Popular Europeu (264 cadeiras) e o Grupo Socialista (201 mandatos). Com a denominação de Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, os liberais elegeram naquela oportunidade 89 deputados. Há cinco outros grupos, entre os quais os verdes e os comunistas (que agora na Europa acobertam-se sob a denominação de Esquerda Unida), cuja representação oscila entre trinta e quarenta cadeiras.

(30) *Partido Popular Europeu. Programa de Ação 2004/2009*. Bruxelas, 2004. Preâmbulo, págs. 3-6.

(31) Tive oportunidade de caracterizar as linhas gerais desse movimento no livro *História das Idéias Filosóficas no Brasil* (5ª edição, 1997) e aprofundar essa caracterização no volume VII, complementar à *História*, intitulado *A Filosofia Contemporânea no Brasil* (2000).

(32) *Os caminhos da democracia na Íbero-América no século XXI*. Brasília, Fundación Popular Íbero-Americana e Instituto Tancredo Neves, 2000, págs. 49-50.

(33) *Programa de Ação do PPE* cit., ed.cit., pág. 6

(34) Na obra kantiana, o termo *máxima* corresponde à formulação subjetiva através da qual explicito em que consiste a ação que irei empreender. Ao contrário disto (isto é, o caráter subjetivo, válido apenas para quem a formula), a *lei* dispõe de validade universal.

(35) Na *Crítica da Razão Pura*, Kant estabelece a seguinte relação do ente singular com esse ideal de pessoa humana ao denominá-lo de “sábio estóico”, isto é, com uma pessoa que acredita na superioridade do princípio mental em face da realidade. O texto em apreço é o seguinte: “A virtude e, com ela, a sabedoria humana em toda a sua pureza, são idéias. Mas o sábio (do estóico) é um ideal, isto é, um homem que não existe senão no pensamento, mas que corresponde plenamente à idéia de sabedoria. Assim como a idéia faculta a regra, o ideal serve, de modo semelhante, de protótipo à determinação completa da cópia e nós não temos, para julgar nossas ações, outra regra senão a conduta deste homem divino que conduzimos em nós e ao qual nos comparamos para nos julgar, e também para nos corrigir, mas sem poder jamais alcançar a perfeição”. (Tradução francesa da PUF, 2ª edição, 1950, p.413/414.

(36) A referência completa é a seguinte: *Party systems and voter alignments: cross-national perspectives*, New York, Free Press, 1967.

(37) Nisbet fundamenta a hipótese na obra *Os filósofos sociais* (tradução brasileira, UnB, 1982). Ajuda a compreender o seu significado a coletânea de ensaios publicada pelo Instituto de Humanidades na forma de textos didáticos (*A mudança social*. Edições Humanidades, 1997)

(38) *Pourquoi les intellectuels n'aiment pas le libéralisme*. Paris, Odile Jacob, 2004.

(39) Edição citada, p. 172